TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2695 • Manaus, quinta-feira, 12 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001121-17.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Colméia Tarumã Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargada: Karla Vieira Trindade - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 74/77. - Advs: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM) - Peter Lineker dos Santos Laborda (OAB: 10266/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001152-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Banco Santander S.a. - Embargado: Jander Lopes Viegas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 133/135. - Advs: Carlos Augusto Tortoro Junior (OAB: 247319/SP) - André Lima de Lima (OAB: 6672/AM) - Fabricio de Souza Rocha (OAB: 6861/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001341-15.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargado: Adonias Mendonça de Sousa - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 68/70. (NÃO ADMITO O RECURSO). - Advs: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001343-82.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Baianão de Muidezas e Presentes Ltda - Embargado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1802 . - Advs: João Lucas Pantoja Vieira (OAB: 9982/AM) - Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB: 10483/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001352-44.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargado: Elias Gomes Coelho - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 66/69. (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001353-29.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargada: Maria Auxiliadora Silva dos Santos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 66/69. (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001354-14.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargada: Hedilamar de Oliveira Soares - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 66/69. (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001355-96.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargado: João Farias Picanso - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 66/69. - Advs: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001493-63.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargada: Monária Ferreira da Silva - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 75/78.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001524-83.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Embargada: Daiana de Lima da Rocha - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 48/51. (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Henrique José Parada Simão (OAB: 221386/SP) - Elísia Helena de Melo Martini (OAB: 1853/RN) - Anderson Sales de Souza (OAB: 8760/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001595-85.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado: Otavio Fernandes dos Santos Filho - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 81/84.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Fabio Martins Ribeiro (OAB: 449A/AM) - Elcinete Cardoso de Almeida (OAB: 6946/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001822-75.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Cardovan Lourenço da Silva - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 275/279.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL - Advs: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) - Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Antonio Alves Pereira (OAB: 2622/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002579-40.2017.8.04.0000 (IRDR 01 TJAM) - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Imbrasco Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargante: Laion Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargada: Raimunda Monteiro Rocha - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 516/516. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003212-80.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Manaus - Embargante: E. da S. - Embargante: S. M. M. da S. - Embargado: M. P. do E. do A. - P. G. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 55/57.(ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB: 8344/AM) - Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB: 13172/AM) - Rodrigo Miranda Leão Júnior (OAB: 1643/MP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003282-97.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Embargante: Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargante: Maine Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargado: José Vladimir Coelho Batista - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 63/66.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Raphael Quintiliano Pazuello (OAB: 8881/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003317-72.2010.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Banco da Amazônia S/A - Agravado: Exito Comercio Industrial e Navegaçao Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 635/638.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Milton Araújo Ferreira (OAB: 639A/AM) - Monica Vieira Galate Mattos (OAB: 5123/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003370-38.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: ABSA Aerolinhas Brasileiras S/A - Embargado: Gilmar Lima da Silva - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 72. - Advs: Fabio Rivelli (OAB: 297608/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004006-72.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Antônio Adalberto Magalhães Martins - Embargante: Manoel Messias Pereira - Embargado: Civilcorp Incorporações Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 143/146.(- Advs: Sulamita Augusta da Silva (OAB: 435/AM) - Danilo de Aguiar Corrêa - Délcio Luis Santos (OAB: 2729/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004983-30.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: TW Serviços de Publicidade LTDA - Embargado: Ardo Construtora e Pavimentação Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 60/62. - Advs: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM) - Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB: 11441/AM) - Mary Marumy Bastos Takeda (OAB: 4107/AM) - Benjamim Saul Benchimol (OAB: 4902/AM) - Wagner Liberal Michetti (OAB: 5193/AM) - Joabe de França Barros (OAB: 4919/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0005351-39.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Maria Rozicleide de Brito - Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 88/91. (ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Maria Rosiane de Brito (OAB: 7628/AM) - Elaine Bonfim de Oliveira (OAB: 336A/CE) - Celso Marcon (OAB: 566/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0005542-60.2013.8.04.0000 (IRDR 01 TJAM) - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Patri Quatro Empreedimentos Imobiliários S.A - Embargada: Rosa Oliveira Pontes - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 288/289. - Advs: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006460-88.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: Maria do Rosario Leite Bentes - Agravado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 79/84. - Advs: Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB: 4395/AM) - Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM) - Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM) - Élida de Lima Reis Corrêa (OAB: 7458/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007670-77.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravado: R.C.A. Derivados de Petróleo - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 44/46 - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0011729-05.2000.8.04.0012 (012.00.011729-5) - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Fazenda Publica Estadual do Amazonas - Apelado: Importadora Donk Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 139/142.(ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB: 6880/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0047668-11.2002.8.04.0001 (001.02.047668-0) - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco do Brasil S/A - Apelado: José Vitiney de Paula Guimarães - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 178/180.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Jurandir Alves da Costa Filho (OAB: 1297/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0210101-10.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Hermany Plaze - Apelante: Banco Santander Brasil S/A - Apelado: Hermany Plaze - Apelado: Banco Santander Brasil S/A - DECISÃO: "Analiso, inicialmente, os efeitos de recebimento do recurso, a teor do art. 1.012, caput, do CPC. Conforme sabido, a regra geral é que os recurso de apelação serão recebidos no duplo efeito. Entretanto, a teor do §1º, do art. 1.012, do CPC, indica que começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: I - homologa divisão ou demarcação de terras; I - condena a pagar alimentos; II - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; VI - decreta a interdição. Assim sendo, considerando que o caso em epígrafe amolda-se a hipótese do inciso V do mencionado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo, estritamente no tocante a ordem emanada na tutela concedida, evitando-se cumprimento provisório quanto as demais questões que ainda não puderam ser alvo de recurso de agravo ou de análise deste órgão colegiado. Neste sentido, colha-se precedente deste e.TJAM, verbis: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE BEM C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CAPÍTULO QUE CONFIRMA A TUTELA. EFEITO DEVOLUTIVO. ABRANGÊNCIA NO QUE FOR OBJETO DA TUTELA ANTECIPADA. PRECEDENTES. DEMAIS CAPÍTULOS DA SENTENÇA. REGRA GERAL. EFEITO DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO. ART. 1.012, CAPUT, DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - Ao se confirmar os efeitos da tutela antecipada na sentença, em caso de recurso de apelação interposto, deve este ser recebido no efeito devolutivo apenas no que concerne à medida confirmada, de maneira que os outros capítulos da sentença sejam recebidos no duplo efeito, observado o rol previsto no art. 1.012, § 1º, do CPC/15. II - Agravo Interno conhecido e provido.(TJ-AM 00088930220178040000 AM 0008893-02.2017.8.04.0000, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 25/06/2018, Segunda Câmara Cível) PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE TRATA DOS EFEITOS EM QUE É RECEBIDO O RECURSO DE APELAÇÃO. -como regra, o recurso de apelação deve ser recebido no seu duplo efeito, ou seja, nos efeitos devolutivo e suspensivo; -em alguns casos, a própria lei excepciona a regra e cria hipóteses nas quais se retira o efeito suspensivo da apelação, fazendo com que esta suba à instância revisora somente com efeito devolutivo, o que permite o cumprimento imediato da sentença; -sabendo-se que, quando a sentença concede ou confirma antecipação de tutela processual (concede

ou confirma tutela provisória), o recurso de apelação deve ser recebido apenas no efeito devolutivo, é preciso que o magistrado tenha o cuidado de observar a existência de capítulos da sentença que não se submetam à mesma regra, de modo a não cometer o equívoco de retirar o efeito suspensivo da apelação em relação capítulos que não se enquadram nas hipóteses excepcionais; -no presente caso, deixando de observar a necessidade de cindir os efeitos da apelação em relação a determinados capítulos, o juízo a quo acabou utilizando uma exceção aplicável a um único capítulo impugnado da sentença para, incorretamente, negar efeito suspensivo a toda a extensão do recurso, sendo de rigor a reforma da decisão impugnada; -recurso provido.(TJ-AM - AI: 40000926320168040000 AM 4000092-63.2016.8.04.0000, Relator: Paulo Cesar Caminha e Lima, Data de Julgamento: 01/08/2016, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 02/08/2016) Assim sendo, considerando que a condenação em astreintes possui relação direta, mas interdependente da tutela concedida, entendo que por cautela é necessário o recebimento do recurso, neste tocante, no seu duplo efeito, permanecendo o efeito suspensivo tão somente quanto à obrigação decorrente da ordem expedida. Diante do exposto, RECEBO o Recurso de Apelação no seu efeito meramente devolutivo quanto à confirmação da ordem liminar concedida, recebendo no duplo efeito nos demais capítulos do julgado. Intime-se e dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." - Advs: Ney Alexandre Lima Lira (OAB: 13607/AM) - Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0210101-10.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Hermany Plaze - Apelante: Banco Santander Brasil S/A - Apelado: Hermany Plaze - Apelado: Banco Santander Brasil S/A - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 330/332.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Ney Alexandre Lima Lira (OAB: 13607/AM) - Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0212515-34.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: G. C. de C. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 146/150.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Fábio Moraes Castello Branco (OAB: 4603/AM) - Rodrigo Miranda Leão Júnior (OAB: 1643/MP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0600483-68.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Apelado: L. R. Comunicações LTDA - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 581/583.(ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0602682-29.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: E. C. de S. A. J. - Apelado: I. F. A. (- Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1026/1028. - Advs: Isadora Loise Mota Oliveira (OAB: 10670/AM) - Lindomar Lima de Souza (OAB: 9739/AM) - Nivia de Queiroz Farias - Rachel Siza Tribuzy (OAB: 6863/AM) - Rachel Siza Tribuzy (OAB: 6863/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0611076-88.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: O Município de Manaus - Apelado: Instrumental Tecnico Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 247. - Advs: Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM) - Daniel Octávio Silva Marinho (OAB: 4301/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0612631-77.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Maria das Graças de Sena - Apelado: Alesson Pessoa Mota - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1008/1010.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Mirna Cristina Geber da Silva (OAB: 9097/AM) - Juliano Vinício da Silva Negreiros (OAB: 14241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0616990-70.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Sabrina Pontes Lemos - Apelado: Banco Fiat Administradora de Consórcios Ltda. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 220/222.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0617820-70.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A - Apelada: Suyen Santos Tabosa dos Reis - DECISÃO: "Diante do exposto, RECEBO o Recurso de Apelação no seu efeito meramente devolutivo quanto à confirmação da ordem liminar concedida, recebendo no duplo efeito nos demais capítulos do julgado. Intime-se e dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." - Advs: Rafael Cinini Dias Costa (OAB: 152278/MG) - Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Thiago Paulo Tabosa dos Reis Jacob (OAB: 9622/AM) - Dra. Noeme Tobias de Souza - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0617820-70.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A - Apelada: Suyen Santos Tabosa dos Reis - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 534/536.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Rafael Cinini Dias Costa (OAB: 152278/MG) - Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Thiago Paulo Tabosa dos Reis Jacob (OAB: 9622/AM) - Dra. Noeme Tobias de Souza - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0618703-80.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco Bonsucesso S/A - Apelada: Rosalbina Moura Cavalcante - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 483/485.(- Advs: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Maria Altamira de Souza (OAB: 6959/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0622905-08.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Manaus Previdência - MANAUSPREV - Apelante: O Município de Manaus - Apelada: Marizete de Melo Cruz - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 603/606.(ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0626329-19.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Dulcilene Ferreira da Costa - Apelado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 268/270.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Lúcio Ricardo Queiroz Paes (OAB: 3586/AM) - Manoel de Souza Filho (OAB: 6731/AM) - Roberto Carlos Leandro Soares (OAB: 7653/AM) - Nilton Mendes Pinto (OAB: 7315/AM) - Camila Medeiros dos Santos (OAB: 12025/AM) - Nilson de Melo Santos (OAB: 10915/AM) - Leylane Ediene Silva (OAB: 9461/AM) - Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0628568-93.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco Honda S/A - Apelado: Rarison da Silva Brandao - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 169. - Advs: Eliete Santana Matos (OAB: 10423/CE) - Rosinalva Gomes Barros (OAB: 8183/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0630344-70.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Federação das Unimeds da Amazônia - Apelada: Adriana de Souza Rocha - Apelada: Antonio Geraldo Silva da Rocha - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 717/720.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0631796-47.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Basa S/A - Apelada: Rose Mary Pureza Gonçalves - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 397. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0631907-02.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: ESTADO DO AMAZONAS-POLICIA MILITAR - Apelante: Governador do Estado do Amazonas - Apelado: VALDENOR MAR DO NASCIMENTO - Apelante: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de

fls. 746/748.(ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM) - Adnilso Gomes Nery (OAB: 4124/AM) - Fabrício Guerra Furtado (OAB: 346A/AM) - Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB: 356A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0633876-18.2014.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: J F de Oliveira Navegação Ltda - Apelante: Chibatão Navegação e Comercio Ltda - Apelada: J.F. de Oliveira Navegação Ltda - Apelado: Chibatão Navegação e Comércio Ltda - Apelante: Lta Logística da Amazônia Ltda - Apelado: Lta Logística da Amazônia Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1158. - Advs: Ana Rita Lima Freire (OAB: 3056/AM) - Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) - Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM) - Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM) - Ângelo Bueno Paschini (OAB: 246618/SP) - Rogério Cassius Biscaldi (OAB: 153343/SP) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0635430-51.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Ifer da Amazônia Ltda. - Apelado: Aços da Amazônia Ltda. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1150. - Advs: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) - Matheus de Souza Demasi (OAB: 11327/AM) - Pedro Henrique Barros de Sena (OAB: 13600/AM) - Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001056-51.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: C. Borges do Nascimento - Agravante: C. Borges do Nascimento Llc - Agravado: Edilson Rufino de Jesus - Agravado: Rufino Comércio de Alimentos Ltda. (Baratão da Carne) - EDITAL DE INTIMAÇÃO Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Nélia Caminha Jorge, Relator do Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento nº. 4001056-51.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Agravante, C. Borges do Nascimento e C. Borges do Nascimento Llc, advogado, Fabio Lindoso e Lima (7417/AM) e Fabio Lindoso e Lima (7417/AM) e como Agravado, Edilson Rufino de Jesus e Rufino Comércio de Alimentos Ltda. (Baratão da Carne), advogado, Laureano Cezar Elias Muller (1633/AM) e Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM). DECISÃO: "(...) Com base nos argumentos acima postos, concedo o efeito suspensivo ao presente Agravo de Instrumento, para que a decisão recorrida permaneça com seus efeitos suspensos até o julgamento final do recurso, determinando, ainda, o desbloqueio ou a devolução dos valores porventura constritos em decorrência do ato judicial fustigado. Cientifique-se o juízo prolator da decisão agravada e intime-se o agravado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 12 de março de 2019. Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE-Relatora Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Laureano Cezar Elias Muller (1633/AM) e Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 13 de março de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Fabio Lindoso e Lima (OAB: 7417/AM) - Henrique Barcelos Buchdid (OAB: 5913/AM) - Gustavo de Araújo Sampaio (OAB: 10694/AM) - Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 2250/AM) - Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 1633/AM) - Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 51830/DF) - Lucas de Castro Rivas (OAB: 46431/DF) - Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 367109/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001056-51.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: C. Borges do Nascimento - Agravante: C. Borges do Nascimento Llc - Agravado: Edilson Rufino de Jesus - Agravado: Rufino Comércio de Alimentos Ltda. (Baratão da Carne) - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 314/317.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL) - Advs: Fabio Lindoso e Lima (OAB: 7417/AM) - Henrique Barcelos Buchdid (OAB: 5913/AM) - Gustavo de Araújo Sampaio (OAB: 10694/AM) - Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 2250/AM) - Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 1633/AM) - Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 51830/DF) - Lucas de Castro Rivas (OAB: 46431/DF) - Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 367109/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001304-85.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Itaú Seguros S/A - Agravada: Maria do Socorro Melo da Costa - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 638. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4002202-64.2018.8.04.0000 - Reclamação - Manaus - Reclamante: Mauricio Benedito Gomes - Reclamado: Juizo de Direito da 2a Turma Recursal do Estado do Amazonas - Beneficiar: Merccado Livre Comercio Atividade de Internet LTDA - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 119/123.(NÃO - Advs: Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB: 7432/AM) - Eduardo Chalfin (OAB: 1140/AM) - Eduardo Chalfin (OAB: 241287/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4004096-46.2016.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS REMAN - Agravado: O Estado do Amazonas - DECISÃO: (....) "Nestes termos, em análise sumária dos autos, não vislumbro a plausibilidade da fundamentação recursal, porquanto vai de encontro do entendimento jurisprudencial consolidado no Superior Tribunal de Justiça. Assim, em primeiro momento, ante a ausência dos pressupostos necessários, com fundamento no art. 300 do Código de Processo Civil3, indefiro o pedido de tutela de urgência recursal pleiteada. Comunique-se ao Juízo de origem. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 1.019, II, do Código de Processo Civil. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior ". - Advs: Felipe Antonio Lopes Santos (OAB: 7250/AM) - Anna Karina L. Brasil Salama (OAB: 2528/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4004096-46.2016.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS REMAN - Agravado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 656/659. - Advs: Felipe Antonio Lopes Santos (OAB: 7250/AM) - Anna Karina L. Brasil Salama (OAB: 2528/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4004332-27.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Carlos Roberto Deneszczuk Antonio - Agravado: Igb Eletronica S.a - Agravado: Empresa Brasileira de Tecnologia Digital Ltda. - Agravado: Instituto de Pericias da Amazonia - Inpeam - EDITAL DE INTIMAÇÃO Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador João de Jesus Abdala Simões, Relator do Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento nº. 4004332-27.2018.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Agravante, Carlos Roberto Deneszczuk Antonio, advogado, Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (146360/SP) e como Agravado, Empresa Brasileira de Tecnologia Digital Ltda., Igb Eletronica S.a, Instituto de Pericias da Amazonia - Inpeam e Wapmetal Ind e Comercio de Componentes Metálicos, Maq e Equip de Automação Ltda, advogado, Elaine Carnavale Bussi (272431/SP) e Gilberto Giansante (76519/SP). DECISÃO: "(...) Assim, em uma análise sumária, não vislumbro a probabilidade de provimento do recurso necessária para a concessão de efeito suspensivo, nos termos do art. 1.012, §4º, CPC. Fincado nessas razões, indefiro o efeito suspensivo pretendido, mantendo, por ora, a decisão fustigada. No mais, considerando a necessidade de intervenção do Ministério Público, em observância ao art. 178, I, do Código de Processo Civil, determino a remessa dos autos ao Graduado Órgão Ministerial. para emissão de parecer. À secretaria para as providências necessárias. Manaus/AM, 14 de novembro de 2018. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços

e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de novembro de 2018. Laura Araújo Litaiff. Secretária. M. 16730. - Advs: Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (OAB: 146360/SP) - Elaine Carnavale Bussi (OAB: 272431/SP) - Gilberto Giansante (OAB: 76519/SP) - Paulo Ricardo Dahrouge Alecrim (OAB: 11868/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4004332-27.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Carlos Roberto Deneszczuk Antonio - Agravado: Igb Eletronica S.a - Agravado: Empresa Brasileira de Tecnologia Digital Ltda. - Agravado: Instituto de Pericias da Amazonia - Inpeam - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 3918/3921.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (OAB: 146360/SP) - Elaine Carnavale Bussi (OAB: 272431/SP) - Gilberto Giansante (OAB: 76519/SP) - Paulo Ricardo Dahrouge Alecrim (OAB: 11868/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4004394-04.2017.8.04.0000 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Manaus - Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Requerido: Frank Luiz da Cunha Garcia - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 8007/8010. - Advs: Pedro Bezerra Filho (OAB: 78/MP) - Francisco Charles Cunha Garcia Junior (OAB: 4563/AM) - Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB: 4040/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4005769-06.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Itaú Unibanco S/A - Agravada: Jandyra Logatto Ignácio de Souza - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 259/261. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM) - Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB: 4505/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4006046-22.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Hapvida Assistencia Medica Ltda - Agravada: Adriana Cristina Modesto Santos - DECISÃO: "Diante do exposto, indefiro pedido formulado no petitório de fls. 5/56, em possível afronta ao princípio do duplo grau de jurisdição. Na oportunidade, determino que os autos fiquem na Secretaria para aguardar o julgamento em sessão plenária pelo colegiado. Cumpra-se. Intimem-se." - Advs: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE) - Francisco Jose Almeida Severiano (OAB: 21834/CE) - Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (OAB: 20266/CE) - Ronaldo da Silva Bezerra (OAB: 21197/CE) - Rachel Feitosa Pontes (OAB: 24441/CE) - Sílvia Letícia Ferreira da Silva (OAB: 23717B/CE) - Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE) - Laura Maria Amaro Martins (OAB: 22874/CE) - Hugo Leonardo Pegado Benicio (OAB: 5526/CE) - Gustavo Amaral Pinheiro da Silva (OAB: 9742/PA) - Leonardo Amaral Pinheiro da Silva (OAB: 8699/PA) - Marcos Antonio Vasconcelos (OAB: 5794/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4006046-22.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Hapvida Assistencia Medica Ltda - Agravada: Adriana Cristina Modesto Santos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 163/166.(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Advs: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE) - Francisco Jose Almeida Severiano (OAB: 21834/CE) - Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (OAB: 20266/CE) - Ronaldo da Silva Bezerra (OAB: 21197/CE) - Rachel Feitosa Pontes (OAB: 24441/CE) - Sílvia Letícia Ferreira da Silva (OAB: 23717B/CE) - Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE) - Laura Maria Amaro Martins (OAB: 22874/CE) - Hugo Leonardo Pegado Benicio (OAB: 5526/CE) - Gustavo Amaral Pinheiro da Silva (OAB: 9742/PA) - Leonardo Amaral Pinheiro da Silva (OAB: 8699/PA) - Marcos Antonio Vasconcelos (OAB: 5794/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000062-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Vinícius de Melo Silveira - Embargado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 69/72 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB: 6328/AM) - Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB: 3629/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0000202-28.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargado: Sindicato dos Trabalhadores Em Controle e Combate de Endemias No Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 164/167 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - José Carlos Valim (OAB: 2095/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0000560-90.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Edjan da Cunha Carneiro - Embargante: Dilson Venceslau de Souza - Embargante: Edimilson Fonseca - Embargante: Wilson Marques da Costa - Embargante: Euclides Cintra de Vasconcelos - Embargado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 48513/48521 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL e NÃO ADMITO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM) - Ernando Simião da Silva Filho (OAB: 9069/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001363-44.2017.8.04.0000 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Benjamin Constant - Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Criminal - Requerido: David Nunes Bemerguy - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 869/872.(ADMITO O RECURSO ESPECIAL), - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Listagem em ordem cronológica dos precatórios dos entes públicos devedores

Secretaria da Central de Precatórios

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que determina o artigo 45 da Resolução n.º 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, torna pública a Listagem de Precatórios do Município de Itapiranga e da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas - FCECON, por ordem cronológica, existentes nesta Corte, elaborada nos termos do art. 4.º, parágrafo primeiro, da Resolução n.º 115, de 29 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Manaus, 10 de setembro de 2019.

.

Republicada por ter sido disponibilizada com incorreção no Diário da Justiça Eletrônico de 30.08.2019.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Listagem em ordem cronológica dos Precatórios do Município de Itapiranga
Regime geral de pagamento

Ordem	N. do precatório	Credor	Data de apresentação do ofício no TJAM	Origem	Natureza
1	0003798-59.2015.8.04.0000	Igreja de Deus Pentecostal do Brasil do Amazonas,Luís Juscelino Augusto Leite	01/07/2015 às 09h14	Vara Única da Comarca de Itapiranga	Comum
2	0004511-29.2018.8.04.0000	Maria Auxiliadora Barreto Prestes, Carmem Valérya Romero Salvioni	29/06/2018 às 10h15	Vara Única da Comarca de Itapiranga	Alimentícia
3	0004513-96.2018.8.04.0000	Kalyria Kyrk Cunha Lira, Thiago Campos de Oliveira	10/04/2019 às 10h02	Vara Única da Comarca de Itapiranga	Alimentícia
4	0004514-81.2018.8.04.0000	Carlos Evaldo Souza Junior, Domingos Sávio Tavares da Silva	24/05/2019 às 15h39	Vara Única da Comarca de Itapiranga	Comum

Manaus, 10 de setembro de 2019.
Secretaria da Central de Precatórios

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Listagem em ordem cronológica dos Precatórios da FCECON
Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas
Regime geral de pagamento

Ordem	N. do precatório	Credor	Data de apresentação do ofício no TJAM	Origem	Natureza
1	0000350-10.2017.8.04.0000	Maria Amélia Machado de Vasconcelos, Maiara Carvalho da Motta	19/06/2017 às 08h58	4ª Vara da Fazenda Pública Estadual	Comum
2	0007266-60.2017.8.04.0000	Maria Madalena Coimbra Alves	01/12/2017 às 11h05	1ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
3	0006288-83.2017.8.04.0000	Maria Marta Macena da Silva, Cabo Verde Advogados	06/02/2018 às 09h58	1ª Vara da Fazenda Pública	Comum
4	0001192-53.2018.8.04.0000	Drager Indústria e Comércio Ltda.	07/05/2018 às 12h05	2ª Vara da Fazenda Pública	Comum

Manaus, 10 de setembro de 2019.
Secretaria da Central de Precatórios

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 4000314-26.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Janderson Chaves Ferreira
Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: João Mauro Bessa. Revisor: Revisor do processo Não informado
MANDADO DE SEGURANÇA – PROMOÇÃO DE SOLDADO QPPM À GRADUAÇÃO DE CABO QPPM – NECESSÁRIA COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 7.º, 14 E 15, TODOS DA LEI 4.044/2014 – AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER TUTELADO – SEGURANÇA DENEGADA.1. Aduz o impetrante que preenche todos os requisitos necessários à promoção à graduação de Cabo QPPM, desde 25 de agosto de 2018, pelo Quadro Normal de Acesso (QNA) cujos pressupostos são aqueles previstos no art. 7º , § 1.º, I c/c art. 8º, da Lei n.º 4.044/2014.,2. No caso dos autos, embora seja possível aferir objetivamente alguns dos requisitos legais, há pressupostos que carecem da devida demonstração e impedem, via de consequência, a concessão do pleito almejado pelo impetrante.3. Para o reconhecimento da alegada pretensão exige-se o inequívoco cumprimento de todos os requisitos legais para a promoção à patente em que alega ter adquirido o direito, o que, in casu, não logrou êxito em demonstrar.4. Não se vislumbra nenhuma ilegalidade ou abusividade no ato da autoridade apontada como coatora, inexistindo, por conseguinte, direito líquido e certo a ser tutelado na espécie.5. Segurança denegada.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança, consoante os termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 03 de setembro de 2019.

Processo: 4002046-42.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Andre Trindade dos Santos
Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM)
Advogado: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM)
Advogado: Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: Revisor do processo Não informado
MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS NO EDITAL. ALEGAÇÃO DE PRETERIÇÃO. IDENTIDADE DE CARGO. ENFERMEIRO. COMPROVAÇÃO DA PRETERIÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADO. SEGURANÇA CONCEDIDA.1. In casu, o Impetrante afirma que foi aprovado na 1.064 (milésima sexagésima quarta) colocação no Concurso Público objeto do Edital n.º 01, de 10 de fevereiro de 2014, ofertado pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SUSAM, para o cargo de Enfermeiro.2. Alega que, a despeito do número de vagas previstas no Edital ser de 535 (quinhentos e trinta e cinco), como a Administração nomeou 1.035 (mil e trinta e cinco) aprovados e mantém contratos precários, que estariam ocupando as vagas remanescentes, utiliza-se do presente remédio constitucional visando garantir o seu direito à nomeação e posse no cargo público.3. Dessarte, o cerne do presente mandamus não é apenas a existência ou a legalidade de contratos temporários, mas, também, se há Enfermeiros, a título precário, em número suficiente para comprovar a preterição em tela.4. Da documentação acostada aos autos, verifica-se que há comprovação da referida preterição, especialmente, na relação de profissionais de Enfermagem, vinculados ao Estado do Amazonas, que foram obtidos pela Impetrante, mediante consulta ao sítio eletrônico do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES. Nesses, constatou-se a existência de, pelo menos, 83 (oitenta e três) vínculos de caráter precário, na área específica de Enfermagem.5. Assim, somando-se o número de candidatos já convocados (1.035), com o número de vínculos precários (83), e considerando, tão somente, os contratos por prazo determinado, totalizam 1.118 (mil, cento e dezoito) enfermeiros, comprovando-se, via de consequência, a preterição do Impetrante, aprovado na 1064.ª (milésima sexagésima quarta) colocação.6. SEGURANÇA CONCEDIDA.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão Ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu CONCEDER A SEGURANÇA, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 03 de setembro de 2019.

Processo: 4004515-32.2017.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Walber Luis Silva do Nascimento
Advogado: Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB: 7613/AM)
Advogado: Fábio Augustinho da Silva (OAB: 2776/AM)
Advogado: Lúcia Honório de Valois Coelho (OAB: 4233/AM)
Impetrado: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: João Mauro Bessa. Revisor: Revisor do processo Não informado
MANDADO DE SEGURANÇA – AFASTAMENTO CAUTELAR DE PROMOTOR DE JUSTIÇA – BIS IN IDEM – INEXISTÊNCIA – NOVO CONTEXTO FÁTICO – PARCIALIDADE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – NÃO COMPROVAÇÃO – REPRESENTAÇÃO DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA – SUSPENSÃO DE FÉRIAS – ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA – ATO DE COMPETÊNCIA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA – SUPERVENIENTE RECONHECIMENTO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO – IRRELEVÂNCIA – DECISÃO ATACADA POR RECURSO PENDENTE DE JULGAMENTO – POSSIBILIDADE DE RECONSIDERAÇÃO E DE SUBMISSÃO DA MATÉRIA AO ÓRGÃO COLEGIADO – SEGURANÇA DENEGADA.

1. Hipótese em que o impetrante, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, fora afastado cautelarmente de suas funções por motivo de interesse público (art. 112, § 3.º, da Lei Complementar n.º 11/93), por ato do Conselho Superior do Ministério Público, considerando o recebimento de uma denúncia pelo Tribunal Pleno desta Corte de Justiça nos autos de n.º 2009005226-4, pela qual era acusado da prática crimes de corrupção passiva e formação de quadrilha. Após obter decisão favorável no Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu vícios formais no processo administrativo de afastamento, o impetrante reassumiu suas funções. No entanto, posteriormente, a ação penal foi julgada parcialmente procedente, tendo sido condenado neste Tribunal pelo cometimento do crime de corrupção passiva, sendo tal condenação mantida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, com recurso ao Supremo Tribunal Federal atualmente pendente de apreciação. Essa alteração no quadro fático deu origem à instauração de um novo processo administrativo de afastamento cautelar, contra o qual se insurge o impetrante neste mandado de segurança.

2. Ao considerar que o contexto fático que permeava o segundo pedido de afastamento cautelar do impetrante era diverso do primeiro, e que não houve, por parte do Conselho Superior do

Ministério Público, descumprimento da decisão do Superior Tribunal de Justiça que havia determinado o retorno do impetrante ao cargo de Promotor de Justiça – já que tal decisão limitou-se aos aspectos formais do processo administrativo de afastamento, os quais foram devidamente observados no segundo pedido –, descabe falar em ilegalidade por bis in idem, tampouco por ausência de fato novo a justificar o segundo afastamento do impetrante.

3. Consoante dicção do art. 34 da Lei Complementar n.º 011/1993, a função institucional do Conselho Superior do Ministério Público é deliberar sobre matérias relativas à atuação dos membros do Ministério Público e exercer as atividades de fiscalização do exercício de suas funções, bem como velar pelos seus princípios institucionais. Logo, é de se concluir que o Conselho Superior do Ministério Público agiu dentro de suas atribuições legais ao afastar cautelarmente o impetrante do cargo de Promotor de Justiça, tendo em vista que o ato foi fundamentado no interesse público e na salvaguarda da própria Instituição Ministerial, uma vez que o delito pelo qual o Promotor de Justiça havia sido condenado guardava relação direta com o exercício do seu cargo.

4. Ademais, foi o Subprocurador-Geral de Justiça quem teve a iniciativa, dentro da autonomia e discricionariedade que lhe são inerentes, de representar pelo afastamento do impetrante perante o Conselho Superior do Ministério Público. Ora, por certo, o Subprocurador-Geral não era obrigado a concretizar a representação se com ela não concordasse. Outrossim, não haveria como afirmar que a manifestação dos membros do Conselho seria necessariamente desfavorável aos interesses do representado.

5. Ao contrário do que sustenta a defesa, não é possível concluir que a pretensão de afastamento do impetrante tenha partido do próprio Conselho Superior do Ministério Público. Esse Colegiado, em verdade, prezando pela legalidade, apenas ponderou a necessidade de se rediscutir a questão face à mudança no cenário fático e à própria notoriedade do caso, sobretudo após a manutenção da condenação no Superior Tribunal de Justiça, deixando o poder de decisão acerca da representação, ou não, ao encargo da Administração do Órgão Ministerial. Sendo assim, a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, no sentido da necessidade de rediscutir o eventual novo afastamento cautelar do Promotor de Justiça ora impetrante, por si só, não é um indicativo de parcialidade do Colegiado, tampouco implica em cumulação das funções de acusador e julgador ou mesmo caracteriza ofensa ao princípio da independência funcional do Ministério Público.

6. A alegada desnecessidade de novo afastamento cautelar do impetrante é matéria intrinsecamente relacionada com a discricionariedade do Ministério Público, não podendo ser objeto de apreciação pelo Poder Judiciário, sob pena de indevida e intolerável invasão no mérito administrativo, o que é rechaçado pela doutrina e jurisprudência. Dessarte, uma vez entendendo o Parquet que o afastamento cautelar do impetrante é medida necessária para salvaguarda do interesse público e da própria instituição, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, e não havendo qualquer ilegalidade no procedimento, não cabe a esta Corte de Justiça imiscuir-se na necessidade ou desnecessidade do afastamento do impetrante.

7. Consoante se observa dos autos, a decisão de suspensão das férias do impetrante foi emanada monocraticamente pelo Procurador-Geral de Justiça, no gozo da competência instituída pelo artigo 304 da Lei Complementar n.º 11/93. Nada obstante, a matéria também é afeta ao juízo de conveniência e oportunidade do Órgão Ministerial, sendo certo que a suspensão das férias do impetrante não guarda relação direta com a decisão pelo seu afastamento do cargo, em nada comprometendo, portanto, a lisura do respectivo processo administrativo.1. Hipótese em que o impetrante, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, fora afastado cautelarmente de suas funções por motivo de interesse público (art. 112, § 3.º, da Lei Complementar n.º 11/93), por ato do Conselho Superior do Ministério Público, considerando o recebimento de uma denúncia pelo Tribunal Pleno desta Corte de Justiça nos autos de n.º 2009005226-4, pela qual era acusado da prática crimes de corrupção passiva e formação de quadrilha. Após obter decisão favorável no Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu vícios formais no processo administrativo de afastamento, o impetrante reassumiu suas funções. No entanto, posteriormente, a ação penal foi julgada parcialmente procedente, tendo sido condenado neste Tribunal pelo cometimento do crime de corrupção passiva, sendo tal condenação mantida no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, com recurso ao Supremo Tribunal Federal atualmente pendente de apreciação. Essa alteração no quadro fático deu origem à instauração de um novo processo administrativo de afastamento cautelar, contra o qual se insurge o impetrante neste mandado de segurança.2. Ao considerar que o contexto fático que permeava o segundo pedido de afastamento cautelar do impetrante era diverso do primeiro, e que não houve, por parte do Conselho Superior do Ministério Público, descumprimento da decisão do Superior Tribunal de Justiça que havia determinado o retorno do impetrante ao cargo de Promotor de Justiça - já que tal decisão limitou-se aos aspectos formais do processo administrativo de afastamento, os quais foram devidamente observados no segundo pedido -, descabe falar em ilegalidade por bis in idem, tampouco por ausência de fato novo a justificar o segundo afastamento do impetrante.3. Consoante dicção do art. 34 da Lei Complementar n.º 011/1993, a função institucional do Conselho Superior do Ministério Público é deliberar sobre matérias relativas à atuação dos membros do Ministério Público e exercer as atividades de fiscalização do exercício de suas funções, bem como velar pelos seus princípios institucionais. Logo, é de se concluir que o Conselho Superior do Ministério Público agiu dentro de suas atribuições legais ao afastar cautelarmente o impetrante do cargo de Promotor de Justiça, tendo em vista que o ato foi fundamentado no interesse público e na salvaguarda da própria Instituição Ministerial, uma vez que o delito pelo qual o Promotor de Justiça havia sido condenado guardava relação direta com o exercício do seu cargo.4. Ademais, foi o Subprocurador-Geral de Justiça quem teve a iniciativa, dentro da autonomia e discricionariedade que lhe são inerentes, de representar pelo afastamento do impetrante perante o Conselho Superior do Ministério Público. Ora, por certo, o Subprocurador-Geral não era obrigado a concretizar a representação se com ela não concordasse. Outrossim, não haveria como afirmar que a manifestação dos membros do Conselho seria necessariamente desfavorável aos interesses do representado.5. Ao contrário do que sustenta a defesa, não é possível concluir que a pretensão de afastamento do impetrante tenha partido do próprio Conselho Superior do Ministério Público. Esse Colegiado, em verdade, prezando pela legalidade, apenas ponderou a necessidade de se rediscutir a questão face à mudança no cenário fático e à própria notoriedade do caso, sobretudo após a manutenção da condenação no Superior Tribunal de Justiça, deixando o poder de decisão acerca da representação, ou não, ao encargo da Administração do Órgão Ministerial. Sendo assim, a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, no sentido da necessidade de rediscutir o eventual novo afastamento cautelar do Promotor de Justiça ora impetrante, por si só, não é um indicativo de parcialidade do Colegiado, tampouco implica em cumulação das funções de acusador e julgador ou mesmo caracteriza ofensa ao princípio da independência funcional do Ministério Público.6. A alegada desnecessidade de novo afastamento cautelar do impetrante é matéria intrinsecamente relacionada com a discricionariedade do Ministério Público, não podendo ser objeto de apreciação pelo Poder Judiciário, sob pena de indevida e intolerável invasão no mérito administrativo, o que é rechaçado pela doutrina e jurisprudência. Dessarte, uma vez entendendo o Parquet que o afastamento cautelar do impetrante é medida necessária para salvaguarda do interesse público e da própria instituição, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, e não havendo qualquer ilegalidade no procedimento, não cabe a esta Corte de Justiça imiscuir-se na necessidade ou desnecessidade do afastamento do impetrante.7. Consoante se observa dos autos, a decisão de suspensão das férias do impetrante foi emanada monocraticamente pelo Procurador-Geral de Justiça, no gozo da competência instituída pelo artigo 304 da Lei Complementar n.º 11/93. Nada obstante, a matéria também é afeta ao juízo de conveniência e oportunidade do Órgão Ministerial, sendo certo que a suspensão das férias do

impetrante não guarda relação direta com a decisão pelo seu afastamento do cargo, em nada comprometendo, portanto, a lisura do respectivo processo administrativo.8. Conquanto tenha sido declarada a extinção da punibilidade do ora impetrante pelo Supremo Tribunal Federal, em razão da declaração de prescrição da pretensão punitiva, convém registrar que se trata de uma decisão monocrática do Ministro Relator Ricardo Lewandowski, proferida em 14/11/2018, e que se encontra atualmente sub judice e na condição de sigilo, tendo sido interposto, pela parte adversa, em 23/11/2018, recurso de Agravo Regimental contra tal decisão, o qual ainda não foi julgado, estando o feito, atualmente, concluso ao relator.

9. Curial destacar que a norma do artigo 317, § 2.º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal estabelece que, uma vez interposto recurso de agravo regimental, o relator "poderá reconsiderar o seu ato ou submeter o agravo ao julgamento do Plenário ou da Turma, a quem caiba a competência". Ou seja, existe a possibilidade de o próprio relator reconsiderar sua decisão, bem como de que a questão seja submetida ao órgão colegiado competente, daí podendo resultar a alteração do entendimento exarado na decisão monocrática.

10. Decerto, portanto, que é precipitado reconhecer a prescrição como se incontroversa fosse, quando, em verdade, ainda poderá ser revista pelo próprio Supremo Tribunal Federal. A prudência recomenda, nessa hipótese, que se aguarde pela decisão definitiva da Suprema Corte. 9. Curial destacar que a norma do artigo 317, § 2.º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal estabelece que, uma vez interposto recurso de agravo regimental, o relator ?poderá reconsiderar o seu ato ou submeter o agravo ao julgamento do Plenário ou da Turma, a quem caiba a competência?. Ou seja, existe a possibilidade de o próprio relator reconsiderar sua decisão, bem como de que a questão seja submetida ao órgão colegiado competente, daí podendo resultar a alteração do entendimento exarado na decisão monocrática.10. Decerto, portanto, que é precipitado reconhecer a prescrição como se incontroversa fosse, quando, em verdade, ainda poderá ser revista pelo próprio Supremo Tribunal Federal. A prudência recomenda, nessa hipótese, que se aguarde pela decisão definitiva da Suprema Corte. 11. Segurança denegada.. DECISÃO: "VPor maioria de votos, em consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu DENEGAR A SEGURANÇA, consoante os termos do voto do Relator.". Sessão: 03 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 11 de setembro de 2019.

Intimações

INTIMAÇÃO: Fica o representante legal, Dr. **PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB/AM nº 13.050)**. Advogado do Impetrante **MARCELO ANDRÉ DE FREITAS BICHARRA**. Intimado da Decisão de fl. 1202, exarada peloa Desdor. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA**-Relator nos autos de **MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4000113-34.2019.8.04.0000.** Impetrante: Marcelo André de Freitas Bicharra. Impetrados Governador do Estado do Amazonas e Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas. **Decisão.** Fixei prazo, para que o impetrante indicasse os respectivos endereços para fins de viabilizar a citação dos litisconsortes necessários relacionados pela certidão inserida à fl. 1196, advertindo quanto a possibilidade de extinguir o processo, sem resolução de mérito (despacho à fl. 1197). O prazo concedido escoou in albis (vide certidão à fl. 1201). Nessa conjuntura, decreto a extinção do processo, sem resolução de mérito (CPC/2015, arts. 115, parágrafo único e 485, IV). Sem honorários (Lei 12.016/2009, art. 25; Súmula 105/STJ). Intimem-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

INTIMAÇÃO: Fica o representante legal, Dr. **PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB/AM nº 13.050).** Advogado do Impetrante **ÁUREO CAMPOS DA SILVA**. Intimado da Decisão de fl. 978, exarada peloa Desdor. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA**-Relator nos autos de **MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4000182-66.2019.8.04.0000.** Impetrante: Àureo Campos da Silva. Impetrados Governador do Estado do Amazonas e Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas. **Decisão.** Fixei prazo, para que o impetrante indicasse os respectivos endereços para fins de viabilizar a citação dos litisconsortes necessários relacionados pela certidão inserida à fl. 972, advertindo quanto a possibilidade de extinguir o processo, sem resolução de mérito (despacho à fl. 973). O prazo concedido escoou in albis (vide certidão à fl. 977). Nessa conjuntura, decreto a extinção do processo, sem resolução de mérito (CPC/2015, arts. 115, parágrafo único e 485, IV). Sem honorários (Lei 12.016/2009, art. 25; Súmula 105/STJ). Intimem-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

INTIMAÇÃO: Ficam os representantes legais, Drs. **RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB/AM nº 5.292), FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB/AM nº 6.462) PATRICIA SENA PRAIA (OAB/AM nº 8.244), ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB/AM nº 6.946), MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB/AM nº 6.083) DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB/AM nº 6.989), e OUTROS.** Advogados dos Impetrantes **NYEBLE FERREIRA CUNHA e ANTONIO RAIMUNDO QUEIROZ DE SOUZA**. Intimados, no Despacho de fl. 348, exarado pelo Desdor. **ARI JORFE MOUTINHO DA COSTA**-Relator nos autos de **MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0625307-91.2015.8.04.0001.** Impetrante: Nyeble Ferreira Cunha e Antonio Raimundo Queiroz de Souza e Impetrados: Ministério Público do Estado do Amazionas. **Despacho.** Considerando que transitou em julgado a r. decisão monocrática (fls. 341/345) pelo qual o em. Min. Gurgel de Faria negou provimento ao RMS 55.427-AM vide certidão à fl. 347), em sintonia com os princípios do impulso oficial e da proibição de surpresa (CPC/2015, arts. 2.º e 10), fixo prazo de 15 (quinze) dias, para que as partes requeiram o que lhes parecer cabível, sob pena de arquivamento. Intimem-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4002834-90.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: José Carlos de Oliveira - Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Protesto de Letras da Comarca de Manaus - Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Affimar Cabo Verde Filho (A229/AM), da DECISÃO de fls. 433/434, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ex positis, em vista da determinação expressa da Suprema Corte, acolho a posição divergente, pelo que DETERMINO O SOBRESTAMENTO do feito, até a conclusão do julgado no STF ou a reversão da liminar proferida no MS nº 35785 MC/DF, quanto ao Pedido de Providências nº 0004562-86.2017.2.00.0000. Intimem-se. À Secretaria para retirar o feito da pauta de julgamentos." - Advs: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: A229/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003508-34.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Glaupercio Santos Castelo Branco - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: Secretaria de Estado, Administração e Gestão Em Recursos Humanos do Amazonas - Sead - Impetrado: Diretor Presidente da Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - EDITAL 4003508-34.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Glaupercio Santos Castelo BrancoAdvogado :

Luciana Viana C de Andrade (8104/AM)Impetrado : Governador do Estado do AmazonasImpetrado : Secretaria de Estado, Administração e Gestão Em Recursos Humanos do Amazonas - SeadImpetrado : Diretor Presidente da Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de sua representante legal, Advogada: Dra. Luciana Viana C de Andrade (8104/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Paulo César Caminha e Lima, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o descumprimento do despacho de fls. 110, com fundamento no art. 10 da Lei nº 12.016/09, indefiro a petição inicial por ausência de recolhimento das custas iniciais e por não indicação da pessoa jurídica a que se encontra vinculada a autoridade coatora apontada". Manaus, 11 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 11 de setembro de 2019 - Advs: Luciana Viana C de Andrade (OAB: 8104/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira**, Presidente do Tribunal Pleno, torno público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, sera julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, o seguintes processo.

PROCESSO: DIGITAL: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4005264-15.2018.8.04.0000. Impetrantes: **CARLOS SAMUEL BRANDÃO DO NASCIMENTO e RAIMUNDO ERNANI DE SOUZA PIREZ.** Advogado Dr. Marcio Silva Teixeira (OAB/AM nº 4.672). Impetrado: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS.** Presidente: Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira.** Relatora-Juíza Convocada Dra **MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA.** Procuradora-Geral de Justça: Dra. **Leda Mara Nascimento Albuquerque.** Manaus 11 de setembro de 2019.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0205459-81.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente, Antonio Alves Marcião, **advogado, Dr. Rodrigo César da Silva e Silva (OAB/AM sob o nº 7.260).** Requerido, Juízo de Direito da Comarca de Boa Vista do Ramos/AM. **DECISÃO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "Acolho o parecer às fls.31/32, razão pela qual determino o cumprimento das recomendações nele contidas. Ao Setor de expediente para providências. Cumpra-se". Manaus, 03 de setembro de 2019. **Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Corregedor-Geral de Justiça**. Fica a parte requerente intimada, por meio de seu representante, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003087-44.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Central de Ferragens Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Victoria Dutra Alencar Arantes(10316/AM). **Agravado: Alex Pablo Ferreira da Silva-me.** (Advogado(a): Dr(a).Luiz Augusto dos Santos Porto(2662/AM**). DECISÃO**: "No mesmo sentido, quanto à impossibilidade de interposição de agravo em decisão que anuncia o julgamento antecipado da lide, são as seguintes decisões proferidas por esta 1a Câmara Cível: (TJ-AM - AI: 40013934020198040000 AM 4001393-40.2019.8.04.0000, Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing, Data de Julgamento: 28/08/2019, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 28/08/2019); (TJ-AM - AI: 40023475720178040000 AM 4002347-57.2017.8.04.0000, Relator: Anselmo Chíxaro, Data de Julgamento: 15/01/2018, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 16/01/2018); (TJ-AM - AI: 40018760720188040000 AM 4001876-07.2018.8.04.0000, Relator: Paulo César Caminha e Lima, Data de Julgamento: 04/06/2018, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 04/06/2018). Diante destas judiciosas razões, verificado que o Recurso de Agravo interposto não se adequa às diretrizes do rol de cabimento, na forma do art. 932, III, do CPC, NÃO CONHEÇO DO RECURSO. Não havendo irresignação, remetam-se os autos à vara de origem. À secretaria para as providências cabíveis." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005742-57.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A**. (Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes, Alvaro Luiz da Costa Fernandes831A/AM, 86415/RJ e **Embargado: Raelle Malafaia de Melo**. (Advogado: [Américo Valente Cavalcante Júnior 8540/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Américo Valente Cavalcante Júnior (8540/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005767-70.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Carlos Alberto Cohen Monteiro. (Advogado:Maria Auxiliadora Bicharra3004/AM e Embargado: Banco Cruzeiro do Sul**. (Advogado: [Oreste Nestor de Souza Laspro 98628/SP]. **Fica INTIMADO,** o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo Interno Cível nº 0005782-39.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Sangário Empreendimentos Imobiliários LTDA** (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina 3467/AM) e **Embargado: Gesso e Serviço LTDA - EPP** (Advogado(a): Dr(a). Rubens Ferreira Sudart Filho, Wilson de Norões Milfort Neto, Jorge André Fortaleza Sampaio, André Luiz Nepomuceno 16081/CE, 15248/CE, 15286/CE, 32604/CE), **fica INTIMADO o agravado**, por meio de seu advogado Dr(a). Rubens Ferreira Sudart Filho, Wilson de Norões Milfort Neto, Jorge André Fortaleza Sampaio, André Luiz Nepomuceno 16081/CE, 15248/CE, 15286/CE, 32604/CE, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0619733-48.2019.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A**. (Advogado(a): Dr(a). Antonio Braz da Silva, Antonio Braz da Silva(1026A/AM). **Apelado: Derick Daniel Cruz de Almeida**. (Advogado(a): Dr(a).Fabio Pontes Garcia(14234/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4000582-17.2018.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a).** (Advogado(a): Dr(a). Décio Flávio Goçalves Torres Freire(697A/AM). **Agravado: Companhia Tropical de Hoteis da Amazonia**. (Advogado(a): Dr(a).Claudia da Silva David, William Daniel Brasil David, Amanda Ladeira Benzion, Andréa Marques Teles de Souza, Alberto Pacheco da Silva Ladeira, Talita Silva David(4863/AM, 6796/AM, 3587/AM, 3283/AM, 8059/AM, 9182/AM). **DECISÃO:** "Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC, não conheço do presente recurso, julgando-o prejudicado, em razão da perda superveniente do objeto." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003902-41.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Jonas Ribas**. (Advogado(a): Dr(a). Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior, Yuri Dantas Barroso(14182/AM, 4237/AM). **Agravado: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.. DECISÃO**: "Diante do exposto e, ante a ausência dos pressupostos de admissibilidade, NÃO CONHEÇO do recurso. Não havendo irresignação, remetam-se os autos à vara de origem. À secretaria para as providências cabíveis." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4004262-73.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Ricardo Pereira de Souza** (Advogado(a): Dr(a). Carolina Augusta Martins, Robert Merril York Jr., Hugo Fernandes Levy Neto, Victor Hugo Trindade Simões 9989/AM, 4416/AM, 4366/AM, 9286/AM) e **Agravado: Paulo Roberto da Silva Astuto** (Advogado(a): Dr(a). Adroaldo Alexandre Arruda da Silva 5483/AM), **fica INTIMADO o agravado**, por meio de seu advogado Dr(a). Adroaldo Alexandre Arruda da Silva 5483/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-**saj. PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos **eletrônico Agravo de Instrumento nº 4004273-05.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Banco do Brasil S/A** (Advogado(a): Dr(a). Servio Túlio de Barcelos, José Arnaldo Janseen Nogueira 21148A/PA, 1047A/AM) e **Agravado: Álvaro Serrão Monteiro** (Advogado(a): Dr(a). Vito Sasso Filho 10344/AM), **fica INTIMADO o agravado**, por meio de seu advogado Dr(a). Vito Sasso Filho 10344/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005662-93.2019.8.04.0000 -** Manaus em que é **Embargante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas**. (Advogado:Vivian Maria Oliveira da Frota6880/AM e **Embargado: Petróleo Sabbá S/A**. (Advogado: [Marcos André Vinhas Catão, Ronaldo Redenschi, Julio Salles Costa Janolio 244865/SP, 94238/RJ, 119528/RJ]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Marcos André Vinhas Catão, Ronaldo Redenschi, Julio Salles Costa Janolio (244865/SP, 94238/RJ, 119528/RJ) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal**. PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0002988-44.1998.8.04.0012** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco do Brasil S/A - Agência Educandos.** (Advogado(a): Dr(a). Sérvio Túlio de Barcelos, José Arnaldo Janseen Nogueira(1048A/AM, 1047A/AM). **Apelado: Almira Pinheiro Lima**. (Advogado(a): Dr(a).João de Deus Gomes dos Anjos, Renato Tadeu Rondina Mandaliti, Karina de Almeida Batistuci, Jessica Fernanda Fonseca Barker(903/AM, 115762/SP, 9558/AL, 8270/AM). **DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se.". **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005668-03.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos e Participações Ltda**.. (Advogado:Dyonisio Pinto Carielo, Carlos Eduardo Rocha Cruz103723/MG, 73238/MG e **Embargado: Cintia Galucio Silva de Lima**. (Advogado: [Vandesson Barbosa Santiago 12217/AM**]. Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Vandesson Barbosa Santiago (12217/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal.**PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005747-79.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Banco Bradesco Financiamentos** S/A. (Advogado:Jose Augusto de Rezende Junior1109/AM e **Embargado: Raimundo Reis dos Santos**. (Advogado: [Pedro Morais de Brito Junior, Antonela Martins dos Santos 10803/AM, 9781/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Pedro Morais de Brito Junior, Antonela Martins dos Santos (10803/AM, 9781/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005788-46.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: O Estado do Amazonas.** (Advogado:Ana Marcela Grana de Almeida7513/AM e **Embargado: Ana Paula Rocha Frazão**. (Advogado: [Daniella Silva Freitas, Alessandra de Oliveira Netto, Alexandre de Oliveira Netto 11084/AM, 5176/AM, 6274/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Daniella Silva Freitas, Alessandra de Oliveira Netto, Alexandre de Oliveira Netto (11084/AM, 5176/AM, 6274/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0608536-96.2019.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Martins Import Ltda.** (Advogado(a): Dr(a). João

Bosco de Albuquerque Toledano, Fernanda Cabral Santos(1456/Am, 6755/AM). **Apelado: R. S Moura & Cia Ltda - Representado por Rielt Serafim. DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0658909-68.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Eliana Carvalho de Araujo**. (Advogado(a): Dr(a). Cairo Lucas Machado Prates, Rodrigo Medeiros Lócio, Queila Coelho de Souza(33787/SC, 39972/PE, 7931/AM). **Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**. (Advogado(a): Dr(a). Rodrigo Medeiros Lócio(39972/PE). **DECISÃO:** "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0635208-78.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Bmg S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Luciano Mauro Nascimento Albuquerque, Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque, Hendrya Karnopp Albuquerque(4732/AM, 876/AM, 4018/AM). **Apelado: Ivo Silva de Souza.** (Advogado(a): Dr(a).Marcos Paulo Coelho de Souza, Alexandre Gomes Ribeiro(4395/AM, 6199/AM). **DECISÃO:** "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0634771-76.2014.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Fabio Angelo Maspoli.** (Advogado(a): Dr(a). Elias Barros Cavalcante(5359/AM). **Apelado: Klicia de Oliveira Arruda**. (Advogado(a): Dr(a).Marcelo Guedes de Mello e Silva(9786/AM**). DECISÃO**: "Trata-se de recurso de apelação formulado contra os termos da sentença proferida em autos de Ação de Despejo, pelo que aplicável à espécie é o preceito o art. 58, inciso V, da Lei n.º 8.245, de 18/10/1991, verbis: Art. 58. Ressalvados os casos previstos no parágrafo único do art. 1º, nas ações de despejo, consignação em pagamento de aluguel e acessório da locação, revisionais de aluguel e renovatórias de locação, observar - se - á o seguinte: (...) V - os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito somente devolutivo. Diante do exposto, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. Publique-se. À Secretaria, para providências."**PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0624710-83.2019.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco do Brasil S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(598A/AM, 128341/SP). **Apelado: 3 K Restaurante e Lanchonete Ltda. DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0620566-08.2015.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: D. da S. P. dos S. .** (Advogado(a): Dr(a). Valéria Araújo Neves(120303/MG). **Apelado: B. R. D. F. . DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. No caso em comento, determino seja dada vista dos autos ao Ministério Público, requerendo expressa manifestação quanto à nulidade de todo o procedimento, por inobservância da regra insculpida nos artigos 71 e 72, do CPC/2015, ante a inexistência de nomeação de curador especial ao incapaz que, citado por hora certa (p. 18), deixou de constituir advogado nos presentes autos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0617470-77.2018.8.04.0001 -** Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Bonsucesso S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Carlos Eduardo Cavalcante Ramos(37489/BA). **Apelado: Geison Barros de França**. (Advogado(a): Dr(a). Kelson Girão de Souza, Rodrigo Barbosa Vilhena, Dr. Rafael Reis Gomes da Silva(7670/AM, 7396/AM, 13660/AM). **DECISÃO**: "A teor do disposto no art. 1.012, caput, no NCPC, em regra, o recurso de apelação terá efeito suspensivo. Todavia, o parágrafo 1.º do mesmo artigo estabelece que começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: I - homologa divisão ou demarcação de terras; II - condena a pagar alimentos; III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; VI - decreta a interdição. Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0614483-05.2017.8.04.0001 -** Manaus/Am, em que é **Apelante: Jacqueline Barbosa Vilhena.** (Advogado(a): Dr(a). Kelson Girão de Souza, Kelson Girão de Souza, Kelson Girão de Souza, Rodrigo Barbosa Vilhena(7670/AM, 7670/AM, 7670/AM, 7396/AM**). Apelado: O Estado do Amazonas. DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0614420-77.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/**A. (Advogado(a): Dr(a). Alvaro Luiz da Costa Fernandes, Alvaro Luiz da Costa Fernandes(831A/AM, 86415/RJ). **Apelado: Wilma Costa.** (Advogado(a): Dr(a). Jadilson José Chaves da Costa(10490/AM**). DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0614156-02.2013.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Gilmar Ferreira da Silva.** (Advogado(a): Dr(a). Phâmara de Souza Sicsú(6334/AM). **Apelado: Rogério Rodrigues Portilho**. (Advogado(a): Dr(a).Jefferson Laborda da Silva, Luciana Morais Avelar, Jefferson Laborda da Silva, Luciana Morais Avelar, Jefferson Laborda da Silva, Luciana Morais Avelar(4322/AM, A633AM, 4322/AM, 633A/AM, 4322/AM, 633A/AM). D**ECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais **de Apelação Cível nº 0241058-81.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: e H. M. da S. M. (Apelado: H. da S. M. . DECISÃO:** "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0612540-84.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Itaucard S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Antonio Braz da Silva(OAB/AM A-1026) e **Apelado: Xingu Cultura, Arte e Turismo Ltda-me. DECISÃO**: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." **PT**

PAUTA DE JULGAMENTO

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, torno público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados na Sessão do dia **23.09.2019,** segunda-feira, às 09:00h, no Plenário da 1ª Câmara Cível, 3º andar, situado no Edifício Arnoldo Péres, Av. Andre Araújo, s/nº - Aleixo, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subsequentes serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas. As inscrições para sustentação oral somente serão aceitas antes de iniciada a sessão, nos termos do artigo 114, § 2º da Resolução 72/84 - Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Apelação Cível nº 0630436-43.2016.8.04.0001
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney Figliuolo Harraquian
Apelante: O Estado do Amazonas
Procurador: Eugenio Nunes Silva (OAB: A763/AM)
Apelado: Yuri Tuma Camilo
Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Procuradora de Justiça: Maria José da Silva Nazaré
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.

Apelação Cível nº 0627458-64.2014.8.04.0001
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Apelantes: Santa Giana Empreendimentos Imobiliários Ltda, Santo Ildelfonso Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP), Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB: 8759/AM), Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM)
Apelados: Erick da Silva Alves, Silvia Cristina Carvalho Alves
Advogados: Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM), João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.

Apelação Cível nº 0627523-54.2017.8.04.0001
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante: Sul América Companhia de Seguro Saúde
Advogado: Thiago Pessoa Rocha (OAB: 29650/PE)
Apelada: Virgínia Maria Liuzzi Gomes
Advogados: Filipe Mendes Silva (OAB: 9766/AM), Rafaela da Silva Gomes (OAB: 8946/AM)
Procuradora de Justiça: Dra. Sandra Cal Oliveira
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.

Apelação Cível nº 0649724-06.2018.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogados: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM), Nájela Noara Dias Tomé (OAB: 159666/MG), Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Apelado: Antônio Carlos Santos dos Reis
Advogados: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM), Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB: 2208/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.

Relator: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4001470-49.2019.8.04.0000
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Agravante: Maria Marcia Bringel Batista - Portal Olm - O Outro Lado da Moeda
Advogado: Gualter Moraes dos Reis (OAB: 8804/AM)
Agravado: Arlison Pereira Leite
Advogados: Alexandre Coelho da Silva (OAB: 5846/AM), Luciana Lopes Xavier (OAB: 8022/AM), Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM), Kardinallenn Teixeira dos Santos (OAB: E1229/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4001966-78.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM)
Agravados: Cezio Comercial Ltda - C. C. I, Ely Gonçalves de Souza Junior
Advogado: Bergson Mendonça Lacerda (OAB: 8963/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4002692-52.2019.8.04.0000
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Ana Maria de Oliveira Diógenes

Agravante: Irismar Ribeiro Davila
Advogada: Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB: 3663/AM)
Agravado: O Município de Manaus
Procuradora: Tracey Maria da Silva Resende (OAB: 4329/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4003001-73.2019.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante: Renata Silva dos Santos
Advogados: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM), Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM)
Agravado: Banco BMC S/A
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4003241-62.2019.8.04.0000
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Agravante: Max Joaquim Martins de Araújo
Advogados: Antonio Fabio B. de Mendonça (OAB: 2275/AM), Adriana Lo Presti Mendonça (OAB: 3139/AM)
Agravados: Vicente dos Anjos Liberato Neto, Alexandre Martins Soares
Advogado: Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB: 5641/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0607445-73.2016.8.04.0001
Origem: 6ª Vara de Família
Juiz Prolator: Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
Apelante: M. do S. C. de O.
Advogado: Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB: 9770/AM)
Apelado: N. M. de O.
Advogados: Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB: 7725/AM), Andre Luiz Silva Pinto (OAB: 7736/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0000290-09.2015.8.04.7501
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Luís Claudio Cabral Chaves
Apelante: Município de Tefé/am - Prefeitura do Município
Procuradores: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM), Alvimar Costa Monteiro Junior (OAB: 8580/AM)
Apelado: Ludimilson Artiago Vieira
Advogado: Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes (OAB: 9598/AM)
Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0606533-81.2013.8.04.0001, de
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante: José Fernando Brasil de Araújo
Advogados: José Fernando Brasil de Araujo (OAB: 9633/AM), Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM), Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB: 7432/AM)
Apelado: Condomínio Edifício Ajuricaba
Advogados: Roberto Marques da Costa (OAB: 4135/AM), Auton Francisco Furtado Maia (OAB: 5821/AM), Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB: 10804/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0610195-77.2018.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante: H. Y. Mouas Produções e Comércio Ltda.
Advogado: Sérgio Marinho Lins (OAB: 2414/AM)
Apelado: Mario Cesar Filgueiras Gomes
Advogados: Mario Cesar Filgueiras Gomes (OAB: 8335/AM), Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (OAB: 6310/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0000022-89.2018.8.04.3801
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante: Municipio de Coari/am
Procurador: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM)
Apelado: Luiz de Lima
Advogados: Christiane Saraiva Domingues (OAB: 6568/AM), Leandro Castilho (OAB: 6082/AM)
Procuradora de Justiça: Dra. Sandra Cal Oliveira
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0619778-86.2018.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante/Apelado: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Apelante/Apelado: Socorro de Assunção Lima
Advogados: José Mário de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM), Camilly Martins Brasil (OAB: 11085/AM)
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0659461-33.2018.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante: Banco Itaucard S/A
Advogado: Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 1117/AM)
Apelado: Rayane Coelho de Lima Dantas
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0202613-09.2009.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante: S. V. Instalações Ltda
Advogados: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM), Leonardo Fernandes Rodrigues sa Silva (OAB: 6276/AM), Maria Lúcia da Costa Valenzuela (OAB: 5724/AM)
Apelado: Werther Nascimento da Silva
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0603117-71.2014.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante: Cristiano Caxias da Silva
Advogados: Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM), Juarez Camelo Rosa
Apelado: O Estado do Amazonas
Procuradora: Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB: 3629/AM)
Procuradora de Justiça: Dra. Noeme Tobias de Souza
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0614593-72.2015.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante: TOP SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO IND. LTDA
Advogados: Sheila Bartolotti Ravedutti, Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB: 1964/AM), Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB: 8196/AM)
Apelado: Metalurgica Brasferro LTDA
Advogados: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM), Francyne Negro Vaz Leal (OAB: 10447/AM), Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB: 8944/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0608108-17.2019.8.04.0001, de
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP)
Apelado: Gracilago Ferreira Santos Sobrinho
Advogado: Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB: 13340/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0644062-66.2015.8.04.0001
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante: Manaus Ambiental S/A
Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM)
Apelado: Allison Felix da Silva
Advogado: Jorge Luiz Viana de Carvalho (OAB: 8291/AM)
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0618405-20.2018.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogados: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE), Bruno Rosas Hidalgo (OAB: 10732/AM)
Apelados: Trio Car Comercio e Locaçao de Veículos Ltda-me, José Pinto de Matos, Diana Liz da Silva Matos
Advogado: Tony Felix Tomé (OAB: 7688/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0611772-66.2013.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Antônio de Araújo Pereira
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM)
Apelado: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - Detran/AM
Procuradores: Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB: 5391/AM), Marta Maria Vale Oyama (OAB: 7146/AM), Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB: 4519/AM), Sérgio Augusto G. Cavalcante (OAB: 4895/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação / Remessa Necessária nº 0629356-44.2016.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante/Apelado: O Município de Manaus
Procurador: Aldenaira Paula de Freitas (OAB: 21/91)
Apelante/Apelado: Alexandro José de Menezes Silva
Advogada: Sarah Marques Barbosa (OAB: 11217/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing

Apelação Cível nº 0601337-91.2017.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Apelante: Banco da Amazônia S/A
Advogados: Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB: 10396/PA), Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB: 2708/AC), Annabelle de Oliveira Machado (OAB: 4419/AM)
Apelado: D. D. Incorporações Imobiliárias Ltda.
Advogado: Francisco Maciel do Nascimento (OAB: 2091/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4005313-56.2018.8.04.0000
Origem: 17ª Vara Cível de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Agravante: Hospital Adventista de Manaus
Advogado: Douglas D´ouro Carvalho (OAB: 2953/TO)
Agravado: Amf de Souza Serviços
Advogado: Mauro da Gama Monteiro (OAB: 9734/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4003306-57.2019.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante: Petroleo Brasileiro S/A. - Petrobras
Advogado: César Augusto de Pinho Pereira (OAB: 12893/AM)
Agravado: Parente Andrade Ltda
Advogado: Paulo César Laborda Valente (OAB: 1403/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Remessa Necessária Cível nº 0616806-80.2017.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas
Requerente: Silvania Teixeira da Costa
Advogados: Juarez Camelo Rosa, Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM)
Requerido: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs
Advogados: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM), Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM)
Procuradora de Justiça: Dra. Maria José da Silva Nazaré
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Remessa Necessária Cível nº 0651853-81.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Remetente: Juízo de Direito da 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/Am
Requerente: Jose Mauricio da Costa Rodrigues
Advogados: Gustavo Michelotti Fleck (OAB: 21243/DF), Queila Coelho de Souza (OAB: 7931/AM), Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787/SC)
Requerido: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Procuradora de Justiça: Dra. Noeme Tobias de Souza
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4005761-29.2018.8.04.0000
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Agravantea: Jorge Roberto DiTomasio Leão e Marianna Frachinetti Brock
Advogado: DR. Fabio Pereira Garcia dos Santos (OAB: 4850/AM)
Agravada: Mjp Construções e Projetos Ltda.
Advogados: Drs. Raphael Heinrich B. de Oliveira (OAB: 5885/AM), Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM), Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB: 7237/AM) e Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4001228-90.2019.8.04.0000
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Marco A P Costa
Agravante: Associação dos Servidores da Suframa - Asframa
Advogados: Drs. Marco Antônio Portella de Macedo (OAB: 2039/AM) e Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB: 9886/AM)
Agravado: O Município de Manaus
Procurador: Dr. Janary Yoshizo Kato Yokokura (OAB: 6324/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4001315-46.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Agravante: Daniel Ribeiro Chaves
Advogados: Drs. Yuri Dantas Barroso (OAB: 4237/AM) e Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (OAB: 14182/AM)
Agravada: Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Averbação de Suspeição: Exmo. Sr. Des. Paulo Lima

Agravo de Instrumento nº 4001454-95.2019.8.04.0000
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Agravante: Banco Bmg S/A
Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Agravada: Maria das Graças Lopes Teixeira
Advogado: Dr. Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB: 8838/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4001505-09.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Dr. Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM)
Agravado: Antonio Raimundo da Silva Me
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4001632-44.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Sheilla Jordana de Sales
Agravante: Sandra Leitão Monteiro
Advogadas: Dras. Andrezza Caldas Vital (OAB: 10723/AM) e Isabelle Fernanda Sena de Oliveira (OAB: 12192/AM)
Agravados: Hapvida Assistencia Medica Ltda e Hospital Rio Amazonas
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4001708-68.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Sheila Jordana de Sales
Agravante: Ageovana Oliveira do Nascimento
Advogado: Dr. Robson Carvalho Ferreira (OAB: 12268/AM)
Agravados: Novo Tempo Comércio de Hortifrutigrajeiros Ltda, Adalberto Alves de Araújo, Francisco Alves de Araujo e Rubem Alves de Araújo.
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4001931-21.2019.8.04.0000
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Agravante: Banco Bmg S/A
Advogado: Dr.Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Agravado: João Marcos dos Santos Torres
Advogada: Dra. Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM)
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4002043-87.2019.8.04.0000
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante: Integração Transportes Ltda
Advogados: Drs. Talvani Franco Leite Brito (OAB: 680A/AM) e Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB: 4083/AM)
Agravada: Marilena Pedroso de Sousa
Advogado: Dr. Diogo Monteiro de Souza (OAB: 12567/AM)
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4002455-18.2019.8.04.0000
Origem: Juizado da Infância e Juventude - Cível
Juiz Prolator: Rebeca de Mendonça Lima
Agravante: Kauanny Darphym Arruda de Oliveira
Defensor: Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Agravado: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saúde
Procurador: Dr. Alberto Bezerra Melo (OAB: 2015/AM)
Agravado: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – Pge
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

JULGAMENTOS EM MESA

Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Embargos de Declaração Cível nº 0005428-48.2018.8.04.0000
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Celso Souza de Paula
Embargante: José Waner de Souza Neves
Advogados: Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (2167/AM), Vera Lucia Matos Falcão (3758/AM)
Embargado: Agroindústria e Comércio de Derivados do Leite Ltda
Advogado: Eli Marques Cavalcante Junior (2881/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Embargos de Declaração Cível nº 0005439-77.2018.8.04.0000
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Celso Souza de Paula
Embargante: Agroindústria e Comércio de Derivados do Leite Ltda
Advogado: Eli Marques Cavalcante Junior (2881/AM)
Embargado: José Waner de Souza Neves
Advogados: Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (2167/AM), Vera Lucia Matos Falcão (3758/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo Interno Cível nº 0001748-21.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Agravante: White Martins Gases Industriais do Norte Ltda.
Advogados: Carlos Roberto Siqueira Castro (A671/AM), Maurício Corte Chagas Memória (137775/RJ), Juliana de Castro Lobato (110497/MG)
Agravado: S. E. T. do Brasil Ltda
Advogadas: Monica Vicente Taketa (7988/AM), Carolina Gomes Mar (8627/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Embargos de Declaração Cível nº 0005087-85.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Embargante: O Município de Manaus
Procurador: Adriana Carla de Souza Silva (3030/AM)
Embargado: Miguel Reinaldo Mendes de Castro
Advogada: Christianne Di Felício F. da Silva (3631/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Embargos de Declaração Cível nº 0005393-54.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Embargante: O Estado do Amazonas
Procuradora: Luciana Barroso de Freitas (5144/AM)
Embargada: Iracema Moraes da Silva
Advogado: Antonio Carlos Gama Alves (16215/PA)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Embargos de Declaração Cível nº 0005560-71.2019.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Embargante: Platinium Construções Ltda
Advogadas: Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Ana Beatriz da Silva Oliveira (9372/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM)
Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (57/AM)
Embargada: Fernanda Guimarães Versiani
Advogado: Icaroty José da Silva (6010/AM)
Embargado: Francivaldo de Oliveira Lima Versiani
Advogado: Icaroty José da Silva (6010/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração Cível nº 0005020-23.2019.8.04.0000
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Embargante: O Estado do Amazonas
Procurador: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (2538/AM)
Embargada: Maria Augusta Regis Pinheiro
Advogado: Luiz Gonzaga Pinheiro Junior (12021/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Remessa Necessária Cível nº 0651853-81.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Remetente: Juízo de Direito da 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/am
Requerente: Jose Mauricio da Costa Rodrigues
Advogados: Gustavo Michelotti Fleck (21243/DF), Queila Coelho de Souza (7931/AM), Cairo Lucas Machado Prates (33787/SC)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração Cível nº 0005308-68.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Embargante: O Estado do Amazonas
Procurador: Thiago Oliveira Costa (13187/AM)
Embargado: Evandro de Azevedo Martins
Advogados: Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM), Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração Cível nº 0005328-59.2019.8.04.0000
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Embargante: Eriton Couto
Advogado: Michael Queiroz Redig Ardaya (12680/AM)
Embargado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogada: Thatiane Tupinambá de Carvalho (3696/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração Cível nº 0005363-19.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Embargante: Tereza Simone da Silva Maia
Advogados: Dyogo Rodrigues de Oliveira (19941/PB), Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM)
Embargado : Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração Cível nº 0005386-62.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Embargante: Carlos Ferreira Monteiro
Advogado s: Maria Altamira de Souza (6959/AM), Charles Ribeiro da Silva (5694/AM)
Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogados: José Edgar da Cunha Bueno Filho (126504/SP), Reinaldo Luis T. R. Mandaliti (257220/SP), Karina de Almeida

Batistuci (178033/SP), Paula Rodrigues da Silva (221271/SP), Paulo Eduardo Prado (182951/SP), Alessanda Cistina Mouro (161979/SP), Karina de Almeida Batistuci (685A/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração Cível nº 0005405-68.2019.8.04.0000

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza

Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev

Advogada: Caroline Retto Frota (4411/AM)

Embargada: Dalva Maria da Silva Maia

Advogados: José Eldair de Souza Martins (1822/AM), Amanda Lima Martins (2487/AM)

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Relatora:Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Embargos de Declaração Cível nº 0005517-37.2019.8.04.0000

Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Embargante: Antonio Augusto Brito Feijó Júnior

Advogada: Renata Carvalho Bezerra (13907/AM)

Embargado: Banco RCI Brasil S.A.

Advogados: Aurelio Câncio Peluso (32521/PR), Alexandre Millen Zappa (27862/PR)

Relatora:Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Embargos de Declaração Cível nº 0004232-09.2019.8.04.0000

Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Juiz Prolator: Marco Antonio Pinto da Costa

Embargante: Fazenda do Estado do Amazonas / SEFAZ

Procurador: Ruth Ximenes de Sabóia (2100/AM)

Embargado: Steck da Amazônia Indústria elétrica LTDA

Advogado: Celso Ricardo Pereira dos Santos (A425/AM)

Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Embargos de Declaração Cível nº 0005292-17.2019.8.04.0000

Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento

Embargantes: Direcional Engenharia S/A, Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogados: Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Rodrigo Banayon Pontes Serudo (11132/AM), Humberto Rossetti Portela (91263/MG), Leonardo Braz de Carvalho (76653/MG), Carolina Postigo Silva (9214/AM)

Embargado: Marco Antonio do Nascimento Pinto Junior

Advogado: Waleska dos Paula e Souza (9008/AM)

Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Relator: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira

Embargos de Declaração Cível nº 0004305-78.2019.8.04.0000

Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho

Embargante: Vanilson Bebba

Advogados: Ana Paula Ivo Fernandes Marinho (4288/AM), Ana Paula Ivo Fernandes Marinho (119221/RJ), Talvani Franco Leite Brito (680A/AM), Solon Angelim de Alencar Ferreira (3338/AM)

Embargado: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Advogados: Pedro Câmara Junior (2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Elaise Moss Portela (7689/AM)

Relator: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira

Embargos de Declaração Cível nº 0004309-18.2019.8.04.0000

Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho

Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Advogados: Pedro Câmara Junior (2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Elaise Moss Portela (7689/AM)

Embargado: Vanilson Bebba

Advogados: Ana Paula Ivo Fernandes Marinho (4288/AM), Ana Paula Ivo Fernandes Marinho (119221/RJ), Talvani Franco Leite Brito (680A/AM), Solon Angelim de Alencar Ferreira (3338/AM)

Relator: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira

Manaus, 11 de setembro de 2019

Zélia Maria Machado de Aragão Peixoto – Secretária da Primeira Câmara Cível

Intimações

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4004074-80.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Amazonas Energia S/A (Advogado: Dr. Guilherme Vilela de Paula 1010A/AM, Isabela Montuori Bougleux de Araújo 1069A/AM) e Agravado: Associacao dos Loj do Cecomiz Shopping (Advogado: Dr. Sérgio Renam de Mello Freitas 11095/AM, Iago Oliveira Pascarelli 13854/AM), fica INTIMADO o agravado, por meio de seu advogado D. Sérgio Renam de Mello Freitas 11095/AM, Iago Oliveira Pascarelli 13854/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0622125-97.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Rosângela Maria Riker de Souza Batista (Advogado: Dr. João Bosco Ramos Batista 2739/AM) e Apelado: Jorge Elias dos Santos ficam INTIMADAS AS ADVOGADAS, Dra. Luiza Helena R. Simonetti Cabral 3502/AM e Dra. Jessica Ferreira Botelho 6826/AM. “Levando-se em conta as tentativas frustradas de intimação do herdeiro Jorge Elias dos Santos Filho na condição de inventariante do espólio do apelado, em homenagem ao princípio da cooperação, determino a intimação de suas advogadas constituídas nos autos de n.º 0623411-76.2016.8.04.0001 (Dr.ª Luiza Helena R. Simonetti Cabral, OAB/AM n.º 3502; e Dr.ª Jessica Ferreira Botelho OAB/AM n.º 6826) a fim de que informem a esta relatoria se também o patrocinarão neste processo. Caso respondam de forma positiva, impõe-se a juntada da devida outorga de poderes. Exclua-se do SAJ o nome do Dr. Vinicius Martins de Meira, OAB n.º 4269, antigo advogado do apelado. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.”. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0240843-57.2008.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Vieiralves Imobiliária Ltda (Advogado: Dr. Elaine Dib Botelho Ribeiro 8028/AM, Diego dos Santos Ramos 12503/AM, Fabiana Caroline

Silva 8019/AM) e Apelado: Raimunda Alves Mota (Advogado: Dr. Raimundo Sérvulo Lourido Barreto 127956/AM) fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seus Advogados Dr. Elaine Dib Botelho Ribeiro 8028/AM, Diego dos Santos Ramos 12503/AM, Fabiana Caroline Silva 8019/AM. "Com base no art. 10 do CPC: a) Intime-se a apelante, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito da possível inovação recursal em relação ao pedido de arbitramento de taxa de fruição pela indisponibilidade do imóvel. b) Intimem-se ambas as partes para que se manifestem sobre a possibilidade de reconhecimento de omissão dolosa por parte da apelante em relação às acessões realizadas em seus lotes de terra, nos termos do art. 1.256, parágrafo único, do CC. Atente-se para a prerrogativa legal do prazo em dobro e intimação pessoal da Defensoria Pública do Estado. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003699-79.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Norte Comercial Distribuidora de Medicamentos Ltda. (Advogada: Dra. Renata Carvalho Bezerra 13907/AM). Agravado: O Estado do Amazonas. DECISÃO: "Assim, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil, reputo prejudicado o recurso. Transcorrido o prazo legal sem a interposição de Agravo Interno, executem-se os procedimentos de praxe para baixa e encerramento do feito. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. Des. PAULO LIMA R E L A T O R (assinatura eletrônica)". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005706-15.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Banco Pan S/A (Advogado: Dr. Sérgio Schulze 7629/SC) e Embargado: Elivaldo da Costa França (Advogado: Dr. Franciane Aguiar de Castro 10425/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seus Advogados Dr. Sérgio Schulze 7629/SC, Franciane Aguiar de Castro 10425/AM. "Determino a intimação: (i) de ambas as partes para que, em 5 (cinco) dias, se manifestem acerca da aparente violação à regra da unirrecorribilidade, considerada a anterior oposição dos Embargos de Declaração de nº 0005705-30.2019.8.04.0000; (ii) do Embargado para que apresente contrarrazões ao recurso (art. 1.023, §2º, do CPC). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005705-30.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Banco Pan S/A. (Advogado:Sérgio Schulze 7629/SC) e Embargado: Elivaldo da Costa França. (Advogado: Franciane Aguiar de Castro 10425/AM). Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Franciane Aguiar de Castro (10425/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0610546-50.2018.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Ipiranga Produtos De Petróleo S.A.. (Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues 598A/AM, Lúcia Vitória Santos de Oliveira 12281/AM). Apelado: José Augusto Silva Medeiros. (Advogado: Dr. Carolina Augusta Martins 9989/AM, Robert Merril York Jr. 4416/AM, Victor Hugo Trindade Simões 9286/AM). DECISÃO: "Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. compareceu aos autos (fls. 365/366) para noticiar que, juntamente ao Apelado José Augusto Silva Medeiros, celebraram acordo, objetivando por fim à presente demanda, consoante os termos ajustados no Termo de Acordo Extrajudicial de fls. 367/369. Em vista do exposto, homologo o acordo entre as partes, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC, e determino a perda do objeto do recurso (art. 932, III, do CPC) interposto por Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (fls. 273/296 e 322/333). Por conseguinte, entre os acordantes, foi negociada a extinção da presente ação, após a devida apuração das custas processuais e honorários de sucumbência da forma prevista na transação. Fica consignado que as partes renunciam ao prazo para recorrer da presente decisão homologatória. À Secretaria para as providências necessárias. Manaus, 9 de setembro de 2019.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0610933-36.2016.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: José Francisco Alves de Morais (Advogado: Dr. Mauro Allen Bezerra 2655/AM) e Apelado: José Antunes Filho (Advogado: Dr. Saulo Moyses Rezende da Costa 7300/AM) ficam INTIMADOS os APELADOS, na pessoa de seu Advogado Dr. Saulo Moyses Rezende da Costa 7300/AM. "Intimem-se os apelados para que se manifestem, no prazo de 10 (dez) dias úteis, sobre os documentos juntados com a petição de fl. 577. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0618560-28.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Banco Itaucard S/A (Advogado: Dr. Antônio Braz da Silva 1026A/AM, Antonio Braz da Silva 12450/PE) e Apelado: Rosinei Bazildes de Souza (Advogado: Dr. Bergson Mendonça Lacerda 8963/AM) fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Antônio Braz da Silva 1026A/AM, Antonio Braz da Silva 12450/PE. "Trata-se de recurso de Apelação Cível interposto por Banco Itaucard S/A contra sentença proferida pelo Juízo de Direito da 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital, que determinou o cancelamento da distribuição processual, nos termos do art. 257 do Código de Processo Civil, nos autos do cumprimento de sentença originário. Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, e considerando o conteúdo das razões apresentadas no recurso, determino a intimação do apelante, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do cumprimento, por parte do Apelante, do requisito extrínseco da regularidade formal, mais especificamente, o ônus da impugnação específica das razões expostas pelo juízo a quo na sentença recorrida (regra da dialeticidade). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0619195-77.2013.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Espólio Hassan Ahmed Hauache e Hayat Haussami Hauache (Advogado: Dr. Eduardo Aurelio de Vasconcelos 1536/AM, Cesar Augusto Santos Pereira 1908/AM, João Antônio S. Tolentino 2300/AM) e Apelado: João Ferreira de Oliveira e O Estado do Amazonas (Advogado: Dr. Braulio Ghidalevich 2248/AM, Dionéia de Souza Pinho 3040/AM, Rafael Cândido da Silva 6499/AM) ficam INTIMADOS OS APELANTES, na pessoa de seus Advogados Dr. Eduardo Aurelio de Vasconcelos 1536/AM, Cesar Augusto Santos Pereira 1908/AM, João Antônio S. Tolentino 2300/AM. "Sendo assim, proceda-se à intimação do Espólio de Hassan Ahmed Hauache, na pessoa de sua inventariante Hayat Haussami Hauache e de seus advogados, para que seja regularizada a representação processual, por meio da juntada aos autos do instrumento de procuração em nome do espólio, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de não conhecimento do recurso, nos termos do inciso I do §2º do art. 76 do CPC. Proceda-se também à inclusão no Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) do nome do Apelado Estado do Amazonas, visto já ter, inclusive, apresentado suas Contrarrazões, de maneira que todos os atos processuais sejam realizados também em seu nome, a fim de evitar eventuais irregularidades nas publicações. Em seguida, em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação dos Recorrentes, por intermédio de seus advogados constituídos, para

que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do pedido de aplicação de multa por litigância de má-fé formulado em Contrarrazões (fls. 376/378). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0000309-32.2017.8.04.4401 - Humaitá em que é Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes 831A/AM) e Apelado: Remberte Cauã Carvalho da Silva (Advogado: Dr. Michelle Souza Pires Stegmann 888A/AM, Rodrigo Stegmann 968A/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seu Advogado Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes 831A/AM, Michelle Souza Pires Stegmann 888A/AM, Rodrigo Stegmann 968A/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito de (i) possível violação à regra da dialeticidade recursal por parte do Apelante e (ii) aplicação de multa ao Recorrente, em conformidade ao art. 80, II, CPC, ou seja, por litigância de má-fé em virtude de alterar a verdade dos fatos, já que o Apelante alega a ausência de requerimento administrativo, embora a Apelada já tenha juntado e o MM. Juiz a quo reconhecido (fls. 84/85) o protocolo do pedido em esfera administrativa em documento de fl. 41 (17.2 no sistema projudi). Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação das partes, determino o encaminhamento do feito ao G. Órgão Ministerial para apreciação. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 9 de setembro de 2019.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0639873-11.2016.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Banco do Brasil S/A (Advogado: Dr. Servio Túlio de Barcelos 44698/MG, José Arnaldo Janseen Nogueira 1047A/AM) e Apelado: H L H Construções LTDA ME ficam INTIMADO O APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Servio Túlio de Barcelos 44698/MG, José Arnaldo Janseen Nogueira 1047A/AM. "Nesse contexto, em observância ao disposto no §4º do art. 1.007, CPC/15, determino a intimação do recorrente, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento do preparo em dobro, sob pena de deserção, dispondo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 218, §1º c/c 219, do CPC/15. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing , faço público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados os seguintes processos:

Relator: Des. Paulo César Caminha e Lima

Agravo de Instrumento nº 4001372-64.2019.8.04.0000
Origem: Vara Única de Careiro
Juiz Prolator: Fabiola de Souza Bastos
Agravantes: Fabio Arruda de Souza. Francisco Paulo de Souza, Aguinelo de Souza Santos, Almir Holanda dos Santos, Euclides de Souza Santos, Jane de Souza dos Santos e Ocione de Souza Santos
Advogados: Drs. Fábio Pinheiro de Araujo (OAB: 9576/AM), Henrique Correa Siqueira (OAB: 8873/AM) e Murilo Correa Siqueira (OAB: 11169/AM)
Agravado: Francisco Holanda dos Santos
Advogados: Drs. Jones Ramos dos Santos (OAB: 6333/AM) e Adson Soares Garcia (OAB: 6574/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação / Remessa Necessária nº 0642727-12.2015.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Estado do Amazonas
Procurador: Dr. Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM)
Apelada: Maria Neide Vicencia Reis
Advogado: Dr. Jose Furtado Junior (OAB: 9322/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0000155-68.2017.8.04.3801
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante: Municipio de Coari/am
Representa: Adail José Figueiredo Pinheiro
Procuradora: Dra. Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM)
Apelada: Elma Monteiro da Costa
Advogado: Dr. Luiz Otavio de Verçosa Chã (OAB: 910A/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Apelação Cível nº 0602083-22.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Aptec Tecnologia Administração e Pagamentos
Advogados: Drs. Hugo Fernandes Levy Neto (OAB: 4366/AM) e Carolina Augusta Martins (OAB: 9989/AM)
Apelado: Auto Posto Minuano Ltda
Advogado: Dr. Gustavo da Cunha Silveira (OAB: 4717/RO)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Apelação Cível nº 0606240-77.2014.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante: Jamile Araújo da Silva
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor: Dr. Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM)
Apelada: Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogados: Drs. Ana Clara Soares Ladeira (OAB: 7289/AM) e Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0621983-25.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor: Dr. Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procuradora: Dra. Glicia Pereira Braga (OAB: 2269/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Apelação Cível nº 0635605-74.2017.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante: Irneida Monteiro Belém
Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procuradora: Dra. Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0642563-13.2016.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante/Apelado: Brasil Veículos Cia de Seguros (Bb Seguro Auto)
Advogado: Dr. David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)
Aélante/Apelado: Cássio André Borges dos Santos

Advogados: Drs. Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB: 12343/AM), Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Apelação Cível nº 0648307-18.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante/Apelado: Banco Bmg S/A
Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Apelante/Apelado: Eckner Soares Fernandes
Advogados: Drs. Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM) e Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0654112-49.2018.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante: José Higino de Sousa Neto
Advogados: Drs. João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB: 1456/Am) e Fernanda Cabral Marques (OAB: 6755/AM)
Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Apelado: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a
Apelado: Banco Santander Financiamentos
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4001195-03.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Agravante: Geny Beroy da Silva Pinheiro
Advogado: DR. Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM)
Agravado: Edival Veículos e Comercio de Latic. Ltda. Me
Agravado: Orlando Moura de Almeida
Advogado: Dr. Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB: 6821/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4004293-30.2018.8.04.0000
Origem: 2ª Vara de Família
Juiz Prolator: Everaldo Da Silva Lira
Agravante: Victor Henrique Ferreira dos Santos
Representa: Darcleia Ferreira dos Santos
Defensora: Dra. Carolina Matos Carvalho Norões (OAB: 5785/SE)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Agravado: S. M. da C.
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Revisor
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0000003-91.2014.8.04.6301
Origem: 1ª Vara de Parintins
Juiz Prolator: Fábio Cesar Olintho de Souza
Apelante: Antônio Alfaia da Silva
Advogado: Dr. Rodrigo Cesar da Silva e Silva (OAB: 7260/AM)
Apelada: Prefeitura do Município de Parintins/am
Procurador: Dr. Ed da Silva Maia (OAB: 50086/RS)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Revisor
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0000054-16.2015.8.04.5801
Origem: 1ª Vara de Maués
Juiz Prolator: Rafael Almeida Cró Brito
Apelante: Municipio Maues-am
Procuradores: Drs. Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB: 9124/AM) e Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB: 9908/AM)
Apelada: Lia de Oliveira
Advogado: Dr. Rodrigo Cesar da Silva e Silva (OAB: 7260/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Revisor
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0238889-68.2011.8.04.0001
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados: Drs. Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)
Apelada: Vera Lúcia de Figueiredo
Defensor: Dr. Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (DEFENSOR PÚBLICO)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Revisor

Apelação Cível nº 0607243-62.2017.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante: Banco Santander S.a.
Advogados: Drs. Carolina Mizumukai (OAB: 264422/SP), Flávio Neves Costa (OAB: 153447/SP), Acácio Fernandes Roboredo (OAB: 89774/SP), Raphael Neves Costa (OAB: 225061/SP) e Ricardo Neves Costa (OAB: 120394/SP)
Apelado: Distribuidora Leao Comercio de Produtos
Apelado: Elson dos Santos Leao
Apelado: Emerson Barbosa da Silva
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro. Revisor

Apelação Cível nº 0610196-33.2016.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante: Banco Bradesco S.a.
Advogados: Drs. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM), Giovanna Castellucci (OAB: 14478/MS) e Jordana Souza Tomaz (OAB: 18053/MS)
Apelados: Xavier Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP e Odilio Miranda Xavier
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Apelação Cível nº 0612718-96.2017.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Banco Santander S.A.
Advogados: Drs. Roberval Vieira Júnior (OAB: 244234/SP), Michelle de Oliveira Ferreira (OAB: 20399/PA), David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) e Acácio Fernandes Roboredo (OAB: 89774/SP)
Apelado: Aricelio Gama de Araujo
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.

Apelação Cível nº 0621724-98.2015.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogados: Drs. Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB: 4662/AM), Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM) e Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM)
Apelada: Maria Expedita de Oliveira Fernandes
Advogado: Dr. Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0625244-95.2017.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogado: Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Apelado: Raimundo Nonato Costa Santos
Advogada: Dra. Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0627495-23.2016.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante: Unipar Construtora S/A
Advogados: Drs. Daniela Teixeira (OAB: 14961/BA) e Solon Angelim Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM)
Apelada: Metal Alloy Indústria e Comércio Ltda
Advogados: Drs. Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM) e Oswaldo Tavora Buarque Neto (OAB: 5566/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0627546-68.2015.8.04.0001
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás na pessoa do seu representante legal
Advogados: Drs. Arthur Miguel Ferreira Lawand (OAB: 212895/SP), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM), Felipe Antonio Lopes Santos (OAB: 7250/AM) e Rebeka Moraes Oh de Melo (OAB: 32895/BA)
Apelada: Conspizza Hidrossemeadura e Consultoria Ambiental Ltda na pessoa do rep. legal
Advogado: Dr. Roger Santos Ferreira (OAB: 29960/PR)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0628890-79.2018.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante: Vanderleia Zoim Costa
Advogada: Dra. Adna Lima da Silva (OAB: 11171/am)
Apelado: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A
Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 86415/RJ)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0632044-76.2016.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor: Dr. Nairo Aguiar Cordeiro (OAB: 7058/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procurador: Dr. Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0641782-25.2015.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelantes: Clairton de Souza Cunha, Eliuda Neri da Silva, Fabrício Bastos dos Santos, Lalesca Monteiro de Souza, Orivaldo Batista Gomes e Daniel Lima da Silva
Advogados Drs. on Alcantara Barroso (OAB: 5097/AM), Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM) e Caio André Pinheiro de Oliveira (OAB: 4205/AM)
Apelada: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados: Drs. Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM), Ana Carolina Berlikowski (OAB: 8116/AM), Andréia Sabino Correia (OAB: 7074/AM), Francisca Loureiro de Souza (OAB: 8343/AM), Juliana Passos dos Santos e Camila Rodrigues da Silva (OAB: 8847/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justi: Exma. Sra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0710695-64.2012.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante: Estanislau Jozala
Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Dr. Homero Teixeira Junior (OAB: 26069/CE)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justi: Exma. Sra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0718473-85.2012.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante: Maria de Fátima Silva Oliveira
Advogado: Dr. Daniel Marcelo Benvenutti de sales (OAB: 7949/AM)
Apelado: João Hermes Pinto
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4001359-65.2019.8.04.0000
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Agravantes: Raimundo Ciriaco Cardoso Neto e Marineth Reis da Silva
Defensor: Dr. José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Agravados: Davi Matheus Almeida Leite, Leticia Almeida Leite, Leonira de Souza Almeida e Leocenira de Souza Almeida
Defensora: Dra. Phâmara de Souza Sicsú (OAB: 6334/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4002605-96.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante: Banco Bmg S/A
Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Agravado: Jose Nunes de Oliveira
Advogado: Dr. Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB: 5587/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação / Remessa Necessária nº 0620221-37.2018.8.04.0001
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney Figliuolo Harraquian
Remetente: Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas
Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Promotor: Dr. Edilson Queiroz Martins (OAB: 136MP/AM)
Apelados: Norma Mota Brito, Kedson de Oliveira Soares, Simariney Fernandes Coelho e Raimundo José Ribeiro Bonfim
Advogado: Dr. Belmiro Gonçalves de Castro (OAB: 2193/RO)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0000886-29.2013.8.04.2500
Origem: Vara Única de Autazes
Juiz Prolator: Cid da Veiga Soares Junior
Apelante: Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio
Advogados: Drs. Clotilde Miranda Monteiro de Castro (OAB: 8888/AM) e Alexandre Pena de Carvalho (OAB: 4208/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Promotor: Dr. Cláudio Sérgio Tanajura Sampaio
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0210416-77.2008.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogados: Drs. Antônio de Paula Bezerra (OAB: 2600/AM),

Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM) e José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM)

Apelado: Francisco Souza de Oliveira

Advogados: Drs. João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM), Juliana Santana de Oliveira (OAB: 11836/AM) e Ana Rita Lima Freire (OAB: 3056/AM)

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0605034-57.2016.8.04.0001

Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Alessandra C. R. C. Gondim

Apelante: Di Felícia Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

Advogado: Dr. Marcos André Palheta da Silva (OAB: 3987/AM)

Apelado: Itaú Unibanco S/A

Advogado: Dr. Felipe Navega Medeiros (OAB: 217017/SP)

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0608431-95.2014.8.04.0001

Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes

Apelante: Edivaldo Andrade de Castro

Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)

Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procuradora: Dra. Ellen Cristina Lima Carneiro

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0615777-63.2015.8.04.0001

Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira

Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogados: Drs. Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM), Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT) e Inaldo Xavier de Siqueira (OAB: 9270/MT)

Apelado: M N C da Silva Representação Comercial-me

Advogada: Dra. Marizete de Souza Caldas (OAB: 6405/AM)

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0618353-29.2015.8.04.0001

Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Apelante: Financeira Alfa S.a. - Crédito Financiamento e Investimentos

Advogados: DRs. Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB: 91811/MG), Fabiano Coimbra Barbosa (OAB: 117806/RJ) e Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB: 151056S/RJ)

Apelado: Admilson Conceição de Castro Teixeira Júnior

Advogado: Dr. Roque de Almeida Lima

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0629833-96.2018.8.04.0001

Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues

Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A

Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM)

Apelada: Débora Angélica Blandyny Fragoso de Souza

Advogada: Dra. Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB: 12161/AM)

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0640248-75.2017.8.04.0001

Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Apelante: Banco Bmg S/A

Advogado: DR. Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Apelada: Eliana Pereira Cavalcanti

Advogados: Drs. Penelope A. Antony Lira (OAB: 7357/AM) e Yonete Melo das Chagas (OAB: 8827/AM)

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0646914-58.2018.8.04.0001

Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes

Apelante: Yann Lucas Goncalves Binda

Advogados: Drs. João Augusto Cordeiro Ramos (OAB: 5754/AM), Thalyta Vasconcelos da Silva (OAB: 8649/AM) e Elenilce Costa dos Santos (OAB: 9590/AM)

Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado: Dr. Antonio Braz da Silva

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior.

Apelação Cível nº 0626699-32.2016.8.04.0001

Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi

Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procuradora: Dra. Karina Broze Naimeg Grossi (OAB: 119869/MG)

Apelada: Luzia dos Santos Gama

Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)

Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0635929-35.2015.8.04.0001

Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi

Apelante: Agra Singolare Incorporadora Ltda

Advogados: Drs. Yun Ki Lee (OAB: 131693/SP), Eduardo Luiz Brock (OAB: 91311/SP) e Solano de Camargo (OAB: 149754/SP)

Apelados: Heymar dos Santos Barreto e Aristolea de Fatima Rodrigues Barreto

Advogado: Dr. Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB: 6721/AM)

Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Relator: Exmo. Sr. Des. Jorge Manoel Lopes Lins

Agravo de Instrumento nº 4001695-40.2017.8.04.0000

Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Onilza Abreu Gerth

Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procurador: Dr. Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP)

Agravada: Ilma Pinto dos Santos

Advogada: Dra. Elisabete Lucas (OAB: 4118/AM)

Relator: Exmo. Sr. Des. Jorge Manoel Lopes Lins

Apelação Cível nº 0215560-27.2011.8.04.0001

Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera

Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau

Promotora: Dra. Renata Cintrão Simões de Oliveira

Apelado: Porfírio Almeida Lemos Filho

Advogados: Drs. Porfírio Almeida Lemos (OAB: 6117/AM) e Porfírio Almeida Lemos Filho (OAB: 4586/AM)

Apelado: José Luiz de Almeida

Advogado: Dr. Pedro Augusto Oliveira da Silva (OAB: 1923/AM)

Apelada: Pré Cast Construções e Comércio Ltda.

Advogada: Dra. Maria de Cássia Rabelo de Souza (OAB: 2736/AM)

Relator: Exmo. Sr. Des. Jorge Manoel Lopes Lins

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Relatora: Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0615626-34.2014.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Promotora: Dra. Wandete de Oliveira Netto
Apelados: Instituto Sem Fronteiras e Patrícia Menezes de Aguiar
Advogados: Drs. Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB: 4331/AM), Bruno Vieira da Rocha Barbitato (OAB: 6975/AM)
Apelada: **Lívia Regina Prado de Negreiros Mendes**
Relatora: Exma. Sra. Desa. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Manaus, 11 de setembro de 2019.
Nelsilene Lima da Silva Gomes- Assistente da Secretária

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Wirley Benezar Falcao (12792/AM) e Rainier da Silva Cardoso (9835/AM) e Rainier da Silva Cardoso (9835/AM) - Processo 0003214-50.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Imissão - Agravante : Retífica de Motores Virgílio Ltda - Agravado : Rodolfo Bezerra Matos
Agravada : Delita Maria Miranda Matos - Relator: Joana dos Santos Meirelles

ADV/REP.: Miguel Barrela Filho (1622/AM) e Carla Severo Batista Simões (A778/AM), Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM), Gustavo de Marchi (84288/MG), Isabella Jacob Nogueira (8800/AM) e Luiz Antônio Simões (777A/AM) - Processo 0219696-67.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Salim Merched Sultan - Apelado : Pátio Sertório Shopping Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM) e Dra. Sandra Cal Oliveira e Franrobson Rodrigues Ribeiro (5441/AM) - Processo 0618514-39.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Estado do Amazonas - Apelado : Jaime Antonio Santos Ribeiro - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e Walter Siqueira Brito (4186/AM) - Processo 0628632-74.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Indenização Por Dano Material - Apelante : Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Apelante : Construtora Rossi
Apelante : Baceiro Empreendimentos Imobiliários LTDA - Apelado : Caio Andre Pinheiro de Oliveira - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Marco Antonio Crespo Barbosa (115665/SP) e Wagner Amâncio dos Santos (4660/AM) - Processo 0632673-79.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Obrigação de Entregar - Apelante : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Apelado : Fernando Oliveira Morais Costa - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Eliete Santana Matos (10423/CE) e Hiran Leão Duarte (10422/CE) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0638537-06.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Alienação Fiduciária - Apelante : Banco Honda S/A - Apelado : Geston Matos Dias - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) e Ricardo Nunes Lopes (13034/AM) e Risonaldo de Melo Lima Junior (6997/AM) - Processo 0645851-32.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - Apelante : Banco Bmg S/A - Apelada : Maria Iranete Leite - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Annabelle de Oliveira Machado (4419/AM), Eder Augusto dos Santos Picanço (10396/PA), Northon Sérgio Lacerda Silva (25498/PA) e Paulo Sergio Lopes Gonçalves (281005/SP) e Braulio Ghidalevich (2248/AM) e Francisco Maciel do Nascimento (2091/AM) - Processo 4002042-05.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Cédula de Crédito Bancário - Agravante : Banco da Amazônia S/A - Agravado : D. D. Incorporações Imobiliárias Ltda. - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: João Lucas Pantoja Vieira (9982/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4002356-48.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Assistência Judiciária Gratuita - Agravante : J. L. Chaar Simao - Amazon Print - Agravado : Ecovec Construção Eireli EPP - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Adriano Alves de Lima (7398/AM) e Marlúcia Guimarães Almeida (5280/AM) - Processo 4003490-13.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Perdas e Danos - Agravante : Isabelle Caroline Ferreira de Araujo - Agravada : Marlucia Guimarães Almeida - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Kátia Regina Souza Nascimento (4189/AM) e Antonia Pereira da Silva (5841/AM) e João Manoel Silva de Olievira (4677/AM) - Processo 4006140-67.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Alienação Fiduciária - Agravante : Caixa Econômica Federal - Agravado : R&b Plásticos da Amazônia Ltda. - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

De ordem da Exma. Sra. Desª. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamento do dia 23.09.2019, às 9:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

35º SESSÃO ORDINÁRIA DA EGRÉGIA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
PAUTA DE JULGAMENTO - 23/09/2019 às 09:00

PRESIDENTE: Exmo(ª). Sr(ª). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura
SECRETÁRIO(A): Pollyana de Souza Bastos Lisciotto

I - Leitura da Ata
II - Leitura de Acórdãos
III - Passagem (Relatórios para Revisão)
IV - Julgamentos Designados
V - Pauta de Julgamento

Agravo de Instrumento nº4004562-74.2015.8.04.0000
Origem:Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Juiz Prolator:Marco Antonio Pinto da Costa
Agravante:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Patrícia Petrucelli Marinho (3319/AM)
Agravado:Palácio dos Tecidos Ltda
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0204771-03.2010.8.04.0001
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados:Dr. Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (697A/AM) e outros
Apelada:Cometais Comércio de Metais Ltda
Advogados:Dr. Almerio Ferreira Botelho (271/AM), Dra. Elaine Dib Botelho Ribeiro (8028/AM) e Dra. Fabiana Caroline Silva (8019/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0238340-24.2012.8.04.0001
Origem:15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Suely Grillo da Costa
Defensora:Dra. Adriana Monteiro de Castro Martins
Apeladas:Ângela Bezerra de Araújo Santos e Cristina Margareth Normando
Advogados:Dr. Yvon José Ramalho Gomes (2791/AM), Dr. Amarildo Pereira da Silva (3228/AM), Dr. Josenilson da Rocha Lima (1757/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0241998-17.2016.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem:5ª Vara de Família
Juiz Prolator:Dídimo Santana B. Filho
Apelante:G. M. da S.
Advogados:Dr. Ricardo Mendes Lasmar (5933/AM), Dra. Denise Moura Macedo da Silva (4464/AM) e outros
Apelada:S. A. do N.
Defensora:Dra. Ana Regina Souza (1797/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0607501-72.2017.8.04.0001
Origem:14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Águas do Amazonas S.A.
Advogados:Dr. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM), Dr. Thiago Almeida Rebello (12327/AM) e outros
Apelada:Maria Edileide Mendes do Nascimento
Advogados:Dr. Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM) e Dr. Daniel Lourenço (3192/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0611356-59.2017.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Nilda da Silva Brito
Advogado:Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM)
Apelado:INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogada:Dra. Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0637016-26.2015.8.04.0001
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante:Banco Santander S/A.
Advogados:Dr. Marco André Honda Flores (6171/MS) e outros
Apelado:Raimundo do Nascimento Oliveira
Advogados:Dr. Rainer Cunha Oliveira (6385/AM) e Dra. Hanna Tavares Cunha (10417/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0637170-44.2015.8.04.0001
Origem:2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Santos Taketomi
Apelante:TCL - Transportes Carinhoso Ltda.
Advogada:Dra. Rebeca Vitória Bruno Machado (12257/AM)
Apelado:José Maria da Silveira
Advogada:Dra. Sandra Regina dos Santos (3455/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0642104-11.2016.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Banco Pan S/A
Advogados:Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e outros
Apelado:Cidade Transportes Ltda
Advogados:Dra. Dayana de Menezes Azevedo (10500/AM), Dr. Ayrton de Sena Gentil Neto (12521/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0706670-08.2012.8.04.0001
Origem:7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Rosselberto Himenes
Apelante:Masa da Amazonia Ltda.
Advogados:Dr. José Alberto Maciel Dantas (3311/AM), Dra. Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM), Dr. José Rodrigues Terceiro Filho (6341/AM) e outros
Apelada:Empresa Santa Matildes Peças Plásticas Industria Ltda
Advogado:Dr. Apoena Moreira Costa (4055/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0712330-80.2012.8.04.0001
Origem:7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Rosselberto Himenes
Apelante:Masa da Amazônia Ltda.
Advogados:Dr. José Alberto Maciel Dantas (3311/AM), Dr. Frederico Santos Paiva (6569/AM), Dr. José Rodrigues Terceiro Filho (6341/AM), Dra. Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM) e outros
Apelada:Empresa Santa Matildes Peças Plásticas Industria Ltda
Advogado:Dr. Tude Moutinho da Costa (564/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº4002113-07.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Agravado:Cesar Roni Nothen da Rosa
Advogados:Dr. Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) e Dr. Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM)
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº4002971-38.2019.8.04.0000
Origem:8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Áldrian Henrique de Castro Rodrigues
Agravante:Cooperativa dos Permissionários Associados em Transportes Alternativos e Fretamentos Urbanos de Manaus - COOPATAM

Advogado:Dr. Ikaro Pereira Amore (6350/AM)
Agravado:Sebastião Ipojucan Aimoré Gomes dos Reis
Advogado:Dr. José Roberto Lopes Caúla (8151/AM)
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0621801-39.2017.8.04.0001
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Apelante:Maria do Socorro Guilherme da Cunha
Advogados:Dra. Polyne Maressa da Mota Lopes (13523/AM) e Dr. Wallison Daniel Dias Oliveira (8932/AM)
Apelado:Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado:Dr. Wilson Sales Belchior (11099AM/A)
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0257865-60.2010.8.04.0001
Origem:1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Joana dos Santos Meireles
Apelante:Universidade Gama Filho
Advogados:Dr. Douglas Pedrosa de Andrade (131930/RJ), Dra. Andréa Marques Teles de Souza (3283/AM) e outros
Apelante:Centro Educacional Tecnológico Brasileiro - CETEB (POSEAD)
Advogados:Dr. José Romeu Garcia do Amaral (183.567/SP), Natália Farias de Carvalho (35601/DF) e outros
Apelada:Joyce Coelho Viana
Advogados:Dr. Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (1628/AM), Dr. Eduardo David Barbosa Guimarães (7684/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0265272-83.2011.8.04.0001
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Apelante:Roberto de Almeida Barreto
Advogados:Dr. Marcelo Furukawa Maia (4527/AM) e outros
Apelado:Djalma de Souza Castelo Branco
Advogados:Dr. Rubenito Cardoso da Silva Júnior (4947/AM), Dr. Gunther Aquiles Marques Paz (7296/AM) e Dra. Thatiana Castelo Branco (5715/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº4000382-89.2019.8.04.0900
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Agravante:Marca da Amazônia Ltda.
Advogados:Dra. Priscila Lima Monteiro (5901/AM), Dr. Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (5885/AM), Silvyane Parente de Araújo Castro (7237/AM) e Dr. Igor de Mendonça Campos (766A/AM)
Agravada:Adar Indústria e Comércio Ltda
Advogados:Dr. Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM) e Dr. Vitor de Souza Vieira (6843/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Agravo de Instrumento nº4003217-34.2019.8.04.0000
Origem:3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Manuel Amaro de Lima
Agravante:Willace da Silva Cunha
Advogados:Dr. Wilson José Silva Cunha (3479/AM), Dr. Emerson Fabricio Nobre dos Santos (4147/AM) e Dra. Rosemeire Simões de Almeida (3558/AM)
Agravado:Banco Bradesco S/A.
Advogados:Dr. Edson Rosas Júnior (1910/AM) e Dra. Lúcia Cristina Pinho Rosas (5109/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0605157-55.2016.8.04.0001
Origem:5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Cezar Luiz Bandiera
Apelante:L. Moreira, Construções e Consultorias Ltda
Advogados:Dr. Heladio de Souza Gomes (11163/AM) e Dr. Heladio de Souza Gomes Júnior (11129/AM)
Apelado:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0619984-76.2013.8.04.0001
Origem:10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Mônica Cristina Raposo da C.C. do Carmo
Apelante:Leandro do Nascimento Guerreiro
Advogados:Dr. Paulo Rogério Arantes (1509/AM), Dra. Victoria Dutra Alencar Arantes (10316/AM), Dra. Karla Freixo Braga (3775/AM) e outros
Apelados:Nazaré Caldas Gomes, Nelsonizia Caldas Gomes da Costa, Nazareno Caldas Gomes e Renilson Caldas Gomes
Advogados:Dr. Marcelo Carvalho da Silva (6193/AM) e Dr. Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (6002/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0626769-54.2013.8.04.0001
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogados:Dr. Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (5546/RO), Dr. Henrique José Parada Simão (221386/SP), Dr. Glauco Gomes Madureira (188483/SP) e outros
Apelante:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogados:Dr. Thales Silvestre Júnior (2406/AM) e Dr. Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Apelada:Elionete Araujo da Silva
Advogados:Dra. Maria do Rosário de Oliveira Melo (5385/AM) e Dr. Juscelino de Oliveira Melo (12546/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0702373-55.2012.8.04.0001
Origem:15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Celso Herculano Alves
Advogado:Dr. Wellington Augusto de Paula e Sousa (4534/AM)
Apelada:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogados:Dr. Wilson Sales Belchior (1037A/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0631062-28.2017.8.04.0001
Origem:2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Santos Taketomi
Apelante:Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado:Dr. Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Apelado:Jorge Alberto Vasconcelos
Advogado:Dr. Jean Carlos de Araujo Assante (9215/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº0640797-85.2017.8.04.0001
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Apelante:Condomínio Amazonas
Advogados:Dr. Humberto Rossetti Portela (91263/MG), Dra. Alice da Silva Welgert (12614/AM), Dr. Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM) e outros
Apelado:Prado Som Car (L.s.c. da Silva Prado - Me)
Advogado:Dr. Geyzon Oliveira Reis (5031/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº0602261-05.2017.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Antonio Edieme Mota da Silva
Advogados:Dr. Ronildo Apoliano Oliveira (8490/AM) e Dr. Antônio Plácido Pinheiro Martins (13035/AM)
Apelado:Multimarcas Adm. de Consórcios LTDA
Advogado:Dr. Washington Luiz de Miranda Domingues Tranm (133406/MG)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0608360-54.2018.8.04.0001
Origem:8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Yuri Caminha Jorge
Apelante:Roberta de Lima Braga
Advogados:Dr. Marcio Clebson da Silva Costa (10116/AM) e Dr. Moisés Andrade Martins (10396/AM)
Apelado:Beny Materiais de Construção Ltda
Advogados:Dr. Clemente Augusto Gomes Neto (10785/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0610547-35.2018.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Manaus Ambiental S/A
Advogados:Dr. Thiago Almeida Rebello (12327/AM) e outros
Apelado:Centro de Educação Integrada Professora Martha Falcão Ltda
Advogado:Dr. Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0612412-98.2015.8.04.0001
Origem:3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:Diego Barbosa Lopes
Advogada:Dra. Heloyse Dayse de Matos Dangelo (8428/AM)
Apelantes:Douglas Moura Araujo e Vitor Moraes de Souza
Advogada:Dra. Márcia Lucia Turiel Hagge (7681/AM), Dra. Tamile de Paula Amanajás (8185/AM) e outro
Apelantes:Alan Silva Trindade, Wilmones Silva dos Santos e outros
Advogado:Dr. Rubenito Cardoso da Silva Júnior (4947/AM)
Apelante:Estado do Amazonas
Procuradores:Dr. Victor Barbosa de Oliveira e outro
Apelado:Anderson Salustiano Aleixo Junior e Outros
Advogada:Dr. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0612818-90.2013.8.04.0001
Origem:11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante:Fundação Boas Novas
Advogado:Dr. Éden Albuquerque da Silva (4115/AM)
Apelante:Hapvida Assistência Médica Ltda
Advogados:Dr. Igor Macedo Facó (16470/CE), Dra. Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM) e Dr. Fabrício Guedes Halinski (5205/AM)
Apelados:Eunice Bezerra do Vale, Representada por Adamor Pereira do Vale
Advogados:Dr. Lucas Costa do Vale (7990/AM), Dra. Francisca Vale Matteoni (87098/RJ) e Dra. Luciane Alencar dos Santos (8021/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0613560-47.2015.8.04.0001
Origem:14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Rita Tatiane da Silva Araújo
Advogado:Dr. Rummenigge Cordovil Grangeiro (5810/AM)
Apelada:Telefônica Brasil S/A
Advogados:Dr. Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO), Dr. Daniel França da Silva (24214/DF) e Dr. José Alberto Couto Maciel (513/DF)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0614690-43.2013.8.04.0001
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Banco Gmac S/A.
Advogados:Dr. Carlos Augusto Montezuma Firmino (12151/DF) e outros
Apelada:Analecia Machado Gomes
Advogada:Dra. Christine Monteiro Augusto Souza (5087/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0616076-35.2018.8.04.0001
Origem:15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Indústrias Reunidas Progresso Ltda.
Advogados:Dra. Ivana da Cunha Leite (4814/AM) e Thatiana Castelo Branco (5715/AM)
Apelado:Envision Industria de Produtos Eletrônicos Ltda
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0616821-83.2016.8.04.0001
Origem:5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Etelvina Lobo Braga
Apelante:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Sálvia Haddad Gurgel do Amaral (3529/AM)
Apelado:Paulo dos Reis Souza
Advogados:Dr. Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (10418/AM), Dra. Hanna Tavares Cunha (10417/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0621219-78.2013.8.04.0001
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Ronnie Frank T. Stone
Apelante/Apelado:Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Advogados:Dra. Caroline Retto Frota (4411/AM) e outros
Apelante/Apelado:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ingrig Monteiro
Apelante/Apelado:Nazário Mazulo Ribeiro
Defensora:Dra. Maria Domingas Gomes Laranjeira (1239/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

JULGAMENTOS EM MESA:

Embargos de Declaração nº0007197-91.2018.8.04.0000
Origem:1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Antonio Pantoja Faria
Advogada:Dra. Ana Virginia Arakian Izael (3701/AM)
Embargada:Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
Advogados:Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e outros
Embargado:Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração nº0003638-92.2019.8.04.0000
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Altiza Pereira de Souza
Embargada:Altaciana Simpson Santiago
Advogado:Dr. Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0004451-22.2019.8.04.0000
Origem:2ª Vara de Humaitá
0Embargante:João Bosco Rodrigues de Oliveira
Advogado:Dr. Fabio Agustinho da Silva (2776/AM)
Embargado:Banco do Brasil S/A
Advogados:Dr. Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM), Dr. José Arnaldo Janssen Nogueira (79757/MG) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0004584-64.2019.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Município de Manaus
Procuradora:Dra. Ellen Larissa de Oliveira Frota
Embargado:Sebastião Montefusco Cavalcante
Advogado:Dr. Silvio Romero de Miranda Leão (423/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0004813-24.2019.8.04.0000
Origem:Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Embargante:Fazenda Pública Estado do Amazonas

Procurador:Dr. Leandro Venicius Fonseca Rozeira (10483/AM)
Embargada:Natura Cosméticos S/A
Advogados:Dr. Eduardo Amirabile de Melo (235004/SP), Dra. Mércia Cristina de Paiva Braga (17526/RN), Dr. Júlio Maria de Oliveira (120807/SP), Dr. Daniel Lacasa Maya (163223/SP), Dr. Guilherme Lanzellotti Medeiros (357227/SP), Dra. Amanda Regiani Zeli (327945/SP) e Dr. Felipe Cassarotti de Souza (319864/SP)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0004858-28.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Banco Bradesco S/A.
Advogados:Dr. Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) e outros
Embargado:André Rodrigues da Silva
Advogado:Dr. Kelso Wesley Souza da Silva (6200/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0004868-72.2019.8.04.0000
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Fundo de Investimento em Direito Creditório Não Padronizado NPL I
Advogados:Dr. Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP) e outros
Embargados:L.M. Componentes Eletrônicos Ltda. e Mario de Queiroz Pierra Filho
Advogado:Dr. Flavio Simões da Silva Sobrinho (3444/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0005390-02.2019.8.04.0000
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Rondobrás da Amazônia Comércio de Peças e Serviços para Veículos Ltda
Advogado:Dr. Rodrigo Tosto Giroldo (4503/RO)
Embargados:Natelson Dantas Sobreira e Celso Luiz da Costa Sobreira
Advogados:Dra. Andrea Caldeira do Couto (3601/AM) e Dr. Reynold Sales Caleffi (9948/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0005392-69.2019.8.04.0000
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargantes:João Gomes Henriques
Advogado:Dra. Alcimar Almeida Sena (2788/AM)
Embargados:Natelson Dantas Sobreira e Celso Luiz da Costa Sobreira
Advogados:Dra. Andrea Caldeira do Couto (3601/AM) e Dr. Reynold Sales Caleffi (9948/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0005396-09.2019.8.04.0000
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargantes:João Gomes Henriques e Raquel Franciony Souza Picanha
Advogada:Dr. Roberta Ferraz dos Santos (10607/AM)
Embargados:Natelson Dantas Sobreira e Celso Luiz da Costa Sobreira
Advogados:Dra. Andrea Caldeira do Couto (3601/AM) e Dr. Reynold Sales Caleffi (9948/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0002483-54.2019.8.04.0000
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargantes:Santa Sofia Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Santa Aurora Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogados:Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e outros
Embargada:Daene Saraiva Chaves da Silva
Advogada:Dra. Dayana Freitas de Albuquerque Bulcão (10001/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0002533-80.2019.8.04.0000
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Telemar Norte Leste S/A
Advogados:Dr. Alexandre Miranda Lima (596A/AM) e outros
Embargado:Gryps Empreendimentos Imobiliários S/A
Advogados:Dra. Cristiane Pinheiro Diogenes (13446/CE) e Dra. Maria Christiane Meireles de Oliveira (15511/CE)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0002915-73.2019.8.04.0000
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Washington Alves da Silva
Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Embargado:Banco Pan S/A
Advogados:Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), Dr. Hugo Neves de M. Andrade (21496AC/E) e Dra. Ana Beatriz Bianchi Ribeiro (24429/PE)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0003067-24.2019.8.04.0000
Origem:9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Advogados:Dr. Pedro Câmara Junior (2834/AM), Dra. Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM), Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Dr. Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (613/AM)
Embargada:Maria Oneide Cerdeira de Paula
Defensor:Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0007873-39.2018.8.04.0000
Origem:2ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Janilson da Costa Barros
Embargada:Atanázia Chagas Silva
Advogado:Dr. Adriano Alves de Lima (7398/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0004174-06.2019.8.04.0000
Origem:3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Manaus Ambiental S/A
Advogados:Dr. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e outros
Embargado:Geraldo Jacob de Santana
Advogados:Dr. Alexandre Gomes Ribeiro (6199/AM), Dr. Kasser Jorge Chamy Dib (5551/AM), Dra. Máira Andrade Martins (7421/AM), Dr. Marcos Paulo Coelho de Souza (4395/AM) e Dr. Pablo de Paula Lima (9482/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Manaus, 23 de setembro de 2019
Pollyana de Souza Bastos Lisciotto
Secretário(a) da Segunda Câmara Cível

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Apelação Cível nº 0636791-74.2013.8.04.0001**, em que é Apelante: **Conservadora Amazonas Ltda. Epp**. (Advogados: Dra. Michele de Melo Freitas e Araújo - OAB/AM 4.822, Dra. Karina Lima Moreno - OAB/AM 3.932, Dra. Jackeline Ferreira da Silva - OAB/AM 9.460, Dra. Carla Ferreira Mendes - OAB/AM 4.641 e Dr. Dyogo Rodrigues de Oliveira - OAB/AM 11.920). Apelado: **Aços da Amazônia Ltda**. (Advogados: Dr. Eduardo Lins - OAB/SP 122.319, Dra. Adriana Zerbini Militello - OAB/SP 168.181 e outros). Fica **o Apelado intimado** na pessoa de seus advogados Dr. Eduardo Lins, Dra. Adriana Zerbini Militello e outros **do DESPACHO de fls. 236/238**, exarado nos autos acima mencionados, na qual, ".....Nessa conjuntura, **fixo prazo de 15 (quinze) dias (CPC/2015, art. 437, § 1.º), para que a apelada**

se manifeste sobre a petição e os documentos anexados às fls. 199/204, devendo ser advertida de que o seu silêncio será compreendido como confirmação de que celebrou o acordo. Intimem-se". Manaus/AM, 30 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003403-57.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Murad Mohd Abdel Karim Ahmad**. (Advogados: Dra. Ana Lúcia Salazar de Souza - OAB/AM 7.173, Dr. Alex da Silva Almeida - OAB/AM 10.706 e Dr. Francisco Rodrigo de Menezes e Silva - OAB/AM 9.771). Agravados: **Murad Mohd Ahmad e Sophie Mohd Souto Ahmad - representados por sua genitora Mayara Teles Souto.** (Advogados: Dr. Felipe Braga de Oliveira - OAB/AM 9.663, Dra. Alessandra Seriacopi Vila - OAB/AM - OAB/AM 9.881 e Dra. Lívia Oliveira e Silva - OAB/AM 12.851). Fica **o Agravante intimado** na pessoa de seus advogados, Dra. Ana Lúcia Salazar de Souza, Dr. Alex da Silva Almeida e Dr. Francisco Rodrigo de Menezes e **Silva da DECISÃO de fls. 81/82**, exarada nos autos acima referidos, na qual, "..... Sob o pálio dos fundamentos acima fincados, **indefiro a gratuidade de justiça e fixo prazo de 5 (cinco) dias, para que o agravante apresente o comprovante de pagamento do preparo recursal, sob pena de deserção (CPC/2015, arts. 101, § 2.º, 932, parágrafo único e 1.007). Intime-se".** Manaus/AM, 02 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de **Embargos de Declaração nº 0000813-49.2017.8.04.0000,** em que é Embargante: **E. M. Telecomunicações e Importações Ltda**. (Advogados: Dr. Jorge Henrique de Freitas Pinho - OAB/AM 1.644, Dr. Fábio Pereira Garcia dos Santos - OAB/AM 4.850 e outros). Embargada: **Telemar Norte Leste S/A - Oi**. (Advogados: Dr. Alexandre Miranda Lima - OAB/RJ 86.235, Dra. Renata Marinho Macedo - OAB/RJ 104.613 e outros). Fica **a Embargada intimada** na pessoa de seus advogados, Dr. Alexandre Miranda Lima, Dra. Renata Marinho Macedo e outros **do DESPACHO de fls. 109**, exarado nos autos acima referidos, cujo teor é o seguinte: " Em sintonia com os princípios da cooperação, do contraditório e da vedação de surpresa (CPC/2015, arts. 6.º, 9.º e 10), **fixo prazo de 15 (quinze) dias, para que a embargada se manifeste sobre as razões alegadas pela embargante para fins de serem providos os embargos declaratórios (petição às fls. 103/107). Intime-se"**. Manaus/AM, 03 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004153-59.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **MAC Empreendimento Imobiliários Ltda**. (Advogados: Dr. César Augusto Gomes Monteiro - OAB/AM 9.696 e José Augusto Celestino de Oliveira Gomes - OAB/AM 3.597). Agravados: **José Pereira Pontes e Maria das Graças Andrade de Souza**. Fica **o Agravante intimado** na pessoa de seu advogados, Dr. César Augusto Gomes Monteiro e Dr. José Augusto Celestino de Oliveira Gomes **da DECISÃO de fls. 51/53**, exarada nos autos acima referidos, na qual, "..... Com o apoio das razões acima fincadas, **não conheço do recurso (CPC/2015, art. 932, III). Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se a agravante. Desnecessária a intimação dos agravados, tendo em vista que a r. decisão impugnada, segundo consta dos autos principais, fora proferida antes da citação**". Manaus/AM, 03 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004251-44.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Vivian de Souza Garantizado**. (Advogados: Dr. Vitor de Souza Vieira - OAB/AM 6.843 e Dr. Wagner de Oliveira Vieira - OAB/AM 2.786). Agravado: **Banco Bradesco S.A.** Fica a Agravante intimada na pessoa de seus advogados, Dr. Vitor de Souza Vieira e Dr. Wagner de Oliveira Vieira **da DECISÃO de fls. 11/13**, exarada nos autos acima referidos, na qual, ".....Com o apoio das razões acima fincadas, tendo em vista a desnecessidade de intimar o agravado para fins de oferecer resposta, pois a r. decisão impugnada fora proferida antes da sua citação, **nego provimento ao recurso (CPC/2015, art. 932, IV). Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se a agravante".** Manaus/AM, 03 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004292-11.2019.8.04.0000**, em que é Agravante**: Sintracomec - Am Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial, Etc**. (Advogados: Dr. Antonio Vinícius Rodrigues de Albuquerque - OAB/AM 9.782 e Dra. Julie Rodrigo Porto da Silva - OAB/AM 7.818). Agravado: **Luiz Pastana de Oliveira.** (Advogado: Dr. Bruno Calheiro de Oliveira - OAB/AM 5.986 e Dr. Paulo Roberto Gonçalves e Silva - OAB/AM 14.444). Fica **o Agravado intimado**, na pessoa de seus advogados para, querendo, **apresentar contrarrazões ao presente recurso**, bem como **o Agravante para conhecimento do Despacho de fls. 10**, cujo final é do teor seguinte: " O agravante não requereu efeito suspensivo, nem antecipação da tutela recursal. **Nessa conjuntura, intime-se o agravado para que ofereça resposta, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária (CPC/2015, art. 1.019, II). Intime-se o agravante"**. Manaus/AM 04 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0627205-37.2018.8.04.0001**, em que é **Apelante: Manoel Dirceu Alves de Negreiros** (Advogado: Dr. Luis Jorge de Arruda Rosas OAB 1.079-A/AM). **Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A** (Advogados: Dr. Antônio Braz da Silva OAB 1.026-A/AM, Dr. José Lídio Alves dos Santos OAB 1.163-A/AM e Dra. Roberta Beatriz do Nascimento OAB 1.164-A/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 295/296**, exarada nos autos acima, cujo teor final é o seguinte: "... Firme nas razões adrede alinhavadas, com supedâneo no art. 932, III, do

CPC/20152, **NÃO CONHEÇO** o presente recurso, tendo em vista sua manifesta deserção. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 15 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0217784-35.2011.8.04.0001**, em que é **Apelante: Nadison de Souza Miranda** (Advogada: Dra. Laila J. Alencar Costa e Silva OAB 9.572/AM). **Apelada: Edionete Monteiro da Silva** (Advogado: Dr. Kleibianno Teles de Souza OAB 7.098/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 303/304**, exarada nos autos acima, cujo teor final é o seguinte: "... Firme nas razões adrede alinhavadas, com supedâneo no art. 932, III, do CPC/20152, **NÃO CONHEÇO** o presente recurso, tendo em vista sua manifesta deserção. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 15 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0003636-25.2019.8.04.0000**, em que é **Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (atual denominação de Manaus Energia S/A)** (Advogados: Dr. Guilherme Vilela de Paula OAB 1010-A/AM, Dr. Luis Phillip de Lana Foureaux OAB 1.011-A/AM e outros). **Embargado: J. de Oliveira Veloso** (Advogados: Dra. Ana Carolina de Alencar Balieiro OAB 6.342/AM, Dr. Francisco Rodrigues Balieiro OAB 2.241/AM, Dra. Priscila de Oliveira Gomes OAB 8.623/AM e outros). **Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 08**, exarada nos autos acima, cujo teor final é o seguinte: "... Reapreciando os autos originários, verifico que, o Recorrente recolheu em dobro o preparo recursal às fls. 372/373, obedecendo assim ao comando da decisão anteriormente proferida às fls. 366/367. À luz destes documentos, em juízo de retratação, **DOU PROVIMENTO** aos aclaratórios com o intuito de retomar o andamento da Apelação Cível n.º 0001063-28.2013.8.04.7500. À Secretaria da egrégia Segunda Câmara Cível para providências. Manaus, 23 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0621051-37.2017.8.04.0001**, em que é **Apelante: Juscelino Souza da Silva** (Advogados: Dra. Carla Érica Rosa de Araújo OAB 34.036/CE, Dr. Juarez Camelo Rosa OAB 2.695/AM e Dra. Karen Bezerra Rosa Braga OAB 6.617/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas** (Procurador: Dr. Thiago Oliveira Costa OAB 13.187/AM). **Fica o Apelante intimado da Decisão Monocrática de fls. 181/186**, exarada nos autos acima referidos, cujo teor final é o seguinte: "..... Com fundamento nas razões percorridas, fundado no que dispõe o artigo 932, do CPC, e o Enunciado n. 568 da Súmula do STJ, **CONHEÇO** do apelo, para **DAR-LHE PROVIMENTO**, em consonância com o Parecer Ministerial, reconhecendo como nulo contrato temporário no período de 01.05.2005 à 01.11.2016, de forma ser devido o FGTS acerca deste lapso temporal. Valores serão agravados pelas cominações legais inerentes à espécie, por ocasião do cumprimento. Condeno ainda o Apelado em 15% (quinze por cento), sobre o valor da condenação, em honorários de sucumbência, na forma do art. 85, § 3º, I, do CPC/2015. Publique-se. Intime-se. À Secretaria para as providências subsequentes. Manaus, 22 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0638141-24.2018.8.04.0001**, em que é **Apelante: Antônio Silva de Souza** (Advogado: Dr. Andrews Nascimento de Abreu OAB 4.899/AM). **Apelado: O Município de Manaus** (Procuradora: Dra. Annick Costa Monteiro OAB 2.069/AM). **Fica o Apelante intimado da Decisão Monocrática de fls. 249/255**, exarada nos autos acima referidos, cujo teor final é o seguinte: "..... Posto isto, fincada nas razões fáticas e jurídicas percorridas, fundado no que dispõe o artigo 932, do CPC, e o Enunciado n. 568 da Súmula do STJ, **CONHEÇO** do apelo, para **DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, reconhecendo como nulo o contrato temporário no período de 02.01.2014 à 09.07.2018, de forma ser devido o FGTS acerca deste lapso temporal. Outrossim, condeno a apelada em honorários de sucumbência reciproca, na forma do art. 85 do CPC. Publique-se. Intime-se. À Secretaria para as providências subsequentes. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005229-89.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A** (Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM**). Embargado: Fran Rossy Calheiro Coelho** (Advogados: Dr. Ademário do Rosário Azevedo Filho (10357/AM) e Dra. Djane Oliveira Marinho (5849/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005266-19.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Antonio Hiroique Alves (**Advogados: Dr. Antonio Camargo Junior (15066/PR), Dra. Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (784A/AM) e outros. **Embargado: Banco do Brasil S/A** (Advogados: Dra. Nilda de Oliveira Borges (1844/AM), Dr. Rafael Sganzerla Durand (737A/AM) e Dr. Severino Ramos da Silva (2588/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005369-26.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petrobras Distribuidora S.A.** (Advogados: Dr. Francisco Augusto Martins da Silva (1753/AM), Dr. Juliano Luis Cerqueira Mendes (3940/AM) e Namir Dra. Rosane de Freitas Picanço (10151-B/PA). **Embargado: E. Rasori Neto Ltda - Epp** (Advogados: Dra. Adna Lima da Silva (11171am), Dr. Jose Ricardo Gomes de Oliveira (5254/AM) e Dr. Marcus Vitor Torres de Lima (9563/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005433-36.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas** (Procuradora: Dra. Vivian Maria Oliveira da Frota (6880/AM). **Embargado: Rocha e Paiva Ltda** (Advogados: Dra. Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (1889/AM) e Dr. Vicente de Paulo Armond de Melo (1828/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005572-85.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM). **Embargado: Frank Joncey de Souza Ozorio** (Advogado: Dr. Mauricio Sousa da Silva (9015/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005581-47.2019.8.04.0000, em que é Embargante: União Nacional das Instituições de Autogestão Em Saúde - Unidas** (Advogados: Dr. Edy Gonçalves Pereira (167404/SP) e Dr. Emerson Moises Dantas de Medeiros (275295/SP). **Embargado: Hospital Santa Julia Ltda** (Advogados: Dr. João Bosco A. Toledano (1456/AM) e Dr. José Francisco de Assis (8951/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005593-61.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Edneia Correa Costa** (Advogado: Dr. Abdalla Isaac Sahdo Junior (2207/AM**). Embargado: Mario Carvalho Souza** (Advogados: Dra. Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM) e Dr. Márcio Ferreira Jucá (2172/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005611-82.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Francisco Nonato Boary (1058/AM). **Embargado: Geraldo Costa Filho** (Advogados: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM), Dra. Jane Silva da Silveira (6783/AM) e outros. **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005612-67.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Francisco Nonato Boary (1058/AM). **Embargado: Deusdete de Oliveira Campos** (Advogados: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM), Dra. Jane Silva da Silveira (6783/AM) e outros **. Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005614-37.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (AdvogadoS: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (A671/AM) e Dr. Francisco Nonato Boary (1058/AM). **Embargado: Antonio Nogueira da Silva** (Advogada: Dra. Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar** contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005622-14.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Telemar Norte Leste S/A (**Advogados: Dr. Alexandre Miranda Lima (596A/AM), Dr. Pablo Bruzzone (159485/RJ) e Dra. Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM). **Embargado: H. T. Hotéis e**

Turismo Ltda. (Advogado: Dr. Francisco Ritta Bernardino). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005641-20.2019.8.04.0000, em que é Embargante: C. S. Amaral Locação de Veículos e Transportes de Cargas Ltda. - ME** (Advogado: Dr. Euler Barreto Carneiro (4762/AM). **Embargado: Banco Mercedes Benz Leasing Arredamento Mercantil S/A** (Advogados: Dra. Andréa Cristina da Costa Le Sueur (6161/AM), Dr. Frederico Augusto Ferreira Barbosa (18828/GO) e outros. **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005682-84.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Mapemi-brasil Materiais Médicos e Odontológicos Ltda (**Advogados: Dra. Danielle Limiro Hanum (23150/GO), Dr. Gustavo Augusto Hanum Sardinha (23151/GO) e outros**. Embargado: Claro S/A** (Advogados: Dr. Cesar Ituassu da Silva Neto (9506/AM), Dr. Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM) e outros**. Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005709-67.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Banco Bradesco S.a. (**Advogados: Dr. Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Dr. Thales Silvestre Júnior (2406/AM). **Embargados: Francisco Messias Camely e outros.** (Advogada: Dra. Euclésia Pereira Marinho (6936/AM). **Ficam os Embargados intimados, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005726-06.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Schlumlumberger Serviços de Petróleo Ltda**. (Advogados: Dr. Fellipe Proença de A. Batista (225466/RJ) e Dr. Walter Amaral Kerr Pinheiro (51038/RJ). **Embargado: Nort Sat Telecom/inforkap Wireless Informática** (Advogados: Dr. Alexandre Augusto Alencar de Queiroz (4046/AM) e Dr. Rafael Gonçalves Maduro (3409/AM). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005727-88.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Claro S/A** (Advogados: Dr. Cesar Ituassu da Silva Neto (9506/AM) e Dr. José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG). **Embargado: Wallen Usinagem e Ferramentas de Corte Ltda** (Advogados: Dr. Daniel Cardoso de Albuquerque (6086/AM), Dra. Elisangela Alves dos Santos (53139/PR) e outros. **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005732-13.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Águas do Amazonas S.A.** (Advogados: Dr. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e Dr. Thiago Almeida Rebello (12327/AM). **Embargada: Maria Regina Leal de Andrade Viana** (Advogado: Dr. Jairo Sandrey Israel Santana (6765/AM). **Fica a Embargada intimada, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária**.**

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005748-64.2019.8.04.0000, em que é Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A** (Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM). **Embargado: Amiraldo Santos da Silva** (Advogado: Dr. Márcio Leandro Deodato de Aquino (748/RR). **Fica o Embargado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 10 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo Regimental Cível nº 0005630-88.2019.8.04.0000, em que é Agravante: José Claudenir Lemos Matos e Luiza Helena Lemos Mato.** (Defensoria Pública do Estado do Amazonas). **Agravado: Claudinei Antonio Lemos Matos e outros.** (Advogados: Dr. Lincoln Martins da Costa Novo (3423/AM), Dr. Lucio Glorivaldo Matos Martins (8380/AM). **Ficam os Agravados intimados, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0633268-49.2016.8.04.0001, em que é Apelante: Disal Adminiatradora de Consórcios Ltda (**Advogado: Dr. Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (31618/SP). **Apelado: Allyson Menino de Souza. Fica o Apelante intimado do DESPACHO de fl. 156,** exarado nos autos acima referidos na qual "Posto isso, intime-se o recorrente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento em dobro do preparo, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil. A Secretaria para providências necessárias. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0646364-63.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Banco Bradesco S/A** (Advogados: Dr. André de Souza Oliveira (5219/AM) e Dr. Wilson Sales Belchior (1037A/AM). **Apelada: Rosilene Queiroz de Almeida** (Advogado: Dr. Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM). **Fica o Apelante intimado do DESPACHO de fl. 179,** exarado nos autos acima referidos na qual "Posto isso, intime(m)-se o(s) recorrente(s) para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento em dobro do preparo, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil. A Secretaria para providências necessárias. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0617361-63.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Ingrid de Jesus Silva Assunção** (Advogado: Dr. Mithan Vasconcelos Corrêa (5784/AM). **Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A** (Advogada: Dra. Thatiane Tupinambá de Carvalho (3696/AM). **Fica a Apelante intimada do DESPACHO de fl. 167,** exarado nos autos acima referidos na qual "Posto isso, intime(m)-se o(s) recorrente(s) para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento em dobro do preparo, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil. A Secretaria para providências necessárias. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0639780-14.2017.8.04.0001, em que é Apelante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda** (Advogados: Dra. Denilza Maria Bezerra Pessoa (613/AM), Dra. Elaise Moss Portela (7689/AM) e outros**. Apelado: Bionorte Produtos Hospitalares Ltda** (Advogados: Dr. Bruno Sena Pereira (9555/AM), Dr. Emerson Paxá Pinto Oliveira (9435/AM) e outros. **Fica o Apelante intimado do DESPACHO de fl. 754,** exarado nos autos acima referidos na qual "Posto isso, intime-se o recorrente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento em dobro do preparo, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil. A Secretaria para providências necessárias. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0630822-05.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Cne Engenharia e Construção Eireli** (Advogada: Dra. Mara Regina Hentges Leite (7840/RO). **Apelado: Siga Construtora Ltda** (Advogado: Dr. Cassiano Castro Ribeiro (10586/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 451/452,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, homologo o acordo às fls. (446/450) e, consequentemente, não conheço do recurso. Transitada em julgada a decisão, baixem-se e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. A Secretaria para providências cabíveis .Manaus/AM, 10 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0616243-86.2017.8.04.0001, em que é Apelante: Sind. dos Trab. Em Santas Casas, Entidades Filantrópicas, Benef. e Religiosas, Em Est. Serv. de Saúde Am - Sindpriv** (Advogado: Dr. Jairo Bezerra Lima (1507/AM). **Apelado: Rummenigge Cordovil Grangeiro** (Advogado: Dr. Rummenigge Cordovil Grangeiro (5810/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 416/418,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, não conheço do recurso por motivo de deserção. À Secretária para providências cabíveis.". Manaus/AM, 19 de julho de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003782-95.2019.8.04.0000, em que é Agravante: América Veículos S/**A (Advogados: Dra. Camilla Saraiva Oliveira Regalado (37117/PE), Dr. Luis Felipe de Souza Rebelo (17593/PE) e Dra. Marisa Paiva de Moura (23647/PE). **Agravado: Nilco Luiz Sena Meurer** (Advogados: Dra. Ethel Roberta Farias Soares (14319/AM) e Dr. João Eduardo Cidade Hounsell (14323/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 368/369,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, em consonância com os precedentes do STJ, não conheço do recurso. Ao decurso dos prazos para eventuais recursos, arquivem-se, observadas as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se e intimem-se. A secretaria para providências. Manaus/AM, 10 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo Interno Cível nº 0000288-96.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Elenice Maria de Xerez Vieiralves Arias (**AdvogadoS: Dr(a). José Alfredo Ferreira de Andrade (29A/AM) e Dr. Pedro Stenio Lucio Gomes (2604/AM). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau (**Promotor: Dr. Ronaldo Andrade (2240A/MP). **Fica a Agravante intimada da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 24/25,** exarada nos autos acima referidos na qual "Posto isso, não conheço do agravo interno, diante da submissão à julgamento pelo Colegiado do Agravo de Instrumento nº 4003558-94.2018.8.04.0000. A secretaria para providências. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

Julgamento Virtual

Segunda Câmara Cível
Julgamento Virtual

De ordem da Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, faço público que, após cumpridas as formalidades legais os seguintes processos serão julgados virtualmente. Intimo as partes, na pessoa de seus advogados, para que se manifestem, no prazo de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, sobre eventual interesse no julgamento presencial do recurso. Não havendo manifestação os autos serão incluidos automaticamente para Julgamento Virtual.

Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0257154-21.2011.8.04.0001
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
1ºApelante:Transmanaus - Transportes Urbanos Manaus SPE LTDA,
Advogados: Drs. David Ribeiro Rezende (146552/MG), Rodrigo Abreu Ribas (125355/MG), Mario Sergio Alves da Costa (101556/MG) e outros.
2ºApelante:Nobre Seguradora do Brasil S/A
Advogados:Drs. Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE), Kal El Bessa Nascimento Salem (6389/AM) e outros.
Apelada:Iolanda Cabral Sá
Advogados:Drs. Loren Amorim Gomes (7553/AM), Paulo Dias Gomes (2337/AM) e Roberto Carlos Leandro Soares (7653/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0613280-08.2017.8.04.0001
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Apelantes:Jone dos Santos Cabral e Valdenice Gonçalves dos Santos
Advogado:Dr. Renato de Souza Pinto (8794/AM) e outros.
Apelada:Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda
Advogados:Drs. Luciana Buzatto Peres (239449/SP), Thais Piechottka (307992/SP) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0613551-22.2014.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante/Apelado:Bioplus Comércio e Representacões de Medicamentos e Serviços de Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda.
Advogados:Drs. Daniel Octávio Silva Marinho (4301/AM), Lourenço de Almeida Prado (760A/AM) e Pedro Neves Marx (464A/AM)
Apelante/Apelado:O Município de Manaus
Procurador:Dr. Daniel Octávio Silva Marinho (4301/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0614679-77.2014.8.04.0001
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante/Apelado:Paulo Henrique Castro de Souza
Advogado:Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM)
Apelante/Apelado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procuradora:Dra. Karina Broze Naimeg Grossi (119869/MG)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0619353-30.2016.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante:Companhia Rodrigues de Combustível Ltda - EPP
Advogada:Dra. Maria Euni Taveira de Almeida (9670/AM)
Apelada:Aptec Tecnologia Administração e Pagamentos
Advogados:Drs. Carolina Augusta Martins (9989/AM), Robert Merril York Jr. (4416/AM) e Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0626694-15.2013.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
1ºApelante:Global Brasil Brokers
Advogada:Dra. Ingrid Nedel Spohr Schmitt (68625/RS),
2ºApelante:Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogado:Dr. Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP) e outros.
Apelado:Pemar Comercio e Importação Ltda
Advogado:Dr. Odemilton Pinheiro Macena Junior (7155/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0626712-31.2016.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: 6ª Vara de Família
Juiz Prolator: Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
Apelante:V. V. M.
Advogada:Dra. Regina Aparecida Miranda (271453/SP)
Apelado:J. G. V. M. S. M. Representado por sua genitora A. M. S.
Advogados:Drs. Luiza Helena Simonetti Xavier (3502/AM), Mariana Leite de Andrade (12646/AM) e Waldery Junio Marques de Mesquita (10714/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0630467-63.2016.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante:Jussara de Oliveira Praxedes
Advogada:Dra. Christianne Di Felício F. da Silva (3631/AM)
Apelado:O Município de Manaus
Procurador:Dr. Ariel Shalom Benchimol de Resende (6095/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0630673-43.2017.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante:Banco Bradesco S/A
Advogados:Drs. Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT e 877A/AM)
Apelado:Servigran Mármores e Granitos Ltda.
Advogados:Drs. Yara Fonseca de Albuquerque (4264/AM) e Marcelo da Silva Ferreira (13928/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0639251-63.2015.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogados:Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros.
Apelado:Ana Beatriz de Souza Cyrino

Advogada:Dra. Maria de Jesus de Souza Lima (3076/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0001236-48.2015.8.04.4601
Origem: 2ª Vara de Iranduba
Juiz Prolator: Melissa Sanches Silva da Rosa
Apelantes:Geraldo Mendes dos Santos, Santa Helena Empreendimentos e Participações Ltda
Advogados:Drs. Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG) e Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG)
Apelado:Guilherme Aluizio de Oliveira Silva
Advogado:Dr. Nelson José Oliveira da Silva (5103/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0201174-26.2010.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:O Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Ticiano Alves e Silva (A764AM)
Apelado:Shirley Regina da Silva
Advogado:Dr. Marcos Antônio Vasconcelos (5794/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0201220-05.2016.8.04.0001
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Juiz Prolator: Marco Antonio Pinto da Costa
Apelante:Petroleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
Advogados:Drs. Andrea Almeida Soares (213367/SP), Angelo Roncalli Osmiro Barreto (26766/CE), Gustavo Monteiro Rodrigues (5150/AM), Helio Siqueira Junior (62929/RJ) e Ulpiano Moura Soares de Souza (1139/RN)
Apelado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Vivian Maria Oliveira da Frota (6880/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0209783-51.2017.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Luiz Roberto Caldeira Júnior
Advogado:Dr. José Luís Cantuária dos Reis (2896/AM)
Apelados:Antônio Correia Salgado Júnior, Elem da Costa Salgado Pontes, Eloneida da Costa Salgado e outros.
Advogado:Dr. Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0212448-16.2012.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Suzi Irlanda Araújo Granj da Silva
Apelante:Construtora LJA Ltda
Advogadas:Dras. Julia Rocha da Cruz (36606/BA) e Simone de Oliveira Bastos (24299/BA)
Apelado:Serralheria Marcoferro
Advogado:Dr. Renzzo F. Romano (6242/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0600963-17.2013.8.04.0001
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Apelante:Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Advogados:Drs. Fabio Martins Ribeiro (A449/AM), Caroline Retto Frota (4411/AM) e outros.
Apelado:Ilka Schramm das Chagas
Advogado:Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0602012-54.2017.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante:Italia Breda Ltda
Advogada:Dra. Isadora Dutra Rebelo (14574/AM)
Apelada:Gisele Correia dos Santos Batista
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0602693-87.2018.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador:Dr. Luiz Gustavo Isoldi (203340/SP)
Apelado:Cleuter Aroucha de Carvalho
Advogados:Drs. Cairo Lucas Machado Prates (33787/SC), Gustavo Michelotti Fleck (21243/DF) e Queila Coelho de Souza (7931/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0605073-54.2016.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Jacira Reis Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogados:Dr. Andreza Priscila Lima de Lima (9192/AM), Cláudio Elias dos Santos (4036/AM), Hileano Pereira Praia (3834/AM) e Terezinha Teles Fernandes (6622/AM)
Apeladas:Maria Gorette Nogueira de Araújo e Kerna Loiana de Araújo Negreiros
Advogada:Dra. Luciana Viana C de Andrade (8104/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0611240-92.2013.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante:Rivoli Veículos Ltda.
Advogada:Dra. Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (23647/PE) e outros.
Apelada:Ana Carolina Jansen Pereira de Araújo Prado
Advogados:Drs. Ana Carolina Jansen Pereira de Araújo Prado (7510/AM) e Jayme Pereira Junior (3918/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0235708-59.2011.8.04.0001
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney Figliuolo Harraquian
Apelante:Sebastiao dos Santos da Silva
Advogados:Drs. Luiz Eduardo Haddad Pena Ribeiro (6822/AM), Salomão Guedes Brandão de Farias (3036/AM) e outros.
Apelado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0250929-82.2011.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelantes/Apelados:Mercadinho Para Todos Ltda – Me e Camilo de Lellis Altran
Advogados:Drs. Edson Rosas Junior (1910/AM), João Paulo Monteiro de Lima (7618/AM) e outros

Apelante/Apelado:Wind Express Transporte Urgente Ltda
Advogada:Dra. Deborah Sabbá Galvão (3048/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0256015-34.2011.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Edilson do Espírito Santo Machado Júnior
Defensor:Dr. Ricardo Raposo Xavier Leite (7739/AM)
Apelada:Eunice Moreira de Souza
Defensor:Dr. José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0259498-43.2009.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante:Paulo Faria Imovéis Sociadade Civil Ltda
Defensora:Dra. Caroline da Silva Braz de Oliveira (22/AM)
Apelado:Joaquim Hudson de Souza Ribeiro
Advogados:Drs. Wilson Peçanha Neto (4630/AM) e Wilza Carla Nascimento e Silva (4021/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0263452-97.2009.8.04.0001
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A
Advogado:Dr. João Machado Mitoso (559/AM) e outros
Apelada:Nícia Marques de Almeida Oliveira Lima
Advogados:Drs. Monica Vieira Galate Mattos (5123/AM), Thayla Galate Gomes (7954/AM), Mará Lindolfo Gomes Guedes (5116/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0368376-33.2007.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Suzi Irlanda Araújo Granj da Silva
Apelante/Apelado:Jonas Carlos Oliveira da Silva
Advogado:Dr. Rubem Fonseca Flexa (5809/AM e 43944B/SC)
Apelante/Apelado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador:Dr. Caio Lima Barroso (841/RR)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0600817-39.2014.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Jorge Ferreira de Souza
Defensor:Dr. Rafael Albuquerque Maia (21439/CE)
Apelada:Izanilda Elias dos Reis
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0604499-36.2013.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e outros.
Apelada:Valquíria Farias Viana
Defensor:Dr. Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0638170-74.2018.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante:Pátio Sertório Shopping Ltda
Advogada:Dra. Lidiane da Costa Batista (7492/AM)
Apelados:Simarida Comercial de Modas Ltda. (Mercatto), Ricardo Alberto Cohen e Maria Fernanda Terra Franco.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0708355-50.2012.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Apelante:Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogados:Drs. Gustavo Henrique dos Santos Viseu (117417/SP), Erik Lorenzo Marinho da Silva (4944/AM) e outros.
Apelado:Amazon Midia Ltda Me.
Advogado:Drs. Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (8065/AM), Miriam Regina Cunha Dutra (4869/AM), Mônica Adriana Dutra de Souza (12404/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0221803-55.2009.8.04.0001
Origem: 6ª Vara de Família
Juiz Prolator: Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
Apelante:Rejane de Oliveira Lima
Advogado:Dr. Telmo Benedito Fonseca Diniz (214A/AM e 63866/RJ) e outros.
Apelados:Leila Barroncas Passos de Oliveira e Orimar Colares Rodrigues
Advogados:Drs. Celiana Assen Felix (6727/AM), Edna Maria Mourão Pereira Machado (2189/AM) e Maria Rosineide da Silva Costa (4952/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0227923-51.2008.8.04.0001
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante:Bradesco Auto/RE Cia de Seguros Ltda
Advogados:Drs. Eloi Pinto de Andrade (819/AM), Elói Pinto de Andrade Júnior (3840/AM) e Fabíola da Silva Gesta Caruso (4662/AM)
Apelado:Juvêncio Mendonça Marinho
Advogadas:Drs. Kelma de Souza Lima (5470/AM) e Maria Claudia Sousa da Silva (29550/CE)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0602315-05.2016.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Banco Bradesco S.a.
Advogada:Dra. Rosângela da Rosa Corrêa (A921AM)
Apelado:MMF. Alimentos Ltda - ME
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0614578-06.2015.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante:Ricardo Oliveira Cruz
Advogado:Dr. José Orisvaldo Brito da Silva (57069/RJ e 276375/SP)
Apelado:Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (TAUARA – ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS)
Advogado:Dr. Rodolfo Meira Roessing (12719/PA)

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0616698-17.2018.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante:Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogados:Drs. Fernando Luz Pereira (658A/AM) e Moisés Batista de Souza (469A/AM) e outros.
Apelado:Uderlan Ancelmo Pessoa
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0622658-85.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Jose Vieira dos Santos
Advogados:Dra. Ana Esmelinda Menezes de Melo (A356/AM)
Apelado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0629868-27.2016.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante:O Município de Manaus
Procuradora:Dra. Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM)
Apelado:Medic System Ltda
Advogados:Drs. Marcos Jânio da Silva Costa (6317/AM) e Paulo Ricardo da Silva Gomes (7942/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0634135-13.2014.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante:Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogados:Drs. Cristiane Belinati Garcia Lopes (751A/AM) e Gilberto Borges da Silva (58647/PR) e outros.
Apelado:E W G Medeiros Transportes Me
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0635429-32.2016.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Dr. Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Apelado:Ronaldo de Souza Castro
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Embargos de Declaração Cível nº 0000767-89.2019.8.04.0000
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Embargante:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (2859/AM)
Embargada:Fatima Picanço Barbosa
Advogado:Dr. Raimundo Edson Torres Lima (8732/AM) e oturo
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Embargos de Declaração Cível nº 0001180-05.2019.8.04.0000
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S/A
Advogado:Dr. Álvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM)
Embargado:Maria do Socorro Pereira da Silva
Advogados:Drs. Edson Silva Santiago (857A/AM) e Timóteo Martins Nunes (503/RR)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Embargos de Declaração Cível nº 0001316-02.2019.8.04.0000
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Carlos Jorge Cury Mansilla
Advogados:Drs. Luciana Vieira da Rosa Siqueira (120372/RJ) e Lymark Kamaroff (109192/RJ)
Embargada:Ana da Silva Machado
Advogados:Drs. Elon Ataliba de Almeida (6746/AM) e Leylane Ediene Silva (8694/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Embargos de Declaração Cível nº 0005531-55.2018.8.04.0000
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Isabella Peres Russo (3198/AM)
Embargado:Diana Aparecida Bibo
Advogado:Dr. Bruno Oliveira Medeiros (7203/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Embargos de Declaração Cível nº 0007739-12.2018.8.04.0000
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Ford Motor Company Brasil Ltda Brasil Ltda
Advogado:Dr. Celso Farias de Monteiro (36272/BA e 1080A/AM) e outros
Embargado:Gustavo Kenji Ebinuma
Advogada:Dra. Suelen Guedes Barbosa (6533/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4000908-40.2019.8.04.0000
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Banco do Brasil S/A
Advogado:Dr. Rafael Sganzerla Durand (737A/AM e 211648/SP)
Agravado:C H Ferreira Silva Representacoes
Advogado:Dr. Denys Falabelo Jaime (8235/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4001986-06.2018.8.04.0000 (Segredo de Justiça)
Origem: 3ª Vara de Família (Fora de uso)
Agravante:L. P. de M. da S. Representada por sua genitora C. F. de M.
Defensora:Dra. Valéria Araújo Neves
Agravado:M. L. M. da S.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002010-34.2018.8.04.0000 (Segredo de Justiça)
Origem: 3ª Vara de Família (Fora de uso)
Juiz Prolator: Antonio Itamar de Souza Gonzaga
Apelante:D. R. da S. M. representada por sua genitora F. B. da S.
Defensora:Dra. Valéria Araújo Neves
Apelado:D. G. M.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002014-71.2018.8.04.0000 (Segredo de Justiça)
Origem: 3ª Vara de Família (Fora de uso)
Juiz Prolator: Antonio Itamar de Souza Gonzaga
Agravante:S. dos S. F. Representada por sua genitora A. P. A. dos S.
Defensora:Dra. Valéria Araújo Neves
Agravado:P. da S. F.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002222-21.2019.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Ociney Almeida dos Santos
Advogados:Dr. Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Agravado:Crefisa S/A - Credito, Financiamento e Investimento
Advogado:Dr. Lázaro José Gomes Júnior (8125/MS, 8194/MT 31757/GO e 4562A/TO) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4003558-94.2018.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Agravante:Elenice Maria de Xerez Vieiralves Arias
Advogados:Drs. José Alfredo Ferreira de Andrade (29A/AM) e Pedro Stenio Lucio Gomes (2604/AM)
Agravado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Ronaldo Andrade (2240A/MP)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4003630-81.2018.8.04.0000
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Bate Forte Comércio de Enxovais LTDA - ME
Advogados:Drs. Adriano Cezar Ribeiro (4848/AM) e Peter Mateus de Farias Ribeiro (11063/AM)
Agravado:Elcivan Silva da Costa
Advogada:Dra. Alda Heloísa Tavares Toledo (7133/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4004675-23.2018.8.04.0000 (Segredo de Justiça)
Origem: 7ª Vara de Família
Agravante:I. de S. F.
Advogados:Drs. Fred Andres do Couto Silva (7695/AM) e Paulo Ricardo da Silva Santos (7887/AM)
Agravado:R. F. F. e R. F. F. representados por sua genitora I. R. F.
Advogada:Dra. Maria Rocha Fernandes (13713/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº 4002270-77.2019.8.04.0000 (Segredo de Justiça)
Origem: 7ª Vara de Família
Juiz Prolator: Cleonice F. de M. Trigueiro
Agravante:A. J. de S.
Advogados:Drs. Adrimar Freitas de Siqueira (8243/AM), Antonio das Chagas Ferreira Batista (4177/AM) e outros.
Agravado:M. B. de S. representado por sua genitora T. J. B.
Advogados:Drs. Luciana da Silva Couto (5339/AM) e Marlúcia Guimarães Almeida (5280/AM).
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Obs: Republicado por ter sido disponibilizado com incorreções de origem desta secretaria

Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº 0638824-95.2017.8.04.0001
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Apelantes/Apelados:Capital Rossi Empreendimentos S/A, Santo Artemio Emprendimentos Imobiliários Ltda e Santa Belina Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado:Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128431/SP e 598A/AM) e outros
Apelante/Apelado:Cley Barbosa Martins
Advogados:Drs. Marivan Pereira de Mattos (10066/AM) e Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (1889/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusões de Acórdãos

REPUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Processo: 0224607-49.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara de Família
Apelante: R. C. W. do N.
Apelante: H. C. W. do N.
Representa: S. W. G. de O.
Advogada: Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB: A724/AM)
Advogado: Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB: 724A/AM)
Apelado: D. P. do N.
Advogada: Lorenza Said Monteiro (OAB: 8421/AM)
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. JULGAMENTO CITRA PETITA. NULIDADE INSANÁVEL. SENTENÇA DESCONSTITUIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. É vedado ao magistrado proferir sentença além (ultra), fora (extra) ou abaixo (citra ou infra) dos pedidos formulados pelas partes, conforme art.141 do CPC. 2. A desconstituição da sentença deve ser promovida para o cumprimento exato e completo do ofício jurisdicional, a fim de que a jurisdição seja prestada em sua plenitude. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. JULGAMENTO CITRA PETITA. NULIDADE INSANÁVEL. SENTENÇA DESCONSTITUIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. É vedado ao magistrado proferir sentença além (ultra), fora (extra) ou abaixo (citra ou infra) dos pedidos formulados pelas partes, conforme art.141 do CPC. 2. A desconstituição da sentença deve ser promovida para o cumprimento exato e completo do ofício jurisdicional, a fim de que a jurisdição seja prestada em sua plenitude.".

*Republicado: Não constava a advogada da parte apelada na publicação anterior. Processo nº. **0224607-49.2016.8.04.0001**. Págs. 27. Ed. 2694. Disp. 11/09/19.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 11 de setembro de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0001564-59.2016.8.04.4401 - Apelação Cível, 1ª Vara de Humaitá

Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM)

Apelada: Edinelza Souza dos Santos

Advogado: Rodrigo Stegmann (OAB: 968A/AM)

Advogado: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR POR ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. FALTA DE ASSINATURA. IRRELEVÂNCIA. DOCUMENTO PÚBLICO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I - A apresentação de contestação de mérito pela parte ré evidencia, de forma explícita, resistência à pretensão autoral, legitimando o ajuizamento da ação, configurando o interesse de agir da parte autora e a consequente desnecessidade de acionamento da via administrativa.II - Desnecessária a assinatura da autoridade policial como requisito de validade do boletim de ocorrência, vez que basta constar o nome do servidor que emitiu o aludido documento. Além disso, trata-se de documento público dotado de fé pública e presunção relativa de veracidade, incumbindo ao apelante a demonstração de que o boletim é falso ou inverídico, ônus do qual não se livrou.III – Recurso desprovido. Sentença mantida.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0001564-59.2016.8.04.4401, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Sala das Sessões, Manaus, 09 de setembro de 2019.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0002268-78.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Lira Consultoria Ltda.

Advogada: Paloma de Souza Sicsú (OAB: 7186/AM)

Embargado: Grife Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda Epp

Advogado: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM)

Advogado: Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB: 10435/AM)

Advogado: Vivian Mendonça Martins (OAB: 9403/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Desa. Nélia Caminha Jorge. e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AMPLIAÇÃO DE COLEGIADO E PEDIDO DE NULIDADE DE ACÓRDÃO. TEMA JÁ DEBATIDO EM SESSÃO COLEGIADA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA.1. O pedido de ampliação do colegiado arguido pelo embargante foi discutido e decidido em sessão de julgamento pelo colegiado quando dos embargos de declaração anteriormente opostos, sendo a rejeição dos atuais embargos medida que se impõe, uma vez que não se caracteriza como via própria para nova rediscussão de tema já debatido.2. Oposição de Embargos Declaratórios como instrumento de rediscussão de matéria já decidida, sendo flagrante o seu escopo protelatório. Aplicação da multa prevista no artigo 1.026, §2º do CPC/2015.4. Acórdão mantido.5. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002268-78.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e desprover dos Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0004059-82.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: Allen George Rodrigues Chaves

Advogado: Caio Ramos de Souza (OAB: 14028/AM)

Agravado: O Estado do Amazonas

Procurador: Glícia Pereira Braga e Silva (OAB: 2269/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – DESPACHO QUE POSTERGA ANÁLISE DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA DEPOIS DA APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO – NÃO CABIMENTO – ART. 1.015 DO CPC – ROL TAXATIVO – QUESTÃO NÃO DECIDIDA NA INSTÂNCIA DE ORIGEM – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – PRECEDENTES – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo Interno Cível nº 0004059-82.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0004147-23.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Embargante: O Estado do Amazonas

Advogado: Eugênio Nunes Silva (OAB: 763/AM)

Procurador: Tadeu de Souza Silva (OAB: 6878/AM)

Embargado: Augusto Cesar Lopes de Sousa

Embargada: Nelma Rodrigues da Silva e Sousa

Advogado: Jorge Alberto Mendes Junior (OAB: 3000/AM)

Advogado: Raul Góes Neto (OAB: 8203/AM)

Advogado: Rosquild Azedo Omena (OAB: 605A/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. ÚNICA FINALIDADE PREQUESTIONATÓRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexistindo as apontadas omissões e tendo por única finalidade o prequestionamento, o desprovimento dos Embargos de Declaração é medida que se impõe. A via eleita não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido;2. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004147-23.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e desprover os Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0004433-98.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Tabocas Empreendimentos e Participações S/A

Advogado: Bruno de Assis Martins (OAB: 100246/MG)

Embargado: Tekton Construções Ltda

Advogado: Edson Amaral dos Santos (OAB: 8274/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, o desprovimento dos Embargos de Declaração é medida que se impõe. A via eleita

não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido;2. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004433-98.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e desprover os Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0004556-96.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Nobile Gestão de Empreendimentos Ltda

Advogada: Deborah Christina de Brito Nascimento (OAB: 28192/DF)

Embargado: Digitron da Amazônia Indústria e Comércio S/A

Embargado: Kss Empreendimento S/s Ltda

Advogada: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM)

Advogado: José Paulo Citolin Júnior (OAB: 13311/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. ESCOPO PROTELATÓRIO. MULTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, o desprovimento dos Embargos de Declaração é medida que se impõe. A via eleita não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.2. Oposição de Embargos Declaratórios como instrumento de rediscussão de matéria já decidida, sendo flagrante o seu escopo protelatório. Aplicação da multa prevista no artigo 1.026, §2º do CPC/2015.3. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004556-96.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e desprover os Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0004794-18.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Amazonas Energia S/A

Advogado: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM)

Advogado: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB: 56543/MG)

Agravado: Gazzon Gases Industriais Eireli - Mershwirem Indústria de Titanio Ltda

Advogado: Felipe Lopes Paulo (OAB: 13796/AM)

Advogado: Cleuvis Costa dos Santos (OAB: 13640/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – CONVERSÃO – AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – TUTELA DE URGÊNCIA – DISCUSSÃO SOBRE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO – RISCO DE DANO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo Interno Cível nº 0004794-18.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0004939-74.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Itaú Unibanco S/A

Advogado: Evaristo Aragão Santos (OAB: 24498/PR)

Advogado: Suelen Mariana Henk (OAB: 42283/PR)

Advogada: Ingrid Medrek (OAB: 69629/PR)

Advogada: Teresa Arruda Alvim Wambler (OAB: 22129A/PR)

Embargado: Comercial Lopes Araújo Ltda - Cla - Cama, Mesa e Banho

Advogado: Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM)

Advogado: Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, o desprovimento dos Embargos de Declaração é medida que se impõe. A via eleita não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido;2. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004939-74.2019.8.04.0000, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e desprover os Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0004941-44.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda

Advogado: Luciana Goulart Penteado (OAB: 167884/SP)

Embargado: Alexsander Barroso Lopes Me

Advogado: Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM)

Advogado: Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, o desprovimento dos Embargos de Declaração é medida que se impõe. A via eleita não é adequada à reanálise do julgado.2. Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004941-44.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e desprover os Embargos de Declaração, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0005301-76.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Telemar Noste Leste S/A

Advogado: Ana Tereza Basilio (OAB: 74802/RJ)

Advogado: Alexandre Miranda Lima (OAB: 596A/AM)

Advogada: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM)

Advogada: Daniella Rodrigues de Araújo (OAB: 8199/AM)

Embargado: Hoje Sistemas de Informática Ltda. ("hoje Telecom")

Advogado: Samuel Albuquerque (OAB: 33950/DF)

Advogado: Celso Cardoso (OAB: 19749/DF)

Advogado: Tiago Luis Zan Peixe (OAB: 278243/SP)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0005301-76.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0005320-82.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Hospital e Maternidade Samel

Advogado: Heloisa Pontes Maues (OAB: 9667/AM)

Advogado: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM)

Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM)

Advogado: Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB: 3749/AM)

Embargada: Luciana da Silva Ribeiro

Advogado: Gesiel Barboza Santos (OAB: 1514/RR)

Advogado: Francinei Moreira de Almeida (OAB: 2464/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS PROTELATÓRIOS. MULTA.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado. Condenada a parte embargante ao pagamento de multa no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, diante do teor manifestamente protelatório do recurso.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0005320-82.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0005334-66.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Fernando da Costa Matias

Advogado: Milcyete Braga Assayag (OAB: 5006/AM)

Advogado: Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB: 8136/AM)

Embargado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0005334-66.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0005358-94.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Jr Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM)

Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)

Embargado: Edson Rubim da Silva Reis Filho

Embargada: Louise Hayden Reis Parmar

Advogado: Philipe José Lima de Lima (OAB: 9039/AM)

Advogado: Edson Rubim da Silva Reis Filho (OAB: 12148/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0005358-94.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0005443-80.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários S/A

Embargante: Urbis Empreendimentos Imobiliarios S/a.

Embargante: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 05797/AM)

Embargada: Cathia Virgínia Carvalho do Santos

Embargado: Francisco Correa de Almeida

Advogada: Ana Virgínia Arakian Izel (OAB: 3701/AM)

Advogada: Alessandra Daniele de Carvalho Costa (OAB: 7778/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – CONTRADIÇÃO – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DAS EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔNIMO – FUNDAMENTAÇÃO CONSTANTE NO VOTO CONDUTOR DO ACÓRDÃO EM DISPOSITIVO LEGAL QUE VERSA SOBRE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA – CONTRADIÇÃO SANADA SEM ALTERAÇÃO DA CONCLUSÃO DO JULGADO – ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA – PERCENTUAL DE RESTITUIÇÃO DECORRENTE DA RESOLUÇÃO DO CONTRATO – MATÉRIA NÃO IMPUGNADA NO RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO COM RELAÇÃO A MATÉRIA ALVO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA – MANUTENÇÃO DAS DEMAIS PREMISSAS CONSTANTES NO JULGADO – EMBARGOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE ACOLHIDOS.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0005443-80.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a colenda Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e acolhê-lo parcialmente, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0005467-11.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Potência Construções Elétricas Ltda.

Advogada: Karine Aparecida de Oliveira Dias Eslar (OAB: 19187/GO)

Embargado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)

Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM)

Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)

Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 1069A/AM)

Advogado: Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA SUCINTA. POSSIBILIDADE. OMISSÃO. AUSÊNCIA DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO APELO. NÃO CONFIGURADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I – Apesar da embargante aduzir a nulidade da sentença por afronta ao Princípio da Obrigatoriedade da Fundamentação das Decisões Judiciais, verifico que a sentença de mérito não carece de fundamentação, sendo, na verdade, uma sentença sucinta, o que é plenamente aceitável pelo nosso ordenamento jurídico.II – Certo é que o órgão julgador não precisa se pronunciar sobre todos os argumentos alavancados pelas partes para o deslinde da controvérsia, bastando que adote compreensão que torne os demais incompatíveis ou desnecessários à conclusão judicial.III – Embargos de Declaração conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0005467-11.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0213107-25.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Águas do Amazonas S.A.

Advogado: Daniel Fabio Jacob Nogueira (OAB: 3136/AM)

Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM)

Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM)

Apelada: Maria da Conceição Castro dos Santos

Advogado: Gesiel Barboza Santos (OAB: 1514/RR)

Advogado: Gesiel Barboza Santos (OAB: 1197A/AM)

Advogado: Antonio Ivan Olímpio da Silva (OAB: 3110/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA PARA REDUZIR O QUANTUM INDENIZATÓRIO.I – A inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes e o protesto indevido de título geram dano moral indenizável e in re ipsa.II – O quantum de indenização, pela incidência da proporcionalidade e razoabilidade, não pode corresponder à quantia irrisória ou exorbitante, sob pena de, nesse caso, gerar enriquecimento sem causa e, naquele, não promover a compensação do lesado nem exercer sua função pedagógica.III – Conclui-se , pela análise dos fatos, que o valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais) mostra-se desproporcional em comparação aos parâmetros adotados por esta Corte de Justiça, devendo, pois, ser reduzido para R$20.000,00 (vinte mil reais).IV – Recurso de apelação conhecido e parcialmente provido. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0213107-25.2012.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e parcialmente provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Sala das Sessões, Manaus, 09 de setembro de 2019. Proferiu sustentação oral, Dr. Gesiel Barboza Santos, OAB/AM A-1197, advogado da Apelada.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0229070-10.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Apelante: Telemar Norte Leste S/A

Advogada: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM)

Advogada: Djamai Moscariello Furnari (OAB: 4375/AM)

Advogado: Alexandre Miranda Lima (OAB: 596A/AM)

Advogado: Alexandre Miranda Lima (OAB: 131436/RJ)

Advogada: Ana Tereza Palhares Basilio (OAB: 74802/RJ)

Advogado: Bruno Cláudio Elesbão (OAB: 7468/AM)

Apelado: O Estado do Amazonas

Procurador: Eugenio Augusto Carvalho Seelig (OAB: 8625/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR. AÇÃO ANULATÓRIA. APELAÇÃO CÍVEL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA. PROCON. APLICAÇÃO DE MULTA. POSSIBILIDADE. VALOR PROPORCIONAL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE, POR VÍCIOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA. FORTUITO EXTERNO. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO DESPROVIDA. I – É possível ao Procon, como órgão encarregado da proteção e defesa do consumidor, a imposição de multas a fornecedores de serviços por falha ou má prestação desses serviços (no caso, o de telefonia), dentro dos parâmetros do devido processo legal.II – É também incontroverso que, nas circunstâncias apuradas no processo administrativo n.º 0109-027.545-2 do Procon-AM, decorrente do auto de infração n.º 020/09, houve interrupção da prestação do serviço. A própria recorrente o admite em suas razões recursais.III – Foram inúmeros os consumidores prejudicados (segundo apurado em processo administrativo, cerca de 200.000 pessoas), o que demonstra que a sanção aplicada foi adequada e proporcional. No mais, quanto ao valor da multa (R$300.000,00), é cediço que o Poder Judiciário não pode substituir a Administração Pública na análise de conveniência e oportunidade tangente ao valor. É permitido apenas avaliar sua legalidade, é dizer, o respeito aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade na fixação do valor.IV – A paralisação total alegada como motivo do ato que impôs a sanção refere-se não a uma paralisação de todas as linhas telefônicas do Estado do Amazonas (o que seria um absurdo em si), mas à paralisação total das linhas indicadas. Inexistência de qualquer nulidade no motivo do ato.V – A presença de roedor que destrói equipamentos da concessionária não configura fortuito externo, vez que é fato previsível e que poderia ser evitado.VI – Apelação desprovida.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0229070-10.2011.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Proferiu sustentação oral, Dr. Daniel Coutinho, OAB/AM 9122, advogado da Apelante.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0240873-82.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS

Advogado: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB: 56543/MG)

Advogado: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM)

Apelado: Marco Antonio Nobre Salum

Advogado: Marco Antonio Nobre Salum (OAB: 8416/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INTERESSE PROCESSUAL. PERDA SUPERVENIENTE. DESINTERESSE DO AUTOR DA AÇÃO PELO CARGO PÚBLICO. NOMEAÇÃO COM POSTERIOR RESCISÃO POR JUSTA CAUSA. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA.I – É possuidora de interesse processual a parte que necessita ir a juízo para alcançar a proteção de determinado bem jurídico e, ainda, que pretenda tutela que lhe proporcione alguma utilidade prática, aviando, para tanto, o meio processual adequado.II – Torna-se inútil a prestação jurisdicional que versa sobre a nomeação para cargo público quando o candidato não mais possui interesse em ocupá-lo, bem como quando, depois da noemação, houve a rescisão do contrato por justa causa em razão de abandono de cargo. Patente é a perda superveniente do interesse processual.III – Extinto o feito sem resolução de mérito, os ônus de sucumbência devem ser distribuídos com fulcro no princípio da causalidade, condenando aquele que deu causa ao ajuizamento da ação (art. 85, § 10, CPC/15). IV – Apelação conhecida e provida. Sentença reformada para extinguir o feito sem resolução de mérito por ausência superveniente do interesse processual. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0240873-82.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Presente, Dra. Gabrielle Stoco Fabio, OAB/AM 12.913, advogada da Apelante, inscrita para sustentação oral.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0600721-82.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Francisco das Chagas Torres Lins

Advogado: Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB: 8620/AM)

Advogada: Dina Flavia Freitas da Silva (OAB: 8182/AM)

Advogado: Elvislan do Nascimento Silva (OAB: 8970/AM)

Apelado: Banco Bradesco S.a.

Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO/CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO. ABUSIVIDADE. DANOS MORAIS. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. I – Há ilegalidade na utilização de juros de cartão de crédito em contrato que aparenta ser de empréstimo consignado, o qual possui juros mais baixos justamente como consequência de terem como garantia a certeza do recebimento de salário ou proventos mensais pelo consumidor.II – A ilegalidade da cobrança enseja o pagamento de indenização por danos morais, uma vez que a contratação ilegal e abusiva feita de modo doloso ofende direitos da personalidade da requerente, que foi ludibriada a assinar contrato extremamente desfavorável a seu patrimônio e praticamente sem possibilidade de quitação. III – Os valores a serem estipulados em indenização por danos morais, devem estar em acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. IV – Apelação parcialmente provida. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0600721-82.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0605151-77.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Alex Sandro do Nascimento Paiva

Advogado: José Barbosa de Souza (OAB: 1478/AM)

Advogado: Ademar Feitoza Ramos (OAB: 1465/AM)

Apelado: O Estado do Amazonas

Procuradora: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO ADMINISTRATIVO, PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL MILITAR REINTEGRADO POR DECISÃO JUDICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. DANOS MATERIAIS. COISA JULGADA. COBRANÇA QUE RECAI APENAS SOBRE VENCIMENTOS PRETÉRITOS A IMPETRAÇÃO DO MANDADO. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA.I - Nos autos do Mandado de Segurança que reintegrou o apelante à corporação, a decisão prolatada restaurou o status quo ante oportunidade na qual houve pedido expresso de pagamento dos vencimentos do período em que ficou afastado, motivo pelo qual há coisa julgada quando ao período entre o ajuizamento da ação mandamental e a efetiva reintegração. II – A presente ação de cobrança recai apenas sobre o período compreendido entre 30/11/2009 a 25/02/2010, que não foi objeto de pedido no MS.III - No caso concreto, os juros de mora deverão calculados pela remuneração oficial da caderneta de poupança e a correção monetária pelo IPCA-E.IV - Não há que se falar, entretanto, em indenização por danos morais. Isso porque, não há nos autos comprovação fática de ofensa aos direitos ou atributos da personalidade.V – Recurso conhecido e improvido.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0605151-77.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0608399-22.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento

Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)

Apelado: Via Marconi Veículos Ltda.

Advogado: Antônio José Batista Nogueira (OAB: 6834/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO QUANDO CABÍVEL AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. ERRO INESCUSÁVEL. ANÁLISE DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. REGRAS PROCESSUAIS PREVISTAS NO CPC 2015. RECURSO NÃO CONHECIDO. I - A decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, na forma do art. 1.015, parágrafo único, do CPC/2015, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação.II - Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016), serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. (Enunciado Administrativo do STJ nº 3).III – Recurso não conhecido.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0608399-22.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Sala das Sessões, Manaus, 09 de setembro de 2019.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0608651-25.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Katiane D'avila da Rocha

Apelante: Cristiane D'avila da Rocha

Advogado: Ednilson Pimentel (OAB: 1799/AM)

Apelado: Francisco Milton de Lucena
Apelada: Odete D´Avila Lucena
Advogado: George Calos Barros Claros (OAB: 2018/AC)
Advogado: Gabriel Braga de Oliveira Claros (OAB: 4387/AC)
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE NEGÓCIO JURÍDICO. AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO INTEMPESTIVO. NÃO CONHECIDO.I - O prazo para interposição da apelação é de 15 dias úteis (Art. 219 c/c art. 1.003, §5°, ambos do NCPC).II - Recurso que foi protocolizado fora do prazo. Uma vez intempestivo, não há como se conhecer da apelação. III – Recurso não conhecido. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0608651-25.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0613486-85.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Apelante: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Apelado: Municipio de Manaus
Procuradora: Janary Yoshizo Kato Yokokura (OAB: 6324/AM)
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. INEXIGIBILIDADE DA JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. VALIDADE DA CDA. DEMONSTRAÇÃO DE ORIGEM, NATUREZA E FUNDAMENTO LEGAL DA DÍVIDA. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.I – Não se exige, em execução fiscal, que o exequente junte aos autos cópia do processo administrativo que apurou o crédito inscrito na Certidão de Dívida Ativa, cabendo ao executado, mediante embargos à execução, solicitar essa cópia. Como assim não agiu o apelante/embargante, descabe reconhecer qualquer cerceamento de defesa.II – Preenchidos os requisitos legais, considera-se válida a Certidão de Dívida Ativa que destaca a origem, a natureza e os fundamentos legais em que fundou a constituição do crédito tributário.III – Apelação cível conhecida e desprovida.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0613486-85.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0619736-08.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Karla Kelce Camelo da Silva
Advogado: Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB: A1087/AM)
Apelado: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO/CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO. ABUSIVIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO. DANOS MORAIS. APELAÇÃO PROVIDA. I – A instituição financeira realizou empréstimo consignado mas efetua cobranças por meio de descontos como se a dívida do empréstimo fosse oriunda de gastos com cartão de crédito, o que a toda evidência não ocorre. Disso resulta que os juros aplicados são mais altos do que deveriam, pois são utilizados juros altíssimos do cartão de crédito, em vez dos juros sabidamente mais baixos do empréstimo.II – A instituição financeira promove descontos mensais mínimos na conta da autora, o que impossibilita a quitação do saldo devedor, já que a pequena monta do desconto permite apenas pagar os juros. Logo, o saldo devedor apenas cresce, tendo em vista que fica congelado, com incidência cada vez maior dos juros do cartão de crédito. A dívida, portanto, pode se tornar infinita e impagável na prática.III – Há ilegalidade na utilização de juros de cartão de crédito em contrato que aparenta ser de empréstimo consignado, o qual possui juros mais baixos justamente como consequência de terem como garantia a certeza do recebimento de salário ou proventos mensais pelo consumidor. Assim sendo, está correta a conduta do juiz de origem de declarar a nulidade do contrato, disto decorrendo logicamente a necessidade de devolução dos valores pagos a maior. IV – Saliente-se que a alardeada abusividade resume-se à incidência das regras e juros de cartão de crédito sobre o valor obtido pelo empréstimo, inexistindo qualquer irregularidade contratual quanto à cobrança desses encargos em relação às compras efetuadas pela parte autora em evidente utilização do cartão de crédito.V – Destaco que, visando a evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, a devolução dos valores deve compreender a diferença entre o valor efetivamente pago por este com a incidência dos juros e o numerário disponibilizado em sua conta bancária pela instituição financeira, desconsiderando, nesse cálculo, os valores decorrentes das compras eventualmente realizadas pelo consumidor com o cartão de crédito. No entanto, demonstrado o dolo da instituição financeira, a devolução dos valores da aludida diferença deve se dar em dobro. VI – Condeno a parte ora apelada ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), uma vez que a contratação ilegal e abusiva feita de modo doloso ofende direitos da personalidade da requerente, que foi ludibriada a assinar contrato extremamente desfavorável a seu patrimônio e praticamente sem possibilidade de quitação.VII – Apelação conhecida e provida. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0619736-08.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0621124-14.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada do Meio Ambiente
Litisconsorte: 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente
Procurador: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Apelante: Trading Empreendimentos Ltda.
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)
Apelado: O Município de Manaus
Procurador: Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM)
Procurador: Lucas Grangeiro Bonifácio (OAB: 14198/AM)
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO AMBIENTAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA. APELAÇÃO CÍVEL. LEI MUNICIPAL N.º 1192/2007. ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE). OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS POTENCIALMENTE POLUIDORES COM MAIS DE 40 USUÁRIOS/DIA. APELAÇÃO DESPROVIDA. I – Não se eximem do cumprimento da legislação ambiental os estabelecimentos potencialmente poluidores já existentes à época da edição da lei municipal n.º 1.192/2007, é dizer, não existe direito adquirido de poluir. Necessidade de ajuste à lei, com instalação de Estação de Tratamento de Esgoto. II – Sendo certo que a autora é estabelecimento do ramo da hotelaria (motel), não é difícil intuir que se trata de atividade potencialmente poluidora, sujeita à observância da legislação ambiental municipal.

Nesse diapasão, não logrou a autora comprovar que possui menos de quarenta usuários por dia, ao contrário do que asseverou a Administração nos autos de processo administrativo quando impôs a necessidade de instalação da ETE.III – A tese de que lhe é aplicável a exceção prevista no parágrafo 2.º do art. 8.º da lei acima transcrito não prospera justamente porque a apelante é prestadora de serviços de hotelaria, não possuindo, por tal razão, "contribuintes", mas usuários. Deve ser enquadrada, neste aspecto, no artigo 7.º da legislação.IV – Apelação desprovida. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0621124-14.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Proferiu sustentação oral, Dr. Carlos Murilo Laredo Souza, OAB/AM 7.356, Advogado da Apelante.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0625758-48.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: 57.ª Promotoria de Justiça - Defesa do Direito do Cidadão

Promotor: Antonio José Mancilho

Apelado: Ulisses Tapajós Neto

Advogada: Simone Rosado Maia Mendes (OAB: 666A/AM)

Advogada: Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB: 8074/AM)

Apelada: Samantha de Jesus Tapajós Maués Bento

Advogado: Juliana Martins Gonçalves de Queiroz (OAB: 5767/AM)

Relator: Des. Airton Luís Corrêa Gentil.

Membros: Des. Aristóteles Lima Thury e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. NEPOTISMO. SÚMULA VINCULANTE N.º 13. COMPETÊNCIA DO ATO DE NOMEAÇÃO. COMPROVAÇÃO DO DOLO. INEXISTENTE. DANO AO ERÁRIO. NÃO DEMONSTRADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. O Ministério Público propôs ação de improbidade administrativa contra o apelado destacando que ele praticou nepotismo ao nomear sua sobrinha, ora apelada, para exercício de cargo em comissão em 2015.2. A lei orgânica do município, em seu art. 80, XI, indica que a competência para nomeação e exoneração fica a cargo do Chefe do Poder Executivo, não sendo demonstrada que a escolha foi direcionada e que o recorrido possuía poder de influência para tanto.3. Para que se configure o ato de improbidade administrativa não basta a comprovação de qualquer ilícito ou irregularidade, sendo necessário a presença de dolo ou, em algumas situações, a culpa.4. Inexistindo cabalmente a comprovação de dolo ou influência direta na escoha pelo recorrido com a intenção de burlar a lei e ocasionar prejuízos ao erário, bem como demonstrada a efetiva prestação do serviço no órgão pela apelada e exercício de cargo em comissão pela recorrida desde 2011, resta ausente a improbidade alegada.5. Sentença mantida.6. Apelação conhecida e desprovida, em dissonância com parecer ministerial.. DECISÃO: "ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0625758-48.2017.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o(a) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância com parecer ministerial, conhecer e desprover do recurso de apelação, nos termos do voto do desembargador relator.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0629322-98.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Irapuã Cantanhede Franco

Advogado: Rafaela Cristina de Souza Sales (OAB: 10924/AM)

Apelado: Alexandre Ludvig

Apelado: Danilo Correa Pinheiro

Apelado: Denison Cavalcante Oliveira

Advogado: Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB: 11333/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. CONTESTAÇÃO NÃO APRESENTADA. REVELIA DECRETADA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ARTIGO 355, II, CPC. DECISÃO MANTIDA.I – O art. 335, inciso III combinado com o artigo 231, II do CPC/15 estabelece que o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data de juntada dos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça, no caso em análise o prazo transcorreu sem apresentação de defesa, e, dessa forma, tem-se correta a revelia decretada pelo juízo a quo. II – Enfatizo que de acordo com o artigo 355, II do CPC, uma vez decretada a revelia, essa, por si só, autoriza o julgamento antecipado da demanda, haja vista que o requerido não pugnou pela produção de provas em tempo oportuno. III – Apelação Cível conhecida e desprovida. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0629322-98.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0632425-50.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU

Advogada: Rosely da Costa Tribuzy (OAB: 3440/Am)

Advogado: Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM)

Advogada: Michelle Christine Milério Pinto Alfaia (OAB: 3796/AM)

Advogada: Amanda Maria Paz de Almeida Dantas (OAB: 3613/AM)

Advogada: Priscyla Ramos Saunier Figueira (OAB: 4085/AM)

Advogado: Maria do perpetuo Socorro Barreto (OAB: 4344/AM)

Advogado: Denis Rosas de Araújo (OAB: 3510/AM)

Apelado: Vega Manaus T. de Passageiros Ltda

Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA. DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO SATISFEITO. EXPOSIÇÃO SUCINTA E SUFICIENTE DOS MOTIVOS CONDUTORES DA DECISÃO. NULIDADE AFASTADA. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.I - Tem-se por fundamentado o ato judicial que aponta, explicitamente, os fundamentos fáticos e jurídicos que delinearam a conclusão nele exarada, ainda que os apresente de forma sucinta. No caso, o magistrado de origem consignou na sentença combatida as razões de fato e de direito que o conduziram a atribuir ao réu o ônus de provar, para aplicação de multa de trânsito, que notificou validamente o condutor.II – Apelação cível conhecida e desprovida.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0632425-50.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Presente, Dr. Nelson Luiz de Macedo, OAB/AM A-608, Advogado do Apelado, inscrito para sustentação oral.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0634726-67.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)
Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)
Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM)
Apelado: Manoel Pestana da Gama
Apelada: Maria das Dores Ferreira da Gama
Advogada: Cárita Martins Borges Pedroso (OAB: 7310/AM)
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO DO CONSUMIDOR, IMOBILIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL. MORA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NECESSIDADE. AUSÊNCIA. ILEGALIDADE DA CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE E DO LEILÃO QUE LHE SUCEDEU. PROTEÇÃO AO ARREMATANTE DE BOA-FÉ. RESOLUÇÃO EM PERDAS E DANOS. DANOS MORAIS. DEVOLUÇÃO DAS QUANTIAS PAGAS. APELAÇÃO DESPROVIDA. I – O contrato de compra e venda de imóvel garantido por alienação fiduciária foi extinto pela quitação, após leilão extrajudicial do bem dado em garantia, nos termos da Lei n.º 9.514/1997, diante da inadimplência dos compradores, ora apelados. No entanto, aforaram a presente ação com vistas a questionar a validade do procedimento de consolidação da propriedade fiduciária em mãos do credor, uma vez que afirmam não terem sido notificados regularmente de sua moraII – As notificações expedidas jamais sequer encontraram os devedores fiduciários, sendo certo que nenhuma delas foi sequer enviada ao endereço constante do contrato, que deve prevalecer para fins de comunicações a ela relativas. Diante de vícios inafastáveis no que concerne à notificação dos devedores, tem-se por inválido o procedimento de consolidação da propriedade fiduciária nas mãos do credor, bem como o leilão que lhe sucedeu, o que, diante da necessidade de proteção ao arrematante de boa-fé, apenas pode ser resolvido em perdas e danos.III – São incontroversos a conduta, o dano e nexo causal, pois não é difícil intuir que a perda de um imóvel por ato ilegal da parte adversa engendra sofrimento psicológico e lesões a direitos da personalidade, não havendo necessidade de discorrer profundamente acerca do assunto, até porque os danos morais configuram-se in re ipsa. Não tendo ficado comprovada qualquer hipótese de exclusão de responsabilidade, está plenamente configurada a responsabilidade civil da apelante, devendo indenizar os danos morais sofridos pelo autor e devolver as quantias pagas, tendo em vista ter sido responsável pela resolução contratual.IV – Apelação desprovida. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0634726-67.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Proferiu sustentação oral, Dr. Carlos Murilo Laredo Souza, OAB/AM 7.356, Advogado da Apelante.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0637773-54.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Masatoshi Takaki
Advogada: Cárita Martins Borges Pedroso (OAB: 7310/AM)
Apelado: Antonelly Construcoes e Servicos Eireli
Advogada: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM)
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. LITISCONSORTE NECESSÁRIO. INEXISTENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. CONTESTAÇÃO DE ASSINATURA DE CONTRATO. PROVA RELEVANTE. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA.I - É desnecessária, em ação de adjudicação compulsória, a participação de todos os envolvidos na relação contratual, bastando que figurem na lide o proprietário do imóvel e o promitente comprador final. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.II – Impugnada a assinatura aposta em contrato que fundamenta o pedido de adjudicação compulsória e postulada, pelos requeridos, a realização de perícia grafotécnica, forçosa é a realização dessa modalidade de prova, sob pena de cerceamento de defesa. Assim, indeferida, em sentença, a prova postulada, impende a declaração de nulidade desse ato judicial.III – Apelação cível conhecida e provida.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0637773-54.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Sala das Sessões, Manaus, 09 de setembro de 2019. Proferiu sustentação oral, Dr. Igor de Mendonça Campos, OAB/AM A-766, Assistente Simples da Apelada.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0645978-67.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: 13 .ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público
Promotor: Edilson Queiroz Martins
Apelada: Marise Mendes Perez
Advogado: Valéria Freire Litaiff (OAB: 8009/AM)
Advogado: Felipe Isper Abraim Neto (OAB: 5279/AM)
Advogado: Luan Oliveira da Silva (OAB: 10910/AM)
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exma Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

EMENTA – DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. APELAÇÃO CÍVEL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. GASTOS COM ALIMENTAÇÃO E COMBUSTÍVEL. DESVIO DE FINALIDADE NO USO DA VERBA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA DE TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA E DE ELEMENTO SUBJETIVO. I – Tratando-se de improbidade administrativa, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. A jurisprudência do STJ considera indispensável, para a caracterização de improbidade, que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11º da Lei 8.429/92, ou pelo menos eivada de culpa grave, no disposto no artigo 10.II - Em outras palavras, a improbidade traduz ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente, não podendo, portanto, se confundir improbidade com simples ilegalidade. No caso, a parlamentar apelada se valeu de gastos com atividade parlamentar dentro dos limites impostos, não havendo comprovação do efetivo desvio de finalidade, não bastando, para tanto, meras suposições lógicas.III – Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0645978-67.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial consonância com parecer ministerial, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0651786-19.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: José Epaminondas da Silva Passos
Defensor: Nairo Aguiar Cordeiro (OAB: 7058/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelante: O Estado do Amazonas
Procurador: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha
Apelado: José Epaminondas da Silva Passos
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procurador: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM)
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO OBRIGAÇÃO DE FAZER. APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. REGISTRO NA ANVISA E NÃO FORNECIDO PELO SUS. ANÁLISE DE MÉRITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE. INOCORRÊNCIA. ANÁLISE DE MÉRITO ADMINISTRATIVO EM SEDE DE CONTROLE DE LEGALIDADE DE PRECEITO FUNDAMENTAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO INEXISTENTE NO SUS JÁ REGISTRADO NA ANVISA. OBRIGATORIEDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE MEDICAMENTO SIMILAR FORNECIDO PELO SUS. AFRONTA A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. INOCORRÊNCIA. GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE. AFASTADA A APLICAÇÃO DO PRICÍPIO DA RESERCA DO FINANCEIRAMENTE POSSÍVEL. HONORÁRIOS. DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. CONFUSÃO. I - Conforme entendimento pacífico do STF e do STJ, o Poder Público deve fornecer medicamento que não esteja no rol da portaria do Ministério da Saúde, fornecidos pelo SUS, quando registrado pela ANVISA e demonstrado ser a única via para, eficazmente, tratar o paciente.II - Há nos autos laudo médico que prescreve o tratamento ora pleiteado como o ideial para o paciente, declaração do médico de que já está registrado na ANVISA, bem como demonstração da imprescindibilidade do tratamento diante da possibilidade de cegueira bilateral e ausência de comprovação do poder público de que há tratamento alternativo pelo Sistema Único de Saúde, motivo pelo qual estão preenchidos os requisitos para fornecimento pelo poder público. III - Não há que se falar em afronta a lei de responsabilidade fiscal ou aos princípios que regem o orçamento posto que a saúde é direito de todos, constitucionalmente insculpido, motivo pelo qual não podem os poderes constituídos limitar a sua garantia. V - O STF afasta a aplicabilidade do princípio da reserva do financeiramente possível quando diante de fornecimento do mínimo necessário a sobrevivência, o que ocorre no caso concreto. VI - É entendimento pacífico no Superior Tribunal de Justiça que, quando a Defensoria Pública de determinado Estado-membro patrocina causa contra este ente federado, torna-se impossível a condenação desta parte em honorários, posto que as Defensorias são órgãos dos Estados-membros, operando-se, portanto, a confusão (art. 381 do Código Civil). Aplicação da Súmula n.º 421 do STJ.VII - Recursos conhecidos e ambos improvidos. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0651786-19.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento aos recursos, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4001740-10.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)

Agravante: O Estado do Amazonas

Advogado: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761/AM)

Agravado: Lívio Baraúna Assayag

Agravado: Casas do Óleo Ltda.

Agravado: Posto 3000 Ltda

Agravado: Indústria de Café Manaus Ltda.

Agravado: Ambrosio Cohen Assayag

Agravado: Ralph Baraúna Assayag

Agravada: Deborah Baraúna Assayag

Agravado: Joaquim Gonçalves Marques

Agravado: Francimar Barbosa Sampaio

Agravado: Sidney Robertson Oliveira de Paula

Advogado: Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB: 9432/AM)

Advogado: Douglas Aleixo Santos da Cruz (OAB: 9426/AM)

Advogado: André Guimarães da Cruz (OAB: 7549/AM)

Advogado: Mário da Cruz Glória (OAB: 4013/AM)

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Aguinelo Balbi Junior

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Aguinelo Balbi Junior

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. REVOGAÇÃO DA DECISÃO PELA INDISPONIBILIDADE DE BENS. BLOQUEIO BANCEJUD. EXCESSO NA CONSTRIÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE FORTES INDÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 7º, DA LEI 8.429/92.-No caso, o magistrado singular entendeu pela necessidade de revogação de decisão pretérita por haver ação declaratória concomitante com identidade de causa de pedir, incidente sobre os imóveis objeto de alienação ilegal. Ademais, o valor bloqueado via BACENJUD se revela em excesso, não havendo demonstração de fortes indícios da prática de ato por improbidade administrativa, cujo petitório do ente estatal sequer indica em quais condutas tipificadas nos artigos 9º, 10 e 11, da Lei 8.429/92 os Agravados incorreram.-RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4001740-10.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em dissonância do Graduado Órgão Ministerial em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4001903-53.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social

Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Agravado: Antonio Pantoja Faria

Advogado: Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB: 4682/AM)

Advogado: Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB: 8279/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAÇÃO PETROS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DÉFICIT. PLANO DE EQUACIONAMENTO. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS. REPASSE AOS ASSOCIADOS DA DÍVIDA DA PATROCINADORA PETROBRÁS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR.-O deferimento de tutela de urgência exige a reunião dos requisitos do artigo 300, do CPC.-No caso, a exigência do pagamento de contribuições extraordinárias em virtude do plano de equacionamento do déficit da PETROS – Fundação Petrobrás de Seguridade Social se revela exorbitante, comprometendo o orçamento do associado, tratando-se ainda de verba alimentar, bem como a variação de índices incidentes sobre as contribuições previdenciárias não se confunde com a exigência das contribuições do caso, posto que a dívida da PETROBRÁS perante a PETROS fora repassada aos associados, demonstrandos, portanto, o periculum in mora e o fumus boni iuris. -RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4001903-53.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado. Proferiram sustentação oral, Dra. Cláudia Krauskopf, advogada do Agravante.

Dr. José Reynaldo Saraiva, OAB/AM 4682, Advogado do Agravado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4002404-07.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 8ª Vara de Família

Agravante: F. C. J.

Advogado: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB: 8344/AM)

Advogada: Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB: 13172/AM)

Agravado: E. S. de O.

Defensor: Helom César da Silva Nunes (OAB: 9028/AM)

Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

EMENTA – DIREITO DE FAMÍLIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS GRAVÍDICOS. ACORDO PROVISÓRIO CELEBRADO APÓS A DECISÃO ATACADA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. I – Em 19/06/2019, houve audiência de conciliação onde as parte firmaram acordo provisório no sentido reduzir para 10% o valor pago, até ser feito exame de DNA quando do nascimento da criança. II – Diante da transação entre as partes, justamente acerca do conteúdo da decisão proferida e por este agravo guerreada, é inexistente, pois, o interesse no prosseguimento do recurso.III - Agravo de Instrumento não conhecido. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002404-07.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância com o parecer ministerial, em não conhecer o recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4002707-21.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara de Coari

Agravante: Jocineide Gama Nunes

Advogada: Ana Paula Freitas de Oliveira (OAB: 7495/AM)

Advogada: Alcides Martins de Oliveira Neto (OAB: 7306/AM)

Advogada: Maiara Cristina Moral da Silva (OAB: 7738/AM)

Agravado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO EM FACE DE AUTARQUIA FEDERAL (INSS). AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA DO TRF1. AÇÃO NÃO ACIDENTÁRIA. I – Como na inicial não existe menção a acidente de trabalho, a competência para julgamento do feito é da justiça estadual apenas nos termos do §3.º do art. 109 da CF/1988, porque no município de Coari/AM não existe vara federal. No entanto, eventual recurso deve ser apreciado pelo Tribunal Regional Federal respectivo, nos termos do §4.º do mesmo artigo. II – Declinada competência em favor do TRF1. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002707-21.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do(as) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em declinar da competência em favor do TRF1, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4002933-26.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social

Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Agravado: Paulo Celso Bruno de Andrade

Advogado: Jonathas Macelino Andrade dos Santos (OAB: 7607/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE CONCEDEU A TUTELA DE URGÊNCIA. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PREVISTAS NO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT. DESCONTOS EXORBITANTES REALIZADOS MENSALMENTE. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DA COBRANÇA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.I - Satisfeitas as exigências para a concessão da tutela de urgência, tendo em vista que os valores descontados do contracheque do agravado, quais sejam: R$1.801,08 (mil e oitocentos e um reais e oito centavos) e mais o valor de R$3.025,86 (três mil e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos) de Contribuição PPSP (fls. 24/35-autos principais), foram totalmente contra os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.II – Apesar do cenário atual que a entidade vem passando, há que se ponderar, igualmente nesse juízo de cognição sumária, a instituição de um percentual de contribuição adicional que se mostre razoável, prudente e cauteloso, devendo incorrer na necessidade de suspensão da cobrança dos valores relativos à contribuição extra de equacionamento até o julgamento final da demanda de Primeiro Grau.III – Agravo de instrumento desprovido. Decisão mantida.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002933-26.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Proferiram sustentação oral, Dra. Cláudia Krauskopf, advogada do Agravante. Dr. José Reynaldo Saraiva, OAB/AM 4682, Advogado do Agravado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4003120-34.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A

Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 12450/PE)

Agravado: Antonio Carlos Figueiredo dos Reis

Advogado: Antonio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB: 8408/AM)

Advogado: Iran Vieira de Souza (OAB: 5706/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MORA. IMPOSSIBILIDADE DE CONSIGNAÇÃO APENAS DO MONTANTE VENCIDO. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA. AGRAVO PROVIDO.I – A respeito da busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento firmado em sede de recurso especial repetitivo (art. 543-C do CPC/73, atual 1036 do CPC/2015) no sentido de que a comprovação da mora do devedor fiduciário enseja o deferimento da liminar, sendo obrigação do devedor quitar a integralidade da dívida (valor declinado na exordial), no prazo de cinco dias, como forma de reaver o veículo. II – Não é cabível, portanto, diante da mora, a consignação em juízo de valores relativos ao montante vencido pelo fato de o credor se negar a recebê-los com atraso. III – Inaplicável a teoria do adimplemento substancial. O débito está aquém do montante necessário para que se considere como quase que totalmente cumprida a obrigação. IV – Agravo de instrumento conhecido e provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4003120-34.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do(as) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4003247-69.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Urbana Construtora Eireli

Advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM)

Agravado: Banco Santander S/A

Advogado: Flávio Neves Costa (OAB: 153447/SP)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOVAÇÃO PARCIAL. AUSÊNCIA DE PROVA DA MORA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. I – O agravante traz aos autos instrumento particular de confissão e reescalonamento de dívida, datado de 06/04/2017, portanto, celebrado cerca de um ano antes da data de propositura da ação de busca e apreensão (ocorrida em 23/03/2018), onde ficaram estipulados novos termos para o pagamento do financiamento.II – No novo contrato há repactuação de valores bem como foram agregados novos termos. Isso porque, comparando ao que fora pactuado no primeiro contrato, nesse segundo há mudança no valor global da dívida, novo valor das parcelas, novo prazo de vencimento e nova quantidade de parcelas, por exemplo.III – Não comprovada a mora, requisito essencial para a propositura de ação de busca e apreensão, está ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, devendo o processo ser extinto com fulcro no art. 485, IV do CPC.IV – Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4003247-69.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4003330-85.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Entec Comercial Importadora e Exportadora Ltda

Advogado: Gina Moraes de Almeida (OAB: 7036/AM)

Advogada: Rayssa Lopes da Silva Tavares (OAB: 13955/AM)

Agravado: Srb Comercio e Serviços de Materiais de Construções Ltda

Advogada: Fernanda Amorim Sanna (OAB: 222866/SP)

Advogada: Gabriela Alves Eulálio (OAB: 58099/DF)

Advogado: Flávio Kendi Hiasa (OAB: 234397/SP)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. POSSE DE MAQUINÁRIO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. PROBABILIDADE DO DIREITO. PRESENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.I - Nos termos do art. 303, CPC/15, conceder-se-á tutela provisória de urgência em caráter antecedente quando, diante de uma urgência contemporânea à propositura da ação, for provável o acolhimento do direito alegado no pedido e houver o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação caracterizado, conforme dicção do art. 300, CPC/15.II – É provável o acolhimento de pedido de desconstituição de penhora realizada em bem de propriedade de pessoa estranha à lide executiva.III – Decisão mantida. Recurso desprovido.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4003330-85.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4003361-08.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Igreja Evengélica Pentencostal Deus Proverá

Advogada: Thayse Moreira Santiago de Souza (OAB: 9595/AM)

Agravado: Neurimar Pereira do Nascimento

Advogado: Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB: 724A/AM)

Advogado: Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB: 163055/SP)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE NULIDADE DE DOAÇÃO DE DIREITO DE POSSESSÓRIO COM PEDIDO DE MANUTENÇÃO DE POSSE. JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO PARCIAL. TUTELA DE URGÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE POSSE. REQUISITOS CONFIGURADOS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA. RECURSÃO DESPROVIDO. I - Ao analisar o pedido preliminar da recorrente de assistência judiciária gratuita, defiro tal pleito apenas parcialmente, visto que não há nos autos qualquer comprovação de hipossuficiência financeira significativa, logo lhe concedo apenas a isenção das custas recursais, mantendo os demais encargos financeiros porventura existentes, inclusive o pagamento dos honorários advocatícios, amparando-se tal medida no art. 98, §5º, do CPC. II - A concessão de tutela de urgência exige a presença da probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, do NCPC). Presença da probabilidade do direito de manutenção de posse da agravada sobre o bem.III - Não é cabível a multa por litigância de má-fé, quando ausente o dano processual que a condenação prevista em lei visa a compensar.IV – Recurso conhecido e desprovido. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4003361-08.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do(as) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora. Sala das Sessões, Manaus, 09 de setembro de 2019.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4003384-51.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Banco Itaucard S/A

Advogado: Eny Bittencourt (OAB: 29442/BA)

Agravado: Bento Campos Andrade

Advogado: Renan de Melo Rosas Luna (OAB: 14253/AM)

Advogada: Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB: 14236/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO. QUINZE DIAS ÚTEIS. RECURSO INTEMPESTIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.I – Nos termos do art. 1.003, 5.°, CPC, o prazo para interposição de recurso em geral, dentre os quais se inclui o agravo de instrumento, é de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.II – Interposto o recurso quatro dia após o termo final do prazo processual, imperioso é reconhecer sua intempestividade.III – Agravo de instrumento não conhecido. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4003384-51.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do(as) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos não conhecer o recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4003525-70.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social

Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Agravado: Aracy Lima dos Santos

Advogado: Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB: 4682/AM)

Advogado: Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB: 8279/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAÇÃO PETROS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DÉFICIT. PLANO DE EQUACIONAMENTO. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS. REPASSE AOS ASSOCIADOS DA DÍVIDA DA PATROCINADORA PETROBRÁS. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR.-O deferimento de tutela de urgência exige a reunião dos requisitos do artigo 300, do CPC.-No caso, a exigência do pagamento de contribuições extraordinárias em virtude do plano de equacionamento do déficit da PETROS Fundação Petrobrás de Seguridade Social se revel exorbitante, comprometendo o orçamento do associado, tratando-se ainda de verba alimentar, bem como a variação de índices incidentes sobre as contribuições previdenciárias não se confunde com a exigência das contribuições do caso, posto que a dívida da PETROBRÁS perante a PETROS fora repassada aos associados, demonstrandos, portanto, o periculum in mora e o fumus boni iuris. -RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4003525-70.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado. Proferiram sustentação oral, Dra. Cláudia Krauskopf, advogada do Agravante. Dr. José Reynaldo Saraiva, OAB/AM 4682, Advogado do Agravado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4004647-55.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Amazoncad Treinamento Em Tecnologia da Informação Eireli.

Advogado: Thiago Andrade de Oliveira (OAB: 7671/AM)

Advogado: Nilmar dos Santos Costa (OAB: 1610/AM)

Advogado: Mauro Celi Martins (OAB: 2907/AM)

Agravado: Rc Recebíveis Ltda.

Advogado: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6935/AM)

Agravado: Intranorth Treinamento e Consultoria Ltda

Advogado: Gilson Reis de Souza(OAB: 2336/AM)

Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC/2015. PROBABILIDADE DO DIREITO NÃO DEMONSTRADA. INDEFERIMENTO. DECISÃO MANTIDA.I - Para o deferimento da tutela provisória de urgência, deve a parte postulante demonstrar, de plano, os elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300 do CPC). Ausentes quaisquer desses requisitos, impõe-se o indeferimento da tutela pleiteada.II - Da cuidadosa análise dos autos, constata-se que a probabilidade do direito do agravante não restou demonstrada, vez que reconhecido o grupo econômico no processo n.º 0619473-10-2015.8.04.0001, confirmado por esta Terceira Câmara Cível no agravo de instrumento n.º 4002528-24.2018.8.04.0000, e que atualmente aguarda provimento judicial em recurso especial encaminhado ao Egrégio STJ.III - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4004647-55.2018.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4004690-26.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)

Agravante: Casas do Óleo Ltda.

Agravante: Indústria de Café Manaus Ltda.

Agravante: Posto 3000 Ltda

Agravante: Joaquim Gonçalves Marques

Agravante: Ralph Baraúna Assayag

Agravante: Lívio Baraúna Assayag

Agravante: Deborah Baraúna Assayag

Agravante: Ambrosio Cohen Assayag

Advogado: Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB: 9432/AM)

Advogado: Mário da Cruz Glória (OAB: 4013/AM)

Advogado: André Guimarães da Cruz (OAB: 7549/AM)

Advogado: Douglas Aleixo Santos da Cruz (OAB: 9426/AM)

Agravado: Estado do Amazonas

Procurador: Julio Cesar de Oliveira Maciel (OAB: 5172/AM)

Procurador: Daniel Pinheiro Viegas (OAB: A746/AM)

Procurador: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761A/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procurador de Justiça: Exmo Sr. Dr. Aguinelo Balbi Junior

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COM RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. REVOGAÇÃO DA DECISÃO PELA INDISPONIBILIDADE DE BENS. BLOQUEIO BANCEJUD E QUEBRA DO SIGILO FISCAL. QUESTÕES JÁ APRECIADAS EM OUTRO AGRAVO. PERDA DO OBJETO. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO QUE DETERMINA CONSTRIÇÃO DE BENS PESSOAIS DOS REQUERIDOS. EXCESSO NA CONSTRIÇÃO. IMÓVEL OFERECIDO EM GARANTIA. MANUTENÇÃO. -Sobre a decisão guerreada já se posicionou este Tribunal nos autos do Agravo de Instrumento 4001740-10.2018.8.04.0000 quanto ao desbloqueio via BACENJUD, assim como pela inviabilidade da quebra do sigilo fiscal.-Quanto aos demais comandos da decisão, entende-se pelo excesso de constrição sobre os bens pessoais dos Agravantes, especialmente por haverem oferecido imóvel como garantia de possível condenação ao ressarcimento de danos, sendo acolhido pelo Juízo singular.-RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. . DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4004690-26.2017.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em dissonância do Eminente Órgão Ministerial em, conhecer parte do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4005435-69.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Bruno Mota Dantas

Agravado: Construtora Capital S/A

Advogado: Luis Felipe Avelino Medina (OAB: 6100/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE – INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E ACORDO EXTRAJUDICIAL APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO – AUSÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL – INADIMPLEMENTO DO PROMITENTE COMPRADOR – DETERMINAÇÃO PARA DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL CASO NÃO PURGADA A MORA – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – REINTEGRAÇÃO DE POSSE LIMINAR DEFERIDA – NECESSIDADE DE PRÉVIA RESCISÃO DA AVENÇA – INOCORRÊNCIA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4005435-69.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4006003-85.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda

Advogada: Carlos Murilo Laredo Souza (OAB: 7356/AM)

Agravada: Bernadete Miranda da Silva
Agravado: Giovanni Alves da Silva
Advogado: Nely Miranda de Souza (OAB: 11156/AM)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ANULATÓRIA DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – BEM IMÓVEL – LEILÃO EXTRAJUDICIAL – DISCUSSÃO SOBRE A VALIDADE DA NOTIFICAÇÃO PARA PURGAÇÃO DA MORA – SUSPENSÃO DO LEILÃO PARA AVERIGUAÇÃO DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO EXPROPRIATÓRIO – CAUTELA NECESSÁRIA – TUTELA DE URGÊNCIA – ART. 300 DO CPC – REQUISITOS CONTEMPLADOS – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4006003-85.2018.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 10 de setembro de 2019.

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Reclamação nº. 4001874-03.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Reclamante, Antonia Irinilza Silva Lima**, advogados, Drs. Jorge Alberto Mendes Junior (3000/AM), Raul Góes Neto (8203/AM) e Rosquild Azêdo Omena (A605/AM) e como **Reclamado, Juizo de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus e Karla Andressa de Oliveira Alcântara**. **Despacho:** "(...) Inclua-se no polo passivo da presente demanda a senhora Karla Andressa de Oliveira Alcântara. Após, cite-se para, querendo, apresente contestação. Por fim, requisite-se informações da autoridade reclamada. À Secretaria para providências. Manaus, 10 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004431-60.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge**, e como **Agravado, Odontolab Medcir Comercio Representação e Importação Ltda e Vanessa Bezerra dos Santos**, advogado, Mauro Celi Martins (2907/AM) e Wilson Peçanha Neto (4630/AM). **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004380-49.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Amazonas Distribuidora de Energia S/A**, advogados, Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011/AM) e como **Agravado, Imcopy Reproduções Xerográficas Ltda - Epp**, advogados, Drs. Jayme Aranha Chacon Junior (8497/AM) e Marcelo de Carvalho Sarmento (4316/AM). **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 9 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004383-04.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Amazonas Distribuidora de Energia S/A**, advogados, Drs. Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG) e como **Agravado, Rosangela da Costa Alencar Marques**, advogado, Dâmea Mourão Telles de Menezes e Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 9 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004389-11.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Banco Itaú S/A**, advogado, José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM) e como **Agravado, Waldery Areosa Ferreira**, advogado, Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM). **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 9 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004398-70.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Maria José da Silva Filha**, advogado, Dr. Vitor Lobo Morais (46765/PE) e como **Agravado, Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev**. **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 9 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004406-47.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Hapvida Plano de Saúde**, advogado, Dr. Igor Macedo Facó (16470/CE) e como **Agravado, Gabriel de Assis de Carvalho**, advogados, Drs. Charlene Lopes dos Santos (12728/AM) e Emerson Siqueira Pereira (10338/AM). **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 10 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept.

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005642-05.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Marcos Flavio de Oliveira Carvalho**, advogado,Dr. Wilson Molina Porto (805A/AM) e como **Embargado, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, advogado, Luiz Gustavo Isoldi (203340/SP). **Despacho:** "(...) Diante da oposição de embargos de declaração, intime-se a outra parte para, querendo, apresentar contrarrazões. À Secretaria para as providências. Manaus, 10 de setembro de 2019, Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão Monocrática proferida pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**, Relatora do Processo Eletrônico de **Agravo Interno Cível nº. 0004237-31.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Wf Control Apoio À Gestão de Saúde e Atividades Empresariais Ltda.**, advogadas, Drs. Ana Carolina Costa Ortiz (12390/AM) e Ana Cecília Ortiz e Silva (8387/AM) e como **Agravado, Norte Comercial Distribuidora de Medicamentos Ltda**, advogado, Dr. Mauricio Lima Seixas (7881/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Assim, patente a perda superveniente do interesse recursal do agravo, eis que não se faz necessário mais o pronunciamento judicial acerca do efeito suspensivo atribuído a recurso julgado. Ante o exposto, ausente, por causa superveniente, o interesse recursal, não conheço o recurso. Intime-se as partes, e transcorrido o prazo legal sem interposição de qualquer recurso, arquivem-se. À secretaria para as providências subsequentes. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pela Exma. Sra. Desembargadora **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relatora do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4000713-71.2019.8.04.0900**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Carlos Roberto dos Santos Figueiredo**, advogado, Dr. Marco Antonio de Carvalho Brasil (9165/AM) e como **Agravado, Moacyr Massulo Aguiar**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Recebo a petição de fl. 102 como pedido de desistência do recurso, homologando-a para que surta seus jurídicos e legais efeitos, porquanto prescindível a concordância, ou não, da parte recorrida, nos termos do art. 20, parágrafo único, c/c 98, ambos do CPC. Dê-se baixa dos autos para as providências de estilo. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza Convocada _ Portaria n. 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**, Relatora do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004403-92.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Manaus Vistoria Ltda**, advogado, Dr. Milton Antonio Rivera Reyes (9865/AM) e como **Agravado, Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - Detran/AM**, **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Por tudo quanto exposto, não conheço o recurso de agravo de instrumento em comento, uma vez que não preenchido o requisito de admissibilidade da regularidade formal, tudo nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal sem irresignação, devolvam-se os autos à Vara de origem. À Secretaria para as providências necessárias. Manaus, 10 de setembro de 2019. Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4006211-69.2018.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Panificadora e Confeitaria Master Pan Ltda**, advogado, Dr. Raimundo Edson Torres Lima (8732/AM) e como **Agravado, O Estado do Amazonas**, **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, em pedido de reconsideração, conheço do agravo interno para provê-lo monocraticamente em decorrência da evidente supressão de instância. Em consequência, não conheço do recurso de agravo de instrumento, nos termos do art. 932,III do Código de Processo Civil. Translade-se cópia desta decisão ao agravo de instrumento, e, precluídas as vias impugnativas, arquive-se. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 19 de fevereiro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Agravo de Instrumento nº 4001343-14.2019.8.04.0000, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social, advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM). Agravada: Sandra da Silva Costa, advogados: Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB: 10030/AM) e Adriana Maria Giannico de Araujo Viana Pinheiro (OAB: 9741/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4001351-88.2019.8.04.0000, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social, advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM). Agravado: Elias Pereira da Silva, Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB: 833/AM), Ornan Bugalho Corrêa Filho (OAB: 1825/AM), Marcelo Augusto Correa de Oliveira (OAB: 2568/AM), Peterson Gustavo Germano Motta (OAB: 7051/AM), Cláudia Nascimento Guimarães Santana (OAB: 11093/AM) e Matheus de Oliveira Santana (OAB: 12577/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4001462-72.2019.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Rosalvo Veículos Ltda., advogado: Frank Figueiredo César (OAB: 6560/AM). Agravada: Rosimar de Almeida Batista e Agravado: Everton Souza Nascimento, advogados: Stelisy Silva da Rocha (OAB: 7989/AM) e Jose Estevão Xavier (OAB: 8824/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4001558-87.2019.8.04.0000, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A), advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM). Agravado: Bipacel - Benaion Indústria de Papel e Celulose S.A., advogados: Ewerton Smith do Nascimento (OAB: 9715/AM), Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB: 4563/AM), Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB: 4040/AM) e Andréa Cardoso Salgado (OAB: 4743/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Agravo de Instrumento nº 4001582-18.2019.8.04.0000, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações. Agravante: Gonder Incorporadora LTDA., advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM). Agravada: Maria Francinaire Augusto Alves. Agravado: Julio César do Prado, advogado: Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB: 2138/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4002831-04.2019.8.04.0000, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Manaus Previdência - MANAUSPREV, Procurador: Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM). Agravada: Angelina de Souza Santos, advogado: Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB: 9941/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4005386-28.2018.8.04.0000, de Vara de Órfãos e Sucessões. Agravante: Abrahim Jezini, advogado: Abrahim Jezini (OAB: 4584/AM). Agravada: Vilcimara Souza da Silva, advogados: Jucelino dos Santos Nobre (OAB: 6166/AM), Jorge Anderson Pereira Borges (OAB: 6400/AM) e Odair Alan Rodrigues de Melo (OAB: 4715/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo Interno Cível nº 0002690-53.2019.8.04.0000, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: O Estado do Amazonas, Procurador: Laércio de Castro Dourado Júnior. Agravado: Romulo Valente Cavalcante, advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Agravo Interno Cível nº 0002966-84.2019.8.04.0000, de 1ª Vara de Humaitá. Agravante: Dayana Cristina do Nascimento Ribeiro. Reptante: Paulo Valcy Fernandes da Silva, advogados: Debora de Souza Lima (OAB: 7663/RO) e Vagner Boscato de Almeida (OAB: 6737/RO). Agravado: Municipio de Humaitá, Procuradores: Camila Malta Soares (OAB: 7787/RO) e Edilson Miranda (OAB: 2213/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0000277-05.2018.8.04.7501, de 1ª Vara de Tefé. Apelante: O Município de Tefe, Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM). Apelado: Evane Alves de Almeida, advogado: Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes (OAB: 9598/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0000509-67.2015.8.04.3800, de 1ª Vara de Coari. Apelante: Municipio de Coari/Am., Procuradores: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM), Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (OAB: 12782/AM) e Luciana Caxeixa Alfaia (OAB: 7226/AM). Apelado: Andre Gonçalves Ferreira Filho, advogados: Luiz Otavio de Verçosa Chã (OAB: 910A/AM) e Luiz Otavio de Vercosa Cha (OAB: 148931/RJ). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0000680-87.2016.8.04.3800, de 1ª Vara de Coari. Apelante: Municipio de Coari/am., Procuradores: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM), Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (OAB: 12685/AM) e Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (OAB: 12782/AM). Apelada: Orlenilda da Fonseca Pinto, advogados: Leandro Castilho (OAB: 6082/AM) e Talles de Castro Pereira (OAB: 12094/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0206260-75.2010.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Smart Acabamentos e Serviços, advogados: Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB: 5743/AM) e Alexandre Moraes da Silva (OAB: 8644/AM). Apelado: Empresa Santa Matildes Pecas Plasticas Industria Ltda., advogados: David Dangeres Jorge (OAB: 3718/AM), José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB: 3597/AM), Elisa Gomes Valente Bulboo (OAB: 9767/AM) e Joaquim Donato Lopes Filho (OAB: 1539/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0235935-39.2017.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP). Apelada: Fabiane Morais de Lima, advogado: Dermeval de Oliveira Nascimento (OAB: 7475/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0264371-18.2011.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Apelado: Robson Jefrey Brasil Matos, advogado: Moisés Vieira Queiroz (OAB: 2830/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0302992-60.2006.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Petrobras Distribuidora S.A., advogados: Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB: 12363/SP), Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB: 118685/SP)(OAB: 17807/BA). Apelada: Celi Correia de Queiroz Camely. Apelada: Deborah de Queiroz Camely. Apelado: Marmude Correia Camely. Apelado: Zaiad Correia Camely. Apelado: Luiz Eduardo Lima Pinto Camely, advogados: Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB: 2599/AM), Rafael Cândido da Silva (OAB: 6499/AM) e Jéssica Gomes Ferreira (OAB: 6826/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0603211-14.2017.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A., advogado: José Augusto de Rezende Júnior (OAB: 1109A/AM). Apelada: Monica Maria Chaves Pereira, advogada: Islane Marques Setubal (OAB: 7239/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0606330-22.2013.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante/Apelado: O Município de Manaus, Procurador: Osni Amaral Santana (OAB: 1959/AM). Apelante: Francisca Pereira Nery, advogado: José Ribamar P. dos Santos (OAB: 282A/AM), Maria Creuza Costa de Seixas (OAB: 3186/AM) e Mônica Alexandra Costa de Seixas. (OAB: 7218/AM). Apelante/Apelado: Lilian da Frota Moreira Aleixo, advogados: José Ribamar P. dos Santos (OAB: 282A/AM), Maria Creuza Costa de Seixas (OAB: 3186/AM) e Mônica Alexandra Costa de Seixas. (OAB: 7218/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0607001-11.2014.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Joyce Bandeira e Silva, advogado: Raul Góes Neto (OAB: 8203/AM). Apelado: O Estado do Amazonas, Procurador: Ticiano Alves e Silva (OAB: A764/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0611066-15.2015.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários, advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM). Apelado: Wellington da Cruz Terra, advogados: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM) e Heloisa Pontes Maues (OAB: 9667/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0614355-24.2013.8.04.0001, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: ACETAM - Associação de Ciências, Educação e Tecnologia da Amazônia, advogado: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM). Apelado: Gustavo Leon Cardoso Comeli. Apelada: Elizete Peres Cardoso. Apelado: Brayan Lucas Cardoso Comeli, advogado: Gaspar Silveira Martins Barcelos do Monte (OAB: 2727/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0615250-82.2013.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Fábio Rodrigues Barbosa, advogados: Luiz Henrique Braz Junior (OAB: 4652/AM) e Samuel Cavalcante da Silva (OAB: 3260/AM). Apelado: José Vicente Ferreira, advogados: Mário da Cruz Glória (OAB: 4013/AM) e André Guimarães da Cruz (OAB: 7549/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0616613-65.2017.8.04.0001, de 4ª Vara de Família. Apelante/Apelado: C. R. T., advogados: Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB: 4113/AM) e Kiê Mariee Cavalcante Hara Tiradentes (OAB: 4779/AM). Apelante/Apelada: J. A. C. M. S. P. Apelante/Apelado: V. C. C. M. Apelante/Apelada: L. C. M. H.

Apelante/Apelada: S. M. C. M. de S. Apelante/Apelado: C. G. M. J., advogados: Mario Valdo Gomes Bezerra (OAB: 10502/AM), Fernando José Garcia (OAB: 134719/SP), Fabio Juliani Soares (OAB: 162601/SP), Jose Umberto Franco (OAB: 211240/SP), Maria Claudia Bendin de Vergueiro Lobo (OAB: 222587/SP). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0623515-34.2017.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Emerson Swami de Lima Regis, advogado: Luis Felipe Mota Mendonça (OAB: 2505/AM). Apelado: O Município de Manaus, Procurador: Osni Amaral Santana (OAB: 1959/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0625710-94.2014.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Amazonas, Procuradora: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM). Apelada: Kathleen dos Santos Gomes, advogado: Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB: 8279/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0627532-21.2014.8.04.0001, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Pan S/A., advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE). Apelada: Michelle Soares Cruz, advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0627569-43.2017.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Kelly Cristina Bezerra da Silva, advogados: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM) e Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB: 5566/AM). Apelado: O Estado do Amazonas, Procuradora: Ivânia Lucia Silva Costa (OAB: 7530/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0635454-79.2015.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Maria das Graças Rrodrigues Oliveira Filha, Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Apelado: O Estado do Amazonas, Procuradores: Micael Pinheiro Neves Silva (OAB: 6088/AM) e Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0639870-56.2016.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Kss Empreendimentos S/s Ltda., advogadas: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM) e Liege de Abreu Carvalho (OAB: 2309/AM). Apelado: Condomínio Edifício Tropical Executive & Residence Hotel, advogado: Wilson Peçanha Neto (OAB: 4630/AM) e Walquer Moraes dos Reis (OAB: 8804/AM). Apelado: Nobile Gestao de Empreendimentos Ltda - Wyndham Garden Manaus, advogadas: Debora de Fatima Rech Isoton (OAB: 66579/PR) e Deborah Christina de Brito Nascimento (OAB: 28192/DF). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0641321-82.2017.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.A., advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 1026A/AM). Apelado: Sebastião Feitosa da Silva, advogados: Sandra Regina dos Santos (OAB: 3455/AM) e Rafael Santos da Silva (OAB: 9955/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0707066-82.2012.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Direcional Engenharia - Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda, Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM). Apelada: Nadia Julieta Cavalcante Ferreira, advogados: Hamilton Novo Lucena Junior (OAB: 5488/AM) e Andrei Farias de Barros (OAB: 6074/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Lígia de Souza Frias (1074A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0610055-48.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - Apelante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Apelada : Perpetua Ramires Chota - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Antonio Braz da Silva e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0634007-17.2019.8.04.0001 - Apelação Cível - Busca e Apreensão - Apelante : B. B. F. S/A - Apelado : J. R. da S. M. - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Leonardo de Souza Guimarães (1015A/AM) e Luciano de Souza Guimarães (1016A/AM) e Jeferson Ney Vasconcelos Damasceno (6792/AM) - Processo 4003053-69.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Defeito, Nulidade Ou Anulação - Agravante : Gutembergue Lopes Dantas - Agravado : Adelino da Silva Ramos - Relator: Aristóteles Lima Thury

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Apelação Cível nº 0000915-73.2013.8.04.5800, de 1ª Vara de Maués. Apelante: Raimundo José Paiva de Negreiros, advogado: Rodrigo Cesar da Silva e Silva (OAB: 7260/AM). Apelado: Prefeitura do Município de Maués/am, Procuradores: Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB: 9124/AM) e Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB: 9908/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia

Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0001917-85.2014.8.04.7500, de 1ª Vara de Tefé. Apelante: O Município de Tefe, Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM). Apelado: Valdina dos Santos Maricaua, advogados: Aureo Gonçalves Neves (OAB: 1602/AM) e Gedeon Rocha Lima (OAB: 70A/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0614173-33.2016.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante/Apelado: O Estado do Amazonas, Procurador: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM). Apelante/Apelada: Francisca Vicente da Silva Dantas, Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0625962-63.2015.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Ali Ismail Abdel Qader Ismail, advogados: Ricardo Leite Menezes (OAB: 10110/AM), Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM) e Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM). Apelado: Paulo Soares dos Santos. Apelada: Ana Maria Araújo de Castro Leite, advogados: Paulo Rodrigues de Almeida (OAB: 9533/AM) e Guttemberg Alencar Viana (OAB: 9698/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0641573-85.2017.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante/Apelado: Pedro Carneiro de Souza. Apelante/Apelado: Suely de Sousa Fernandes. Apelante/Apelado: Elcio Campos Rego. Apelante/Apelado: Valdivino Souza de Carvalho. Apelante/Apealdo: Carlos Lourenco Vilhena Nicacio. Apelante/Apelado: Manoel Farias da Silva. Apelante/Apealdo: Claison Chagas Dias. Apelante/Apelado: Gildan Marques Fernandes. Apelante/Apelado: Peres Pereira de Souza. Apelante/Apelado: Alexandre Augusto Oliveira Calado. Apelante/Apelado: Jailson Silva Gaspar. ApelanteApelado: José Adeilson Fernandes Portela. Apelante/Apelado: Ailton Ferreira Queiroz. Apelante/Apelado: Eduardo Guerreiro do Nascimento. Apelante/Apelado: Nonato Araujo de Sousa. Apelante/Apelado: Nerivaldo de Sousa Braga, advogado: Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB: 8279/AM). Apelado: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, advogados: Denis Rosas de Araújo (OAB: 3510/AM), Rosely da Costa Tribuzy (OAB: 3440/AM), Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM), Michelle Christine Milério Pinto (OAB: 3796/AM), Amanda Maria Paz de Almeida Dantas (OAB: 3613/AM), Priscyla Ramos Saunier Figueira (OAB: 4085/AM) e Maria do Perpetuo Socorro da Silva Barreto (OAB: 4344/AM). Apelante/Apelado: O Município de Manaus, Procurador: Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação Cível nº 0709410-36.2012.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Ana Felisia Hurtado Guerreiro, advogado: Enéas de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM). Apelado: O Estado do Amazonas, Procurador: Vitor Hugo Mota de Menezes. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Embargos de Declaração Cível nº 0003428-41.2019.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Raimundo Rossy Freitas Simões, advogados: Antonio Azevedo de Lira (OAB: 5474/AM) e João Lira Tavares (OAB: 8799/AM). Embargado: O Estado do Amazonas, Procuradora: Isabela Peres Russo (OAB: 3198/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Remessa Necessária Cível nº 0020913-33.2010.8.04.0012, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Requerente: CLARO S/A., advogados: Ricardo Azevedo Sette (OAB: 138486A/SP), Bruno Bezerra de Souza (OAB: 19352/PE), Adriana Fátima Xavier de Souza (OAB: 17166/PE) e Paulo Henrique Monteiro Viana (OAB: 20075/PE). Requerido: O Estado do Amazonas, Representa: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge. Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Remessa Necessária Cível nº 0614800-66.2018.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Remetente: Juízo de Direito da 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital do Amazonas. Requerente: Zanatta Gomes dos Santos, Defensora: Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB: 600002/AM) e Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0226146-84.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Jorge Magno Vieira Junior - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Apelação Criminal nº 0226146-84.2015.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Jorge Magno Vieira Junior e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante, na pessoa de seu Advogado Dr. Cândido Honório S. Ferreira Neto, (OAB/AM nº 5199), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB: 5199/AM) - Cândido Honório Ferreira Filho (OAB: 1270/AM) - Lilian Maria Pires Stone - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0621385-03.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Jonas Santana Soares - Apelante: Evanderson Guimarães da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0621385-03.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Evanderson Guimarães da Silva e Jonas Santana Soares e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, ficam INTIMADOS os Apelantes Evanderson Guimarães da Silva e Jonas Santana Soares, na pessoa de sua Advogada Dra. Danielle Queiroz Ribeiro, (OAB/AM nº 9296), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Danielle Queiroz Ribeiro (OAB: 9296/AM) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003596-72.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Frederico Gustavo Távora - Paciente: Shuber Souza da Silva - Impetrado: Juízo de Direito Auditoria Militar - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003596-72.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Frederico Gustavo Távora OAB 6462/AM, Paciente Shuber Souza da Silva e Impetrado Juízo de Direito Auditoria Militar, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Shuber Souza da Silva, na pessoa de seu Advogado Dr. Frederico Gustavo Távora, (OAB/AM nº 6462), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: " Ao exposto, com fundamento no artigo 659 do Código de Processo Penal c/c artigo 61, inciso VI e 178 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o writ e, em consequência, extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, aplicado por analogia, conforme disposto no artigo 3.º da Lei Adjetiva Penal, anotando-se, onde couber. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. João Mauro Bessa, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Frederico Gustavo Távora (OAB: 6462/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004288-71.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Parintins - Impetrante: Andre Eduardo Heinig - Paciente: Ivolney dos Santos - Impetrado: Juizo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Parintins-AM - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004288-71.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Parintins/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Andre Eduardo Heinig OAB 28532/SC, Paciente Ivolney dos Santos e Impetrado Juizo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Parintins-AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Ivolney dos Santos, na pessoa de seu Advogado Dr. Andre Eduardo Heinig OAB 28532/SC, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: " Ante o exposto, indefere-se a liminar". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Andre Eduardo Heinig (OAB: 28532/SC) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004399-55.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Diego Marcelo Padilha Gonçalves - Paciente: Monica Regina Queiroz dos Reis - Paciente: Gleice Cristina Queiroz dos Reis - Paciente: Sheila Patricia Queiroz dos Reis - Impetrado: Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004399-55.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que são Impetrantes e Advogados Drs. Diego Marcelo Padilha Gonçalves OAB 7613/AM, Félix Valois Coelho Júnior (OAB 339/AM) e Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM), Pacientes Sheila Patrícia Queiroz dos Reis, Mônica Regina Queiroz dos Reis e Gleice Cristina Queiroz dos Reis e Impetrado Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, ficam INTIMADOS as Pacientes Sheila Patrícia Queiroz dos Reis, Mônica Regina Queiroz dos Reis e Gleice Cristina Queiroz dos Reis, na pessoa de seus Advogados Drs.Diego Marcelo Padilha Gonçalves OAB 7613/AM, Félix Valois Coelho Júnior (OAB 339/AM) e Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB: 7613/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004428-08.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Careiro - Impetrante: Eduardo Karam Santos de Moraes - Paciente: Efraim Santos Carvalho - Impetrado: Juízo da Comarca do Careiro - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004428-08.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Careiro/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Eduardo Karam Santos de Moraes OAB 9385/AM, Paciente Efraim Santos Carvalho e Impetrado Juízo da Comarca do Careiro, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Efraim Santos Carvalho, na pessoa de seu Advogado Dr. Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB/AM nº 9385), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: " Ante o exposto, indefere-se a liminar". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB: 9385/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Natasha Yukie Hara de Oliveira (7302/AM) e Géber Mafra Rocha - Processo 0220050-92.2011.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : M. D. A. - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Larissa Vianez Sant Anna Figueira Macedo (9047/AM) e Lais Rejane de Carvalho Freitas - Processo 0221008-39.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Ester Vieira Mafra - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Davi Santana da Câmara e Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) - Processo 0606637-40.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Rejeição - Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado : F. S. M. E. - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Monique Rodrigues da Cruz (4292/AM) e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0612943-82.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo Majorado - Apelante : Bruno Cordovil Teles da Silva - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (9054/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Hilton Serra Viana - Processo 0623060-35.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Roubo - Agravante : Jorge Pinheiro de Lima - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Muller Henrique Pessoa (8124/AM) e Hilton Serra Viana - Processo 0635189-09.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Francisco Seixas Pinheiro
Apelante : Aglas Seixas Pinheiro - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: João Carlos Pinto de Araújo (3787/AM) e Ronélio Cardoso de Lima (6432/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003808-93.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Prisão Preventiva - Impetrante : Ronélio Cardoso de Lima
Impetrante : Joao Carlos Pinto de Araujo
Paciente : Ozimar Cascais Rocha - Impetrado : Juízo de Direito de Anori - Am - Relator: João Mauro Bessa

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 11 de setembro de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Francisco Lázaro de M. Campos - Processo 0217718-79.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : Jorgenei Pinheiro de Vasconcelos - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Valéria Araújo Neves (120303/MG) e Valéria Araújo Neves (120303/MG) e Valber Diniz da Silva (4014A/MP) - Processo 0221634-58.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo Majorado - Apelante : Daniel Teixeira Pegos
Apelante : Diego Peres da Silva - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Denise D Albuquerque Veiga Lima (4565N/AM) e Vitor Moreira da Fonsêca - Processo 0229294-69.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Homicídio Qualificado - Apelante : L. M. da S. G. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Eduardo Augusto da Silva Dias (5857/AM) e Darlan Benevides de Queiroz - Processo 0234841-03.2010.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : Anderson Farias Lacerda - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Francisco Lázaro de M. Campos - Processo 0247526-32.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : Izabel Cristina da Silva Santana - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Davi Santana da Câmara - Processo 0600911-85.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : R. de S. S. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Eduardo Augusto da Silva Dias (5857/AM) e André Lavareda Fonseca (5278/AM) - Processo 0600986-90.2019.8.04.0020 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : A. S. da S. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Alderlan Castro Leal (13828/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Flávia Lopes de Oliveira (172047/AM) e Monique Cruz Castellani (4292/AM) e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0602871-02.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo Majorado - Apelante : João Elias Santos da Cunha
Apelante : Geberson de Oliveira Queiroz
Apelante : Bering Venâncio da Silva Júnior - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Marlon Soares Costa (3763/AM) e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0610638-28.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Crimes do Sistema Nacional de Armas - Apelante : Frank Marcio Soares Costa - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Larissa Vianez Santanna Figueira Macedo (20/AM) e Lais Rejane de Carvalho Freitas - Processo 0630020-07.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Gustavo Souza de Magalhães - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Darlan Benevides de Queiroz - Processo 0637969-53.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : Breno Malcher dos Santos - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 11 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1) Processo: 4003287-51.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 5ª Vara Criminal. Impetrante/Advogada: Dra. Camila Guimarães de Lima (OAB: 13098/AM). Paciente: Widemar Azevedo da Costa. Impetrado: Juizo de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI AUDACIOSO. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE SOCIAL DEMONSTRADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MEDIDAS CAUTELARES INSUFICIENTES. ORDEM DENEGADA. I. Restam configurados, no caso, os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva (art. 312 do CPP), consubstanciados na necessidade de garantia da ordem pública. Trata-se de um delito de gravidade patente e elevada, cometido em concurso de agentes, mediante uma ação audaciosa e extremamente perigosa, onde cada um tinha uma função previamente definida, que afronta a ordem pública, de forma que a custódia cautelar do paciente é medida que se impõe. II. Periculosidade social evidenciada, em razão do modus operandi. III. As medidas cautelares diversas da prisão, no caso, não são suficientes para a manutenção da ordem pública. IV. Ordem denegada. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003287-51.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, denegar a ordem de Habeas Corpus, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se.".

2) Processo: 4003615-78.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara de Itacoatiara/AM. Impetrante/Advogada: Dra. Efigênia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM). Paciente: Jackson Vinhote da Silva. Impetrado: Juízo de Direito de 1ª Vara de Itacoatiara/AM. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. ART. 14 DA LEI N. 10.826/03, ART. 180 DO CÓDIGO PENAL, ARTS. 330 E 311 DO CTB. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO. PERICULOSIDADE SOCIAL EVIDENCIADA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DELITIVA. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. CONFIGURAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA. I. Extrai-se dos autos indícios suficientes de autoria e materialidade do crime (fumus comissi delicti), bem como o periculum libertatis, consubstanciado na possibilidade de reiteração delitiva, face aos registros de antecedentes criminais do Paciente. II. No caso, estão configurados os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva (art. 312 do CPP), consubstanciados na necessidade de garantia da ordem pública, face a periculosidade social do agente. III. Ordem denegada. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003615-78.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, conhecer do presente Habeas Corpus e denegar a ordem, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se.".

3) Processo: 4003618-33.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Impetrante/Advogada: Dra. Simone Alencar Omena (OAB: 4327/AM). Paciente: Adriano Braga do Nascimento. Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS NÃO IMPEDE A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NA DECISÃO. INOCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA DEVIDAMENTE JUSTIFICADA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, CONSIDERANDO O 'MODUS OPERANDI' EMPREGADO NA CONDUTA DELITIVA BEM COMO O DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO IMPOSTAS AO ACUSADO. SEGREGAÇÃO FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 4003618-33.2019.8.04.0000, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, denegar a ordem, nos termos do voto do Relator que passa a integrar o presente. PUBLIQUE-SE. Manaus/AM, 2019. Desembargador Presidente Assinado digitalmente Sabino da Silva Marques Relator Assinado digitalmente".

4) Processo: 4003739-61.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara de Humaitá/AM. Impetrante/Advogado: Dr. Jorge André Santiago Neves (OAB: A-873/AM). Paciente: Roberto Silva dos Santos. Impetrado: Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Humaitá-AM. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE TRÁFICO PARA O DE USO DE ENTORPECENTES. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO INSUBSISTENTE. PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR. DENEGADO A ORDEM DE HABEAS CORPUS.1. A presente ação possui rito célere, não sendo possível, por esta via, proceder amplo reexame dos fatos e das provas de modo a desclassificar ou não o delito em questão. 2. Agrupados os pressupostos, dados os indícios da autoria e provas da materialidade, e os fundamentos da prisão preventiva, como a garantia da ordem pública, máxime é a segregação do paciente, a fim de evitar a reprodução de novos fatos criminosos e salvaguardar o meio social3. Denegada a ordem de habeas corpus. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003739-61.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, conhecer o presente do Habeas Corpus, mas denegar a ordem, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 11 de setembro de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos. JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 0200089-92.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: T. W. N. F. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Davi Santana da Câmara. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CONTRAVENÇÃO PENAL. VIAS DE FATO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. IMPORTÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INCABÍVEL. RECURSO NÃO PROVIDO.1. O conjunto probatório produzido nos autos é suficiente para embasar a condenação do Apelante pela contravenção penal de vias de fato, tipificada no art. 21 do Decreto-Lei n. 3.688/41.2. Em casos de crimes de violência doméstica, a palavra da vítima reveste-se de especial relevância, visto que, em regra, tais delitos são praticados às escondidas, sem a presença de testemunhas.3. Na hipótese, incabível a redução do montante arbitrado a título de indenização por danos morais, porquanto o recorrente se vale da condição de pobre, mas deixa de colacionar prova satisfatória, passível de transmudar o posicionamento disposto na sentença vergastada.4. Recurso não provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CONTRAVENÇÃO PENAL. VIAS DE FATO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. IMPORTÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INCABÍVEL. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O conjunto probatório produzido nos autos é suficiente para embasar a condenação do Apelante pela contravenção penal de vias de fato, tipificada no art. 21 do Decreto-Lei n. 3.688/41. 2. Em casos de crimes de violência doméstica, a palavra da vítima reveste-se de especial relevância, visto que, em regra, tais delitos são praticados às escondidas, sem a presença de testemunhas. 3. Na hipótese, incabível a redução do montante arbitrado a título de indenização por danos morais, porquanto o recorrente se vale da condição de pobre, mas deixa de colacionar prova satisfatória, passível de transmudar o posicionamento disposto na sentença vergastada. 4. Recurso não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Criminal nº 0200089-92.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2. Processo: 0602520-73.2018.8.04.0030 - Apelação Criminal, 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: M. C. O. C. Defensor: Diego Luiz Castro Silva (OAB: 6402/TO). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Maria Betusa Araújo do Nascimento. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. PROVAS DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DO DELITO. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVÂNCIA PROBATÓRIA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Tratando-se de crimes cometidos no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a palavra da vítima ostenta especial relevância probatória, pois, em regra, tais delitos ocorrem na clandestinidade, sem a presença de testemunhas.2. As provas carreadas aos autos revelam-se aptas a amparar a condenação do Apelante pela conduta tipificada no art. 129, §9º, do Código Penal, na medida em que as alegações da ofendida, além de firmes e coerentes, são compatíveis com o resultado laudo pericial, sendo imperiosa a manutenção do decreto condenatório. 3. Apelo não provido. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. PROVAS DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DO DELITO. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVÂNCIA PROBATÓRIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Tratando-se de crimes cometidos no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a palavra da vítima ostenta especial relevância probatória, pois, em regra, tais delitos ocorrem na clandestinidade, sem a presença de testemunhas. 2. As provas carreadas aos autos revelam-se aptas a amparar a condenação do Apelante pela conduta tipificada no art. 129, §9º, do Código Penal, na medida em que as alegações da ofendida, além de firmes e coerentes, são compatíveis com o resultado laudo pericial, sendo imperiosa a manutenção do decreto condenatório. 3. Apelo não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Criminal nº 0602520-73.2018.8.04.0030, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

3. Processo: 0616135-57.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: Márcio Moraes de Oliveira Júnior. Defensora: Monique Cruz Castellani (OAB: 4292/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM). Procurador: Francisco Cruz. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisor: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. FURTO QUALIFICADO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO À DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. SÚMULA 444/STJ. REDIMENSIONAMENTO DA PENA-BASE. COMPENSAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. INTERESSE RECURSAL INEXISTENTE. FIXAÇÃO DE REGIME PRISIONAL MENOS GRAVOSO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 269/STJ. RECURSO PROVIDO EM PARTE.1. Consoante orientação sumular nº 444 do Superior Tribunal de Justiça, inquéritos policiais e ações penais em curso não podem ser considerados para recrudescer a pena-base, de modo que devem ser neutralizadas as vetoriais "personalidade" e "conduta social", fundadas em tais argumentos inidôneos. 2. Inexiste interesse recursal quanto ao pedido de compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, pois tal providência foi adotada pela magistrada sentenciante.3. A fixação do regime inicial de cumprimento da pena deve levar em consideração a reincidência, a quantidade da reprimenda e as circunstâncias judiciais do caso em apreço.4. Hipótese em que emerge a alteração do regime para o semiaberto, haja vista se tratar de acusado condenado a sanção inferior à 04 (quatro) anos de reclusão, que ostenta circunstâncias judiciais favoráveis. Inteligência da Súmula 269/STJ.5. Recurso parcialmente provido, para reduzir a pena do réu e alterar o regime prisional.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. FURTO QUALIFICADO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO À DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. SÚMULA 444/STJ. REDIMENSIONAMENTO DA PENA-BASE. COMPENSAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. INTERESSE RECURSAL INEXISTENTE. FIXAÇÃO DE REGIME PRISIONAL MENOS GRAVOSO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 269/STJ. RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1. Consoante orientação sumular nº 444 do Superior Tribunal de Justiça, inquéritos policiais e ações penais em curso não podem ser considerados para

recrudescer a pena-base, de modo que devem ser neutralizadas as vetoriais "personalidade" e "conduta social", fundadas em tais argumentos inidôneos. 2. Inexiste interesse recursal quanto ao pedido de compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, pois tal providência foi adotada pela magistrada sentenciante. 3. A fixação do regime inicial de cumprimento da pena deve levar em consideração a reincidência, a quantidade da reprimenda e as circunstâncias judiciais do caso em apreço. 4. Hipótese em que emerge a alteração do regime para o semiaberto, haja vista se tratar de acusado condenado a sanção inferior à 04 (quatro) anos de reclusão, que ostenta circunstâncias judiciais favoráveis. Inteligência da Súmula 269/STJ. 5. Recurso parcialmente provido, para reduzir a pena do réu e alterar o regime prisional. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal nº 0616135-57.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em DAR PROVIMENTO EM PARTE AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

4. Processo: 4003358-53.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara de Iranduba. Impetrante: Leonardo de Souza Guimarães. Impetrante: Luciano de Souza Guimarães. **Paciente: Alessandro Orter Azevedo.** Advogado: Leonardo de Souza Guimarães (OAB: 27432/DF). Advogado: Luciano de Souza Guimarães (OAB: 39453/DF). **Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Iranduba/am.** Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE ADVOGADO NO INTERROGATÓRIO. OFENSA AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRESENTES OS REQUISITOS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. ELEMENTOS INSUFICIENTES PARA JUSTIFICAR A SOLTURA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA ASSEGURADA CONSTITUCIONALMENTE. ORDEM DENEGADA. 1. É prescindível a assistência por advogado durante o interrogatório realizado na esfera policial, por se tratar de procedimento administrativo e inquisitivo, no qual não vigoram os princípios da ampla defesa e do contraditório. 2. Na hipótese, não há notícias de que o Paciente tenha indicado um defensor, tendo optado por responder espontaneamente aos questionamentos emanados pela autoridade policial, motivo porque não há que se falar em nulidade do ato.1. É prescindível a assistência por advogado durante o interrogatório realizado na esfera policial, por se tratar de procedimento administrativo e inquisitivo, no qual não vigoram os princípios da ampla defesa e do contraditório.2. Na hipótese, não há notícias de que o Paciente tenha indicado um defensor, tendo optado por responder espontaneamente aos questionamentos emanados pela autoridade policial, motivo porque não há que se falar em nulidade do ato.3. In casu, impõe-se a manutenção da prisão preventiva, diante da necessidade de resguardo da ordem pública, evidenciada em razão da gravidade concreta do delito, porquanto o Paciente transportou elevada quantidade de armas de fogo e munições de grosso calibre, artefatos com vultoso potencial lesivo, que seriam posteriormente empregados na prática do crime de tráfico de entorpecentes.4. É manifesto que condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantirem ao réu o direito a liberdade provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar sua segregação cautelar. 5. Por fim, é cediço que a gratuidade de justiça é assegurada constitucionalmente, nos moldes do art. 5º, LXXVII da Constituição Federal, pelo que seu deferimento é inerente ao writ. 6. Ordem denegada.5. Por fim, é cediço que a gratuidade de justiça é assegurada constitucionalmente, nos moldes do art. 5º, LXXVII da Constituição Federal, pelo que seu deferimento é inerente ao writ.6. Ordem denegada.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE ADVOGADO NO INTERROGATÓRIO. OFENSA AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRESENTES OS REQUISITOS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. ELEMENTOS INSUFICIENTES PARA JUSTIFICAR A SOLTURA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA ASSEGURADA CONSTITUCIONALMENTE. ORDEM DENEGADA.1. É prescindível a assistência por advogado durante o interrogatório realizado na esfera policial, por se tratar de procedimento administrativo e inquisitivo, no qual não vigoram os princípios da ampla defesa e do contraditório.2. Na hipótese, não há notícias de que o Paciente tenha indicado um defensor, tendo optado por responder espontaneamente aos questionamentos emanados pela autoridade policial, motivo porque não há que se falar em nulidade do ato. 3. In casu, impõe-se a manutenção da prisão preventiva, diante da necessidade de resguardo da ordem pública, evidenciada em razão da gravidade concreta do delito, porquanto o Paciente transportou elevada quantidade de armas de fogo e munições de grosso calibre, artefatos com vultoso potencial lesivo, que seriam posteriormente empregados na prática do crime de tráfico de entorpecentes. 4. É manifesto que condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantirem ao réu o direito a liberdade provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar sua segregação cautelar. 5. Por fim, é cediço que a gratuidade de justiça é assegurada constitucionalmente, nos moldes do art. 5º, LXXVII da Constituição Federal, pelo que seu deferimento é inerente ao writ.6. Ordem denegada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do Habeas Corpus Criminal nº 4003358-53.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em DENEGAR a ordem, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

5. Processo: 4003602-79.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara Única de Rio Preto da Eva. Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Paciente: Bruno Pereira dos Santos.** Defensor: José Maria Arcanjo Alves Filho. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Impetrado: Juízo da Vara Única da Comarca de Rio Preto da eva.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. CONVERSÃO DA CUSTÓDIA EM MEDIDAS CAUTELARES. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. 1. Na espécie, observa-se que, após a impetração do writ, a prisão preventiva do Paciente foi substituída pelas medidas cautelares previstas no art. 319, incisos I, II e III, do Código de Processo Penal.2. Desta forma, resta caracterizada a perda superveniente do objeto, a ensejar o não conhecimento da ordem.. DECISÃO: "EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. CONVERSÃO DA CUSTÓDIA EM MEDIDAS CAUTELARES. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. 1. Na espécie, observa-se que, após a impetração do writ, a prisão preventiva do Paciente foi substituída pelas medidas cautelares previstas no art. 319, incisos I, II e III, do Código de Processo Penal. 2. Desta forma, resta caracterizada a perda superveniente do objeto, a ensejar o não conhecimento da ordem. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003602-79.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em NÃO CONHECER DA ORDEM IMPETRADA, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 11 de setembro de 2019.

Despachos

Segunda Câmara Criminal
DESPACHO DE RELATORES

Segunda Câmara Criminal

0232516-79.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal. Apelante: Sergio Matos Siqueira. Advogado: Sarah Lima Toledano (OAB: 10106/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. Promotor: Hilton Serra Viana. Despacho: - Fica INTIMADO o Apelante Sergio Matos Siqueira na pessoa de sua Advogada Sarah Lima Toledano (10106/AM) para tomar conhecimento do seguinte DESPACHO da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Intime-se a Dr.ª Sarah Lima Toledano, para oferecer razões ao recurso de Apelação, no prazo de 8 (oito) dias, tal como requerido pela própria causídica às fls. 284, sob a inequívoca aplicação das penas do art. 265, do CPP, o qual dispõe que o advogado não pode abandonar a causa, incorrendo em pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários-mínimos.".

Total de feitos: 1

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0005065-27.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Autazes - Embargante: Albesson de Souza Cruz - Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Doutora Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Da análise dos Acórdãos proferidos na apelação e nos presentes autos de embargos de declaração, em momento algum, determinei o cumprimento imediato da pena, devendo tal decisão ser analisada pelo juízo de execuções, razão pela qual, INDEFIRO todos os pedidos constantes na petição em comento e determino o ARQUIVAMENTO destes autos, após o decurso de prazo.". - Advs: Jones Karrer de Castro Monteiro (OAB: 906/AM) - Carlos Firmino Dantas - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004300-85.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Alvaraes - Impetrante: Elias Sereno de Souza - Paciente: Deuziney dos Santos de Souza - Impetrado: Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS o Paciente Deuziney dos Santos de Souza e Elias Sereno de Souza na pessoa de seu Advogado Elias Sereno de Souza (12819/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Relatora Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Julgo prejudicado o habeas corpus (RITJAM, art. 61, VI). Custas ex lege.". - Advs: Elias Sereno de Souza (OAB: 12819/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004377-94.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Andrei Mohr Funes - Impetrante: Vanessa Cristina dos Santos - Paciente: Antônio Carlos Galvão de Barros - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am - Fica INTIMADO o Paciente Antônio Carlos Galvão de Barros, nas pessoas de seus Advogados Andrei Mohr Funes (54681/PR) e Vanessa Cristina dos Santos (96858/PR) para tomar conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao Habeas Corpus, com fulcro no art. 932 do NCPC, aplicado subsidiariamente ao processo penal". - Advs: Andrei Mohr Funes (OAB: 54681/PR) - Vanessa Cristina dos Santos (OAB: 96858/PR) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004438-52.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - São Gabriel da Cachoeira - Impetrante: Natielen Souza de Carvalho Simoes - Paciente: Renato Oliveira da Silva - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM - Ficam INTIMADOS o Paciente Renato Oliveira da Silva na pessoa de seu Advogado Natielen Souza de Carvalho Simoes (12940/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.". - Advs: Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB: 12940/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais **e prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Valber Diniz da Silva (4014A/MP) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Valéria Araújo Neves (120303/MG) - Processo 0219618-34.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado: Adriano Bentes dos Santos - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

02. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Laiane Tammy Abati (172066/SP) e Jefferson Neves de Carvalho - Processo 0636756-75.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Manoel Júlio Lopes da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

03. ADV/REP.: Maria Laci dos Santos (7601/AM) - Processo 4004222-91.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Maria Laci dos Santos - Paciente: Sergio Miranda Soares - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Tapauá/am - Relatora: Onilza Abreu Gerth

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 11 de setembro de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0352/2019

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP), ADV: ROBERTO GOMES NOTARI (OAB 273385/SP), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0234774-57.2018.8.04.0001 (processo principal 0238192-71.2016.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa Cível - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Ravibras Embalagens Ltda. e outro - Considerando o esclarecimento do Administrador Judicial às fls. 49/50, homologo a exclusão preliminar do crédito da impugnante da relação de credores. Traslade-se cópia da petição de fls. 49/50 e da presente decisão para os autos principais e proceda-se à baixa dos presentes autos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600579-78.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Cite-se por edital com prazo de 20 dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0604573-51.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Cite-se por edital com prazo de 20 dias. Após, conclusos para sentença.

ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: THAISA CADAIS SEMEN (OAB 10433/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0605400-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Luz Marina Batalha Seixas - REQUERIDO: Cielo S/A - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente Alvará em favor da exequente para levantamento da quantia devida, qual seja R$ 25.468,55 (vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). O saldo remanescente e o novo valor depositado à fl. 103 devem ser restituídos à executada. Com o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com as cautelas legais

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0606093-46.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Cite-se por edital com prazo de 20 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609937-38.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, defere-se o pedido de suspensão pelo prazo de um ano, nos termos do artigo 921, inciso III do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4º da mesma norma processual.

ADV: ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM), ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM), ADV: BRUNA CAMILA GONÇALVES DA SILVA (OAB 10280/AM) - Processo 0610387-10.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: A. Lira Barros - Cite-se por edital com prazo de 20 dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613791-69.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Cite-se por edital com prazo de 20 dias.

ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0613892-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vega Manaus Transportes de Passageiros Ltda. - REQUERIDO: P. M. F. Transportes Especiais Ltda. e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616537-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, para fim de condenar o réu no pagamento da quantia de R$ 22.507,38 (VINTE E DOIS MIL E QUINHENTOS E SETE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS), acrescida de correção monetária do ajuizamento do feito e de juros na taxa legal, a partir da citação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0616922-91.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, para fim de condenar o réu no pagamento da quantia de R$ 7.190,12 (SETE MIL E CENTO E NOVENTA REAIS E DOZE CENTAVOS), acrescida de correção monetária do ajuizamento do feito e de juros na taxa legal, a partir da citação.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0620604-15.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0620934-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Ruth Joseane Leitão da Rocha - LITSPASSIV: Dentista Cuida Sorriso Manaus - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621899-92.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625481-95.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Alex Gonçalves Pinheiro - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como, responder aos termos da reconvenção, sob pena de revelia.

ADV: CYNTIA COSTA DE LIMA (OAB 7345/AM), ADV: MARIJANE DA COSTA NASCIMENTO (OAB 13083/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0626032-75.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Portela Indústria e Comércio de Madeiros Ltda. - Portela Woods - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo

0627786-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Dirlei Carvalho Couto - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0629109-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0632888-89.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: José Faustino da Silva - De ordem, intimo o INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 45 dias, bem como para que cumpra a obrigação de fazer, se for o caso. Havendo concordância por parte da parte credora, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0633903-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, para fim de condenar o réu no pagamento da quantia de R$ 33.364,20 (TRINTA E TRES MIL E TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS), acrescida de correção monetária do ajuizamento do feito e de juros na taxa legal, a partir da citação.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0635213-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Guadalajara Morena Lima dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: ANDRÉA GUIMARÃES PACHECO (OAB 12305/AM) - Processo 0638342-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lucas Douglas Roberto de Lima - Determinada que fosse aditada à petição inicial, deixou o autor transcorrer, sem qualquer providência, o prazo que lhe foi assinado. Dessa forma, com fulcro no art. 303, parágrafo 2°, do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM) - Processo 0639792-91.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0643363-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosely Marinho Nogueira e outro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0644660-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos às fls. 217, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0645441-03.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Maria de Fatima Ferreira Batista - Determino a extinção do processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, de 2015 (Dois mil e quinze), e seu posterior arquivamento, a considerar a duplicidade verificada.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0645840-66.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646652-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RENERIO DE MOURA (OAB 37300/SP) - Processo 0648524-27.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Blue Bay Comercial Ltda - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC/15. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC.

BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0648824-23.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Cite-se por edital com prazo de 20 dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0648937-40.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0649394-09.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Dispõe o Decreto-Lei 911/69 em seu art. 4º que: "Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil". (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). No âmbito do Código de Processo Civil de 2015, tal procedimento corresponde à Execução por Quantia Certa do Capítulo IV do Livro II. Ocorre que também é facultado ao credor a possibilidade de se utilizar da via executiva para satisfazer o seu crédito. É o que se extrai do art. 5º, caput, do Decreto-Lei 911/69: "Se o credor preferir recorrer à ação executiva, direta ou a convertida na forma do art. 4o, ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)" Com efeito, o crédito resultante de financiamento concedido com garantia contratual de alienação fiduciária é exequível, razão pela qual defiro a conversão. Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS DE CASTRO PAIVA FILHO (OAB 3401/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0658351-96.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Rogério Bruno Garrido do Nascimento - REQUERIDO: José Afonso de Lima Assef - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Andréa Guimarães Pacheco (OAB 12305/AM)
Antônio Carlos de Castro Paiva Filho (OAB 3401/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruna Camila Gonçalves da Silva (OAB 10280/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cyntia Costa de Lima (OAB 7345/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Malu Borges Nunes (OAB 51458/SC)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marco Antônio Pozzebon Tacco (OAB 304775/SP)
Marijane da Costa Nascimento (OAB 13083/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Renerio de Moura (OAB 37300/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Gomes Notari (OAB 273385/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Thaisa Cadais Semen (OAB 10433/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0353/2019

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, ADV: JOSÉ BARBOSA DE SOUZA (OAB 1478/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 001.863/AM) - Processo 0034034-45.2002.8.04.0001 (001.02.034034-7) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iolanda Palmeira Campos - LITSATIVO: Prontocord - Hospital do Coração - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos. Considerando que houve a quitação da dívida, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado e feitas as anotações, arquivem-se os autos com as cautelas legais.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0051492-75.2002.8.04.0001 (001.02.051492-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Francisco José de Oliveira Cavalcante - Defiro nova tentativa de penhora eletrônica via BacenJud e Renajud. Restando infrutíferas, autorizo pesquisa de bens em nome do devedor no sistema Infojud.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: EMERSON LUIZ TEIXEIRA SANTANA (OAB 15076/DF), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM) - Processo 0208894-34.2016.8.04.0001 (processo principal 0251639-73.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Hosannah Florêncio de Menezes - EXECUTADO: Djalma de Souza Castelo Branco - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (05) cinco dias.

ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM), ADV: ROBERTO GOMES NOTARI (OAB 273385/SP) - Processo 0230740-05.2019.8.04.0001 (processo principal 0238192-71.2016.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa Cível - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - Ravibras Embalagens Ltda. - Manifeste-se o Administrador Judicial acerca da presente impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

ADV: ROBERTO GOMES NOTARI (OAB 273385/SP), ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP), ADV: PABLO ALVES DE CASTRO (OAB 349427/SP) - Processo 0235026-60.2018.8.04.0001 (processo principal 0238192-71.2016.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa Cível - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDA: Ravibras Embalagens Ltda. - Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - ADMINISTRA: Paulo Duarte Alecrim - Perito Grafotécnico - Intimem-se as recuperandas para que se manifestem sobre a presente impugnação no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÉSAR RODRIGO NUNES (OAB 260942/SP), ADV: ALEXANDRE EPPINGHAUS VARELLA (OAB 100865/RJ), ADV: LAUREANA MARTINS DOS SANTOS (OAB 211303/SP), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MARCELO GUIMARÃES MAROTTA (OAB 113858/RJ), ADV: BAUDÍLIO GONZALEZ REGUEIRA (OAB 139684/SP), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: FILIPE LEITE DA SILVA BOTELHO (OAB 263618/SP), ADV: JOSÉ AYRTON FERREIRA LEITE (OAB 126770/SP), ADV: JOÃO PAULO ALVES JUSTO BRAUN (OAB 184716/SP), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GERALDO FONSECA DE BARROS NETO (OAB 206438/SP), ADV: ANDRÉA GONÇALVES OLIVA ITACARAMBI (OAB 25246/GO), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV:

ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: DIEGO RIOS DE ARAÚJO (OAB 293907/SP), ADV: JULIANO GOMES GARCIA (OAB 17252/SC), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP), ADV: HANS CHRISTIAN VON BLUCHER (OAB 211224/RJ), ADV: PABLO ALVES DE CASTRO (OAB 349427/SP), ADV: OCTÁVIO JOSÉ ARONIS (OAB 70929/SP), ADV: ROBERTO GOMES NOTARI (OAB 273385/SP), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: RICARDO ANTÔNIO ERN (OAB 9324/SC), ADV: RODOLPHO VANNUCCI (OAB 217402/SP), ADV: ROGÉRIO CAMARGO GONÇALVES DE ABREU (OAB 213983/SP), ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM) - Processo 0238192-71.2016.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. - Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - INTSSADO: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - Junta Comercial do Estado de São Paulo - Junta Comercial de Santa Catarina - Itaú Unibanco S/A - Export Development Canadá - CMA CGM do Brasil Agência Marítima Ltda. - Banco Bradesco S/A - Pemaza Amazônia S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - PERITO: Paulo Duarte Alecrim - INTSSADO: Banco do Brasil S/A - Banco da Amazônia S/A - Cromex S/A - Kuanyeh Enterprises Co. Ltd. - International Paper do Brasil Ltda. - Internacional Paper Embalagens da Amazônia Ltda. - J. Ayrton Leite Sociedade de Advogados - Allog Transportes Internacionais Ltda. - Vistos, etc. Estando a recuperação judicial em regular trâmite, inclusive com Assembleia Geral de Credores devidamente agendada para o próximo mês de outubro, não havendo indicativo de conduta desidiosa ou procratisnatória por parte das recuperandas, e considerando ainda o princípio da preservação da empresa que norteia o procedimento da recuperação judicial, para cujo desiderato verifico necessário o deferimento do pedido de fls. 1001/1007 (ratificado às fls. 1218/1219), autorizo a prorrogação o stay period por 60 (sessenta) dias a partir da presente decisão, pelo que determino a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face das recuperandas, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário, durante o referido prazo. Publique-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: MÁRCIO SILVA DE LIRA (OAB 6307/AM), ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0602165-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Paula Gabriele Monteiro Nogueira Guimarães - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Qualicorp Administradora de Benefício S/A - Expeça-se alvará dos valores incontroversos depositados pela requerida Bradesco Saúde. Intime-se a parte executada QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A, , na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0606313-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Leila Regina Borges Monteiro - REQUERIDA: Jane Maria da Costa - PERITO: Rogério Machado Batista - Cuida-se de Medida Cautelar Antecedente em que se pleiteia o embargo de obra limítrofe ao imóvel residencial da requerente. A apreciação da liminar foi postergada para depois da contestação. Houve contestação (fls. 27/31) e realização de perícia (fls. 82/103). Pois bem, decido. Considerando o transcurso de mais de dois anos desde o pedido liminar e constatado pelo laudo pericial que a obra impugnada já está (ao menos majoritariamente) concluída, resta prejudicado o exame, neste momento, do pedido de tutela provisória. Por outro lado, constata-se que a parte requerente não informou (nem lhe foi oportunizado por este juízo) qual seria o pedido o principal. Tal o quadro, abro o prazo de 30 (trinta) dias para que a parte autora apresente o pedido principal, nos termos do art. 308, do CPP, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0606791-52.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Romário do Carmo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0616826-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Márcio Brandão Cunha - REQUERIDO: Manaus Aerotáxi Participações Ltda. - À contadoria para atualização dos cálculos.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0617886-79.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lídia Alves da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - À Contadoria para que apresente os cálculos da execução, consoante parâmetros definidos na sentença.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0620560-64.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Leonice Bastos de Lima - De ordem, defere-se o pedido de suspensão pelo prazo de um ano, nos termos do artigo 921, inciso III, do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4º, da mesma norma processual.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0624159-11.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Vanderlei Costa de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0624707-70.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDO: Ailton de Oliveira - TERCEIRO I: Juízo de Direito da Comarca de Ji-paraná/RO - Expeça-se carta precatória ao endereço indicado às fls. 398 mediante o pagamento das custas devidas.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0625140-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro Acidentes do Trabalho - REQUERENTE: Aldenício Eugênio da Luz - REQUERIDO: HSBS Seguros (Brasil) S/A - Verificar a secretaria se ocorreu devido pagamento dos honorários conforme ordenado nas fls. 127. Aferido o pagamento, intime-se o perito nomeado ou se o mesmo não apresentar manifestação, voltem os autos conclusos a fim de que novo experto seja designado. Prazo 10 dias

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0626453-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José

Francisco dos Santos Vieira - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - À secretaria para que certifique quanto à citação/transcurso do prazo para contestação.

ADV: SOCIEDADE DE ADVOGADOS MONIZ DE ARAGÃO E RIBEIRO ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS (OAB 46998/DF), ADV: SOCIEDADE CIVIL BRUNO SENA PEREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA EIRELI - ME (OAB 272016/AM), ADV: MARCELO GUSTAVO HAUSCHILD (OAB 86745/RS) - Processo 0628432-96.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pecúlios (Art. 81/5) - REQUERENTE: Rubens Monteiro Gadelha - REQUERIDO: Aplub Previdência - INTSSADO: Instituto de Perícias da Amazônia - INPEAM - À secretaria para intimação do perito.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0629648-24.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: R. C. L. Comércio de Produtos Alimentícios - REQUERIDO: D. H. Pereira Comércio de Alimentos Eirelli - ME - Pelo exposto, declaro constituído, de pleno direito, o título executivo judicial tendo por objeto o crédito declarado pelo autor na inicial, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, tudo desde o ajuizamento. Em consequência, julgo resolvido o processo, com apreciação de mérito, nos termos do inciso I, do artigo 487, do CPC. Condeno o(s) requerido(s) com custas e despesas processuais, corrigidas desde o desembolso, e pagarão honorários advocatícios que fixo em dez por cento (10%) do valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º, do Novo Código de Processo Civil.

ADV: MISAEL DE MELO E SILVA (OAB 10934/AM), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0630351-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Geap - Autogestão Em Saúde - REQUERIDO: Genésio Almeida Vinente - Pelo exposto, REJEITO o embargos de declaração, por não admitir configurados quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022, do Código de Processo Civil.

ADV: WALTER NEY RODRIGUES REZENDE (OAB 8700/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0631779-74.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carmen Lígia Carijó de Gosztonyi - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Procedam-se as consultas eletrônicas por endereço.

ADV: MARIA CAROLINA ESPÍNDOLA DE OLIVEIRA (OAB 8868/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0633654-45.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Beatriz Espíndola de Oliveira - Luiz Alberto Pacheco de Oliveira - João Luiz Espíndola de Oliveira - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Expeça-se alvará, após arquivem-se.

ADV: FERNANDA IRENE SAVARIS (OAB 56729/RS), ADV: MAURÍCIO SALOMONI GRAVINA (OAB 35984RS) - Processo 0639463-16.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Telasul Indústria de Móveis Ltda. - EXECUTADO: Magazin Comércio de Móveis Ltda. - EPP - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas da providência requerida e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0642670-86.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marcos Guerreiro Marques - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se o Executado na pessoa do seu patrono para pagar voluntariamente o montante remanescente da condenação, conforme petição retro, no prazo de 15 (quinze) dias. Impugnação ao cumprimento é possível nos termos do art. 525, do CPC. Na hipótese de não haver manifestação do devedor no prazo legal, nem impugnação, aplico multa no percentual de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, do Código de Processo Civil, bem como honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por centro) sobre o valor da execução. Ato contínuo, autorizo a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (bacenjud), após apresentação pelo exequente de memória atualizada do crédito. Por fim, determino que o executado SUSPENDA, no prazo de 15 (quinze) dias o lançamento de desconto consignado no contra-cheque do autor, especialmente aquele descrito a partir de setembro de 2017 sob o código “6306”, descrição “BMG CARTAO 10”, parcela “051|000”, sob pena de incidência de multa no importe de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), até o limite de 10 (dez) dias-multa.

ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0646648-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Liberty Locadora de Veículos Ltda. - REQUERIDO: Washington Luís Assunção Queiroz - William Rocha Bezerra - Apreciada manifestação do autor, a qual juntou nos autos comprovante de vínculo da requerente para com o Simples Nacional, visando comprovar carência econômica do(a) postulante, percebo que tal condição não é suficiente para a concessão do benefício. Diante disso, concedo prazo de cinco dias para que traga aos autos uma cópia do balancete, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência jurídica.

ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0649019-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nelci Araújo de Menezes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para que emende a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de complementa-la, tendo em vista que notoriamente, por razões desconhecidas, encontram-se ausentes o fato, fundamentos jurídicos do pedido, o valor da causa e a requisição da citação do réu, conforme disposto no Art. 319, do Código de Processo Civil.

ADV: JORDANA MAGALHÃES RIBEIRO (OAB 118530/MG), ADV: GUSTAVO DE MELO FRANCO TÔRRES E GONÇALVES (OAB 128526MG), ADV: PAULO HENRIQUE DA SILVA VÍTOR (OAB 106662/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: ALAN SILVA FARIA (OAB 114007/MG) - Processo 0652461-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Taxa de Ocupação - REQUERENTE: Akto Tecnologia Eireli - ME - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se as partes para que se manifestem quanto às tratativas, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0657094-36.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - REQUERIDO: Antônio Renato Sousa dos Reis Júnior - Indefiro o pedido de carta precatória. Expeça-se AR para o endereço indicado, mediante o pagamento das custas devidas.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0657858-22.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Carlos Costa Souza e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0660582-96.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Cleyton Railey Teixeira de Castro - Procedam-se consultas por endereço.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alan Silva Faria (OAB 114007/MG)
Alexandre Eppinghaus Varella (OAB 100865/RJ)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andréa Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB 25246/GO)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Baudílio Gonzalez Regueira (OAB 139684/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
César Rodrigo Nunes (OAB 260942/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Diego Rios de Araújo (OAB 293907/SP)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emerson Luiz Teixeira Santana (OAB 15076/DF)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernanda Irene Savaris (OAB 56729/RS)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Filipe Leite da Silva Botelho (OAB 263618/SP)
Geraldo Fonseca de Barros Neto (OAB 206438/SP)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo de Melo Franco Tôrres e Gonçalves (OAB 128526MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hans Christian Von Blucher (OAB 211224/RJ)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
João Paulo Alves Justo Braun (OAB 184716/SP)
Jordana Magalhães Ribeiro (OAB 118530/MG)
José Ayrton Ferreira Leite (OAB 126770/SP)
José Barbosa de Souza (OAB 1478/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Juliano Gomes Garcia (OAB 17252/SC)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laureana Martins dos Santos (OAB 211303/SP)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Marcelo Guimarães Marotta (OAB 113858/RJ)
Marcelo Gustavo Hauschild (OAB 86745/RS)
Márcio Silva de Lira (OAB 6307/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marco Antônio Pozzebon Tacco (OAB 304775/SP)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 001.863/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Carolina Espíndola de Oliveira (OAB 8868/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Maurício Salomoni Gravina (OAB 35984RS)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Misael de Melo e Silva (OAB 10934/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Octávio José Aronis (OAB 70929/SP)
Pablo Alves de Castro (OAB 349427/SP)
Paulo Henrique da Silva Vítor (OAB 106662/MG)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Ricardo Antônio Ern (OAB 9324/SC)
Roberto Gomes Notari (OAB 273385/SP)
Rodolpho Vannucci (OAB 217402/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rogério Camargo Gonçalves de Abreu (OAB 213983/SP)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)
Sociedade Civil Bruno Sena Pereira Sociedade Individual de Advocacia EIRELI - ME (OAB 272016/AM)
Sociedade de Advogados Moniz de Aragão e Ribeiro Advogados e Consultores Associados (OAB 46998/DF)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB 8700/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0313/2019

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0608401-89.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: MARCOS BERNALDO DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Sérgio Raimundo Machado, CPF 344.429.792-00, CRM 2641AM , 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 24/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: SADI BONATTO (OAB 10011/PR), ADV: ROSANE BARCZAK (OAB 47394/PR), ADV: FERNANDO JOSÉ BONATTO (OAB 25698/PR) - Processo 0608965-73.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: COOPERFORTE - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Compulsando os

autos, verifico que até a presente data o requerido não foi citado, por este motivo deixo de cumprir o parágrafo segundo do artigo 1009 do CPC. De ordem, remeto os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos e cautelas de praxe.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0621451-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Eliana Bezerra Martins - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 24/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0625515-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Luiz da Silva Oliveira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia23/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0634310-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Silvanira Ferreira Miranda - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC) - Processo 0634511-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alyson Roberto Cavalcante Bezerra - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635311-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raimunda Pereira Rodrigues - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 24/09//2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0637193-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Erimar Alves de Araujo - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 23/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0638694-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jecivaldo de Oliveira Godinho - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 24/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: ADRIANA SOUZA DOS SANTOS (OAB 12706/AM), ADV: MARILEIDE MOTA DA SILVA FALCÃO (OAB 13472/AM) - Processo 0638834-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria das Graças Guimarães Neves - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 24/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0712204-30.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA. - Compulsando os autos, verifico que até a presente data o requerido não foi citado, por este motivo deixo de cumprir o parágrafo segundo do artigo 1009 do CPC. De ordem, remeto os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos e cautelas de praxe.

Adriana Souza dos Santos (OAB 12706/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Fernando José Bonatto (OAB 25698/PR)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Malu Borges Nunes (OAB 51458/SC)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Marileide Mota da Silva Falcão (OAB 13472/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Rosane Barczak (OAB 47394/PR)
Sadi Bonatto (OAB 10011/PR)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0314/2019

ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0007073-49.1993.8.04.0012 (012.93.007073-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Mathilde Ribeiro Saraiva - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0011497-50.2005.8.04.0001 (001.05.011497-3) - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Glaucia C. Spindola - Fi - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte

requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Custas já devidamente recolhidas às fl. 248.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: CAROLINA CALDAS FAÇANHA (OAB 6926/AM), ADV: WANDERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 6776/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 028.837/SP), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: ALEXANDRE MACHADO MENDES (OAB 30711/DF) - Processo 0216002-95.2008.8.04.0001 (001.08.216002-4) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Construtora Soma Ltda - REQUERIDO: Ita Mineração Ltda. - INTSSADO: ALBER FURTADO DE OLIVEIRA - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0217143-08.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0636607-21.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Gideao Santos da Fonseca - EMBARGADO: FUNDAÇÃO APLUB DE CRÉDITO EDUCATIVO - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM) - Processo 0225613-04.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0238953-49.2009.8.04.0001) (001.10.225613-7) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Transglobal Servicos Ltda - REQUERIDA: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0241982-39.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João Sousa Araujo - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 179/181, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: FILIPE REIS FAIA (OAB 14524/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM) - Processo 0245611-21.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Norte Fitness Academia Ltda. - REQUERIDA: José Roberto Pires Equipamentos ME - Meta Sistemas de Segurança Contra Incêncio - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 131/132, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 126: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." Manaus, 10 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO MELO DA COSTA (OAB 5837/AM) - Processo 0250597-18.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Mirtes Campos Mousinho - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - I - Expeça-se novo ofício, tendo em vista haver decorrido o prazo legal sem que houvesse retorno do Aviso de Recebimento (AR).

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0256141-84.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: RC Recebiveis Ltda - REQUERIDA: Jully Ane Acordi Bacarim - D.L. Mene E.I. - Daniel Lisboa Mene - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: SÉRGIO CLÁUDIO MENEZES FERREIRA (OAB 3812/AM), ADV: SÉRGIO CLÁUDIO MENEZES FERREIRA (OAB 3812/AM), ADV: MARIA ELCILEME DA CRUZ CASTRO (OAB 720/AM), ADV: MARIA ELCILEME DA CRUZ CASTRO (OAB 620/RR), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0351085-20.2007.8.04.0001 (001.07.351085-9) - Cumprimento de sentença - Execução Previdenciária - REQUERENTE: Raimundo Nonato Ribeiro da Silva - Maria das Neves Miranda da Silva - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0601027-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Tocantins - Ii Etapa - EXECUTADA: Ariane Pereira Lopes - Da análise dos autos, verifico o lapso temporal desde a última movimentação processual, razão pela qual INTIMO o Requerente, por intermédio de seu patrono, para que se manifeste nos autos acerca do cumprimento do acordo, dando prosseguimento ao feito, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: ÁLVARO RÉGIS DE MENEZES JÚNIOR (OAB 8899/AM) - Processo 0603664-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Romilton Rodrigues Paiva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo Pericial de fls. 80/86 no prazo de 15 dias, conforme § 1º do art. 477 do CPC.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0607040-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Maurício Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 153/156, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0611915-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Ana Lucia Basto Soares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - TERCEIRO I: Serasa Experian - INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - PERITO: Marcelo Frassei - De ordem, abro vista às partes acerca da manifestação de fls. 388, e as informo que a perícia foi agendada para o dia 02 de outubro de 2019, às 10h, na Rua: Salvador nº 120 (12º Andar), Bairro Adrianópolis - Edifício Business Center.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612974-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rubemario de Castro Bento - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório

e estabelecer as rotinas procedimentais: Analisando a certidão de fls. 5 verificou-se que o mandado não fora cumprido em razão do endereço estar fora da zona do oficial de justiça. Posto isso, espeça-se mandado para a zona correspondente ao endereço informado, sem custas para o requerente.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614321-10.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Santos e Moraes Moldagem Plástica- ME - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Custas devidamente recolhidas às fl. 101.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM) - Processo 0615043-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Greicy Giselle Falcão de Carvalho Nery - REQUERIDO: Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda. - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0615540-92.2016.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Anibal Fraga de Resende Chaves(Tabelião) - REQUERIDO: Obelisco Construção Civil Ltda. - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a complementação das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617768-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Rodrigues de Lira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - TERCEIRO I: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0618374-05.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A. - EXECUTADO: VALDECI TENÓRIO DO NASCIMENTO M. E. - VALDECI TENORIO DO NASCIMENTO - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas realizadas através dos sistemas INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0621430-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Edilson Muniz Aguiar - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos de fls. 68/80.

ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0622652-20.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rubens Whitaker Lopes Filho - DEPRECADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 140/141, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 136: “(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção.” Manaus, 10 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM) - Processo 0622858-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Monica Lidiane Santana Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: IVANA MAUÉS MARQUES (OAB 4462/AM), ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D’ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM) - Processo 0623069-31.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - REQUERENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Wallace Gomes Azevedo - Eliany Gomes Azevedo - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 186, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 167: “(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção.” Manaus, 10 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: ALESSANDRO AMARAL NUNES (OAB 9127/AM) - Processo 0624839-30.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Compra e Venda - REQUERENTE: Paulo Cesar Viana de Oliveira Junior - REQUERIDA: LILIANNY BETH DE SOUZA MORATO - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 150, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido na Decisão Interlocutória de fl. 147: “(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção.” Manaus, 10 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC) - Processo 0626877-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Sebatião Rodrigues de Melo Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0629745-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francilena Menezes Gadelha - REQUERIDA: Engeco - Engeco Engenharia e Construções Ltda - ATO ORDINATÓRIO De ordem, intime-se a exequente para que se manifeste acerca da impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 243/253 no prazo de 15 (quinze) dias, conforme Decisão Interlocutória de fls. 238/239.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0630487-25.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Ricardo de Lima Leão - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0630758-92.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Adriana Oliveira de Deus - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: MARCONDES F. LUNIERE JÚNIOR (OAB 2987/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0632148-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Talento Recursos Humanos Ltda. - ME - JAIME JOSÉ SEBBEN - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - PERITO: Diego de Vasconcelos Gonçalves - De ordem, abro vista à parte interessada acerca da manifestação de fls. 241/242, no prazo 5 dias, conforme art. 465 do CPC.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0632561-18.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisca Nubia da Cunha Garcia - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora e Aliança Incorporadora - INTSSADO: Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno - SEMEF - Intime-se o autor para que se manifeste acerca da carta precatória juntada nas fls. 178/180 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0633886-91.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL - EXECUTADO: Paulo Afonso dos Santos - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 166, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 163: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." Manaus, 10 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0638943-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luzinete Neves da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise dos autos, verifico que as guias de custas foram inseridas pela contadoria. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de páginas 56.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: PAULA ELIZABETH GOMES DE SOUZA (OAB 13295/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0639590-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gilselene Luniere Pinto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a complementação das custas de diligências do Oficial de Justiça tendo em vista que serão expedidos três mandados, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0642665-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Paulo Moises de Lima Trindade - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Flaviano Biváqua de Araújo Júnior - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0643869-46.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Smart Trading Administracao Empresarial Ltda - Martinelli Gonçalves da Silva - Katwyssya Sumaya da Costa Gonçalves - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, ressalto que o valor a ser pago por cada mandado é de R$416,50, observa-se que deverá ser recolhida custas referente a dois mandados, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0643984-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Tereza Correia Queiroz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - TERCEIRO I: Banco BMG S/A - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 39, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 36: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." Manaus, 10 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0645820-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Rla Imobiliária Eireli - REQUERIDO: Comac Importação e Exportação Ltda. - Da análise dos autos, verifico que as guias das custas

processuais foram inseridas pela contadoria. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de páginas 31.

ADV: ISABELLE MARIA A. DE O. M. DE MORAIS (OAB 45941/DF), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0648319-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Jbn Obras de Alvenarias Ltda - Jurandyr de Britto Souza Neto - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: IVAN LIMA DA SILVA (OAB 3847/AM) - Processo 0654874-65.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: J D Matos de Abreu Epp - EXECUTADA: Marilene de Souza Loureiro - João Cleberson de Carvalho Loureiro - De ordem, defiro o pedido de fl. 91. Antes, intime-se o peticionante para que providencie o complemento das custas da diligência do Oficial de Justiça no prazo de 05 (cinco) dias, observando a Portaria nº 116/2017 PTJ, uma vez que o mandado de Citação Penhora e Avaliação custa R$ 416,50 (quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos). Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0658885-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - EXECUTADO: Jorge Mardo de Souza Felix - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 119, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 116: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." Manaus, 10 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0661785-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ivan Cruz Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0718639-20.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Agesilau de Carvalho Pereira da Silva - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Alessandro Amaral Nunes (OAB 9127/AM)
Alexandre Machado Mendes (OAB 30711/DF)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Álvaro Régis de Menezes Júnior (OAB 8899/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Carolina Caldas Façanha (OAB 6926/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Escalone Manrarin de Souza Pinheiro (OAB 13277/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Filipe Reis Faia (OAB 14524/AM)
Florindo Silvestre Poersch (OAB 800/AC)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Maria A. de O. M. de Morais (OAB 45941/DF)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Ivan Lima da Silva (OAB 3847/AM)
Ivana Maués Marques (OAB 4462/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Malu Borges Nunes (OAB 51458/SC)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes F. Luniere Júnior (OAB 2987/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Maria Elcileme da Cruz Castro (OAB 620/RR)
Maria Elcileme da Cruz Castro (OAB 720/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)

Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paula Elizabeth Gomes de Souza (OAB 13295/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Rafael Fernando Melo da Costa (OAB 5837/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Cláudio Menezes Ferreira (OAB 3812/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 028.837/SP)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wanderson Fernandes dos Santos (OAB 6776/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0315/2019

ADV: FRANCISCO MOACIR MAIA FILHO (OAB 5560/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0231584-28.2014.8.04.0001 (processo principal 0251413-68.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Mcr Serviços Empresariais Ltda - EXECUTADO: AMAZONAS DISTIRBUIDORA DE ENERGIA - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 808A/AM), ADV: RICHARD ANDERSON HIDALGO PAREDES (OAB 6682/AM), ADV: KAREM LÚCIA CORRÊA DA SILVA RATTMANN (OAB 704A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 4543/DF), ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM), ADV: RONALDO SANTOS MONTEIRO (OAB 7502/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: PAULO DÓRON REHDER DE ARAÚJO (OAB 246516/SP), ADV: NATALIA DINIZ DA SILVA (OAB 289565/SP), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: ANTÔNIO VICTOR ASSED ESTEFAN GOMES (OAB 133780/RJ), ADV: JAQUELINE VALENTE TIBURCIO RODRIGUES (OAB 64029/RJ), ADV: VINICIUS CARDOSO COSTA LOUREIRO (OAB 344871/SP), ADV: RAFAEL HENRIQUE ALMEIDA FONTES (OAB 155616/MG), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA (OAB 67460/RJ), ADV: PAULA CUNHA WESTMANN (OAB 228918/SP), ADV: CAROLINA CAMPELO SOUZA SANTOS (OAB 4082/AM), ADV: GENE KELLY CALDAS GILA (OAB 4367/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA), ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: ULPIANO MOURA SOARES DE SOUZA (OAB 1139/RN), ADV: EGAS MALTA BRANDÃO (OAB 7145/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: FELIPE ANTÔNIO LOPES SANTOS (OAB 5843/RN) - Processo 0240480-36.2009.8.04.0001 (001.09.240480-5) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Demetrio José Sales - REQUERIDO: Consórcio Amazonas Gás - CONSAG - Transportadora Urucu Manaus - TUM - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS - PERITO: Raphael Muniz Motta - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: MENDELSSON COSTA DUARTE (OAB 8319/AM) - Processo 0253063-87.2008.8.04.0001 (001.08.253063-8) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M C M Tecnologia Ltda - REQUERIDO: Amazônia Celular S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0603780-78.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Laila Barroso Ramires - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: VICTOR DE ALENCAR ARAÚJO MOTTA (OAB 7796/AM), ADV: ANDRÉ MOTOHARU YOSHINO (OAB 299549SP) - Processo 0607062-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Corretagem - REQUERENTE: VPC Assessoria Ltda - REQUERIDO: Tropical Pneus Industria e Comercio Ltda - A matéria debatida nos autos é eminentemente de direito, de modo que, já tendo sido oportunizado às partes carrearem aos autos os documentos que entendiam úteis à comprovação dos fatos e de suas teses narradas, assim, entendo ser desnecessária a realização de outras provas, mormente quando elas não têm o condão de influir na convicção do magistrado, até porque o contraditório não se implementa pura e simplesmente com a oitiva. Certo é que, o juiz como presidente do processo, deve decidir quais os atos processuais que serão imprescindíveis para a solução da lide, primando, sempre, para a melhor técnica de se evitar o retardamento injustificado da prestação jurisdicional, assegurando aos litigantes a garantia constitucional da razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (Emenda Constitucional 45/2004). Neste contexto, a jurisprudência é uníssona quanto ao entendimento de que: O destinatário da prova é o juiz, de modo que, se ele entender que os documentos seriam suficientes para a elucidação da demanda, descabe falar em cerceamento de defesa se indeferida a produção de outras provas, que só iriam procrastinar a solução do feito e em nada alterariam a conclusão alcançada. (...).(20090810033207 APC, Relator SÉRGIO BITTENCOURT, 4ª Turma Cível, julgado em 24/02/2010, DJ 15/03/2010 p. 117). Assim, julgo desnecessária a oitiva de testemunhas pleiteada pelo requerido, e verifico que o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0607215-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Climepsi Clinica Médica Psicológica Ltda - LITSATIVO: Aluizio Valério de Miranda - Maria de Lourdes Ribeiro Siqueira - Donata da Cunha e Silva - Zaira de Lourdes Ramos Aquino - REQUERIDO: Mansur Seffair Neto - LISTPASSIV: Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo -

Raphael Carriço de Aguiar - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: LUÍS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 16780/BA), ADV: CELSO DAVID ANTUNES (OAB 1141A/BA) - Processo 0614675-74.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Itaucard S.A - EXECUTADA: Jacira Monteiro Libório - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0618989-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se a parte Requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Custas devidamente recolhidas às fls. 136/138.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP) - Processo 0624182-54.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Genésio Amaral da Costa - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Banco Santander Brasil S/A - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - PERITO: Hélio Do Carmo Magalhães - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - PERITO: Amanda Pimenta Leao Barbosa - De ordem, intimo o perito nomeado nos autos para que informe os dados bancários, a fim de ser expedido termo de Requerimento dos honorários periciais, conforme determinação de fls. 302, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0627006-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiana de Borborema Correia - Leonardo dos Reis Caregnato - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0632922-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rogério Hoenicke - REQUERIDA: Daniele Cavalcante Gomes - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: EDUARDO ALEXANDRE GUEDES CIDADE (OAB 7179/AM), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM), ADV: DÊNIS AUDI ESPINELA (OAB 198153/SP), ADV: MARIA FERNANDA BARREIRA DE FARIA FORNOS (OAB 198088/SP) - Processo 0634669-54.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: ERICLEY NASCIMENTO LOBATU - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - PERITO: HERMANN SAUNDERS FERNANDES - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração de Banco Daycoval S/A nas fls. 442/446 foram opostos dentro do prazo legal. Da mesma forma, os Embargos de Declaração de Ericley Nascimento Lobatu nas fls. 447/451 foram opostos tempestivamente. De ordem, intimem-se os Embargados para se manifestarem acerca dos Embargos de Declaração opostos, respectivamente, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0643985-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Tereza Correia Queiroz - REQUERIDO: Banco Bmg Consignado S/A - TERCEIRO I: ITAÚ CONSIGNADO S/A - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 64, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 60: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." Manaus, 11 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
ANDRÉ MOTOHARU YOSHINO (OAB 299549SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Victor Assed Estefan Gomes (OAB 133780/RJ)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carolina Campelo Souza Santos (OAB 4082/AM)
Celso David Antunes (OAB 1141A/BA)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Dênis Audi Espinela (OAB 198153/SP)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Eduardo Alexandre Guedes Cidade (OAB 7179/AM)
Egas Malta Brandão (OAB 7145/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Felipe Antônio Lopes Santos (OAB 5843/RN)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Francisco Moacir Maia Filho (OAB 5560/AM)
Gene Kelly Caldas Gila (OAB 4367/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jaqueline Valente Tiburcio Rodrigues (OAB 64029/RJ)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Karem Lúcia Corrêa da Silva Rattmann (OAB 704A/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB 16780/BA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (OAB 198088/SP)
Mendelsson Costa Duarte (OAB 8319/AM)
Natalia Diniz da Silva (OAB 289565/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA (OAB 67460/RJ)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)
PAULA CUNHA WESTMANN (OAB 228918/SP)
Paulo Dóron Rehder de Araújo (OAB 246516/SP)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 4543/DF)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Henrique Almeida Fontes (OAB 155616 /MG)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Richard Anderson Hidalgo Paredes (OAB 6682/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Ronaldo Santos Monteiro (OAB 7502/AM)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 808A/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Ulpiano Moura Soares de Souza (OAB 1139/RN)
Victor de Alencar Araújo Motta (OAB 7796/AM)
Vinicius Cardoso Costa Loureiro (OAB 344871/SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0293/2019

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT) - Processo 0600660-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Carlos Augusto Pantoja Barbosa - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637273-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ildisan Moreira da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 24/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0292/2019

ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: ELIZABETE LUCAS (OAB 900.332/AM) - Processo 0010209-04.2004.8.04.0001 (001.04.010209-3) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Jeremias Souza Franco - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Mauricio Alexandre de Meneses Pereira - PROCURADORIA GE: Cassiano c. calendreli - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intime-se as partes para que se manifestem acerca dos documentos juntados às fls.195/197, bem como, intime-se a requerida, pessoalmente, da parte final do despacho de fls.186. Manaus, 30 de agosto de 2019 OCIAN VIRGÍLIO AYRES Escrivão

ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 723A/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0045146-40.2004.8.04.0001 (001.04.045146-2) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Iolanda do Carmo Fernandes Oliveira - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A. - Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente;para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB A512), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0205049-72.2008.8.04.0001 (001.08.205049-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Shizem Veículos LTDA - EXECUTADO: Marcelo Cabral Fraiji - Expeça-se mandado conforme requerido às fls.203. Intime-se a parte interessada para, no prazo legal, carrear aos autos o comprovante de pagamento das custas atinente à diligência a ser realizada por Oficial de Justiça. Saliento, contudo, que restará suspenso o pagamento de custas caso a parte seja beneficiária de gratuidade de justiça. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0223807-31.2010.8.04.0001 (001.10.223807-4) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Halimi Yousseph Mouas - REQUERIDO: ENGECO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Halimi Yousseph Mouas contra ENGECO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e

consoante fundamentação supra, e, via de consequência, procedo a revisão do valor do saldo, corrigindo-o para a quantia de R$ 88.465,30 (oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos), sobre o qual deve incidir correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês desde maio de 2010, tomando-se por base o índice oficial adotado na portaria Nº 1.855/2016 deste Tribunal. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: CARLOS EDUARDO GOMES PONTES (OAB 6777/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: JOAQUIM FÁBIO MIELLI CAMARGO (OAB 2680/MT), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: KARINA CRUZ DA SILVA (OAB 322630/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM), ADV: GLÁURIA GISELLE CHAVES HENRIQUES (OAB 6692/AM) - Processo 0230366-04.2010.8.04.0001 (001.10.230366-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Lenize Pontes Petry da Silva - REQUERIDO: AMERICAN EXPRESSA DO BRASIL TEMPO & CIA - ACE Seguradora S/A - HSBC SEGUROS (BRASIL) S.A - Compulsando estes autos, verifiquei que as partes realizaram acordo judicial, já devidamente homologado às fls.422/423, difiro portanto o pedido de Alvará para levantamento do deposito de fls.362, equivalente a honorários, em favor do Doutor CARLOS EDUARDO GOMES PONTES, OAB/AM, Nº6.777, observados as formalides legais. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM), ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0231667-83.2010.8.04.0001 (001.10.231667-9) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristina Regina da Silva Ferreira - REQUERIDO: Embracont Construção Ltda - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Cristina Regina da Silva Ferreira contra Embracont Construção Ltda, com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Declaro válida a Cláusula de Tolerância limitada a 180 (cento e oitenta) dias corridos; Julgo procedente o pedido de lucro cessante e condeno a Requerida ao pagamento de 1% ao mês sobre o valor do imóvel a partir de de 29/03/2009 (prazo previsto para entrega do imóvel já com a tolerância de 180 dias corridos) até a efetiva entrega do imóvel, a ser apurado em liquidação de sentença. Condeno a Requerida ao pagamento, a título de dano moral R$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB 9919/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM) - Processo 0232916-93.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0610162-29.2014.8.04.0001) (processo principal 0610162-29.2014.8.04.0001) - Impugnação ao Pedido de Assistência Litisconsorcial ou Simples - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Fio de Água Lavandeirias Ltda - CONCLUSÃO. Ante o exposto, julgo extinto o feito sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, do CPC. Determino a baixa no SAJ e na Distribuição, bem como o arquivamento dos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS EDUARDO ABREU COSTA FERREIRA (OAB 6698/AM) - Processo 0235664-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Paulo Sergio Guimaraes Gama - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SHIRLENE AZEVEDO PINTO (OAB 8052/AM) - Processo 0235667-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: MIGUEL DE JESUS BRASIL - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0604067-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Christina Palheta de Sa - Raimunda Alves de Cristo - REQUERIDO: Iano Costa Monteiro - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 66/67 e 69/70, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: CYNTHIA LUIZA MAFRA E SILVA (OAB 5627/AM), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7690/PA), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA (OAB 14839/PA) - Processo 0604588-25.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A. - EXECUTADA: Ecopack Embalagens Recicláveis Ltda - Considerando que já consta dos autos o comprovante de pagamento das custas das diligências dos Oficiais de Justiça, expeça-se o competente mandado, conforme requerido às fls.173. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: TAYANA DA SILVA ASSAYAG (OAB 8671/AM) - Processo 0610734-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA FERREIRA DA SILVA PENATTI - REQUERIDO: A S Neves Construções LTDA ME - A parte apelada, devidamente intimada, apresentou contrarrazões. Remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas devidas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0613633-48.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - EXECUTADO: Cleber dos Santos Nascimento - Expeça-se mandado conforme requerido às fls.47/48. Intime-se a parte interessada para, no prazo legal, carrear aos autos o

comprovante de pagamento das custas atinente à diligência a ser realizada por Oficial de Justiça. Saliento, contudo, que restará suspenso o pagamento de custas caso a parte seja beneficiária de gratuidade de justiça. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB 1087A/AM), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0618326-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Edina Nunes de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por Edina Nunes de Souza contra Instituto Nacional de Seguro Social- INSS, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, torno definitiva liminar deferida às fls. 61/62, condeno a parte requerida a restabelecer o benefício previdenciário de auxílio-doença. Havendo prestações em atraso, estas devem ser pagas de uma só vez corrigidas monetariamente desde o respetivo vencimento pelo IPCA-E,e acrescidas de juros de mora a partir da citação observando-se o índice aplicado à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97,com a redação dada pela Lei nº 11.960/09). A duração do beneficio ora reconhecido deverá seguir o que determina o artigo 62 da Lei n. 8.213/91, mas inicialmente fica determinado que seja por 12 meses, após o transito em julgado, devendo o autor passar por reabilitação nesse período. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre sobre o montante das prestações vencidas até a data da sentença (art. 85, § 3º, CPC e Súmula 111, STJ). Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0618700-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Eliza Kelen de Carvalho Rita - REQUERIDA: H.S.G. - J.M.P. - Chama o processo à ordem e torno sem efeito a Decisão de fls.149, eis que fora lançada por equívoco nos presentes autos. Em análise ao caderno processual, verifiquei que a primeira requerida embora tenha sido devidamente citada, como se infere das certidões de fls.117 e 124, não apresentou Contestação até a presente data. Verifiquei ainda, que o segundo requerido, mesmo não tendo sido devidamente citado, compareceu espontaneamente à audiência de conciliação, desacompanhado de patrono, conforme termo de audiência de fls.105, contudo não apresentou Contestação no prazo legal. Pelo exposto acima, decreto a revelia de ambos os requeridos, e DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC, após a publicação da presente decisão,encaminhe-se os presentes autos à fila de conclusos para sentença,obedecendo a ordem cronológica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 670A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974A/CE), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 147020/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 15474CE/A), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 15474A/CE), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0619912-55.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: MARIA DO PERPETUO SOCORRO SILVA DA ROCHA - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Pendendo de pagamento as custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0621549-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Sc Serviços Comércio e Importação Ltda - Antonia Alves de Souza - Em análise ao petitório de fls.63, defiro o prazo de 05 dias para que o autor efetue o preparo das custas das diligências deferidas de consulta ao Infojud e Renajud. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0621581-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marina das Graças Paula de Araújo - Expeça-se a Carta de Citação conforme requerido às fls.66. Intime-se a parte interessada para, no prazo legal, carrear aos autos o comprovante de pagamento das custas atinente à diligência requerida. Saliento, contudo, que restará suspenso o pagamento de custas caso a parte seja beneficiária de gratuidade de justiça. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA (OAB 8839/AM), ADV: LOREN AMORIM GOMES (OAB 7553/AM), ADV: DANIEL PACHECO GONÇALVES (OAB 13249/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676O/PE), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA (OAB 5848/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0621756-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Felipe Teixeira dos Santos - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - PERITO: HERMANN SAUNDERS FERNANDES - Defiro o valor proposto pelo perito nomeado por este Juízo. Intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento dos honorários periciais no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0622181-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Roberto Cesar Mestrinho de Oliveira Filho - REQUERIDO: Banco Itaú S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623306-07.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Sebastiana da Silva Pinto - INTSSADO: Ailson Silveira - Ailton Silveira - Hamilton Tomaz da Silveira - Maria Assunção da Silveira - Maria das Graças da Silveira - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 223/227, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: BRUNO GOMES PIRES (OAB 7640/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RUCILEY TAVARES VINENTE (OAB 8834/AM) - Processo 0624844-52.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Joseé Rosemberg ANDRADE SOUZA - REQUERIDO: Elio Borghezan - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por JOSÉ ROSEMBERG ANDRADE SOUZA contra ELIO BORGHEZAN, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra e via de consequência, declaro rescindido o contrato firmado entre as partes. Julgo improcedentes os pleitos de devolução de valores, pagamento de multa e indenização por danos morais. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85 do NCPC, restando suspensa a exigibilidade da cobrança em razão da concessão do benefício da gratuidade da justiça. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se a parte apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o cumprimento da obrigação e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019.

ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0625789-73.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: ANTÔNIO PINTO DA FONSECA NETO - REQUERIDO: ONIX EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO (SÓCIA DA EMPRESA DIRECIONAL ENGENHARIA) - DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 309/313 , bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: IVANA MAUÉS MARQUES (OAB 4462/AM) - Processo 0626447-29.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADA: Signos Formação de Condutores Ltda (Auto Escola Signos) - Rachel Carneiro Brito do Nascimento - Núbia Carneiro Brito - Considerando que já consta dos autos o comprovante de pagamento das custas da diligência do Oficial de Justiça, expeça-se o mandado conforme requerido às fls.106. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0626841-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Centro Nacional de Qualificação Profissional - Cnqp Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente;para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os documentos juntados pela parte contrária às fls. 55, (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM), ADV: RAPHAEL DA FONSÊCA FERREIRA DE SOUZA (OAB 6995/AM), ADV: NATAN COSTA TEIXEIRA (OAB 10656/AM) - Processo 0627816-29.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Administração - REQUERENTE: CONDOMINIO BAHIA - RESIDENCIAL ELIZA MIRANDA 4ª ETAPA - REQUERIDO: COMISSÃO PARA AUDITORIA INTERNA DO ELIZA MIRANDA QUARTA ETAPA - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls.64/65). Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da causa, medida cabível conforme 523 § 1º do CPC. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento por atos processuais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO NADAIS JURELA (OAB 414251/SP), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 367876/SP), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0628660-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Vitor Gabriel Simas de Amorim - REQUERIDO: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central - Tendo em vista a informação de descumprimento da liminar concedida, intime-se a parte requerida para cumprir a ordem judicial, no prazo de 48 horas. MAJORO a multa para R$ 5.000,00 (cinco mil reais) limitada a 10 dias multa, ressalvando que se trata de multa cumulativa. Em caso de descumprimento, fica deferido o bloqueio via Bacenjud do valor da multa e a expedição de mandados de intimação para cumprimento da liminar, mediante pagamento das diligências pelo demandante, as quais poderão ser convertidas em perdas e danos ao final do processo. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0629856-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MAHMOUD KAMEL HAMDAN - REQUERIDO: DIRECIONAL JHSF ZIRCONE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 309/335, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0630202-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marlucio Flores Paiva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - A falta de preparo acarreta, na inépcia da inicial, o que implica em extinção do processo sem resolução do mérito, a teor do art. 485,I, do CPC. Ressalvo, que renovada a demanda, a propositura

de nova ação depende da correção do vicio que levou à extinção, na forma do art.486, § 1° CPC. Conclusão. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO com fundamento no art. 485, I, do NCPC, determinando a baixa no SAJ, bem como o arquivamento dos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ MARCONI MOREIRA FILHO (OAB 9552/AM), ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN), ADV: EDMÁRIA PEDROZA (OAB 12999/RN), ADV: MARIA LUIZA MEDEIROS ADERALDO (OAB 13680/RN) - Processo 0630437-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Igor Ribeiro Teixeira - REQUERIDO: Itaú Unibanco Holding S/A - R.H. Intime-se a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EDVAR DA SILVA NUNES JUNIOR (OAB 13068/AM) - Processo 0631017-53.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Gabriela Varela Dantas - REQUERIDO: Civilcorp Incorporações Ltda. - Tendo em vista os documentos carreados para comprovação de renda, estes demonstraram que o autor não se enquadra no conceito de hipossuficiente, razão por qual INDEFIRO o pedido de justiça gratuita. Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JIULIANE MOURA DA COSTA (OAB 9809/AM), ADV: MONIQUE MC COMB MAGNANI (OAB 11879/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: PHILLIPPE LIBERATO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 9103/AM), ADV: DALTON PEDROSA DOS SANTOS (OAB 9565/AM), ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM) - Processo 0631551-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: ADRIANA FARIAS MOUTINHO - REQUERIDO: Ossjiumma - Ja Comercio de Confeccoes Ltda - ME - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por MARIA CECÍLIA MOUTINHO DE OLIVEIRA REIS, representada por sua mãe ADRIANA FARIAS MOUTINHO contra Ossjiumma - Ja Comercio de Confeccoes Ltda - ME, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de conseqüência, condeno a parte requerida ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de indenização por danos morais, valor sobre o qual deverá incidir correção monetária, tomando-se por base o índice oficial adotado e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês), na forma da legislação vigente, a partir do arbitramento (Súmula 362/STJ). Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do NCPC. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se a parte apelada para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Após o cumprimento da obrigação e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0631590-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Bom Gosto da Amazônia Ltda - Epp - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que se abstenha de incluir o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes e de interromper o fornecimento de energia da unidade consumidora da parte autora, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: KARLA LILIANY BEZERRA TAVARES (OAB 7450/AM), ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAÚJO (OAB 261052/SP), ADV: IRAN HUDSON MENEZES DE CARVALHO (OAB 7488/AM) - Processo 0631981-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco de Assis Ferreira de Souza - REQUERIDO: Iran Hudson Menezes de Carvalho - Karla Liliany Bezerra Tavares - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM) - Processo 0633813-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Duplicata - REQUERENTE: Pontual Serviços de Locação e Construção Ltda - REQUERIDO: Laurionor Tadeu Barbosa - Tratam-se os presente autos de ação de nulidade de título cumulada com pedido de cancelamento de protestos e indenização por danos morais movida por Pontual Serviços de Locação e Construção LTDA em face de Laurionor Tadeu Barbosa. O Requerido ajuizou ação monitória, tombada sob o Nº 0607859-03.2018.8.04.0001, à qual foi distribuída por conexão aos presentes autos e suspensa conforme Despacho de fls. 18. Compulsando ambos os processos, verifica-se que tais demandas devem ser julgadas conjuntamente, contudo a ação monitória ainda esta em fase inicial, devendo seguir seu regular tramite até estar apta para julgamento. Assim, determino a suspensão destes autos, devendo a ação monitória seguir seu devido tramite para permitir o julgamento conjunto dos processos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NATASHA CAVALCANTE DA COSTA MARTINS (OAB 13091/AM), ADV: NATHALIA LOUYSE MAGALHAES PEREIRA (OAB 12515/AM) - Processo 0637158-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Bronzileia de Souza Moreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PEDIDO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 319 a 321 c/c 485, I, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, desde que os autos estejam devidamente instruídos. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, ao que não estará obrigada no caso de ser beneficiária de justiça gratuita. Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos a condição prevista em lei para esse fim. Transitada em julgado esta decisão, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0637835-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Antonio de Assis - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 21 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar / setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). DEFIRO a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0638699-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDO: Gisley da Silva Lima - Considerando que resta comprovado nos autos o pagamento das custas da diligência do Oficial de Justiça, expeça-se mandado para o endereço indicado às fls.51. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0639081-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Dulcineia Sampaio Jacauna - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0639194-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandemberg da Silva Carvalho - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - N. V. Industria Comercio e Construção Ltda - Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. A parte autora pugna por tutela provisoria destinada a suspender eventuais cobranças de despesas do imóvel, objeto da presente demanda, contudo não há nos autos elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, razão pela qual indefiro o pedido. Ressalto, que o pedido de tutela provisoria pode ser renovado a qualquer tempo, desde que evidentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 21 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM) - Processo 0640209-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jesse Alves das Chagas - REQUERIDO: Mário Rabelo Neto - Tendo em vista os documentos carreados para comprovação de renda, estes demonstraram que o autor não se enquadra no conceito de hipossuficiente, razão por qual INDEFIRO o pedido de justiça gratuita. Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANA LÚCIA DA SILVA BRITO (OAB 286438/SP), ADV: EDINEIA SANTOS DIAS (OAB 197358/SP) - Processo 0640331-28.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Harris Soldas Especiais S.A. - EXECUTADO: E. F. Vieira - Me - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao RENAJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 125/126, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM) - Processo 0641110-75.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Geferson da Silva Santos - REQUERIDO: Fabrícia Cordeiro Sarmento - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 15 (Quinze) dias, a contar do recebimento desta determinação, para que desocupe o imóvel do requerente, relativamente ao discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos

autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0641769-84.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Danilo Gonçalves da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que se abstenha de realizar o corte do fornecimento de energia e proceda com a retirada do protesto em nome da requerente no cartório, a retirada do nome da parte autora dos cadastros de inadimplentes, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0642542-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Meirilene de S. Mendes - REQUERIDO: Revenda Representações e Vendas Comerciais Sa - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Alphaville Urbanismo S.a - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 04 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). DEFIRO a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0643002-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bemol e Bechimol Irmão & Cia. Ltda. - LITSPASSIV: Panasonic do Brasil Limitada - Douglas Santana de Souza (M3.10 Refrigeração) - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, a substituição da geladeira com defeituosa por um modelo igual ou similiar, relativamente ao discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. § 1° Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: KARINNA DA COSTA SABINO HOLANDA (OAB 14547/AM) - Processo 0643983-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - LITSATIVO: Eudo Alves de Oliveira - Eluzinea Alves de Oliveira - REQUERIDO: Rossi Residencial S/A - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 21 de outubro de 2019, às 10 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). DEFIRO a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0645450-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lindaura Carneiro da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: TEREZA D'AVILA QUEIROZ SAMPAIO (OAB 11106/AM), ADV: MOISES SANTOS DOS SANTOS (OAB 10762/AM) - Processo 0645701-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gracila Andrade Mendonça - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CINTIA MALFATTI MASSONI CENIZE (OAB 138636SP) - Processo 0645908-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDO: Maria do Perpetuo Socorro Cesar de Lima-me (Limas Transportes) - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 21 de outubro de 2019, às 9 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0645961-60.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Condomínio Mundi Resort Residencial - REQUERIDO: Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 21 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar / setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Cite-se o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 1300A/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646045-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizabeth Rosa de Matos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de efetuar os descontos na folha de pagamento referentes aos empréstimos COD. 5898 - BMG EMP.02 da parte requerente, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil,

salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646239-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Joao Gonzaga Belem - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0646392-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: VANGLEYS REIS VIANNA - Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0646473-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Bosco Ferreira de Sá - REQUERIDO: Banco Bmc S/A (Incorporado Pelo Banco Bradesco) - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que se abstenha de efetuar desconto no contracheque do requerente referente ao empréstimo realizado denominado MAT. 5898 - BMG EMP02, MAT. 5925 - BMG EMP03, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646515-92.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Paulo Henrique Pereira Alves - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG) - Processo 0646564-36.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Adilson Reis do Nascimento - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls 28-32, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM) - Processo 0646611-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Eliana Cardoso da Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para

o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PAULA GAMA DE PAIVA (OAB 11199/AM) - Processo 0646798-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Moises dos Santos Carvalho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647222-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elielma Viana da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Ana Lúcia da Silva Brito (OAB 286438/SP)
Ana Maria de Oliveira Silva (OAB 8839/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB 1300A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 367876/SP)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)
Bruna da Silva Bessa (OAB 8034/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Bruno Gomes Pires (OAB 7640/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676O/PE)
Carlos Eduardo Gomes Pontes (OAB 6777/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cintia Malfatti Massoni Cenize (OAB 138636SP)
Cynthia Luiza Mafra e Silva (OAB 5627/AM)
Dalton Pedrosa dos Santos (OAB 9565/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Pacheco Gonçalves (OAB 13249/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle de Jesus Oliveira dos Santos (OAB 7690/PA)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edineia Santos Dias (OAB 197358/SP)
EDMÁRIA PEDROZA (OAB 12999/RN)
Edney Martins Guilherme (OAB 670A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edvar da Silva Nunes Junior (OAB 13068/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elizabete Lucas (OAB 900.332/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 147020/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB 21974A/CE)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláuria Giselle Chaves Henriques (OAB 6692/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 20366/PE)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Iran Hudson Menezes de Carvalho (OAB 7488/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Ivana Maués Marques (OAB 4462/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Jiuliane Moura da Costa (OAB 9809/AM)
Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB 2680/MT)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Marconi Moreira Filho (OAB 9552/AM)
Juliana Inoue Mariano Araújo (OAB 261052/SP)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Karen Zadora de Amorim Lacerda (OAB 5848/AM)
Karina Cruz da Silva (OAB 322630/SP)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karinna da Costa Sabino Holanda (OAB 14547/AM)
Karla Liliany Bezerra Tavares (OAB 7450/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Loren Amorim Gomes (OAB 7553/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB 9919/AM)
Lúcio de Rezende Neto (OAB A512)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Eduardo Abreu Costa Ferreira (OAB 6698/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
MARIA LUIZA MEDEIROS ADERALDO (OAB 13680/RN)

Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 15474A/CE)
Moisés Batista de Souza (OAB 15474CE/A)
Moises Santos dos Santos (OAB 10762/AM)
Monique Mc Comb Magnani (OAB 11879/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Natan Costa Teixeira (OAB 10656/AM)
Natasha Cavalcante da Costa Martins (OAB 13091/AM)
Nathalia Louyse Magalhaes Pereira (OAB 12515/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nicolle Souza da Silva (OAB 14839/PA)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Paula Gama de Paiva (OAB 11199/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Phillippe Liberato de Oliveira Macedo (OAB 9103/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raphael da Fonsêca Ferreira de Souza (OAB 6995/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Nadais Jurela (OAB 414251/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Ruciley Tavares Vinente (OAB 8834/AM)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 46428/SP)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 723A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Shirlene Azevedo Pinto (OAB 8052/AM)
Tayana da Silva Assayag (OAB 8671/AM)
Tereza D'avila Queiroz Sampaio (OAB 11106/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB 1087A/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0291/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: MANOEL DO CARMO NEVES SILVA (OAB 284/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: RAIMUNDO DE MELO SOARES (OAB 1033/AM) - Processo 0029736-73.2003.8.04.0001 (001.03.029736-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Verifico que as partes foram intimadas para se manifestar sobre a restrição, tendo o Exequente solicitado a penhora do veículo, ao passo que o executado quedou-se silente. Defiro petição de fls. 169, determinando a penhora do veículo descrito na restrição Renajud de fls. 164. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: ALINE KEITY COUTINHO BARROS (OAB 5447/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO BARBOSA CAMINHA (OAB 11231/CE), ADV: DAYANA ARNAUD DE OLIVEIRA (OAB 6913/AM), ADV: ALDA EDNA LIMA FERRAZ (OAB 4913/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 131436/RJ), ADV: GRAZIELA FERNANDES DE MELLO BONFIM (OAB 6808/AM), ADV: JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (OAB 9446/BA), ADV: NILSON DE JESUS FERREIRA (OAB 2799/AM), ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 002.414/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0086326-36.2004.8.04.0001 (001.04.086326-4) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Jhones Correa Lima - REQUERIDA: Brasil Telecom S/A - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls.282), havendo custas pendentes, conforme Relatórios ás fls. 285. Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da causa, medida cabível conforme 523 § 1º do CPC. Intime a Requerida para efetuar o recolhimento das custas processuais pendentes. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento por atos processuais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.Memória de fls. 282 (R$135.143,57) / Cálculos de custas fls.285 (R$3.783,38 / Total R$138.926,95

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0240235-54.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 259/263, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ADELSON LIMA GONÇALVES (OAB 8175/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JOSEANE DE ANDRADE COELHO (OAB 8365/AM) - Processo 0249440-44.2010.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Intimação de: (x) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 149/152, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0265949-16.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: S.B. Comércio Ltda - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 218/221, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: RONÉLIO CARDOSO DE LIMA (OAB 6432/AM), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0614276-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosy Ane Souza Maia - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente, para: (x) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: SHISKÁ PALAMITSHCHECE PEREIRA PIRES (OAB 1029/RR), ADV: ÂNGELO PECCINI NETO (OAB 791/RR), ADV: GLENDA ALVES TAVARES DE MELLO (OAB 4218/AM), ADV: VANESSA JANNE RODRIGUES DA COSTA (OAB 6645/AM) - Processo 0615840-59.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vera Lucia Rolim da Silva - REQUERIDO: Natal Transportes LTDA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e, nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, procedo também o seguinte ato: (x) Expedição de novo Mandado de Intimação, em razão da devolução do Mandado nº 001.2019/108629-1, às fls.184, não cumprido pelo Senhor Oficial de Justiça uma vez que o endereço está fora de sua zona, consoante Certidão às fls.185.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0616033-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: RAIMUNDO DE OLIVEIRA SANTOS - REQUERIDO: Segurdora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.a e outro - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 477, § 1º do NCPC), sobre o exclarecimento do laudo pericial apresentado às fls. 159/163, conforme art. 1º, inciso XVII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0620136-17.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - Intime-se a parte Autora, por seu patrono habilitado nos Autos, para providenciar o deposito das custas referente as diligências do Oficial de Justiça, nos termos previsto do provimento nº261/2015-CGJ/AM, no prazo de dez (10) dias. Após, comprovado pagamento nos autos, expeça-se o competente Mandado, para comprimento da decisão de fls.27/28, do processo em referência. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0626300-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimar o exequente BANCO SANTANDER BRASIL S/A. Por via de seu patrono constituído nos autos, para efetuar o pagamento do boleto de fls. 225.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0629478-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por LUCINETE GUIMARÃES contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra. Condeno ainda a parte requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, restando suspenso haja vista concessão de gratuidade de justiça em favor da requerente. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0630285-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: OI MÓVEL S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerido/Executado, para: (x) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls.144/151, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM) - Processo 0632142-32.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: LUCIELI CRUZ DOS SANTOS - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO a presente ação proposta por LUCIELI CRUZ DOS SANTOS contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, em razão da ausência de capacidade postulatória da parte autora. Condeno ainda a parte requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, restando suspensa sua exigibilidade em razão da concessão do benefício da gratuidade da justiça. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JEVERSON GONCALVES FRANCA (OAB A904/AM) - Processo 0641036-21.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Liquidação - REQUERENTE: Francisca Vanuza Viana de Oliveira - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando aos autos o contrato de locação e a declaração de valores atualizados do débito de energia e água, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos

requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0643210-42.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - Defiro o pedido de fls. 69, acerca da consulta ao sistema BACENJUD, proceda-se com a consulta ao referido sistema em nome dos três executados. Na hipótese de pesquisa positiva, no Bacenjud, intimem-se as partes executadas, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do bloqueio, nos termos do art. 854, § 3º, CPC. Caso frustrado o bloqueio de valores, defiro de ofício, consulta aos sistemas RENAJUD e INFOJUD, para pesquisa de bens, ficando o exequente intimado desde já, a recolher as respectivas custas das consultas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0643435-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nota Fiscal ou Fatura - REQUERENTE: Amazon Security Ltda - SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Embargos de Declaração opostos, às fls.167/170. É latente que a pretensão dos embargos visa modificar a sentença proferida às fls. (163/164). Todavia, o Código de Processo Civil, em seu art. 1.022, enumera as hipóteses em que são cabíveis os embargos de declaração, in verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Cotejando o artigo acima e os argumentos constantes nos embargos, forçoso reconhecer a inexistência dos pressupostos, pois não se verifica qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser dirimida na Sentença de fls. (163/164). No que se refere a novel previsão legal, relacionado a possibilidade de embargos de declaração com finalidade de corrigir erro material, entendo que no caso ora em análise não se aplica. Nessa linha, Theodoro Júnior leciona que: Se o caso é de omissão, o julgamento dos embargos supri-la-á, decidindo a questão que, por lapso, escapou à decisão embargada. No caso de obscuridade ou contradição, o decisório será expungido, eliminando-se o defeito nele detectado. Em qualquer caso, a substância do julgado será mantida, visto que os embargos de declaração não visam à reforma do acórdão, ou da sentença. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 633) A decisão aponta, fundamentadamente, os pontos de convencimento deste Juízo, razão por que mantenho o entendimento nela exarado. Ademais, a rediscussão da matéria suscitada e a reavaliação de provas devem ser feitas por meio de recurso apropriado, que é apelação e não por embargos de declaração, meio impróprio para tanto. Diante do exposto, entendo que a matéria ventilada não se amolda às hipóteses do art. 1.022, do CPC, motivo por que denego os embargos de declaração opostos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0645010-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivaneide de Souza Moura - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que se abstenha de incluir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes, bem como não efetuar a interrupção do fornecimento de energia da unidade consumidora, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0653242-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Hospital Santa Júlia - REQUERIDO: J S Equipamentos Médicos e Hospitalares Eireli - CARTÓRIO EXTRA: 2º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras - 3º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras - 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras e outro - Diante do teor da Certidão de fls. 316, a matéria já foi alvo de decisão do 2º Grau, razão pela qual não cabe este Juízo tecer novas considerações sobre a questão. Considerando que fora apresentada contestação e documentos pela parte ré às fls. 189/256, intime-se a parte autora para se manifestar nos termos dos arts. 350 e 351 do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0656396-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Euclinger Silva da Costa - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Euclinger Silva da Costa contra Instituto Nacional de Seguro Social- INSS, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida a restabelecer o benefício previdenciário de auxílio-doença, a partir da data do laudo, ou seja, 20.01.2019. Havendo prestações em atraso, estas devem ser pagas de uma só vez corrigidas monetariamente desde o respetivo vencimento pelo IPCA-E,e acrescidas de juros de mora a partir da citação observando-se o índice aplicado à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97,com a redação dada pela Lei nº 11.960/09). A duração do beneficio ora reconhecido deverá seguir o que determina o artigo 62 da Lei n. 8.213/91, mas inicialmente fica determinado que seja por 12 meses, após o transito em julgado, devendo o autor passar por reabilitação neste período. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre sobre o

montante das prestações vencidas até a data da sentença (art. 85, § 3º, CPC e Súmula 111, STJ). Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM), ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM), ADV: KATIUSCIA RAIKA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5225/AM) - Processo 0657910-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paula Chã Cela - REQUERIDO: Jayme Pereira Junior e outro - Mantenho o entendimento firmado nestes autos em relação a gratuidade da justiça. Defiro, em parte, o pedido alternativo de parcelamento das custas processuais, fixando em seis (06) parcelas iguais, como autoriza o §6 º do CPC e portaria nº 490/2017 do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Intime-se. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0702510-37.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, e RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 188/191, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0717423-24.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (x) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 116/120, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0718911-14.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 173/175, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adelson Lima Gonçalves (OAB 8175/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alda Edna Lima Ferraz (OAB 4913/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 131436/RJ)
Aline Keity Coutinho Barros (OAB 5447/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Ângelo Peccini Neto (OAB 791/RR)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Carlos Antônio Barbosa Caminha (OAB 11231/CE)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Dayana Arnaud de Oliveira (OAB 6913/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Glenda Alves Tavares de Mello (OAB 4218/AM)
Graziela Fernandes de Mello Bonfim (OAB 6808/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB 9446/BA)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
Jeverson Goncalves Franca (OAB A904/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
Joseane de Andrade Coelho (OAB 8365/AM)
JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM)
Katiuscia Raika da Câmara Elias (OAB 5225/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel do Carmo Neves Silva (OAB 284/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Nilson de Jesus Ferreira (OAB 2799/AM)
Raimundo de Melo Soares (OAB 1033/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)
Ronélio Cardoso de Lima (OAB 6432/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 002.414/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
SHISKÁ PALAMITSHCHECE PEREIRA PIRES (OAB 1029/RR)
Vanessa Janne Rodrigues da Costa (OAB 6645/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0007921-40.2010.8.04.0012 (012.10.007921-3) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Petroleo Brasileiro S/A. - Petrobras - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do pagamento das custas no Juízo Deprecado (fls. 323) , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: PEDRO DE MOLLA (OAB 200708/SP), ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0036302-04.2004.8.04.0001 (001.04.036302-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: IPANEMA II - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL - Vistos etc. Observo que o ofício expedido à fl. 391 solicita a apenas a emissão de guias de ITBI. Determino que seja expedido novo ofício à SEMEF, com as informações apresentadas pelo requerente e cópia dos documentos de fls. 370-387, para pesquisa e emissão de guias de IPTU do imóvel a ser adjudicado. Deixo de aplicar multa ao agente público por ora. Intime-se a atual credora para falar sobre a petição de fl. 369, no prazo de 15 dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALMERIO FERREIRA BOTELHO (OAB 000.271/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: SIDNEY TADEU DE CARVALHO ALVES (LICENCIADO 10-11-08) (OAB 4277/AM) - Processo 0037642-12.2006.8.04.0001 (001.06.037642-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Ribeiro Metais Ferrosos LTDA - EXECUTADA: Savcor Coatings da Amazônia Ltda - Vistos etc. Intime-se a autora à atualização do valor do crédito, em 10 dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0232360-04.2009.8.04.0001 (001.09.232360-0) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Renajud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0268404-51.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: MÁRCIA DE OLIVEIRA FRÓES (OAB 5295/AM) - Processo 0316256-47.2006.8.04.0001 (001.06.316256-4) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Safmarine Brasil Ltda - REQUERIDO: Eletro - Light Com. de Materiais Eletricos Ltda. - Vistos etc. Intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0600207-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - EXECUTADO: Patricia da Silva Campos - Vistos etc. A executada não nega a dívida, nem opõe qualquer exceção à pretensão autoral, limitando-se a solicitar chamamento de devedor solidário à lide. Mantenho a audiência pautada. Intime-se o exequente a falar sobre a petição de fls. 237-240, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM), ADV: LUCIENE HELENA DA SILVA DIAS (OAB 4697/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0601944-46.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ROSIMEIRY HAYDEN DE FARIAS - REQUERIDO: Construtora Capital S/A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0602432-30.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Banco Daycoval S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0602505-02.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0602821-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: MÁRCIA CRISTINA NERY DA FONSECA ROCHA MEDINA (OAB 2247/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0604522-11.2015.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Administração judicial - REQUERENTE: TECNOKAWA DA AMAZONIA LTDA - REQUERIDA: Janete da Costa Barroso - INTSSADO: Banco do Brasil S/A e outros - Vistos etc. Passo a sanear o feito. Por primeiro, determino a intimação da requerente para fazer juntar aos autos os documentos ausentes apontados pelo Ministério Público e previstos no art. 51, II, IV,

VI e IX da LRF, no prazo de 15 dias. Verifico que a relação de credores foi juntada aos autos às fls. 34-35 e atualizada com o Plano de Recuperação juntado às fls. 657-690 e 723-724. Dado o transcurso de considerável lapso temporal, abro oportunidade para que a requerente atualize o Plano de Recuperação, caso entenda necessário, com a situação atual das dívidas, novas projeções de resultados e o que mais constar do art. 53 da LRF, no prazo de 15 dias. Após, determino a publicação de edital com as informações previstas no art. 51, §1º, da LRF. Desta publicação, correrá o prazo de 15 dias para os credores apresentarem habilitação ou divergência diretamente ao Administrador Judicial, na forma do art. 7º, §1º e 9º da LRF. Em seguida, determino que o Administrador Judicial faça publicar o edital previsto no art. 7º, §2º, da LRF, na maior brevidade possível, até o limite de 45 dias, garantido ao Administrador Judicial o livre acesso aos documentos constantes no caput do art. 7º da LRF. Após, correrá o prazo de 10 dias para impugnação da relação publicada pelo Administrador Judicial, que deverão ser autuados em apartado, na forma dos arts. 8º e 11 a 17 da LRF. Não havendo impugnação ou julgadas as impugnações interpostas, determino ao Administrador Judicial que promova a consolidação do Quadro Geral de Credores, na forma e no prazo do art. 18 da LRF, devendo a Secretaria atentar para a necessidade de intimação do Ministério Público. Contado da publicação do segundo edital de credores, previsto no art. 7º, §2º, da LRF, correrá o prazo de 30 dias para impugnação do Plano de Recuperação apresentado pela requerente (LRF 55), devendo a Secretaria atentar para a necessidade de intimação do Ministério Público. Apresentada oposição, designo Assembleia Geral de Credores a ser organizada e presidida pelo Administrador Judicial com auxílio da requerente, devendo o Administrador Judicial apresentar as informações contidas no art. 36 da LRF para publicação do edital de convocação. Neste ponto, defiro a petição de fls. 697-698 do Administrador Judicial para intimar os credores e a recuperanda, pessoalmente ou através dos patronos cadastrados nos autos, do endereço físico, eletrônico e contatos telefônicos do Administrador Judicial. Determino também sejam desentranhados os pedidos de habilitação de crédito realizados nos autos e encaminhados via e-mail ao Administrador Judicial. Fixo os honorários do Administrador Judicial em 4% sobre o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial, considerando eventual atualização do Plano de Recuperação a ser apresentado pela requerente, nos termos do art. 24, §1º da LRF. O valor será pago em 30 parcelas mensais com primeiro vencimento no dia 05/10/2019. A forma de pagamento será negociada entre requerente e administrador e informada ao juízo. As publicações dos editais mencionados acima deverão ser realizadas nos termos do art. 191 da LRF, com publicação em diário oficial em jornal de circulação local, às custas da requerente. Determino sejam intimadas as fazendas públicas, na forma do art. 52, V da LRF. Observem a Secretaria e os interessados que, nos termos do decidido no REsp 1163143/SP, na fase de verificação de créditos e de apresentação de habilitações e divergências, dispensa-se a intimação dos patronos dos credores, mesmo já constituídos nos autos, ato processual que será indispensável a partir das impugnações (art.8ºda Lei n.11.101/2005), quando se inicia a fase contenciosa, que requer a representação por advogado. (STJ - REsp: 1163143 SP 2009/0211276-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 11/02/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/02/2014). Não acolho o pedido de fls. 729-732, tendo em vista que já houve reabertura dos prazos de suspensão (stay period), sendo vedada nova suspensão. Expeçam-se ofícios para a 5ª Vara Federal (processo nº 13652-29.2017.4.01.3200) e para a 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho (processo nº 0614745-23.2015.8.04.0001), informando do processamento desta Recuperação Judicial, com cópia desta decisão. Intime-se a requerente para atender ao disposto no art. 52, IV da LRF, no prazo de 30 dias. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0606773-31.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0609100-80.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Charles Mendes Costa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Sérgio Raimundo Machado, CPF 344.429.792-00, CRM 2641AM , 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 24/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0609898-75.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM) - Processo 0609959-67.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/

AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610227-58.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (OAB A1188/AM), ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 1189A/AM), ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC) - Processo 0612724-69.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/a. - Pendente de citação, apesar das diversas medidas já tomadas para tanto. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0612755-31.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM) - Processo 0613777-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - EXEQUENTE: C. S. Paz - Vistos etc. Defiro o parcelamento das custas processuais em 6 (seis) vezes, termos do art. 98, §6º, do CPC. Remetam-se os autos à contadoria. Após, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, recolher as custas da primeira parcela, sob pena de cancelamento da distribuição, termos do art. 290, do CPC. Cumpra-se.

ADV: SHEILA FURTADO ABRAHIM (OAB 1893/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0618637-08.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: konkrex engenharia de concreto Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0619537-54.2014.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA FONTENELLE CARDOSO - REQUERIDO: BRADESCO S/A - Banco Brasileiro de Descontos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA) - Processo 0621433-30.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Defiro a consulta por endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo, através de Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0622389-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro a realização de consultas por endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo, através de Infojud, Bacenjud, Renajud, Siel e SREI, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0622797-37.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0623503-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ariana do Nascimento Castro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova

pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Sérgio Raimundo Machado, CPF 344.429.792-00, CRM 2641AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 24/09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625725-29.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0626031-27.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. O autor veio aos autos pedir reconsideração da sentença extintiva, alegando que não houve intimação em nome do seu patrono. O pedido merece prosperar. Explico. Segundo o provimento da Corregedoria, quando os habilitados no portal eletrônico possuem advogado(s) nos autos, as intimações devem ser feitas em nome destes, exceto quando for citação ou intimação pessoal. O banco autor está devidamente cadastrado no portal, no entanto, a intimação do despacho para recolhimento das custas iniciais não foi feita através do seu patrono, o que acabou gerando todo esse embrólio. Decido. Chamo o processo a ordem para me retratar da sentença extintiva prolatada às fls. 32, termos do art. 485, §7º, do CPC. Intime-se o autor, através do seu patrono, para, em 10 (dez) dias, recolher as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, termos do CPC 290. Recolhidas, façam-me conclusos para inicial. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0626978-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Campos Comércio de Calçados Ltda-me (Cia do Pé) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM) - Processo 0627027-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Reginaldo Nonato Gortz Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0627505-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Seguro Saúde S.a. - Vistos etc. Intimado a pagar os emolumentos do oficial de justiça em despacho de fls. 137/139, o autor o fez de maneira insuficiente. Este fato gerou a sentença extintiva de fls. 147 que, embora nunca publicada, foi embargada de declaração em fls. 148/152. Alega o autor nos embargos, entre outras coisas, um acordo extrajudicial. Porém, nada junta em relação a isso. Decido. Em vista da boa-fé da parte autora, acolho os embargos declaratórios, tornando sem efeito a sentença de fls. 147. Diga o exequente sobre o acordo mencionado em fls. 152, prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627853-51.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM) - Processo 0628455-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Cumpra-se.

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0628931-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Condomínio Florença Residencial Park - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: NARA NÚBIA PIRES DA COSTA (OAB 10241/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM) - Processo 0632455-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: LUCIO RIBEIRO MARTINS - REQUERIDO: Vision Clínica de Olhos Ltda - Centro Amazonense de Oftalmologia Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0632538-09.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0633668-97.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0635339-24.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LARISSA GUERREIRO MENDES (OAB 13362/AM) - Processo 0638282-43.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condomínio Edifício Antônio Simões - Defiro a justiça gratuita. Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrado o executado, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: LUIZ EVANDRO DE SOUZA (OAB 1430/AM) - Processo 0638965-80.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Ângela Maria Francia Laredo - Vistos etc. Suposto título apresentado, fls. 21-26, não tem exequibilidade, nos termos do CPC 783 e 784. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a conforme os documentos juntados, nos termos do art. 321 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM) - Processo 0640443-89.2019.8.04.0001 - Ação Civil Coletiva - Planos de Saúde - REQUERENTE: Sonia Salvo Henriques - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/ mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0640664-72.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Patricia Lisboa Crispim - CONSIGNADO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Vistos etc. Remetam-se os autos à 17ª Vara Cível da comarca de Manaus, termos do CPC 286, III. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0643249-68.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0646360-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Citem-se os requeridos para, no prazo de 3 dias, efetuarem o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrados os executados, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca dos executados 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando os executados, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão os executados opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: PÂMELA BARBOSA (OAB 11452/AM) - Processo 0646589-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alderio da Silva Rocha - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646942-89.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0647144-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A. A. da Costa Empreendimentos Ltda-me (N de A Cavalcante Júnior Com. de F. Eireli- Epp) - Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Intime-se o autor a recolher as custas postais. Devidamente pagas, remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/ mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0647218-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: João Carneiro Figueiroa - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0647832-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE:

Raimunda do Socorro Melo Goncalves - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JAIR AGOSTINHO PEREIRA PINTO (OAB 7846/AM) - Processo 0648382-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Nonato Ferreira de Souza - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA PEREIRA DE CARVALHO (OAB 13338/AM) - Processo 0648732-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Andrea Carla Rocha Alexandre - Pedido de tutela de urgência no qual a requerente alega, com documentos que instruem a inicial, que em virtude de um procedimento realizado pelo primeiro requerido Hospital São Lucas, qual seja, Aspiração Manual Intra-Uterino (AMIU), até a presente a data, vem sofrendo com problemas no útero. Mesmo tendo passado por vários médicos e feito vários exames e procedimentos, nada foi resolvido. Requer a concessão da liminar para determinar que os requeridos custeiem todo o tratamento da autora em São Paulo até a resolução da lide. É o relatório. Decido. Para a concessão das tutelas de urgência, o art. 300 do CPC exige a existência de elementos suficiente para demonstrar a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado do processo. No presente caso, não vejo atendido o requisito da probabilidade do direito. Explico. Os documentos trazidos pela autora de fato comprovam sua gravidez, bem como o óbito do embrião (fls. 27-33). Demonstram também que o procedimento cirúrgico AMIU foi realizado pelo Hospital São Lucas (fls. 48-62). Entretanto, apesar dos exames e receitas para confirmar os problemas que, segundo ela, são decorrentes da cirurgia mal realizada pelo primeiro requerido, neste momento, o nexo de causalidade entre a cirurgia e os problemas que a autora enfrenta. Ressalto que nesta decisão não estou julgando o mérito, mas apenas analisando os fatos e os encaixando com o direito pretendido, que é a tutela de urgência. O nexo de causalidade pode ser comprovado na fase instrutória, momento em que posso facilmente analisar a liminar pretendida. Assim, por agora, acautelo-me quanto à liminar. Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0651468-36.2018.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Bancários - REQUERENTE: Domingos Ferreira Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Intimem-se as partes para que digam, no prazo de 15 (quinze) dias, se há interesse em audiência de instrução e julgamento, justificando sua utilidade ao processo. Em caso negativo e dentro do mesmo prazo, que especifiquem as provas que pretendem produzir ou requeiram o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: JORGE ALBERTO SILVA DE MELO (OAB 5916/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0700335-07.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rocilda Arruda Sousa - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos etc. Cite-se o Banco Sucessor ao pagamento do valor apresentado às fls. 626/629, em 15 dias, pena dos acréscimos legais de multa e honorários. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Almerio Ferreira Botelho (OAB 000.271/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 1189A/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Jair Agostinho Pereira Pinto (OAB 7846/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
Jorge Alberto Silva de Melo (OAB 5916/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Guerreiro Mendes (OAB 13362/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciene Helena da Silva Dias (OAB 4697/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Evandro de Souza (OAB 1430/AM)
Luiz Ronaldo Alves Cunha (OAB A1188/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (OAB 2247/AM)
Márcia de Oliveira Fróes (OAB 5295/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Nara Núbia Pires da Costa (OAB 10241/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
PÂMELA BARBOSA (OAB 11452/AM)
Pedro de Molla (OAB 200708/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)

Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sheila Furtado Abrahim (OAB 1893/AM)
Sidney Tadeu de Carvalho Alves (Licenciado 10-11-08) (OAB 4277/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Valéria Pereira de Carvalho (OAB 13338/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0346/2019

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0608437-05.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: Arilene Calaço Sales - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618938-18.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Karoline Solano Martins - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627556-15.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0632117-14.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Excelência Serviços Automotivos Ltda. - ME - Raimundo Edimar Sátiro da Rocha - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado de fls. 109 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634583-83.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Jomara Antunes de Souza - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: EMERSON LUIZ MENEZES DE ARAUJO (OAB 12151/AM), ADV: PAULO EDUARDO BENJAMIM VIANA (OAB 30291/CE), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0639626-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Evanilson Pereira Lima - EXECUTADO: Vivaldo Leitão Limeira dos Anjos - Irene da Silva Santos - Retifico o ato ordinatório de fls. 127 para intimar o Executado a se manifestar sobre a petição de fls. 120/122 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0713360-53.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Luciana Nunes da Silva - ME - Luciana Nunes da Silva - Manoel Carlos Monteiro Lins da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Emerson Luiz Menezes de Araujo (OAB 12151/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Paulo Eduardo Benjamim Viana (OAB 30291/CE)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0347/2019

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0030297-20.2010.8.04.0012 (012.10.030297-4) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Sucursal da Amazônia - REQUERIDO: Centro de Ensino Superior Nilton Lins - LITSPASSIV: A & M Promoções e Publicidade Ltda. - 2R Eventos e Promoções Ltda. - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 06/11/2019, às 10:30hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: JOSÉ CARLOS MARINHO DA SILVA (OAB 001.273/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0043118-65.2005.8.04.0001 (001.05.043118-9) - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Alcina Raposo Passos - REQUERIDO: Djalma Vieira Passos Júnior - Orlando João Lázaro de Araújo Barbosa - Ante o exposto, declaro a impenhorabilidade da quantia depositada na Caixa Econômica Federal, Ag. 3902, c/c: 00020390-4, por ser conta de recebimento

de proventos, determinando o seu imediato desbloqueio. Mantenho a indisponibilidade dos valores depositados no Banco do Brasil, por não estar provado nos autos que é conta poupança. Intime-se o Devedor para provar o alegado, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM) - Processo 0208013-04.2009.8.04.0001 (001.09.208013-9) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - EXEQUENTE: El Paso Amazonas Energia Ltda. - EXECUTADA: Best Transportes Especiais Ltda. - I- Defiro o pedido de fls. 229 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM), ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM), ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM) - Processo 0211346-90.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Suelen Sarkis Paixão - REQUERIDA: Elda Cristina Facundes de Castro - Tendo em vista o lapso temporal para a intimação por via judicial das testemunhas arroladas às fls. 369/370. Determino o cancelamento da audiência designada para o dia 24/09/2019, às 11:30. Designo o dia 05 de Maio de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. À Secretaria para que proceda as devidas intimações das partes, testemunhas e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA CAXEIXA ALFAIA (OAB 7226/AM), ADV: ELMA FARIAS BORGES (OAB 7285/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0237784-80.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Lindomar Figueiredo Moda - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 156/163 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de Expedição de RPV no valor mencionado à fl. 179. Após o cumprimento da avença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM) - Processo 0320487-83.2007.8.04.0001 (001.07.320487-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Associação de Ensino Palas Atena - REQUERIDA: Dirceclides Lira da Serra - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que apresente instrumento de procuração/substabelecimento com poderes para levantamento de valores - em nome de quem deve ser expedido o alvará ordenado em sentença de fl. 135, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG) - Processo 0604582-18.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Izaias Amazonas da Silva - REQUERIDO: Via Verde Transportes Coletivos Ltda. - INTSSADO: Companhia Mutual de Seguros - PERITO: José Militão Rodrigues da Silva - Cel PM R/R - Manifeste-se o Sr. Perito acerca do pedido de redução dos honorários solicitado pela parte requerida às fls. 342/344, no prazo de 05 dias.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0608220-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Provisa Corretora de Seguros Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 07/11/2019, às 15:30hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM) - Processo 0608631-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Janaína Bastos Fonseca - DEPOSFIEL: Jones A. N. de Amaral - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 129/132 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de Levantamento de alvará judicial em nome de Marcos Ferreira, OAB/AM 11.940, consoante fl. 127. Após o cumprimento da avença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0608804-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Walquir Lopes da Cruz - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Manifeste-se o autor acerca da impugnação de fls. 222/223 dos autos, no prazo de 15 dias.

ADV: EMÁNUEL SINATRA BUÁS DE LIMA (OAB 8895/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0609050-25.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERENTE: Ricardo de Oliveira Babilônia - Regilane Miranda de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Prefeitura Municipal de Iranduba - Ex positis, e por tudo mais que consta dos autos, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por Ricardo de Oliveira Babilônia e Regilane Miranda de Oliveira, em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A, no sentido de: Condeno a 1ª Requerida ao pagamento de indenização por danos morais aos Autores, a qual fixo no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), a ser divido igualmente entre os Autores, devendo ser acrescido de juros de mora a serem contados a partir do evento danoso (art. 398, CC e Súmula n. 54 STJ), e correção monetária a partir da data de arbitramento (Súmula n. 362, STJ). Condeno a 1ª Requerida ao pagamento de pensão mensal aos Autores, iniciada a partir da data em que o filho destes completaria 14 (quatorze) anos, no valor de 2/3 do salário mínimo até a data em que a vítima completaria 25 (vinte e cinco) anos, quando deverá a pensão ser reduzida para 1/3 do salário mínimo até a data provável da vítima completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade. Condeno a 1ª Requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% do valor da condenação, com fundamento no artigo 85, § 2º, do CPC. Indefiro o pedido de concessão de tutela de urgência para determinar o pagamento de indenização por danos morais, tendo em vista a ausência de preenchimento do requisito de periculum in mora, na forma do art. 300, CPC, devendo os Autores, caso queiram, adotarem os procedimentos cabíveis para o cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na forma do art. 520 e seguintes do CPC. Reconheço a ilegitimidade passiva do 2ª Requerida, Prefeitura Municipal de Iranduba, na forma do art. 485, VI, CPC. Condeno os autores ao pagamento de honorários advocatícios ao Patrono do 2º Requerido, o qual fixo em R$ 3.000,00 (três mil reais), ficando sua exigibilidade sob condição suspensiva, ante a gratuidade judiciária concedida aos Autores (fls. 55/56), consoante a dicção do art. 98, § 3º, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ILNAH MONTEIRO DE CASTRO (OAB 2110/AM), ADV: RODRIGO SANTOS DA SILVA (OAB 10696/AM), ADV: JULIANA FERREIRA CORRÊA (OAB 7589/AM), ADV: ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS (OAB 14447/AM) - Processo 0611945-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Lediclede Silva Lima - REQUERIDO: Federação das Unimeds da Amazônia - FAMA - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 06/11/2019, às 15:30hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611976-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Ferreira Ramos - Posto isso, e tendo em vista que a Requerida não apresentou os embargos, conforme certidão de fl.52, razão por que me é forçoso aplicar o comando inserto no caput do art. 701, do NCPC, JULGANDO PROCEDENTE a pretensão da Autora, AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, para constituir de pleno direito o título executivo judicial e condenar a Requerida, RAIMUNDA FERREIRA RAMOS, ao pagamento do valor reclamado, R$ 46.560,81 (Quarenta e seis mil quinhentos e sessenta reais e oitenta e um centavos), que deverá ser legalmente corrigido, aplicando juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada fatura e correção monetária a partir da citação. Ante os efeitos da sucumbência, condeno a Requerida, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612727-92.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Helen de Souza Moral - I- Defiro o pedido de fls. 94 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: JOÃO MARCOS DE WERNECK FARAGE (OAB 16034/DF), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0613802-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Deuzelina Alves Fonseca - REQUERIDO: Laboratório Sabin de Análises Clínicas Ltda. - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 05/11/2019, às 10:30hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0613959-13.2014.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Japurá Pneus Ltda. - REQUERIDO: Camilo Mariano Mendes Monteiro - Intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: CLIVIANE LOPES DOS SANTOS MACIEL (OAB 10209/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0613998-05.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Elke Queiroz Simonette - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Banco Safra de Investimentos S/A - Homologo por sentença a desistência manifestada pela parte autora à fl. 296, com a concordância do Banco Requerido à fl. 323, para que produza os efeitos legais. Em conseqüência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de levantamento dos valores depositados, em favor do Réu. Expeça-se o competente alvará em favor do Banco, na pessoa de seu patrono, consoante solicitado. Custas e honorários de 10% sobre o valor da causa, por conta da autora, na forma do artigo 85, do Novo Código de Processo Civil, a qual fica isenta, haja vista que é beneficiária da gratuidade da justiça, consoante Decisão Interlocutória de fls. 99/102. Após, o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0614553-90.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Francisco de Assis Barbosa de Souza - Tendo em vista a certidão de fl. 256, determino a intimação do autor par dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0614915-92.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Ivone Bezerra de Lima - I. Cite-se a Devedora para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este último em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1°). III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, e a citação deste, para que ofereça, querendo, embargos no prazo de 15 (quinze) dias. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). IV. Intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas de diligências, conforme Portaria Nº 116/2017- PTJ. V. Após a comprovação do pagamento, expeça-se competente mandado. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: NATASHA CHAVES AKEL HAUACHE (OAB 9505/AM) - Processo 0621106-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rebeca Cauper Vieira - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A - PERITO: Hélio do Carmo Magalhães Neto - Defiro o pedido de perícia de fls. 240/249, nomeio o Sr. HÉLIO DO CARMO MAGALHÃES NETO, perito grafotécnico, com escritório nesta cidade, a Rua C, nº28, Conjunto Ipase, Compensa I, telefone 98415-9162, para realizar perícia grafotécnica, no sentido de constatar se a assinatura do documento de fls. 106/107 e fl. 236 é a assinatura da autora, o laudo deverá ser apresentado, no prazo de (20) dias. Haja vista que os honorários foram arbitrados em 3 (três) salários mínimos, os quais deverão ser depositados pela parte autora, no prazo de 15 dias. Intimem-se as partes na forma do art. 465, parágrafo 1º, inciso II e III, do CPC.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0622493-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S/A - REQUERIDO: Diego de Jesus - Trata-se de Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária ajuizada por Banco RCI Brasil S/A, devidamente qualificada contra Diego de Jesus, igualmente qualificada. O(a) Requerente foi intimado(a) pessoalmente para dar o regular andamento ao feito, sob pena de extinção. Todavia, deixou transcorrer o prazo legal sem qualquer manifestação. Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Amazonas, firmou entendimento no sentido de que: “Deixar de realizar os atos que lhe competiam, indispensáveis ao regular andamento do feito, acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. A extinção de processo por abandono de causa só é possível se precedida de intimação pessoal do autor para, em 5 dias, promover o andamento do processo, na forma do § 1º, do Art. 485, do CPC, sendo insuficiente a intimação somente do advogado”. (Apelação nº. 0621247-41.2016. Relatora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Órgão julgador: Primeira Câmara Cível. Data do julgamento: 17/12/2017. Data de registro: 18/12/2017). Assim, estando o processo abandonado pelo(a) Requerente por mais de 30 (trinta) dias,

e tendo esta sido intimada pessoalmente à promover o regular prosseguimento do feito, não o faz, imperioso a extinção, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: MATEUS SANT'ANA (OAB 35537/SC), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0623495-43.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Jairo M. Avelino Eireli - REQUERIDO: Soleng Engenharia Ltda. - INTSSADO: Comarca de Tabatinga/AM - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, REJEITO OS EMBARGOS opostos pela requerida e JULGO PROCEDENTE o pedido monitório, constituindo, de pleno direito, o título executivo judicial, nos termos constantes da vestibular, condenando a Requerida ao pagamento de R$ 29.090,86 (vinte e nove mil noventa reais e oitenta e seis centavos), devidamente atualizado. Condeno ainda a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0624724-77.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Alexandre Afonso Medeiros Nunes - ME - Alexandre Afonso Medeiros Nunes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0625502-71.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: L. M. da Amazônia Ltda. - Posto isso, e tendo em vista que a Requerida não apresentou os embargos, conforme certidão de fl. 70, razão por que me é forçoso aplicar o comando inserto no caput do art. 701, do NCPC, JULGANDO PROCEDENTE a pretensão da Autora, AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, para constituir de pleno direito o título executivo judicial e condenar a Requerida, L.M. DA AMAZÔNIA LTDA, ao pagamento do valor reclamado, R$ 59.486,47 (Cinquenta e nove mil quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos), que deverá ser legalmente corrigido, aplicando juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada fatura e correção monetária a partir da citação. Ante os efeitos da sucumbência, condeno a Requerida, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GLÁURIA GISELLE CHAVES HENRIQUES (OAB 6692/AM), ADV: KEITHIANE DA SILVA PINHEIRO (OAB 7948/AM), ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0627481-73.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Helder Câmara Viana - REQUERIDO: Star Lex Organização e Cobrança Ltda. (Lux Administradora de Negócios Ltda.) - Mão Dupla Comércio e Representações Ltda. (Shop do Pé) - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Ex positis, e por tudo mais que consta dos autos, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por Helder Câmara Viana em face de Star Lex Organização e Cobrança Ltda. (Lux Administradora de Negócios Ltda) e Mão Dupla Comércio e Representações Ltda. (Shop do Pé), no sentido de condenar as Requeridas, solidariamente, a indenizarem o Autor em danos morais no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), que deverá ser acrescido de juros desde a data do evento danoso (20/06/2014) e correção monetária a partir da sentença (STJ - Súmula nº 362). Defiro a tutela antecipada requerida na inicial, para determinar que os Requeridos procedam com a exclusão do nome do Autor no Primeiro Ofício de Registro de Imóveis e Protestos de Letras, relativo ao protesto objeto da lide, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada em 30 (trinta) dias-multa, na forma do art. 537, CPC. Condeno as Requeridas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do Autor, o qual fixo em 10% sobre o valor da condenação.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0629083-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ângela Pontes Macedo - REQUERIDO: HBM Assessoria de Crédito Ltda. - Heberty Batista de Moura - Reinaldo Jerônimo de Moura Júnior - Confiance Recuperadora de Crédito Eireli - ME - Núbia Terezinha Miranda de Carvalho - Cyntia Valéria Belo Pereira - Jornal A Crítica - Empresa de Jornais Calderaro Ltda. - Tendo em vista o AR recebido por terceiro de fl. 230, determino a intimação dos patronos da autora para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0629438-41.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Kalce Distribuidora de Calçados Ltda. - REQUERIDO: Souza e Fragoso Comércio de Alimentos Ltda. - ME - Trata-se de Ação de Monitória ajuizada por Kalce Distribuidora de Calçados Ltda., devidamente qualificada contra Souza e Fragoso Comércio de Alimentos Ltda. - ME, igualmente qualificada. O(a) Requerente foi intimado(a) pessoalmente para dar o regular andamento ao feito, sob pena de extinção. Todavia, deixou transcorrer o prazo legal sem qualquer manifestação. Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Amazonas, firmou entendimento no sentido de que: "Deixar de realizar os atos que lhe competiam, indispensáveis ao regular andamento do feito, acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. A extinção de processo por abandono de causa só é possível se precedida de intimação pessoal do autor para, em 5 dias, promover o andamento do processo, na forma do § 1º, do Art. 485, do CPC, sendo insuficiente a intimação somente do advogado". (Apelação nº. 0621247-41.2016. Relatora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Órgão julgador: Primeira Câmara Cível. Data do julgamento: 17/12/2017. Data de registro: 18/12/2017). Assim, estando o processo abandonado pelo(a) Requerente por mais de 30 (trinta) dias, e tendo esta sido intimada pessoalmente à promover o regular prosseguimento do feito, não o faz, imperioso a extinção, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0632205-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: Francisco Keginaldo Porfírio da Silva - R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - Tendo em vista o acordo de fls. 179/182 entabulado entre as partes, defiro o pedido de suspensão do feito até o cumprimento integral do acordo, conforme solicitado. Após, decorrido o prazo e devidamente cumprido o acordo, voltem-me os autos conclusos para homologação. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0632205-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: Francisco Keginaldo Porfírio da Silva - R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - Em cumprimento ao despacho de fls. 185.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0633297-02.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: G. W. M. Comércio Ltda. - Waldercy Taveira Mesquita - Carmem Ruth de Souza Santana - Com efeito, longe de parecer resistência aos precedentes deste Tribunal, mas, no caso concreto, a apreensão de passaporte, suspensão de carteira nacional de habilitação e bloqueio de cartões de crédito,

não tem o condão de garantir o alcance do pagamento do crédito perseguido, vez que importam em violação constitucional à direito de locomoção do Devedor (art. 5º, XV, da CF), além do que o Devedor poderá solicitar a emissão de novos cartões de crédito em substituição ao que fora bloqueado, em nítida contraposição e desproporcionalidade ao direito de crédito. Forte nessas razões, indefiro o pedido de apreensão de passaporte, suspensão de carteira nacional de habilitação e bloqueio de cartões de crédito, por manifesta violação constitucional à direito de locomoção (art. 5º, XV, da CF) e princípios fundamentais do processo de execução, dentre os quais o da responsabilidade patrimonial e o da menor onerosidade ao devedor (CPC, arts. 789 e 805).

ADV: MARIANA LEANDRO DAMACENO (OAB 38091/DF) - Processo 0634105-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Unyleya Editora e Cursos S/A (3W Educacional) - Unyead Educacional S/A (Faculdade Unyleya) - REQUERIDO: Juciane Silva dos Santos - Trata-se de Ação de Monitória ajuizada por Unyleya Editora e Cursos S/A (3W Educacional), devidamente qualificada contra Juciane Silva dos Santos, igualmente qualificada. No caso em apreço e a parte Autora não pagou a guia de recolhimento valida para esse processo, consoante certidão de fl. 60. Desta forma, por meio do despacho de fl. 65 determinei a sua intimação da Autora, na pessoa de seu advogado, para recolher as custas iniciais no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 290, CPC, sob pena de cancelamento da distribuição. Apesar de devidamente intimada a Autora permaneceu inerte, conforme certidão de fl. 68. É o relatório. Decido. Depreende-se dos autos que não houve o pagamento das custas judiciais. Dispõe o art. 290, do CPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Não obstante, insta salientar que, em que pese o mencionado artigo ser claro em dispor que a intimação será feita na pessoa do advogado, a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas já se posicionou afirmando acerca da desnecessidade de intimação pessoal da parte Autora, senão vejamos: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INTERNO - RECOLHIMENTO DE CUSTAS - INTIMAÇÃO PESSOAL - DESNECESSIDADE: - Mostra-se desnecessária a intimação pessoal do autor para que proceda o recolhimento integral ou complementação das custas processuais. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (TJ-AM 00022653120168040000 AM 0002265-31.2016.8.04.0000, Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira, Data de Julgamento: 07/05/2018, Segunda Câmara Cível) Desta feita, não há que se cogitar da necessidade de intimação pessoal da parte para que venha preparar o feito. Verifica-se, ao compulsar os autos, que a presente demanda fora proposta em 02/07/2019, no entanto, não houve, até a presente data, o recolhimento das custas, sendo de praxe a extinção do feito sem resolução do mérito com o efetivo cancelamento da distribuição, tornando-se sem efeito todos os atos e decisões judiciais prolatadas nos presentes autos. Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I c/c art. 290, do CPC, tornando-se sem efeito todos os atos e decisões judiciais prolatadas nos presentes autos. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634264-76.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Cleinaldo Batista Marinho - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052OA) - Processo 0636013-02.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Valentina Dantas de Oliveira Pinheiro - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - I. Tendo em vista a certidão de fl. 372, intime-se a Autora, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: HÉLIO YAZBEK (OAB 168204/SP) - Processo 0636019-09.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - EXECUTADO: D'jane B. Crespo - ME - I- Defiro o pedido de fls. 163/165 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0636786-18.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Raimundo Nonato Barros Pimentel Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Intime-se a Autarquia Ré para, querendo, apresente impugnação aos termos da petição de fls. 196/207, bem como, ao numerário descrito na planilha de fls. 208/213, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535, caput, CPC. Caso transcorra o citado prazo sem que haja impugnação a execução, expeça-se a competente RPV, caso o valor da condenação for igual ou inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ou, Precatório caso o valor seja acima de 60 salários mínimos, em favor da parte Autora, conforme art. 535, §3º, CPC.

ADV: RICARDO MARFORI SAMPAIO (OAB 222988/SP), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0640925-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Wilton Monteiro Sampaio - REQUERIDO: J. R. Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Hotelaria Accor Brasil S/A - Tendo em vista o item 35 do pedido de fls.647/660, bem como os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 05/11/2019, às 15:30hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: JÉSSICA SILVA DE SOUZA (OAB 10659/AM), ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0642434-42.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Hospital e Maternidade Santo Alberto - REQUERIDO: Elquimar de Nair Fialho - I- Defiro o pedido de fls. 274/275 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0646326-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: João de Deus Gomes dos Anjos - REQUERIDA: Maria Euni Taveira de Almeida Costa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648517-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Arironilson Silva Dutra - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e suas alterações. III. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. IV. Tendo em vista a portaria nº 2.183/2016 PTJ, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de soluções de conflitos CEJUSC Cível, para realização de Perícia. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 10218/AM) - Processo 0648520-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Micaelly Santana de Souza - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Indefiro o pedido de gratuidade da justiça. Posto isso, determino a intimação da autora para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0648543-33.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0641369-70.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Júlia Cristina Valério - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - À Secretaria da UPJ para autuar os presentes Embargos em apenso à Ação de Execução. Cite-se o Embargado, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Após, voltem-me os autos conclusos para decidir sobre o pedido de efeito suspensivo. Defiro a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648554-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcos Felipe Barros Azevedo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e suas alterações. III. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. IV. Tendo em vista a portaria nº 2.183/2016 PTJ, remetam-se os autos ao Centro Judiciário de soluções de conflitos CEJUSC Cível, para realização de Perícia. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0648717-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Andreia de Souza Bentes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. IV. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM) - Processo 0648752-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Bel Fix Import - REQUERIDO: Super Expresso Tarumã Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não efetuou o pagamento das custas processuais iniciais. Posto isso, determino a intimação do autor para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0648787-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Sérgio Luiz Libutti Júnior - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cliviane Lopes dos Santos Maciel (OAB 10209/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elma Farias Borges (OAB 7285/AM)
ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM)
Emánuel Sinatra Buás de Lima (OAB 8895/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Gláuria Giselle Chaves Henriques (OAB 6692/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hélio Yazbek (OAB 168204/SP)
Ilnah Monteiro de Castro (OAB 2110/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isabelle Saenz de Medeiros (OAB 14447/AM)
Jéssica Silva de Souza (OAB 10659/AM)
João Marcos de Werneck Farage (OAB 16034/DF)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Marinho da Silva (OAB 001.273/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052OA)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Juliana Ferreira Corrêa (OAB 7589/AM)
Keithiane da Silva Pinheiro (OAB 7948/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 10218/AM)
Luciana Caxeixa Alfaia (OAB 7226/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Mariana Leandro Damaceno (OAB 38091/DF)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Mateus Sant'ana (OAB 35537/SC)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Natasha Chaves Akel Hauache (OAB 9505/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Ricardo Marfori Sampaio (OAB 222988/SP)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Santos da Silva (OAB 10696/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0196/2019

ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0057931-88.2010.8.04.0012 (012.10.057931-3) - Processo de Execução - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Waldomiro Gomes Junior e outro - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0209830-98.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de fl. 268. Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0229543-83.2017.8.04.0001 (processo principal 0618989-29.2014.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata - REQUERENTE: Japurá Pneus Ltda - O presente incidente ainda não foi decidido. Por isso, não cabe o prosseguimento do feito com atos de constrição no patrimônio dos sócios. Até porque, os sócios não foram citados no processo de execução. Ora, o objetivo do incidente é justamente provar se os sócios agiram com abuso da personalidade jurídica da empresa. Assim, somente se a decisão for positiva é que os sócios serão responsabilizados com seus bens. Enquanto isso não acontecer o incidente deve ser instruídos, nos termos do art. 133 e seguintes do CPC. Dessa forma, indefiro, o pedido de bloqueio Bacenjud de fls. 82/83. Intime-se o Exequente para informar se ainda pretende prosseguir contra o sócio Werksson Carlos Nonato de Souza. Em caso positivo, deve promover a citação do mesmo, no prazo de 15 (quinze) dias. Do contrário, ao cartório para certificar quanto a revelia do sócio citado e devolver os autos á conclusão para decisão. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0250651-81.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de fl. 229. Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602356-74.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Djalma de Souza Castelo Branco - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Expeça-se Alvará conforme requerido as fls.212/215. A contadoria para cálculo de custas finais, após, intime-se o Requerido para o pagamento, conforme o cálculo da contadoria, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 09 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: EDSON TADEU LALOR DO REGO (OAB 6291/AM) - Processo 0602463-16.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Jesus Tavares de Souza - Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, acolho os embargos e, por consequência, JULGO IMPROCEDENTE a Ação Monitória e PROCEDENTE a Reconvenção para: 1) Declarar a inexistência do débito na importância de R$ 19.189,37 (dezenove mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos), referente às faturas de energia elétrica dos meses de agosto de 2015 a outubro de 2015, objetos da lide; 2) Confirmar, tornando efetiva, a liminar deferida e efetivada, consoante despacho às fls. 93; 3) Condenar o Reconvindo/Requerente a ressarcir à Reconvinte/Requerida o dobro do valor das faturas cobradas e efetivamente pagas até a data do ajuizamento da ação, na importância de R$ 23.026,30 (vinte e três mil, vinte e seis reais e trinta centavos), que deverá ser corrigido monetariamente e com a incidência de juros segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, a partir do efetivo prejuízo (súmula 43 do STJ). 4) Condenar o Requerente/Reconvindo ao pagamento de danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia que deve ser corrigida monetariamente a partir do arbitramento e acrescida de juros de mora a partir da citação. Face à sucumbência, condeno ainda o Requerente/Reconvindo ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o montante de condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC P.R.I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 2488A/AM) - Processo 0603030-81.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Tania de Almeida Lima - Vistos, Defiro o pedido de fls. 219/220. Custas já recolhidas. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM), ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 130291/SP), ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 978A/AM), ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0603873-12.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Vitória Rakelly Pinto Caldas - Katia Portilho Caldas - REQUERIDO: Itaú Vida e Previdência S.A - Vistos, Intime-se os Requerentes sobre o depósito realizado pela Requerida as fls.325/327. Considerando que o patrono da 1ª Requerida já se manifestou sobre a petição de fls 311/317, intime-se o patrono Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva, para se manifestar, uma vez que encontra-se com procuração fls.313 da requerida Kátia Portilho Caldas. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0604439-29.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro o pedido de fls. 310/311. Suspendo o feito pelo prazo de 1 (um) ano, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0605607-61.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado

para o endereço indicado de fl. 188. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0605782-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0607490-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Perdas e Danos - REQUERENTE: GIZELE SANTOS DE BRITO - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0609419-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Vera Lucia Pereira Torres - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S.a. - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, considerando a revelia do requerido (CPC, art. 355, II) . Publique-se. Decorrido o prazo sem manifestação recursal, voltem-me os autos conclusos para sentença. Manaus, 10 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JOSÉ CARLOS GARCIA PEREZ (OAB 104866/SP) - Processo 0610586-95.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Jsl Arrendamento Mercantil S.a - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0611472-02.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A. - Considerando a possibilidade de concessão do efeito modificativo aos embargos de declaração, tempestivos, opostos em fls.. Intime-se a parte embargada para que se manifeste sobre o seu teor, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 1.023, do CPC.

ADV: THAÍSA CARVALHO BATISTA FRANCO DE MOURA (OAB 8300/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0612276-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Hipoteca - REQUERENTE: José Wilson Coelho Silva - REQUERIDO: PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações - Agra Bergen Incorporadora Ltda. - Banco Santander Brasil S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0612444-40.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Mayra Cristiane Cunha da Silva - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A e outro - Vistos, Reporto-me a petição do Requerido de fls. 401/402. Nesse sentido, esclareço que a devolução do saldo remanescente já foi deferida, conforme decisões de fls. 358/361 e fls. 390, restando apenas a comprovação do pagamento das taxa referente ao ofício transferência. Sendo assim, intime-se o Executado para comprovar o pagamento da taxa referente ao ofício transferência. Após, oficie-se para transferência do valor referente ao saldo remanescente, devidamente corrigido. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM) - Processo 0613453-37.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: ANTONIO DE JESUS DE AQUINO SOUZA - Dessa forma, rejeito liminarmente a Contestação de fls. 318/321, face a impropriedade do pedido. Ademais, a existência de contrato particular de cessão de direitos não exime o Executado de suas obrigações enquanto devedor fiduciário. Intime-se o Executado para indicar bens a penhora ou justificar sua impossibilidade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0613541-02.2019.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: M.L.M. - R.H. Indefiro pedido retro. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, providenciando a citação dos requeridos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0614037-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Carlos Alberto dos Santos Sampaio - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - DISPOSITIVO Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, CONDENANDO o Requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) a CONCEDER o benefício auxílio-doença acidentário, a ser pago desde o dia seguinte a cessação, ou seja, o dia 03/09/2015, calculado na forma do art. 86, §1º da Lei 8.213/91, devendo o referido benefício ser acrescido de atualização, remuneração do capital e compensação da mora através dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/09, a partir da citação válida (Súmula 204, STJ), devendo o Autor ser submetido a programa de reabilitação, cessando a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença, apenas após a conclusão do programa de reabilitação profissional. Considerando o caráter alimentar do benefício, ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA e determino ao Réu que implante, no prazo de 30 dias, o benefício auxílio-doença acidentário em favor do Autor, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de 30 dias. O pagamento dos valores atrasados deverá ser realizado mediante RPV ou precatórios, a depender do valor. Não havendo pagamento voluntário, o cumprimento de sentença deve ocorreu consoante o art. 535 do CPC. Condeno o INSS ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 10%, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, do CPC. Não havendo, Os honorários sucumbenciais incidirão apenas sobre o valor das prestações vencidas, conforme Súmula 111 do STJ. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620207-24.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de fl. 158. Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIO CEZAR LABORDA BRAGA (OAB 14111/AM), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0621097-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Elza Furtado Abrahim - REQUERIDO: Maciel Logistica e Transportadora Ltda -me e outro - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Concedo prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Decorrido o prazo, voltem-me os autos concluso para sentença. Manaus, 10 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0622335-12.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Raimunda Santos de Souza - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Informo que não houve ordem de bloqueio do veículo oriundo deste processo. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME QUEIROZ E SILVA FILHO (OAB 18934/PB) - Processo 0622669-17.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Sociedade Nacional Beneficente dos Servidores Publicos - Sonabespe - REQUERIDO: Banco da Familia - Parana Banco - Bradesco Financiamentos - Banrisul - Banco Votorantim - Banco Bgn Cetelem - Banco Bmg - Banco Santander - Banco Sabemi - Banco Cruzeiro do Sul - BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB e outros - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Sociedade Nacional Beneficente dos Servidores Publicos - Sonabespe, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM) - Processo 0622746-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diogo Coelho de Freitas - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Nos termos do Art. 1º inciso I da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerido para que proceda ao recolhimento das custas processuais finais conforme planilha de cálculos as fls.434 , no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de Bacenjud.

ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: FERNANDO JOSÉ GARCIA (OAB 134719/SP), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0625600-61.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: PLACIBRÁS DA AMAZÔNIA LTDA. - REQUERIDO: Kabala Alimentos LTDA ME - Vistos, Indefiro o pedido de fls. 146/149, pelo curto lapso temporal da pesquisa realizada. Intime-se a parte Requerente para dar prosseguimento com o feito, no prazo de 15 (dias).

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0625917-20.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado para o endereço indicado de fl. 54. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM) - Processo 0626556-72.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Roberval Fernando dos Santos - Vistos, Defiro o pedido de expedição de carta de citação para o endereço indicado de fls. 98/101. Custas já recolhidas. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0629261-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniel Fernandes de Melo - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0629753-98.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - Vistos, Defiro o pedido de expedição de mandado para o endereço de fls. 84/85. Custas já recolhidas. Expeça-se. Cumpra-se.

ADV: JESSE JEAN OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 12016/AM) - Processo 0632326-12.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0659858-92.2018.8.04.0001) - Habilitação - Servidão - REQUERIDA: Simone Cesar Lira - Vistos, Intime-se ainda a autora, Raimunda Borba Lima, para juntar os documentos essenciais da para a propositura da ação, conforme dispõe o art.320 do CPC, sob pena de indeferimento da ação. Após, cite-se a Requerida, na pessoa dos patronos constituídos no feito principal, para manifestar-se acerca do pedido de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 690, do CPC. Suspenda-se o processo principal sob o nº 0659858-92.2018.8.04.0001 até o julgamento do pedido de habilitação e certifique-se. Apense-se aos autos principais.

ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0632574-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: Ronaldo Batista Junior - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 31/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização

das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632793-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raileno Oliveira de Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 24/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0632919-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria de Lourdes Souza - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Nos termos do Art. 1º inciso I da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerido para que proceda ao recolhimento das custas processuais finais conforme planilha de cálculos as fls. 422, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de Bacenjud.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0633127-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Alzenira Farias Pessoa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 23/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG) - Processo 0633409-39.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bonsucesso S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado para o endereço indicado de fl. 251. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM), ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM), ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM) - Processo 0634200-37.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Nejmi Jomaa Abdel Aziz - REQUERIDA: CILEIDE MOUSSALLEM RODRIGUES - Vistos, Defiro o pedido de fls. 203. Expeça-se alvará na pessoa do patrono da Requerente, conforme requerido, para levantamento do valor depositado às fls. 201/202 referente à primeira parcela do acordo firmado, mediante o pagamento das custas estabelecidas na Portaria nº 116/2017 - PTJ. Expeça-se, ainda, alvará em favor do cartório da 7ª Vara Cível para levantamento do valor depositado referente às custas finais (fls. 198/200). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634247-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Lilian Rodrigues da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 23/09/2019, a partir das 10:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634417-80.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: GLÉCIO BEZERRA DE SOUSA (OAB 13988/AM) - Processo 0635257-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Paulo Flaviano de Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes

técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 23/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MICHELLE GOMES MOREIRA (OAB 13517/AM) - Processo 0636598-49.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Fabriele da Silva Freire - Dessa forma, ao menos em sede de cognição sumária, entendo que restou comprovado os requisitos do art. 300 do CPC. Por isso, defiro, o pedido de Reintegração de Posse do veículo descrito na inicial. Expeça-se, mandado mediante o pagamento da respectiva taxa. Após, aguarde-se a audiência designada.

ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM), ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM) - Processo 0636716-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Egberto Guedes de Araújo - De acordo com o art. 1º, inciso XII do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos do art.261 do CPC, Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução da Carta Precatória.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639445-24.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Carlos da Costa Campos - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Informo que não houve ordem de bloqueio do veículo oriundo deste processo. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: WAGNER RICARDO FERREIRA PENHA (OAB 2924/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: CARLOS JOSÉ SALES DA SILVA (OAB 11882/AM) - Processo 0640769-83.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Vivecananda Porto Neto - Dessa forma, em razão da irregularidade encontrada na Notificação Extrajudicial de fls. 17/20, revogo a liminar concedida (fls. 26/27) e JULGO EXTINTO o presente feito nos termos do art. 3º, caput do DL 911/69 c/c art. 320 e art. 485, I, ambos do CPC. Por força do princípio da causalidade, condeno o autor ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa. Publique-se e intime-se

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0640991-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Pedro Lucas de Oliveira Coelho e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM), ADV: ROZILENO FERREIRA CAVALCANTE (OAB 12991/AM) - Processo 0642338-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Victor Hugo Montenegro da Costa e outros - REQUERIDO: Macedo e Crispim Ltda (Nomefantasia: Centro de Educacao Integrada Saint Exupery) - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, considerando a revelia do requerido (CPC, art. 355, II) . Publique-se. Decorrido o prazo sem manifestação recursal, voltem-me os autos conclusos para sentença. Manaus, 10 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM) - Processo 0643984-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ozilete Pimenta da Silva Neves - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos, Intime-se a parte Requerida para manifestar-se sobre a petição de fl. 329.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0644985-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deny Lourenço Gaspar dos Santos - INTIME-SE O AUTOR para pagar as custas do Oficial de Justiça. Após, EXPEÇA-SE MANDADO de Intimação para cumprimento da liminar e para comparecimento em audiência preliminar, que designo para o dia Data e Hora da Audiência Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> horas, a ser realizada na sala de audiência da 7ª Vara Cível. CITE-SE o requerido (a) para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0645810-94.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0647866-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE:

José Ricardo Bezerra de Melo e outro - R.H. A concessão da Justiça Gratuita é um benefício apenas para aqueles que não tem condições de arcar com as custas processuais. Sendo exceção dentro do sistema processual e não a regra. Tanto é verdade, que existe a possibilidade de parcelamento ou concessão da gratuidade apenas para alguns atos. Dessa forma, em caso de dúvida, o juiz deve determinar a produção de provas. Assim, determino a intimação do autor para que comprove a condição de hipossuficiente, devendo juntar aos autos declaração de imposto de renda ou comprovante de rendimentos atualizados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do benefício.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647935-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Ana Rosangela Souza Ferreira - Vistos etc. Trata-se de Ação Previdenciária decorrente de acidente do trabalho. Defiro gratuidade de justiça. Nesse caso, nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0648021-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Aguinaldo Oliveira Freitas - Me (Imperial Construções) - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Defiro a gratuidade de justiça provisoriamente que aproveitará apenas as custas iniciais. Dessa forma, intime-se o autor para pagar as despesas postais. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 101.505,55 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0648059-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joaquina Rodrigues da Silva - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. Acautelo-me quanto a concessão da tutela de urgência que poderá ser apreciada em momento oportuno. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648131-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Wilma Araujo dos Santos - Vistos etc. Trata-se de Ação Previdenciária decorrente de acidente do trabalho. Defiro gratuidade de justiça. Nesse caso, nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0648177-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Joel Francisco Cardenes Palheta - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça em razão da profissão do autor e do objeto da lide, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. Acautelo-me quanto a concessão da tutela de urgência que poderá ser apreciada em momento oportuno. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: NATASHA RODRIGUES QUEIROZ (OAB 13200/AM) - Processo 0648210-81.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: S.M.S. - R.H. Trata-se de Ação Reivindicatória com pedido de tutela provisoria para imissão de posse do Autor e pedido de tutela de evidência para expedição de mandado. Acautelo-me quanto a concessão da tutela de urgência e evidência que poderá ser apreciada em momento oportuno. Defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0648211-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei

no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0648249-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC). Intime-se o Autor para pagar as custas das despesas postais para citação da Requerida.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0648294-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC). Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM.

ADV: RAIMUNDO DA CRUZ FARIAS JÚNIOR (OAB 14186/AM) - Processo 0648406-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Francisco Holanda Leitao - R.H. A concessão da Justiça Gratuita é um benefício apenas para aqueles que não tem condições de arcar com as custas processuais. Sendo exceção dentro do sistema processual e não a regra. Tanto é verdade, que existe a possibilidade de parcelamento ou concessão da gratuidade apenas para alguns atos. Dessa forma, em caso de dúvida, o juiz deve determinar a produção de provas. Assim, determino a intimação do autor para que comprove a condição de hipossuficiente, devendo juntar aos autos declaração de imposto de renda ou comprovante de rendimentos atualizados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do benefício.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0648505-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Jose Amoedo Barroso - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648544-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elaine Araujo Soares Santos - Vistos etc. Trata-se de Ação Previdenciária decorrente de acidente do trabalho. Defiro gratuidade de justiça. Nesse caso, nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0648684-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Ramos Ferreira Filho - Vistos etc. Defiro gratuidade de justiça. Nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM) - Processo 0648718-27.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Mesquita Mendonça - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça integral. Acautelo-me quanto a concessão da tutela de urgência que poderá ser apreciada em momento oportuno. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ISAAC CAMPOS AGUIAR (OAB 14778/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0660293-66.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valcimar da Silva Gusmão - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isso posto, indefiro os pedidos da manifestação de fls. 365/367, e homologo como valor total devido, a quantia de R$ 14.080,08, conforme calculos de fls. 361. Considerando que o valor total devido já foi bloqueado, conforme Auto de Penhora de fls. 363 e protocolo de fls. 373, deixo de determinar nova ordem de bloqueio. Expeça-se Alvará referente ao valor incontroverso (R$ 12.318,45), independentemente de recurso. O levantamento do saldo remanescente dependerá do trânsito em julgado da presente decisão. Intimem-se as partes, inclusive para pagamento das custas referente a expedição de Alvará.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0707805-55.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Defiro o pedido de fls. 295/296. Suspendo o feito pelo prazo de 6 (seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art. 921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM), ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: HENRIQUE COELHO DA ROCHA GOBBI (OAB 7361/AM), ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM) - Processo 0713226-26.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Dricalute Comércio de Molduras e Quadros Ltda - ME - REQUERIDO: TIM Celular S.A - Trata-se de IMPUGNAÇÃO AO AUTO DE PENHORA de fls. 315, nos termos do art. 854, §3º do CPC, sob alegação de Excesso. In casu, o referido Auto de Penhora bloqueou a quantia de R$ 59.517,46, da conta da Executada TIM. Esta por sua vez, alega que é indevido, o valor referente a honorários advocatícios, pois estes não devem incidir sobre multa (astreintes). Ao final, requer o acolhimento da presente impugnação para reconhecer o excesso no valor de R$ 605,35. Requer ainda, Pois bem. Entendo que a impugnação é improcedente. Primeiro, porque seu único fundamento é excesso de execução, mas não junta nenhum cálculo que lastreie suas alegações. Segundo, ao observar os valores cobrados as fls. 247, não identifiquei a suposta cobrança de honorários sobre astreintes, no valor de R$ 605,35, mas tão somente, a cobrança da multa (R$30.000,00), dos honorários sucumbências calculado sobre o valor da causa (R$ 5.189,09), bem como, o ressarcimento das custas processuais (R$ 2.437,50), também fixado na sentença. Contudo, verifico a ocorrência de erro material no bloqueio de fls.315, no valor de R$ 59.517,46, quando deveria ter sido no valor de R$ 37.625,59. Tal equivoco aconteceu porque o valor objeto da execução não foi calculado em planilha, mas no bojo da petição de cumprimento de sentença (fls. 247). Além disso, a única planilha juntada pelo exequente, foi a de fls. 250, onde consta o valor de R$ 59.517,46, mas ela se refere a atualização do valor da causa

para retirar os 10% de honorários sucumbências, os quais são devidos, conforme sentença. Dessa forma, REJEITO a presente Impugnação ao Auto de Penhora. Por outro lado, reconheço de ofício, o equivoco na ordem de bloqueio. Em razão disso, homologo os cálculos do exequente na quantia de R$ 37.626,59, (trinta e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos). Consequentemente, o saldo remanescente deverá ser devolvido ao executado. Expeçam-se os respectivos alvarás, mediante a comprovação do pagamento das taxas. Exceto, o Executado, sobre o qual não será cobrado qualquer taxa.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 130291/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Hilton Gomes Pinheiro (OAB 7592/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Carlos José Sales da Silva (OAB 11882/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edson Tadeu Lalor do Rego (OAB 6291/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabio Cezar Laborda Braga (OAB 14111/AM)
FÁBIO DU SILVAN CASTRO DA SILVA (OAB 10975/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando José Garcia (OAB 134719/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Glécio Bezerra de Sousa (OAB 13988/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Queiroz e Silva Filho (OAB 18934/PB)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Coelho da Rocha Gobbi (OAB 7361/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isaac Campos Aguiar (OAB 14778/AM)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jesse Jean Oliveira Almeida (OAB 12016/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Gilson Pereira da Silva Júnior (OAB 7675/AM)
José Carlos Garcia Perez (OAB 104866/SP)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle Gomes Moreira (OAB 13517/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Natasha Rodrigues Queiroz (OAB 13200/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Raimundo da Cruz Farias Júnior (OAB 14186/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Rozileno Ferreira Cavalcante (OAB 12991/AM)
Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (OAB 9240/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thaísa Carvalho Batista Franco de Moura (OAB 8300/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 978A/AM)
Vítor Kikuda (OAB 2488A/AM)
Wagner Ricardo Ferreira Penha (OAB 2924/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0283/2019

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM), ADV: YARGO GOSZTONYL VIDAL (OAB 10415/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS (OAB 7199/AM), ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM) - Processo 0626437-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiza de Souza Alves - REQUERIDO: Associação de Pais e Mestres e Comunitários, Pré-Escolar Creche Infante Tiradentes e outros - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação (fl. 360).

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo

0626769-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, promover o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil.

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM) - Processo 0626929-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Artes de Chef Comércio e Representação de Generos Alimentícios Ltda - Me - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do CPC.

ADV: FRANCISCA VALE MATTEONI (OAB 87098/RJ) - Processo 0627032-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Luiz Carlos Alves de Lima - De ordem, fica intimada a parte autora para manifestar-se sobre a petição juntada às fls. 125/126, no prazo de 05 (cinco) dias.

Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Francisca Vale Matteoni (OAB 87098/RJ)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Paulo Rogério Kolenda Lemos dos Santos (OAB 7199/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Yargo Gosztonyl Vidal (OAB 10415/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0297/2019

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0051399-15.2002.8.04.0001 (001.02.051399-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Defiro o pedido à Contadoria para os devidos fins. Efetivado o cálculo, intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0220414-20.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0234088-80.2009.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Hizkiano Ely - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - Conforme solicitado pelo exequente às fls. 231, proceda-se à baixa definitiva e arquivamento dos autos ante o trânsito em julgado da sentença dos embargos à execução. Translade-se a petição de fls. 272-274 aos autos da execução nº 0234088-80.2009.8.04.0001, abrindo-se vista ao exequente sobre o ocorrido. Cumpra-se.

ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM), ADV: FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO (OAB 34248/SP) - Processo 0239478-60.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A - Tendo em vista que a sentença prolatada por este juízo fora anulada, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar regular prosseguimento do feito, indicando meios de satisfação do seu crédito, sob pena de arquivamento. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE ANTONIO DE LIMA (OAB 272237/SP), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0601155-37.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: L N Marques Moto Peças Ltda e outro - Chamo o processo à ordem para retificar a decisão de fls. 70, onde consta 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho passa a dispor 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Assim sendo, remetam-se a presente ação de execução de título extrajudicial, bem como os embargos à execução nº 0608060-58.2019.8.04.0001, para tramitar por conexão à ação revisional nº 0646382-84.2018.8.04.0001 na 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0601339-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: Gleusiney Silva da Cunha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0601890-70.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Compulsando os autos, observa-se que a parte executada fora citada fictamente, tendo a curadoria de ausentes apresentado defesa por negativa geral. Assim, ante a ausência de pagamento, poderá o credor dar início à fase de expropriação de bens. Isto posto, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar memória atualizada do crédito, manifestar-se sobre o que entender de direito e, em caso de diligências, efetuar o recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação da medida, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0603846-58.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, às fls. 179, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0605873-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Edwin Araújo Rocha - EXECUTADO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se

que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM) - Processo 0606693-38.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES VASCONCELOS LIMA - EXECUTADO: BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A - Defiro o pedido, proceda à secretaria para o devido desentranhamento da referida apólice de seguro. Após, arquivem-se os autos e, dê-se baixa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899/AM) - Processo 0606851-93.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A e outro - EXECUTADO: JJ Cursos Profissionalizantes Ltda e outros - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informe o valor bloqueado indicando às fls. E, por oportuno, manifeste-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho Intime-se. Cumpra-se.

ADV: IOVANE NUNES PENHA (OAB 3023/AM), ADV: LUZENILDO PEREIRA FIGUEIRA (OAB 3956/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0606907-24.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Hts - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - REQUERIDO: Instituto de Ensino Superior Brasileiro Ltda - Me - Trata-se de pedido de homologação de acordo após prolação de sentença. DECIDO. Em que pese o presente processo já ter sido julgado, não há de se olvidar o dever do magistrado de, a qualquer tempo, promover a conciliação entre as partes, conforme redação do art. 139, V, do Diploma Processual Cível, verbis: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais; Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona quanto à possibilidade de substituição da sentença previamente prolatada por acordo devidamente celebrado entre as partes, respeitando-se a autonomia das partes: PROCESSUAL CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. VIABILIDADE. 1. À LUZ DA SISTEMÁTICA PROCESSUAL VIGENTE, A SENTENÇA, AINDA QUE TRANSITADA EM JULGADO, NÃO IMPEDE A HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO SUBMETIDO PELAS PARTES À CHANCELA JUDICIAL. 2. HAVENDO COMPOSIÇÃO DAS PARTES PARA O ENCERRAMENTO DO PROCESSO, É IMPRÓPRIO COGITAR-SE DE QUALQUER EMPECILHO JUDICIAL A SUA HOMOLOGAÇÃO. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-DF - ACJ: 20130110376557 DF 0037655-80.2013.8.07.0001, Relator: EDI MARIA COUTINHO BIZZI, Data de Julgamento: 25/02/2014, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 20/03/2014 . Pág.: 344) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO REVISIONAL. DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. POSSIBILIDADE. DIREITO DISPONÍVEL. JUIZ DO FEITO É COMPETENTE PARA APRECIAR A HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO, MESMO DEPOIS DE PROLATADA A SENTENÇA. AGRAVO PROVIDO DE PLANO, COM FUNDAMENTO NO ART. 557, § 1º-A, DO CPC. (Agravo de Instrumento Nº 70059186858, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Julgado em 02/05/2014) (TJ-RS , Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Data de Julgamento: 02/05/2014, Décima Terceira Câmara Cível) Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo, fls. 285/289, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, "b" do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará. Havendo pendência em relação ao pagamentos das custas processuais, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das mesmas. Não havendo pagamento, a Contadoria deverá emitir certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2017 da CGJ/AM. Cumprido o referido acordo, proceda-se à baixa definitiva e arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO CARMO ALVES (OAB 296853/SP) - Processo 0607157-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Itau Seguros S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0608016-73.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Ante a impugnação de fls. 260-262, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ALEXANDRE ANTONIO DE LIMA (OAB 272237/SP) - Processo 0608060-58.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0601155-37.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Luiz Carlos Monteiro Marques - EMBARGADO: Itaú Unibanco S/A - Chamo o processo à ordem para retificar a decisão de fls. 152, onde consta 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho passa a dispor 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Assim sendo, remetam-se os presentes embargos, bem como a ação de execução de título extrajudicial de nº 0601155-37.2019.8.04.0001 para tramitar por conexão à ação revisional nº 0646382-84.2018.8.04.0001 na 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Cumpra-se.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0608320-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Cyntia Valéria Belo Pereira - Defiro o pedido de fls 118/120, à Secretaria para as providências. Após, expeça-se novo mandado nos termo em que requer. Realizada a citação, intime-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO PICANÇO TAKETOMI (OAB 9868/AM), ADV: ALINE DA SILVA TEIXEIRA (OAB 102427/RS), ADV: MÁRCIA MARIA DA SILVA (OAB 22104/RS), ADV: ADAM SILVA DE AZEVEDO (OAB 9745/AM) - Processo 0609468-84.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A - EXECUTADO: e S C Batista Servicos - Me - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: GYSELY TISSE GARCIA (OAB 174750/RJ), ADV: EDUARDO GUIDO FERREIRA CAVALIERI D'ORO (OAB 175468/RJ), ADV: ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES FILHO (OAB 119908/MG), ADV: MIGUEL BENTO VIEIRA (OAB 110432/MG), ADV: RODRIGO NUNES DE ABREU (OAB 157472/MG), ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM), ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: ELIZABETH SOUZA SILVA CHAVES (OAB 8991/AM) - Processo 0611483-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - EXEQUENTE: Daniel de Alencar Pontes e outro - EXECUTADO: Super Barato Total Comércio de Alimentos Ltda - Epp e outros - REQUERIDO: Companhia Brasileira de Plantações - Antônio Sávio de Oliveira Chaves - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que tome ciência da petição de fls. 791/792, e se manifeste, caso queira.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0612156-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos verifico que a parte executada fora citada fictamente, porém, tendo a curadoria de ausentes apresentado embargos à execução por negativa geral, não tendo efetivado o pagamento voluntário, conforme petição de fls. 175/176. Desta forma, intime-se o exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente memória atualizada do crédito exequendo, bem como providencie o recolhimento das custas processuais, conforme Portaria nº 116/2017. Realizadas as obrigações retro, determino o bloqueio de valores a ser efetivado em conta bancária da parte executada via BACENJUD. No mais, deve ser observado o teor da decisão inicial. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0617025-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0618945-73.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Chubb do Brasil Companhia de Seguros - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0620950-39.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Metalurgica Marlin S/A IND com Import Export - EXECUTADA: MARIA ENGRACIA FROTA - Defiro o pedido de fls 2202, proceda com a consulta via bacenjud, bem como a devida restrição. Após, intime-se a requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar bens à penhora, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0620997-08.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Everton Cesar de Oliveira da Cruz - REQUERIDO: ONIX EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA. e outro - Ante a nulidade da sentença prolatada por este juízo, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o que entenderem de direito, bem como indicarem a área de atuação do expert a ser nomeado pelo juízo visando esclarecer a controvérsia apontada no acórdão de fls. 743-749. Após, voltem-me os autos conclusos para nomeação do perito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SIMONE PATRÍCIA WANDERLEY DA SILVA (OAB 5353/AM), ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM), ADV: RENATO ALVES PEREIRA (OAB 11313/AM) - Processo 0621054-26.2016.8.04.0001 - Demarcação / Divisão - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: Demétrius Matos de Oliveira - Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Custas pagas pelo autor. Havendo pendência em relação ao pagamento das custas judiciais, intime-se a parte desistente para, no prazo de 10 (dez) dias, fazer juntada do comprovante de pagamento. Não realizado pagamento, expeça-se certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017 c/c Provimento nº 228/2014. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausênci

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM) - Processo 0621490-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, SIEL) levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0621610-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Empreitada - REQUERIDO: Carlos Raimundo Alves Pereira - Compulsando aos autos, verifico que o renunciante não juntou comprovante de comunicação de sua renúncia ao mandante, conforme determina o art. 112 do CPC. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o renunciante para que comprove a comunicação ao mandante, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0622354-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar memória de cálculo de atualização da condenação/descumprimento do acordo. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM), ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM), ADV: RENATA MACIEL SEABRA (OAB 12387/AM) - Processo 0622778-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Angelita Silva de Souza - REQUERIDO: Iresolve Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB 857A/AM), ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0627411-90.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: RAIMUNDO BATISTA DA SILVA - REQUERIDO: Lider dos Consorcios do Seguro Dpavat S/A - Expeça-se alvará em favor do exequente. No mais, cumpra-se a sentença de fls. 212. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: GYSELY TISSE GARCIA (OAB 174750/RJ), ADV: KARINA SEFFAIR DE CASTRO DE ABREU (OAB 3780/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0627685-78.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Terezina 215 - REQUERIDA: Julia Bandeira de Melo Lins de Albuquerque - Consoante se observa às fls. 51/52 as partes entabularam acordo, sendo a dívida negociada. Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Cumprido o referido acordo, proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0628562-18.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0628569-10.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Matheus Lima Soares - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls.43 recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0629866-57.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO FILHO SOBRAL DOS SANTOS (OAB 8038/AM) - Processo 0630197-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: José Inaldo Soares da Silva - José Inaldo Soares da Silva, nos autos devidamente qualificado e representada, ajuizou Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC em face de Cristiano Loureiro, igualmente qualificado nos autos. Fora determinada a emenda de sua petição inicial para adequar o procedimento utilizado, tendo este Juízo concedido prazo de 15 dias para emenda, quedando-se inerte a parte autora. Ademais, fora determinada a intimação pessoal do Requerente para dar regular prosseguimento do feito, no prazo de 15 dias, mas ainda assim quedou-se inerte. Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte José Inaldo Soares da Silva em dar prosseguimento ao presente processo, no prazo previamente estipulado, razão pela qual julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0630833-68.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bradesco S/A - Defiro o pedido de consulta via bacenjud. Em restando frustrada, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar bens à penhora, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: WALDIR GOMES FERREIRA (OAB 6648/PA), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0632220-21.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0614970-72.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Itautinga Agro Industrial S.a - Em conformidade com o art. 4º da Portaria

Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0633936-49.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos a certidão óbito do requerido. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634764-16.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão de fls 136, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM) - Processo 0635735-98.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Girlane Pessoa Brasil - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: TIAGO PIRES DE ABREU (OAB 12726/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0636290-13.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0610356-87.2018.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Nelson Wilians & Advogados Associados - REQUERIDO: Raimundo Alves de Lima - Compulsando os autos, verifico que a parte Executada não foi intimada da Decisão de fls. 12/13, tendo em vista que os patronos desta, não constam na certidão de publicação de fls. 15/16. Dessa forma, intimo a parte Executada para que tome ciência da decisão, cujo teor segue abaixo:"Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou se não tiver procurador constituído nos autos ou por edital quando, na fase de conhecimento, a citação tenha se dado dessa forma, nos termos do art. 513, §2º do CPC, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença.Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para despacho. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão processual, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte e contagem da prescrição intercorrente.Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão para fins de protesto, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins de inserir a parte executada no cadastro de inadimplentes , conforme previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se."

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0638388-39.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Ante a impugnação da realização de citação via edital, conforme fls. 230/231, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM) - Processo 0639336-15.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos recebido por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0639860-07.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: R.S.R. - Defiro a gratuidade de justiça em favor do Requerente, nos termos do art. 99, §3º do CPC. Trata-se de ação de prestação de contas. Conforme os fatos narrados e documentos apresentados, as partes firmaram contrato de cédula de crédito com bem dado em garantia, onde houve mora do Requerente e por conseguinte houve a apreensão do bem dado em garantia. Fora convertida a propriedade em favor do banco requerido para fins de alienar e abater o crédito decorrente da venda na dívida gerada pela mora do Requerente. A parte Requerente efetuou depósito de valores na ação de busca e apreensão visando purgar a mora mas não obteve sucesso. A parte Requerente tentou obter a restituição do valor depositado em juízo mas houve oposição pelo Banco Credor, assim, entendendo o Requerente que efetuou o pagamento integral do contrato objeto da lide, requer a prestação de contas visando dirimir a controvérsia e obter eventual restituição de valores. A controvérsia posta de fato requer a prestação de contas em relação à dívida oriunda contrato objeto da lide, a nota fiscal da venda do automóvel no leilão, os

depósitos efetuados na ação principal pelo devedor, bem como o pagamento do boleto indicado às fls. 39 para fins de efetivar o pagamento integral do contrato. Cite-se a parte Requerida para, querendo, prestar as contas vindicadas ou contestar a presente ação, no prazo de 15 dias. Acaso a parte Requerida efetue a juntada da prestação de contas objeto da presente ação, a parte Requerente terá o prazo de 15 dias para impugna-las de forma fundamentada e específica. Destarte, quedando-se inerte a parte Requerida quanto à prestação de contas, deverá a parte Requerente observar o disposto na segunda parte do §6º, do art. 550, do CPC. Se a parte Requerida não contestar a presente ação, observar-se- a o disposto no art. 355, do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cite-se.Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0640892-47.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - O Requerente Banco Bradesco Financiamentos S/A, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC em face de Leonardo Brandao Matos, igualmente qualificado. Visando comprovar os requisitos de conhecimento da ação, apresentou o contrato firmado entre as partes, a pretensa notificação extrajudicial e planilha atualizada onde constam as parcelas vencidas e vincendas. O juízo determinou a emenda da exordial por não entender demonstrada a notificação do devedor, requisito elencado no art. 2º, §2º do Decreto-lei nº 911/69, nos termos da decisão de fls. 51. A parte Requerente manifesta-se no sentido de suprir o requisito por protesto do contrato e intimação editalícia, conforme manifestação de fls. 54-67. É o relatório. Decido Compulsando os autos verifico que o Banco Requerente colacionou aos autos Instrumento de Protesto constante as fls. 65/66 visando comprovar a mora da parte Requerida. Contudo, uma vez que seja viável a notificação da parte Requerida por meio do referido protesto, esta medida só poderá prosperar uma vez que tomada quando esgotados todos os meios de localização do devedor para a intimação pessoal por parte do Banco Requerido. Muito embora seja responsabilidade do adquirente manter atualizado seus dados junto ao contratante, visando demonstrar sua boa-fé, é ônus do Requerente demonstrar que solicitou no ato do contrato documentos essenciais à comprovação das informações prestadas no contrato, o que não verifico no caso concreto. Da análise dos autos, verifico que houve apenas uma única notificação extrajudicial, a qual retornou negativa conforme fls. 38, onde consta como insuficiente os dados prestados, não tendo o Banco demonstrado via documento apresentado pelo Requerido no ato do contrato que as informações estão de acordo com o que consta no contrato, nem realizou nova tentativa para efetivar a notificação e comprovar a mora do Requerido. Embora seja certo que o protesto por edital possui presunção de veracidade, não existe nos autos a comprovação que foram esgotadas as vias de localização do devedor para que tal providência pudesse ter sido utilizada, uma vez que fora expedida apenas uma carta com aviso de recebimento que não demonstra o esgotamento dos meios de localização por parte do Banco. Esta Egrégia Corte de Justiça possui o mesmo entendimento acerca do esgotamento das medidas de localização do devedor, senão vejamos: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PROTESTO DO TÍTULO POR EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. I - A comprovação da mora é imprescindível para o ajuizamento da Ação de Busca e Apreensão pelo Decreto-Lei n.º 911/69, tal como preceitua o enunciado da Súmula n.º 72 do STJ. II - Só se admite o protesto da cédula de crédito bancário via edital quando comprovado que esgotados todos os meios possíveis de intimação pessoal do devedor, o que não ocorreu no caso em análise, haja vista única tentativa de notificação extrajudicial. Precedentes do STJ. III - Impõe-se a manutenção da extinção do feito, tendo em vista a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. IV - Recurso conhecido e desprovido. (TJ-AM 06029418720178040001 AM 0602941-87.2017.8.04.0001, Relator: Nélia Caminha Jorge, Data de Julgamento: 16/04/2018, Terceira Câmara Cível). (Grifo nosso). Ademais, considerando que o protesto do titulo em questão ocorreu sem que houvesse o esgotamento das diligencias para citação pessoal por parte da Requerente, restou prejudicada a comprovação da mora, bem como a concessão da liminar. Diante disso, a não comprovação da mora na presente ação revela-se hipótese de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, prevista no art. 485, inciso IV do Código de Processo Civil. Em assim sendo, JULGO EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no disposto no artigo 485, Inciso IV do Código de Processo Civil. Custas pagas pelo autor. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0641452-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que tome ciência da petição de fls. 57/97, e se manifeste, caso queira.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM) - Processo 0641815-73.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Sandra Regina de Souza Cunha - Defiro a gratuidade. Trata-se de ação de manutenção de posse com pedido de liminar. Instada a emendar sua petição com o requisitos do art. 561 do CPC, a parte Requerente não obteve sucesso em satisfazer a demonstração do preenchimento dos requisitos necessários à concessão da liminar vindicada, assim, indefiro a liminar e determino o processamento da ação pelo procedimento comum. Ademais, observa-se que o valor dado à causa não corresponde ao proveito econômico pretendido, qual seja, o próprio bem imóvel. Assim, retifico de ofício o valor da causa para R$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme documento de fls. 20. Proceda-se à alteração do valor da causa no SAJ-PG5. Tendo em vista que a parte Requerente desconhece informações do turbador, não obtendo êxito na qualificação do polo passivo, tenho por bem quebrar o rito processual e sobrestar a designação da audiência preliminar e determinar a citação por mandado, onde o meirinho diligenciará no intuito de obter os dados do(s) turbador(es). Expeça-se mandado de citação. Efetivada a citação, a presente ação tramitará pelo procedimento comum. Cumpra-se.

ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM) - Processo 0642524-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Barbosa da Silva - Defiro gratuidade da justiça. Aduz a parte Requerente que firmou contrato de empréstimo consignado, no ano de 2012, no valor de R$ 2.000,00, sendo parcelado de 36 prestações cujo somatório resultaria em R$ 7.585,32. No entanto, até a presente data, não houve cessação dos descontos, tendo sido pago até julho do corrente ano o montante de total de R$ 39.313,02. Diante disso, a parte Requerente sentiu-se lesada e veio buscar amparo às portas do Poder Judiciário para tentar solucionar o impasse narrado. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Pois bem, sem adentrar no mérito, nota-se neste momento processual, tratar-se de possível ilícito praticado pelo Banco Requerido, visto algumas práticas afrontosas ao direito do consumidor que facilmente já se pode identificar, como a venda casada, serviço não solicitado pelo consumidor e possível enriquecimento ilícito. A documentação juntada aos autos, bem como os fatos narrados pela parte Requerente, a mim apresentam-se suficiente para a concessão do benefício pleiteado. Dessa forma, defiro o pedido de antecipação de tutela, oficie-se á AMAZONPREV para que se abstenha de efetuar descontos na folha de pagamento da parte Requerente (Matrícula 000.284-4 B) intitulado " CARTÃO CREDITO", no prazo de 15 dias, até o deslinde da presente demanda, sob pena de incidir em crime de desobediência, além das responsabilização administrativa e civil do servidor encarregado pelo cumprimento da ordem judicial. Defiro a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, ante a vulnerabilidade do consumidor, bem como sua hipossuficiência técnica e econômica. Ademais, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Diante disso, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação no CEJUSC

- Cível para o dia 04/11/2019, ÀS 8h30min. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Oficie-se. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0643477-72.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo requerimento, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei e apuração de responsabilidade processual. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0644026-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Simara Ferreira da Silva - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0208679-532019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo partes requerentes diferentes e objetos diversos. Ademais, a parte Requerente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM) - Processo 0645178-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Ecilia Tavares do Nascimento - Compulsando a exordial, observo que a parte Requerente pretende a obtenção dos benefícios da gratuidade de justiça. Assim, da juntada dos documentos de fls. 16, 17 e 18, entendo suficientes as evidências do estado de insuficiência financeira, razão pela qual Defiro o beneficio de Justiça Gratuita. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, Defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente, ao elaborar sua petição inicial, não observou o preconizado pelos incisos V e VI do artigo 292 do Código de Processo Civil vigente, senão vejamos: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles. Assim, verifica-se no transcorrer da exordial o quantum dos danos morais postulados no valor de 40 (quarenta) salários mínimos, entretanto não correspondentes aos R$ 10.000,00 (dez mil reais) postulados no pedido. Ainda, observa-se um pedido liminar no decorrer da inicial que não se encontra especificado e nem no pedido. Isto posto, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificar a tutela antecipada postulada e retificar o valor da causa conforme preconizado pelo inciso (V e VI) do artigo 292 do Código de Processo Civil vigente, sob pena de indeferimento liminar do processo. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0645374-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Cerron Sajane - Compulsando a exordial, observo que a parte Requerente pretende a obtenção dos benefícios da gratuidade de justiça. Assim, da juntada do documento de fl. 22, entendo suficientes as evidências do estado de insuficiência financeira, razão pela qual Defiro o beneficio da Justiça Gratuita. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, Defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação ao dia 04/11/2019, no CEJUSC-CÍVEL, às 9h. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor, o que se verifica a partir da analise da inicial, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0645775-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de

05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo requerimento, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei e apuração de responsabilidade processual. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0646058-60.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. Sendo a parte executada citada mas não apresentado embargos, não realizado o pagamento e não encontrado bens da mesma, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Outrossim, havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação/citação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Retornado negativo o mandado/A.R., intime-se a parte Exequente para indicar endereço atualizado da parte Executada no prazo de 10 dias, procedendo-se, concomitantemente, este juízo, a consulta de novo endereço pelo sistema bacenjud, infojud, renajud e siel, acaso indicado nome da genitora. Localizado novo endereço, expeça-se Mandado de Citação. Acerca do Mandado retro e pesquisas nos sistemas conveniados, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário a intimação da parte interessada para o pagamento das diligências a serem cumpridas. Após, comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0646404-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo requerimento, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei e apuração de responsabilidade processual. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0646902-10.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE:

Condominio Amazonas - Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. Adiante, de acordo com o art. 828, caput, do CPC, determino à Secretaria que expeça certidão de que a presente execução foi admitida pelo Juízo, identificando as partes e o valor da causa, para fins de averbação à margem da matrícula no Registro de Imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos à penhora, arresto ou indisponibilidade, obstaculizando, assim, a alienação fraudulenta de bens. Deverá a parte exequente informar este Juízo, em até 10 (dez) dias da concretização da averbação, sobre os atos efetivados (art. 828, §1º do CPC). Sendo a parte executada citada mas não apresentado embargos, não realizado o pagamento e não encontrado bens da mesma, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Outrossim, havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação/citação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Retornado negativo o mandado/A.R., intime-se a parte Exequente para indicar endereço atualizado da parte Executada no prazo de 10 dias, procedendo-se, concomitantemente, este juízo, a consulta de novo endereço pelo sistema bacenjud, infojud, renajud e siel, acaso indicado nome da genitora. Localizado novo endereço, expeça-se Mandado de Citação. Acerca do Mandado retro e pesquisas nos sistemas conveniados, em conformidade com a Portaria n.º 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, faz-se ainda necessário a intimação da parte interessada para o pagamento das diligências a serem cumpridas. Após, comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0647899-90.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Roraima - Residencial Eliza Miranda - 1ª Etapa - Trata-se de pedido de Assistência Jurídica Gratuita por Pessoa Jurídica. A contrario sensu do §3º do art. 99 do CPC, fica claro que, em relação às pessoas jurídicas, é mister a comprovação da necessidade, o que vem ao encontro da jurisprudência sumulada do STJ: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais" (Súmula 481). Sendo assim, no prazo de 15 (quinze) dias, deverá a parte requerente juntar aos autos documentos que de fato demonstrem a real fragilidade financeira do condomínio. Não havendo a juntada dos documentos retromencionados, no mesmo prazo fica a parte Requerente intimada para efetuar o pagamento das custas iniciais/processuais, podendo inclusive gozar do benefício narrado na Portaria 490/2017-PTJ. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647918-96.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº 0631317-15.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, empresas executadas diversas, bem como os titulos executivos extrajudiciais diferentes. Ademais, a parte Exequente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA MARIA DA SILVA (OAB 22104/RS) - Processo 0647983-91.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A - Compulsando os autos, observo que a parte autora não efetuou a juntada da guia de recolhimento e comprovante de pagamento das custas iniciais do processo. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial com a juntada dos documentos retromencionados, sob pena de indeferimento liminar do processo. Decorrido o prazo retro, volte-me conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0648755-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Ante o pedido formulado na exordial, verifico que não há contrato que comprove a alienação do bem referido, portanto intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial com documento comprobatório com fulcro no art. 320 e art. 321 do CPC, sob pena de indeferimento liminar. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0661160-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Konica Minolta Business Solutions do Brasil Ltda - Defiro o pedido de fls 123, proceda com o bloqueio via bacenjud, efetivada a referida consulta, em restando frustrada, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar bens à penhora, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO (OAB 1644/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM) - Processo 0661935-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: M. A. de O. Santos - Me - REQUERIDO: Masa da Amazônia Ltda - Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca de eventual interesse em produção de provas complementares, devendo de plano indica-las e justificar a sua pertinência para a resolução da lide, sob pena de indeferimento liminar das mesmas. Ressalte-se que em caso de prova pericial, devem indicar a especialidade do perito a ser nomeado. Após, retornem-me os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

Adam Silva de Azevedo (OAB 9745/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB 10642/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alexandre Antonio de Lima (OAB 272237/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Aline da Silva Teixeira (OAB 102427/RS)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Antônio Sávio de Oliveira Chaves Filho (OAB 119908/MG)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Edson Silva Santiago (OAB 857A/AM)
Eduardo Guido Ferreira Cavalieri D'oro (OAB 175468/RJ)

Elizabeth Souza Silva Chaves (OAB 8991/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fábio Pereira Garcia dos Santos (OAB 4850/AM)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flavio Olimpio de Azevedo (OAB 34248/SP)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Picanço Taketomi (OAB 9868/AM)
GYSELY TISSE GARCIA (OAB 174750/RJ)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Iovane Nunes Penha (OAB 3023/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Jorge Henrique de Freitas Pinho (OAB 1644/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Karina Seffair de Castro de Abreu (OAB 3780/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luzenildo Pereira Figueira (OAB 3956/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Márcia Maria da Silva (OAB 22104/RS)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Carmo Alves (OAB 296853/SP)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
MIGUEL BENTO VIEIRA (OAB 110432/MG)
MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Filho Sobral dos Santos (OAB 8038/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renata Maciel Seabra (OAB 12387/AM)
Renato Alves Pereira (OAB 11313/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Nunes de Abreu (OAB 157472/MG)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simone Patrícia Wanderley da Silva (OAB 5353/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tiago Pires de Abreu (OAB 12726/AM)
Waldir Gomes Ferreira (OAB 6648/PA)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0302/2019

ADV: WAGNER SILVA DE OLIVEIRA (OAB 6116/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM) - Processo 0200738-52.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0623329-16.2014.8.04.0001) (processo principal 0623329-16.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Cédula de Crédito Rural - EMBARGANTE: Algéria Israel Portela - EMBARGADO: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - Considerando o teor da certidão de fl. 170, expeça-se novo mandado com as alterações necessárias para seu cumprimento.

ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM) - Processo 0222859-55.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0209194-69.2011.8.04.0001) - Embargos à Execução - Obrigações - EMBARGANTE: L.G. Eletronics da Amazônia Ltda - EMBARGADA: Overseas Factoring Fomento Mercantil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0241070-42.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0244354-63.2008.8.04.0001 (001.08.244354-9) - Execução de Título Judicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Com efeito, determino a suspensão do processo ou manutenção desta, caso determinada anteriormente, na forma do art.921,§1º do CPC. Na hipótese de esgotamento do prazo de suspensão, arquivem-se os autos, desde logo, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0248632-05.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Com efeito, determino a suspensão do processo ou manutenção desta, caso determinada anteriormente, na forma do art.921,§1º do CPC. Na hipótese de esgotamento do prazo de suspensão, arquivem-se os autos, desde logo, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0268411-43.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às despesas de processamento eletrônico, para cada consulta almejada (BACENJUD, RENAJUD, SIEL e/ou INFOJUD), tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após comprovação do recolhimento das custas das diligências requeridas determino que: Requisite-se por meio do Sistema RENAJUD, informações acerca da existência de bens móveis em nome do requerido. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos bens, para fins de transferência. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: MARA LÚCIA ANTONY (OAB 598/AM), ADV: ERIK DINIZ FIGUEIRA (OAB 6425/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: ALCIDES ANDRADE (OAB 6377/AM) - Processo 0600864-13.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Erik Diniz Figueira - RUBEM AFONSO ROCHA FIGUEIRA e outros - REQUERIDO: RUBEM ANDRÉ SILVA FIGUEIRA e outro - R.H. Intime-se o réu para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o abandono do feito por parte dos autores, tudo com base no §6º do art. 485 do CPC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0602902-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: JANDER LÚCIO GONÇALVES LOUREIRO - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 290 a 397, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0603275-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei ou apresente o acordo conforme informado à fl. 80. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM) - Processo 0604881-53.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Tendo em vista o incumprimento injustificado do mandado de nº 001.2019/066202-7 remetido à Central de Mandados há mais de 04 (quatro) meses por este juízo, determino o CANCELAMENTO do referido expediente e a comunicação da Corregedoria Geral de Justiça para fins de apuração de eventual responsabilidade administrativa no desempenho das funções do(a) Oficial(a) de Justiça e/ou do(s) servidor(es) da Central de Mandados. Outrossim, expeça-se um novo mandado nos mesmos moldes do já emitido, e para dar prosseguimento ao feito sem que haja prejuízo a parte, utilize-se as mesmas custas já pagas. Cumpra-se.

ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0605426-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Thelmir Postigo de Albuquerque - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consórsio Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.383/386, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM), ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM) - Processo 0607851-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Edmilson de Souza Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: GIOVANNA CASTELLUCI (OAB 14478/MS), ADV: KAIRA BANAR PLEUTIN (OAB 18762/MS) - Processo 0607989-56.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc... Verifico que a parte autora não apresentou documento indispensável a propositura da ação de busca e apreensão, qual seja, a constituição em mora do devedor em momento anterior ao ajuizamento da ação. Haja vista não ter juntado notificação extrajudicial assinada pela parte requerida, e ter juntado instrumento de protesto datado no dia 11/03/2019, sendo que a ação fora ajuizada no dia 19/02/2019. Ex vi, enunciado 72 do STJ: " A comprovação da mora é imprescindível a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente." APELAÇÃO CÍVEL - BUSCA E APREENSÃO - COMPROVAÇÃO DA MORA - NOTIFICAÇÃO POSTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - MORA NÃO COMPROVADA - SENTENÇA MANTIDA. Em ação de busca e apreensão, com fulcro no Decreto-Lei 911/69, faz-se necessária a comprovação da constituição em mora do devedor, que deve ser realizada antes do ajuizamento da demanda, e a demonstração da respectiva entrega, ainda que esta não seja feita, pessoalmente. (TJ-MG - AC: 10000170489207001 MG, Relator: Alberto Diniz Júnior, Data de Julgamento: 02/08/2017, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL. Data de Publicação: 10/08/2017) Ante o exposto, indefiro a inicial por ausência de pressuposto válido e regular do processo, ex vi do art. 485, IV e 330 do Código de Processo Civil. Custas pelo demandante. Arquivem-se os autos com baixa nos registros. P.R.I.C

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0609046-12.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em não havendo comprovação de pagamento das custas da diligência, no prazo estabelecido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Em havendo comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 89. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM) - Processo 0610183-34.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Pneu

Forte Ltda. - Defiro o pedido de fls. 140 da parte exequente, de consulta Renajud e BacenJud sobre a existência de ativos em nome da pessoa física do empresário individual. A atividade empresarial pode ser desenvolvida por pessoa natural (empresário individual) ou pessoa jurídica (sociedade empresária). No caso do empresário individual não existe separação patrimonial, respondendo com todos seus bens (responsabilidade direta e ilimitada) pelo risco do empreendimento. Neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL. REDIRECIONAMENTO. 1. A controvérsia cinge-se à responsabilidade patrimonial do empresário individual e as formalidades legais para sua inclusão no polo passivo de execução de débito da firma da qual era titular. 2. O acórdão recorrido entendeu que o empresário individual atua em nome próprio, respondendo com seu patrimônio pessoal pelas obrigações assumidas no exercício de suas atividades profissionais, sem as limitações de responsabilidade aplicáveis às sociedades empresárias e demais pessoas jurídicas. 3. A jurisprudência do STJ já fixou o entendimento de que "a empresa individual é mera ficção jurídica que permite à pessoa natural atuar no mercado com vantagens próprias da pessoa jurídica, sem que a titularidade implique distinção patrimonial entre o empresário individual e a pessoa natural titular da firma individual" (REsp 1.355.000/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 20/10/2016, DJe 10/11/2016) e de que "o empresário individual responde pelas obrigações adquiridas pela pessoa jurídica, de modo que não há distinção entre pessoa física e jurídica, para os fins de direito, inclusive no tange ao patrimônio de ambos" (AREsp 508.190, Rel. Min. Marco Buzzi, Publicação em 4/5/2017). 4. Sendo assim, o empresário individual responde pela dívida da firma, sem necessidade de instauração do procedimento de desconsideração da personalidade jurídica (art. 50 do CC/2002 e arts. 133 e 137 do CPC/2015), por ausência de separação patrimonial que justifique esse rito. () (REsp 1682989/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 09/10/2017). (grifei). Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove o recolhimento das custas para requisição de informações por meio eletrônico, nos termos do item 9 da tabela III da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. No mesmo prazo, deverá a parte interessada juntar planilha atualizada de débitos. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas e da planilha de débitos atualizada, requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACEN JUD, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome de JAILSON SILVA LIMA, CPF 489.652.943-04. na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Caso a pesquisa resulte em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0611118-40.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco - Vistos, Indefiro o pedido de fl. 180, pois o prazo solicitado é excessivo. Intime-se o requerente para que manifeste quanto a conversão da ação em execução ou promova a citação no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0611715-43.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Indefiro o pedido de citação por carta, pois a medida não se alinha ao procedimento da busca e apreensão. Intime-se o requerente para que recolha as custas para expedição de mandado no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0612223-18.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0613310-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marlinda dos Santos Pedrosa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos apresentados às fls. 77/97 e 98/101.

ADV: LUCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM) - Processo 0615573-14.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compromisso - EXEQUENTE: Sonia Margareth Coutinho Batista de Paula e outros - EXECUTADO: Pinheiro e Pinheiro Com. Mat. Pint. Ltda e outro - O art. 1º, §2º da Portaria nº

2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício nº 1293/2019 e decisão de fl. 135, remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617299-62.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: DANIEL RABELO DE MELO (OAB 9816/AM), ADV: FRANCISCO RODRIGO DE MENEZES E SILVA (OAB 9771/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0619404-41.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Alex da Silva Almeida - REQUERIDO: Allphotos Atividades de Fotografias Ltda - Loja Super Book e outro - Ante o exposto, na ação movida por Alex da Silva Almeida contra Allphotos Atividades de Fotografias Ltda - Loja Super Book e Wesley Fotografia representada por Wesley Rezende de Andrade, confirmo a antecipação de tutela já deferida, declaro inexigível o débito de R$ 2.065,00 (dois mil e sessenta e cinco reais), tornando definitiva a baixa ns protestos realizados pelos motivos expostos na inicial. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO de indenização por danos materiais, determinado que a parte ré a pagar à parte autora a quantia de R$ 220,32 (duzentos e vinte reais e trinta e dois centavos), com incidência de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC), calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de indenização por danos morais e condeno a parte ré a pagar à parte autora a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com incidência de correção monetária, a partir dessa sentença (Súmula 362 do STJ), e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC), calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno a parte ré ao pagamento de custas, vez que o autor decaiu em parte mínima do pedido, e honorários advocatícios, estes fixados em 15% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) - acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou diretamente pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0620140-25.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Manifeste-se a parte autora quanto a possível perda do objeto da ação em razão do leilão do veículo (fl. 140).

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0624211-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcio Ltda. - Esclarecimento quanto a certidão de fl. 46 prestado à fl. 54 pelo oficial de justiça. À secretaria para que certifique quanto eventual apresentação de defesa pela requerida. Após, façam-me os autos conclusos.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0624815-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Determino o desbloqueio do veículo objeto da lide, com base no art. 3º, § 9º do Decreto-Lei 911/69, uma vez que foi cumprida a liminar de busca e apreensão.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626336-45.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: MARIVALDO VIANA SIQUEIRA - Vistos, Reporto me à petição de fls. 214 na qual o Requerente concorda com os cálculos apresentados pelo Réu e pede a expedição de RPV. Homologo os cálculos apresentados às fls. 184/186, tendo em vista aceitação do Requerente (fls.214). É certo

que o pagamento das parcelas vencidas deve ocorrer mediante precatório ou RPV, consoante o montante devido seja superior ou inferior a 60 salários mínimos (Lei 10.259 de 2001), nos termos do art. 100, caput e § 3º da Constituição Federal, porquanto se trata de execução contra a Fazenda Pública. Expeça Requisição de Pequeno Valor (RPV), nos termos do art. 46.º da Resolução nº 03/2014 do TJAM para pagamento da quantia indica. Após, oficie-se a entidade devedora (INSS) a fim de que deposite a importância devida, através de DJO (Depósito Judicial Ouro) junto à Caixa Econômica Federal, Agência 3205, no prazo de 02(dois) meses, nos termos do art.535, §3º, II, do CPC. Desde já autorizo a expedição de alvará/ofício de transferência caso haja depósito dos valores, devendo ser destacadas as verbas referentes aos honorários contratuais. Após, arquivem-se. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626786-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Renata Maia Monteiro - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS) - Processo 0627608-45.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em havendo comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 304. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: LEONARDO CAVALCANTE DA SILVA (OAB 13548/AM), ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM) - Processo 0627967-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eduardo Martins Michiles da Silva e outro - REQUERIDO: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 737/756, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0629871-74.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0633056-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rcl Comércio de Produtos Alimentícios - R. H. Nos termos do que dispõe o artigo 248, §1º do CPC/2015, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Nestes termos, para se ter como válida a citação não basta a simples entrega da carta no endereço do réu, com recebimento por outrem, uma vez que a lei não se contenta com simples presunção da ciência inequívoca do réu citando, acerca dos termos e atos da ação que lhe é movida. Isso porque, o ato processual da citação afigura-se como a base da instauração da relação jurídica processual, e como corolário, do julgamento da causa, traduzindo providência necessária à realização do princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo imprescindível à constituição e desenvolvimento válido do processo. Partindo dessa premissa, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. A teor do exposto, restando verificado que o AR não foi entregue na pessoa do suplicado, sendo assinado por terceiro estranho à lide, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça. Intime-se o Requerente para que recolha as custas referentes ao ato no prazo de 05 (cinco) dias. Após a comprovação do pagamento das custas das diligências do Oficial de Justiça pelo interessado, expeça-se o referido mandado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0634226-98.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - AUTOR: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313/AM) - Processo 0634777-15.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Intime-se o requerente, na pessoa de seu Patrono pelo DJE e pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM) - Processo 0635248-31.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0635537-95.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - Intime-se o requerente, na pessoa de seu Patrono pelo DJE e pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 10011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636886-65.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em não havendo comprovação de pagamento das custas da diligência, no prazo estabelecido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Em havendo comprovação do

pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 119. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: CAROLINE PEREIRA DA COSTA (OAB 5249/AM), ADV: RODRIGO BENEVIDES DE CARVALHO (OAB 139494/SP) - Processo 0637225-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Representação comercial - REQUERENTE: Florença Comércio e Representações Ltda - REQUERIDO: Regina Indústria e Comércio S/a. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que juntem os quesitos a serem arguidos na oitiva das testemunhas a ser deprecada, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM) - Processo 0639069-14.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Imputação do Pagamento - REQUERENTE: ELIZETE DE VASCONCELOS CAMPOS e outro - REQUERIDO: Janayna Castro de Vasconcelos - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: AMANDA DIAS SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 12445/AM) - Processo 0639516-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Celina Figueiredo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIO FERNANDES DA COSTA JUNIOR (OAB 2605/AM), ADV: ERICK DREAN PEREIRA DA COSTA (OAB 7746/AM) - Processo 0640171-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Rafael Lins Bertazzo e outro - R.H. Cite-se a parte requerida por edital, tendo em vista que ignorado seu paradeiro, na forma do art. 256, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, II do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único. Cumpra-se.

ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM) - Processo 0643879-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Defiro o pedido de parcelamento da custas iniciais em 6 parcelas mensais e sucessivas. Intime-se o requerente para que comprove o recolhimento da primeira parcela no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, voltem-me conclusos para deliberação.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE), ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 974A/AM) - Processo 0644790-05.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - Intime-se o requerente para que adote as medidas necessárias para citação do requerido no prazo de 10 dias, sendo a inércia interpretada como desistência do recurso interposto às fls. 32/48.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0645108-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Samara Benarda da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - R.H. Tratam, os presentes autos de ação para conversão de benefício previdenciário par acidentário e posterior concessão de aposentadoria por invalidez. Foi realizada perícia médica por ser indispensável para o deslinde do caso, laudo às fls. 67/69 e complementação às fls. 153/157, que apontou não ser caso de invalidez oriunda de acidente de trabalho. Compulsando os autos, verifico, também, que a CAT não foi juntado aos autos. Pelas regras de competência, casos de auxílio doença e sua conversão em aposentadoria são decididos pela Justiça Federal.Consoante dispõem os arts.108,IIe 109, I, ambos da Constituição Federal, é da competência da Justiça Federal julgar por seus tribunais os recursos das causas que tratem de matéria federal. Também nesse sentido a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAL E FEDERAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CAUSA DE PEDIR QUE REVELA A NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DA POSTULAÇÃO, E NÃO ACIDENTÁRIA. VARA DISTRITAL. COMARCA SEDE DE VARA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. Na forma dos precedentes desta Col. Terceira Seção, "É da competência da Justiça Federal o julgamento de ações objetivando a percepção de benefícios de índole previdenciária, decorrentes de acidentes de outra natureza, que não do trabalho. In casu, não restou comprovada a natureza laboral do acidente sofrido pelo autor." (CC 93.303/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/10/2008, DJe 28/10/2008). Ainda no mesmo sentido: CC 62.111/SC, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/3/2007, DJ 26/3/2007, p. 200. 2. Ainda em acordo com a posição sedimentada pelo referido Órgão, "Inexiste a delegação de competência federal prevista no 109, § 3º, da CF/88, quando a comarca a que se vincula a vara distrital sediar juízo federal. Inaplicabilidade, na espécie, da Súmula nº 3/STJ (Precedentes da 1ª e 3ª Seções desta e. Corte Superior)." (CC 95.220/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/9/2008, DJe 1º/10/2008). 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no CC 118.348/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 29/02/2012, DJe 22/03/2012) Desta forma, com arrimo no artigo 64, § 1º do Código de Processo Civil c/c artigo 109, I da Constituição Federal, reconheço a incompetência absoluta deste Juízo para o julgamento da causa e DETERMINO, via de consequência, a remessa dos presentes autos a uma das Varas da Justiça Federal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0645163-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Jose Medina Dicuru - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0647965-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Jeppson de Oliveira Lira - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular

a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: FRANK WILLIAMS DE VASCONCELOS MENEZES (OAB 14481/AM) - Processo 0647970-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: E.F.S. - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: NINA BRANDAO SIQUEIRA (OAB 9012/AM) - Processo 0648094-75.2019.8.04.0001 - Habilitação - Crime Culposo - REQUERENTE: Nina Brandao Siqueira - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0648127-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fabiana Taveira da Silva - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648160-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Rejeane Jeferson Barros - Defiro o pedido de justiça gratuita para a parte Autora. Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de 15 de dezembro de 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, determino: 1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015 (http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060), devendo CEJUSC, agendar a referida perícia com um dos médicos especialistas em medicina do trabalho conveniados; 2 - A nomeação de perito médico, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil. 4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais). 5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência. 6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. 7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC). 8- A Citação da requerida, por comunicação eletrônica do presente despacho, dando-se ciência que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344;

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0648164-92.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos

aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: DANIELLY P. GALVÃO DA C. MARQUES (OAB 4007/AM) - Processo 0648203-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lucilene Rodrigues Gonçalves - Vistos, Exsurge da análise do negócio avençado entre as partes que se trata de contrato de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel e Financiamento Imobiliário. Na espécie, a excepta em sua manifestação ventila matéria imbricada ao mérito da lide, sem atentar, entretanto, para o nítido cunho processual gizado no incidente vertente. Logo, para a escorreita aplicação da regra de competência em razão do lugar, mister é que se observe o foro eleito pelas partes, conforme determina o instrumento particular de fls. 43 dos autos principais. Isso posto, DECLINO DA COMPETÊNCIA e determino a remessa dos presentes autos para um dos Juízos da Comarca de Iranduba/AM. Proceda-se à baixa na distribuição do feito. Cumpra-se.

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0648208-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Karleson Albuquerque da Silva - Da análise dos presentes autos, observo que o Autor atribuiu à causa o valor correspondente a R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Entretanto, na espécie, o Código de Processo Civil, em seu artigo 292, que trata do valor da causa, preceitua em seus incisos II e V que o valor da causa na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, é o valor do ato ou o de sua parte controvertida, bem como constará da petição inicial e será na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, conforme é o presente caso, o valor pretendido. Assim, na ação em que se pleiteia alguma indenização por danos morais e a inexibilidade de valores, deve o postulante estipular a soma do que entende fazer jus, fazendo constar o montante dessa pretensão no valor a ser dado à causa. Justo por isso, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, alterar o valor da causa, adequando-a ao proveito econômico almejado, com a respectiva complementação do pagamento das custas, em razão da alteração do valor da causa. Após, retornem-me os autos conclusos visando despacho inerente ao tipo de ação. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA PINTO DOS SANTOS (OAB 4025/AM) - Processo 0648284-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene da Silva Pereira - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrocinálo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM) - Processo 0648369-24.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: L P A de Souza - Me (Tubarão Rent A Car) - Nos termos da Súmula 481 do STJ (Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais), comprove a parte autora, no prazo de 15 dias, a impossibilidade de arcar com os encargos processuais por meio de documentos idôneos como balanço patrimonial anual e balancete atual, demonstrando saldos do ativo e passivo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA AMARAL TOLEDO (OAB 148847/SP) - Processo 0648490-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Micromedical Implantes do Brasil Ltda. - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0648534-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jorilano Cavalcante Xavier - Prima facie, no que concerne à antecipação dos efeitos da tutela, tenho que a medida não pode ser concedida, porquanto ausente o requisito da verossimilhança das alegações. Isso porque os documentos atestados à inicial não são suficientes para ilidir a presunção de veracidade de que é revestida a avaliação médica realizada pelo corpo de profissionais à disposição do INSS. Assim, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Defiro o pedido de justiça gratuita para a parte Autora. Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de 15 de dezembro de 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, determino: 1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015 (http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060), devendo CEJUSC, agendar a referida perícia com um dos médicos especialistas em medicina do trabalho conveniados; 2 - A nomeação de perito médico, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil. 4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais). 5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência. 6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. 7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC). 8- A Citação da requerida, por comunicação eletrônica do presente despacho, dando-se ciência que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344;

ADV: RICARDO TAVARES DE ALBUQUERQUE (OAB 5092/AM) - Processo 0648587-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - AGRAVANTE: Leonardo Leao Costa - Vistos, A parte autora pede tutela provisória ao argumento de que teve seu nome (pessoa física) protestado indevidamente pela ré e, em razão disto, vem sofrendo prejuízos em sua empresa (Rio Negro Queen). Intime-se o autor para que,

no prazo de 15 dias (art.321, CPC), emende a inicial juntando aos autos documentação que comprove ser sócio da aludida pessoa jurídica, sob pena de restar prejudicada a análise da tutela provisória. Após, voltem conclusos. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0648600-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - A teor do exposto, determino que o requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial colacionando aos autos cópia de notificação extrajudicial expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos, com o devido recebimento da parte devedora, ou protesto, anteriores ao ajuizamento da ação, sob pena de seu indeferimento, com fulcro no parágrafo único do artigo 321 do Código de Processo Civil.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0648640-33.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Gerson Maciel Bonete - Vistos, Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJ-PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº. 0640267-13.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, este processo não guarda nenhuma relação com o anterior, tendo, inclusive, parte passiva e objetos diferentes. Saliento, ainda, que nem o autor da ação pleiteou pela distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não existe conexidade entre as demandas a ensejar a reunião dos processos em questão, nos termos do art 286, I, do CPC Ante o exposto, reputo inexistente a conexidade entre as demandas e determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0648751-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Usufruto - REQUERENTE: Alexandre Mosca Ferreira - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0649155-05.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REPTANTE: Raimunda Rodrigues Avelino - TERCEIRO I: Bradesco - Agência 3715, N° 237 - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição 140/141, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: JULIANE DOS SANTOS SIMÕES PEREIRA (OAB 7624/AM) - Processo 0652238-29.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Labela Indústria e Comercio de Alimentos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0703455-24.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Com efeito, determino a suspensão do processo ou manutenção desta, caso determinada anteriormente, na forma do art.921,§1º do CPC. Na hipótese de esgotamento do prazo de suspensão, arquivem-se os autos, desde logo, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0713782-28.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove o recolhimento das custas para requisição de informações por meio eletrônico, nos termos do item 9 da tabela III da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. No mesmo prazo, deverá a parte interessada juntar planilha atualizada de débitos. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas e da planilha de débitos atualizada, requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACEN JUD, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Caso a pesquisa resulte em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO ALVES GOMES (OAB 6801/AM), ADV: GERALDO ALBUQUERQUE DA MATA (OAB 1394/AM) - Processo 0715733-57.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte

exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

Alcides Andrade (OAB 6377/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Dias Simões de Oliveira (OAB 12445/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Caroline Pereira da Costa (OAB 5249/AM)
Daniel Rabelo de Melo (OAB 9816/AM)
Danielly P. Galvão da C. Marques (OAB 4007/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Erick Drean Pereira da Costa (OAB 7746/AM)
Erik Diniz Figueira (OAB 6425/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Francisco Rodrigo de Menezes e Silva (OAB 9771/AM)
Frank Williams de Vasconcelos Menezes (OAB 14481/AM)
Geraldo Albuquerque da Mata (OAB 1394/AM)
GIOVANNA CASTELLUCI (OAB 14478/MS)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João Alves Barbosa Filho (OAB 974A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Juliana Amaral Toledo (OAB 148847/SP)
Juliane dos Santos Simões Pereira (OAB 7624/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Kaira Banar Pleutin (OAB 18762/MS)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Leonardo Cavalcante da Silva (OAB 13548/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lucio de Rezende Neto (OAB 512a/AM)
LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 10011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Mara Lúcia Antony (OAB 598/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mario Fernandes da Costa Junior (OAB 2605/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nina Brandao Siqueira (OAB 9012/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Raimundo Nonato Alves Gomes (OAB 6801/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Ricardo Tavares de Albuquerque (OAB 5092/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Pinto dos Santos (OAB 4025/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Araújo Rebelo Albuquerque (OAB 12324/AM)
Rodrigo Benevides de Carvalho (OAB 139494/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wagner Silva de Oliveira (OAB 6116/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0202/2019

ADV: PAULO AUGUSTO GRECO (OAB 119729/SP), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM), ADV: ROSELI MORAES COELHO (OAB 173931/SP), ADV: NARA DAMACENO FENOCCHI (OAB 282877/SP) - Processo 0214977-76.2010.8.04.0001 (001.10.214977-2) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Videolar S.A - REQUERIDA: VZ Multimídia, Imp e Exp, Comércio, Dist. e Editora Ltda - Factor Way Fomento Mercantil Ltda e outros - Ante o exposto, defiro o pedido de citação por edital da primeira Requerida VZ Multimídia, Importação e Exportação, Comércio, Distribuição e Editora LTDA formulado às fls. 479/480 por prazo de 30 (trinta) dias, na forma do art. 256, II e 257, CPC. Advirto que em hipótese de revelia, será nomeado curado especial, na forma do art. 257, IV. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM) - Processo 0222337-52.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Dissolução - REQUERIDO: Associação de Saúde São Sebastião - Vistos, Indefiro o pedido de justiça gratuita formulado pela Associação Requerida, em razão da ausência de comprovação de sua alegada hipossuficiência econômica-financeira. De outra banda, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior

dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do CPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO HACKMANN RODRIGUES (OAB 18660/RS), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM), ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM) - Processo 0600249-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cleonice Gonçalves Segadilha - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Em análise dos autos, observo que na decisão saneadora de fls. 99/100 determinou o juízo, de ofício, ocorresse a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 3 (três) salários mínimos. Considero por elevada a quantia pretendida pelo expert, diante do patamar médio de perícias similares, razão pela qual em obediência ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, arbitro os honorários periciais nos autos no valor de 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 465, §3°, do CPC. Considerando o valor do salário mínimo vigente, cabe ao Requerido o pagamento de R$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), montante que determino deposite em juízo no prazo de 15 (quinze) dias. No que pertine ao Autor, observo que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual o pagamento da verba honorária deve acontecer nos moldes da Portaria n° 1.233/2012 DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. Na sequência, designo audiência para colhimento de assinatura(s) ao vindouro dia 07/11/2019, às 10:30 horas. Por derradeiro, determino que o Requerido proceda ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600550-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Em análise ao petitório de fls. 124/125, determino que se intime o Exequente a fim de esclarecer em prazo de 15 (quinze) dias sobre se pretende promover o cumprimento definitivo de sentença no que pertine aos honorários advocatícios ou que ocorra a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano. Int. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: RONNY PETERSON BAIMA PICANÇO (OAB 6175/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0602384-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: OCIONE ARMINDO DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Vistos, Determino que se oficie à Caixa Econômica Federal, a fim de que informe sobre o extrato dos depósitos de fls. 187 e 188; ou seja; sobre quem teria ultimado referidos depósitos e o valor inicialmente depositado, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para embargos de declaração. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: RAISSA MOREIRA SOARES (OAB 365112SP), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CAROLINE SALERNO (OAB 384367/SP), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0602555-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Lara Feitosa Martins - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Nesse contexto, determino seja intimada a empresa Requerida, a fim de que proceda ao pagamento da Nota Fiscal n° 20192019301, no valor de R$: 3.915,00 (três mil, novecentos e quinze reais) referente aos serviços de fonoaudiologia prestados pela profissional Aurinéia Araújo da Costa em prazo de 03 (três) dias ou alternativamente indique outro profissional fonoaudiólogo com especialidade em disfagia e motricidade ortofacial, no mesmo prazo, ao atendimento da Autora, pena de multa diária de R$: 5.000,00 (cinco mil reais), no limite de 10 (dez) dias-multa. Expeça-se com urgência mandado de intimação à Requerida. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0603205-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Francisco Assis Pedroso Castro - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S/A - Em análise dos autos, observo que na decisão saneadora de fls. 132/133 determinou o juízo, de ofício, ocorresse a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 3 (três) salários mínimos. Considero por elevada a quantia pretendida pelo expert, diante do patamar médio de perícias similares, razão pela qual em obediência ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, arbitro os honorários periciais nos autos no valor de 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 465, §3°, do CPC. Considerando o valor do salário mínimo vigente, cabe a cada um dos Requeridos o pagamento de R$: 665,33 (seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), montante que determino depositem em juízo no prazo de 15 (quinze) dias. No que pertine ao Autor, observo que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual o pagamento da verba honorária deve acontecer nos moldes da Portaria n° 1.233/2012 DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. Na sequência, designo audiência para colhimento de assinatura(s) ao vindouro dia 07/11/2019, às 09:30 horas. Por derradeiro, determino que os Requeridos procedam ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0605976-55.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Compulsando os autos, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 129, cujo teor segue abaixo: "... Findo o prazo de 15 (quinze) dias e inocorrendo manifestação, intime-se o Banco Requerente para dizer em prazo de 05 (cinco) dias"

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: NORBERTO BEZERRA MARANHÃO RIBEIRO BONAVITA (OAB 78179/SP), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: MARCO ANTONIO HENGLES (OAB 136748/SP) - Processo 0608639-11.2016.8.04.0001 - Atentado - Liminar - REQUERENTE: SAMY LIMA ASSI - REQUERIDO: IBEPAR PARTIÇIPAÇÕES LTDA. - Vistos, Inicialmente, determino ocorra o apensamento dos presentes autos ao processo 0250387-98.2010 em razão da distribuição por dependência. Por razões de foro íntimo, averbo minha suspeição no presente feito, nos termos do art. 145, §1°, do CPC. Remetam-se os autos à Vara de Usucapião e Registros Públicos, uma vez que o processo 0250387-98.2010 tramita junto à referida Vara. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: THÊMIS BAYMA VALLE (OAB 1928/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM) - Processo 0608644-38.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Central de Tratamento de Resíduos da Amazônia Ltda. - EXECUTADA: NORTENAV LIMPEX LTDA - Vistos, Conforme se depreende da sentença em fl. 150, o encargo do Exequente se consubstancia em pagar as

custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da causa. O Executado acosta aos autos cálculo que não perfaz com os termos da condenação. Isso porque soma ao montante condenatório 10% de honorários advocatícios, o que se impõe por desnecessário, além de que também faz incidir juros compensatórios de 1% ao mês e não juros moratórios a partir do trânsito em julgado da decisão exequenda. Nesse contexto, colaciono a lição da jurisprudência pátria sobre o tema: "EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUROS DE MORA. TERMO 'A QUO'. 1. 'Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omisso o pedido inicial ou a condenação' (Súmula nº 254 do STF). 2. A incidência dos juros moratórios sobre os honorários advocatícios se dá a partir do trânsito em julgado da decisão exequenda." (STJ-REsp: 1394035 SC 2013/0227308-0, Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Data de Publicação: DJ 23/08/2017) Em assim sendo, determino que se intime o Executado para que ultime referida diligência, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento. Int. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0609888-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edileuza Mendes Dias - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos iniciais, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Por derradeiro, diante da sucumbência da Autora, condeno-a ao pagamento de custas e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, restando, todavia, suspensa a exigibilidade do crédito, pelo fato da ser a sucumbente beneficiaria da gratuidade de justiça. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0610199-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Juliana Ribeiro dos Santos - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Em análise dos autos, observo que na decisão saneadora de fls. 67 determinou o juízo, de ofício, ocorresse a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 3 (três) salários mínimos. Considero por elevada a quantia pretendida pelo expert, diante do patamar médio de perícias similares, razão pela qual em obediência ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, arbitro os honorários periciais nos autos no valor de 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 465, §3°, do CPC. Considerando o valor do salário mínimo vigente, cabe ao Requerido o pagamento de R$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), montante que determino deposite em juízo no prazo de 15 (quinze) dias. No que pertine ao Autor, observo que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual o pagamento da verba honorária deve acontecer nos moldes da Portaria n° 1.233/2012 DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. Na sequência, designo audiência para colhimento de assinatura(s) ao vindouro dia 06/11/2019, às 10:00 horas. Por derradeiro, determino que o Requerido proceda ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: SAULO GRANA DE MENEZES (OAB 2408/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: ÉRIKA JOVANKA SANTOS DA SILVA (OAB 4449/AM), ADV: CASILLO ADVOGADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 791/PR), ADV: ANGELA ESTORILIO SILVA FRANCO (OAB 21787/PR), ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0612930-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrea Kerlen Macedo da Rocha - REQUERIDO: Bemol e Bechimol Irmão & Cia. Ltda. - Tayomatec Serviço Comercio de Peças Ltda - Toyama do Brasil Maquinas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação fls. 157/167 e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617108-80.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0617953-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0618849-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luciana Lemos de Almeida - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM) - Processo 0619529-09.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compromisso - REQUERENTE: Valdira Cerdeira Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Santander Brasil S/A - Em análise dos autos, observo que na decisão de fls. 345 determinou o juízo, de ofício, que ocorresse a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 4 (quatro) salários mínimos. Considero por elevada a quantia pretendida pelo expert, diante do patamar médio de perícias similares, razão pela qual em obediência ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, arbitro os honorários periciais nos autos no valor de 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 465, §3°, do CPC. Considerando o valor do salário mínimo vigente, cabe a cada um dos Requeridos o pagamento do valor de R$: 665,33 (seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), montante que determino depositem em juízo no prazo de 15 (quinze) dias. No que pertine ao Autor, observo que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual o pagamento da verba honorária deve acontecer nos moldes da Portaria n° 1.233/2012 DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. Na sequência, designo audiência para colhimento de assinatura(s) ao vindouro dia 06/11/2019, às 09:30 horas. Por derradeiro, determino que os Bancos Requeridos procedam ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0620882-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Sandra Aparicio Nogueira - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628100-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM) - Processo 0628746-13.2015.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Elio Borghezan e outro - Vistos, Inicialmente, determino ocorra o apensamento dos presentes autos ao processo 0616383-91.2015 em razão da distribuição por dependência. Por razões de foro íntimo, averbo minha suspeição no presente feito, nos termos do art. 145, §1°, do CPC. Remetam-se os autos à Vara de Registros Públicos e Usucapião, uma vez que o processo 0616383-91.2015 tramita junto à referida Vara. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0635203-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conversão - REQUERENTE: Júlia Maria Mendes de Moura - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, inc. I, do CPC, para determinar que a autarquia Ré mantenha o benefício de auxílio-doença acidentário em favor da Autora até que seja ela submetida a procedimento de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, ex vi art. 62, parágrafo único, da Lei n.º 8.213/1991. Diante da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento, cada uma, em 50% do valor das custas processuais, ex vi do art. 86 do CPC. Fixo ainda os honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC, devendo cada parte arcar com os honorários advocatícios do patrono da parte contrária no mesmo percentual fixado para as custas processuais. Restará, todavia, suspensa a exigibilidade da condenação quanto à Autora, nos moldes do art. 98, §3º, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM), ADV: PANMALLA CARNEIRO MOREIRA BACELLAR (OAB 9480/MA), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ) - Processo 0636025-79.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eliana Maria de Souza Ribeiro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Assunção Promotora Eireli - Vistos, Reporto-me à petição de fls. 238/239. A Constituição Federal em seu art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Nesse sentido, com a vigência do Novo Código de Processo Civil ocorreu a revogação parcial da Lei 1.060/50 a partir no novo regramento trazido pelo artigo 98. No novel diploma processual foi estabelecida presunção legal de insuficiência de recursos em prol da pessoa natural, ex vi art. 99, §3º, do CPC, entretanto tal presunção é relativa, ou seja, iuris tantum, eis que pode ser afastada na hipótese de o Juízo vislumbrar elementos que evidenciem ter a parte recursos suficientes para arcar com as despesas do processo, conforme assim dispõe o artigo 99, §2º, da Lei 13.105/15. Nesse elastério, observo que a Requerente alega problemas de saúde, cujos gastos comprometeriam sua renda mensal; contudo, não vislumbro a comprovação dos referidos gastos. Desse modo, determino que se intime a Requerente a fim de que junte aos autos documentos que comprovem os gastos alegados em fls. 238/239, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Int. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0636912-29.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Compulsando os autos, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 138, cujo teor segue abaixo: "... Findo o prazo de 15 (quinze) dias e inocorrendo manifestação, intime-se o Banco Requerente a dizer no prazo de 05 (cinco) dias"

ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0637823-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Nonato Magalhães Taumaturgo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM) - Processo 0640646-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Diana Catheren Castro Aristi - Vistos, Defiro ocorra o parcelamento das custas iniciais. Intime-se a Autora via DJE a fim de que promova o pagamento da primeira parcela no prazo de 05 (cinco) dias. Comprovado o recolhimento, voltem-me os autos para fila de despacho inicial. Int. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0641371-40.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Banco Bradesco S A em face de Indústria Comércio e Serviços Quality Ltda (Café Garcia). Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em Cédula de Crédito Bancário (fls. 19/36) e demonstrativo de débito atualizado (fl. 38), bem como a comprovação do pagamento das custas iniciais complementares (fls. 41/42). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Determino que se intime o Banco Exequente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, nos termos da Portaria n.º 116/2017, de 23 de janeiro de 2017, disponibilizada no DJE de 23 de janeiro de 2017, a fim de que seja citada a empresa Executada. Diante da comprovação do pagamento, cite-se a empresa Executada nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC Fixo os honorários advocatícios do patrono do Banco Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Banco Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Banco Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Banco Exequente para se manifestar também em 10 dias. P.R.I.C.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM) - Processo 0642184-72.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Wellington da Cunha Oliveira - REQUERIDO: Norte Mangueiras Ltda - Vistos, etc Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulado por Wellington da Cunha Oliveira em face de Norte Mangueiras Ltda. Intime-se a empresa Executada a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo Exequente, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a empresa Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais

providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC. Em seguida, proceda-se à penhora por meio do sistema BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a empresa Executada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora, efetue-se a pesquisa de bens em nome da Executada, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo desde logo, ocorra a constrição, através do sistema RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome da empresa devedora. Após, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo "in albis", intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: LEANDRO MENEZES DOS SANTOS (OAB A1115AM) - Processo 0642586-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Deoclides Rodrigues - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Em análise dos autos, observo que na decisão saneadora de fls. 74 determinou o juízo, de ofício, ocorresse a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 3 (três) salários mínimos. Considero por elevada a quantia pretendida pelo expert, diante do patamar médio de perícias similares, razão pela qual em obediência ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, arbitro os honorários periciais nos autos no valor de 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 465, §3°, do CPC. Considerando o valor do salário mínimo vigente, cabe ao Requerido o pagamento de R$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), montante que determino deposite em juízo no prazo de 15 (quinze) dias. No que pertine ao Autor, observo que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual o pagamento da verba honorária deve acontecer nos moldes da Portaria n° 1.233/2012 DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. Na sequência, designo audiência para colhimento de assinatura(s) ao vindouro dia 06/11/2019, às 11:00 horas. Por derradeiro, determino que o Requerido proceda ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO GOMES DE LACERDA (OAB 389069/SP) - Processo 0642816-93.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Instituto de Ciência e Educação de São Paulo - Vistos, Trata-se de Carta Precatória destinada à citação do Executado, penhora, avaliação de bens e demais atos executivos. Não verifico nos autos o recolhimento integral das custas de diligência do Senhor Oficial de Justiça, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Em assim sendo, determino que se oficie ao r. Juízo Deprecante a fim de que intime a empresa Exequente a desincumbir-se desse mister em prazo de 30 dias, pena de devolução do instrumento sem cumprimento. Complementadas as custas, cumpra-se na forma como deprecado. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0645152-70.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Mateus Ferreira da Silva - Vistos, Defiro ocorra o parcelamento das custas iniciais. Intime-se o Autor via DJE a fim de que promova o pagamento da primeira parcela no prazo de 05 (cinco) dias. Comprovado o recolhimento, voltem-me os autos para fila de despacho inicial. Int. Cumpra-se.

ADV: KIZZY DE PAULA MOTA (OAB 188759/RJ) - Processo 0645417-72.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Palmeiras - Vistos, Inicialmente e no que tange ao valor da causa, preceito para admissibilidade da exordial, resta expresso no art. 292, I, CPC que para ações de cobrança de dívida, o valor da causa deve importar na soma monetariamente corrigida da pretensão econômica, dos juros de mora vencidos e de outras penalidade, se houver, até a data da propositura da ação. Logo, não compõem o débito pendente as custas processuais e os honorários advocatícios. No vertente episódio, o Exequente soma à dívida pendente 20% a título de honorários advocatícios, totalizando o montante de R$ 16.298,88 (dezesseis mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos). Diante disso, retifico de ofício o valor da causa para o importe de R$13.582,40 (treze mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), quantia que consiste no débito com os acréscimos de mora, multa e demais encargos atualizados até o ajuizamento da ação, o que faço com fulcro no art. 292, §3º do CPC. Ademais, não verifico na emenda à inicial a ata da assembleia que aprovou a contribuição mensal no valor de R$531,56 (quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), bem como os documentos discriminados no despacho de fls. 42/43 que comprovariam acerca da alegada hipossuficiência econômico-financeira do Exequente. Em assim sendo, determino que se intime, derradeiramente, o Exequente para que ultime referidas diligências, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0645514-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Vistos, Defiro ocorra o parcelamento das custas iniciais. Intime-se o condomínio Autor via DJE a fim de que promova o pagamento da primeira parcela no prazo de 05 (cinco) dias. Comprovado o recolhimento, voltem-me os autos para fila de despacho inicial. Int. Cumpra-se.

ADV: JEFERSON FALCÃO LIKES (OAB 77769/RS) - Processo 0645631-63.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Gimenez e Gimenez Ltda Me - Vistos, Trata-se de Carta Precatória destinada à citação da empresa Executada, penhora, avaliação de bens e demais atos executivos. Não verifico nos autos a comprovação do recolhimento de custas de diligência do Senhor Oficial de Justiça, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Em assim sendo, determino que se oficie ao r. Juízo Deprecante a fim de que intime a empresa Exequente a desincumbir-se desse mister em prazo de 30 dias, pena de devolução do instrumento sem cumprimento. Recolhidas as custas, cumpra-se na forma como deprecado. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0646057-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Agostinha Bonates Soeiro - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S.a - Em análise dos autos, observo que na decisão saneadora de fls. 114/115 determinou o juízo, de ofício, ocorresse a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 3 (três) salários mínimos. Considero por elevada a quantia pretendida pelo expert, diante do patamar médio de perícias similares, razão pela qual em obediência ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, arbitro os honorários periciais nos autos no valor de 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 465, §3°, do CPC. Considerando o valor do salário mínimo vigente, cabe a cada uma das partes o pagamento do valor de R$: 665,33 (seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), montante que determino depositem em juízo no prazo de 15 (quinze) dias. Na sequência, designo audiência para colhimento de assinatura(s) ao vindouro dia 06/11/2019, às 10:30 horas. Por derradeiro, determino que

o Requerido proceda ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARDOSO DUTRA (OAB 426/AM) - Processo 0648074-84.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Patrik de Souza Marzano Fonseca - Vistos,etc. Constato que o Autor atribui à causa o valor de R$ 35.272,50. Todavia, os valores não guardam correspondência com os pedidos contidos nos autos, que se circunscrevem ao requerimento de manutenção de posse e condenação em danos materiais e morais. Assim sendo, nos moldes do art. 321 do CPC, determino que o Autor emende a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecendo quais foram os parâmetros utilizados para a quantificação do valor da causa. Por derradeiro, em caso de retificação do valor da causa, deverá ser levado em conta o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça - STJ, no sentido de que, em ações possessórias, o valor da causa deve corresponder ao benefício patrimonial pretendido (STJ, REsp 1.230.839/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, jul. 19.03.2013, DJe 26.03.2013). Int. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0648119-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Raimundo Jorge M da Rocha - Vistos, Passo ao exame de admissibilidade da demanda. Nesse contexto, da análise da narrativa, dos fundamentos jurídicos do pedido e do pedido apresentados na petição inicial, vislumbro que se impõe emendar a exordial. Isso porque não resta clara a pretensão do Autor, ou seja, se busca a concessão de auxílio-acidente, consoante sinaliza quando da narração dos fatos, ou a concessão de auxílio-doença, conforme se depreende da fundamentação jurídica do pedido. Assim, torna-se imprescindível que o Requerente esclareça os seguintes pontos: em sede de antecipação de tutela, indique o benefício que pretende ver restabelecido; em sede de provimento final, informe sobre se almeja a concessão de auxílio-acidente ou de auxílio-doença ou ainda se pretende formular pedidos subsidiários. Ademais, verifico também quanto a necessidade de o Autor demonstrar nos autos sua qualidade de segurado da Previdência Social, bem assim que procedeu ao prévio requerimento administrativo do benefício que ora formula, perante a autarquia Ré, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF (RE n.º 631.240). Ante aos exposto, determino seja intimado o Autor, por seus advogados, via DJE, para que no prazo de 15 (quinze) dias emende à inicial, esclarecendo quanto aos pontos suscitados e acostando aos autos os documentos que demonstrem o preenchimento dos pressupostos acima indicados. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: JACINTO SOARES DA ROCHA (OAB 4281/AM) - Processo 0648281-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Suzi Moraes dos Santos - Ante ao exposto, decido por determinar que: a) ocorram providências pela Secretaria da 4.ª UPJ para que ultime a retificação do valor da causa junto ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ; b) seja intimada a Autora, a fim de que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e/ou outros documentos idôneos, para que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça ou acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC; c) ocorra ainda a intimação da Autora, a fim de que emende a exordial de modo a sanar as irregularidades aqui apontadas, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento por inépcia, ex vi do art. 330, inc. II e § 1.º, III e IV, c/c art. 485, I, ambos do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM) - Processo 0648478-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Diego Vidal de Paula - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos dos art. 319 e 320 do CPC. Adiante, defiro a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC. Assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do artigo 334 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648529-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Cloemir Moreira Rego - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de concessão de auxílio-acidente com pedido sucessivo de restabelecimento de auxílio-doença com pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez formulada por Cloemir Moreira Rego em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 18/71. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que o Autor preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793/SP) - Processo 0648542-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Cuidam os presentes autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento em face de Raimundo Alves de Moraes. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 26/29) e sumariamente demonstrado o inadimplemento do Requerido (fl. 32), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se o Réu para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Banco Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se o Réu para responder a ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Banco Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso o Réu não logre ser citado, intime-se o Banco Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse do Requerido, intime-se o Banco Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. Por derradeiro, verifico que o Banco Autor revela o inadimplemento de prestações vencidas e vincendas a totalizar a dívida pendente no montante de R$ 15.900,43. Contudo, a quantia atribuída à causa foi de R$ 20.112,39. Ante o exposto, retifico de ofício o valor da causa para R$15.900,43 (quinze mil, novecentos reais e quarenta e três centavos), o que faço com fulcro no art. 292, §3.°, NCPC. Registro que pode o Banco Autor requerer administrativamente junto ao TJ/AM a devolução de custas pagas a maior, querendo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648570-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Valdely Ferreira da Cruz - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos

de ação previdenciária de concessão de auxílio-acidente com pedido sucessivo de restabelecimento de auxílio-doença com pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez formulada por Valdely Ferreira da Cruz em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 32/150. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que a Autora preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648577-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Waldyr Henrique de Souza Santos - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de concessão de auxílio-acidente com pedido sucessivo de restabelecimento de auxílio-doença com pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez formulada por Waldyr Henrique de Souza Santos em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 18/78. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que o Autor preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int. Cumpra-se.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0648817-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade e Anulação de Partilha e Adjudicação de Herança - REQUERENTE: Carlosmar Oliveira de Amorim - Nesse contexto, declino da competência deste juízo à 3.ª Vara de Família, determinando ocorram providências através do setor de Distribuição Processual. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0650370-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Hendrya da Silva Gusmão - REQUERIDO: Banco Losango S/A e outro - Em análise dos autos, observo que na decisão saneadora de fls. 326/327 determinou o juízo, de ofício, ocorresse a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 3 (três) salários mínimos. Considero por elevada a quantia pretendida pelo expert, diante do patamar médio de perícias similares, razão pela qual em obediência ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, arbitro os honorários periciais nos autos no valor de 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 465, §3°, do CPC. Considerando o valor do salário mínimo vigente, cabe a cada um dos Requeridos o pagamento do valor de R$: 665,33 (seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos), montante que determino depositem em juízo no prazo de 15 (quinze) dias. No que pertine ao Autor, observo que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual o pagamento da verba honorária deve acontecer nos moldes da Portaria n° 1.233/2012 DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. Na sequência, designo audiência para colhimento de assinatura(s) ao vindouro dia 07/11/2019, às 10:00 horas. Determino que os Requeridos procedam ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SUZANA IDA LACERDA VALENTE MATOS (OAB 12551/AM) - Processo 0651217-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Silvana Simão Ribeiro - REQUERIDO: RZD Comércio de Veículos Ltda. - MAVEL - B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o perito para que se manifeste quanto às petições das partes, no prazo de 15 (quinze) dias.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexandro Gomes de Lacerda (OAB 389069/SP)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angela Estorilio Silva Franco (OAB 21787/PR)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Caroline Salerno (OAB 384367/SP)
CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM)
Casillo Advogados - Sociedade de Advogados (OAB 791/PR)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Érika Jovanka Santos da Silva (OAB 4449/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Hackmann Rodrigues (OAB 18660/RS)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jacinto Soares da Rocha (OAB 4281/AM)
Jeferson Falcão Likes (OAB 77769/RS)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Cardoso Dutra (OAB 426/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Kizzy de Paula Mota (OAB 188759/RJ)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)

Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leandro Menezes dos Santos (OAB A1115AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antonio Hengles (OAB 136748/SP)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793/SP)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nara Damaceno Fenocchi (OAB 282877/SP)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Norberto Bezerra Maranhão Ribeiro Bonavita (OAB 78179/SP)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Panmalla Carneiro Moreira Bacellar (OAB 9480/MA)
Paulo Augusto Greco (OAB 119729/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Raissa Moreira Soares (OAB 365112SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Ronny Peterson Baima Picanço (OAB 6175/AM)
Roseli Moraes Coelho (OAB 173931/SP)
Saulo Grana de Menezes (OAB 2408/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Suzana Ida Lacerda Valente Matos (OAB 12551/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thêmis Bayma Valle (OAB 1928/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: LÚCIO CÉSAR DIB BOTELHO (OAB 8668/SC), ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0246316-53.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Márcio Walber de Azevedo Freitas e outro - REQUERIDO: Unimed Manaus - Cooperativa de Trabalho Médico - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0601024-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Antonio Lopes da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601662-66.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601815-36.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604884-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605309-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Indicado novo endereço no prazo conferido, com a juntada do recolhimento dos emolumentos/despesas postais, expeça-se novo(a) mandado/carta. Observo, ainda que, se houver interesse na pesquisa de endereço em sistemas eletrônicos disponíveis nessa Serventia, deve o Requerente/Exequente comprovar desde logo o recolhimento das custas de diligência de BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD, conforme Tabela III, item 9, da Portaria 116/2017)

ADV: CARLOS AUGUSTO DE SOUZA MARQUES JÚNIOR (OAB 9197/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0605531-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria Izabel Ferreira da Costa e outros - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0606428-65.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erick Matos de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca dos cálculos de fls. 296, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ) - Processo 0608506-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0609601-34.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LILIANE BUGE FERREIRA (OAB 9191RO), ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0610727-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Rondobras da Amazônia Distribuidora de Auto Peças Ltda. - INDEFIRO o pedido de dispensa do pagamento de novas custas referente ao mandado de citação, uma vez que se trata de ATO DISTINTO. INTIME-SE o Requerente para recolher as custas do Oficial de Justiça no prazo de 5 (cinco) dias, devendo colacionar nos autos o respectivo comprovante. APÓS, expeça-se o pertinente MANDADO podendo o gerente da Autora - Sr. CÉSAR ROMERO BASTOS (92) 98424-0028 - acompanhar o Sr. Meirinho no cumprimento do mandado. Tendo em vista a impossibilidade da realização da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO pautada para o dia 12/09/2019, a REDESIGNO para o dia 08/11/2019 às 13h30, na sede deste Juízo (sala 2). I.C.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611183-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Tania Maria Alves Pontes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0612520-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Carolina Augusto Monge Fernandes - R.H. Por cautela e em homenagem ao Princípio do Contraditório, ABSTENHO de apreciar o pedido de liminar formulado pela parte Autora, RESERVANDO para fazê-lo após a manifestação da parte Requerida, tendo em vista a ausência de documentos suficientes para a comprovação da existência de plágio. Designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 08/11/2019 às 13h00, a ser realizada na sede deste Juízo (sala 02), ficando as partes advertidas de que: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Intime-se a Autora para o recolhimento das custas postais no prazo de 5 (cinco) dias. Após, expeça-se a carta de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612941-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM), ADV: ROSINETE COSTA DOS SANTOS (OAB 14383/AM) - Processo 0614001-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Renato Barbosa Paulino e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud e Renajud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0614354-68.2015.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Dalila Mota de Brito - CONSIGNADO: CREDFAZ- Cec Serv Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 497A/AM), ADV: MAURICIO CARLOS DA SILVA BRAGA (OAB 54416/SP) - Processo 0614947-34.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Confederação Brasileira de Futebol - REQUERIDA: Bishop Bicharra Importação e Exportação Ltda. e outro - DECISÃO Ante o exposto, CONFIRMANDO a LIMINAR anteriormente DEFERIDA, e RESOLVENDO o MÉRITO da ação, forma do no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo PROCEDENTE os pedidos constantes da INICIAL, momento em que AUTORIZO a DESTRUIÇÃO DOS PRODUTOS APREENDIDOS apontados ao TERMO DE RETENÇÃO DE MERCADORIAS n. 003/2014. CONDENO o requerido à SUCUMBÊNCIA - ao pagamento das custas e honorários advocatícios que FIXO em R$ 1.000,00 (mil reais), de acordo com o art. 85, § 8º do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0615732-93.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Nacional Hidráulica LTDA_ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da devolução da carta precatória fls. 484/487, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0616581-31.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0635395-57.2016.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Comparece aos autos o requerente para pleitear a citação por edital (fls. 186/187). Decido. A citação é pressuposto de validade do processo, conforme se depreende do disposto no art. 239 do NCPC, a qual, via de regra, deve ser feita pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente

autorizado, consoante dispõe o art. 242 do mesmo diploma legal. Dito isso, a citação por edital somente deve ser realizada após se esgotarem as diligências cabíveis para a localização da parte, consoante o entendimento exposto nos julgados a seguir: RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. PESSOA FÍSICA. CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE. NECESSIDADE DE ESGOTAR AS TENTATIVAS DE LOCALIZAR A PARTE RÉ. A convocação para o processo deve ser através de citação pessoal. Essa é a regra a ser observada, conforme o art. 213e seguintes doCPC. A citação por edital é medida excepcional, que somente deve ser empregada após serem esgotados os meios de localizar o réu. Caso concreto em que foi informado endereço pela instituição financeira onde o réu possui conta bancária, sem que, contudo, tenha sido tentada a citação pessoal no endereço indicado. Processo anulado a contar da citação por edital, inclusive. Prejudicado o exame da apelação.(Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Processo nº 70044860369, Relator: Marcelo Cezar Muller, Data de Julgamento: 24/07/2012, Décima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/07/2012). (Grifei). PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CITAÇÃO POR EDITAL. NULIDADE. ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO RÉU. 1. A despeito de o Diploma Processo Civil possibilitar a realização de citação pela via editalícia quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o réu, tal modalidade de citação somente deve se proceder após o esgotamento de todos os meios possíveis para a localização do réu, sob pena de acarretar cerceamento de defesa. 2. A citação por edital é admitida tão-somente de forma excepcional em nosso ordenamento jurídico, devendo ser priorizada a citação pessoal que propicia, de forma efetiva, o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos a eles inerentes. 3. A tentativa frustrada de citação dos réus no endereço do imóvel objeto do contrato de financiamento realizado não é suficiente para autorizar a citação editalícia. 4. Apelo provido para anular a citação por edital e seus ulteriores atos. (Tribunal de Justiça do Distrito Federal; Processo nº20050110389203APC, Relator Flavio Rostirola, 1ª Turma Cível, julgado em 01/08/2007, DJ 16/08/2007 p. 91). (Grifei). In casu, entendo que não foram esgotadas as diligências necessárias para a localização do requerido, pelo que indefiro o pedido de citação por edital e determino a intimação do requerente para apresentar novo endereço ou solicitar novas consultas de endereço, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se. I. C.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 107414/SP), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MÁRCIO LUIZ DA SILVA TRIBUZY (OAB 11259/AM) - Processo 0618952-31.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Consórcio - REQUERENTE: Gilvânia Lopes Nogueira - REQUERIDO: Embracon Administradora de Consórcio Ltda. - DEFIRO o pedido formulado a fls. 265 / 267 e 270. INDIQUE, a AUTORA, os DADOS necessários para constar dos ALVARÁS ELETRÔNICOS. Após, EXPEÇAM-SE os pertinentes ALVARÁS. Após, ARQUIVEM-SE os autos.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0619291-24.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos. R.H. Defiro o pedido de suspensão do feito, devendo os autos permanecerem sobrestados pelo tempo requerido. Após, o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos. I. C.

ADV: GIOVANA CEOLIN FROTA (OAB 5499/AM), ADV: REJANE DA SILVA VIANA (OAB 4496/AM), ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM) - Processo 0621240-49.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0620702-05.2015.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Granville - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621278-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Terezinha Alves Ferreira Cazal - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0624398-78.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S/A - Considerando a ausência de manifestação da parte interessada, intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, providenciando ainda o necessário ao andamento processual, sob pena de extinção, com base no art. 485, § 1º do CPC/2015.

ADV: CIRO BENAYON PIMENTEL (OAB 11951/AM), ADV: TIRZAH CAUPER GOMES (OAB 10213/AM), ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0624898-47.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Eudina Maria Souza - REQUERIDO: Elildomar Pereira de Andrade - Compulsando aos autos, verifico que o renunciante não juntou comprovante de comunicação de sua renúncia ao mandante, conforme determina o art. 112 do CPC. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o renunciante para que comprove a comunicação ao mandante, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628063-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jose Auricelio de Andrade Rufino - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593/GO), ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0634716-91.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, para cumprimento das diligências constantes na decisão de fls. 117.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637305-22.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: JÉSSYCA LUANA MORAIS FERREIRA (OAB 11258/AM), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0637584-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Jander da Silva Guerreiro e outro - REQUERIDO: Delane Castelo Branco Demenezes - Ecologicar Serviços de Lavagem Automotiva Ltda e outro - ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, para REFORMAR EM PARTE a SENTENÇA proferida a fls. 141/146, para reconhecer de ofício a ILEGITIMIDADE PASSIVA Ecologicar Serviços de Lavagem Automotiva Ltda, extinguindo o feito SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 485, inc. VI, §3º, em relação a EMBARGANTE. Em relação aos demais Requeridos, MANTENHO a SENTENÇA de fls. 141/146 por seus próprios fundamentos. P.R.I.C.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0639562-83.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Nesse momento processual e para a validade do processo, necessária se faz a citação do Requerido (CPC/2015, art. 239). Intime-se o requerente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, promova a citação do Requerido, nos termos do artigo 240, § 2º, do NCPC, devendo recolher as custas da(s)

diligência(s) do oficial de justiça e juntar o respectivo comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do NCPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0639956-61.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, julgo procedente o pedido constante da presente ação de BUSCA E APREENSÃO, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, confirmando a liminar concedida anteriormente, para consolidar a propriedade do Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente, e condenar o Requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atento ao disposto no Art. 85, § 2o, do Novo Código de Processo Civil. Resguardo ao Requerido o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo, após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, se houver, tudo em conformidade com o art. 2o do Decreto Lei nº 911/69, devendo o Requerente juntar aos autos a planilha das despesas e do valor apurado com a venda do veículo. P.R.I.C.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0643498-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Em exame, a admissibilidade da AÇÃO MONITÓRIA. Preenchidos os PRESSUPOSTOS e REQUISITOS elencados aos arts. 700 e 701 do CPC e diante da EVIDÊNCIA DO DIREITO do(a) AUTOR(A), CITE-SE para, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, a parte REQUERIDA efetuar o PAGAMENTO da dívida descrita na INICIAL ou OPOR EMBARGOS, sob pena de constituir-se o MANDADO MONITÓRIO em MANDADO EXECUTIVO. Anote-se que, ocorrendo o PAGAMENTO no referido PRAZO, a parte REQUERIDA ficará isenta do pagamento de custas processuais, em consonância com o disposto no artigo 701, §1º do CPC. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO da REQUERENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, proceder ao RECOLHIMENTO PRÉVIO das CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. P.I.C. Márcio Rothier Pinheiro Torres JUIZ DE DIREITO

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0643865-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizabete Francis Martinez Tapia - REQUERIDO: Braga Veículos Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado de fls. 133 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646685-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. REVOGO a DECISÃO de fls. 51. Transitada em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0648504-36.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Jacob Salomão Laredo - Apense-se aos Autos n° 0634366-64.2019.8.04.0001 Após, à conclusão.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648521-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Bruno Sergio da Silva Maia - Sendo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o pedido de gratuidade judiciária em favor do Autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648558-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Adriana Pinto de Amorim - endo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0648789-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 12h30, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Expeça-se a carta de citação. Custas pagas a fls. 67/69. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 107414/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Augusto de Souza Marques Júnior (OAB 9197/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Ciro Benayon Pimentel (OAB 11951/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 497A/AM)
Giovana Ceolin Frota (OAB 5499/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jéssyca Luana Morais Ferreira (OAB 11258/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Liliane Buge Ferreira (OAB 9191RO)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lúcio César Dib Botelho (OAB 8668/SC)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593/GO)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)

MÁRCIO LUIZ DA SILVA TRIBUZY (OAB 11259/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Mauricio Carlos da Silva Braga (OAB 54416/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rejane da Silva Viana (OAB 4496/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rosinete Costa dos Santos (OAB 14383/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB 135753/RJ)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tirzah Cauper Gomes (OAB 10213/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: HIRON FERREIRA LIMA (OAB 2304/AM), ADV: CECÍLIA VASCONCELOS FILOMENO MOREIRA DE CHAGAS (OAB 4115/RO), ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: ALBERT BASTOS ANDRADE (OAB 5042/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS (OAB 52529/MG), ADV: LUÍS AUGUSTO MITOSO JÚNIOR (OAB 1585/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0204791-28.2009.8.04.0001 (001.09.204791-3) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Aime Cavalcante da Câmara - Leilane Costa Oliveira e outros - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM) - Processo 0246161-16.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alberto Isaias Ramires Filho - REQUERIDO: Google Brasil Internet Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM), ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM), ADV: HELEN MARA BARROSO GUEDES (OAB 8481/AM) - Processo 0606882-45.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Ambrosio Cohen Assayag - REQUERIDO: N R Terraplanagem e Construção Civil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0609060-93.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0610737-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - AGRAVANTE: Wilson Caldas da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0613384-97.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Europa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO TERRA (OAB 17556/PR), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: JOAO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB 44320/BA), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: JOÃO LEONELHO GABARDO FILHO (OAB 16948/PR), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0616245-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Kalce Distribuidora de Calçados Ltda - REQUERIDO: São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Barigui Companhia Hipotecária - Condomínio Life Flores - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0625576-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - REQUERIDO: Antonio Silva Filho Comercial - Epp - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0628324-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antonio Carlos Ferreira Teixeira - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0629470-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Mariva Martins da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0632298-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdecir Uchoa da Mata - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0633872-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Verediana Marreira de Lima Lopes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GLÁUCIA CRISTINA BULCÃO DA SILVA (OAB 3964/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: TASSYANE MEIRIÑO GOMES (OAB 5563/AM) - Processo 0636473-23.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Marcia Ribeiro Cardoso - REQUERIDO: Hapvida Assistëncia Medica Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0637117-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Daniel Ramos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Albert Bastos Andrade (OAB 5042/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB 4115/RO)
César Augusto Terra (OAB 17556/PR)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gláucia Cristina Bulcão da Silva (OAB 3964/AM)
Helen Mara Barroso Guedes (OAB 8481/AM)
Hiron Ferreira Lima (OAB 2304/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Leonelho Gabardo Filho (OAB 16948/PR)
Joao Leonelho Gabardo Filho (OAB 44320/BA)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Augusto Mitoso Júnior (OAB 1585/AM)
Luiz Flávio Valle Bastos (OAB 52529/MG)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Tassyane Meiriño Gomes (OAB 5563/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0232/2019

ADV: AMANDA PRISCILA DOS SANTOS LIMA (OAB 7053/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SUZANA AFONSO GARCIA BARROS (OAB 4920/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM) - Processo 0201705-44.2012.8.04.0001 - Protesto - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Friller Brasil Alimentos Ltda - REQUERIDO: ARIEL TRANSPORTES E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (CPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 99.245,97 (noventa e nove mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 528. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo

previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: AMÂNDIO PRUDENTE DA COSTA (OAB 2584/AM) - Processo 0206308-34.2010.8.04.0001 (001.10.206308-8) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - REQUERIDO: PAULO CESAR DE OLIVEIRA COSTA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0217321-98.2008.8.04.0001 (001.08.217321-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: SAULO GRANA DE MENEZES (OAB 2408/AM), ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CINTHYA DE AQUINO SIQUEIRA (OAB 14343/AM) - Processo 0225143-70.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0085010-85.2004.8.04.0001) (001.10.225143-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Saulo Grana de Menezes - REQUERIDO: Gean Flávio de Araújo Lima - Dessa feita, DEFIRO o pedido para determinar de penhora de 10% (dez por cento) do do salário líquido da parte executada até a quitação da dívida. INTIME-SE as parte exequente para apresentar o demonstrativo de crédito devidamente discriminado e atualizado. Após, expeça-se ofício para a Fundação Universidade do Amazonas, com o fim de dar cumprimento à decisão. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0600267-10.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: LUZANIRA PEREIRA FERREIRA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0600914-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0601016-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: ALESSANDRO DESSIMONI VICENTE (OAB 146121/SP) - Processo 0602175-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: COPLAST Industria e Comercio de Resíduos Plastícos Ltda. - REQUERIDO: Industrial Oriente de Polímeros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0602708-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Flavia Caroline Gonçalves da Silva - Intime-se o executado, por meio eletrônico, nos termos do art. 535 do NCPC, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução do valor de R$ 17.590,40 (dezessete mil quinhentos e noventa reais e quarenta centavos), à título de auxílio-acidente, de acordo com os cálculos de fls. 236/249 e em conformidade com o ACÓRDÃO de fls. 219/224. Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições do executado, será determinado o pagamento da obrigação de pequeno valor, a ser realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito em juízo, nos termos do art. 535, §3º, II do NCPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0603325-50.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Aço Indústria e Comércio Ltda - Considerando que os Executados não apresentaram qualquer manifestação sobre a constrição via Bacenjud, conforme certificou a secretaria à fl. 213, apesar de devidamente intimados (fls. 210-212), converto a indisponibilidade de seus ativos financeiros em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do montante indisponível via Bacenjud às fls. 186-187 para a conta vinculada a este juízo. Cumpra-se.

ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0604511-74.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Ivo Uchoa Bandeira - REQUERIDA: Shirlei Silva da Conceição - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: HUGO FERREIRA ALBUQUERQUE (OAB 10197/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0605641-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vertentes do Tarumã - EXECUTADO: Jaime Leite Santiago - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fl. 126. Intime-se o Exequente para cumprir a parte final da decisão de fl. 122, promovendo o pagamento das custas para consulta aos sistemas eletrônicos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM) - Processo 0605819-87.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria

Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0606265-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP) - Processo 0607085-41.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: HORST VILMAR FUCHS (OAB 12529/ES) - Processo 0607743-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Claudenilson dos Santos Viana - REQUERIDO: TELEXFREE YMPACTUS COMERCIAL LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607744-45.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Isto posto, intime-se o Exequente para apresentar termo de acordo devidamente assinado pelas partes e seus respectivos patronos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção por falta de interesse de agir. Cumpra-se.

ADV: MIRELLY VIEIRA MACEDO DE ALMEIDA (OAB 5174RO) - Processo 0607800-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Central Pec Comercio e Representacoes de Produtos Agropecuários Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP) - Processo 0608675-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: LÍVIA SÁ PEIXOTO FRAXE DA COSTA (OAB 5113/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0609044-81.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Nortefarma Importação e Exportação Ltda - EMBARGADO: TAPAJOS PERFUMARIA LTDA - Considerando que a Executada apesar de devidamente intimada para promover o cumprimento de sentença, a teor do art. 513, §2º, I, do CPC, deixou o prazo transcorrer in albis, consoante certificado pelo Cartório às fls. 724, DEFIRO o pedido de penhora on line efetuado às fls. 727 em face de NORTEFARMA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ nº 84.508.076/001-12, devendo o débito ser acrescido de multa de cumprimento forçado, e honorários já incidentes, ambos em 10% (dez por cento) sobre o valor total executado. Para a realização da penhora, no valor indicado pelo Exequente, deverá a parte Exequente promover o recolhimento das custas relativas à consulta ao BACENJUD, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Certifique-se o decurso do prazo para apresentação de Impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610047-71.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, e BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, PAULO DOS SANTOS LEMOS, inscrito no CPF-MF sob o nº 513.215.482-49. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0610604-24.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abre-se vista para a parte autora, afim de que a mesma tome ciência da devolução da Carta Precatória de fls. 214-262.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0610939-77.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO S.A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0611053-79.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Nilza da Silva Pereira - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada da sentença de fls. 133-134. Dessa forma, intimo a pare requerida para que tome ciência da sentença de fls. 133-134, cujo teor segue abaixo: Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos, mas, no mérito, DENEGO-OS por entender inexistir qualquer obscuridade, omissão ou contradição que dê ensejo à revisão da sentença exarada, consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no NCPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611826-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FABRICIA CARNEIRO OLIVEIRA (OAB 18912/PA), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0611911-13.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Safra S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, AAA REIS IMPORT COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E INFORMÁTICA LTDA - LOJA HITEC), CNPJ 06.126.291/0001-

45, ANDRÉ RICARDO FERREIRA REIS, CPF 607.319.822-15, PRISCILA COGO FILO, CPF 740.041.822-04 e VILMAR GOMES GUEDES, CPF 758.523.571-20. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0612287-67.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Motonorte Motores e Máquinas do Norte Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para ciência da devolução da Carta Precatória de fls. 95-109.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO ANTONOVICZ MUNHOZ (OAB 9066/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0612839-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - REQUERIDO: RONALDO DE SOUZA CASTRO e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613801-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Face à inércia do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, apesar de devidamente citado, conforme certificado pela Secretaria à fl. 52, DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome de Pedro Paulo Paz de Araujo, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 03.548.322/0002-49; e Pedro Paulo Paz de Araujo, inscrito no CPF-MF sob o nº 192.923.762-68, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução. Intime-se a parte exequente para: 1) apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, o demonstrativo atualizado e discriminado de crédito. 2) promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: HENRIQUE BARCELOS BUCHDID (OAB 5913/AM) - Processo 0614161-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Cond. Resid. Ephygênio Salles - Ante os fatos alegados na petição de fls. 62, determino o desentranhamento do Mandado de fl. 57, para que seja entregue ao mesmo Oficial de Justiça subscritor da certidão de fls. 58, a fim de cumpri-lo integralmente, empenhando-se de todas as formas para efetuar a diligência, acostando Certidão de Óbito do Executado, para comprovação de seu falecimento. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0614698-78.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE) - Processo 0615061-31.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Isto posto, intime-se o Exequente para apresentar termo de acordo devidamente assinado pelas partes e seus respectivos patronos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção por falta de interesse de agir. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615396-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP), ADV: DIEGO BERNARDO (OAB 306430/SP), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0615895-68.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cdl Centro de Distribuição e Log Ltda - REQUERIDO: Br Multimodal Ltda - Crédito Forte Fomento Comercial Ltda - Bradesco S.a - I - DEFIRO o pedido, em audiência, às fls. 297/299 dos autos. II - SUSPENDA-SE o processo pelo prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0616029-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0616961-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0618515-19.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Bancários - REQUERENTE: Antonia de Arújo Mota - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro a expedição de alvará para levantamento do valor remanescente (comprovante de depósito à fl. 188) em prol da parte exequente. Intimem-se as partes para se manifestarem sobre os cálculos de fl. 192, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM), ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0621345-21.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Meshwire Industria de Titanio Ltda - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Energia - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: MARIA ELISA MAGALHÃES MARCOLIN (OAB 96862/RS) - Processo 0621953-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: R. L. Comércio, Manuntenção e Representação de Eltro-eletrônicos Ltda Epp - REQUERIDO: Telefônica Brasil S.a. (Vivo S.a) - Designo audiência de conciliação para o dia 15/10/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0622143-50.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Braga Motos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0622405-05.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Sabe-se que, pela inteligência do art. 687 do CPC, a habilitação ocorre quando, por falecimento de qualquer das partes, os interessados houverem de suceder-lhe no processo. Desta feita, INTIME-SE os herdeiros elencados, às fls. 89/90 dos autos, para que, conforme o que consta no art. 690 do CPC, manifestem-se no prazo de 5 (cinco) dias. Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIME-SE a parte autora para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM) - Processo 0623912-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rosiane Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - Designo audiência de conciliação para o dia 14/10/2019 às 10:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0626899-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628361-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628478-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RODRIGO CEZAR NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 12017/AM) - Processo 0631090-93.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: R.J.R. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631884-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0631937-27.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0600184-52.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento em Consignação - EMBARGANTE: Adriane Cristine Cabral Magalhães - EMBARGADO: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Designo audiência de conciliação para o dia 15/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0632459-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0633250-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Map Linhas Aereas S/A - REQUERIDO: Jhonny Souza Santos - Expeça-se o competente mandado de citação, observando-se o endereço indicado à fl.50.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SYLVIA TATIANA CHEROBIM FIGUEIREDO (OAB 150104/RJ), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0633306-90.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Alliance Comércio e Representação de Material Médico Hospitalar Ltda - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Destarte, intime-se a parte Autora para adequar o pedido o de cumprimento provisório da multa cominatória e, para dar continuidade ao presente feito, intime-se a parte autora para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias (art. 303, §1º, I, do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0633569-93.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0633804-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lismar Wanderley Bindá - INTIME-SE a parte exequente, para apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado de crédito, nos termos do art. 524 do CPC/15.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634499-82.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, REJEITO os Embargos à Monitória e, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 8º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas referentes aos período de 12/05 a 06/12, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do trânsito em julgado (art. 85, §16, do

NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM) - Processo 0634609-76.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcante Moda Import e Comercio Ltda - Defiro a consulta sucessiva das informações cadastrais do Executado Evando Balbi de Lima, CPF nº 493.661.222-72, pelos sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, isto é, devendo ser realizado um sistema por vez, de forma que sobrevindo endereço diverso dos constantes nos autos, não se efetue a próxima diligência. Para a realização das consultas, fica a parte Autora INTIMADA a promover o recolhimento das custas relativas às diligências ao INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias, ressaltando que o valor deve corresponder à quantidade de Executados/Requeridos cujos dados serão pesquisados. Intime-se.

ADV: MARCELO CASSIO ALEXANDRE (OAB 175464/SP), ADV: PAULO FERNANDO RODRIGUES (OAB 160413/SP), ADV: FREDERICO AUGUSTO CURY (OAB 186015/SP) - Processo 0634792-52.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: W WIDE LOGISTIC INTERNACIONAL LTDA. - ME - REQUERIDO: AMAZON TAPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FITAS ADESIVAS LTDA. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca do documento de fls. 331-333 , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0635927-31.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM), ADV: EWERTON SMITH DO NASCIMENTO (OAB 9715/AM) - Processo 0636291-32.2018.8.04.0001 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Apuração de haveres - REQUERENTE: Sinapses Clinica de Reabilitaçao Infantil Ltda Me - REQUERIDA: Rocicleia Lima de Souza - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal. Cumpra-se.

ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM) - Processo 0636293-65.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Fausto Lima de Souza - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0636302-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cleide Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0637082-35.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0637739-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gisele Fernandes de Alencar e Silva - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefício S/A - Amil Assistência Médica Internacional S.a e outro - Intime a parte autora para apresentar Réplica à contestação de fls. 31/45. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0638984-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Fabricio Luiz Garcia Pires - Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a proposta de acordo apresentada pelo réu à fl. 56.

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: DYONISIO PINTO CARIELO (OAB 103723/MG), ADV: CARLOS EDUARDO ROCHA CRUZ (OAB 73238/MG), ADV: VANDESSON BARBOSA SANTIAGO (OAB 12217/AM) - Processo 0639826-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Neuziane Cavalcante Costa - REQUERIDO: Santa Helena Oito Empreendimentos e Participações Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição e documentos juntados pelo ré às fls. 180/192 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLÉCIO BEZERRA DE SOUSA (OAB 13988/AM) - Processo 0640590-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Fernando Mendes Pereira - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Cite-se o Requerido por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0640670-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Mariene da Silva Freitas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se o executado BANCO BMG S/A, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 565,37 (quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos), conforme cálculos apresentados às fls. 485-488. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0641428-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Ramalho de Melo - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus (AM), 10 de setembro de 2019.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0641556-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisca Nonato da Silva - REQUERIDO: N V Construção e Comercio Ltda e outro - Considerando o deferimento da Recuperação Judicial da Requerida (fls. 252/257), DETERMINO a SUSPENSÃO da presente lide, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias - automatic stay, nos moldes do art. 6, §4º e no art. 53, III, da LRF. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0641612-14.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bergson Mendonça Lacerda - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus (AM), 10 de setembro de 2019.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0641630-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Weselys Muller Fernandes dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: FABIO SANTOS PEDROSO (OAB 295660/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0642124-65.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Pss - Seguridade Social - É por todas estas razões e pela ausência de consulta no sistema SIEL, que INDEFIRO o requerimento de expedição de ofícios. Por conseguinte, Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIO COELHO REDIG (OAB 14400/AM) - Processo 0642701-72.2019.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Cidade Comércio de Derivados de Petróleo e Serviços Ltda. - Remetam-se os autos à contadoria para verificar eventual pendência de custas. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0642818-97.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: LIEGE CUNHA ARAUJO (OAB 10453/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0643514-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Sérgio Lins Amorim e outro - REQUERIDA: Agra Singolare Incorporadora Ltda - ALIANÇA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0643897-77.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0630976-86.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGADO: Sidney de Queiroz Pedrosa - Em consonância com o artigo 919, § 1º do CPC, deixo de atribuir o efeito suspensivo aos presentes embargos. Intime-se o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do § 2º do art. 1.023 do CPC.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP) - Processo 0644353-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Construtora Soma Ltda - A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente). Para expedição da Carta de Citação/intimação, promova o requerente o pagamento das despesas postais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0644525-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Dariane dos Santos Monteiro - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM) - Processo 0644760-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Sandryne Laisa Sena Braga - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0645353-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rosangela de Oliveira Jacqueminouth - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de análise por ocasião da sentença. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645485-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ronaldo Oliveira Pontes - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DÉBORAH CAROLINE SANTOS DA SILVA (OAB 12525/AM) - Processo 0645551-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Valmir Jeronimo da Silva - Haja vista a presunção de veracidade da

alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: NEYDIANNE BATISTA GONÇALVES (OAB 37352/SC) - Processo 0645620-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jaime de Jesus Araújo - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de análise por ocasião da sentença. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0645798-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: L. S. M. Comércio de Alimentos e Navegação Ltda. - Me - Em atenção ao despacho de fl. 27, faço remessa destes autos à 3ª Contadoria, para verificar eventual pendência de custas.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0645870-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marlisson Muniz Lopes - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0645922-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aroldo Elias Serrão - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de análise por ocasião da sentença. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646351-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucia Arcos de Carvalho - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0646477-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Claumira Cardoso Matos - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0653448-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Rc Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0661511-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARGAUX GUERREIRO DE CASTRO (OAB 3917/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM) - Processo 0704871-27.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Altair Moraes Braga - REQUERIDO: Rodrigo Polo da Costa - Município de Manaus - Compulsando aos autos, verifico que a renunciante EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO não juntou comprovante de comunicação de sua renúncia ao mandante, conforme determina o art. 112 do CPC. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o renunciante para que comprove a comunicação ao mandante, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0714585-11.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº

001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0715639-12.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de fl. 197 para determinar a consulta de via SREI, em face da parte Requerida/Executada, com o fim de localizar bens passíveis de penhora e satisfação da execução. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alessandro Dessimoni Vicente (OAB 146121/SP)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Amanda Priscila dos Santos Lima (OAB 7053/AM)
Amândio Prudente da Costa (OAB 2584/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
André Ricardo Antonovicz Munhoz (OAB 9066/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Coelho Redig (OAB 14400/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Eduardo Rocha Cruz (OAB 73238/MG)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cinthya de Aquino Siqueira (OAB 14343/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Déborah Caroline Santos da Silva (OAB 12525/AM)
Diego Bernardo (OAB 306430/SP)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Dyonisio Pinto Carielo (OAB 103723/MG)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Ewerton Smith do Nascimento (OAB 9715/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabio Santos Pedroso (OAB 295660/SP)
Fabricia Carneiro Oliveira (OAB 18912/PA)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Frederico Augusto Cury (OAB 186015/SP)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Glair Maria Alves dos Santos Vital (OAB 2515/AM)
Glécio Bezerra de Sousa (OAB 13988/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
Henrique Barcelos Buchdid (OAB 5913/AM)
Horst Vilmar Fuchs (OAB 12529/ES)
Hugo Ferreira Albuquerque (OAB 10197/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Liege Cunha Araujo (OAB 10453/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lívia Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB 5113/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Marcelo Cassio Alexandre (OAB 175464/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Margaux Guerreiro de Castro (OAB 3917/AM)
Maria Elisa Magalhães Marcolin (OAB 96862/RS)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Mirelly Vieira Macedo de Almeida (OAB 5174RO)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neydianne Batista Gonçalves (OAB 37352/SC)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paulo Fernando Rodrigues (OAB 160413/SP)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)

Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Cezar Nascimento Ribeiro (OAB 12017/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Saulo Grana de Menezes (OAB 2408/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suzana Afonso Garcia Barros (OAB 4920/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Sylvia Tatiana Cherobim Figueiredo (OAB 150104/RJ)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Vandesson Barbosa Santiago (OAB 12217/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO ANTÔNIO PINTO DAMASCENO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0233/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0327550-62.2007.8.04.0001 (001.07.327550-7) - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para no prazo de 15 (quinze) dias,retirar os autos em carga, se assim lhe aprouver, com a advertência de que, decorrido o prazo sem qualquer manifestação, os autos serão devolvidos ao Arquivo geral.

Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0222/2019

ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM), ADV: RUY RIBEIRO DA SILVEIRA (OAB 5335/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: RONNY ONETI LIMA (OAB 13040/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: MARCOS OSAMO BASTO TAKEDA (OAB 3739/AM), ADV: ROQUE DE ALMEIDA LIMA (OAB 7216/AM) - Processo 0207108-96.2009.8.04.0001 (001.09.207108-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Fernandes de Lima - REQUERIDO: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0235501-79.2019.8.04.0001 (processo principal 0213484-35.2008.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Miguel Barrella Filho - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, determino à Secretaria consultar o saldo da importância depositada; em caso positivo, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação (art. 525 do CPC), certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos para decisão. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 520, §2º, do CPC, podendo pleitear o que entender de direito nesse mesmo prazo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0264138-21.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marcos Fábio Pereira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA), ADV: ALMERIO FERREIRA BOTELHO (OAB 000.271/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: ANA CAROLINA COELHO MOTA SANTIAGO (OAB 6635/AM), ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM) - Processo 0328845-37.2007.8.04.0001 (001.07.328845-5) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Vieirlaves Imob Ltda - REQUERIDA: Benedita de Freitas Ribeiro - Sônia Gomes da Silva e outros - Defiro o pedido de fls. 297/298. Para tanto, e considerando a maior celeridade na prestação das informações requisitadas, determino a consulta no SIEL , Renajud e Infojud de Zenaidy dos Santos Rodrigues. Após, dê-se vista ao Exequente, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ANA LUIZA BORGES COELHO CARDOSO (OAB 13317/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: FÁBIO CÉSAR OLIVEIRA CABRAL (OAB 3224/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: MONICA RODRIGUES VANZIN (OAB 12412/AM) - Processo 0600141-91.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Engeco-ralc Spe LTDA e outro - REQUERIDO: Wilson Ferreira Cardoso e outros - Ante o exposto, defiro a antecipação de tutela de

reintegração de posse para o bem descrito na Inicial, devendo-se expedir o competente Mandado, determinando que a parte requerida desocupe o imóvel em 10 (dez) dias, contados da sua intimação, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00, limitada a 05 (cinco) dias. Passado o prazo voluntário e da multa astreinte, não tendo a parte requerida desocupado o imóvel, autorizo, se necessário, o uso de força policial. Expeça-se o respectivo mandado. Em análise aos autos verifico que, não obstante o CPC determine a realização de audiência preliminar na presente fase processual, devo ressaltar que o §4º, II do art. 334, do mesmo código, afirma que a referida audiência não será realizada quando "não se admitir a autocomposição". Em princípio, isso, poderia somente significar que o juiz deve dispensar a audiência preliminar quando tiver dados que espelhem que a tentativa de conciliação não logrará êxito. Mas, na verdade, diante do disposto acima, quando as circunstâncias da causa evidenciarem ser improvável a obtenção de conciliação, o juiz deverá consultar as partes sobre a intenção de conciliação, pois, o juiz não se pode dar a possibilidade de dispensa da audiência preliminar com base em uma simples "impressão subjetiva" das "circunstâncias da causa". Dessa forma, para que no futuro não se alegue nulidade ou cerceamento de defesa, bem como para que não haja atrasos ao andamento do feito com a realização de atos desnecessários, determino a intimação das partes para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias sobre a intenção de conciliação. Caso, não haja interesse das partes na conciliação, em face da questão de mérito ser unicamente de direito, e não haver necessidade de produzir prova em audiência, julgo-me apto para antecipar o julgamento da lide, nos termos do disposto no artigo 355, inciso I, do CPC. A esse talante, intimem-se as partes e após, se não houver irresignação a esse entender, através do recurso adequado, voltem-se conclusos os autos para decisão. Intime-se. Cumpra-se

ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ), ADV: ESTELLY MAREZA BARBOSA DA SILVA (OAB 11394/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601048-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO DE BARTOLO CAPITÃO BARREIROS (OAB 208647/RJ) - Processo 0601088-72.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Jose Eduardo de Almeida Basto - Do cotejo dos autos, verifico que, embora tenha transcorrido o prazo concedido pelo Juízo para a comprovação do pagamento da primeira parcela, conforme certificado no caderno processual (fl. 85), o requerente colacionou o respectivo comprovante (fls. 93/95) antes da prolação da sentença. Assim, considerando o pagamento da primeira parcela antes da extinção e em prol da celeridade processual, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a ordem de cancelamento da distribuição (fl. 96). Em prosseguimento do feito, determino a citação da requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, preste constas relativa à relação negocial alegada na exordial ou apresente defesa aos termos da presente demanda, consoante dispõe o art. 550, caput, do CPC. Por conseguinte, determino que o requerente, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue e comprove nos autos o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n°4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob pena de extinção; ficando a parte autora advertida de que deverá adotar as diligencias necessárias para a emissão da respectiva guia de recolhimento pelo sistema disponível no site deste Poder. Com a comprovação, expeça-se o respectivo expediente para a citação. Na hipótese da requerida não ser encontrada no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD e INFOJUD havendo requerimento nesse sentido e após a comprovação pelo autor de recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa. Sendo obtido novo endereço, proceda-se a intimação do requerente para, em 05 (cinco) dias, recolher as despesas para a realização do ato citatório e comprovar o aludido pagamento nos autos, sob pena de extinção. Com a comprovação, expeça-se o expediente necessário. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0601836-12.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Nancimira Dinelis Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607468-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM) - Processo 0608695-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Gláucia Azevedo Narcelha - REQUERIDO: Daniel Felix da Silva - Considerando que o termo da audiência de instrução e julgamento realizada no dia 19/03/19, às 09:30 horas não foi liberado nos autos em sua integralidade, bem como que o equívoco foi suprido às fls. 961/964, determino a intimação das partes para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, apresentem alegações finais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA (OAB 174540MG) - Processo 0611688-55.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Katia de Souza Ferreira (manutex) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO CLEMENTE VILELA (OAB 220907/SP), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM), ADV: GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA (OAB 178268A/SP) - Processo 0613685-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Giannetta Alves de Carvalho - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Mobiliários Ltda - Construtora Capital S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0613735-07.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada

para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BETINA BRENDA GOMES LUNIER (OAB 12370/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0614390-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Polimix Concreto Ltda. - REQUERIDO: L W de V Duarte - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM) - Processo 0615038-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pemaza Amazonia S.a - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha as custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as penas da lei.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615814-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lindeth Macena da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0616371-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hailton da Costa Taveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0617269-90.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS CARMO FILHO (OAB 6818/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0617472-18.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: Naverio - Navegação do Rio Amazonas Ltda - REQUERIDO: Diomar Alano - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu omissão nem, mantendo incólume os termos da decisão proferida, a qual está devidamente fundamentada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0623236-87.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0625429-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Carlos José de Barros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626417-91.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Euzileide da Silva Rocha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca da petição e documentos de fls. 251/270, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632406-10.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633892-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0636431-71.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Rogério Menezes da Silva - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e outro - No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0637836-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lineuza de Souza e Souza - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Global Gnz Transportes Ltda (Nome Fantasia: Viação Global Green Ltda.) - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0639813-67.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: José Ubiratan Pinheiro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0640459-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimundo Lima da Luz - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0641269-18.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Comprovada a mora do requerido, defiro liminarmente a medida pretendida de busca e apreensão do bem reclamado, o qual será depositado em mãos da pessoa indicada pelo requerente, que deverá assinar o termo respectivo (art. 3º, caput, do Decreto-lei nº 911, de 01.10.69). Cumprida a liminar, cite-se o requerido para pagar a integralidade da dívida, no prazo de 05 (cinco) dias, segundo os valores apresentados na inicial, e, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da execução da liminar, mesmo que tenha purgado a mora, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição (art. 3º, §§ 2º, 3º e 4º, Decreto-lei n. 911/69). Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0654174-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Avelino Dias de Sousa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0656937-63.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Jg Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - deixo de apreciar o pedido de reconsideração (fls. 66/67). Tendo em vista que o pedido de reconsideração não produz qualquer efeito quanto ao prazo fixado, aguarde-se em Cartório o término do seu transcurso. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0659607-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 691A/AM), ADV: JOSUE DE CASTRO NOBREGA (OAB 2190/AM), ADV: CLÁUDIO VICENTE MONTEIRO (OAB 88206/SP) - Processo 0700285-78.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edifício Sense Apart Hotel - REQUERIDO: Nelson Raimundo de Oliveira Azedo - LITSPASSIV: Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, determino à Secretaria consultar o saldo da importância depositada; em caso positivo, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, podendo pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: ROSANA JARDIM RIELLA PEDRÃO (OAB 25298/PR), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB 1161A/AM) - Processo 0705828-28.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Gláucia Abreu da Costa - REQUERIDO: Porto Veículos Ltda - Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB 1161A/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Almerio Ferreira Botelho (OAB 000.271/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Carolina Coelho Mota Santiago (OAB 6635/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Ana Luiza Borges Coelho Cardoso (OAB 13317/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Betina Brenda Gomes Lunier (OAB 12370/AM)
Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
CLÁUDIO VICENTE MONTEIRO (OAB 88206/SP)
Cristian Mendes da Silva (OAB 691A/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Eduardo Francisco Ferreira de Souza (OAB 174540MG)

Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Estelly Mareza Barbosa da Silva (OAB 11394/AM)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio César Oliveira Cabral (OAB 3224/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Clemente Vilela (OAB 220907/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (OAB 178268A/SP)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Josue de Castro Nobrega (OAB 2190/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB 6818/AM)
Marcos Osamo Basto Takeda (OAB 3739/AM)
Maria da Conceição de Bartolo Capitão Barreiros (OAB 208647/RJ)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Monica Rodrigues Vanzin (OAB 12412/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Ronny Oneti Lima (OAB 13040/AM)
Roque de Almeida Lima (OAB 7216/AM)
ROSANA JARDIM RIELLA PEDRÃO (OAB 25298/PR)
Ruy Ribeiro da Silveira (OAB 5335/AM)
Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB 135753/RJ)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0362/2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: RODRIGO OTÁVIO BERNIZ LEITE (OAB 8465/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0238730-62.2010.8.04.0001 (001.10.238730-4) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: White Martins Gases Industria do Norte S/A - REQUERIDO: O. M. de Souza Filho & Cia Ltda. (Clínica Santa Márcia) - Vistos em correição permanente. Fica estabelecido à Secretaria, em processos que se encontrem em fase de cumprimento de sentença, o que adiante se vê, como meio eficaz de garantir razoável duração ao processo. 1. De início, intime-se o Executado nos termos abaixo: Da análise dos autos, imperioso que, à luz do artigo 523, §§ 1º e 2º do Digesto Processual Civil seja o Réu intimado ao cumprimento voluntário da obrigação, com acréscimo de custas, se houver. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento). Em caso de pagamento parcial no prazo aludido, a multa e os honorários haverão incidir sobre o restante. "Caso o executado não satisfaça a obrigação no prazo de 15 dias, serão geradas algumas consequências desfavoráveis a ele, além de ser iniciada de forma automática, sem a necessidade de sua intimação, o prazo de 15 dias para apresentar sua impugnação." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 903). Observe-se que em caso de não pagamento, de intempestividade deste e/ou não apresentação de impugnação o que haverá ser certificado pela Secretaria desta UPJ, expedir-se-á, de logo e independentemente de novo despacho, mandado de penhora e avaliação com balizas procedimentais estabelecidas para os atos de expropriação, tal o que reza o artigo 523, § 3º, da Lei do Rito Civil, exceto se o Exequente formular pedido expresso para o bloqueio de ativos financeiros através do BacenJud, quando então se lhe impõe obediência ao que dita o artigo 524 e incisos, do CPC, afinal referida medida de constrição está ancorada no artigo 835 e haverá se verificar como preceituado no artigo 854 do mesmo Diploma. Em sendo positiva a penhora de ativos financeiros (constrição on line), mister seja intimado o Executado, através de seu patrono, ou pessoalmente no caso de não o possuir, a fim de que se manifeste sobre a indisponibilidade, no prazo de 05 (cinco) dias, ex vi do art. 854, §§ 2° e 3°, da Lei do Rito Civil. Finalmente salientar que, nos termos do artigo 517, caput, do Código de Processo Civil, "a decisão judicial transitada em julgado pode ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523. Trata-se de medida executiva indireta, ou seja, uma forma de pressionar psicologicamente o executado a cumprir a obrigação por meio da ameaça de sua situação ser piorada, caso não satisfaça a obrigação no prazo de 15 dias (STJ, 3ª Turma, Resp 750.805/RS, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 14/02/2008, DJe 16/06/2009)." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 905). A intimação haverá ser ultimar por publicação. Controle-se o prazo assinalado. Cumpra-se. 2. Em se realizando o pagamento de conformidade com os cálculos apresentados pelo Autor, expeça-se alvará a quem ostentar habilitação postulacional certa nos autos; 3. O processo se tornará em conclusão apenas para análise acerca de impugnação OU para autorização desta Autoridade quanto ao alvará expedido pela Secretaria desta UPJ. Cumpra-se.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0607022-11.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguros Marítimos - REQUERENTE: Nilzilene Lima Ferreira e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para

o dia 05/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610027-46.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Luciana da Silva Almeida - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0624548-93.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Vistos e examinados. O Autor movimentou o aparato judiciário com o propósito de obter pronunciamento jurisdicional, a cargo do Estado-Juiz, através da demanda de Busca e Apreensão com fundamento no Decreto-Lei nº 911/69. Alegou, em síntese, o entabulamento do Contrato de Financiamento de Veículo com o Réu, para a aquisição de automotor gravado com cláusula de alienação fiduciária e o seu inadimplemento pecuniário. Individualizou o bem coo sendo um automóvel JAC, J6 DIOMOND 2.0 16V(MOVIE) BAS.4P, cor prata, chassi LJ16AK233C4496558, ano/modelo 2011/2012, placa OAM1846. Sentença de fls. 77 a 82 julgou procedente a demanda, declarou a posse em favor do Autor e determinou a busca e apreensão do bem. O Autor, intimado a adimplir as custas referentes ao Meirinho, compareceu às fls. 95 para comprovar pagamento destas. Certidão do Oficial de Justiça (fls. 102), informou que o bem não mais se encontra com o Réu que por sua vez alegou a venda do automóvel. Manifestou-se o Autor para informar novo endereço de localização do bem, qual seja " BC DA PAZ, Nº132, COROADO - MANAUS//AM". Intimado o Autor para pagamento de novas custas de diligência do Oficial de Justiça (fls. 106), deixou de se manifestar, conforme se extrai de certidão de fls. 108). É o relatório. DECIDO. Na hipótese espelhada diante deste Juízo, entende, a signatária, que a extinção do processo sem resolução de mérito é medida que se impõe sempre que o Autor da demanda, instado a impulsionar o feito esclarecendo, demonstrando ou cumprindo que lhe foi jurídica e objetivamente indicado, deixa de fazê-lo na forma como disciplinada na lei processual, sem trazer qualquer justificativa para tal. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, e o decurso do tempo é atribuído às partes por não atender à ordem emanada por autoridade judiciária. Nos autos não houve, pelo Autor o recolhimento dos valores referentes a diligência a cargo do Oficial de Justiça, dentro do prazo judicialmente assinalado, cônscio que o comando judicial para o válido cumprimento da sentença com o aperfeiçoamento da ordem de busca e apreensão do bem autoral. Nem se diga que o recolhimento a destempo se lhe aproveitaria, isto porque se constituindo o Autor em sólida instituição financeira com número significativo de demandas judiciais, tem obrigação de contar com planejamento jurídico interno e externo a cargo de banca de advogados (escritório jurídico) contratada para a tutela prevalente de seus interesses, aos quais se granjeia o apontamento de sua orientação para que mantenha. Parte dispositiva Desta feita, JULGO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DA DEMANDA de BUSCA E APREENSÃO, ante a inobservância ao requisito de desenvolvimento válido e regular do processo, relativo este ao recolhimento das custas do Oficial de Justiça, dentro do prazo que lhe foi judicialmente assinalado. Faço-o por sentença sem resolução do mérito, na forma como insculpido no artigo 485, inciso IV, § 3º, da Lei do Rito Civil. Custas iniciais de processamento da demanda recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno processual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0626718-33.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM) - Processo 0630350-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Apolo Ribeiro de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, a fim de condenar a parte requerida ao pagamento remanescente, à parte autora, do valor de R$ 4.387,50 (quatro mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a título de indenização pela invalidez constatada pelo expert, corrigido monetariamente desde a data do acidente e acrescido de juros de mora desde a citação. P.R.I.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0630670-88.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Ante ao exposto, defiro parcialmente o requerimento de fls. 130 e determino que se renove a expedição de mandado executório. Intime-se a empresa Exequente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria n° 116/2017, publicada no DJE no dia 23 de janeiro de 2017. Diante da comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0631512-97.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0633541-57.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Dubom Fracionamento e Ind. de Cereais Ltda - Vistos e examinados. Trata-se de demanda monitória aviada por Dubom Fracionamento e Ind. De Cereais LTDA e Lenice da Costa Nascimento em face de Águia Comercio Atacadista de Produtos Alimentícios Ltda., em virtude de inadimplemento por parte desta quanto a variados produtos vendidos (fls. 1 a 6). Os autores atribuíram a causa o valor de R$ 77.762,49 (setenta e sete mil, setecentos e sessenta dois reais e quarenta e nove centavos), sobre as quais requereram a benesse da gratuidade da justiça. Em análise preliminar, este Juízo solicitou dos litigantes do polo ativo que comprovasse sua carência econômica, para que fosse concedida a isenção de custas (fls. 360 e 361). Todavia, não foram anexados documentos que realmente ensejassem em deferimento, portanto proferiu-se a decisão das folhas 419 e 420, ordenando o pagamento das custas. O recolhimento destas se deu nas folhas 425 a 428 dos autos. Desta feita, a Magistrada da presente ação proferiu decisão interlocutória (fls. 430 a 432), ordenando a citação do Réu. Emitiu-se mandado de citação e pagamento (fl. 442 e 448), contudo não se obteve êxito (fl. 450). Consecutivamente, o Cartório desta 2ª Unidade de Processamento - UPJ intimou os autores, através de ato ordinatório (fl. 451), para que os mesmos se manifestassem acerca do não cumprimento do mandado, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Todavia, deu-

se a inércia (fls. 453 e 454). É o relato. Decido. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a dicção que se extrai do artigo 6º, da Lei do Rito Civil que integra seu conteúdo ao princípio constitucional da razoável duração do processo, tal o preconizado no artigo 5º, LXVIII, da Constituição Federal. Ocupo-me da transcrição do dispositivo estatuído no Digesto Processual Civil, porquanto novel a todos nós operadores do direito. "Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva." Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, ou Secretarias de Órgãos Jurisdicionais, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. "O dever de cooperar existe no interesse de todos, pos todos pretendem que o processo seja solucionado em tempo razoável." (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo / coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier [et al] - 1. ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 62). Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que os Autores hajam praticado os atos que lhes competem inclusive sem atentarem ao prazo legal para que o fizesse, tampouco declinaram motivação plausível para sua inobservância. Aponto, pois, que tais providências lhes foram expressamente apontadas no Ato Ordinatório emanado pela Secretaria deste Juízo, para a qual, por meio da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, foi delegada poderes, dentre eles o de determinar ao Autor emenda à inicial, consoante o artigo 1º, inciso X daquela legislação, no qual há inclusive expressa indicação do artigo 321 do Digesto Processual Civil. Art. 1º Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por ele designados a prática de atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas. (...) omissis X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (Art. 321, do NCPC), bem como initmar a parte para regularizar a sua representação processual (art. 76, NCPC) Ora, o aludido artigo 321, em seu parágrafo único, expressamente prevê que se o Autor não cumprir a diligência, ocorrente na hipótese, o juiz indeferirá a petição inicial. Não se desincumbiu, pois, o Autor de atender aos requisitos da petição inicial estatuídos que são no artigo 319, do Digesto Processual Civil, tais as pontuações realizadas no relatório desta sentença. Descurou, pois de manifestar-se acerca do mandado (fls. 442 e 448) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo de 05 (cinco) dias. Parte dispositiva Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito de conformidade com o que dita o artigo 485, inciso IV, combinado com o artigo 316, do Novo Digesto Processual Civil. Observe-se às partes que poderão novamente propor a demanda, desde que ultimem o saneamento de todos os vícios que lhe foram, objetivamente apontados neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas de lei exigíveis, porquanto silentes os Autores quanto à demonstração de hipossuficiência para o recolhimento. Honorários advocatícios que não são estabelecidos, eis que não formada a relação jurídico-processual em triangulação. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime-se a baixa.

ADV: DERLI PASSOS DA SILVA (OAB 8876/AM), ADV: VALCINETE BRITO RODRIGUES (OAB 12915/AM), ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM) - Processo 0633739-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Euclides Carlos dos Anjos - ASSLITISC: Hélio Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0635579-08.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Darlan dos Santos Rodrigues - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636563-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0643797-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos em correição permanente. Em análise preliminar, este Juízo vislumbrou a necessidade do Autor comprovar condição de beneficiário da gratuidade da justiça (fls. 276 a 278). Desta feita, emendou a exordial utilizando os mesmo argumentos e insistindo nos pleitos formulados anteriormente (fls. 283 a 286). É o breve relato. Decido. Primeiramente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois que o Juízo entendeu que, em fls. 31 a 176, o Autor acostou aos autos documentos suficientes para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Pois bem. "Pode-se, pois, continuar a afirmar que ação monitória visa à concessão de tutela diferenciada por meio da adoção das técnicas da cognição sumária e do contraditório diferido e eventual: mediante a cognição sumária, o magistrado perfaz um juízo de probabilidade do direito invocado pelo autor, determinando a emissão de mandado para a sua satisfação; por conta do contraditório diferido, o comando judicial para a satisfação do direito é emitido antes da oitiva do réu, tendo sua eficácia executiva liberada caso não seja apresentada a defesa típica no prazo cabível." Verificando, pois, esta Magistrada, que a petição inicial está devidamente instruída, e atende aos requisitos insertos no artigo 700, § 2º do novo Código de Processo Civil, defiro, a expedição, de plano, de mandado de pagamento, a se cumprir em desfavor do acionado. Desta forma, cite-se a parte ré para que pague a importância constante da inicial, cientificando-a de que lhe é concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando, entretanto, isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo (artigo 701 caput e § 1º nova Lei do Rito Civil). Inexistem óbices para que, dentro da quinzena, sejam oferecidos embargos, os quais hão suspender a eficácia do mandado inicial, abrindo-se, em relação a este procedimento, a dilação probatória reservada ao processo de conhecimento. Não sendo opostos embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, § 2º da nova Lei do Rito Civil). Consigne-se no mandado, ainda, que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (artigos 701, § 1º cumulado com o artigo 916, ambos da nova Lei do Rito Civil). Desta forma, pelas razões jurígenas expostas, indefiro o pedido de citação postal feito pelo autor na peça inicial. Ressalta esta julgadora que o Autor

demonstra expressamente no bojo da exordial seu desinteresse em relação à realização de audiência de conciliação e mediação prevista no artigo 319, inciso VI da Lei do Rito Civil. Intime-se o Autor por publicação, inclusive para que realize eventual depósito para cumprimento da diligência a cargo de oficial de justiça, sem o que é de lhe ser reconhecida a falta de atendimento ao pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo que culminará com sentença de extinção da demanda. Assinalação do prazo de 5 (cinco) dias, tal como dita o artigo 218, § 3º da nova Lei do Rito Civil, independentemente de novo despacho.Cumpra-se.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0645512-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Lino José Tiago Gomes - Vistos. Trata-se de demanda de restabelecimento de auxílio doença previdenciário com conversão em auxílio doença por acidente de trabalho, e subsidiariamente em aposentadoria por invalidez, cumulado com tutela antecipada aviada por contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna tutela antecipatória de urgência para manutenção do benefício previdenciário de auxílio doença e conversão em acidentário (fl. 10). É o relato. Decido. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ:"A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica - prova imprescindível ao deslinde da demanda - o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0647299-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Unicred Manaus - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais de Saúde de Nível Superior - Vistos. Em análise preliminar, este Juízo verificou discrepância no cadastro do polo ativo da demanda, no sistema SAJ-PG5, qual seja, "UNICRED MANAUS COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NÍVEL SUPERIOR" e o que consta na exordial "COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE MANAUS SICOOB UNIAM" (fls. 83 e 84). Desta feita, o Autor reconheceu seu equivoco e requereu a alteração da denominação do polo ativo para "COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE MANAUS - SICOOB" (fl. 86). É o breve relato. Decido. Pois bem. "Pode-se, pois, continuar a afirmar que ação monitória visa à concessão de tutela diferenciada por meio da adoção das técnicas da cognição sumária e do contraditório diferido e eventual: mediante a cognição sumária, o magistrado perfaz um juízo de probabilidade do direito invocado pelo autor, determinando a emissão de mandado para a sua satisfação; por conta do contraditório diferido, o comando judicial para a satisfação do direito é emitido antes da oitiva do réu, tendo sua eficácia executiva liberada caso não seja apresentada a defesa típica no prazo cabível.". Verificando, pois, esta Magistrada, que a petição inicial está devidamente instruída, e atende aos requisitos insertos no artigo 700, § 2º do novo Código de Processo Civil, defiro, a expedição, de plano, de mandado de pagamento, a se cumprir em desfavor do acionado. Desta forma, cite-se a parte ré para que pague a importância constante da inicial, cientificando-a de que lhe é concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa, ficando, entretanto, isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo (artigo 701 caput e § 1º nova Lei do Rito Civil). Inexistem óbices para que, dentro da quinzena, sejam oferecidos embargos, os quais hão suspender a eficácia do mandado inicial, abrindo-se, em relação a este procedimento, a dilação probatória reservada ao processo de conhecimento. Não sendo opostos embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo (artigo 701, § 2º da nova Lei do Rito Civil). Consigne-se no mandado, ainda, que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, a parte devedora poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (artigos 701, § 1º cumulado com o artigo 916, ambos da nova Lei do Rito Civil). Desta forma, pelas razões jurígenas expostas, indefiro o pedido de citação postal feito pelo autor na peça inicial. Ressalta esta julgadora que o Autor demonstra expressamente no bojo da exordial seu desinteresse em relação à realização de audiência de conciliação e mediação prevista no artigo 319, inciso VI da Lei do Rito Civil. Intime-se o Autor por publicação, inclusive para que realize eventual depósito para cumprimento da diligência a cargo de oficial de justiça, sem o que é de lhe ser reconhecida a falta de atendimento ao pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo que culminará com sentença de extinção da demanda. Assinalação do prazo de 5 (cinco) dias, tal como dita o artigo 218, § 3º da nova Lei do Rito Civil, independentemente de novo despacho. Por fim, determino à Secretaria que realize alteração do polo ativo da demanda, conforme as folhas 83 a 86 dos autos, visando o prosseguimento da demanda e a celeridade processual. Cumpra-se com urgência.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647949-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Mendes da Fonseca - Vistos. Trata-se de demanda de reparação por danos materiais e morais aviada por TEREZINHA DE JESUS MENDES DA FONSECA em face BANCO DO BRASIL S/A em virtude de alegado não recebimento do correto valor devido à Autora de suas cotas do PASEP que não foram mantidas, referente aos anos 1985, 1986, 1988 e 1989. Requer danos materiais no montante de R$ 160.205,32 (cento e sessenta mil, duzentos e cinco reais e trinta e dois centavos); danos morais no montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Dá-se à causa o valor de R$ 170.205,32 (cento e setenta mil, duzentos e cinco reais e trinta e dois centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, determino ao Autor que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que seja o Autor intimado a trazer ao feito virtual comprovantes de recolhimento do IR relativos aos dois últimos exercícios, Comprovante de rendimentos e de gastos. Faça-o em 15 (quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento da benesse, de conformidade com o que reza o artigo 99,§ 2º da nova Lei do Rito Civil. Mais recentemente o Desembargador CLÁUDIO ROESSING, na qualidade de relator, decidiu monocraticamente a Apelação Cível interposta contra sentença desta Julgadora no Processo n. 0611390-73.2013.8.04.0001 (Revisional do Contrato de Financiamento de veículo automotor - Autor: Jorge Rosário de Carvalho e Réu: Banco Panamericano S.A.) que tramitou perante este Juízo e que culminou com a improcedência da demanda e indeferimento da benesse de gratuidade. Fê-lo conhecendo o recurso, mas julgando-o prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do STF, ou de Tribunal Superior. Assim, foi mantida a sentença

judicial. À altura, o Desembargador Relator citou jurisprudência consolidada acerca da assistência judiciária gratuita, a qual é perfeitamente aplicável à espécie: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA ALTERAR A DECISÃO AGRAVADA. INDEFERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PREPARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 187/STJ. RECURSO DESERTO. 1. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçam a decisão agravada, razão que enseja a negativa do provimento ao agravo regimental. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e firme no sentido de que, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único e §4º, §1º, da Lei 1.060/50, a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo. Contudo, até que seja provida, a parte não está exonerada do recolhimento das custas processuais. 3. Cabe ao recorrente comprovar o preparo, incluindo custas e porte de remessa e retorno, situação que não se verifica na hipótese dos autos, motivo pelo qual incide o óbice da Súmula n. 187/STJ. Recurso deserto. 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no Ag 1217675/MG, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 30/11/2010). Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento do pleito da gratuidade da justiça. Intime-se e cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648205-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elisângela Custodio de Souza - Vistos. Ante a suspeita de repetição sendo uma delas através deste feito e, a outra, por meio do processo que tomou o número 0637191-78.2019 como destacado pela informação do SAJ/PG5 em relação a qual, após análise desta julgadora, constatou não haver igualdade de partes. Trata-se de demanda Acidentária aviada por Elisângela Custódio de Souza contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Atribuiu-se a causa o valor R$ 62.068,23 (sessenta e dois mil e sessenta e oito reais e vinte e três centavos), sob os quais requereu-se a benesse da justiça gratuita. Pugna tutela antecipatória de urgência para manutenção do benefício previdenciário de auxílio doença. É o relato. Decido. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado.". Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica - prova imprescindível ao deslinde da demanda - o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0648212-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos em correição permanente. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fls. 30 a 32). Atribuiu à causa o valor de R$ 44.531,68 (quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos), sob os quais recolheu as custas de processamento da demanda (fls. 34 a 38). Acostou aos autos procuração (fls. 6 a 15), demonstrativo de débito (fl. 33) e cédula de crédito bancário (fls. 24 a 27). É o relato. Decido. Noutro giro apontar a inexistência do recolhimento das custas processuais para o aviamento desta demanda, motivo pelo qual ordeno à Secretaria que busque saber diante da Contadoria se o Autor realizou o recolhimento das custas processuais relativas ao processamento desta demanda. Em caso negativo sejam tomadas as necessárias providências para que o faça, no prazo que adiante assinalo, sob pena de indeferimento da exordial. Nunca demais lembrar que o não recolhimento das custas processuais inviabiliza o regular andamento do feito, provocando sua extinção sem aprofundamento do mérito, na forma do que apregoa o artigo 485, inciso IV, do Digesto Processual Civil. Assim sendo, ordeno seja dirigida intimação ao Autor para que, em 15 (quinze) dias emende a vestibular, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, sob pena de seu indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito. Controle-se o prazo assinalado. Recomendo que qualquer peça a ser atravessada pelo Autor só o seja depois de publicado este pronunciamento. Cumpra-se.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0648806-65.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Masters Engenharia, Instalações e Projetos Ltda. - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda monitória aviada por Máster's Engenharia, Instalações e Projetos Ltda. em face de Crimiso Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE e Capital Rossi S/A, fulcrada em Contrato de Prestação de Serviços de Mão de Obra Especializada com Fornecimentos de Materiais, como dita o Autor em fls. 1 a 11. Atribui à causa valor de R$ 412.360,64 (quatrocentos e doze mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos), sob as quais as custas de processamento da demanda não foram recolhidas. É o relato. Decido. Noutro giro apontar a inexistência do recolhimento das custas processuais para o aviamento desta demanda, motivo pelo qual ordeno à Secretaria que busque saber diante da Contadoria se o Autor realizou o recolhimento das custas processuais relativas ao processamento desta demanda. Em caso negativo sejam tomadas as necessárias providências para que o faça, no prazo que adiante assinalo, sob pena de indeferimento da exordial. Nunca demais lembrar que o não recolhimento das custas processuais inviabiliza o regular andamento do feito, provocando sua extinção sem aprofundamento do mérito, na forma do que apregoa o artigo 485, inciso IV, do Digesto Processual Civil. Assim sendo, ordeno seja dirigida intimação ao Autor para que, em 15 (quinze) dias emende a vestibular, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, sob pena de seu indeferimento e extinção do feito sem resolução do mérito. Controle-se o prazo assinalado. Recomendo que qualquer peça a ser atravessada pelo Autor só o seja depois de publicado este pronunciamento. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0659086-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Andrea Souza Grana Natal - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Vistos e examinados. A Autora ANDREA SOUZA GRANA NATAL manejou o aparato judiciário para obter, através da demanda declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com reparação de danos morais e materiais, tutela jurisdicional para obter a repetição indébito dos descontos que julgara indevidos, bem como indenização por danos morais. Em juízo de admissibilidade da exordial (fls. 39 a 41), houve este Juízo determinar sua emenda para comprovação de hipossuficiência do Autor para benesse da gratuidade da justiça. Todavia, diante da inércia da parte autora ao comando, conforme certificação de fls. 44, a gratuidade da justiça foi indeferida e o Autor foi regularmente intimado ao recolhimento das custas de processamento da demanda, todavia, permaneceu silente, conforme certificação de (fls. 93). Não citado regularmente o Réu, houve seu comparecimento espontâneo aos

autos acostando contestação (fls. 48 a 77), procuração (fls. 78 a 81) e contrato social (fls. 78 a 81). Contestação (fls. 48 a 77) rechaçando os pedidos elencados pela Autora em exordial (fls. 1 a 10). É o relatório. DECIDO. Na hipótese espelhada diante deste Juízo, entende, a signatária, que a extinção do processo sem resolução de mérito é medida que se impõe sempre que o Autor da demanda, instado a impulsionar o feito esclarecendo, demonstrando o que lhe foi jurídica e objetivamente indicado, deixa de fazê-lo na forma como disciplinada na lei processual, sem trazer qualquer justificativa para tal. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que o Autor haja praticado os atos que lhe competem e que lhe afirmam a sustentabilidade da pretensão inicial. Em verdade, sequer observou o prazo legal de 15 (quinze) dias firmado para a emenda da petição inicial, o que leva este Juízo a declarar sua peremptoriedade ante a desídia da parte que se sabe ostentar condições jurídicas para o cumprimento fidedigno da ordem objetivamente firmada. Aprofunda-se. Em verdade entende, a signatária, que a extinção do processo sem resolução de mérito é medida que se impõe sempre que o Autor da demanda, instado a promover a emenda da vestibular, deixa de fazê-lo na forma como disciplinada na lei processual, permite o escoamento do prazo legal sem apresentação de justificativa, ou se limita a pedir sua dilação sem espraiar o motivo para tal. Assimilo, pois que em casos como o ventilado, a declaração de sua improrrogabilidade se impõe como medida de império que faz transmudar a natureza do prazo para a declaração de sua peremptoriedade em nome do interesse público, vertido este na observância do princípio da razoável duração do processo. Registre-se que o Autor deixou escoar o prazo legal sem cumprir o comando judicial, violando o princípio da cooperação (artigo 6º, da Lei do Rito Civil) que deve preparar a demanda no caminho da certeza e segurança jurídicas. Parte dispositiva Ex positis, Indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTA a presente demanda proferindo sentença sem resolução do mérito, fazendo-o por inobservância ao que dita o parágrafo único do artigo 321 do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 485, incisos I e IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo Autor a quem foi indeferida a benesse de gratuidade (fls. 45). Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Decorrido o prazo recursal, proceda-se à baixa diante da distribuição, arquivando-se definitivamente os autos.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0660508-42.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Derli Passos da Silva (OAB 8876/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Otávio Berniz Leite (OAB 8465/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Valcinete Brito Rodrigues (OAB 12915/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO LIA MARIA GUEDES DE FREITAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0363/2019

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0603887-64.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: José Alberto Nogueira de Alencar - Vistos. Demanda com sentença objeto de apelação que restou provida para anular o decisório extintivo e determinar o regular prosseguimento do feito, conforme se extrai de acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível (fls. 113 a 116). Requereu o Autor a conversão do feito de busca e apreensão em execução (fls. 84 a 87). Fê-lo depois de buscada a citação do Réu e apreensão do veículo objeto da demanda, sem qualquer êxito, o que é bastante ao reconhecimento de adequação do pedido autoral. ORDENO à Secretaria que modifique o nomen iuris da demanda para execução. DETERMINO ao Exequente que colacione ao caderno processual o cálculo atualizado do crédito exequendo; indique com fidedignidade os dados do Executado e/ou garantidor, inclusive a respeito do seu CPF/CNPJ; confirme os dados de sua intimação que se seguirá à indisponibilidade e recolha as custas para a consecução da diligência de penhora de ativos financeiros em nome daqueles, por intermédio do BacenJud. Isto pois infrutíferas diligências anteriores de citação. Faça-o em 5 dias, sob pena de arquivamento da demanda executiva. Observe-se-lhe que os cálculos haverão considerar as parcelas vencidas e vincendas. Em sendo atendido o comando supramencionado, DEFIRO a providência de indisponibilidade de ativos financeiros (depósitos ou aplicações financeiras) em nome do Executado (artigo 854, caput, do Digesto Processual Civil), a pedido do Exequente, segundo ordem de preferência legal relativizada (artigo 835, inciso I, da Lei do Rito Civil). Faça-o, a Secretaria, através da autoridade supervisora do sistema financeiro nacional. Cancelar-se-á, em 24 (vinte e quatro) horas a indisponibilidade excessiva. Não se excogitará da transferência do numerário sem que se seja oportunizado ao Executado a defesa impugnativa. Concretizada a indisponibilidade, intimar-se-á o Executado pessoalmente ou por advogado para, em 5 (cinco) dias, ofertarem impugnação. Fa-lo-á em contraditório diferido para invocar o excesso, ou a

impenhorabilidade, segundo o que reza o artigo 854, §3°, da Lei do Rito Civil, para que haja pronunciamento judicial. Na hipótese de rejeição ou falta de resposta, independentemente de outro despacho, converter-se-á a indisponibilidade em penhora e transferir-se-á o valor constrito para a conta de depósito judicial a fim de que o Exequente o levante por alvará em nome de pessoa autorizada ao referido desembaraço. Acaso o veículo seja encontrado, retomar-se-á a demanda de Busca e Apreensão. Intime-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611873-30.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Mateus Gomes dos Santos - Vistos. Em que pesem as diligências levadas a efeito pelo Autor para a localização de endereços do Réu para sua citação, as quais são recebidas por este órgão judicial como cooperativas, é de mister que se faça uso das ferramentas judiciais de busca INFOJUD e RENAJUD, a fim de que sejam exauridas as tentativas de citação, antes do deferimento da citação editalícia. Ordeno, pois ao Autor que, em 5 dias manifeste se tem interesse no uso das ferramentas supramencionadas, se positivo, que recolha as custas atinentes à realização das mencionadas consultas para, 5 dias após o conhecimento do resultado, promover a citação do Réu, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Em caso de não localização de endereços dos Executados através das aludidas ferramentas, e, só então, o que deve ser certificado, é que se haverá justificar o pedido de citação editalícia. Intime-se.

ADV: PAULO LUIZ MARCONI JÚNIOR (OAB 270278/SP), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: FERNANDO GOMES DOS REIS LOBO (OAB 183676/SP) - Processo 0613082-05.2016.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Administração judicial - REQUERENTE: Melo Distribuidora de Peças Ltda. (Em Recuperação Judicial) - INTSSADA: Procuradoria da República no Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Município de Manaus - JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - PROMOTOR: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTSSADO: Alvarez & Marshal Administração Judicial Ltda. - ADMINISTRA: Karen Bezerra Rosa Braga - INTSSADO: Tribunal Regional do Trabalho (11ª Vara do Trabalho de Manaus) - EDITAL DE PROCESSAMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONVOCAÇÃO DE CREDORES E TERCEIROS INTERESSADOS PARA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. Autos: 0613082-05.2016.8.04.0001 Ação: Recuperação judicial Requerente: MELO DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA. A Doutora IDA MARIA DA COSTA DE ANDRADE, Juíza de direito da 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus, em virtude de lei, e a requerimento do Ministério Público e da Administradora judicial Dra. Karen Bezerra Rosa Braga, FAZ SABER que, em conformidade com o artigo 52, §1º, da lei 11.101/2005 (LRF) pelo presente edital sobre PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, CONVOCAÇÃO DE CREDORES E TERCEIROS INTERESSADOS DA EMPRESA MELO DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA (CNPJ: 04.618.302/0001-89) PARA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES, considerando que está em trâmite no referido Juízo o processo de Recuperação Judicial de MELO DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA (processo digital nº 0613082-05.2016.8.04.0001, no site: www.tjam.jus.br), foi proferida decisão (fls.299/300 dos autos - 29/05/16 - DJAM 2/6/2016 - fl. 69), deferindo o processamento da recuperação judicial e demais determinações na forma da lei, consoante segue: - Vistos. Preenchidos os requisitos do art. 51, da LRE, defiro o processamento do pedido de Recuperação Judicial formulado por Melo Distribuidora de Peças Ltda, nomeio Administrador Judicial, Sr. Luiz Vicente Bacellar, administrador, observado o disposto no art. 21, da LRE, que deverá ser intimado pessoalmente a prestar o compromisso no prazo de 48 horas, conforme dispõe o art.52, inciso I, c/c art. 33, da LRE. Em consequência do deferimento, fica o devedor dispensado da apresentação de certidões negativas para o exercício de suas atividades, salvo para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, observando o disposto no art. 69, da LRE. Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor, na forma do art. 6º, da LRE, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, permanecendo os respectivos autos nos juízos onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos§ 1º, 2º e 7º, do art. 6º, da LRE e as relativas a créditos excetuados na forma dos § 3º e 4º do art. 49 da LRE, cabendo ao devedor informar o fato aos juízos competentes. O devedor deverá apresentar contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. Além disso, determino o depósito em Cartório dos documentos de escrituração contábil e demais relatórios auxiliares, segundo dispõe o art 51, § 1º, da LRE. O devedor deverá ainda apresentar o Plano de Recuperação Judicial no prazo improrrogável de 60 dias, sob pena de convolação em falência, com base no art. 53 c/c. Art 73, inciso II da LRE. Intimem-se o Ministério Público, as Fazendas Públicas Federais e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento. Para fins de elaboração do QuadroGeral de Credores, publique-se o edital previsto no art. 52, § 1º, da LRE no Diário Oficial, devendo conter: I - o resumo do pedido do devedor e da decisão que defere o processamento da recuperação judicial; II - a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação da cada credito; III - a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, da LRE, e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor nos termos do art. 55, da LRE, salvo na hipótese do art. 53, parágrafo único da LRE. Admitido o processamento de recuperação judicial da autora, nos termos do art. 49, da Lei 11.101/05, os débitos pretéritos desta, com as ressalvas insertas na própria Lei, ficam suspensos, eis que serão discriminadas suas formas de pagamento quando da apresentação, em até 60 dias, do plano de recuperação. Desta forma, concedo a liminar requerida para o fim de sustar a ordem de pagamento das contas vencidas em face da requerida, bem como para determinar que as empresas fornecedoras se abstenham de promover a cessação da prestação dos serviços essenciais.- Informa, destarte, que em 27/03/2019 às fls. 4108-4117 foi proferida a seguinte Decisão destituindo a empresa DCP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA e prorrogando o beneplácito legal até a ocorrência da AGC: - (...) DESTITUO a empresa DCP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, por meio de seu representante legal Luiz Vicente Bacellar, da função de administrador judicial pelas razões fático-jurídicas descortinadas, o que por óbvio lhe gera a consequência de não poder novamente exercer tal mister pelos próximos 5 anos. Determino, todavia que o substituído entregue, de imediato os bens, livros e documentos da empresa que ficaram sob sua responsabilidade (artigo 22, inciso III, alínea 'q'), assim como relate as atividades por si desenvolvidas ao novo administrador judicial. Fa-lo-á em 5 dias. Estabeleço como limite temporal da suspensão de 180 dias o da realização da assembleia. Logo, à exceção do caso fortuito ou força maior, uma vez instalado aquele ato assemblear, haja ou não aprovação do plano, as ações e execuções retomarão seu curso automaticamente. A tal respeito lembrar que a promotora de justiça se manifestou favoravelmente a uma única prorrogação (fls. 1.860 a 1.864)- . Outrossim, em 24/04/2019, foi nomeada nova Administradora Judicial, consoante Decisão de fls. 4214: - (...) Desta feita, nomeio administradora judicial, em substituição, a Dra. KAREN BEZERRA ROSA BRAGA, com endereço de correspondência eletrônica karenrosa_@hotmail.com, a quem ordeno preste compromisso em 48 horas, desde que aceite a nomeação, para, em 15 dias subsequentes, apresentar relatório integral do processamento da recuperação e daí em diante nos exatos termos do decisórios supramencionado que, como afirmado alhures, é mantido integralmente. - Sendo assim sirvo-me do presente Edital, em conformidade com os artigos 35, 36 e 37, da lei 11.101/2005 PARA CONVOCAR TODOS OS CREDORES E TERCEIROS INTERESSADOS DA EMPRESA MELO DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA para que compareçam e se reúnam em ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES, a ser realizada - na SEDE DA EMPRESA RECUPERANDA - Rua Tefé, n.º 487, Praça 14 de Janeiro, Manaus/AM, CEP.: 69020-090, nos dias 27/09/2019 às 10:00 horas da manhã, em PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, ocasião em que o conclave será instalado com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e, caso não haja quórum

nesta ocasião, ficam já convocados para, em SEGUNDA CONVOCAÇÃO, a ser realizada no mesmo local, no dia 04/10/2019 às 10:00h da manhã, a qual será instalada com a presença de qualquer número de credores. A Assembleia ora convocada tem como objeto a deliberação sobre a seguinte ordem: a) A aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial (fls. 423/454 e 455/727, dos respectivos autos) apresentado pela devedora; b) O quadro geral de credores (fls. 4291/4299), se encontra disponível nos eletrônicos, n.º 0613082-05.2016.8.04.0001, sítio do TJAM, e pode também ser obtido via correspondência electronica dirigida para administradora Judicial constante no corpo deste edital; e c) qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores. Faz saber ainda, sem prejuízo, a todos os CREDORES será oportunizado exercer, no prazo de lei, o seu direito a habilitação, divergência ou impugnação quanto aos créditos relacionados às fls. 4291-4299 (autos digitais n.º 0613082-05.2016.804.0001, site: www.tjam.jus.br, conforme previsão no Enunciado 103 CJF), bem como sobre a decisão de prorrogação de seu processamento do beneplácito legal até a ocorrência da AGC (fls.4108 a 4117). Os credores poderão obter cópia do plano de recuperação judicial e também de quaisquer documentos contábeis e fiscais, tudo para maior transparência do processo de recuperação e deliberação da Assembleia junto à Administradora Judicial, com escritório Rua Joao Valério - n. 325, sala 07, bairro do Vieiralves, CEP: 69053-140, na cidade de Manaus - AM, no horário comercial, mediante solicitação prévia de 24h pelo telefone (92) 98415-7406 ou e-mail - karenrjmelo@gmail.com ou karenrosa_@hotmail.com. Ainda, o presente edital tem por finalidades a intimação dos credores da empresa MELO DISTRIBUIDORA DE PEÇAS sobre o julgamento da relação de credores apresentada pela Administradora Judicial (artigo 7º, §2º, da lei 11.101/2005) de fls. 4291-4299, reabertura do prazo de habilitação/divergência de crédito, recebimento do plano de recuperação de fls. 423/454 e 455/727, sobre a fixação do prazo de 30 (trinta) dias corridos para a manifestação de eventuais objeções ao plano, bem como sobre a fixação do prazo de 10 (dez) dias corridos, após findado o prazo anterior para objeções ao plano, para impugnação do crédito (artigo 8º, da lei 11.101/2005). Dado e passado nesta cidade e comarca de Manaus, aos 17 dias do mês de junho do ano de 2019. Eu, ___ Karen Bezerra Rosa Braga, Administradora judicial, nomeada às fls. 4214 e 4217, digitei e subscrevi o presente edital. Sede do juízo: Av. Paraíba S/Nº, 3º andar, setor 06, São Francisco, Manaus - CEP: 69079-265 - 15ª vara cível e acidente de trabalho da comarca de Manaus/Amazonas Cartório da 2UPJ - Unidade de Processamento Judicial, fone: 3303-5119.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0626651-10.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Jony Rodrigues Nunes - Vistos. Nos autos coube à instituição financeira pugnar a conversão da Busca e Apreensão em Execução. Fê-lo depois de buscada a citação do Réu e cumprimento de liminar que determinou a apreensão do bem objeto da demanda, embora este não haja sido encontrado, o que é bastante ao reconhecimento de adequação do pedido autoral. ORDENO à Secretaria que modifique o nomen iuris da demanda para execução. DETERMINO ao Exequente que indique com fidedignidade os dados do Executado e/ou garantidor, inclusive a respeito do seu CPF/CNPJ; confirme os dados de sua intimação que se seguirá à indisponibilidade e recolha as custas para a consecução da diligência de penhora de ativos financeiros em nome daqueles, por intermédio do BacenJud. Faça-o em 5 dias, sob pena de arquivamento da demanda executiva. Observe-se-lhe que os cálculos haverão considerar as parcelas vencidas e vincendas. Em sendo atendido o comando supramencionado, DEFIRO a providência de indisponibilidade de ativos financeiros (depósitos ou aplicações financeiras) em nome do Executado (artigo 854, caput, do Digesto Processual Civil), a pedido do Exequente, segundo ordem de preferência legal relativizada (artigo 835, inciso I, da Lei do Rito Civil). Faça-o, a Secretaria, através da autoridade supervisora do sistema financeiro nacional. Cancelar-se-á, em 24 (vinte e quatro) horas a indisponibilidade excessiva. Não se excogitará da transferência do numerário sem que se seja oportunizado ao Executado a defesa impugnativa. Concretizada a indisponibilidade, intimar-se-á o Executado pessoalmente ou por advogado para, em 5 (cinco) dias, ofertarem impugnação. Fa-lo-á em contraditório diferido para invocar o excesso, ou a impenhorabilidade, segundo o que reza o artigo 854, §3°, da Lei do Rito Civil, para que haja pronunciamento judicial. Na hipótese de rejeição ou falta de resposta, independentemente de outro despacho, converter-se-á a indisponibilidade em penhora e transferir-se-á o valor constrito para a conta de depósito judicial a fim de que o Exequente o levante por alvará em nome de pessoa autorizada ao referido desembaraço. Acaso o veículo seja encontrado, retomar-se-á a demanda de Busca e Apreensão. Intime-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0636743-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliana Mossambite Izaias - REQUERIDO: Condomínio Edifício Work Side Flat Manaus - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 04/11/2019, às 09:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0640170-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lanaplast Indústria da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Marlene de Oliveira Almeida Eirelli - EPP (Ferragens Oliveira) - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 04/11/2019, às 15:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: SANDRO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 4830/AM) - Processo 0640516-61.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Dissolução - REQUERENTE: Marcos Antônio Pereira - Renato Alberto Marques Lins - Autoserviço Processamento de Dados Ltda. - REQUERIDO: Marcos Aurélio Neves Cabral - Vistos. Em juízo de admissibilidade da exordial, houve este Juízo determinar ao Autor que corrigisse o valor da causa em conformidade com o proveito econômico pretendido de dissolução da sociedade. Regularmente intimado, o Autor procedeu à correção do valor da causa, no importe de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), correspondente ao proveito econômico pretendido. Outrossim, requereu o parcelamento das custas de processamento da demanda (fls. 84 e 85). É o sucinto relato. Decido. Da análise acurada do pórtico autoral, bem como do balanço patrimonial da pessoa jurídica (fls. 34 a 37) e análise das demonstrações contábeis (fls. 38 a 41), CONCEDO apenas o parcelamento das custas em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, cujo pagamento integral deverá ocorrer antes da sentença, com correção monetária. Faço-o com fulcro no artigo 98, § 6º, do CPC, c/c Portaria nº 490/2017-PTJ. “O art. 98, § 6º, permite que o adiantamento das taxas judiciárias e das demais despesas processuais seja feito de forma parcelada, devendo o juiz analisar a necessidade da parte ou do terceiro de acordo com as peculiaridades do caso concreto. Caberá ao juiz estabelecer a quantidade de parcelas para o pagamento das despesas processuais.” (Câmara, Hélder Moroni. Código de processo civil: comentado São Paulo: Almedina, 2016, p. 169). Assinalação do prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o Autor comprove a este Juízo o recolhimento relativo à primeira parcela das custas, assim como para o recolhimento da despesa relativa ao expediente postal citatório, sob pena de extinção do feito por falta de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. À Secretaria, as providências de desembaraço e fiscalização do correto recolhimento das parcelas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0640894-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDA: Yanibesth Magdalena Ovalles Caraballo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019, às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0648092-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Neiry Janne Gama Matias - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos. Trata-se de demanda declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito cumulada com indenizatória por danos morais aviada por NEIRY JANNE GAMA MATIAS em face de BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A em razão de descontos indevidos que a Autora vem sofrendo em seu contracheque a título de "OLÉ BONSUC. CARTÃO 10 - cód. 6305". Informa a Autora que solicitou o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), disponível em cartão de crédito consignado em virtude de empréstimo contratado anteriormente; todavia, não há previsão que os descontos realizados em contracheque irão cessar. Requer a repetição indébito, no importe de R$ 13.682,10 (treze mil, seiscentos e oitenta e dois reais e dez centavos), bem como indenização por danos morais, no montante de R$ 30.000,00 (trinta mil reais); Atribuiu à causa o valor de R$ 43.682,10 (quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e dois reais e dez centavos), sob o qual requer a benesse da justiça gratuita. É o relato. Decido. Preliminarmente, DEFIRO a benesse da gratuidade da justiça, porquanto a Autora acostou aos autos (fls. 11 e 12) documentos (contracheque) suficientes para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pela Autora relativo este à afirmativa de descontos realizados a título de "OLÉ BONSUC. CARTÃO 10 - cód. 6305", porquanto não haja previsão para os descontos cessarem. O segundo requisito - periculum in mora - também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie pode levar a prejuízo que pode ser potencializado por descontos realizados por tempo indeterminado. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu que suspenda os descontos consignados a título "OLÉ BONSUC. CARTÃO 10 - cód. 6305" em folha de pagamento diante do órgão público em que a Autora exerce atividade. Faça-o em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual, até a data da audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossuficiência informacional e técnica do Autor, na qualidade de consumidor. É a dicção do artigo 6º, inciso VIII, do Digesto Consumerista. "Cabimento da inversão do ônus da prova para determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA NÃO OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE - RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC) - ART. 6º, DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; (...) IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fi m de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. V - Recurso especial improvido, no caso concreto." (REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 28/03/2012) Tema: 411. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada audiência conciliatória, durante a Semana Nacional de Conciliação no dia 04/11/2019 às 09:30, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado da Autora e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela antecipada de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se a Autora através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648155-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosângela Patrícia Batista - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Trata-se de demanda Acidentária aviada por ROSÂNGELA PATRICIA BATISTA contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna a concessão do auxílio acidente; restabelecimento do auxílio doença e conversão/concessão do benefício em aposentadoria por invalidez. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648201-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Daywe Cristian Gadelha de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por DAYWE CRISTIAN GADELHA DE SOUZA contra o

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna a concessão do auxílio acidente; restabelecimento do auxílio doença e conversão/concessão do benefício em aposentadoria por invalidez. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0648453-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Derivaldo Ferreira Nogueira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos. Trata-se de demanda Acidentária aviada por DERIVALDO FERREIRA NOGUEIRA contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna tutela antecipatória de urgência para concessão do auxílio doença. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648522-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Charles Castro Bezerra - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Trata-se de demanda Acidentária aviada por CHARLES CASTRO BEZERRA contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna a concessão do auxílio acidente; restabelecimento do auxílio doença e conversão/concessão do benefício em aposentadoria por invalidez. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648562-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcílio Pinheiro da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Trata-se de demanda Acidentária aviada por MARCILIO PINHEIRO DA SILVA contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o propósito de obter o auxílio doença acidentário. Pugna concessão do auxílio acidente; restabelecimento do auxílio doença e conversão/concessão do benefício em aposentadoria por invalidez. Pois bem, inicialmente, quanto ao pleito de gratuidade judiciária, entendo por seu deferimento, porquanto a presunção de hipossuficiência do Autor emerja dos autos em virtude da condição de segurado por ele ostentada. A tal respeito, a Súmula 110, do STJ: "A isenção de pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado." Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica prova imprescindível ao deslinde da demanda o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fernando Gomes dos Reis Lobo (OAB 183676/SP)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Paulo Luiz Marconi Júnior (OAB 270278/SP)
Sandro Rodrigues de Souza (OAB 4830/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0346/2019

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0237245-27.2010.8.04.0001 (001.10.237245-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Galdino José de Souza - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e privados com escopo de obter informação acerca da parte Requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR. EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ-Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: JOÃO BOSCO CARDOSO SAMPAIO (OAB 5681/AM), ADV: ROZIANE LOPES BRAGA (OAB 6590/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JANES ALMEIDA NOGUEIRA (OAB 2122/AM) - Processo 0318691-57.2007.8.04.0001 (001.07.318691-1) - Imissão na Posse - Imissão - EXEQUENTE: Lourenço & Marques Ltda. - EXECUTADO: M. Borges de Oliveira Serviços Pneumáticos e Comércio Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602327-53.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: André Luís Pinto dos Santos - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º, do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado, atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno o requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, proceda-se a baixa no sistema processual, sem prejuízo de reativação caso postulado. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0605375-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: João Domingos Oliveira do Rego - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido intentado por João Domingos Oliveira do Rego (1.214.866.533-4) em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para condenar a parte requerida a restabelecer o benefício auxílio-doença desde a data da cessação administrativa do benefício (04/09/2017), até a reabilitação profissional do segurado, ficando o demandado autorizado a efetuar compensação dos valores já alcançados ao autor, no período da condenação, a título de auxílio doença concedido, para evitar duplo pagamento do benefício. Aplico os juros e correção monetária, nos termos do artigo 41-A da Lei n° 8.213/91, incluído pela Lei n° 11.430/06 e o art. 18 da Lei n° 8.870/94. Defiro a tutela antecipada na presente demanda, com base no artigo 273 do CPC, para que seja restabelecido o pagamento do benefício do auxílio-doença (NB 618.329.414-8), nos termos da inicial. Outrossim, fixo multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por dia pelo descumprimento da tutela concedida, no montante máximo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Os juros incidem a partir da citação, no percentual de 1% ao mês, nos moldes da Súmula 204 do STJ. Condeno a requerida ao pagamento das custas decorrentes da perícia e nos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, incidindo apenas sobre as parcelas vencidas até a prolação da sentença, de acordo com o teor da Súmula 111, do STJ. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621749-14.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Arivan Barreto da Silva - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0625724-10.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0626111-30.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Zaga Comércio de Artigos Esportivos Ltda. - ME - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se a parte Exequente, por advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0629754-93.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João Valério Delfino Monteiro Guimarães - Intime-se a parte vencida, pessoalmente, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo

pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0632162-23.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Átila Pereira da Silva - R. H. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: DANILO CARVALHO FREIRE SILVA FILHO (OAB 162033/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0634968-65.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imissão - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Roberto Souza e Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da Petição de fls. 340/342 e documentos, no prazo de 05 (cinco) dias.

Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB 162033/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Janes Almeida Nogueira (OAB 2122/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco Cardoso Sampaio (OAB 5681/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Roziane Lopes Braga (OAB 6590/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0347/2019

ADV: ALEXANDRE FRANCISCO FERREIRA DE MORAES (OAB 6853/AM) - Processo 0615080-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Alexandre Francisco Ferreira de Moraes - Sandrelly Gonçalves Gadelha de Moraes - REQUERIDO: S. K. N. Enterprise Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/03/2020, às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0619441-05.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Cleomar Costa de Oliveira - REQUERIDO: API SPE 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/02/2020, às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0623435-12.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Casa do Controle - Evandro Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0625792-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Antônio Gonçalves de Figueiredo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEONARDO CUNHA E SILVA DE AGUIAR (OAB 3470/AM) - Processo 0630296-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Romênia Herica Martins da Costa - REQUERIDO: Raimundo Nonato da Silva Costa - Alan Lemos da Costa - Ana Carolina Lemos da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/03/2020, às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM), ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM) - Processo 0632999-10.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - EXECUTADO: Mikayl G. do Nascimento - ME - INTSSADO: Tribunal de Justiça do Estado de Roraima/RR - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (verificar os sistemas que constarão neste Ato Ordinatório Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: LUCAS LYRA DE FREITAS (OAB 10515/AM) - Processo 0634649-29.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Serviço Social da Indústria - SESI - REQUERIDA: Luciana Lyra de Freitas - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM), ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: ANA MARIA HOLANDA FARIAS SALES (OAB 4502/AM) - Processo 0641804-

83.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Davi da Silva Macêdo - REQUERIDO: Gate Mídia Agência de Notícia Ltda. - ME - Resolve Factoring Fomento Mercantil Ltda. - Luiza Gabriela Cachoeira Juvenci - INTSSADO: Juízo Cível da Comarca de Colatina - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da Devolução de Carta Precatória, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0642139-05.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século Ltda. - EPP - EXECUTADA: Luciane Barros de Castro - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de Cuiabá - MT - Juízo de Direito da Comarca de Rondonópolis - MT - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da devolução de carta precatória às fls antecedentes por falta de recolhimento das custas no juízo deprecado, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0642956-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Fábio Oliveira Gomes - Magnólia Reis Praia Gomes - REQUERIDO: Construtora Rayol Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/03/2020, às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM) - Processo 0646144-02.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José de Moura Teixeira Lopes - REQUERIDO: Ronaldo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/02/2020, às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: DANIEL SABÓIA GUERREIRO (OAB 11051/AM) - Processo 0646712-81.2018.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Califórnia Comércio de Vestuário Ltda. - REQUERIDO: Pátio Sertório Shopping Ltda. - Manauara Shopping - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/02/2020, às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0653671-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria do Carmo Salles de Almeida - REQUERIDO: Banco Itaú BMG Consignado S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/03/2020, às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARIA AUXILIADORA SOUZA E SILVA (OAB 6966/AM), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: TADEU DE SOUZA SILVA (OAB 6878/AM) - Processo 0658407-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601714-04.2013.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Arley Leal Ribeiro - REQUERIDO: Réu de Qualificação Desconhecida - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/10/2019, às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Francisco Ferreira de Moraes (OAB 6853/AM)
Ana Maria Holanda Farias Sales (OAB 4502/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
Daniel Sabóia Guerreiro (OAB 11051/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (OAB 3470/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lucas Lyra de Freitas (OAB 10515/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Maria Auxiliadora Souza e Silva (OAB 6966/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Tadeu de Souza Silva (OAB 6878/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0217/2019

ADV: FLÁVIO EMANOEL DO ESPÍRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0202495-28.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda - REQUERIDA: Delta Tecnologia em Usinagem Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALINE SCHLACHATA BARBOSA (OAB 4145/RO), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LUCIANA DAL'AGNOL (OAB 6774/MT) - Processo 0209914-02.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ostrowski & Irmaos Ltda - REQUERIDA: Chibatão Navegação e Comércio Ltda (Porto Chibatão) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para ciência do Ofício de fls. 540-542.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: LUCIANA DAL'AGNOL (OAB 6774/MT), ADV: ALINE SCHLACHATA BARBOSA (OAB 4145/RO), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM) - Processo 0209914-02.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ostrowski & Irmaos Ltda - REQUERIDA: Chibatão Navegação e Comércio Ltda (Porto Chibatão) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta

nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do Termo de Audiência de fls. 545-546 , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0600752-73.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Lidiane Perdigão Reis e outro - REQUERIDO: Rossi Residencial S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0603998-77.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: THIAGO GUARDABASSI GUERRERO (OAB 320490/SP), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: DAVI MARTINS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11694/AM) - Processo 0604275-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eduardo Mario das Dores Reis e outros - REQUERIDA: Associação de Aposentados e Pensionistas do Estado do Amazonas Aapeam - LITSPASSIV: Samel - Serviço de Assistência Médica - Hospitalar Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM) - Processo 0604614-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Paulo Marreiro dos Santos Junior e outro - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0610590-69.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Associação Educativa do Brasil - Soebras - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado de realizado via sistema RENAJUD, juntada às fls. 108, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611995-09.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0615913-26.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0623420-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: S. E. Factoring Fomento Mercantil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP) - Processo 0627686-34.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0610933-02.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Cdl Centro de Distribuição e Log Ltda - EMBARGADO: Palhano Fomento Mercantil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM) - Processo 0627948-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Lucio Ramos de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO LUCAS FEITOZA PANTOJA (OAB 11817/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM) - Processo 0630299-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século Ltda - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud e Infojud às fls. 211/235, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631085-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud e Infojud às fls. 84/85, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0634098-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ailton da Silva Campos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CAMILA COELHO GEISSLER (OAB 14649/AM), ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP) - Processo 0634299-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rafaelen de Souza Mateus - REQUERIDO: Motorola Mobility Comercio de Produtos Eletronicos Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAGDA REBELO PONTES (OAB 14355/AM) - Processo 0635097-60.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria de Fatima Pinheiro da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0636548-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Rh - Amazonas Trabalho Temporário Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0637241-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jg Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - REQUERIDO: Braga Motos Ltda - Fabricante Bmw do Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as contestações e documentos.

ADV: KARLA DANIELLE LOIOLA PICANÇO (OAB 10086/AM), ADV: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO (OAB 56347/BA) - Processo 0637388-33.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: Michelle Navarro Ferreira Paolino - REQUERIDO: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA (OAB 110501/RJ) - Processo 0641506-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Renata da Rocha Rebouças - REQUERIDO: Lg Electronics do Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0641602-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Schlachata Barbosa (OAB 4145/RO)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB 11817/AM)
Camila Coelho Geissler (OAB 14649/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Danielle de Azevedo Cardoso (OAB 56347/BA)
Davi Martins da Silva Júnior (OAB 11694/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Flávio Emanoel do Espírito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Karla Danielle Loiola Picanço (OAB 10086/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Luciana Dal'agnol (OAB 6774/MT)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Magda Rebelo Pontes (OAB 14355/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcelo Neumann Moreiras Pessoa (OAB 110501/RJ)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)

Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Guardabassi Guerrero (OAB 320490/SP)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: JURACI APARECIDA VALENTE DA SILVA (OAB 156/RO), ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: MARCUS VINICIUS C. ALBANO DE SOUZA (OAB 002.520/AM) - Processo 0018856-42.2010.8.04.0012 (012.10.018856-0) - Cumprimento de sentença - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - EXEQUENTE: Depex - Distribuidora Comercial e Importadora Ltda. - EXECUTADO: Xerox do Brasil Ltda - Vistos, etc. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolatada nestes autos, onde figuram como partes: Marcus Vinicius Cavalcanti Albano de Souza, Patrono da Empresa Depex - Distribuidora Comercial e Importadora Ltda. (Exequente) e XEROX DO BRASIL LTDA. (Executada). A parte Exequente informou através do petitório de folhas 587, que a dívida foi devidamente quitada, requerendo, desta forma, expedição do competente Alvará Judicial para levantamento de valores bloqueados junto ao sistema BACENJUD e, ainda, baixa e arquivamento dos autos. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Em razão da quitação do débito exequendo, conforme informado através do petitório de folhas 587, declaro extinta a presente Execução, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente Alvará Judicial. Custas remanescentes, se houver, pela Executada XEROX DO BRASIL LTDA. Cumpridas as formalidade legais, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB AM/2026), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JUNIOR (OAB 067.741/MG), ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0064835-07.2003.8.04.0001 (001.03.064835-2) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Ana Carolina Oliveira dos Santos - EXECUTADA: R.O. dos Santos (Novo Horizonte Empresa de Ônibus) - Fundação Nokia de Ensino - Vistos. Ao compulsar os autos, denoto que fora efetuado o pagamento voluntário às fls. 304/306. Pelo exposto, intime-se a parte Autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM) - Processo 0216863-76.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - LISTPASSIV: Serasa Experian - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0226828-68.2017.8.04.0001 (processo principal 0601973-57.2017.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Pagamento - REQUERENTE: Jl Chaar Simao Eireli (Amazon Print) - Vistos, etc. Trata-se de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ajuizado por J L CHAAR SIMÃO - AMAZONPRINT em desfavor dos Sócios da Empresa Requerida/Executada PALÁCIO DE MATERIAL DE SEGURANÇA LTDA., indicados no petitório de folhas 1/6. Juntou documentos às folhas 7/10. Alega o Suscitante que restaram infrutíferas às diligências realizadas nos autos da Execução, para satisfação do crédito, motivo pelo qual requereu a despersonalização da pessoa jurídica. Aduz o Suscitante, que os sócios da Suscitada ocultam-se indevidamente atrás do véu da personalidade jurídica, que não possui qualquer patrimônio para satisfazer o débito em litígio. Dessa forma, alega que estão presentes os requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, a fim de atingir o patrimônio dos Sócios para lograr êxito na execução em curso. É a síntese do necessário. Passo a decidir. A desconsideração da personalidade jurídica consiste na possibilidade de se ignorar a personalidade jurídica autônoma da entidade moral sempre que esta venha a ser utilizada para fins fraudulentos ou diversos daqueles para os quais foi constituída, permitindo que o credor de obrigação assumida pela pessoa jurídica alcance o patrimônio particular de seus sócios ou administradores para satisfação do crédito. Diferentemente do Código Processual anterior, o CPC vigente em seu art. 134, § 2º, determinou que, em não sendo feito o pedido de desconsideração jurídica na inicial, deverá ser instaurado um incidente para tanto. Segundo o códex, para que haja a instauração do incidente, o requerimento deverá demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica (art. 134, § 4º). Tais pressupostos são estabelecidos no art. 50 do Código Civil, in verbis: Art 50. Em caso de abuso de personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. Para que se possa desconsiderar a pessoa jurídica, é necessário que o(s) sócio(s) tenha(m) abusado da mesma, seja desviando a sua personalidade, seja misturando o patrimônio pessoal com o da empresa. Para fins de instauração do incidente, cabe ao Suscitante demonstrar indícios de preenchimento de tais requisitos. Da detida análise dos autos, verifico constar nos autos de 0601973-57.2017.8.04.0001, detalhamento de ordens judiciais de bloqueio de valores em face da Executada PALÁCIO DE MATERIAL DE SEGURANÇA LTDA., onde há registro de que fora tornado indisponível ativos financeiros da referida Empresa, ainda não convertidos em penhora (folhas 80/81). Consta, ainda, juntada de pesquisa realizada junto ao sistema RENAJUD, sem manifestação da parte Exequente, apesar de intimada pelo Diário da Justiça Eletrônico. Não há prova de que a Executada, ora Suscitada, vem esvaziando seu patrimônio e que foi encerrada irregularmente, de forma a se esquivar da execução em curso, vez que valores foram bloqueados em suas conta. Ademais, a Exequente sequer juntou documentos que comprovem sua alegação. O pedido de desconsideração da personalidade jurídica é precoce, sendo necessária maior investigação para que se possa verificar a inexistência de bens e a possibilidade da eventual ocorrência de abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Sendo assim, primeiramente, deverá a Exequente postular a realização de diligências, dentre elas a expedição de mandado de constatação na sede, visando aferir se o estabelecimento permanece em funcionamento, realizar a pesquisa de bens, notadamente, veículos automotores e imóveis e quebra de sigilo fiscal e bancário. Desta feita, REJEITO de plano o pedido, por não demonstrar preenchidos os pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica. Torno sem efeito o Despacho exarado às folhas 19, bem como os atos dele decorrentes. Determino o apensamento deste caderno digital aos autos de nº 0601973-57.2017.8.04.0001. Em não havendo manifestação, cumpridas as formalidades, arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO MACIEL DO NASCIMENTO (OAB 2091/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 497A/AM) - Processo 0237576-77.2008.8.04.0001 (001.08.237576-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: CSM Distribuidora Ltda - Mansur Bichara Neto e outros - Tendo em vista notícia de falecimento do Executado Manuel Norberto Venâncio Coelho Meireles, informado através do petitório de folhas 176, determino a suspensão do presente feito, nos termos do inciso I do artigo 313, e seu §1º, do Código de Processo Civil. Em face do óbito do referido Executado no curso da Ação e, visando assegurar o regular prosseguimento do feito, em ambiente do Devido Processo Legal e Contraditório (CFRB, art. 5º, LIV e LV), determino a intimação dos possíveis herdeiros e também dos Executados para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem a Certidão de Óbito de Manuel Norberto Venâncio Coelho Meireles. Cumprida a diligência, intime-se o Banco Exequente para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo de 60 (sessenta) dias. Descumprida a diligência, restará configurado o abandono do processo, devendo ser extinta a presente Execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: RÔMULO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 5558/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0363006-73.2007.8.04.0001 (001.07.363006-4) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Associacao dos Lojistas do Cecomiz - Alomiz - REQUERIDO: Leonidas Veras dos Santos e outro - Trata-se de manifestação do Patrono Exequente, juntada às folhas 194/195, onde requer providências junto aos sistemas RENAJUD e INFOJUD. Verifico constar às folhas 197/198, juntada de resposta da consulta realizada junto ao BACENJUD, onde consta a informação de indisponibilidade do valor de R$ 566,00 (QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS), nos ativos financeiros da parte Autora, ora Executada. Desta feita, determino a intimação do Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado obtido junto ao BACENJUD. Defiro o pedido de providências junto ao sistema RENAJUD e, em sendo infrutífera a diligência, proceda-se consulta no INFOUJD. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0607865-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Robercy Rodrigues de Vasconcelos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0610261-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Lucia Moreira da Cruz - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: WAGNER LIMA DA COSTA (OAB 9985/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0616953-77.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDA: BERNADETE FERREIRA DE OLIVEIRA - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0618392-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Marques dos Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0619423-42.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Roberta Silva de Sena - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: CARLOS EDUARDO MENDES ALBUQUERQUE (OAB 18857/PE) - Processo 0623016-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a - Vistos. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão proposta por Banco Gmac S.A, em face de Wagner Augusto Araújo dos Santos, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Consta às folhas 93, Certidão da Lavra da Oficial de Justiça, onde informa que a Requerida não foi citada em razão de não ter localizado o número indicado no endereço fornecido na inicial. Instado a manifestar-se, por meio do Ato Ordinatório de fls. 94, o Banco Requerente deixou transcorrer o prazo concedido, sem manifestação, conforme Certidão lavrada às folhas 96. Vieram-me conclusos. Decido. Diante da ausência de manifestação do Banco Autor, determino sua intimação, pessoal, para que no prazo de 5 (cinco) dias, promova os atos e as diligências que lhe incumbir, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM) - Processo 0623627-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: W. Pereira Navegação Ltda - REQUERIDO: Petroleo Brasileiro S/a. - Petrobras - Vistos. Trata-se de Ação de Anulatória com pedido subsidiário de Indenização por Danos Morais proposta por W. Pereira Navegação Ltda, por meio de seu patrono, em face de Petroleo Brasileiro S/a. - Petrobras, todos devidamente qualificados, com o objetivo de obter provimento liminar inaudita altera pars a fim de que a parte Reque rida afaste os efeitos do ato de cancelamento do Convite n° 53002080974178 - Balsas EMP, Oportunidade ID 7001846547 para que prossiga seu trâmite regular, bem como, a suspensão do Procedimento Licitatório n° 7002482381, até ulterior deliberação desse juízo. Decisão de fls. 908/910, deferindo o pedido de tutela de urgência. Em fls. 1003/1010, consta a comunicação a este Juízo acerca da Decisão prolatada em sede de segundo grau (Agravo de Instrumento n° 4003218-19.2019.8.04.0000) em que foi deferido o efeito suspensivo à Decisão de fls. 908/910, face a ausência de requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência. Às fls. 1011/1064, apresentada a Contestação da Requerida. Réplica

apresentada às fls. 1174/1195. Às fls. 1211/1216, consta petitório da parte Requerente solicitando a reapreciação para deferimento de tutela de urgência. Compulsando os autos e após detida análise dos presentes autos, verifico estar presente os pressupostos indispensáveis ao deferimento da tutela pretendida, nos termos do artigo 300, caput e parágrafo 3°, do Código de Processo Civil, a citar, a existência da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e a inexistência do perigo de irreversibilidade dos efeitos da Decisão. A Requerente demonstra com os fatos narrados, por meio de vasta documentação acostada à peça vestibular, os requisitos necessários para o deferimento do pedido liminar, muito embora o Relator tenha entendido que a decisão de fls. 766, não foi bem fundamentada. A referida decisão cumpriu todas as exigências feitas pela Requerida em prol do certame n° 53002080974178 - Balsas EMP, Oportunidade: 70018466547, inclusive formulando a adequação tributária exigida pela Petrobrás, alterando o Demonstrativo de Formação de Preço (DFP) no mesmo valor da segunda proposta considerando a tributação pelo ICMS, criando assim uma expectativa de direito à licitante que poderá causar danos a ela e a terceiros com o cancelamento do certame imotivado. Assim, esta Magistrada está convencida quanto à probabilidade do direito, conforme documentos acostados às folhas 58/900, bem como complementado com os documentos carreados às fls. 1217/1235. Latente o perigo de dano, se não concedida a medida neste momento, tendo em vista que com a ocorrência das demais etapas do Procedimento Licitatório n° 7002482381, poderá o objeto ser adjudicado e homologado a outrem, tornando o resultado final inútil em razão do tempo, vez que restará inviável a apreciação do pleito principal da demanda. Ressalte-se que o serviço licitado é de grande monta e a empresa Requerente não pode parar o seu funcionamento, pois deve honrar com a preservação dos diversos empregos, pagamentos a fornecedores, obrigações trabalhistas e sociais dentre outros compromissos. Por fim, resta praticamente inexistente o perigo de irreversibilidade, na medida em que a Requerida não experimentará prejuízo significativo à sua existência ou à continuidade de suas atividades, vez que, em princípio, deu causa à presente demanda. E, caso fique provada, posteriormente, em sede de defesa ou durante a fase instrutória, que o motivo de cancelamento do ato se revele existente, e ainda que haja ao final do processo a improcedência do pedido, a tutela de urgência será revogada. Frise-se que não havendo prejuízo neste momento ao ser deferida a liminar, as considerações de mérito serão consubstanciadas na lei com todas as provas a serem colacionadas à instrução. Destarte, presentes os requisitos necessários e ante à força dos argumentos da Requerente, a proteção ao seu direito subjetivo que por ora se impõem. Pelo exposto, com arrimo no artigo 300 do Código de Processo Civil, defiro parcialmente o pedido de tutela provisória de urgência, para determinar a intimação pessoal da parte Requerida Petroleo Brasileiro S/a. - Petrobras para que suspenda o procedimento licitatório n° 7002482381, com a obrigação de não adjudicar e não homologar o presente certame, até ulterior deliberação desse juízo. Fixo o prazo de 48h (quarenta e oito horas), a partir da ciência deste, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), até o limite de 30 (trinta) dias, em caso de descumprimento desta Decisão, à luz do artigo 297, parágrafo único, e artigo 536, § 1º, ambos do Código de Processo Civil. Do exposto, intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso de prazo, com ou sem manifestação voltem conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM) - Processo 0632242-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Djalma de Souza Castelo Branco - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0633691-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valterlina Vicencia Ferreira Cruz Ribeiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização

das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: NATHÁLIA APARECIDA SOUSA DANTAS (OAB 22248/CE) - Processo 0636680-22.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos. Defiro o petitório de fls. 73. Intime-se a parte Exequente para acostar aos autos comprovante de pagamento das custas cobradas pela consulta aos sistemas judiciais, ora pleiteados, consoante Portaria 116/2017 - PTJ, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Providências junto ao INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, após recolhimento das custas, para fins de localização da parte requerida e do bem alvo da liminar. Após, intime-se a parte requerente para manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta realizada através dos sistemas mencionados, requerendo o quê de direito. À secretaria para proceder com o cadastro dos advogados subscritores da petição de fls. 73 e procuração de fls. 74/81 e substabelecidos de fls. 82/84. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BÁRBARA TRINDADE LOPES (OAB 9178/AM), ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0637319-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fernanda Neves Moreira e outro - REQUERIDO: Clínica Veterinária Diagnovet (F. A. Serviços Veterinários Ltda. Me) - Por todo o exposto, ACATO a impugnação para revogar a concessão do benefício da gratuidade da justiça aos Autores/Impugnados. Ato contínuo, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça pleiteado pela parte Ré/Impugnante. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Ressalto que o Requerente pode se valer do parcelamento das custas, conforme preconiza o art. 98, §6º, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0638125-36.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Jeferson de Castro Loiola e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARIA MONICA SOUILLJEE (OAB 77203/RS), ADV: ELIZABETE RUBBO (OAB 100237/RS) - Processo 0638622-50.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Erechim Ferro e Aço Eireli - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 09/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: HARBEN GOMES AVELAR (OAB 9795/AM) - Processo 0638830-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: José Almeida de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: YNGRID VENTILARI DE FIGUEIREDO BEZERRA (OAB 4658/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0646031-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Micael José Prata Ferreira - REQUERIDO: Aliança Incorporadora Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JESSICA MACIEL PASSOS (OAB 13808/AM), ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0658975-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Valtemir de Jesus Oliveira Cunha - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB AM/2026)
Bárbara Trindade Lopes (OAB 9178/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Eduardo Mendes Albuquerque (OAB 18857/PE)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Eli Marques Cavalcante Junior (OAB 067.741/MG)
Elizabete Rubbo (OAB 100237/RS)
Francisco Maciel do Nascimento (OAB 2091/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 497A/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Harben Gomes Avelar (OAB 9795/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jessica Maciel Passos (OAB 13808/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Juraci Aparecida Valente da Silva (OAB 156/RO)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcus Vinicius C. Albano de Souza (OAB 002.520/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria Monica Souilljee (OAB 77203/RS)
Nathália Aparecida Sousa Dantas (OAB 22248/CE)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Rômulo Luiz Vieira dos Santos (OAB 5558/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Wagner Lima da Costa (OAB 9985/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yngrid Ventilari de Figueiredo Bezerra (OAB 4658/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0268/2019

ADV: OLIVAR DURÃES FILHO (OAB 2273/AM), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: EDIVALDO NUNES RANIERI (OAB 115637/SP), ADV: ROWENA CHRISTINA SOUZA DE JESUS (OAB 4606/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: GEOVANE ARAÚJO GALVÃO (OAB 636A/AM), ADV: MÁRCIA CRISTINA NERY DA FONSECA ROCHA MEDINA (OAB 2247/AM), ADV: DANIEL DE SOUZA GOÉS (OAB 117548/SP), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0002773-68.1998.8.04.0012 (012.98.002773-7) - Procedimento Sumário - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elias Peres da Silva e outro - REQUERIDO: Viman - Cidade Manauense Ltda - INTSSADO: Antônio Russo Filho - SINETRAM - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Amazonas - Michelle Ribeiro da Silva e outros - Defiro o pedido de fls. 785/786, uma vez que a ré encontra-se em processo de recuperação judicial. Assim, determino a suspensão da presente ação, atendendo o art. 6°, 52, III (Recuperação) da Lei n° 11.101/2005. Expeça-se certidão de crédito em favor do autor para que o mesmo habilite seu crédito nos autos da recuperação judicial que tramita na 6ª Vara Cível de Manaus. Intimem-se.

ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0032256-40.2002.8.04.0001 (001.02.032256-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora "on line", a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. antecedentes, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 34.369,53 no BACEN JUD em desfavor da executada no CPF/CNPJ n° 08.833.759/0001-67. Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se a ré, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: CLAUDIO JORGE MACHADO (OAB 96477/RJ), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: CHRISTINA ALINE DE MELO MARTINS (OAB 7462/AM), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0039339-10.2002.8.04.0001 (001.02.039339-4) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Izaque Pereira da Silva - REQUERIDO: SOLTUR - Solimões Transporte e Turismo Ltda(Viman - Cidade Manauense Ltda) - DENUNCIADO: Companhia de Seguros Minas Brasil (Zurich Minas Brasil Seguros S/A) - Sul América Seguros S.A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 347 a 349, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM) - Processo 0206337-84.2010.8.04.0001 (001.10.206337-1) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Nível Superior de Manaus -UNICRED - EXECUTADA: Rosane Pires de Souza - Pelas razões expostas na petição de fls. 301/302, defiro o pedido ora exposto, para determinar o bloqueio dos valores eventualmente existentes em instituições financeiras por penhora on-line, via Bacenjud, conforme os dados abaixo: Autor: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam. Réu: Rosane Pires de Souza CPF do réu: 939.152.097-91 Valor: R$ 363.626,04 Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. A posteriori, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Havendo ou não manifestação, ao fim do prazo, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO ISAÍAS SOARES MEIRA (OAB 60899/MG), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB 182694/SP), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: EDUARDO ALEXANDRE GUEDES CIDADE (OAB 7179/AM), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB 131896/SP), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO (OAB 20047/SP), ADV: ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 66493/MG), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM), ADV: ADRIANA COUTINHO PINTO (OAB 201531/SP), ADV: ANTÔNIO DE PAULA BEZERRA (OAB 2600/AM), ADV: ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 1126A/AM), ADV: SERGIO ISAIAS SOARES MEIRA (OAB 60899/MG) - Processo 0231004-37.2010.8.04.0001 (001.10.231004-2) - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A - REQUERIDO: GAO & FILHOS PECUÁRIA E AGRICULTURA LTDA - De ordem, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 239, cujo teor segue abaixo: "As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer, nos termos do art. 477, §1° do CPC. "

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0246357-88.2008.8.04.0001 (001.08.246357-4) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Pelas razões expostas na petição de fls. 279, defiro o pedido ora exposto, para determinar a localização e apreensão de valores eventualmente existentes em instituições financeiras por penhora on-line, via BACENJUD, bem como consulta ao RENAJUD e INFOJUD. Autor: Manaus EnergiaS/A. Réu: Fatima Rabelo de Barros. CPF/CNPJ do réu: 129.947.902-20. Valor: R$ 13.045,66. Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito, nos termos do art. 524 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Em caso negativo, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Havendo ou não manifestação, ao fim do prazo, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600091-65.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora

de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM) - Processo 0602344-60.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ROSIMAR DE ALMEIDA BATISTA e outro - REQUERIDO: ROSALVO VEÍCULOS LTDA - Em face ao tempo decorrido sem qualquer manifestação da parte, intime-se, pessoalmente, a Requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção por abandono (art. 485, III, do CPC). Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: CAROLINA POSTIGO SILVA (OAB 9214/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM) - Processo 0605475-09.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MAURÍCIO SILIPRANDI PADILHA - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora para que se manifeste(m) acerca da petição de fls. 403/405, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0607653-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Braulio Alvarez Alvarez e outro - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0608580-86.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 79/80. Nesse espeque, promovam-se consultas aos sistemas de informações ao Judiciário, BACENJUD, RENAJUD e ERIDF-T, a fim de localizar bens passíveis de penhora, haja vista o prévio recolhimento das custas devidas às diligências. Em caso positivo, proceda-se à imediata constrição. Efetuada a penhora dos ativos financeiros, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Após, intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos atos realizados, requerendo o que entender de direito. Por fim, não sendo localizados bens passíveis de penhora, deverão os presentes autos serem arquivados, aguardando cômputo do prazo da prescrição intercorrente, salvo expressa manifestação contrária do exequente, a demonstrar a existência de patrimônio executável. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609462-19.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 99/100. Nesse espeque, promovam-se consultas aos sistemas de informações ao Judiciário, BACENJUD, RENAJUD e ERIDF-T, a fim de localizar bens passíveis de penhora. Em caso positivo, proceda-se à imediata constrição. Para tanto, deverá a parte interessada pagar, no prazo de 05(cinco) dias, as custas dos atos a serem realizados, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Efetuada a penhora dos ativos financeiros, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Após, intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos atos realizados, requerendo o que entender de direito. Por fim, não sendo localizados bens passíveis de penhora, deverão os presentes autos serem arquivados, aguardando cômputo do prazo da prescrição intercorrente, salvo expressa manifestação contrária do exequente, a demonstrar a existência de patrimônio executável. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM) - Processo 0612864-40.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Flex Farma Distribuidora Farmaceutica Ltda - Defiro o pedido de fls.155 e inobstante a razão social ter sido alterada, verifico que se trata do mesmo CNPJ, razão pela qual determino seja realizada consulta e bloqueio do valor de R$ 38.426,23 no BACENJUD em desfavor da executada no CPNJ 18.893.018/0001-25. Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o réu, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0613821-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ROMEL PATRICK SANTOS LOPES - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em razão disso, não conheço o pedido de fls. 111/114, por falta de previsão legal e mantenho a decisão de fl. 108. Façam-me os autos conclusos para julgamento. Cumpra-se. Intimem-se.

ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM), ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM) - Processo 0617527-37.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Brasil Veículo Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDA: Bruna Michele de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉA GONÇALVES OLIVA ITACARAMBI (OAB 25246/GO), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0618811-07.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0631476-89.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Concurso de Credores - EMBARGANTE: BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda) e outros - EMBARGADO: Banco do Brasil S/A - Tendo em vista a manifestação da parte embargante onde expressa desinteresse na audiência de conciliação pautada e levando em consideração que o cancelamento/não designação do referido ato ocorre apenas quando (a) ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual ou (b) quando a matéria/causa não admita autocomposição, DETERMINO que seja dada vista dos autos à parte embargada para que manifeste se possui interesse na conciliação. Caso manifeste desinteresse, determino o cancelamento da referida audiência, devendo os autos voltarem conclusos para o devido prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0621342-08.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: RONALD MANUEL DOS ANJOS PIMENTEL - REQUERIDO: Cetelem Brasil CFI S/A- Credito Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria

Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0622803-83.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0623843-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Guadalupe Moreno Lima - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem do MMº Juiz de Direito, Dr. Rogério José da Costa Vieira, DESIGNO o dia 29 de outubro de 2019 às 09:00hs para realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0624045-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ ,no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0627232-20.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em deferimento ao pedido do autor, realizado por patrono com procuração nos autos (fls. 18/25), homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (ex vi art. 200, parágrafo único, do CPC) e, em consequência, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não tendo este Juízo levado a efeito qualquer restrição sobre o veículo litigioso, deixo de conhecer os outros pedidos. Custas pagas, deixo de condenar em honorários, uma vez insatisfeitas as condições legais para tanto. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, face à ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0627599-49.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: BIANCA DE ALENCAR MOURÃO - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Da análise detida do feito, verifico ser despiciendo o pedido de fl. 422 e anexos, porquanto o INDEFIRO de plano pelas razões que passo a expor. Primeiramente, convém pontuar que o IRDR nº 0005477-60.2016.8.04.0001 ainda não obteve julgamento definitivo, restando pendente admissão e julgamento de Recurso Especial contra a sentença proferida pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, detendo aquele recurso, por força da previsão normativa do art. 987, §1º, do CPC, efeito suspensivo. Dessa forma, determino que reste o presente feito suspenso até decisão definitiva acerca da matéria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0628175-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM), ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: MAURO SÉRGIO LYRA DA SILVA (OAB 6144/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: CARLOS CÉSAR ANDRADE NEGREIROS (OAB 7890/AM) - Processo 0629617-77.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: JOÃO LUIZ MOREIRA DE ABREU e outro - REQUERIDA: Maria de Fátima Andrade da Silva - Israel da Silva Souza - Tendo em vista o decurso do prazo disposto no artigo 112 do CPC, DETERMINO a intimação pessoal dos requerentes, por AR, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar no feito à regularização da sua representação, e requerer o que entender de direito, de modo a possibilitar o andamento desta marcha processual, sob pena de extinção do feito, nos termos dos artigos 76, §1º, inciso I c/c 485, inciso I, ambos do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0629673-37.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aurivanda Barbosa Arruda - Compulsando os autos, verifico que a audiência de fls.69 não foi devidamente concretizada, visto que o Mandado de Citação não foi cumprido integralmente, já que não foi remetido à Central. Assim, designo o dia 16 de dezembro de 2019 às 10:30hs para realização de nova audiência de conciliação, a realizar-se no cejusc-cível, devendo ser expedido novo Mandado de Citação à parte ré com reaproveitamento das custas já recolhidas. Cite-se e intimem-se as demais partes. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0630299-32.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: GABRIEL ARCANJO SANTOS DE ALBUQUERQUE - REQUERIDO: PATRI DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (PATRIMONIO) e outro - Saliento que, apesar do referido acórdão não vedar o prosseguimento do feito nos demais pedidos, entendo que há evidente relação de prejudicialidade quanto às questões abordadas no IRDR, razão pela qual DETERMINO a suspensão do presente feito, até o julgamento final do referido incidente, nos termos do art.313, IV do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0630641-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Anderson de Oliveira Castro - REQUERIDO: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Patriurbis Zero Um Empreendimentos Imobiliários S/A) - Da análise detida do feito, verifico ser despiciendo o pedido de fl. 411/414, porquanto o INDEFIRO de plano pelas razões que passo a expor. Primeiramente, convém pontuar que o IRDR nº 0005477-60.2016.8.04.0001 ainda não obteve julgamento definitivo, restando pendente o julgamento de Recurso Especial n° 1805815/AM (2019/0094573-7) contra o acórdão proferido pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, detendo aquele recurso, por força da previsão normativa do art. 987, §1º, do CPC, efeito suspensivo. Dessa forma, determino que reste o presente feito suspenso até decisão definitiva acerca da matéria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0631053-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Janete de Souza Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade

com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0632582-28.2014.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gicenildo Alberto Gama Dos Santos - Posto isto, reconheço a coisa julgada - nos moldes do disposto no artigo 337, parágrafos 1º, determinando, por conseqüência, a extinção do presente processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso V do CPC. Defiro a gratuidade da justiça. Igualmente, pela sucumbência, condeno o autor ao pagamento das despesas processuais, porém deixo de arbitrar honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Outrossim, nos termos do disposto no art. 98, § 3° do CPC, ressalto que a exigibilidade dos ônus da sucumbência (custas), em relação a parte autora, ficará condicionada à demonstração de que a parte promovente não é mais necessitada, já que se cuida de uma isenção temporária, cabendo à parte vencedora, comprovar que a situação de miserabilidade da parte vencida não mais subsiste nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão. Ademais, seja advertido o Sr. Advogado sobre o ingresso das duas ações idênticas (mesmos elementos), dando a entender, com a nova distribuição, fosse o presente processo distribuído a outra Vara. Não havendo irresignação da presente decisão, através da interposição de recurso, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0634076-54.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - Defiro o pedido de fls.180/181. Proceda-se conforme ali indicado e intime-se a parte executada para que comprove o pagamento das parcelas em aberto, sob pena de prosseguimento da execução. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0639932-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sílvio Kleber Batista Lobato - REQUERIDO: Claro S/A - Indefiro por ora o pedido de fls.470, devendo ser aguardado o trânsito em julgado para tanto.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0640177-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aldemir Langer Reinhemer - INTSSADA: Janete Goncalves Reinheimer - Dando prosseguimento ao feito, a rigor do disposto no art. 690, do Código de Processo Civil, ordeno a citação da parte requerida para se pronunciar no prazo de 05 (cinco) dias acerca do pedido de habilitação (fl. 65). Após, retornem-me conclusos para deliberação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0640855-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gleiciane Almeida da Silva e outro - De ordem do MMº Juiz de Direito, Dr. Rogério José da Costa Vieira, designo o dia 16 de dezembro de 2019 às 10:00hs para realização de audiência de conciliação no CEJUSC-Cível.

ADV: JOSÉ BARBOSA DE SOUZA (OAB 1478/AM) - Processo 0641939-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Castro Mota - De ordem do MMº Juiz de Direito, Dr. Rogério José da Costa Vieira, DESIGNO o dia 16 de dezembro de 2019 às 11:00hs para realização de audiência de conciliação no cejusc-cível.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643645-16.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644031-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens

quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Por fim, intimo a parte autora para que recolha as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0646376-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em deferimento ao pedido do autor, realizado por patrono com procuração nos autos (fls. 06/16), homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (ex vi art. 200, parágrafo único, do CPC) e, em consequência, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não tendo este Juízo levado a efeito nenhuma restrição sobre o bem litigioso, deixo de conhecer os outros pedidos. Custas pagas, deixo de condenar em honorários, uma vez insatisfeitas as condições legais para tanto. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, face à ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: SARA RAFAELLA JORGE ARAÚJO (OAB 11776/AM) - Processo 0647671-18.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Claudiceia Trindade Mendes - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0650364-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condomínio Parque Aripuanã - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM), ADV: IURI ALBUQUERQUE GONÇALVES (OAB 13487/AM), ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM) - Processo 0654651-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Qualityfish Com, Exp. Pesc. - EXECUTADO: Kardume Comercio de Pescados Ltda Epp - Cuida-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por Qualityfish Com, Exp. Pesc., já qualificado nos autos, contra Kardume Comercio de Pescados Ltda Epp, também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 73/76, e documentos anexos, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Por fim, determino o desbloqueio de eventuais valores bloqueados via Bacenjud, em favor da requerida. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0706295-07.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - EXEQUENTE: Banco Volkswagen S/A - Em deferimento ao pedido do autor, realizado por patrono com procuração nos autos (fls. 184/188), homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (ex vi art. 200, parágrafo único, do CPC) e, em consequência, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não tendo este Juízo levado a efeito qualquer restrição sobre o veículo alienado, deixo de conhecer os outros pedidos. Custas pagas, deixo de condenar em honorários, uma vez insatisfeitas as condições legais para tanto. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, face à ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0713053-02.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelas razões expostas na petição de fl. 244, defiro o pedido ora exposto, para determinar o bloqueio dos valores eventualmente existentes em instituições financeiras por penhora on-line, via Bacenjud, conforme os dados abaixo: Autor: Amazonas

Distribuidora de Energia S/A. Réu: Odiza Rodrigues de Souza. CPF/CNPJ do réu: 444.545.032-49. Valor: R$ 23.135,76. Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito, nos termos do art. 524 do CPC . Bem como, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. A posteriori, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Havendo ou não manifestação, ao fim do prazo, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0717798-25.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Luis Carlos Carlos Pereira de Lima - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Defiro parcialmente o pedido de fls.353. Encaminhem-se os autos à contadoria para atualização da planilha de fls.331. Após, expeça-se novo ofício ao Juízo da falência para que o valor atualizado seja habilitado em favor do credor. Indefiro o pedido de inclusão de honorários sucumbenciais, visto que estes foram devidamente inclusos, conforme se depreende da planilha 331 e ofício de fls.332, onde consta o total do crédito. Cumpra-se.

Adriana Coutinho Pinto (OAB 201531/SP)
Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Andréa Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB 25246/GO)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 1126A/AM)
Antonio Chaves Abdalla (OAB 66493/MG)
Antônio de Paula Bezerra (OAB 2600/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benedicto Celso Benício (OAB 20047/SP)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB 131896/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Carlos César Andrade Negreiros (OAB 7890/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Carolina Postigo Silva (OAB 9214/AM)
Christina Aline de Melo Martins (OAB 7462/AM)
Claudio Jorge Machado (OAB 96477/RJ)
Daniel de Souza Goés (OAB 117548/SP)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Edivaldo Nunes Ranieri (OAB 115637/SP)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Alexandre Guedes Cidade (OAB 7179/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Geovane Araújo Galvão (OAB 636A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Iuri Albuquerque Gonçalves (OAB 13487/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Barbosa de Souza (OAB 1478/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (OAB 2247/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mauro Sérgio Lyra da Silva (OAB 6144/AM)
MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olivar Durães Filho (OAB 2273/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rowena Christina Souza de Jesus (OAB 4606/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Sara Rafaella Jorge Araújo (OAB 11776/AM)
Sergio Isaias Soares Meira (OAB 60899/MG)
Sérgio Isaías Soares Meira (OAB 60899/MG)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB 182694/SP)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROGERIO JOSÉ DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0269/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0209135-47.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Regina Fatima da Cruz Alecrim - Defiro petitório de fls. 145/146, razão pela qual, determino o bloqueio no sistema RENAJUD dos veículos em nome do executado para pagamento da dívida. Ademais, determino a consulta no Sistema de Registo de Imóveis Eletrônicos (eRIDFT), com o fim de verificar a existência de bens passíveis de penhora. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017-TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Após a consulta, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0213262-28.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Manoel Maria Nascimento Ferreira - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Nos termos na Portaria nº 2183/2017 - PTJ e do Termo de Cooperação n° 012/2017 - TJ encaminho os autos ao CEJUSC para providências requeridas no feito. Nomeio como perito judicial o profissional habilitado junto ao núcleo. Designe perícia. Apresentado o Laudo no prazo de 30 (trinta) dias, expeça-se o competente Alvará ao Perito nomeado, observadas as devidas cautelas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM) - Processo 0213792-56.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0632116-97.2015.8.04.0001) (processo principal 0632116-97.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Pagamento - REQUERENTE: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - REQUERIDO: ENTERPA ENGENHARIA LTDA - No caso dos autos, verifico que todas as providências adotadas a satisfação do crédito devido ao autor foram frustradas, em virtude da ausência de lastro patrimonial da pessoa jurídica, desimpedido a esse fim, o que é suficiente para autorizar a desconsideração da personalidade jurídica do devedor, para alcançar o patrimônio de seus sócios, conforme expressamente autoriza o art. 28, §5° do CDC. Ante o exposto, decido: Cite(m)-se o(s) sócio(s) indicado(s) pelo credor para manifestar(em)-se previamente sobre o incidente, em 15 dias, nos termos do art. 135 do CPC, sob pena de inclusão no pólo passivo da lide, como co-responsável(is) a satisfação do crédito perseguido nos autos; No caso de manifestação do(s) sócio(s), retornem-me conclusos para decisão. Ao reverso, inclua(m)-se o(s) sócio(s) no pólo passivo, com as correções devidas sobre a autuação, seguindo-se o registro de protocolo de constrição patrimonial junto aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, com as medidas daí decorrentes.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175A/AM) - Processo 0252057-11.2009.8.04.0001 (001.09.252057-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Santander S/A - REQUERIDO: Washington Paima da Silva - Defiro petitório de fls. 131, quanto à juntada de procuração e demais documentos, e fls. 128, razão pela qual, determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente, através do bloqueio do valor de R$ 94.631,96 no sistema BACENJUD em desfavor do executado no CPF n° 041.105.282-91 (Washington Paima da Silva). Ademais, determino o bloqueio no sistema RENAJUD dos veículos localizados em nome do executado para pagamento da dívida. Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0254433-96.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Igara Video Produções, Publicidade e Turismo Ltda - EPP - Carlos Henrique Arce Paes - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 63, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 57.237,05 no sistema BACENJUD em desfavor dos executados no CPF n° 012.104.242-15 (Carlos Henrique Arce Paes) e no CNPJ n° 15.810.708/0001-85 (IGARA VÍDEO PRODUÇÕES, PUBLICIDADES E TURISMO LTDA - ME). Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA LEIKO SAKAUIE (OAB 159886/SP), ADV: KÁTIA ROSA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 166017/SP) - Processo 0322431-23.2007.8.04.0001 (001.07.322431-7) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Grendene S/a - REQUERIDO: Derivan Silva do Nascimento - Defiro o pedido de fls 111, nos termos em que se requer, desde de que devidamente paga a taxa de desarquivamento e demais despesas, nos termos da Portaria n° 116/2017. Após, mantenho os autos baixados e arquivados.

ADV: JOSE AIRTON SILVEIRA VARELA (OAB 27906/GO), ADV: RACHEL FISCHER MENNA BARRETO (OAB 248779/SP), ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: KATIUSCIA RAIKA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5225/AM) - Processo 0601012-58.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alexandra da Silva do Rosário (menor) - REQUERIDO: TRIP - Linhas Aéreas S/A - Intimado o exequente, sem que houvesse manifestação, dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos, com as cautelas devidas. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0601250-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Enipeu Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença, porém verifico que a questão debatida nos presentes autos encontra relação de prejudicialidade com o tema afeto ao Incidente de Resolução de Demandas Repetidas nº 0005477-60.2016.8.04.0000, admitido no e. TJAM. Ressalte-se que

referido incidente determinou a suspensão de todas as ações que versem sobre: a) validade da cláusula contratual de tolerância, que viabiliza a prorrogação do prazo final de entrega da obra por mais 180 (cento e oitenta) dias; b) congelamento do saldo devedor entre a data em que a obra deveria ser entregue e a efetiva disponibilização ao consumidor para financiamento imobiliário; e c) dano moral em decorrência do atraso de obra". Cito o acórdão, in verbis: EMENTA: INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. RELAÇÕES DE CONSUMO. CONTRATOS DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE HABITACIONAL. VALIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL DE TOLERÂNCIA. CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR. DANO MORAL DECORRENTE DE ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. MATÉRIA NÃO AFETADA POR TRIBUNAL SUPERIOR EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. QUESTÕES CONTROVERTIDA SE REITERADAMENTE OBJETO DE AÇÕES NESTA CIRCUNSCRIÇÃO JURISDICIONAL. CONSTATAÇÃO DE ENTENDIMENTOS DISSONANTES ENTRE AS CÂMARAS CÍVEIS DO TJAM. ADMISSÃO DO INCIDENTE. I - A Exma. Desdora. Nélia Caminha Jorge, relatora da Apelação Cível nº. 0630420-94.2013.8.04.0001, é pessoa legitimada a instaurar IRDR, nos termos do art. 977, I, do CPC/2015, tendo-o feito nos limites da demanda que lhe foi posta. II - As questões suscitadas inserem-se no âmbito das relações de consumo formadas por contratos de promessa de compra e venda de unidades habitacionais na construção e são referentes a: a) validade da cláusula contratual de tolerância, que viabiliza a prorrogação do prazo final de entrega da obra por mais 180 (cento e oitenta) dias;b) congelamento do saldo devedor entre a data em que a obra deveria ser entregue e a efetiva disponibilização ao consumidor para financiamento imobiliário; e c) dano moral em decorrência do atraso de obra. III - Os tópicos "não são objeto de afetação por Tribunal Superior em sede de recurso repetitivo", consoante Ofício do NURER/ TJAM, inexistindo óbice para a sua análise (art. 976, do CPC/2015). IV A matéria é controvertida e reiteradamente objeto de ações e recursos nesta circunscrição, recebendo julgamentos dissonantes, mesmo quando proferidos por uma mesma Câmara Cível. V Preenchimento integral dos pressupostos processuais previstos pelo Código de Processo Civil de 2015. VI - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA REPETITIVA ADMITIDO. Determinada a suspensão dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado do Amazonas (art. 982, I, 2º do CPC/2015), os quais prosseguirão quanto aos pedidos não abrangidos pelas questões suscitadas no incidente. Saliento que, apesar do referido acórdão não vedar o prosseguimento do feito nos demais pedidos, entendo que há evidente relação de prejudicialidade quanto as questões abordadas no IRDR, razão pela qual DETERMINO a suspensão do presente feito, até o julgamento final do referido incidente, nos termos do art. 313, IV do CPC. Intime-se cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0605653-89.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: ITAU UNIBANCO S/A - EXECUTADO: Luiz Moreira Silva Junior Me (Araguaia Transporte) - Luiz Moreira da Silva Junior - Defiro o pedido de fls. 104 e determino a suspensão do feito pelo período de 01 (um) ano, bem como o prazo prescricional à luz do art. 921, caput, III e §1º, do CPC. Ainda neste ato, determino que, findo o prazo supracitado, não sendo encontrado o réu ou bens seus penhoráveis, sejam os presentes autos arquivados, consoante determina o art. 921, § 2º, do CPC. Ocorrendo tal hipótese, o desarquivamento exigirá, além do mero requerimento, a demonstração de que foram "encontrados bens penhoráveis" (art. 921, § 3º, do CPC). Por fim, caso decorrido o aludido prazo (um ano) sem qualquer manifestação do exequente, inicia-se o cômputo do prazo da prescrição intercorrente, prazo o qual deverá correr de forma contínua, sem interrupção - ante a ausência de previsão para tal no Código de Processo Civil vigente -, e conforme o lapso temporal referente à prescrição do direito material em voga. Dessa forma, ante a previsão do art. 206, § 5º, inc. I, do CC/02, consistindo a pretensão em tela em cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular, se, no lapso temporal de 05 (cinco) anos após o primeiro ano de suspensão dos autos, não houver medidas efetivas de exequibilidade da dívida sub judice, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a eventual ocorrência da prescrição intercorrente e, após, retornem-me os autos imediatamente conclusos. Intimem-se.

ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0605894-87.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condominio Residencial Vincitore - Defiro petitório de fls. 38, razão pela qual defiro a dilação de prazo solicitada para pagamento das custas judicias, bem como determino a intimação do exequente para realizar o devido depósito no prazo requerido, ou seja, 10 (dez) dias. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608146-68.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco SA - Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitórios de fls. 84, 87, 97, 94 e 98, razão pela qual, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos do CPC, determino o bloqueio do valor de R$ 43.795,51 no sistema BACENJUD em desfavor da executada no CPF n° 756.323.812-34 (Maria Valdilena Martins da Costa) e no CNPJ n° 14.379.958/0001-40 (Maria Valdilena Martins da Costa - ME). Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta, as quais encontram-se acostadas às fls. 83 dos autos. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0609917-52.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: RIBEIRO E MONTE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - Dessa forma, analisando-se os presentes autos, verifico que o requerido encontra-se em local incerto ou ignorado, razão pela qual defiro o pedido de fls. 161 e determino seja citado o réu por meio de edital no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 256 do CPC. Citado o executado e não apresentada sua defesa no prazo legal, determino seja dada vista dos presentes autos ao Curador de Ausentes, a possibilitar a realização do contraditório e do direito de defesa, nos termos do art. 72, II, do CPC. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0610535-94.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: A. C. CENTRO DE IDIOMAS LTDA. - Denyse Maria Felizardo de Souza Alves - Dessa forma, analisando-se os presentes autos, verifico que o requerido encontra-se em local incerto ou ignorado, razão pela qual defiro o pedido de fls. 154/155 e determino seja citado o executado por meio de edital no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 256 do CPC. Citado o executado e não apresentada sua defesa no prazo legal, determino seja dada vista dos presentes autos ao Curador de Ausentes, a possibilitar a realização do contraditório e do direito de defesa, nos termos do art. 72, II, do CPC. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0616338-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conversão - REQUERENTE: Paulo Oliveira de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Determino a intimação da parte requerida para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre o pedido de desistência da ação, acostado à fl. 53. Intime-se.

ADV: QUEIDI DOMINGUES SERAFIM (OAB 40634/SC) - Processo 0618703-75.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Universal Fitness da Amazonia Ltda - REQUERIDO: Caio Firmino de Souza Junior - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 98) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0619853-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Huderman Caldas de Assunção - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0628881-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marlene Binda Pessoa - REQUERIDO: Ace Seguradora S/A - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0629674-90.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: L Vidal da Silva - Me - Leticia Vidal da Silva - Defiro o pedido de fls. 68/72 e determino a suspensão do feito pelo período de 01 (um) ano, bem como o prazo prescricional à luz do art. 922, do CPC. No mais, entendo que o requerimento do autor, quanto à suspensão do feito em prazo diverso do descrito no dispositivo legal, não vincula este Juízo, o qual pode ordenar providências urgentes, exceto nos casos de impedimento e suspeição, ex vi art. 923, do CPC. Decorrido o prazo susoaludido, intime-se o exequente para promover o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, em não havendo manifestação, determino a intimação, pessoal, do mesmo para requerer o que de direito, sob pena de extinção pelo abandono, conforme art. 485, III do CPC. Intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0630168-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aldenice Souza de Macedo - Bruno Souza de Macedo - REQUERIDO: Pdg Realty S.a. Empreendimentos e Participações - Agra Bergen Incorporadora Ltda - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença, porém verifico que a questão debatida nos presentes autos encontra relação de prejudicialidade com o tema afeto ao Incidente de Resolução de Demandas Repetidas nº 0005477-60.2016.8.04.0000, admitido no e. TJAM. Ressalte-se que referido incidente determinou a suspensão de todas as ações que versem sobre: a) validade da cláusula contratual de tolerância, que viabiliza a prorrogação do prazo final de entrega da obra por mais 180 (cento e oitenta) dias; b) congelamento do saldo devedor entre a data em que a obra deveria ser entregue e a efetiva disponibilização ao consumidor para financiamento imobiliário; e c) dano moral em decorrência do atraso de obra". Cito o acórdão, in verbis: EMENTA: INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. RELAÇÕES DE CONSUMO. CONTRATOS DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE HABITACIONAL. VALIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL DE TOLERÂNCIA. CONGELAMENTO DO SALDO DEVEDOR. DANO MORAL DECORRENTE DE ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. MATÉRIA NÃO AFETADA POR TRIBUNAL SUPERIOR EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. QUESTÕES CONTROVERTIDA SE REITERADAMENTE OBJETO DE AÇÕES NESTA CIRCUNSCRIÇÃO JURISDICIONAL. CONSTATAÇÃO DE ENTENDIMENTOS DISSONANTES ENTRE AS CÂMARAS CÍVEIS DO TJAM. ADMISSÃO DO INCIDENTE. I - A Exma. Desdora. Nélia Caminha Jorge, relatora da Apelação Cível nº. 0630420-94.2013.8.04.0001, é pessoa legitimada a instaurar IRDR, nos termos do art. 977, I, do CPC/2015, tendo-o feito nos limites da demanda que lhe foi posta. II - As questões suscitadas inserem-se no âmbito das relações de consumo formadas por contratos de promessa de compra e venda de unidades habitacionais na construção e são referentes a: a) validade da cláusula contratual de tolerância, que viabiliza a prorrogação do prazo final de entrega da obra por mais 180 (cento e oitenta) dias;b) congelamento do saldo devedor entre a data em que a obra deveria ser entregue e a efetiva disponibilização ao consumidor para financiamento imobiliário; e c) dano moral em decorrência do atraso de obra. III - Os tópicos "não são objeto de afetação por Tribunal Superior em sede de recurso repetitivo", consoante Ofício do NURER/ TJAM, inexistindo óbice para a sua análise (art. 976, do CPC/2015). IV A matéria é controvertida e reiteradamente objeto de ações e recursos nesta circunscrição, recebendo julgamentos dissonantes, mesmo quando proferidos por uma mesma Câmara Cível. V Preenchimento integral dos pressupostos processuais previstos pelo Código de Processo Civil de 2015. VI - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA REPETITIVA ADMITIDO. Determinada a suspensão dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado do Amazonas (art. 982, I, 2º do CPC/2015), os quais prosseguirão quanto aos pedidos não abrangidos pelas questões suscitadas no incidente. Saliento que, apesar do referido acórdão não vedar o prosseguimento do feito nos demais pedidos, entendo que há evidente relação de prejudicialidade quanto as questões abordadas no IRDR, razão pela qual DETERMINO a suspensão do presente feito, até o julgamento final do referido incidente, nos termos do art. 313, IV do CPC. Intime-se cumpra-se.

ADV: JUSSARA DE F. DA CUNHA CARVALHO (OAB 1210/AM), ADV: ROZANGELA BARBOSA BANDEIRA (OAB 10632/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: PAULO RAFAEL FENELON ABRÃO (OAB 20694/GO) - Processo 0630954-33.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Rozangela Barbosa Bandeira - REQUERIDA: TAP Transportes Aéreos Portugueses - Pelas considerações apresentadas e o que mais constam nos autos, julgo Procedente o pedido e condeno a reclamada ao pagamento de uma indenização em danos matérias, no valor de $ 32,00 (Trinta e Dois Euros) a ser convertido na data do evento (06 de maio de 2015) e com correção monetária oficial e juros de 1% ao mês . Condeno a requerida ao pagamento de condenação em danos morais que fixo no valor de R$10.000,00,(dez mil Reais) com correção monetária oficial e juros de 1% ao mês a partir desta sentença. Condeno ainda o requerido em custas processuais e honorários de advogado na proporção de 20% sobre o valor da condenação .

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0631051-04.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Adaide Alves Claudio - Dessa forma, analisando-se os presentes autos, verifico que o executado encontra-se em local incerto ou ignorado, razão pela qual defiro o pedido de fls. 185/186 e determino seja citado o executado por meio de edital no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 256 do CPC. Citado o executado e não apresentada sua defesa no prazo legal, determino seja dada vista dos presentes autos ao Curador de Ausentes, a possibilitar a realização do contraditório e do direito de defesa, nos termos do art. 72, II, do CPC. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE) - Processo 0631553-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: UBIRATAN DE OLIVEIRA RIBEIRO - REQUERIDO: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A/ Mapfre Vida SA - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente, assim, no caso em

tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM) - Processo 0633267-64.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda. - REQUERIDO: Carief Desenvolvimento de Negócios LTDA. - ME - Defiro o pedido do exequente , expeça-se a competente Carta Precatória em caráter itinerante para a Comarca de São Paulo / SP , conforme endereço descrito na petição de fls. 91. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ANA PAULA NAZARETH BABBULIN (OAB 187306/SP), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0633900-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Melo Distribuidora de Peças Ltda. - Tendo em vista que há nos autos elementos que demonstram o interesse da exequente pela resolução da Recuperação Judicial , defiro o pedido de fls. 238/239 , ficando o processo suspenso . Fica intimado o exequente para no prazo de 1 ano, a partir da ciência desta decisão, se manifestar sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634389-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: BP da Silva Comércio de Produtos Alimentos Ltda. - ME - Benaia Pereira da Silva - Defiro petitório de fls. 102/103, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente, através do bloqueio do valor de R$ 221.042,07 no sistema BACENJUD em desfavor dos executados no CNPJ n° 14.106.917/0001-80 (BP DA SILVA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME) e no CPF n° 017.719.642-43 (BENAIA PEREIRA DA SILVA). Ademais, determino o bloqueio no sistema RENAJUD dos veículos localizados em nome do réu para pagamento da dívida, além da consulta no Sistema de Registo de Imóveis Eletrônicos (eRIDFT), com o fim de verificar a existência de bens passíveis de penhora em nome do executado. Na mesma oportunidade, determino a consulta ao sistema INFOJUD, incluindo as 2 (duas) últimas declarações de Imposto de Renda do executado, bem como as Declarações sobre Operações Imobiliárias (DOI) e de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR), com o objetivo de verificar se existem bens passíveis de constrição judicial. Por fim, oficie-se à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a verificação da existência de ativos em nome do executado. Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intimem-se os executados, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0634677-89.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Valter Rosa de Almeida - Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Cite-se o réu com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, nos atos respectivamente de citação e intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, CPC/15). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). d) a contestação deverá ser oferecida, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, do CPC/15); II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual - o autor, em sua inicial, e o réu, por petição simples, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 335, inc. II, do CPC/15); III - no caso de litisconsórcio passivo e havendo o desinteresse na realização da audiência manifestado por todos os litisconsortes, o termo inicial previsto no item II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, do CPC/15). Ante os documentos juntados aos autos, defiro a gratuidade da justiça. Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC/15. P.R.I.C.

ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM) - Processo 0635342-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Condominio Jardim das Americas - Isto posto, hei por bem em DEFERIR a transação pactuada entre as partes às fls. 55/57, para que, por via de consequência, produza os seus efeitos legais e jurídicos, ao tempo em que mantenho SUSPENSO o processo, sob a égide dos arts. 313, II, e art 922, ambos do CPC, até o cumprimento integral do acordo entabulado entre as partes. Fica a parte autora na obrigação de comunicar a este Juízo a efetiva quitação do débito para fins de homologação do acordo e extinção do processo. Decorrido o prazo avençado, sem o cumprimento do acordo, intime-se o exequente para se manifestar pelo prosseguimento do feito, ex vi do art. 922, parágrafo único do CPC. Intimem-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: CLÍSSIA LOPES CAVALCANTE (OAB 10258/AM) - Processo 0636350-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Amiraldo Brasil Barbosa - No presente feito, verificando-se que a demanda não diz se trata de demanda acidentária , resta prejudicada a competência do juízo para processar e julgar a matéria , a se evidenciar a competência da JustiçaFederalpara processar e julgar a lide, sendo mister o reconhecimento da incompetência absoluta deste juízo, com a remessa dos autos à Justiça Federal. Diante do exposto, declino da minha competência a uma das Varas da Justiça Federal no Estado do Amazonas. Remetam-se os autos ao setor de distribuição processual para os devidos fins. Intime-se.

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0637112-07.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Sense Apart Hotel Ii - EXECUTADO: Senso Engenharia e Comercio Ltda - Restando frustrada a tentativa de constrição

judicial em dinheiro , defiro os pedido de arresto (fls. 226/229) dos bens indicados, com especificação a 02 unidades imobiliárias do Edifício Senso Apart Hotel II (Intercity Manaus) 1111 e 1112 , matrículas 89.943 e 89.944 , com o bloqueio para alienação e venda a terceiros perante o Cartório de Registro de Imóveis, para que fique a disposição para hasta pública. Expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0638341-36.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Antonio Marcos Coelho de Abreu - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, conforme Certidão às fls. 64, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 65, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 9.924,18 no sistema BACEN JUD em desfavor do executado no CPF n° 600.774.842-15 (Antonio Marcos Coelho de Abreu). Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0640855-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gleiciane Almeida da Silva - Liomar Menezes Lima - Estando a relação contratual em comento abrigada pelo manto protetivo do CDC, nos termos do art. 47 da norma consumerista, as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor. A situação pois, é especialíssima, concorrendo para a concessão da medida antecipatória, os requisitos necessários da verossimilhança das alegações, e da probabilidade e veracidade da prova que sustenta a inicial, somado ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Presente, pois, a hipótese prevista no art. 300 do CPC, DEFIRO PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PRETENDIDA, para rescindir o contrato celebrado pelas partes . Impulsionando o andamento do processo, resolvo o seguinte: Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Defiro a gratuidade da justiça na forma do artigo 98 do CPC . Intimem-se as partes.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0645944-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leonan Felipe Brito Silva - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que “não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0647618-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a - Nesse norte, deve o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos moldes dos arts. 485, IV c/c 321, parágrafo único, CPC, trazer aos autos documento hábil a comprovar a mora do devedor fiduciário, assim como deverá fazer prova do pagamento dos emolumentos iniciais, como requisitos essenciais ao regular prosseguimento desta ação de busca e apreensão. Intime-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0702500-90.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: A dos Santos Campos Edificações - Arlison dos Santos Campos - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, conforme fls. 123, 128 e 129, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 132/135, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 218.080,29 no sistema BACENJUD em desfavor dos executados no CPF n° 647.918.402-59 (ARLISON DOS SANTOS CAMPOS) e no CNPJ n° 004.141.595/0001-56 (A DOS SANTOS CAMPOS EDIFICAÇÕES). Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0713624-70.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: L E W Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. ME - Leonardo Assunção Batista Baia - Dessa forma, analisando-se os presentes autos, verifico que o requerido encontra-se em local incerto ou ignorado, razão pela qual defiro o pedido de fls. 119/120 e determino seja citado o executado por meio de edital no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 256 do CPC. Citado o executado e não apresentada sua defesa no prazo legal, determino seja dada vista dos presentes autos ao Curador de Ausentes, a possibilitar a realização do contraditório e do direito de defesa, nos termos do art. 72, II, do CPC. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0717351-37.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Solivaldo da Silva Costa - Solivaldo da Silva Costa - Defiro petitório de fls. 125/129, razão pela qual determino o prosseguimento do feito, bem como a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente, através do bloqueio do valor de R$ 15.146,83 no sistema BACEN JUD em desfavor do executado no CPF n° 580.480.652-15 e no CNPJ n° 04.976.618/0001-42 (Solivaldo da Silva Costa). Ademais, determino o bloqueio no sistema RENAJUD dos veículos localizados em nome do réu para pagamento da dívida, bem como a consulta no Sistema de Registo de Imóveis Eletrônicos (eRIDFT), com o fim de verificar a existência de bens passíveis de penhora em nome do executado. Entendo, todavia, que cabe ao exequente a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Paula Leiko Sakauie (OAB 159886/SP)
Ana Paula Nazareth Babbulin (OAB 187306/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Clíssia Lopes Cavalcante (OAB 10258/AM)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175A/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
Jose Airton Silveira Varela (OAB 27906/GO)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
JUSSARA DE F. DA CUNHA CARVALHO (OAB 1210/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kátia Rosa Machado de Oliveira (OAB 166017/SP)
Katiuscia Raika da Câmara Elias (OAB 5225/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Paulo Rafael Fenelon Abrão (OAB 20694/GO)
Queidi Domingues Serafim (OAB 40634/SC)
Rachel Fischer Menna Barreto (OAB 248779/SP)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rozangela Barbosa Bandeira (OAB 10632/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0277/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762/SP) - Processo 0205819-84.2016.8.04.0001 (processo principal 0614697-64.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Bradesco Saude S/A - Defiro a penhora de eventuais créditos da executada junto à SEDUC - Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, concernentes ao Termo de Contrato de Nº 33/2017 - Locação de Imóvel e seus respectivos aditamentos posteriores, celebrado entre o Estado do Amazonas, por intermédio da Seduc - Qualidade de Ensino e a Kairos Construtora Ltda, conforme Minuta Padrão de Nº 044/92 - PGE, através dos processos administrativos de nº(s) (013-00641/2017-CGL e 011-30430/2016-Seduc), juntado pela parte Exequente às Pág.(s) (135/137). Aluguéis em favor da sociedade empresária (Kairos Construtora Ltda), tudo na forma do Art.855, I, do CPC, razão pela qual determino que informem a este juízo, no prazo de 05(cinco) dias, o valor do crédito existente em favor da executada, abstendo-se de efetuar qualquer pagamento a esta, depositando-se em juízo, no mesmo prazo, o respectivo crédito até o limite da importância executada (R$ 147.268,84 - Cento e quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos). Para tanto, fica a parte Requerente interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta DECISÃO que serve como ofício, conforme dispõe o §2º, art. 1º, Portaria nº 2072/2016-PTJ: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.”. Intime-se o Exequente para promover o protocolo, no prazo de 10(dez) dias. Mantenham-se os autos Arquivados/suspensos no aguardo do cumprimento da Decisão, salvo se houver outras diligências em curso. Somente após, efetivadas tais medidas e respostas, voltem-me os Autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: LUCIANO VALENTE MACAMBIRA (OAB 7555/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: CARLA

PASSOS MELHADO COCHI (OAB 187329/SP), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0211279-28.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - EXEQUENTE: Martins Nunes Pereira - EXECUTADO: Braga Veículos Ltyda - BV FINANCEIRA S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM), ADV: MAURO COUTO DA CUNHA (OAB 4200/AM), ADV: ANDERSON FREITAS DA FONSECA (OAB 114879/RJ), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: LUCIANNA DE SOUZA SILVA (OAB 3624/AM) - Processo 0228495-89.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0233105-13.2011.8.04.0001) (processo principal 0233105-13.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Anderson Freitas da Fonseca - REQUERIDA: MAc Cyrela Equador Empreednimentos Imobiliários Ltda - Vistos, etc. Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença manejada por Mac Cyrela Equador Empreendimentos Imobiliários Ltda, aduzindo, em síntese, iliquidez e inexigibilidade dos honorários advocatícios; excesso de execução pela não incidência dos juros antes do trânsito em julgado, bem como pugna pela concessão de efeito suspensivo à impugnação. A executada ofertou garantia por meio de depósito judicial (fls.106). Às fls.145/148, manifestação do exequente informando que o cumprimento provisório convolou-se em definitivo, pleiteando a rejeição da impugnação. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Inicialmente, rejeito a concessão de efeito suspensivo, uma vez que apesar da impugnante ter garantido a execução, não fez prova de que o prosseguimento desta possa lhe causar lesão grave e de difícil reparação. Dito isso, tenho que as alegações trazidas pela impugnante não são suficientes para conferir o efeito pretendido à impugnação, razão pela qual indefiro-o. Sobre a iliquidez e inexigibilidade da verba honorária tenho que a tese perdeu o objeto, uma vez que o cumprimento de sentença provisório restou convolado em definitivo. Passo a analisar o aventado excesso de execução. Na hipótese vertente, verbera a impugnante que o exequente utilizou indevidamente juros moratórios sobre o valor da causa, o que repercutiu na verba honorária fixada, requerendo que o juízo reconheça seu cálculo como sendo o correto. Ora, os honorários advocatícios sucumbenciais fixados em com base no valor atribuído à causa devem ser corrigidos monetariamente desde a propositura da ação até o efetivo cumprimento da sentença. Entretanto, não são devidos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a incidirem sobre a base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais (valor atribuído à causa) até o efetivo pagamento, dada a ausência de mora do executado àquela data, observado que a exigibilidade de cobrança dos honorários surge tão somente após o trânsito em julgado da decisão. Nesse sentido, colhem-se os seguintes julgados: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO SOBRE O VALOR DA CAUSA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. AJUIZAMENTO DA AÇÃO. SÚMULA 14/STJ. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO DO EXECUTADO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. 1. “Arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir do respectivo ajuizamento.” (Súmula 14/STJ.) 2. Na execução de honorários advocatícios, os juros moratórios incidem a partir da intimação do devedor para efetuar o pagamento. Precedentes.Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 62391 MG 2011/0175381-9, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 16/08/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/08/2012). E: IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DA CAUSA ORIGINÁRIA.FIXAÇÃO EM PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CAUSA. INCIDÊNCIA DE JUROS E DE CORREÇÃO MONETÁRIA. CUMPRIMENTO PARCIAL DA OBRIGAÇÃO . MULTA DO ART. 475-J DO CPC DEVIDA SOBRE A DIFERENÇA. Deverão ser acrescidos juros e correção monetária aos honorários de sucumbência fixados em percentual sobre o valor da causa. Inteligência das Súmulas 254 do Supremo Tribunal Federal e 14 do Superior Tribunal de Justiça. - Nesta hipótese, a correção monetária incide desde a data do ajuizamento e os juros desde o trânsito em julgado da sentença. - Diante do cumprimento parcial da obrigação, a multa prevista pelo artigo 475-J, do Código de Processo Civil, deverá incidir apenas sobre a diferença ainda devida. (TJ-MG - AC: 10223062040025006 MG, Relator: Paulo Balbino, Data de Julgamento: 26/02/2014, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 12/03/2014). Assim, demonstrado que a parte exequente pleiteia o recebimento de quantia que excede a devida, bem como tendo o executado comprovado por meio de cálculo descritivo a quantia que entende ser correta, deve ser acolhida parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença, decotando o excesso apurado. A par isso, reconheço parcialmente a correção dos cálculos do exequente, excluindo-se apenas a parcela atinente aos juros moratórios anteriores ao trânsito em julgado da sentença que fixou a verba honorária. A teor do exposto, ACOLHO PARCIALMENTE a impugnação, a fim de determinar o prosseguimento da execução pelos cálculos apontados pelo exequente, excluindo-se apenas os juros moratórios anteriores ao trânsito em julgado e à intimação para pagamento voluntário, devendo incidir, todavia, a multa e os honorários advocatícios de 10% do art.523 do CPC, uma vez que o depósito do valor integral foi realizado apenas para fins de garantir a impugnação e não com o intuito de pagar e cumprir a obrigação, o que possibilita a incidência das referidas multas. Em razão da sucumbência recíproca condeno as partes ao pagamento pro rata das custas do incidente e honorários advocatícios que fixo 10% sobre o valor em excesso. Intime-se o exequente para juntar aos autos, no prazo de 15(quinze) dias, a planilha atualizada do débito referente ao débito, nos termos desta decisão, acrescido de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento), sem prejuízo de apresentar o valor atualizado da multa de 1% prevista no §4º do art.1.021 do CPC fixada pelo STF. Após a apresentação da planilha, expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento do valor apontado. De qualquer forma, autorizo o levantamento, pelo exequente, do valor incontroverso apontado na impugnação, qual seja, o montante de R$85.721,18. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: DAVID FRANCISCO KAUFER DE LIMA (OAB 61015/PR), ADV: GUSTAVO PEDRON DA SILVEIRA (OAB 34541/PR) - Processo 0600494-29.2017.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Via Verde Transportes Coletivos Ltda - REQUERIDO: Dmr Projetos e Viagens Ltda ME e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 397 a 403, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM) - Processo 0600921-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: HELDER JOSÉ CARNEIRO MOURA - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - Vistos, etc. Cuida-se de Ação de Resgate de Contribuição e Dividendos na Partilha e Liquidação do Patrimônio Líquido Societário proposta por Hélder José Carneiro Moura com o escopo de obter o rateio do excedente patrimonial e do remanescente do

fundo administrativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Estado Amazonas S/A. Chamo o feito à ordem e passo à análise da preliminar de ilegitimidade passiva do Banco Bradesco S/A. Na realidade, ao folhear o caderno virtual, percebe-se que houve a incorporação do BEA ao Banco BANEB, que assumiu a integral responsabilidade pelas demandas judiciais tendo, posteriormente, este último sido cindido, com parte de seu patrimônio adquirido pelo Banco Alvorada, que assumiu solidariamente todas e quaisquer obrigações, independentemente de qualquer outra reorganização societária. Assim, inexiste qualquer documento que aponte a existência de vínculo jurídico entre o Banco Alvorada e Banco Bradesco, o que importa reconhecer a ilegitimidade passiva deste. Sobre isso, transcrevo ementa de julgado do TJ/AM sobre o tema: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL E AGRAVOS RETIDOS. RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES E INCLUSÃO NO RATEIO DO PATRIMÔNIO DA CABEA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CABEA E DO BANCO BRADESCO. ACOLHIMENTO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEIÇÃO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECONHECIMENTO. INCLUSÃO DE EXASSOCIADO NA LIQUIDAÇÃO E PARTILHA. IMPROCEDÊNCIA. PERDA DO VÍNCULO JURÍDICO. REFORMA DA SENTENÇA. I - O BANCO ALVORADA é o último sucessor do BANCO BEA e responsável pelas obrigações da CABEA. Além disso, não consta dos autos documento que aponte a existência de vínculo jurídico entre o BANCO ALVORADA e o BANCO BRADESCO. Preliminar de ilegitimidade passiva do BRADESCO e da CABEA acolhida. (Processo: 0006123-19.2006.8.04.0001. Relator (a): Ari Jorge Moutinho da Costa; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 03/09/2017; Data de registro: 13/09/2017. Assim, descabe incluir o Banco Bradesco no polo passivo da demanda. Inobstante isso, ante a ilegitimidade passiva do Banco Bradesco e o pedido de substituição processual da Cabea pelo Banco Alvorada S/A, intime-se o autor para que diga se aceita a indicação, podendo alterar a petição inicial para incluir ou substituir o réu, no prazo de 15(quinze) dias, consoante art.338 e art.339, §1º e §2º, do CPC. Feita a alteração, cite-se o réu para oferecer contestação, dispensando-se audiência conciliatória em virtude das peculiaridades da causa. Reconheço a ilegitimidade passiva do Banco Bradesco S/A. Exclua-o do cadastro processual. Condeno o autor ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em R$1.500,00, suspensa a exigibilidade, vez que beneficiário da gratuidade de justiça, nos termos do art.85, §8º do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602589-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica, via sistema Bacenjud às fls.260, não logrou êxito. Nesse espeque, intime-se o exequente para que junte, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante de pagamento das custas referentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome do executado, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAINÃ TAVEIRA MELO (OAB 11378/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0602683-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ara Corretora de Câmbio e Investimentos Digitais Ltda-me - REQUERIDO: Celio Guimaraes Remigio de Oliveira Júnior e outro - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação do requerido por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Após, à Secretaria que expeça AR/Mandado, que deverá ser destinado ao requerido João Victor da Silva e Silva, para o seguinte endereço: Rua São Vicente, Nº 492, São Lázaro, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0602873-74.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0604107-86.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXEQUENTE: Flávio Rafael Perdigão Guerra - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Acerca do pedido de expedição de alvará de fls.134, determino à secretaria que certifique-se da existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará eletrônico dos valores depositados judicialmente. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Após, arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0605097-77.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Leonilton Firmino da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em que pese caber ao exequente instruir o requerimento para cumprimento definitivo de sentença, com demonstrativo discriminado e atualizado do débito, infiro que o executado possui melhores condições para elaborar os cálculos, até porque é o detentor dos dados necessários para promover tal liquidação. Nesse contexto, valho-me do disposto no art.524, §4º para requisitar da autarquia previdenciária o demonstrativo discriminado e atualizado do débito que deverá ser apresentado no prazo de 30(trinta) dias. Com a resposta, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os cálculos, bem como se pretende receber por Precatório ou, em caso de renúncia ao excedente, Requisição de Pequeno Valor. Havendo concordância, conforme o caso, expeça-se o respectivo Precatório ou Requisição de Pequeno Valor para pagamento da obrigação, no prazo de 02(dois) meses, nos termos do art.535, §3º, I e II, do NCPC. Desde já autorizo a expedição de alvará caso haja depósito dos valores. Após, arquivem-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB 10339/AM), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) -

Processo 0605478-90.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: Paulo Cesar Stone de Oliveira e outro - EXECUTADO: Damacena Empreendimentos S.A e outro - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, "b" c/c art.354, Caput, do NCPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: TOSTES & DE PAULA ADVOCACIA EMPRESARIAL (OAB 53016/AM), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0606958-35.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - TOSTES & DE PAULA ADVOCACIA EMPRESARIAL - EXECUTADO: Vallismar de S. Oliveira - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$9.899,03, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0608533-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 146) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JAMES DE PAULA BRAZ (OAB 7134/AM) - Processo 0608984-06.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Romildo Benevides Santos - Defiro parcialmente o petitório de fls. 130/131. Com fulcro no art. 782, § 3º do nosso digesto processual civil, determino ao Ilmo.(a) Sr.(a) Diretor(a) do SERASA/AM que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a inclusão do Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Campos, CPF: 704.418.802-82 e E E FINANCEIRA ME (C. EDUARDO DE O. CAMPOS - ME), CNPJ: 09.384.441/0001-09, devedores da quantia de R$ 13.289,91 (treze mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos), em seu cadastro, devendo enviar comunicado a este juízo do efetivo cumprimento deste decisum. Nessa esteira, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão/despacho que serve como ofício, conforme dispõe, §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Determino a inclusão dos devedores junto à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB. Este se torna possível quando não localizados bens passíveis de penhora, por se tratar de medida adequada para garantir o resultado útil do processo de execução por quantia certa contra devedor solvente ou cumprimento de sentença de obrigação de pagar, visto que idônea e eficaz para agilizar a busca por bens aptos para satisfação de crédito executado, atendendo, assim, ao princípio da efetividade da execução, sendo certo que, se é verdade que a execução deve ser feita da forma menos onerosa para o devedor (CPC/2015, art. 805), não é menos verdadeiro que ela é processada para satisfação do direito do credor (CPC/2015, art. 789, 797 e 824) - Como no caso em tela restaram infrutíferas as diligências realizadas para localização de bens penhoráveis, mediante os sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud, não resta impedimentos quanto à medida solicitada. Consulte-se o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis a fim de se localizar bens em nome dos executados. Para tanto, deverá a parte autora realizar o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas dos atos a serem realizados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de suspensão ou extinção do processo, conforme a fase processual. Quanto ao pedido de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, indefiro-o posto que não vislumbro razoabilidade na sua concessão. Conforme decisões recentes do Superior Tribunal de Justiça, tal medida se aplica apenas quando houver manifesta tentativa de ocultação do patrimônio, caso contrário, não mais seria uma medida coercitiva para satisfação do crédito, mas tão somente um meio de punição do executado. No mesmo passo, indefiro expedição de ofício ao Detran/AM, por tratar-se de medida manifestamente protelatória e de pouca ou nenhuma eficácia, visto que já foram realizadas anteriormente consultas ao sistema Renajud, restando infrutíferas. A fim de prestigiar a economia e a celeridade processual esta decisão servirá como Ofício. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) -

Processo 0609168-59.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0609308-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos e etc. Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do CPC/2015. Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC/2015. Custas pagas. Sem honorários. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615416-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: IZABEL CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 7445/AM) - Processo 0615661-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Izabel Cristina da Silva Oliveira - Vistos, etc. Indefiro o pedido de fls. Retro, visto que a requerida não foi devidamente citada ou intimada da audiência. O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio e para não causar mais delongas, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Citem-se, preferencialmente por meio eletrônico. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO NEVES COSTA (OAB 120394/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0617159-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: S.B.S. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que esclareça se o pedido de fls.160 refere-se a consulta de endereço nos sistemas conveniados, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0617739-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Anderson Henrique de Souza Matos - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 245 a 259, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0617985-15.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, complemente as custas referentes a cada consulta de endereço deferida às fls.166 (Renajud, Infojud e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, uma vez que as custas recolhidas às fls.169/172 referem-se a apenas 01 consulta.

ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: PAULA REGINA DA SILVA MELO (OAB 7490/AM) - Processo 0619123-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda - REQUERIDO: Amazon Aço Indústria e Comércio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: KELY CRISTINE BENEVIDES (OAB 3843/RO), ADV: DANIEL REDIVO (OAB 3181/RO), ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM), ADV: JOÃO CARLOS DA COSTA (OAB 1258/RO) - Processo 0619204-05.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: NUTRIZON ALIMENTOS LTDA. - Daniel Redivo - EXECUTADA: Waded Magaly Tamer Amed - Intime-se as partes Exequente/Executado para que se manifestem, no prazo de 15(Quinze) dias e juntem o termo de acordo devidamente formalizado entre as partes acerca da proposta apresentada pela executada de Pág.(s) 267 e aceita pela parte Exequente às Pág.(s) (315), sob pena de suspensão do processo, na forma do Art.921, III, §1º, do CPC/2015. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCIA CRISTINA NERY DA FONSECA ROCHA MEDINA (OAB 2247/), ADV: MÁRCIA CRISTINA NERY DA FONSECA ROCHA MEDINA (OAB 2247/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0619216-53.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Patricia de Araújo Melo - EXECUTADO: API SPE15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda e outros - I-RELATÓRIO Trata-se de cumprimento de sentença promovido por Patrícia Araújo de Melo contra Api Spe10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda, Agra Empreendimentos Imobiliários e PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações, todos qualificados nos autos. Alega a autora que é credora da ré na importância de R$139.930,35, referente a indenização por danos materiais e morais. Intimado a promover a satisfação voluntária da dívida em fls. 619/620, impugnou o cumprimento às fls. 623/629. É o essencial. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO A lei de falências nº 11.101/05, trata do andamento das ações individuais quando os requeridos forem sociedades em processo de falência ou em recuperação judicial: Art. 6oA decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário. § 1oTerá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida. § 2oÉ permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8odesta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será

inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença. § 3oO juiz competente para as ações referidas nos §§ 1oe 2odeste artigo poderá determinar a reserva da importância que estimar devida na recuperação judicial ou na falência, e, uma vez reconhecido líquido o direito, será o crédito incluído na classe própria. § 4oNa recuperação judicial, a suspensão de que trata ocaputdeste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial. Por outro lado, nos termos do art.59, Caput e §1º, da referida lei, a aprovação do plano opera a novação dos créditos a ele submetidos e a decisão homologatória constitui novo título executivo judicial. Dessa forma, como estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes em face do devedor em recuperação na data do pedido (art. 49 da LRJF) e sendo que este foi formulado em 23/02/2017 perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo (processo nº1016422-34.2017.8.26.0100) e como se trata de crédito referente a dívida anterior, deve o mesmo se sujeitar à recuperação judicial. Ademais, no caso em tela, o juízo da recuperação judicial homologou o plano aprovado em assembleia, concedendo a recuperação judicial em 06.12.2017. Nesse contexto, esse ato produz efeitos em todas as ações individuais em curso. Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça entende que "após a aprovação do plano de recuperação judicial pela assembleia de credores e a posterior homologação pelo juízo competente, deverão ser extintas - e não apenas suspensas - as execuções individuais até então propostas contra a recuperanda nas quais se busca a cobrança de créditos constantes do plano". (STJ. 4ª Turma. REsp 1.272.697-DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 2/6/2015, Info 564). De igual modo, tem-se o seguinte julgado: FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - EMPRESA EXECUTADA EM REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PLANO RESPECTIVO HOMOLOGADO - SUJEIÇÃO DO CRÉDITO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO - ALEGAÇÃO DE COISA JULGADA - INOCORRÊNCIA -NOVAÇÃO DA DÍVIDA - EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO - ADMISSIBILIDADE -RECURSO IMPROVIDO. O art. 49 da Lei nº 11.101/2005 é explícito no sentido de que estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, ao passo que o art. 59 do mesmo diploma legal estabelece que o plano de recuperação implica novação desses créditos, obrigando o devedor e todos os credores a ele sujeitos. Daí se extrai que, uma vez operada a novação da dívida, não há mais possibilidade de execução da obrigação original que foi substituída por outra e será paga nos termos do plano de recuperação, o que exige a extinção das execuções individuais"."Não é licito ao credor quirografário receber seu crédito em detrimento dos demais credores sujeitos à recuperação judicial, pois isso implicaria ferir o princípio da isonomia". (Apelação 0008211-02.2017.8.26.0011, 26ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Des. Renato Sartorelli, DJ: 22/11/2018. E: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS AGRÁRIOS. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS MONITÓRIOS. EXTINÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Homologação de plano de recuperação judicial, com inserção do crédito pleiteado nesta lide monitória. Ausência de omissão do juízo sentenciante quanto a tal ponto, pois a extinção dos embargos monitórios é consequência lógica da extinção da ação monitória em razão da novação do crédito, conforme art. 59 da Lei n. 11.101/2005. Litigância de má-fé imputada pela autora-embargada à ré-embargante. Omissão verificada e apreciada. Reconhecimento da litigância de má-fé, por configuração da hipótese de oposição de incidente meramente protelatório. Sucumbência que deve ficar a cargo da ré-embargante, pois deu causa ao ajuizamento e à extinção da ação. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70080857204, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 13/06/2019).(TJ-RS - AC: 70080857204 RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Data de Julgamento: 13/06/2019, Décima Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 24/06/2019). Vale registrar ainda que tal circunstância não traz prejuízo à exequente já que pode requerer a habilitação tardia, sendo desnecessária constituição de crédito neste juízo, na medida em que não se trata de quantia ilíquida. A esse respeito, colhe-se o seguinte julgado: AGRAVO INTERNO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. SERVIÇO PRESTADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXISTÊNCIA. SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSTERIOR SENTENÇA DECLARATÓRIA DO CRÉDITO. ATO JUDICIAL QUE DECLARA O CRÉDITO JÁ EXISTENTE EM TÍTULO JUDICIAL. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos", o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes do pedido. 2. O art. 7º da Lei 11.101/2005 afirma que o crédito já existente, ainda que não vencido, pode ser incluído de forma extrajudicial pelo próprio Administrado Judicial, ao elaborar o plano ou de forma retardatária, evidenciando que a lei não exige provimento judicial para que o crédito seja considerado existente na data do pedido de recuperação judicial. 3. O crédito trabalhista, relativo ao serviço prestado em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, submete-se ao respectivo procedimento e aos seus efeitos, atraindo a competência do Juízo da Recuperação Judicial, para processar a respectiva habilitação, ainda que de forma retardatária (CC 139.332/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO -, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018). Feitas tais ponderações, em razão da perda superveniente do interesse de agir, face a inadequação do prosseguimento do feito, impõe-se a extinção do processo, sem resolução do mérito. III-DISPOSITIVO Com fincas em tais razões, JULGO EXTINTO o processo de cumprimento de sentença, sem resolução do mérito, com arrimo no art. 485, inc. VI do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. Após, o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0622579-72.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0606379-29.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Alcenil Ferreira Otapiassis e outro - Vistos, etc. À secretaria para retificar o cadastro processual, incluindo-se os patronos dos embargados. Cuida-se de embargos de terceiros propostos por Alcenil Ferreira Otapiassis com o fito de que seja concedida tutela provisória de urgência no sentido de suspender os atos constritivos, determinada nos autos de nº0606379-29.2014, sobre área ocupada pelo embargante, decorrente de posse advinda de compromisso de compra e venda. Com relação ao cabimento dos embargos de terceiro, a norma inscrita no art.674, Caput, do CPC é clara ao prescrever que: "Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro". Ademais, conforme enuncia o Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido aos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante da alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda do imóvel objeto de constrição judicial em processo de execução. Da análise dos autos, exsurge, ao menos em cognição sumária, que o embargante não é parte na execução em trâmite, bem como exerce a posse sobre o imóvel

objeto da constrição, nos termos do art.677, Caput, do CPC, circunstâncias que evidenciam a probabilidade do direito alegado. Outrossim, também encontra-se preenchido o requisito do dano irreparável, uma vez que a demora da prestação jurisdicional a fim de conceder a tutela poderá prejudicar o embargante, caso seja levada a efeito a alienação do imóvel. Além disso, a tutela é reversível, vez que somente cinge-se a suspensão da constrição patrimonial e manutenção na posse do imóvel. Portanto, pelo exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 e 678, ambos do NCPC, a fim de determinar a suspensão das medidas constritivas sobre o imóvel de matrícula nº40.195, nos autos do processo nº0606379-29.2014.8.04.0001, bem como a manutenção da posse do embargante sobre o mesmo. Cite-se o embargado, através de seus respectivos advogados constituídos nos autos ou pessoalmente, caso não possuam, para contestar os presentes embargos no prazo de 15(quinze) dias (artigos 677,§3º c/c 679,CPC/2015). Traslade-se esta decisão aos autos de nº0606379-29.2014. Defiro a gratuidade de justiça. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0622811-21.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vila das Flores - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada nos sistemas conveniados (Infojud) deferida nas fls. 180, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM), ADV: ANA ESTHER MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 12338/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0624050-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Thiago de Mello - EXECUTADO: Cristal Engenharia Ltda. e outro - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO o acordo de fls.202/205, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, DECLARO A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO durante o prazo concedido ao devedor para cumprimento voluntário da obrigação, na forma do art.922 do CPC. Após o cumprimento integral da obrigação arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0624062-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe se houve acordo entre as partes, sob pena de não resolução do mérito, conforme art. 485, III e IV do CPC. Cumpra-se.

ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM), ADV: SHIRLEY GOMES ARAÚJO (OAB 8755/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0625567-71.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - EXEQUENTE: Daniel Roger Goulart Silva - EXECUTADA: Maria da Conceição Pereira Silva - Vistos, etc. Cuida-se de manifestação apresentada pela executada Maria da Conceição Pereira Silva pugnado, em síntese, pelo recebimento desta com duplo efeito, de acordo com os artigos 1.012 e 1.013, do CPC; pela intimação do Representante do Ministério Público; que os menores sejam acompanhados por psicólogos ou pelo setor social do Fórum Henoch Reis; que o exequente restitua R$ 20.000,00 a título de benfeitorias e maior lapso temporal para desocupar o imóvel. Manifestação do exequente às fls. 369/372. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Inicialmente, indefiro o pedido de intimação do Ministério Público, uma vez que não está presente nos autos nenhuma das hipóteses previstas no art. 178, do CPC. No que tange à restituição de R$20.000,00 a título de benfeitorias, este pedido já foi analisado em sentença de fls. 283/289, bem como em acórdão de fls. 318/322, sendo, portanto, incabível uma nova apreciação acerca do tema, pois este foi abarcado pelo efeito da coisa julgada material. Com relação ao pedido de que as crianças sejam acompanhadas por psicólogos ou pelo setor social do Fórum Henoch Reis, entendo que não há óbice para o deferimento de tal medida, haja vista que elas, segundo relatado, estão abaladas emocionalmente devido a atual situação em que se encontram. Assim, levando-se em consideração o princípio da proteção integral e de forma a preservar o sadio desenvolvimento psicológico destas, defiro o pedido contido no item “b” às fls. 345. Passo a analisar o pedido de maior lapso temporal para desocupar o imóvel, bem como o pedido de efeito suspensivo. Não merece prosperar a manifestação da executada no sentido de permanecer no local, uma vez que o prazo para desocupação voluntária já transcorreu, nem tampouco o pedido de efeito suspensivo, posto que alheio às hipóteses legais. Ademais, foi afastado o direito de retenção pelas benfeitorias, posto que o valor destas corresponde à contraprestação pelo uso do bem pelo detentor. A teor do exposto, visando o regular andamento processual, à Secretaria que expeça mandado de reintegração de posse, com auxílio de força policial, caso necessário. Gratuidade deferida às fls. 27/28. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627968-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço encontrado às fls. 88/89 já foi diligenciado por meio de mandado e, no entanto, este retornou negativo, conforme certidão de fls. 80. Nesse espeque, visando o regular andamento do processo, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Siel e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar o atual endereço da requerida, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630751-66.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 74. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes às diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Após, à Secretaria que expeça Mandado de Constatação, a fim de que o Oficial de Justiça diligencie no endereço indicado às fls. 69, com o objetivo de comprovar o falecimento do requerido por meio de cópia da certidão de óbito, bem como de constatar a identificação completa do herdeiro e/ou sucessor(a). Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0632237-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos e etc. Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do CPC/2015. Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC/2015. Custas pagas. Sem honorários. RETIRE-SE A RESTRIÇÃO DO VEÍCULO NO RENAJUD(fls.58). Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632346-37.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Messias Reis de Brito - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632879-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Debora Barroso de Andrade - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: KEILA CRISTINA DE CARVALHO RAYOL (OAB 10802/AM) - Processo 0633040-74.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: CELINA FERNANDES COSTA - EXECUTADO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.516/521, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0633927-24.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvia Araújo de Aquino - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0635195-21.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste(m) acerca da petição e documentos de fls. 411 a 422, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: DANIEL ANTONIO DE SA SILVA (OAB 48561/DF), ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN) - Processo 0635524-28.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: Lindomar Fernandes Ferreira - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente Lindomar Fernandes Ferreira para que se manifeste acerca da petição de fls.202/203, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, os autos serão arquivados em cumprimento ao despacho de fls.198.

ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN) - Processo 0636980-47.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nicola Falabella - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A e outro - A teor do exposto, JULGO PROCEDENTE a obrigação de fazer contida na presente ação, com resolução do mérito, nos termos do art.487, I, do CPC. Ao fito de dar efetividade à tutela jurisdicional, determino que o DETRAN/AM proceda com a transferência do veículo HONDA CIVIC LX, 2001/2001, placas JWS-4656, CHASSI 93HES15501Z007922, RENAVAN 760435537, de cor prata, no prazo de 10(dez) dias para Evelyn Reis Negreiros, adquirido em 27/05/2011, data a partir da qual é considerada responsável pelas infrações eventualmente cometidas, incluídas multas e pontuações decorrentes, bem como pelo IPVA e demais taxas de licenciamento cobradas. Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este arbitrados em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do que preconiza o artigo 85,§8º do Código de Processo Civil, suspensa a exigibilidade por ser beneficiário da justiça gratuita. JULGO IMPROCEDENTE os pedidos em relação ao requerido Banco Santander. Face a indevida inclusão no polo passivo do Banco Santander, os honorários deverão ser arcados pelo autor, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do §8º do artigo 85 do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0637834-70.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos e etc. Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do CPC/2015. Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC/2015. Custas pagas. Sem honorários. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0637964-94.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. A outro turno, muito embora tenha havido

citação editalícia válida da executada P Bastos Comércio de Vestuário Ltda (CNPJ 05.608.709/0001-98), observo que não foi nomeado curador especial, consoante determina o art.72, II, do CPC. Nesse prisma, determino a intimação pessoal do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC) , para que atue como curadora especial, nos termos dos artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, ambos do CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KAIRA BANAR PLEUTIN (OAB 18762/MS) - Processo 0639641-62.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0640332-13.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - De ordem, intimo a parte interessada (exequente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique conta para transferência (conta, agência, Banco, Titularidade, CPF/CNPJ) do(s) valor(es), com a finalidade de levantamento dos valores depositados.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM) - Processo 0641142-85.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, recolha corretamente as custas de AR/ECT junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de endereços que deverão constar na(s) carta(s), uma vez que as custas recolhidas às fls.208/211 se referem a custas por atos processuais.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643798-49.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que não consta endereço em sua petição, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM) - Processo 0646299-34.2019.8.04.0001 - Habilitação - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: Felipe Guedes Barbosa Barros - Cuida-se de impugnação à relação de credores, conforme prescreve o art.8º, Caput, da lei 11.101/05. Intimem-se as recuperandas para se manifestarem, no prazo de 05(cinco) dias, nos termos do art.12, Caput, da LFRE. Após, intime-se o Administrador Judicial para emitir parecer, no prazo de 05(cinco) dias, conforme preconiza o art.12, parágrafo único, da LFRE. Transcorrido os prazos, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para cadastrar os patronos da sociedade empresária recuperanda nos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IURE PAULO COELHO SILVA (OAB 34535/GO) - Processo 0647672-03.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Aquisição - REQUERENTE: Ello Corporações Ltda - Vistos, etc. Cuida-se de ação de embargos de terceiro intentada por Ello Corporações Ltda em face de Banco do Brasil S/A. Vieram os autos conclusos. De início, indefiro a gratuidade de justiça, uma vez que o embargante é pessoa jurídica, mas não comprovou a insuficiência de recursos para pagar as custas processuais. Ademais, perlustrado os autos, denoto que o autor não atribuiu valor à causa que deve corresponder ao dos bens constritos, eis que tem relação com o proveito econômico a ser alcançado pelo embargante. Com base nisso, intime-se o embargante, para, querendo, emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigindo o valor da causa e recolhendo as custas, conforme autoriza o art. 321, caput e parágrafo único, do NCPC, sob pena de indeferimento liminar da petição inicial e extinção do feito, ex vi do art. 485, I do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do autor, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647936-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alfredo Marques da Silva - Vistos, etc. Trata-se de ação de restabelecimento de auxílio doença com pedido de conversão em aposentadoria por invalidezproposta por Alfredo Marques da Silva contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente aos honorários periciais, a Secretaria fica autorizada a expedir o respectivo alvará ou a transferência para conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO DELUIGGI (OAB 220938/SP) - Processo 0648117-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Tec Toy S/A - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$88.297,82), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Faça-se constar na carta de execução que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15(quinze) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 15(quinze) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando a carta negativa por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 15(quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648149-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Telma de Souza Alencar - No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, razão pela qual não fica constatada a probabilidade do direito alegado. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual

dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente a honorários periciais, a Secretaria que expeça o referido alvará ou a transferência para a conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648191-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Ferreira Francilino - Vistos, etc. Trata-se de ação de restabelecimento de auxílio doença com pedido de conversão em aposentadoria por invalidez proposta por Francisco Ferreira Francilino contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente aos honorários periciais, a Secretaria fica autorizada a expedir o respectivo alvará ou a transferência para conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0648192-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Marca - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S/A - Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJPG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0642907-86.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos. Apesar de serem as mesmas partes autoras, os requeridos e os contratos discutidos são divergentes. Ademais, o autor da demanda não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexidade entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC/2015, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se..

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0648344-11.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0608263-88.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de embargos à execução aforado por Irael Araujo de Lima em face de Banco da Amazônia S/A Em suas razões, o embargante aduz serem improcedentes os pedidos contidos na execução resistida, na medida em que os juros deverão ter como base de cálculo o artigo 1º do Decreto 22.626/33 c/c os artigos 405 e 406 do Código Civil, bem como o artigo 161, parágrafo 1º do CTN, devendo incidir somente a partir de 06/09/2019. Que a correção monetária deverá incidir a partir do ajuizamento da ação de execução, na forma da lei 6.898/91, e não da suposta constituição do devedor em mora. Alega ainda que os juros da dívida anteriores a 06/09/2019 estão prescritos, consoante inteligência do artigo 206, § 3º, III do CC. Ao final, requer a total improcedência dos pedidos contidos na ação de execução de título extrajudicial, por falta de amparo legal. Vieram-me os autos conclusos. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Ab initio, por se tratar de matéria de direito e falta de prejuízo pela inexistência de contraditório, passo a proferir o julgamento antecipado. Da detida análise dos embargos a execução aforados, infiro que a parte embargante objetiva, em verdade, combater o processo executivo ao argumento de que o mesmo reveste-se de excesso. Digo isso, pelo fato de que utilizam como pano de fundo para seu pedido, o argumento de que os juros atinentes ao débito exequendo deverão ter como base de cálculo o artigo 1º do Decreto 22.626/33 c/c os artigos 405 e 406 do Código Civil, bem como o artigo 161,parágrafo 1º do CTN, motivo pelo qual deverão ter incidência a partir da intimação da Defensoria Pública. Ademais, afirma ainda que a correção monetária deverá incidir a partir do ajuizamento da ação de execução, na forma da lei 6.898/91, e não da suposta constituição do devedor em mora. Melhor sorte não lhes assiste. Isso porque, o demandante em suas razões descurou da exigência epigrafada no artigo 917, §4º da legislação processual civil, qual seja, o de declarar o valor que entendem correto, apresentando a discriminação do cálculo procedido, sob pena de rejeição liminar da impugnação apresentada, tornando definitivo o valor executado. Na espécie, as alegações são genéricas acerca de erro na aplicação da base de cálculo dos juros e correção monetária elaborado pelo embargado, sem apontar, contudo, o valor que reputam correto. No mais, quanto a prescrição dos juros anteriores ao período de três anos, colijo que aqueles se incorporaram à dívida principal e, portanto, ficam sujeitos às mesmas regras de prescrição. À guisa de tais explanações, verifica-se não haver como prosperar os embargos aforados, devendo-se manter, em todos os seus termos, a execução combatida. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 918, II c/c 917, § 4º, I do CPC e via de consequência, determino o prosseguimento da ação executiva. Custas pelo embargante, suspensa a exigibilidade por ser beneficiário da justiça gratuita. Sem honorários ante a inexistência de contraditório. Traslade-se esta sentença ao autos de nº0608263-88.2017. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0648349-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: M.D.B. - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio de promoção pelo Estado da solução por auto-composição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os autos sejam remetidos ao CEJUSC-Cível, a fim de que seja realizada audiência de conciliação, nos termos do Art. 334 do NCPC. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Defiro o pedido da gratuidade de justiça, bem como a inversão do ônus da prova em favor da parte autora. Intime-se o autor através de seu patrono bem como promova a citação do réu para que compareçam ao ato. À secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO HENKE (OAB 31217/RS) - Processo 0648440-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Godec Industria e Comercio de Confeccoes Ltda - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo

ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648515-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Antonio Alex Lopes Teixeira - No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, razão pela qual não fica constatada a probabilidade do direito alegado. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente a honorários periciais, a Secretaria que expeça o referido alvará ou a transferência para a conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648551-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcello Neves Gonçalves - No caso em tela, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a existência e a extensão da lesão alegada pela parte demandante, razão pela qual não fica constatada a probabilidade do direito alegado. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC: "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente a honorários periciais, a Secretaria que expeça o referido alvará ou a transferência para a conta indicada pelo expert. Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 789A/AM), ADV: LUÍS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES (OAB 53148/RS), ADV: LUCAS DE SOUZA VALENTE (OAB 13191/AM) - Processo 0655329-30.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Humberto Hideyuki Kabuki - EXECUTADO: B M J Comercial e Serviços Ltda - Em debruço ao caderno processual, verifico que o réu manifestou-se às fls. 117/119, pleiteando o parcelamento da dívida, nos termos do art. 916, do CPC. Contudo, muito embora seja incabível o parcelamento nessa fase processual, uma vez que existe expressa vedação legal inserta no §7º, do art. 916, calcado na boa fé e na tentativa de solucionar o presente imbróglio, de forma que o débito aqui perseguido seja devidamente alcançado, bem como atentando-se ao principio de menor gravosidade ao executado, determino a intimação do exequente ao fito de que manifeste-se no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o intentado pagamento parcelado da dívida. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LAURA CRISTINA LIMA DE SOUSA (OAB 6666/RO), ADV: MARCOS CESAR DE MESQUITA DA SILVA (OAB 4646RO) - Processo 0656793-89.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Stofel & Vargas Ltda - Defiro parcialmente o pedido de fls.85/86. Nesse espeque, a intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte o contrato social da requerida a fim de comprovar o representante legal / sócio-administrador que possa de fato e de direito representar/responder pela pessoa jurídica APTEC Tecnologia de Administração e Pagamentos, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0661204-78.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - EXEQUENTE: Flávio Rafael Perdigão Guerra - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Acerca do pedido de expedição de alvará de fls.134, determino à secretaria que certifique-se da existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará eletrônico dos valores depositados judicialmente. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Após, arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)
Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Esther Muniz Sabbá Guimarães (OAB 12338/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Anderson Freitas da Fonseca (OAB 114879/RJ)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cainã Taveira Melo (OAB 11378/AM)

Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Passos Melhado Cochi (OAB 187329/SP)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Daniel Antonio de Sa Silva (OAB 48561/DF)
Daniel Redivo (OAB 3181/RO)
David Francisco Kaufer de Lima (OAB 61015/PR)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 789A/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Andres Acevedo Ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Pedron da Silveira (OAB 34541/PR)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Iure Paulo Coelho Silva (OAB 34535/GO)
Izabel Cristina da Silva Oliveira (OAB 7445/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
James de Paula Braz (OAB 7134/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos da Costa (OAB 1258/RO)
João Rosa (OAB 17023/BA)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kaira Banar Pleutin (OAB 18762/MS)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Keila Cristina de Carvalho Rayol (OAB 10802/AM)
Kely Cristine Benevides (OAB 3843/RO)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Laura Cristina Lima de Sousa (OAB 6666/RO)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lucas de Souza Valente (OAB 13191/AM)
Lucianna de Souza Silva (OAB 3624/AM)
Luciano Valente Macambira (OAB 7555/AM)
Luís Francisco Meneghetti Antunes (OAB 53148/RS)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (OAB 2247/)
Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (OAB 2247/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marco Deluiggi (OAB 220938/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
MARCOS CESAR DE MESQUITA DA SILVA (OAB 4646RO)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Mariana Marques dos Santos (OAB 10339/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Couto da Cunha (OAB 4200/AM)
MAURO HENKE (OAB 31217/RS)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Paula Regina da Silva Melo (OAB 7490/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB 115762/SP)
Ricardo Neves Costa (OAB 120394/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
SHIRLEY GOMES ARAÚJO (OAB 8755/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
TOSTES & DE PAULA ADVOCACIA EMPRESARIAL (OAB 53016/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0278/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0620141-49.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o petitório de fls. 667. Nesse espeque, consulte-se o sistema BACENJUD, a fim de localizar bens passíveis de penhora. Em caso positivo, proceda-se à imediata constrição. Para tanto, deverá a parte interessada juntar aos autos planilha de débitos atualizada, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de manutenção do arquivamento. Após, intime-se a parte requerente/exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos atos realizados, requerendo o que entender de direito. Custas da consulta às fls. 668. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM) - Processo 0622579-72.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0606379-29.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Alcenil Ferreira Otapiassis - Eliana Rodrigues Otapiassis - EMBARGADO: Itaú Unibanco S/A - Vistos, etc. À secretaria para retificar o cadastro processual, incluindo-se os patronos dos embargados. Cuida-se

de embargos de terceiros propostos por Alcenil Ferreira Otapiassis com o fito de que seja concedida tutela provisória de urgência no sentido de suspender os atos constritivos, determinada nos autos de nº0606379-29.2014, sobre área ocupada pelo embargante, decorrente de posse advinda de compromisso de compra e venda. Com relação ao cabimento dos embargos de terceiro, a norma inscrita no art.674, Caput, do CPC é clara ao prescrever que: "Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro". Ademais, conforme enuncia o Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido aos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante da alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda do imóvel objeto de constrição judicial em processo de execução. Da análise dos autos, exsurge, ao menos em cognição sumária, que o embargante não é parte na execução em trâmite, bem como exerce a posse sobre o imóvel objeto da constrição, nos termos do art.677, Caput, do CPC, circunstâncias que evidenciam a probabilidade do direito alegado. Outrossim, também encontra-se preenchido o requisito do dano irreparável, uma vez que a demora da prestação jurisdicional a fim de conceder a tutela poderá prejudicar o embargante, caso seja levada a efeito a alienação do imóvel. Além disso, a tutela é reversível, vez que somente cinge-se a suspensão da constrição patrimonial e manutenção na posse do imóvel. Portanto, pelo exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 e 678, ambos do NCPC, a fim de determinar a suspensão das medidas constritivas sobre o imóvel de matrícula nº40.195, nos autos do processo nº0606379-29.2014.8.04.0001, bem como a manutenção da posse do embargante sobre o mesmo. Cite-se o embargado, através de seus respectivos advogados constituídos nos autos ou pessoalmente, caso não possuam, para contestar os presentes embargos no prazo de 15(quinze) dias (artigos 677,§3º c/c 679,CPC/2015). Traslade-se esta decisão aos autos de nº0606379-29.2014. Defiro a gratuidade de justiça. Intimem-se. Cumpra-se.

Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0279/2019

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FELIPE CARNEIRO CHAVES (OAB 9179/AM), ADV: GERALDO UCHÔA DE AMORIM JÚNIOR (OAB 12975/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN) - Processo 0623753-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Rosangela de Fatima Colmanetti - Carlos Eduardo Colmanetti - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Gonder Incorporadora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 303-312, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627781-30.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Bishop Bichara Importacao e Exportacao Ltda. (drugstore) - Ismael Bicharra Filho - Amalia Neves Bicharra - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Mostra-se desnecessária a citação da pessoa jurídica se houve a citação dos representantes legais, ainda que de forma ficta. Aguarde-se o prazo recursal da sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Felipe Carneiro Chaves (OAB 9179/AM)
Geraldo Uchôa de Amorim Júnior (OAB 12975/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0280/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0636375-96.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0629955-12.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Solucoes Embalagens Industria e Comercio - Josué Pereira da Silva - EMBARGADO: Banco Santander Brasil S/A - Com base nas razões alhures alinhavadas, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTES os embargos à execução e via de consequência, determino o prosseguimento da ação executiva, com fulcro no art.918 do CPC. Custas e honorários pela parte embargante, estes fixados em dez por cento sobre o valor da causa. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0170/2019

ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0027117-68.2006.8.04.0001 (001.06.027117-6) - Cumprimento de sentença - Serviços Profissionais - EXEQUENTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(a) Exequente para que diga sobre a certidão da Oficiala de Justiça de fls. 305/306, no prazo legal - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: MARCELO RAMOS RODRIGUES (OAB 2831/AM), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM) - Processo 0207797-43.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0104454-07.2004.8.04.0001) (001.09.207797-9) - Embargos à Execução - DIREITO CIVIL - EMBARGADO: Armando Elísio Alves de Oliveira - Processo transitado em julgado. Às partes para que requeiram no prazo de 10 (dez) dias o que for de direito, atentando para o fato de que a Execução inicialmente proposta prosseguirá nos autos próprios (0104454-07.2004.8.04.0001). Decorrido o prazo fixado sem qualquer manifestação, proceda-se à baixa e arquivamento dos autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte interessada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM) - Processo 0600230-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hanilton Silva Teixeira - Decisão. Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido indenizatório, uma vez que o contexto probatório existente nos autos do processo não apontou para qualquer ação ou omissão, por parte do Requerido, que pudesse autorizar o reconhecimento de dano indenizável de qualquer natureza, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante dispõe o art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerente, fixados em R$2.000,00 (dois mil reais), cuja exigibilidade fica suspensa, em razão da gratuidade judiciária concedida (fl.57). Custas processuais pela parte Requerente, das quais fica isenta na forma da lei. P.R.I.

ADV: FABRICIO CATUNDA DA SILVA (OAB 744/AM) - Processo 0602860-80.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: H G Nogueira da Silva Moveis-me e outro - Ao executado para tomar ciência do bloqueio eletrônico junto ao Bacenjud (fls. 233/235), e, querendo, manifestar-se nos termos do §3º do art. 854, CPC. Havendo questionamentos do executado quanto ao valor bloqueado, intime-se o exequente para se manifestar no prazo legal (art. 218, §3º, CPC) e, após, venham-me conclusos os autos. Em caso de silêncio ou de expressa concordância, proceda-se à transferência montante bloqueado para conta judicial. Ao exequente para, querendo, informar seus dados bancários para fins de transferência do valor depositado em juízo para a conta indicada, se for o caso, nos termos do art. 906, parágrafo único, CPC. Por fim, ao Exequente para requerer diligências efetivamente concretas para recebimento do crédito remanescente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANILO DE AGUIAR CORRÊA (OAB 3168/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0607508-06.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Marca Brasil Comercio e Serviços Gráficos Ltda - Diante do exposto, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes, nos termos registrados às fls. 218/220, consistente no pagamento, pela UEA, da quantia de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) diretamente à Exequente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da homologação do acordo, referente a todo o crédito da Exequente, inclusive honorários advocatícios. Custas processuais pela executada, na forma da lei. Caberá à UEA comprovar nos autos o efetivo pagamento do crédito executado, dentro do prazo acordado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0610367-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licenças - REQUERENTE: Antônio de Carvalho Neto - Decisão. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerente, fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa, por conta da gratuidade judicial deferida. Custas pelo Requerente, das quais fica isento, nos termos da lei. P.R.I.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: KLEDSON DE MOURA LIMA (OAB 4111/TO) - Processo 0612476-69.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liberação de Veículo Apreendido - REQUERENTE: Andre Luis Alves de Figueiredo - REQUERIDO: Delegado de Polícia do Estado de Barrolandia e outro - Decisão. Diante do exposto, RECONHEÇO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA deste Juízo para processar o mandamus e, por conseguinte, DENEGO A SEGURANÇA, declarando declaro encerrada a fase de conhecimento processual, sem resolução do mérito, nos termos do art. 6º, §5º da Lei n.º 12.016/09 c/c art. 485, IV, do CPC. Sem honorários advocatícios. Custas processuais pelo Impetrante, na forma da lei. P.R.I.

ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM) - Processo 0618211-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - LITSATIVO: José Rodrigues Filho e outro - Decisão. Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido indenizatório, uma vez que o contexto probatório existente nos autos do processo não apontou para qualquer ação ou omissão, por parte do Estado do Amazonas, que é quem de fato responde pela ação de seus agentes, que pudesse autorizar o reconhecimento de dano indenizável de qualquer natureza, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante dispõe o art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pelos Requerentes, fixados em R$2.000,00 (dois mil reais), cuja exigibilidade fica suspensa, em razão da gratuidade judiciária concedida (fl.38). Custas processuais pela parte Requerente, que fica isenta na forma da lei. P.R.I.

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM) - Processo 0623765-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Diante do requerimento do exequente, intime-se o executado, via correios, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 513, §2º, II, c/c art. 523, caput, CPC). Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo acima referido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento), conforme Art. 523, §1º, CPC. Efetuado o pagamento parcial no prazo estipulado, a multa e os honorários incidirão sobre o restante (Art. 523, §2º, CPC). Não havendo tempestivo pagamento (ou havendo apenas pagamento parcial), proceda-se ao bloqueio do crédito (ou seu remanescente) via Bacenjud; restando infrutífera a diligência anterior, expeça-se mandado de penhora e avaliação, observando-se, quando for o caso, os bens indicados pela Exequente para a constrição judicial (Art. 523, §3º, CPC). Por fim, atente o executado para o fato de que, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se automaticamente o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente, nos próprios autos, sua impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação (Art. 525, caput, CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NAYARA DE LIMA NICOLAU (OAB 222376/RJ) - Processo 0627073-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI - REQUERENTE: Marcus David Gomes de Rezende - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0628539-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Franscisco Horleans da Silva - Ficou consignado na Sentença de fls. 27/34 que a definição do percentual de honorários advocatícios seria feita quando da liquidação do julgado, nos moldes do art. 85, §4º, II, CPC. Assim, sendo este o momento oportuno, fixo os honorários advocatícios relativos à fase de conhecimento devidos ao(s) Patrono(s) do Requerente em 10% sobre o total da condenação; e, ante à sucumbência recíproca, honorários devidos ao(s) Patrono(s) Requerido em 10% sobre a parte em que sucumbiu o Requerente, cuja exigibilidade fica suspensa, pelo prazo legal, por conta da gratuidade judicial ora concedida. Desentranhe-se o cálculo de fl. 59. Remeta-se os autos à Contadoria Judicial para incluir no cálculo de fl. 60 os honorários sucumbenciais da fase de conhecimento arbitrados em 10% sobre o montante da condenação. Apresentados os cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0635915-17.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Carici Fernandes de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito, REITERA-SE A INTIMAÇÃO da parte interessada para que forneça, no prazo de 10 (dez) dias, as informações e documentos abaixo relacionados, com vistas a viabilizar a expedição da Requisição de Pequeno Valor (RPV), os quais são requisitos necessários no termos da Resolução 003/2014 do TJ/AM: 1 - a cópia do CPF do Advogado do Requerente; não é suficiente a informação do número do documento, mas é necessária a cópia. 2 - o número do NIT do Advogado do Requerente; Intime-se.

ADV: FRANCISCO FOCACCIA NETO (OAB 73135SP) - Processo 0636742-33.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - EXECUTADO: Figueiredo Ferraz Consultoria e Engenharia de Projeto S.A. - À executada para tomar ciência do bloqueio eletrônico junto ao Bacenjud (fls. 503/505), e, querendo, manifestar-se nos termos do §3º do art. 854, CPC. Havendo questionamentos da executada quanto ao valor bloqueado, intime-se o exequente para se manifestar no prazo legal (art. 218, §3º, CPC). Em caso de silêncio ou de expressa concordância, proceda-se à transferência montante bloqueado para conta judicial. Finalmente, ao exequente para, querendo, informar seus dados bancários para fins de transferência do valor depositado em juízo para a conta indicada, nos termos do art. 906, parágrafo único, CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAN DE OLIVEIRA LIMA JUNIOR (OAB 9428/AM), ADV: THAIS CRISTINY SANTOS DE ARAUJO (OAB 9449/AM), ADV: LORENA BEATRIZ ANDRADE DE ARAÚJO (OAB 9424/AM) - Processo 0639164-44.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Emir Fadoul Sobreira - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0642326-71.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Jairo Moura dos Santos - Decisão. Pelo exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, diante de sua inépcia. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, sem resolução do mérito, ex vi do art. 6º, §5º da Lei n.º 12.016/2009 c/c art. 485, I, do CPC. Sem honorários advocatícios. Custas pelo Requerente, isento, nos termos da lei. P.R.I.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0647928-43.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Ivanilson Carvalho Barros - Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (art. 7°, II, da Lei 12.016/09). Decorrido o prazo para apresentação das informações, retornem os autos do processo conclusos para apreciação da liminar requerida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0650495-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Jakson José Gomes Costa - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido condenatório, determinando ao Estado do Amazonas o pagamento de indenização referente à conversão em pecúnia de 18 (dezoito) meses de licença especial não gozada, adquiridas no decênio de 16.01.1986 a 16.01.1996 (06 meses), e nos quinquênios 16.01.1996 a 16.01.2001 (03 meses); 16.01.2001 a 16.01.2006 (03 meses); 16.01.2006 a 16.01.2011 (03 meses) e 16.01.2011 a 16.01.2016 (03 meses), quando o Requerente encontrava-se na ativa da Polícia Militar do Estado do Amazonas. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de indenização por 08 (oito) meses de férias não gozadas, referente aos exercícios de 1988, 2008 a 2012, 2014 e 2015. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pelo mesmo à época da transferência para a reserva remunerada/reforma, e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar da reforma do Requerente, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. As partes suportarão honorários advocatícios na medida de suas respectivas sucumbências, ressaltando desde logo que em relação à parte Requerente a exigibilidade fica suspensa por conta da gratuidade judicial deferida. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Danilo de Aguiar Corrêa (OAB 3168/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
FABRICIO CATUNDA DA SILVA (OAB 744/AM)
FRANCISCO FOCACCIA NETO (OAB 73135SP)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jonathan de Oliveira Lima Junior (OAB 9428/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Kledson de Moura Lima (OAB 4111/TO)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Lorena Beatriz Andrade de Araújo (OAB 9424/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Ramos Rodrigues (OAB 2831/AM)
Nayara de Lima Nicolau (OAB 222376/RJ)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thais Cristiny Santos de Araujo (OAB 9449/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0155/2019

ADV: LARISSA GUIMARÃES GONÇALVES (OAB 7724/AM), ADV: ANDREA FEITOSA GORAYEB (OAB 7821/AM), ADV: INDRA MARA BESSA (OAB 1877/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM), ADV: LUCIANA ELVAS PINHEIRO (OAB 5657/AM), ADV: ERIVERTON RESENDE MONTE (OAB 7648/AM) - Processo 0609987-69.2013.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: Otilene Santos Mattos - IMPETRADO: Presidente da Comissão Avaliadora do Concurso Público para Professores da Universidade do Estado do Amazonas e outro - Pelo exposto, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB 6002/AM)
Andrea Feitosa Gorayeb (OAB 7821/AM)
Eriverton Resende Monte (OAB 7648/AM)
Indra Mara Bessa (OAB 1877/AM)
Larissa Guimarães Gonçalves (OAB 7724/AM)
Luciana Elvas Pinheiro (OAB 5657/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0154/2019

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM) - Processo 0012187-27.1997.8.04.0012/01 (012.97.012187-0/00001) - Embargos à Execução - REQUERENTE: Maria Henriques Maia de Souza - EMBARGADO: Inst. de Prev. e Assist. dos Serv. do Est. do Am - Ipasea - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Diante da inércia do Estado do Amazonas, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: JOSE WERLES BORGES DA SILVA (OAB 11092/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: KELITA MARIA LITAIFF E COSTA (OAB 683/AM), ADV: NAPOLEÃO CÉSAR PINHEIRO LANDIM (OAB 11090/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF (OAB 1435/AM) - Processo 0034986-10.2010.8.04.0012 (012.10.034986-5) - Desapropriação - Posse - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Francisco Gomes de Lima - Amazonina Gomes dos Santos - TERRA NORTE INCOPORADORA LTDA. - Fortcasa Imóveis e Participações Ltda - PERITA: Amanda Araújo da Rocha - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso X, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam ambas as partes intimadas para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos. Manaus, 10 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0201722-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria do Carmo Alves - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDA: Município de Manaus - Estado do Amazonas - Em que pese os argumentos apresentados pelo Ministério Público em seu parecer, consta às fls. 99-100 laudo médico, datado de 28/11/2016, ou seja, de quase três anos atrás, atestando à necessidade de realização do procedimento cirúrgico, motivo pelo qual, não se afigura razoável protelar ainda mais a resolução da lide, com o escopo único de se apurar a posição de autora na lista de espera para a cirurgião. Sendo assim, publica esta decisão, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0225262-94.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - IMPETRANTE: Armando Monteiro do Nascimento - IMPETRADO: Comandante Geral da Polícia Militar do Amazonas - EXECUTADO: Estado do Amazonas - Por motivo de foro intimo superveniente, averbo-me suspeito, inteligência do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 119869/MG), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM) - Processo 0240767-96.2009.8.04.0001 (001.09.240767-7) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silma Pacheco Ramos - REQUERIDA: A Fazenda Publica do Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Secretaria de Estado de Segurança Pública -do Estado do Amazonas SESEG - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diga o autora, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da petição de fls. 406-407. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: INÁCIO DE J.B CASTRO (OAB 3377/AM), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM) - Processo 0241422-68.2009.8.04.0001 (001.09.241422-3) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: O Estado Amazonas - REQUERENTE: Estado do Amazonas - EMBARGADA: Albertina Justina dos Santos - Carlos Alberto dos Santos Filho - Dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO LUCIANO LIMA SOUSA (OAB 6974/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: CLEIDE AMAZONAS DA SILVA ALVES (OAB 717/AM), ADV: LETÍCIA DE MIRANDA LEÃO PORTELLA (OAB 3280/AM), ADV: LOURDSTELA GUIMARÃES PÁDUA (OAB 4879/AM), ADV: LYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 9208/AM), ADV: VIRGILIO CESAR COSTEIRA DE MENDONÇA ROSAS (OAB 6057/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0246722-11.2009.8.04.0001 (001.09.246722-0) - Desapropriação - Posse - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDO: Espólio de Roberto de Godoy Neves - Lídia Bárbara Magalhães Nicolau - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ CUSTÓDIO (OAB 2321/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: PRISCILLA NOGUEIRA FRANÇA (OAB 3340/AM), ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: FLÁVIA LOURDES MENDES COELHO (OAB 3552/AM) - Processo 0248689-91.2009.8.04.0001 (001.09.248689-5) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Anibal Tavares Simões - Isis Rocha Simoes - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - PERITA: Amanda Araújo da Rocha - Defiro parcialmente a petição de fl. 598. O presente processo já tramita desde 2009, portanto, entendo que a concessões de maiores dilações de prazo restam por comprometer ainda mais o resolução da lide. Assim, fixo o peremptório prazo de 15 (quinze) dias para a entrega do laudo. Expeça-se alvará para levantamento de 50% (ciquenta por cento) dos honorários periciais, conforme já determinado no despacho de fl. 576. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: ADRIANA MÍRIAN DE MIRANDA TRINDADE (OAB 5300/AM), ADV: THAÍS LORENA NUNES DA CUNHA (OAB 8602/AM) - Processo 0600847-06.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Francisco Nonato de Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: HEMOAM FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAZONAS - ESTADO DO AMAZONAS - Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - HEMOAM - Estado do Amazonas - À vista do exposto, CONFIRMO a tutela antecipada deferida (fl. 95) e JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para CONDENAR o Estado do Amazonas na obrigação de fazer consistente no fornecimento do fármaco RITUXIMABE, 1g, de 15 em 15 dias, durante o período de 6 meses, até liberação médica, nos termos da prescrição médica de fl. 82.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0601231-32.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Clóvis Marques de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto e de tudo mais que dos autos consta, com base no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor para DECLARAR o direito do autor a ter incorporado a gratificação de 10% (dez por cento) sobre os vencimentos, conforme previsto na lei 2.271, art. 201, inciso V e DETERMINAR ao Estado do Amazonas que incorpore a referida gratificação à remuneração do autor. E ainda, CONDENO o Estado do Amazonas na obrigação de pagar ao autor todas as parcelas devidas e não pagas a contar de 10/04/2015, quando teve o direito reconhecido pela Administração, acrescidos de correção monetária

e juros de mora nos moldes do artigo 406 do Código Civil/2002 e da Portaria n. 1855/2001 e, incidentes desde a inadimplência de cada parcela. CONDENO o Estado do Amazonas a ressarcir o autor de custas eventualmente pagas e a pagar ao advogado do autor honorários advocatícios de 10% sobre o proveito econômico, entendido este no valor a ser efetivamente pago ao autor após a devida liquidação, com fulcro no art. 85, § 3º inciso I. Sentença sujeita ao reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: ANA PAULA ROCHA ASFOR (OAB 26894/CE) - Processo 0605173-77.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA CILENE RODRIGUES VIEIRA - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Acolho a promoção de fls. 93-94. De fato, a Defensoria Pública não fora intimada acerca da decisão de fl. 83. Assim, deverá a Secretaria atentar para o cadastro processual, nele incluindo a Defensoria Púbica do Estado e, na sequência, promover a intimação da referida entidade acerca da decisão de fl. 83. Decorrido o prazo sem manifestação sobre a produção de novas provas, remetam-se os autos para parecer do Ministério Público. Após, voltem-me conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MARIA SILVA (OAB 7975/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR LIMA (OAB 6182/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: EUDES MENEZES ALBUQUERQUE (OAB 529A/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: MARTA MARIA VALE OYAMA (OAB 7146/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: NATÁLIA MALTA DINIZ (OAB 9592/AM), ADV: TATIANA LAMEIRA DA COSTA (OAB 10259/AM) - Processo 0606122-67.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: LUZIENE VIANA DOS SANTOS - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans - Tendo em vista que, embora regularmente intimado, o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, expeça-se a requisição de pequeno valor, nos termos do inciso II, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: FABRÍCIO CALEBE DO CARMO SANTOS (OAB 8078/AM) - Processo 0607413-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Marcos Bemfica Barbosa Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se a(o) Estado do Amazonas, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0611892-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: EDILAMAR DOS SANTOS DA FONSECA - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - INTSSADO: Lívia Pereira Pasque Melo - Intime-se as parte, para que tomem ciência da data, local e hora aprazada pela experta para a realização da perícia, bem como apresentem os documentos solicitados, conforme petição de fl. 95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO BRUNO DE ALBUQUERQUE (OAB 167463/RJ), ADV: FERNANDA HOROVITZ FRANKEL (OAB 195016/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: MARINA BORGES PEREIRA CEGAL TURRI (OAB 269484/SP), ADV: URBANETE DE ANGIOLIS SILVA (OAB 5032/AM), ADV: RICARDO MARTINS MOTTA (OAB 233247/SP), ADV: RICARDO MAGALHÃES PINTO (OAB 123575/RJ), ADV: NATHÁLIA HONORATO DAVID (OAB 236906/SP), ADV: MARIA AMÉLIA SARAIVA (OAB 41233/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: DÉBORA MEKACHESKI PEREIRA (OAB 262980/SP), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: GABRIELA M. DE CARVALHO (OAB 296439/SP), ADV: WAGNER MORRONI DE PAIVA (OAB 162360/SP), ADV: MANOEL MOTA MACIEL JÚNIOR (OAB 4348/AM), ADV: LUIS RODRIGO MARGARIDO PIRES DE ALMEIDA (OAB 258520/SP), ADV: MARIA HELENA GURGEL PRADO (OAB 75401/SP) - Processo 0614132-71.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Lojas Riachuelo S/A - REQUERIDO: Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Zurich Brasil Seguros S.A - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Assim, concordando com o Parecer Ministerial, JULGO IMPROCEDENTE a presente demanda COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, mantendo em todo seu teor a multa administrativa aplicada pelo PROCON/AM. Sem recurso, arquivem-se os autos.

ADV: WANESSA CAVALCANTE FECURY SOARES (OAB 6367/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: LUCIANA ELVAS PINHEIRO (OAB 5657/AM), ADV: ETÃ PEREIRA CASTELO BRANCO (OAB 6550/AM) - Processo 0614854-03.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cristina Coelho da Silva - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Tendo em vista que, embora regularmente intimado, o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, expeça-se a requisição de pequeno valor, nos termos do inciso II, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM) - Processo 0615945-94.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria do Carmo Santos - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0617392-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assistência à Saúde - RECLAMANTE: José Herique Carvalho Nascimento - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ao exposto, DECLARO estável a decisão concessiva da tutela antecipada e EXTINGO o processo na forma do artigo 304 caput e seu parágrafo 1º, ambos do Código de Processo Civil.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: THAÍS FIGUEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0617932-39.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO DA GAMA, - MANOEL ANTÔNIO FALCÃO BARROS - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - O deslinde da presente ação prescinde à produção de outras provas além das já constantes. Assim, na esteira da celeridade e razoável duração do processo, procederei o julgamento antecipada, consoante inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil. Publicada esta decisão, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR), ADV: TAMILE DE PAULA FREITAS RODRIGUES AMANAJÁS (OAB 8185/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: AGENOR CORRÊA GRAÇA JÚNIOR (OAB 10375/AM), ADV: MÁRCIA LÚCIA TURIEL HAGGE (OAB 7681/AM) - Processo 0621391-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Carmem do Socorro Silva Lobato - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam ambas as partes intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0621426-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Hospitais e Outras Unidades de Saúde - REQUERENTE: Solange Guerreiro Lago - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Não há necessidade de produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para julgamento antecipado, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM) - Processo 0621459-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Moadir da Rocha Vieira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0622165-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: Marcelo Harraquian da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Em face do exposto, reconheço, de oficio, a prescrição, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, II, NCPC). Custas suspensas, em razão do benefício da justiça gratuita que ora defiro, conforme art. 98, §3º do CPC. Sem honorários de sucumbência, uma vez que a parte requerida sequer foi citada. Após o trânsito em julgado (que o cartório certificará), arquivem-se os autos com baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: MAURO VERÇOZA FERREIRA (OAB 9079/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0626548-37.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4) - REQUERENTE: ARQUIBALDO DE SOUZA - REQUERIDO: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV - LITSPASSIV: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - À vista do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulado pelo autor, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0633177-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Angela da Silva Mendonça - REQUERIDO: Município de Careiro da Varzea - Cite-se o Município de Careiro da Várzea para, no prazo legal, querendo, apresentar contestação. Intime-se.

ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: RÉGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM) - Processo 0633332-59.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: CAIRO CARDOSO GARCIA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas para, querendo, apresentar manifestação quanto os documentos supramencionados, conforme os art. 436 e 437 do Código de Processo Civil. Intime-se o autor para juntar contracheques atualizados e as declarações do imposto de renda dos últimos dois anos,a fim de comprovar a necessidade de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita.

ADV: RONALDO SANTANA MACEDO (OAB 6536/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM) - Processo 0635425-92.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Cláudia Silvana da Costa Carvalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista que, embora regularmente intimado, o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, expeça-se a requisição de pequeno valor, nos termos do inciso II, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0641193-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Elaine Mota de Faria - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Não há necessidade de produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 05 (cinco) dias, retornem os autos conclusos para julgamento antecipado, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil.

ADV: BARBARA FERNANDEZ DE BASTOS (OAB 14647/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0641507-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - REQUERIDO: Univasc União Vascular de Serviços Médicos Limitada Epp - Diante dos argumentos apresentados pelo Requerido UNIVASC, nas fls. 39/56, em especial a insegurança jurídica na contratação precária, as condições desumanas e totalmente inadequadas ao exercício da medicina e sobrecarga do trabalho, e apesar de ter juntado os comprovantes de pagamento quanto às competências dos meses de abril e maio de 2019, torna-se também necessário que o ente estatal manifeste-se quanto à alegação de atrasos recorrentes pelo Estado do Amazonas. Assino o prazo de 10 dias para manifestação do ente estatal. Após, conclusos os autos.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0642923-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rafael Aragão dos Santos - Artemisa Nascimento Burrego - REQUERIDO: Estado do Amazonas - À vista de todo exposto, JULGO A AÇÃO IMPROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC/15.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0646448-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Deusa Bentes Alves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0646504-63.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0000396-32.1995.8.04.0012) - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Juros - REQUERENTE: Altevir Frutuoso de Franca - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestarem acerca dos documentos e cálculos apresentados pelo requerente às fls. 09-168, bem como, querendo, juntar demais documentos elucidativos. À Secretaria, para promover o apensamento deste processo aos auto nº. 000396-32.1995.8.04.0012. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0646704-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Raimunda Eneida Oliveira Barroso - Luis Olavo Melo Sampaio - Keila Maria de Souza Oliveira - Maria Cecília Brasileiro de Almeida - Israel Correa de Castro - Marizeth Cunha Bezerra - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0647035-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Maria do Carmo Dutra da Rocha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0647387-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Matilde Cordeiro da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0647487-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Alex Campelo do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0647726-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Cleonice Cosmo do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0647813-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Josenildo Bezerrade Oliveira - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0648265-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Carlos Bacelar Martins Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Compulsando os autos, verifico que o autor junta aos autos comprovante de sua remuneração (fl. 13), a qual, no entanto, refere-se ao ano de 2014. Assim, tendo em vista que os proventos dos quais faz jus (fl. 09), pelo menos à primeira vista, evidenciam a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça, consoante disposição do § 2º, do art. 99, do Código de Processo Civil, sobretudo por ser possível hoje o parcelamento das custas em até 06 (seis) vezes, na forma da Portaria nº. 490/2017-PTJ, determino ao autor que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o preenchimento dos requisitos legais para litigar sobre o pálio da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 14750/AM) - Processo 0648314-73.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Reginaldo Gomes Bacelar - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante de todo o exposto, INDEFIRO a inicial com fulcro no art. 10 da lei 12.016/09 e resolvo o processo sem resolução de mérito, permitindo ao interessado discutir a presença ou não do vício do ato administrativo em procedimento ordinário, sujeito à fase instrutória.

ADV: ANTÔNIO ADALBERTO MAGALHÃES MARTINS (OAB 2792/AM) - Processo 0648381-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Bringel Medical Distribuidora de Medicamentos Ltda. - REQUERIDA: Município de Manaus - Defiro o parcelamento das custas em até 06 (seis) vezes, em observância ao que determina § 6º, do art. 98, do CPC, bem como a Portaria nº 490/2017-PTJ, devendo a autora providenciar a juntada do comprovante da primeira parcela no prazo de 10 (dez) dias. Ademais, em homenagem a celeridade processual, tendo em vista a experiência deste juízo no sentido de que o Município de Manaus não apresenta interesse em resolver os litígios por meio da autocomposição, deixo de pautar a audiência do art. 334 do Código de Processo Civil, sendo permitido ao requerido, todavia, apresentar proposta de acordo a qualquer tempo. Cite-se o Município de Manaus para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TAMIRES MENEZES (OAB 8017/AM), ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0655172-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Saúde - REQUERENTE: Yasmin e Silva Monteiro - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDA: Município de Manaus - Estado do Amazonas - Não há necessidade de produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para julgamento antecipado, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil.

ADV: RAIMUNDO EDSON TORRES LIMA (OAB 8732/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0660681-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Panificadora Master Pan Ltda - Epp - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Rsg Comercio Atacadista de Alimentos e Organizador Logistico Ltda - Seduc - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino - Não há necessidade de produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 05 (cinco) dias, retornem os autos conclusos para julgamento antecipado, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil.

ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: WELLINGTON AUGUSTO DE PAULA E SOUSA (OAB 4534/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0712319-51.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: LUIS DE PAULA E SOUSA NETO - EXECUTADO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Estado do Amazonas - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Nos termos do Art. 1º, VI, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, fica intimado o Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM para efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor expedida às fls. 427-428, conforme Resolução nº 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002.

Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB 5300/AM)
Agenor Corrêa Graça Júnior (OAB 10375/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Ana Paula Rocha Asfor (OAB 26894/CE)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Pereira de Freitas (OAB 4845/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antônio Adalberto Magalhães Martins (OAB 2792/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio José Custódio (OAB 2321/AM)
Antônio Luciano Lima Sousa (OAB 6974/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Barbara Fernandez de Bastos (OAB 14647/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)

Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleide Amazonas da Silva Alves (OAB 717/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB 6077/AM)
Débora Mekacheski Pereira (OAB 262980/SP)
Diego D'Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Eduardo Bruno de Albuquerque (OAB 167463/RJ)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Etã Pereira Castelo Branco (OAB 6550/AM)
Eudes Menezes Albuquerque (OAB 529A/AM)
Eugênio Augusto Carvalho Seelig (OAB 8625/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fabrício Calebe do Carmo Santos (OAB 8078/AM)
Fernanda Horovitz Frankel (OAB 195016/SP)
Fernanda Maria Silva (OAB 7975/AM)
Flávia Lourdes Mendes Coelho (OAB 3552/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Gabriela M. de Carvalho (OAB 296439/SP)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Inácio de J.B Castro (OAB 3377/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB 9637/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
JOSE WERLES BORGES DA SILVA (OAB 11092/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Júlio César Lima (OAB 6182/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 119869/MG)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Kelita Maria Litaiff e Costa (OAB 683/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Letícia de Miranda Leão Portella (OAB 3280/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Lourdstela Guimarães Pádua (OAB 4879/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciana Elvas Pinheiro (OAB 5657/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Luis Rodrigo Margarido Pires de Almeida (OAB 258520/SP)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Lysson Alcântara Barroso (OAB 9208/AM)
Manoel Mota Maciel Júnior (OAB 4348/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)
Márcia Lúcia Turiel Hagge (OAB 7681/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Maria Amélia Saraiva (OAB 41233/SP)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Maria Helena Gurgel Prado (OAB 75401/SP)
Marina Borges Pereira Cegal Turri (OAB 269484/SP)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Marta Maria Vale Oyama (OAB 7146/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Verçoza Ferreira (OAB 9079/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Napoleão César Pinheiro Landim (OAB 11090/AM)
Natália Malta Diniz (OAB 9592/AM)
Nathália Honorato David (OAB 236906/SP)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscilla Nogueira França (OAB 3340/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael de Oliveira Pereira (OAB 14750/AM)
Raimundo Edson Torres Lima (OAB 8732/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Régis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Ricardo Magalhães Pinto (OAB 123575/RJ)
Ricardo Martins Motta (OAB 233247/SP)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Ronaldo Santana Macedo (OAB 6536/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff (OAB 1435/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Tamile de Paula Freitas Rodrigues Amanajás (OAB 8185/AM)
Tamires Menezes (OAB 8017/AM)
Tatiana Lameira da Costa (OAB 10259/AM)
Thaís Figueira de Oliveira (OAB 11229/AM)
Thaís Lorena Nunes da Cunha (OAB 8602/AM)
Thiago Oliveira Costa (OAB 83060/PR)
Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Urbanete de Angiolis Silva (OAB 5032/AM)
Virgilio Cesar Costeira de Mendonça Rosas (OAB 6057/AM)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB 6880/AM)
Wagner Morroni de Paiva (OAB 162360/SP)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wanessa Cavalcante Fecury Soares (OAB 6367/AM)
Wellington Augusto de Paula e Sousa (OAB 4534/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0166/2019

ADV: OSVALDO FERNANDES FILHO (OAB 200040/SP), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0210144-15.2010.8.04.0001 (001.10.210144-3) - Procedimento Comum Cível - Posse - REQUERENTE: Constecca Construcoes S/A - REQUERIDA: Município de Manaus - DESPACHO Autos nº:0210144-15.2010.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autora:Constecca Construcoes S/A Réu:Município de Manaus Vistos etc. Intime-se a parte autora para comprovar o pagamento dos honorário periciais, no prazo de 02 (dois) dias. Manaus, 07 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0604801-31.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: GREMIO SOCIAL RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA ANDANÇAS DE CIGANOS - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Processo nº: 0604801-31.2014.8.04.0001 Classe: Cumprimento de Sentença Exequente: GREMIO SOCIAL RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA ANDANÇAS DE CIGANOS Executado: Estado do Amazonas ATO ORDINATÓRIO - VISTA AO EXEQUENTE De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no Provimento nº 63/02-CGJ, a fim de acelerar a triagem de documentos necessários para expedição do RPV, fica a parte exequente intimada para fazer a juntada nos autos da cópia do NIT do patrono, o respectivo comprovante de inscrição na OAB, assim como da procuração judicial, documentos elencados respectivamente no art. 18 da Resolução nº 03/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, alínea "c" e parágrafo 1°, inc. IX do referido dispositivo, no prazo de 30 (trinta) dias. Manaus, 10 de setembro de 2019

ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM) - Processo 0627066-61.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Duquesa Maria de Alves de Almeida - REQUERIDO: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB - SENTENÇA Autos nº:0627066-61.2013.8.04.0001 ClasseReintegração / Manutenção de Posse AssuntoEsbulho / Turbação / Ameaça Autor(a):Duquesa Maria de Alves de Almeida Réu(s):Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de manutenção da posse ajuizada por Duquesa Maria de Alves de Almeida em face do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB, tendo as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que é possuidora de um imóvel situado na rua J-6, antigo ramal do acesso, casa 04, bairro Águas Claras, neste município. Sustenta que em junho de 2013, foi surpreendida por uma notificação do IMLPURB, para que a mesma providenciasse a demolição voluntária de seu imóvel, posto que o mesmo estaria inserido em área institucional. A demandante alardeia que a área objeto da lide encontra-se em disputa judicial, no bojo do processo n. 3050-18.2013.4.01.3200 que tramita na 3ª Vara da Justiça Federal do Amazonas, pois há duas matrículas em cartórios diferentes (1º e 4º Registros de Imóveis) sobre a propriedade da área. Diante da situação narrada, a autora ajuizou a presente ação, onde pugnou pela condenação do réu a se abster de praticar qualquer ato que turbe a sua posse quanto ao imóvel litigioso. Juntou documentos às fls. 8/170. Decisão interlocutória proferida às fls. 214/218, indeferiu o pedido de antecipação de tutela. Citado, o réu apresentou contestação às fls. 225/235, tendo alegado, como preliminar de mérito, a inadequação da via eleita. No mérito, sustentou que, com a implementação do loteamento Nascente das Águas Claras, parte do mesmo, por força de lei, teve que ser destinado ao uso do Poder Público, havendo a transferência ao patrimônio do Município de Manaus desta área, sendo nulo o contrato de compra e venda efetivado pela autora para a aquisição do imóvel. Juntou documentos às fls. 236/277 Não houve a apresentação de réplica. Parecer Ministerial às fls. 286/290, tendo o Parquet informado não haver interesse público na causa, que justificasse a sua intervenção. Despacho anunciando o julgamento antecipado da lide, às fls. 292, tendo as partes anuído com o anúncio feito. É o relatório. II.- Fundamenta-se. A autora ajuizou a presente ação alegando ser a legitima possuidora do imóvel sito à rua J-6, antigo ramal do acesso, casa 04, bairro Águas Claras, neste município, e que sua posse estaria sendo turbada pelo IMPLURB, o qual determinou a demolição voluntária de seu imóvel, uma vez que este estaria construído sobre área institucional. Alegou que a posse existe desde julho de 1974, tendo sido passada adiante através de contratos de compra e venda. Das provas acostadas nos autos, tem-se o imóvel da demandante se encontra inserido no Loteamento Nascente das Águas Claras, o qual fora aprovado no ano de 2000, pelo IMPLURB, conforme fls. 270/272, sendo o loteador a Imobiliária Vieiralves. Com efeito, nos termos da Lei n. 6766/79, os loteamentos devem conter áreas institucionais para a implantação de equipamentos urbanos. Veja-se: Art. 4o. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos: I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem. A norma acima também foi prevista no Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus, havendo a seguinte previsão: Art. 15. A área mínima destinada ao uso público poderá variar entre 25% (vinte e cinco por cento) e 50% (cinquenta por cento) da área total do loteamento, na forma da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, de acordo com as peculiaridades das Zonas Urbanas e da Zona de Transição, conforme Anexo I desta Lei Complementar, ou especificação expressa na certidão de Avaliação Urbanística. O art. 16 da citada norma trata dos equipamentos urbanos que devem existir nos loteamento, motivo pelo qual deve, por força de lei, ser reservada parte do imóvel para a instalação destes equipamentos, sendo esta área denominada de área institucional. A área institucional, destinada à implantação dos equipamentos urbanos, a partir do registro do loteamento junto ao órgão competente, passam a ser propriedade do Município onde se encontram, nos termos do art. 22, da Lei n. 6766/79. Art. 22. Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo. De acordo com tal norma, e com o projeto apresentado pelo loteador do Loteamento Nascente das Águas Claras, houve a observância das normas de direto urbanístico, com a devida separação de área do loteamento para a área institucional, que se trata da Quadra J9, conforme memorial descritivo de fls. 271. E por esse memorial, é possível constatar que o imóvel da demandante se encontra inserido, verdadeiramente, nesta área institucional, chegando-se, assim, à conclusão de que o bem fora construído sobre bem de domínio público. Nesse passo, de rigor registrar que os imóveis públicos não são passíveis de usucapião, nos termos do art. 102 do Código Civil e da Súmula 602 do STJ. Assim, inexiste a posse de bem público, sendo a sua ocupação indevida entendida como mera detenção, a qual possui natureza precária. Esse é o entendimento da jurisprudência pátria: Apelação Cível. Reintegração de Posse. Bem Público. Mera detenção. 1. Configurada a ocupação indevida de bem público, não há falar em posse, mas em mera detenção, de natureza precária, o que afasta o direito de permanência no imóvel, retenção das benfeitorias e o eventual pleito indenizatório. (TJ-RO - APL: 00180003920128220002 RO 0018000-39.2012.822.0002, Data de Julgamento: 26/07/2019, Data de Publicação: 01/08/2019) ADMINISTRATIVO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. BEM PÚBLICO. MERA DETENÇÃO. CITAÇÃO DO CÔNJUGE. DESNECESSIDADE. POSSE VELHA. INEXISTÊNCIA. 1. A ocupação irregular de bem público, como no caso dos autos, não configura posse, mas mera detenção, descaracterizando-se a composse que justificaria a citação do cônjuge. 2. Carece de fundamentos a alegação de “posse velha”, visto que, conforme entende o STJ, configurada a ocupação indevida de bem público, não há falar em posse, mas em mera detenção, de natureza precária (RESP 201000883386, MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:25/10/2010). 3. O pleito demolitório, por se tratar de medida irreversível, deve ser postergado para o julgamento final do processo de origem, evitando-se danos irreparáveis ao agravante. 4. Agravo de instrumento parcialmente provido. (TRF-5 - AG: 08059712920154050000 SE, Relator: Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro, Data de Julgamento: 17/03/2016, 3ª Turma) Cumpre deixar assente que inexistindo a posse da autora sobre o bem litigioso, não se poderia haver a defesa do direito pleiteado por meio de ação possessória, posto que para isso seria imprescindível a posse do imóvel. Assim, inadequada a via eleita, uma vez que ausente um dos requisitos necessários às ações possessória, o que denota a ausência do interesse de agir, sendo este composto do trinômio necessidade, utilidade e adequação. Registra-se, por fim, que, a existência de ação corre perante a Justiça Federal sobre a sobreposição de matrículas, não interfere na presente demanda, uma vez que ainda se encontra válida a decisão administrativa que aprovou o loteamento Nascente das Águas Claras, sendo, dessa forma, do Município de Manaus a área em comento. III.- Decide-se. Diante do exposto, uma vez reconhecida a preliminar de ausência de interesse de agir, julga-se extinta a presente ação, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Deferem-se os benefícios da justiça gratuita pleiteados pela autora. Custas pela parte autora. Condena-se a parte demandante ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. Atualização dos honorários deverá ser feita nos termos do art. 406, do Código Civil. Ficam os valores estipulados, a título de sucumbência, sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, §3°, do CPC. Sentença não sujeita ao reexame necessário. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após trânsito em julgado, não havendo requerimentos a serem analisados, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ANA CLÁUDIA CONDE VIEIRALVES (OAB 6073/AM) - Processo 0713847-23.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Marlene Tiuba dos Santos e outro - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro - SENTENÇA Autos nº:0713847-23.2012.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Assunto:Pensão por Morte (Art. 74/9) Autora:Marlene Tiuba dos Santos Réus:Amazonprev Fundo Preveidenciário do Estado do Amazonas, Estado do Amazonas, Estado do Amazonas e Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se Trata-se de ação para concessão de pensão por morte com pedido de tutela de urgência ajuizada por Marlene Tiuba dos Santos em face do Amazonprev Fundo Preveidenciário do Estado do Amazonas, Estado do Amazonas, Estado do Amazonas e Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Diz a Autora que era casada com o Sr. José Maria Garcia Dos Santos desde 18.11.1961, conforme Certidão de Casamento juntada a fls. 46 e que do casamento, nasceram filhos, todos capazes e maiores, atualmente. Salienta a Autora, que da união matrimonial da Autora com o de cujus não houve nenhum tipo de interrupção, separação ou outro fato que caracterizasse a dissolução do casamento de fato ou de direito, pois sempre viveram em perfeita harmonia, trabalhavam juntos para manutenção do lar e para o sustento dos filhos. Todavia, no dia 19.05.2011, seu esposo veio a óbito, deixando a viúva abalada emocionalmente, devido a situações constrangedoras que vieram a ocorrer. Tendo ciência dos seus direitos, quando do falecimento do seu esposo, a Autora procurou a AMAZONPREV para requerer o beneficio de pensão por morte, após protocolizar o requerimento administrativo para concessão do beneficio pensão por morte, cumpridas todas as exigências na condição de esposa e em decorrência do falecimento do servidor José Maria Garcia Dos Santos, teve seu pedido indeferido, sob alegações infundadas, não restando outra alternativa senão o ajuizamento da presente ação. Decisão interlocutória às fls. 96/106 deferindo a liminar pretendida, no sentido de determinar a concessão de pensão por morte. Embargos de declaração às fls. 112/127. Impugnação aos embargos às fls. 130/133. Contestação do Estado do Amazonas às fls. 134/146. Contestação do AMAZONPREV às fls. 149/162. Decisão interlocutória rejeitando os embargos de declaração, às fls. 216/217. Despacho determinando a realização de audiência de instrução e julgamento às fls. 240/241. Termo de audiência de instrução ás fls. 277/282. Ouvidas as testemunhas, Rosenice Correa de Almeida Souza (fls. 278-279) e Maria Helena Correa (fls. 279-280), ambas vizinhas da autora de vários anos, as quais confirmaram que a autora e o falecido marido não estavam separado de fato, pois conviviam como casal normalmente, sendo ele o chefe da família. Também, foi ouvida Mareolina Correa Garcia, filha do falecido com uma companheira (fls. 280-281), que informou que, no velório de seu pai, tomou conhecimento da existência de outros irmãos, e de outra companheira de seu pai. Alegações finais às fls. 283/282 e 286/287. Parecer do Ministério Público ás fls. 289/294, opinando pela procedência da ação. É o relatório, em síntese. II.- Fundamenta-se A pretensão da autora se aparenta válida, no momento em que, face ao óbito de seu marido, a mesma se apresenta na condição de dependente de 1ª (primeira) classe, fazendo jus portanto, ao benefício previdenciário de pensão por morte, nos termos dos artigos 31, artigo 2º, inciso II e artigo 33 da Lei Complementar 30/2001. Constata-se que sua pretensão guarda guarida no disposto do artigos 31 e 33 da referida lei, vejamos: Art. 31 Por morte, morte presumida ou ausência do segurado é assegurada a concessão de pensão previdenciária aos dependentes enumerados no inciso II do art. 2º desta Lei Complementar. Art. 33 A pensão por morte será concedida aos dependentes do segurado ativo ou inativo que falecer e, observadas as disposições gerais sobre o benefício, será devida a contar da data: I - do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias após o falecimento; § 1.º O valor do benefício da pensão por morte será igual: I - à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; ou E ainda no artigo 2º da mencionada lei assegurando o cônjuge na condição de dependente de 1ª (primeira) classe, in verbis: Art. 2.º São beneficiários do Programa de Previdência estabelecido por esta Lei Complementar: II - Na condição de dependentes dos segurados: a) o cônjuge ou companheiro, enquanto perdurar o casamento ou a união estável, bem como o cônjuge separado de fato, o ex-cônjuge ou ex-companheiro, desde que credores de pensão alimentícia; b) os filhos menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos, desde que a invalidez seja pré-existente ao óbito do segurado. § 1.º O enteado do segurado que, comprovadamente esteja sob a dependência e sustento deste, dever ser equiparado aos filhos nos termos do inciso II, alínea b , deste artigo. § 2.º O nascituro, cuja filiação seja reconhecida, terá assegurado a sua condição de dependente. De tal modo, juntado aos autos a fls. 45/46 as certidões de casamento - religioso e civil e a fls. 47 certidão de óbito do de cujus, é de ponta que resta assegurado o benefício previdenciário à autora, uma vez que a prova produzida se mostra firme bastante para assegurar que a Autora mantinha o casamento com o de cujus. Logo, preenchidos os requisitos autorizadores a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte em favor da Autora. Observe-se ainda a redação do art. 31 da mesma Lei: Art. 31. - Por morte, morte presumida ou ausência do segurado é assegurada a concessão de pensão previdenciária aos dependentes enumerados no inciso II e parágrafos do art. 2.° desta Lei Complementar. § 4.º - O cônjuge separado de fato, o ex-cônjuge ou o ex companheiro que for credor de pensão alimentícia terá sua participação no benefício limitada ao valor dos respectivos alimentos que recebia do segurado. Ademais, analisando todas os documentos e informações trazidas aos autos, verifica-se que o de cujus mantinha relacionamento conjugal com sua esposa, ora autora, concomitante com a ex-companheira (já falecida), com que também constituiu família. Assim, restou claro que o ex-segurado convivia e assistia financeiramente as duas famílias, que seja, a formada com a esposa e a constituída com a companheira. Por isso, há nos autos dois endereços do falecido. Destaca-se, ainda, que consta dos autos, comprovante de conta de água referente a abril de 2011 (fls. 202) em nome do ex-segurado (falecido em maio de 2011), no endereço declarado pela autora, o que serve como mais um elemento indicador da veracidade das afirmações da autora. No caso dos presentes autos, a condição de cônjuge separado de fato não se aplica à autora, visto que está comprovado que o ex-segurado, mesmo convivendo com outra companheira, manteve a relação matrimonial com sua esposa, ora autora, até o seu falecimento. Também, não faz sentido exigir que a autora comprove ser credora de pensão alimentícia, vez que era mantida como esposa pelo falecido marido. Portanto, os documentos juntados e demais provas nos autos indicam que a requerente manteve a relação matrimonial com o de cujus até o falecimento deste, fazendo jus a pensão por morte pleiteada, na condição de cônjuge nos termos da lei. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu a efetuar o pagamento de pensão por morte à autora, a contar da data do óbito do Sr. José Maria Garcia Santos. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Concede-se aos autores os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, diante da sucumbência recíproca (tendo em vista que não foi concedida a totalidade dos valores pugnados na inicial), e equivalente, condena-se a parte autora e a ré ao pagamento, respectivamente, de 50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios, ao patrono da parte adversa, fixados em R$50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do artigo 85, §3.°, II, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. Sentença (não) sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do(s) recurso(s). Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Ana Cláudia Conde Vieiralves (OAB 6073/AM)
Osvaldo Fernandes Filho (OAB 200040/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0159/2019

ADV: JOÃO THOMAS LUCHSINGER (OAB 186A/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0018710-78.2003.8.04.0001 (001.03.018710-0) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERIDO: Construtora Andrade Guitierrez S/a. - R.Hoje. Intime-se o Executado - Município de Manaus para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM) - Processo 0024204-16.2006.8.04.0001 (001.06.024204-4) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Antônia Gomes da Costa - De ordem do MM. Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, intimo o Estado do Amazonas, via portal eletrônico de intimação, para pagar o valor descrito da Requisição de Pequeno Valor de fl. 662, no prazo de 60 (sessenta) dias, através de depósito a ser efetuado em conta judicial vinculada ao processo (Caixa Econômica Federal, Agência nº 3205), nos termos do §3º do art. 100 da Constituição Federal, da Lei Estadual nº 2.748, de 04 de setembro de 2002, que define as obrigações de pequeno valor, e da Resolução nº 003/2014 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0604984-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Francisco de Oliveira Mendes - Autos nº:0604984-26.2019.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Requerente:Francisco de Oliveira Mendes Requerido:Estado do Amazonas DECISÃO O processo está em ordem e as partes devidamente representadas. Não há irregularidades a suprir, nem nulidades a sanar. Por essa razão, intimem-se as partes para querendo apresentarem provas úteis ao deslinde do processo. Em não o fazendo, o processo será julgado antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I , do Código de Processo Civil. Intimem-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO DE ASSIS VERAS FORTES NETO (OAB 14640/PI), ADV: HEYLANE CRISTINA DOS SANTOS BRASIL (OAB 10360/PI) - Processo 0617331-04.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Servi San Vigilância e Transportes Ltda - CERTIFICO que deixei de retificar a Requisição de Precatório, como determinado no despacho de fls. 448-449, em razão de não constar nos autos cópia da OAB e NIT/PIS/PASEP do advogado credor dos honorários, além do contrato de honorários advocatícios, documentos indispensável à instrução da Requisição. Manaus, 10 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: ELISANDRA ANJOS DOS REIS (OAB 9575/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM) - Processo 0620992-54.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MARCIA DANIELLA DE SOUZA DOS SANTOS - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com cálculos às fls.401, conforme despacho de fls.395, e abro vista às partes para manifestação. Manaus, 10 de setembro de 2019 Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: MARIA DO CARMO CORRÊA (OAB 61856/RS), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0624470-07.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: Karla Pinheiro de Almeida - CERTIFICO que deixei de expedir a Requisição de Precatório, como determinado no despacho de fls. 398, em razão de não constar nos autos o NIT/PIS/PASEP do advogado credor dos honorários, documento indispensável à instrução da Requisição. Manaus, 09 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: MARIA IONE DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 9521/AM), ADV: ANTÔNIO VIDAL DE LIMA (OAB 341A/AM) - Processo 0628175-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: ANTONIO VIDAL DE LIMA - Autos nº:0628175-37.2018.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Requerente:ANTONIO VIDAL DE LIMA Requerido:Estado do Amazonas DECISÃO O processo está em ordem e as partes devidamente representadas. Não há irregularidades a suprir, nem nulidades a sanar. Por essa razão, intimem-se as partes para querendo apresentarem provas úteis ao deslinde do processo. Em não o fazendo, o processo será julgado antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I , do Código de Processo Civil. Intimem-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0640627-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Altair Artiago dos Santos - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0640630-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Moacir Nogueira Buzaglo e outro - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelos Autores, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0640659-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Francisco Carlos de Araújo - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Estado do Amazonas, às fls. 253/261. Intimo o Requerente, Francisco Carlos de Araújo, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0646413-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Zoraide Neves dos Santos e outros - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelos Autores, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0646637-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Simarildo Fernandes Coelho - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: LEONARDO LUIZ TAVANO (OAB 173965/SP) - Processo 0646943-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Metal Solutions S/a. - Sendo a competência em razão da matéria absoluta e, por isso, improrrogável, impõe-se reconhecer de ofício a incompetência ratione materiae, declinando o processamento e julgamento da demanda para a Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal. Determino à Secretaria que proceda ao encaminhamento dos autos do processo ao setor competente para redistribuição processual, nos termos da lei. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0647036-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Nelson Mendes Sousa - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0647459-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Rita Cavalcante Furtado - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela Autora, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO) - Processo 0647534-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião Carvalho de Souza - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO ALVES BARBOSA (OAB 4954/AM) - Processo 0647553-42.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Giselle Larissa Rebouças Couto Silva - Diante do exposto, CONCEDO A LIMINAR REQUERIDA DE FORMA SUBSIDIÁRIA, sem prejuízo de reavaliação futura, determinando que seja garantido à Impetrante o direito de participação nas próximas etapas do certame. Intimem-se as autoridades coatoras para dar cumprimento à decisão e na sequência, notifiquem-nas (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada. Após, dê-se vista ao Ministério Público (art. 12 da Lei nº 12.016/09) para que se manifeste sobre o pedido, retornando os autos conclusos para sentença. Defiro o benefício da gratuidade de justiça. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: CARLOS AUGUSTO ALVARENGA DE BARROS (OAB 12506/AM), ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM) - Processo 0659426-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Edna Oliveira Passos - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos Embargos de Declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 dias, na forma do art. 1.023, parágrafo 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: LUANA BARROSO COLARES (OAB 6864/AM), ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: MARIA ISÉLIA SARAIVA DE OLIVEIRA (OAB 6478/AM) - Processo 0715080-55.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - RECLAMANTE: EMANOEL MARIO DOS SANTOS DA SILVA - FRANCISCO IVAM PEREIRA JUNIOR e outros - DECISÃO. Diante das razões acima expostas, conheço dos embargos de declaração para NEGAR-LHE provimento, por ausência de omissão na decisão de fls. 179/182. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Antônio Vidal de Lima (OAB 341A/AM)
Carlos Augusto Alvarenga de Barros (OAB 12506/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisandra Anjos dos Reis (OAB 9575/AM)
Erivan Oliveira Passos (OAB 7864/AM)
Fábio Alves Barbosa (OAB 4954/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco de Assis Veras Fortes Neto (OAB 14640/PI)
Heylane Cristina dos Santos Brasil (OAB 10360/PI)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
João Thomas Luchsinger (OAB 186A/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Leonardo Luiz Tavano (OAB 173965/SP)
Luana Barroso Colares (OAB 6864/AM)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria do Carmo Corrêa (OAB 61856/RS)
Maria Ione dos Santos Rodrigues (OAB 9521/AM)
Maria Isélia Saraiva de Oliveira (OAB 6478/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0100/2019

ADV: CELERINO LEITE JÚNIOR (OAB 6481/AM) - Processo 0600838-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Celson Luiz da C. Sobreira - Acolho a promoção ministerial de fls. 152/153. Cite-se o Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis de Manaus para que se manifeste nos autos, no prazo de lei. Após, renove-se vista dos autos ao graduado órgão ministerial, independentemente de novo despacho.

Celerino Leite Júnior (OAB 6481/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0378/2019

ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB A1092/AM) - Processo 0212233-69.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a vida - ACUSADO: Rycson Nonato Coimbra da Gama e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0212233-69.2014.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO

PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). A1092/AM - Sérgio Samarone de Souza Gomes, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 07/10/2019 às 11:15h, concernente ao Processo nº 0212233-69.2014.8.04.0001, onde figura como Réu Rycson Nonato Coimbra da Gama, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: VITOR BERENGUER BARBOSA JÚNIOR (OAB 8336/AM) - Processo 0214956-90.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - DENUNCIADO: Marlidio Augusto Cunha Dutra e outro - Compulsando os presentes autos, verifico que, conforme certidão de fls. 220, o acusado foi intimado através de seu patrono, Vítor Berenguer Barbosa Júnior (OAB/AM 8336), para apresentar Alegações Finais. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias estabelecido no art. 403, § 3o do CPP, a parte permaneceu inerte. Desta forma, intime-se o patrono do acusado, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente as Alegações Finais ou sua renúncia, sob pena de incorrer em infração disciplinar, conforme disposto no art. 34, IX da Lei nº 8.906/94. Não havendo manifestação no prazo estabelecido, oficie-se a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/AM para que sejam tomadas as providências cabíveis. Na mesma oportunidade, intime-se pessoalmente o acusado para, querendo apresentar novo patrono no prazo de 10 (dez) dias. Ultrapassado este prazo sem manifestação, nomeio desde já, o defensor público atuante neste juízo para apresentar alegações finais em nome do acusado. À Secretaria para providências cabíveis.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0215336-16.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Antônio Jorge de Oliveira Cabral - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0215336-16.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 8246/AM - Renato Fernandes Mariano, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0215336-16.2016.8.04.0001, onde figura como Réu Antônio Jorge de Oliveira Cabral, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0222824-22.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Islan de Oliveira Rodrigues - Compulsando os presentes autos, verifico que, conforme certidão de fls. 49, o acusado foi intimado através de seu patrono, Átila de Medeiros Affonso (OAB/AM 1819), para apresentar Alegações Finais. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias estabelecido no art. 403, § 3o do CPP, a parte permaneceu inerte. Desta forma, intime-se o patrono do acusado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente as Alegações Finais ou sua renúncia, sob pena de incorrer em infração disciplinar, conforme disposto no art. 34, IX da Lei nº 8.906/94. Não havendo manifestação no prazo estabelecido, oficie-se a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/AM para que sejam tomadas as providências cabíveis. Na mesma oportunidade, intime-se pessoalmente o acusado para, querendo apresentar novo patrono no prazo de 10 (dez) dias. Ultrapassado este prazo sem manifestação, nomeio desde já, o defensor público atuante neste juízo para apresentar alegações finais em nome do acusado. À Secretaria para providências cabíveis.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0223006-18.2010.8.04.0001 (001.10.223006-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADO: Márcio da Silva Carneiro - Compulsando os presentes autos, verifico que, conforme certidão de fls. 232, o acusado foi intimado através de seu patrono, Mário Porto de Aguiar (OAB/AM 2296), para apresentar Alegações Finais. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias estabelecido no art. 403, § 3o do CPP, a parte permaneceu inerte. Desta forma, intime-se o patrono do acusado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente as Alegações Finais ou sua renúncia, sob pena de incorrer em infração disciplinar, conforme disposto no art. 34, IX da Lei nº 8.906/94. Não havendo manifestação no prazo estabelecido, oficie-se a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/AM para que sejam tomadas as providências cabíveis. Na mesma oportunidade, intime-se pessoalmente o acusado para, querendo apresentar novo patrono no prazo de 10 (dez) dias. Ultrapassado este prazo sem manifestação, nomeio desde já, o defensor público atuante neste juízo para apresentar alegações finais em nome do acusado. À Secretaria para providências cabíveis.

ADV: THIAGO DE PAULA ANDRADE MIRANDA (OAB 7850/AM) - Processo 0225945-24.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Roberto Alvarez Miranda - Compulsando os presentes autos, verifico que, conforme certidão de fls. 81, o acusado foi intimado através de seu patrono, Thiago de Paula Andrade Miranda (OAB/AM 7850), para apresentar Alegações Finais. Transcorrido o prazo de 05 (cinco) dias estabelecido no art. 403, § 3o do CPP, a parte permaneceu inerte. Desta forma, intime-se o patrono do acusado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente as Alegações Finais ou sua renúncia, sob pena de incorrer em infração disciplinar, conforme disposto no art. 34, IX da Lei nº 8.906/94. Não havendo manifestação no prazo estabelecido, oficie-se a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/AM para que sejam tomadas as providências cabíveis. Na mesma oportunidade, intime-se pessoalmente o acusado para, querendo apresentar novo patrono no prazo de 10 (dez) dias. Ultrapassado este prazo sem manifestação, nomeio desde já, o defensor público atuante neste juízo para apresentar alegações finais em nome do acusado. À Secretaria para providências cabíveis.

ADV: CÉSAR AUGUSTO BAPTISTA DE CARVALHO (OAB 86/AC), ADV: FELIX VALOIS COELHO JUNIOR (OAB 339/AM), ADV: MARCIA FREITAS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 1741/AC), ADV: ORLANDO RIBEIRO DO NASCIMENTO (OAB 177/RO), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0242099-64.2010.8.04.0001 (001.10.242099-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral - RÉU: Vicente Augusto Cruz Oliveira - Helena Fiúza Amaral Souto - Wilson Batista Campos - INDICIADO: Benedito de Souza Gomes - Sentença Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Vicente Augusto Cruz de Oliveira, Helena Fiúza do Amaral Souto, Benedito de Sousa Gomes e Wilson Batista Campos já qualificado nos autos, pela prática dos delitos tipificados nos arts. §§2°, II, e 4° do artigo 1°, da lei n°. 9.613/98, c/c art. 288, caput, e art. 69, ambos do Código Penal. Denúncia às fls. 02/42, bem como foi recebida às fls. 46. Devidamente citado, os acusados apresentaram Defesa Prévia, entretanto, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. O Ministério Público às fls. 1034/1040, pugnou pela prescrição dos delitos imputados aos acusados Vicente Augusto Cruz de Oliveira, Helena Fiúza do Amaral Souto, Benedito de Sousa Gomes, em razão da previsão do art. 115 do CPB, bem como pela prescrição somente pelo delito previsto no art. 288 do CPB ao acusado Wilson Batista Campos. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Primeiramente verifico que a pena máxima para o tipo penal de lavagem de dinheiro, previsto no art. §§2°, II, e 4° do artigo 1°, da lei n°. 9.613/98 é de 10 (dez) anos. Nos termos do art. 109, II do Código Penal, os crimes em que o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a dez prescrevem em 16 (dezesseis) anos. Ademais quanto ao delito de formação de quadrilha ou bando, previsto no art. 288 do CPB, verifico que a pena máxima aplicada é de 3 (três) anos. Nos termos do art. 109, IV do Código Penal, os crimes em que o máximo da pena é superior a dois anos e não excede quatro prescrevem em 8 (oito) anos. Todavia há que se aplicar ao caso a regra do art. 115 do Código Penal Brasileiro, visto que os Réus Vicente Augusto Cruz de Oliveira, Helena Fiúza do Amaral Souto, Benedito de Sousa Gomes, na época da sentença, terão mais de 70 (setenta) anos, sendo, desta feita, o

prazo prescricional reduzido da metade, ou seja, prescrevendo em 08(oito) anos para o delito de lavagem de dinheiro e 04 (quatro) anos para o delito de formação de quadrilha ou bando. Levando em consideração que a denuncia foi apresentada em 14 de fevereiro de 2008 e data do recebimento da denúncia foi em 10 de dezembro de 2018, entende-se que ocorreu a prescrição para os acusados Vicente Augusto Cruz de Oliveira, Helena Fiúza do Amaral Souto, Benedito de Sousa Gomes, em relação a ambos os delitos imputados, ademais ocorreu a prescrição para o acusado Wilson Batista Campos em relação ao crime previsto no art. 288 do CPB, na data de 14 de fevereiro 2016. Nos termos do artigo 107, inciso IV, do Código Penal, a prescrição constitui causa de extinção da punibilidade. A prescrição faz desaparecer o direito de o Estado exercer o jus persequendi in juditio ou jus punitionis. Isto Posto, declaro extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fundamento no art. 107, inciso IV, c/c o art. 109, inciso II e IV, art. 115, todos do Código Penal. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquivem-se. Manaus, 09 de setembro de 2019 Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva Juíza de Direito

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0245216-58.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Leison Carvalho de Oliveira e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0245216-58.2013.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 7271/AM - Luiz Felipe da Luz de Queiroz, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 07/10/2019 às 09:00h, concernente ao Processo nº 0245216-58.2013.8.04.0001, onde figura como Réu Leison Carvalho de Oliveira, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0246926-21.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Magdiel Barreto Valente e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0246926-21.2010.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 5199/AM - Cândido Honório Soares Ferreira Neto, 1739E/AM - Aloysio Peixoto de Brito, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0246926-21.2010.8.04.0001, onde figura como Réu Magdiel Barreto Valente, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: RONALDO SANTANA MACEDO (OAB 6536/AM), ADV: ADRIANO BELEM PONTES (OAB 6514/AM) - Processo 0253602-43.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉ: SAMILA RAIMUNDA PESSOA CARNEIRO - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0253602-43.2014.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 6536/AM - Ronaldo Santana Macedo, 6514/AM - Adriano Belem Pontes, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 30/09/2019 às 10:30h, concernente ao Processo nº 0253602-43.2014.8.04.0001, onde figura como Réu SAMILA RAIMUNDA PESSOA CARNEIRO, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0605412-76.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Daniel Santos da Silva - Caio Rangel Takafaz dos Anjos - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de DANIEL SANTOS DA SILVA e CAIO RANGEL TAKAFAZ DOS ANJOS, já qualificados nos autos, pela prática do delito tipificado no 155, §4º, III e IV, do Código Penal. Narra a denúncia que: “No no dia 16 de fevereiro de 2017, por volta das 14h00h, na Rua Marauá, 47, Invasão Grande Vitória, Gilberto Mestrinho, os denunciados em unidade de desígnios, dolosamente, subtraíram da vítima, a motocicleta Honda CG 150 Titn Mix EX, cor preta, placa JXS-1142, para tanto utilizaram-se de uma chave falsa. A vítima conseguiu filmagens do furto de sua moto, através de uma câmera de segurança de um supermercado próximo, identificando os autores e o veículo utilizados por eles, uma outra motocicleta, placa NOS-0125, através de uma consulta aos dados do veículo, os policiais localizaram o endereço do proprietário, o Sr. GLEISON LIMA DA SILVA, este informou que havia alugado sua motocicleta para o denunciado DANIEL, levando os policias ao endereço deste. Policiais foram ao encontro do denunciado DANIEL que confessou a pratica do crime, informando onde escondeu a motocicleta da vítima, assim como o nome e o endereço do denunciado CAIO que participou do furto. Autoria e materialidade do delito restam provadas pela declaração da vitima, das testemunhas, da confissão do denunciado DANIEL, do auto de exibição e apreensão, do auto de entrega, do laudo pericial, e demais documentos comprobatórios presentes nos autos.” Às fls. 110, recebimento da denúncia apresentada às fls. 107-109. Devidamente citado, os acusados apresentaram Resposta Escrita à Acusação às fls. 113-114 e 125-128, entretanto, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento às fls. 135. Às fls. 178-180, Termo de Audiência de Instrução e Julgamento onde foram colhidos os depoimentos das testemunhas arroladas, bem como o interrogatório dos acusados. Finalizada a instrução, o Ministério Público apresentou Alegações Finais orais, pugnando pela procedência dos pedidos formulados na denúncia e consequente condenação dos réus nos termos narrados na inicial acusatória. Por sua vez, as Defesas dos acusados requereram a fixação da pena base no mínimo legal, o reconhecimento da confissão espontânea, o afastamento das majorantes por emprego de chave falsa e por concurso de pessoas. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, verifico que as provas apresentadas são suficientes para comprovação da materialidade e autoria do crime tipificado no artigo 155, §4º, III, CP. Em relação à materialidade e a autoria, em depoimento prestado em delegacia (fls. 07), a vítima, Luis Carlos Reis da Silva, narrou de forma concisa os fatos delituosos imputados aos acusados, informando que: É proprietário da motocicleta Honda, de placa JXS-1142. No dia 16 de fevereiro de 2017, por volta das 14 horas, deixou o veículo estacionado em frente à sua residência. Que por volta das 15h, ao sair de casa, viu que a motocicleta não estava mais no local. Saiu perguntando na vizinhança se alguém viu a motocicleta passar, contudo niguém soube informar. No mesmo dia, à noite, próximo ao Supermercado Bahia, conseguiu filmagens de câmera de segurança no qual verificou que os autores, estando um na motocicleta da vítima e outro na motocicleta placa NOS-0125, pararam o veículo furtado próximo a uma residência, e um deles utilizou uma chave que ligou a motocicleta da vítima e saiu do local com o outro autor, um em cada motocicleta. De posse das filmagens e informações foi a 28ª CICOM, e comunicou o fato aos policiais militares, que conseguiram o endereço do proprietário da moto que deu apoio ao furto, descolando-se pra lá. No local, conseguiram contato com seu

proprietário, de nome Gleison Lima da Silva, que falou que havia alugado sua motocicleta no dia anterior para Daniel Santos Silva. Os policiais foram à casa de Daniel que ele mostrou onde a motocicleta da vítima estava. O veículo da vítima foi reconhecido de imediato por ela. O depoimento da vítima foi ainda corroborado pelo Auto de Exibição e Apreensão (fls. 27) de (01) uma motocicleta, marca Honda, modelo CG Titan MX EX, placa JXS-1142 e 01 (uma) chave mestra de motocicleta, encontradas em posse de Daniel e pelo laudo pericial de fls. 122-123. Ressalto que a motocicleta apreendida foi reconhecido pela vítima. Acrescento ainda que os Termos de Declaração de fls. 4/6 das autoridades policiais que efetuaram as prisões em flagrante dos acusados, bem como seu depoimento em juízo, foram coesos e respaldaram o depoimento da vítima. Ademais, o acusado Daniel confessou a autoria do delito, em juízo durante audiência de instrução e julgamento, descrevendo como se deu toda a empreitada criminosa. Ressalte-se que desse depoimento restou claro a não participação do acusado Caio, que foi acionado tão somente para pilotar a motocicleta, alugada de Gleison, a fim de levá-lo até a casa de sua namorada no bairro Castanheira e que, ao ver uma motocicleta estacionada, pediu para Caio parar. Esse acreditando que lá seria a casa da namorada de Daniel, parou a moto, momento em que Daniel desembarcou, enquanto Caio ficou esperando seu retorno. Ato contínuo, Daniel, usando chave falsa, destravou a motocicleta da vítima, empurrou-a por um dado percurso, ligando-a em seguida. Dirigiu-se a Caio, que lhe ofereceu um capacete, o que não foi aceito. Por fim, cada um dos acusados partiu para suas respectivas residências, tendo Daniel escondido o objeto do furto nas proximidades de sua casa. Por outro lado, não há provas suficientes da participação dolosa de Caio na empreitada criminosa, não ficando demonstrado sua intenção de acompanhar Daniel com o fito de praticar o furto. Não obstante Caio estar junto a Daniel, não vislumbro a unidade de desígnios para a subtração do objeto do furto, razão pela qual deve ser aplicada o princípio do in dubio pro reo em favor de Caio. Consequentemente, a agravante do inciso IV deve ser afastada. Contudo, não merece acolhida o pedido de afastamento da agravante do inciso III, pois o uso do instrumento, chave falsa, foi confessado pelo réu, estando suas declarações em harmonia com as demais provas dos autos, inclusive com a perícia realizada. Desta forma, Manifestamente comprovadas, portanto, a materialidade e a autoria dos delitos sob exame, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia. Pelo exposto, CONDENO DANIEL SANTOS DA SILVA, já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 155, §4º, III do Código Penal. Por outro lado, ABSOLVO CAIO RANGEL TAKAFAZ DOS ANJOS de tal imputação. Passo à dosimetria individualizada da pena, forte no art. 68 do CPB. a) Primeira Fase - Fixação da Pena - Base Quanto aos parâmetros estabelecidos no art. 59 do Código Penal, analiso. Primeiramente, quanto aos antecedentes, verifico que o acusado não possui condenação transitada em julgado. Quanto à culpabilidade, não verifico elementos de maior reprovabilidade da conduta. Ademais, não constam nos autos parâmetros técnicos que permitam a análise da conduta social do acusado, ou elementos suficientes que desabonem sua personalidade. Quanto ao motivo, às circunstâncias e às consequências do crime, nenhum deles extrapola os próprios do tipo penal. Por último, não verifico ter o comportamento das vítimas contribuído de qualquer forma para o resultado. Dessa forma, diante da inexistência de circunstâncias que justifiquem sua majoração, fixo a pena-base do crime tipificado no art. 155, § 4º, III do CP em 2 (dois) anos de reclusão b) Segunda Fase - Da Fixação da Pena Provisória Passo a fixação da pena provisória, forte nos arts. 61, 62 e 65, CP. Reconheço a atenuante da confissão, estabelecida no art. 65, III, d do CPB, porém, deixo de aplicá-la em respeito à súmula 231 do STJ. Dessa forma, mantenho a pena-provisória em 2 anos de reclusão. c) Terceira Fase - Causas de aumento e diminuição Passo a análise das causas de aumento e diminuição. Ausentes quaisquer causas de aumento. Por esse motivo, fixo a PENA DEFINITIVA do crime tipificado no art. 155, §4º, III, em 2 (dois) anos de reclusão. Por outro lado, constata-se que o réu permaneceu custodiado por um dia, devendo esse tempo ser detraído de sua pena. O regime inicial para o cumprimento da pena de reclusão deverá ser o ABERTO, a teor da regra ínsita no art. 33, § 2º, alínea "c", do CP. Presentes os requisitos do art. 44 do CPP, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, sendo ambas consistentes na prestação de serviços à comunidade, devendo o réu ser encaminhado à instituição que será definida pela VEMEPA - Vara de Medidas e Penas Alternativas, para executar gratuitamente as tarefas que lhe forem atribuídas, conforme suas aptidões, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, de modo a não lhe prejudicar a jornada normal de trabalho, nos moldes do art. 46, § 3º, da Lei Substantiva Penal. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração as condições financeiras do acusado bem como seus antecedentes, estabelecendo que o valor do dia-multa corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais em consideração a sua situação econômica. Após o trânsito em julgado, expeça-se a guia de recolhimento, para a execução da pena. Lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF. Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital, devendo ser observado o período em que o réu permaneceu preso provisoriamente, comunicando-se à Unidade Prisional sobre a presente decisão. Publique-se e registre-se. Intimem-se.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0635763-61.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: G.F.S. - Tendo em vista que a ordem para apresentação de alegações finais foi invertida e, buscando evitar quaisquer vícios processuais, chamo o processo a ordem para determinar que o acusado seja intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, ratificar as alegações apresentadas às fls. 101/102 ou apresentar novas alegações. À secretaria para providências.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0636864-36.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Vando Emerson Garcia de Souza - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0636864-36.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele

conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, 6541/AM - Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, 12473/AM - Érica Cândida Costa, 10761/AM - Amanda Guimarães Praia 9836/AM - Cyro Roberto Pereira da Costa 3283/AM - Andréa Marques Telles de Souza 13811/AM - Flavia Yonara Andreola da Silva 3042/AM - Antônio Frazão Amaral 12229/AM - Amanda Karla Paiva da Silva 8223/AM - Camila Bertolini de Paiva 8432/AM - Joelma Takeda de Moraes 8504/AM - CHARLENE DUARTE MAIA 5596/AM - Cíntia Albuquerque Brito 8550/AM - Davi Rodrigues de Oliveira 8754/AM - Fábio Assunção Pavesi 6149/AM - Geysa Caroline de Souza Machado 9379/AM - Henrique da Silva Braga 5706/AM - Iran Vieira de Sousa 12289/AM - Thays Stefany Souza da Silva 9509/AM - Jerônimo Pereira da Silva Neto 8107/AM - João Bosco Lopes Maia Júnior 6389/AM - Kal-El Bessa Nascimento Salem 8648/AM - Luciano Menezes Gadelha 9346/AM - Marcos Dino da Rocha Marinho 9543/AM - Michel Alex da Cunha Alves Maia 8027/AM - Nathália Pimentel Bione de Souza 7998/AM - Raphael Coelho da Silva 4786/AM - Richardson Martins Praia Braga 9101/AM - Karen Regina Nogueira Ramalhosa, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0636864-36.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Vando Emerson Garcia de Souza, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0638082-02.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Sebastião da Costa Rodrigues - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0638082-02.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 12229/AM - Amanda Karla Paiva da Silva, 5596/AM - Cíntia Albuquerque Brito, 6541/AM - Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 02/10/2019 às 11:45h, concernente ao Processo nº 0638082-02.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Sebastião da Costa Rodrigues, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0640925-37.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Furto Qualificado - INDICIADO: Paulo Renato Lima Coelho - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0640925-37.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 12473/AM - Érica Cândida Costa, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 25/09/2019 às 11:45h, concernente ao Processo nº 0640925-37.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Paulo Renato Lima Coelho, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

Adriano Belem Pontes (OAB 6514/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
César Augusto Baptista de Carvalho (OAB 86/AC)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Felix Valois Coelho Junior (OAB 339/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Marcia Freitas Nunes de Oliveira (OAB 1741/AC)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Orlando Ribeiro do Nascimento (OAB 177/RO)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Ronaldo Santana Macedo (OAB 6536/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB A1092/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Thiago de Paula Andrade Miranda (OAB 7850/AM)
Vitor Berenguer Barbosa Júnior (OAB 8336/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0083/2019

ADV: JOSÉ RIBAMAR NUNES ROCHA (OAB 1938/AM) - Processo 0008213-28.2010.8.04.0011 (011.10.008213-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - DENUNCIADO: Davi da Silva Rocha e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, e em consequência, ABSOLVO os réus DAVI DA SILVA ROCHA e PAULO SILVA DE PAULA, qualificados nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM) - Processo 0603991-85.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: TIAGO MORAES ROSA - Instrução e Julgamento Data: 10/12/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0609800-85.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Raimundo Medeiros da Silva - Raimundo Medeiros - Mário José dos Santos e outro - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Após a juntada do laudo dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: EVANDRO THIAGO CID SANTOS (OAB 13915/AM), ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM) - Processo 0611962-19.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Willians Silvestre de Assunção - Instrução e Julgamento Data: 26/03/2020 Hora 12:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: YOLANDA CORRÊA PEREIRA (OAB 1779/AM), ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0624086-34.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: G.P.A.C. - N.G.P.C. - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0637086-04.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo Majorado - RÉU: Luiz Guilherme Santos dos Reis - Renan Pereira Lopes - Instrução e Julgamento Data: 27/09/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Evandro Thiago Cid Santos (OAB 13915/AM)
José Ribamar Nunes Rocha (OAB 1938/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Yolanda Corrêa Pereira (OAB 1779/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0882/2019

ADV: VILSON GOMES BENAYON (OAB 751/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0027041-44.2006.8.04.0001 (001.06.027041-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Julio Torres Taumaturgo - Ildervaldo Ponce de Leão - Intime-se a defesa do réu JÚLIO TORRES TAUMATURGO para manifestar-se acerca da insistência ou desistência na oitiva das testemunhas que arrolou, no prazo de 05 dias.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0215550-41.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: JOSE HONILSON FELIX DE ABREU - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final se sabe que será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JOSE HONILSON FELIX DE ABREU, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, §1º e art. 109, do Código Penal Brasileiro.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0248088-17.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Valdson Claudio Rufino de Oliveira e outro - Ante o exposto, com fundamento no art. 107, IV, c/c arts. 109, IV, e 115, todos do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA do crime atribuído ao

ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0617533-68.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Nelson Francisco Araújo Meireles e outro - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Nelson Francisco Araújo Meireles, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM), ADV: IZABEL FERREIRA DE SOUZA NETA (OAB 12980/AM) - Processo 0624213-69.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Deuzirlan Maia de Souza - Lucas Sá da Costa e outro - Ante o exposto, a fim de resguardar a ordem pública potencialmente ofendida, INDEFIRO OS PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA (fls. 319/325 e 339/341), para manter os Réus LUCAS SÁ DA COSTA e CARLOS ANDRE FARIAS DA COSTA preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal.

ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0634450-65.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Airton Beleza dos Santos - Caio Cézar Freitas de Moura - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 01/10/2019, às 09:45h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM) - Processo 0634450-65.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Airton Beleza dos Santos - Caio Cézar Freitas de Moura - Ante o exposto, consoante parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva (fls. 55/58), para manter o réu CAIO CÉZAR FREITAS DE MOURA preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I e II, do Código de Processo Penal.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0640028-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Glaucia Vale de Lima Santos - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 10/10/2019, às 09:30h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0640028-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: Glaucia Vale de Lima Santos - Ante o exposto, consoante parecer do Ministério Público, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA (fls. 76/79), para manter a Ré GLAUCIA VALE DE LIMA SANTOS preventivamente sob a custódia estatal, com supedâneo nos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal.

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Baltazar Soares de Oliveira (OAB 14398/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Izabel Ferreira de Souza Neta (OAB 12980/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Vilson Gomes Benayon (OAB 751/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0880/2019

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0606830-78.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Weider Feitosa Machado - Jose Carlos Medeiros dos Santos - VÍTIMA: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Ante o exposto, ADMITO o Recurso de Apelação de fl. 261, eis que presentes os requisitos de admissibilidade, e DETERMINO a intimação do Apelante para oferecer razões ao seu Recurso, no prazo de 08 dias, conforme determina o art. 600 do Código de Processo Penal.

Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0668/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0200007-95.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Luciano Reis Lopes - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER LUCIANO REIS LOPES, do delito que lhe foi imputado.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0204838-55.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: Thiago Rodrigues Donizeth - INDICIADO: Dione Vital da Silva e outro - Às fls. 133, Certidão de Óbito do indiciado em epígrafe. Por esta razão, acompanho o Parecer Ministerial de fls. 169 para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de Dione Vital da Silva, na forma do artigo 107, I, do CPB, e, consequentemente, determino o arquivamento da presente representação, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0209918-34.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: FRANCISCO HERMÓGENES SANTOS DO NASCIMENTO - Mercê de tais considerações, reconheço a omissão apontada na Sentença de fls. 161/166, razão pela qual ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS COM EFEITOS INFRINGENTES para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de FRANCISCO HERMÓGENES SANTOS DO NASCIMENTO, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 109, c/c art. 110, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0219890-28.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Seguida de Morte - RÉU: Daniel Enrique de Souza Monteiro - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Daniel Enrique de Souza Monteiro, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, §1º e art. 109, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0220751-19.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Flavio José Garcia de Matos Júnior - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR o réu FLAVIO JOSÉ GARCIA DE MATOS , já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 180, caput, do Código Penal.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0225730-87.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Dayvid Pimentel da Silva - Em razão do óbito do acusado, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Dayvid Pimentel da Silva, na forma do artigo 107, I, do CPB, e, consequentemente, determino o arquivamento da presente representação, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0227686-07.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - INDICIADA: Patrícia Garrido Lima - Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de, PATRICIA GARRIDO LIMA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 109, VI, todos do Código Penal.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0232927-59.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: RODRIGO DOS SANTOS BANDEIRA - BRENDO FERNANDES MIRANDA - KEVENN AUGUSTO GUIMARÃES DE SOUZA - Michael Azevedo Lima - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar os réus RODRIGO DOS SANTOS BANDEIRA, BRENDO FERNANDES MIRANDA, KEVEN AUGUSTO GUIMARAES DE SOUZA e MICHAEL AZEVEDO LIMA , anteriormente qualificados, como incurso nas penas do artigo 157, §2º, II, do Código Penal Brasileiro.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM) - Processo 0258875-03.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Francimar do Nascimento Elias - LEONARDO SOUZA LAMAZON - Moisés da Silva Lira - Alexandre Barros Rodrigues e outro - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, respectivamente, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER FRANCIMAR DO NASCIMENTO ELIAS, LEONANROD SOUZA LAMAZON, MOISÉS DA SILVA LIRA e ALEXANDRE BARROS RODRIGUES do delito que lhes foram imputados.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0643907-24.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto - AUTORFATO: Tony Werley Gomes Pinto - Wanessa Gomes Pinto - Carlos Ridison Palmerio Nogueira - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0669/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0630708-32.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a Ordem Tributária - AUTORFATO: R.P.B. - Isto posto, determino a

SUSPENSÃO da pretensão punitiva estatal e do respectivo prazo prescricional, bem como o ARQUIVAMENTO do feito, nos termos do art. 28, do Código de Processo Penal, c/c art. 9º, da Lei n.º 10.684/03. Determino, ainda, a expedição de ofícios à PGE e à SEFAZ/AM, comunicando-se esta decisão, e determinando que o eventual descumprimento do parcelamento seja comunicado a este Juízo e ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0670/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0203881-20.2017.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Crimes contra a Ordem Econômica - REPTADO: Arli Junior dos Santos Batista - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0673/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0257352-53.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Antonio Carvalho de Souza - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ANTONIO CARVALHO DE SOUZA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, V, ambos do Código Penal Brasileiro.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0674/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0253818-04.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Juliano Batistas Rodrigues - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JULIANO BATISTAS RODRIGUES, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, e art. 109, IV, c/c art. 115, todos do Código Penal.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0675/2019

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0228518-11.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Emanuel Heber de Sena Carvalho - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado EMANUEL HEBER DE SENA CARVALHO, qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0677/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0266627-26.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: LUCAS NEVES DA SILVA - RAUL FELIPE DA SILVA - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado LUCAS NEVES DA SILVA E RAUL FELIPE DA SILVA, qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0678/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0621162-50.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: REGINALDO DA SILVA CARVALHO - Mercê de tais considerações, reconheço, em parte, as omissões apontadas na sentença de fls. 117/123, razão pela qual ACOLHO PARCIALMENTE OS PRESENTES EMBARGOS COM EFEITOS INFRINGENTES para fixar o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena, bem como revogar a substituição da pena restritiva de liberdade por restritivas de direito, mantendo-se a pena em 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Custas ex lege. Notifiquem-se. P.R.I.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0679/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0633097-87.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: D.S.A. - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu DANIEL SOARES DE ALMEIDA, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 157, §2º, inciso II do CP c/c art 244-B do ECA c/c art. 70, do CPB.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0680/2019

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM),

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0636960-51.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Alex Ramos da Cruz - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar o réu ALEX RAMOS DA CRUZ, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do artigo 157, §2.º-A, I, do Código Penal c/c artigo 70 do Código Penal (duas vítimas), artigo 15 da Lei 10.826/03 e artigo 146, §1º, do Código Penal, em concurso material de crimes (artigo 69 do Código Penal).

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0419/2019

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: MARIA LUIZA CASTELO BARROS (OAB 6904/AM) - Processo 0011180-23.2003.8.04.0001 (001.03.011180-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Clovis Lopes da Silva - Antonio Carlos Ferreira de Aguiar e outro - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra os acusados, já qualificados nos autos, conforme Exordial de fls. 138/140. Laudo Pericial, fls. 21/23. Resposta Escrita, fls. 205/208, 210 e 211/212. Termo de Interrogatório dos acusados, fls. 265/268. Alegações Finais da Defesa, fls. 270/275 e 278/282. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime descrito na Exordial. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta devidamente comprovada nos autos. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal dos acusados em relação ao crime apurado perante o processo. Verifica-se que nenhuma testemunha foi inquirida em Juízo, inexistindo, portanto, testemunha ocular ou presencial nas circunstâncias narradas na Exordial, restando presentes apenas meras conjecturas referentes a uma suposta denúncia anônima sobre a autoria do delito, não possuindo valor probatório em si mesma considerada. Ademais, em Interrogatório Judicial, cientes do direito Constitucional do silêncio sem prejuízo, os acusados negam a autoria delitiva. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia dos réus, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017). Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade dos réus, deixo de submetê-los à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414

do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO os acusados CLÓVIS LOPES DA SILVA, ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DE AGUIAR e WÁTHILA SILVA DA COSTA, já qualificados nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intimem-se pessoalmente os acusados desta Sentença, entregando-lhes cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa dos acusados. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 10 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0209528-06.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Lesão Corporal - INDICIADO: Joel Craveiro Valente - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 04/11/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0259276-07.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Luciano Castro Aguiar - Processo n°0259276-07.2011.8.04.0001 Réu: Luciano Castro Aguiar Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 18/11/2019 às 11:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 10 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria Luiza Castelo Barros (OAB 6904/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, especialmente O ACUSADO, adiante qualificado, que por este Juízo tramitam os termos do processo nº 0640688-37.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **SIMONE TEIXEIRA LINS**, Brasileiro(a), Convivente, RG 1669521-6, CPF 978.642.852-87, pai Waldemir Pinheiro Lins, mãe Maria Claudete Teixeira Lins, Nascido/Nascida 07/03/1983, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Dalmo Reis, 402, Bloco 45, Conjunto Manauara, Santa Etelvina, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração ao Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime << Informação indisponível >>. E em determinação ao disposto no Artigo 363, § 1° do CPP, o MM. Juiz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que COMPAREÇA neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 03/10/2019 às 11:15h,** a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15 de agosto de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, digitei, e eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, o conferi.

George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS

Autos nº:0203217-57.2015.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
RéuRAIMUNDO ANTONIO DA SILVA SOUZA

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(s) acusado(s) **RAIMUNDO ANTONIO DA SILVA SOUZA**, Brasileiro(a), CPF 006.185.423-96, mãe Rosa Torquato da Silva, Nascido/Nascida 16/10/1981, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua do Comércio, 49, Cj. Castelo Branco, Parque 10 de Novembro, CEP 69055-000, Manaus - AM, por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, I c/c Art. 61 “caput”, II, “f” ambos do(a) CP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Citação, **a fim de responder a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias,** a contar da data de sua intimação, nos termos do caput do art. 406 da Lei Nº 11.689 de 09.06.2008. ADVERTÊNCIAS: 1 - Não dispondo de recursos para constituir advogado particular, ser-lhe-á designado defensor dativo, devendo o réu comparecer a este Juízo antes dos dez (10) dias para ser encaminhado ao Defensor Público. 2 O réu não poderá mudar de endereço sem comunicação ao Juízo do processo, tudo sob as penas impostas à revelia.E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nessa cidade de Manaus/AM, 05 de agosto de 2019. Eu, Larisse de Castro Menezes, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, conferi.

George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0251844-63.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **MAX VITOR GRANJEIRO BENTES**, Brasileiro(a), RG 2442981-3-SSP/AM, pai Olivar Bectel Bentes, mãe Tania da Cunha Granjeiro, Nascido/Nascida 16/11/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 3, 4B, Alvorada I, CEP 69000-000, Manaus – AM e RUAN UCHOA BANDEIRA, Brasileiro(a), Solteiro, Autônomo, RG 2209295-1/AM, CPF 964.251.212-20, pai não declarado, mãe Francileide Uchoa Bandeira, Nascido/Nascida 03/11/1988, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 03, 03-D, Alvorada I, CEP 69043-160, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do

Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 08/10/2019 às 08:30h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0026936-04.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **EDVALDO SILVA DO NASCIMENTO**, (Outros nomes: vulgo 'TUCUMÃ'), Brasileiro(a), Pedreiro, RG 1415813-2, pai Eurípedes Rodrigues do Nascimento, mãe Maria do Carmo Pereira do Nascimento, Nascido/Nascida 08/07/1981, natural de Tapaua - AM, com endereço à Rua Igarapé do Quarenta, 95, Distrito Industrial, Japiim, CEP 69076-452, Manaus - AM, Fone 613-6473, por infração ao artigo 121do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça no Plenário das Sessões de Julgamento deste 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no dia **14/10/2019 às 08:00h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0026936-04.2005.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
DenunciadoEdvaldo Silva do Nascimento

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0026936-04.2005.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **EDVALDO SILVA DO NASCIMENTO**, (Outros nomes: vulgo 'TUCUMÃ'), Brasileiro(a), Pedreiro, RG 1415813-2, pai Eurípedes Rodrigues do Nascimento, mãe Maria do Carmo Pereira do Nascimento, Nascido/Nascida 08/07/1981, natural de Tapaua - AM, com endereço à Rua Igarapé do Quarenta, 95, Distrito Industrial, Japiim, CEP 69076-452, Manaus - AM, Fone 613-6473, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 'caput' do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, **a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Art. 121 'caput' do(a) CP. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado, mantenho-o em liberdade aguardando seu) julgamento pelo Tribunal do Povo.".** E para que chegue ao conhecimento do Réu), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 09 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0202852-72.2017.8.04.0020, que a Justiça Pública move contra **ISRAEL BARBOSA VIEIRA**, Brasileiro(a), Solteiro, Agricultor, RG 0746526-2-SSP/AM, CPF 642.729.662-00, pai João Nunes Vieira, mãe Maria da Conceição Barbosa Vieira, Nascido/Nascida 04/07/1964, natural de Manacapuru - AM, com endereço à Rua Maria Mansour, Beco São Pedro, Nº 84, prox. a locadora Rent Car, Japiim, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 12/09/2019 às 08:30h,** a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15 de agosto de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0420/2019

ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM), ADV: ROGÉRIO OLIVEIRA DO VALLE (OAB 2361/AM) - Processo 0004427-79.2005.8.04.0001 (001.05.004427-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Raimundo Nonato Pereira de Andrade Filho - Alysson Lima e Silva - Paulo Ricardo da Silva Mendes - Denis Almeida Alfaia - Diego Almeida Alfaia e outro - O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, torna pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "De outro giro, quanto à prática do delito tipificado no Art. 288 do Código Penal, constata-se que, entre a data do recebimento da Denúncia e os dias atuais, houve

o decurso de mais de 13 (treze) anos e considerando, ainda, que a pena máxima cominada ao referido crime é de 03 (três) anos, aliado ao fato de que o Art. 109, inciso IV, do Código Penal aduz que ocorre a Prescrição em 08 (oito) anos neste caso, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em razão da Prescrição da Pretensão Punitiva do Estado em relação ao acusado PAULO RICARDO DA SILVA MENDES E AOS DEMAIS COACUSADOS, no tocante à prática do delito tipificado no Art. 288 do Código Penal, com fulcro no Art. 107, inciso IV (primeira figura), c/c Art. 109, inciso IV, c/c Art 117, inciso I, todos do Código Penal. Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados ALYSSON LIMA E SILVA, DENIS ALMEIDA ALFAIA, DIEGO ALMEIDA ALFAIA e RAIMUNDO NONATO PEREIRA DE ANDRADE FILHO, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV (mediante dissimulação), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-OS EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de Outubro de 2018. Celso Souza de Paula Juiz de Direito."

ADV: ELIAS DE OLIVEIRA CHAVES (OAB 2813/AM) - Processo 0009215-33.2010.8.04.0011 (011.10.009215-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Andre Augusto dos Santos Zimmer - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO NOTA DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE. O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, torna pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ANDRÉ AUGUSTO DOS SANTOS ZIMMER, pela prescrição, nos termos do Art. 107, IV, primeira figura, c/c Art. 109, III, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência às partes desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se."

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0047525-85.2003.8.04.0001 (001.03.047525-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Francisco de Assis Mendonça de Souza - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Francisco de Assis Mendonça de Souza, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito."

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0234923-24.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Adenilson Teles Cunha - FICA INTIMADO DA CIÊNCIA DA SENTENÇA, via Diário Eletrônico, o (a) patrono(a) do acusado(a) proferida nos autos com o seguinte teor: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ADENILSON TELES CUNHA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II (motivo fútil), c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito."

ADV: PEDRO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 7292/AM) - Processo 0257481-63.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: O.G.O. - O MMº JUIZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Vislumbro que o acusado ausentou-se de comarca sem comunicar a este Juízo e considerando que o mandado de prisão expedido está fora do prazo de validade, determino a RENOVAÇÃO DO MANDADO PRISÃO EXPEDIDO, sempre que necessário, procedendo-se a atualização junto ao Banco Nacional de Mandado de Prisão - BNMP. Determino ainda a expedição de OFICIO À POLICIA CIVIL da comarca de CODAJÁS/AM e de FONTE BOA/AM, com o mandado de prisão em anexo, para cumprimento. Ademais, DECLARO ENCERRADA A INSTRUÇÃO na presente audiência, dada a palavra ao Ministério Publico apresentou suas ALEGAÇÕES ORAIS, por áudio e video, razão pela qual, determino a INTIMAÇÃO DO ADVOGADO constituído nos autos para que apresente seus MEMORIAIS ESCRITOS. APÓS manifestação e/o decorrido o prazo, façam-me os autos CONCLUSOS para sentença. CUMPRA-SE.

ADV: PEDRO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 7292/AM) - Processo 0257481-63.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: O.G.O. - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0608852-12.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - Sucessões - REQUERENTE: Julienne Cascaes Serdeira - Nesta data, tornou-se pública a decisão proferida pelo(a) Juiz(a) da 1ª Vara do Tribunal do Júri desta Comarca de Manaus, resumida em transcrição com o seguinte teor:"Isto posto, pelos argumentos acima despendidos, em dissonância com o entendimento do parquet, DEFIRO o pedido formulado pela Requerente JULIENNE CASCAES SERDEIRA e DETERMINO que seja expedido ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERRUPÇÃO DA GESTAÇÃO, haja vista os riscos, bem como o prognóstico do feto. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019 Celso Souza de Paula Juiz de Direito

Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Elias de Oliveira Chaves (OAB 2813/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Pedro Cavalcante da Costa (OAB 7292/AM)
ROGÉRIO OLIVEIRA DO VALLE (OAB 2361/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0259/2019

ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM) - Processo 0037698-50.2003.8.04.0001 (001.03.037698-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Antônio Pereira dos Santos, vulgo 'Boca Branca' - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ADVOGADA HABILITADA NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0037698-50.2003.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Antônio Pereira dos Santos, vulgo 'Boca Branca', por infração Art. 121, Caput do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Marina das Graças Paula de Araújo, OAB/AM Nº 3906/AM, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, a seguir transcrita a "Isto posto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS, pela prescrição da pretensão punitiva, relativamente ao fato que deu origem a este processo, nos termos do art. 107, III, primeira figura, c/c art. 109, IV, todos do Código Penal Brasileiro. Dê ciência às partes, na forma da lei. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se.Intime-se. Manaus, 12 de novembro de 2018". E para que, no futuro, não alegue-se desconhecimento da referida sentença, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos

ADV: ANE CAROLINE DOS SANTOS SILVA (OAB 10053/AM), ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: TAYZA REIS MEIRELES (OAB 14059/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0211356-90.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: G.M.O. - G.O.C. - H.S.R. - H.S.S. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211356-90.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Gileno Oliveira do Carmo, Henrique de Souza Rabelo, Henrique Silva dos Santos e Geymison Marques de Oliveira, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I, III, IV c/c Art. 14, II e Art. 121 § 2º, I, III, V (cinquenta e seis vezes) e Art. 212 e Art. 353 e Art. 354 todos do(a) CP e Art. 1-º, II do(a) LEI 9455/1997 e Art. 29 "caput" do(a) e Art. 121 § 2º, I, III, IV c/c Art. 14, II e Art. 121 § 2º, I, III, V (cinquenta e seis vezes) e Art. 212 e Art. 353 e Art. 354 todos do(a) CP e Art. 1-º, II do(a) LEI 9455/1997 e Art. 29 "caput" do(a) todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Ane Caroline dos Santos Silva, Helena de Oliveira Galvão, Deldson Souza de Oliveira, Tayza Reis Meireles, Antônio do Nascimento Cordeiro Filho, Moacyr Ramos Canuto Filho, OAB 8848/AM, 14059/AM, 12225/AM, 9674/AM, 10053/AM e 2753/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 11/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Ane Caroline dos Santos Silva (OAB 10053/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Tayza Reis Meireles (OAB 14059/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0260/2019

ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS (OAB 7944/AM) - Processo 0231235-30.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Francinildo da Silva Amazonas - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO,

adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0231235-30.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Francinildo da Silva Amazonas, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Francinildo da Silva Amazonas, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 21/10/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS (OAB 7944/AM) - Processo 0231235-30.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Francinildo da Silva Amazonas - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0231235-30.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Francinildo da Silva Amazonas, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Sandoval Fernando Cardoso de Freitas, OAB 7944/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 21/10/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Sandoval Fernando Cardoso de Freitas (OAB 7944/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0262/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0208922-75.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Paulo Rubens Marques - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0208922-75.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Paulo Rubens Marques, por infração Art. 121 § 2º, II c/c Art. 14, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Paulo Rubens Marques, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 23/10/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0007204-31.2010.8.04.0011 (011.10.007204-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Raimundo Oliveira Nogueira - Maria Aparecida Bento Pereira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ACUSADOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0007204-31.2010.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra Maria Aparecida Bento Pereira e Raimundo Oliveira Nogueira, por infração Art. 121 § 2º, III c/c Art. 29 "caput" ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Acusados Maria Aparecida Bento Pereira e Raimundo Oliveira Nogueira, a fim de se fazerem presentes na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 23/10/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, localizado no Fórum Ministro Henoch Reis ,na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não aleguem desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0264/2019

ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM) - Processo 0214860-41.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Luiz Rosa Lima - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0214860-41.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Luiz Rosa Lima, por infração Art. 121 § 2º, I, III, IV c/c Art. 29 “caput” ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Ana Maria Albuquerque de Barros, OAB 12277/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 31/10/2019 às 08:00h, neste Juízo e Cartório, localizado no Fórum Ministro Henoch Reis, , na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0241/2019

ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0216158-73.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Antonio Carlos Silva de Oliveira e outros - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 29/10/2019 às 11:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0242/2019

ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM) - Processo 0216571-23.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Felipe Batista Ribeiro - Sentença de impronúncia proferida. Recurso de apelação interposto pela acusação (p. 409/412) Defesa do réu Felipe Batista Ribeiro intimada para apresentar contrarrazões (p. 414). Contudo, manteve-se inerte. A jurisprudência consolidou-se no sentido de que a ausência de contrarrazões não impede o processamento do recurso de apelação. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE ROUBO CIRCUNSTACIADO E DE QUADRILHA ARMADA. ARTIGOS 157, § 2º, I E II, E 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL. HABEAS CORPUS ORIGINARIAMENTE SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFESA PARA CONTRARRAZOAR. NÃO OCORRÊNCIA. DEFESA REGULARMENTE INTIMADA. INÉRCIA DO DEFENSOR. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA APELAÇÃO. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA DE NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que não existe nulidade do julgamento se a defesa, regularmente intimada, fica inerte.2. A alegação de nulidade formalizada após o transcurso de prazo superior a seis anos encontra-se, induvidosamente, acobertada pela preclusão, conforme entendimento desta Corte. Precedente.3. In casu, o recorrente foi condenado à pena de 9 (nove) anos de reclusão e ao pagamento de 30 (trinta) dias-multa pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal, e, em sede de apelação promovida pelo órgão acusador, à pena de 3 (três) anos, pela prática do crime previsto no artigo 288, parágrafo único, do Código Penal.4. Verifica-se a existência de óbice processual, porquanto o habeas corpus impetrado perante o Tribunal a quo foi manejado em substituição a recurso cabível. 5. Agravo regimental desprovido. (RHC 122077 AgR, Relator: Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 02/06/2017) (grifo nosso) Isto posto, remetam-se os autos à instância superior para processamento do recurso de apelação interposto pelo Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0216858-15.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: LUIZ GILBERTO CORREA SILVA - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Citação às fls. 364/365, expedirá Ofício à Comarca do Rio de Janeiro/RJ, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0220485-61.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Jeanderson dos Anjos Nogueira e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o(a) advogado(a) 4508/AM - Efigênia Generoso de Araújo E 2557/AM - Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e

instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0220974-69.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Claudio Costa de Sousa - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Claudio Costa de Sousa, pai Francisco José Furtado de Sousa, mãe Maria do Socorro da Silva Costa, nascido(a) em 07/04/1985, Rua 02, 11, Cidade Alta - João Paulo, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 03/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0220974-69.2012.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 10 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0229452-95.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - VÍTIMAFATO: Fernanda Rodrigues de Albuquerque - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) MICHEL MONTEIRO DE SOUZA FILHO, pai CLÁUDIO GOMES DE SOUZA, mãe MARIA DO CARMO MONTEIRO DE VASCONCELOS, nascido(a) em 04/09/1992, Rua Palmeira, N° 1001, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 17/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0229452-95.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 10 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0230999-05.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: SIRLEI RAMOS ALECRIM (falecido) - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0232144-33.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.C.S. - Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0240193-92.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Joelson Ferreira da Silva - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria providenciará a intimação da Defensoria Pública, na figura do Defensor Público com atuação neste juízo, para apresentar Memoriais, no prazo legal.

ADV: GILBERTO MITOUSO DOS SANTOS NETO (OAB 11677/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM) - Processo 0241663-32.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: G.S.L. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: GILBERTO MITOUSO DOS SANTOS NETO (OAB 11677/AM) - Processo 0241663-32.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: G.S.L. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o advogado 11677/AM - Gilberto Mitouso dos Santos Neto para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o

prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: GILBERTO MITOUSO DOS SANTOS NETO (OAB 11677/AM) - Processo 0241663-32.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: G.S.L. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o advogado 10346/AM - Nilton Mendes Pinto Júnior para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM) - Processo 0244635-77.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - ACUSADO: Carlos Batista da Silva - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no Provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria considerando o decurso de prazo do Ofício às fls. 333, solicitando CERTIDÃO DE ÓBITO do réu CARLOS BATISTA DA SILVA.

ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0248419-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.F.L.L. - Intime-se.

ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0248419-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.F.L.L. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da denúncia formulada pelo Ministério Público para, nos termos do art. 413 do CPP, PRONUNCIAR os acusados ALLAN FERNANDO DE LIMA LEAL e GENNESON WESLEY MARGARIDO COSTA como incursos nas penas do art. 121, §2º, I e IV (in fine), do Código Penal Brasileiro praticado contra a vítima

ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0252758-93.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Jefferson Cancio de Oliveira - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 8230/AM - Juvenal Canuto Fernandes , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0603632-33.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Estado e outros - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 23/10/2019 às 10:15h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0603632-33.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Estado e outros - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado CARLOS PEREIRA DOS SANTOS, Brasileiro, RG 2866913-4, CPF 028.129.462-37, pai JULIO VIEIRA DOS SANTOS, mãe ERICA PEREIRA VIEIRA, Nascido 16/11/1996, natural de Manaus - AM, com endereço à Beco Espirito Santo, Nº 664, Coroado I, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 23/10/2019 às 10:15h, nos autos do processo-crime nº. 0603632-33.2019.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 10 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0603848-91.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Abraão Martins de Oliveira - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado ABRAÃO MARTINS DE OLIVEIRA, Brasileiro, pai ADRIANO ABRE DE OLIVEIRA, mãe MARIA DO SOCORRO MARTINS, Nascido 16/03/1999, natural de Manaus - AM Rua Lóris Cordovil (antiga Rua Zero), Nº 509, Bairro Alvorada, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 22/10/2019 às 10:30h, nos autos do processo-crime nº. 0603848-91.2019.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas,

para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 11 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0606088-53.2019.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Homicídio Qualificado - REQUERIDO: D.F.V.G. - INVESTIGAD: C.P.S. - O Ministério Público requereu a decretação da quebra de sigilo Telefônico dos investigados. Ocorre que o período de alcance apresentou-se impreciso, eis que a data fim (06/02/2019) de abrangência da medida está menor que a data de início (20/02/2019). Dessa feita, para fins de evitar deduções desconexas com a real pretensão da medida, ordeno vista ao Ministério Público para fins de manifestar-se sobre o período de alcance da quebra de sigilo telefônico. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0612901-96.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Olivando da Silva Ramos Júnior - Isto posto, em consonância com o representante do Parquet, DECRETO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE pela morte de OLIVANDO DA SILVA RAMOS JUNIOR, qualificado nos autos, nos termos do art. 107, inciso I, do Código Penal e art. 62 do Código de Processo Penal. À secretaria para proceder a baixa do nome do acusado OLIVANDO DA SILVA RAMOS JUNIOR no sistema SAJ, e o consequente arquivamento dos autos.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0616825-18.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Homicídio Simples - AUTOR: Juizo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Santarém - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 24/09/2019 às 11:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0616825-18.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Homicídio Simples - AUTOR: Juizo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Santarém - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado ROGERIO DA SILVA NEVES, Brasileiro, pai Solivaldo dos Santos Neves, mãe Dulcinea da Silva Neves, Nascido 29/07/1988, natural de Santarem - PA, com endereço à Travessa Montenegro, Nº 489, Jorge Teixeira 4, CEP 69050-500, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 24/09/2019 às 11:30h, nos autos do processo-crime nº. 0616825-18.2019.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 10 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0616825-18.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Homicídio Simples - AUTOR: Juizo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Santarém - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a DEFENSORIA PÚBLICA da data da AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR designada para o dia 24/09/2019 às 11:30h.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0631077-60.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: E.M.N. - RÉU: R.N.S.S. - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Citação às fls. 117, expedirá Ofício à Comarca de Lábrea/AM, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0637465-76.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Marcos Vinicio Pereira Nepomuceno - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 10088/AM - Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM) - Processo 0638634-98.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Carlos Freire de Mendonça - Deigrison Batalha Frazão - Levi da Silva Machado e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 4121/AM - Luciana da Silva Terças 10499/AM - Elmison Rosa Bezerra 11367/AM - Paulo Felipe Santos Magalhães 8196/AM - Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira 9594/AM - Sigrid de Lima Pinheiro 11030/AM - Henrique Simch de Morais 11446/AM - Clayton Queiroz Sabóia 2000/AM - Klinger da Silva Oliveira , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: CLAUDINE BASÍLIO KLENKE (OAB 4099/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: KAREM LÚCIA CORRÊA DA SILVA RATTMANN (OAB 704A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 808A/AM), ADV: ÉRIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM) - Processo 0645237-56.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Edvaldo de Almeida Santa Rita Filho - INDICIADO: Sidnei Carvalho Cavalcante - Recebidos e vistos. Trata-se de Pedido de Autorização para viagem formulado pelo Investigado Sidnei Carvalho Cavalcante (fls. 157/159) , por meio de advogado devidamente habilitado, aduzindo a inexistência de prejuízo para o regular curso das investigações ora empreendidas. Dispensável vista ao Ministério Público, uma vez que se trata de controle pelo juízo das cautelares impostas ao agente. É breve relatório. Decido. Da análise dos autos, o requerente comprovou suas alegações, como o endereço constante das fls. 172/176. Agrega, ainda, as suas condições pessoais, tais como primariedade, bons antecedentes e domicílio regular na comarca. O requerente indica data de ida e de retorno, ficando bem claros os objetivos de sua viagem. No mais, não se identificam indícios de que sua saída do distrito da culpa venha causar prejuízos à marcha processual. A tramitação de um procedimento criminal, muitas vezes, alonga-se por meses e quiçá anos, não podendo os personagens da ação penal, no caso, o denunciado, paralisar sua vida e excluir-se dos eventos sociais, sobretudo quando sua intenção é de laborar, como faz prova no presente pleito. Ademais, sua conduta em informar o juízo aponta sua boa fé e responsabilidade no cumprimento com as medidas diversas da prisão a ele impostas. Ante o exposto, com base nos fundamentos expostos, DEFIRO o pedido de autorização de viagem de Sidnei Carvalho Cavalcante, cujos destinos, datas e respectivos locais de hospedagens se encontram descritos às

fls. 157/159, sem prejuízo do cumprimento das demais MEDIDAS CAUTELARES ANTERIORMENTE APLICADAS (fls. 97). Cópia desta decisão vale como autorização de viagem. Intime-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0650276-68.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - VÍTIMAFATO: M.C.C.M. - RÉU: J.P.M. - Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de MAIKE DAVID REIS CAVALCANTE e APLICO ao postulante retro as medidas cautelares diversas prisão elencadas nos incisos I, IV e V do art. 319 do CPP, caso em que deverá: Comparecer mensalmente neste Juízo, na data que constar da assinatura do termo de compromisso ou no primeiro dia útil, para justificar e informar suas atividades; Não se ausentar da Comarca, já que sua permanência é conveniente ou necessária para a investigação ou instrução criminal e Recolher-se em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga. Caso as medidas não sejam cumpridas, ensejará a possibilidade da decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312, parágrafo único do CPP. A impossibilidade de cumprimento de quaisquer das medidas deverá ser prontamente comunicada a este Juízo. Deverá o acusado comparecer a este Juízo em 48h para assinar o Termo de Compromisso, no qual constará, também, a participação do réu no PROGRAMA REEDUCAR. Observe-se o cronograma de reunião do referido programa. Expeça-se Alvará de Soltura, colocando-o incontinenti em liberdade, se por “all” não estiver preso. À Secretaria para realizar o controle acerca do comparecimento mensal. Cumpra-se.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Claudine Basílio Klenke (OAB 4099/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Érika Augusta de Paula Freitas Chaparro (OAB 9690/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilberto Mitouso dos Santos Neto (OAB 11677/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karem Lúcia Corrêa da Silva Rattmann (OAB 704A/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 808A/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0187/2019

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0203681-13.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Edimar Ramalho Vieira - Dê-se vista dos autos à Defensoria Pública para que, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre o teor do atestado de pena a cumprir. Após, venham os autos conclusos para decisão.

ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0203959-14.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Darlan da Silva Magalhães - Não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: CAYO MARCELLOS LOPES DE VASCONCELOS (OAB 8080AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0206721-32.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - DIREITO PENAL - APENADA: Ana Railany de Souza Ribeiro - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 25/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Ana Railany de Souza Ribeiro se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se a Defesa.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0211470-97.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Lucas Badi de Sousa Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Lucas Badi de Sousa Silva.

ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM) - Processo 0213566-90.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Rodrigo da Silva Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 26/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Rodrigo da Silva Oliveira se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0220758-06.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0217706-75.2010.8.04.0001) (processo principal 0217706-75.2010.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Execução Penal - AGRAVADO: Erick Jondson da Silva Chaves - Trata-se de Agravo em Execução, com decisão que conheceu e deu provimento ao recurso para reformar a decisão agravada e determinar a observância do cumprimento do restante da pena necessária ao preenchimento do requisito legal para progressão, com o consequente retorno do agravado ao regime fechado, conforme decisão proferida pelo juízo ad quem. Pelo exposto, e exaurido a competência deste juízo para dirimir qualquer matéria em direito admitido para este modalidade recursal, determino a imediata baixa e arquivamento do processo em epígrafe. Como consectário desta decisão, translade-se cópia da referida decisum e acórdão para os autos principais para que produza seus jurídicos efeitos legais. Após o translado, façam os autos principais para conclusão deste juízo. Cientifique-se defesa e Parquet. Cumpra-se.

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0221937-33.2019.8.04.0001 - Pedido de Providências - Transferência de Preso - REQUERIDO: M.J.L.C.V.M.D. - Intimem-se o Ministério Público, a SEAP/AM e a Defesa do Reeducando para que tomem ciência da Decisão de fls. 280/285. Encaminhe-se cópia integral da execução penal, conforme requerido pelo Corregedor do Presídio Federal de Mossoró/RN. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0222797-34.2019.8.04.0001 - Pedido de Providências - Execução Penal - APENADO: W.C.V. - Dê-se ciência da decisão de fls. 543/548 ao Ministério Público do Estado do Amazonas, a SEAP/AM e a defesa do apenado. Encaminhe-se cópia integral da execução penal ao Corregedor do Presídio Federal de Mossoró/RN. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM) - Processo 0223258-06.2019.8.04.0001 - Pedido de Providências - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Antonio Marcos Pereira Capucho - Dê-se ciência da decisão de fls. 232/237 ao Ministério Público do Estado do Amazonas, a Defesa e a Secretaria de Administração Penitenciária. Após, os autos devem aguardar em cartório e retornar concluso faltando 60 dias para o prazo de exaurimento de permanência do custodiado no sistema penitenciário federal. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM) - Processo 0223734-20.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Wilson Guimarães Fernandes - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados às fls. 254/256. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: EDSON DE MOURA PINTO FILHO (OAB 5609/AM) - Processo 0226146-79.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉ: Diana Barros Damasceno - Assim, cumpridos os requisitos do art. 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, CONCEDO LIVRAMENTO CONDICIONAL a Diana Barros Damasceno, mediante aceitação e sujeição às seguintes condições, consoante artigo 132 da LEP: a) Obter ocupação lícita no prazo de sessenta dias; b) Comparecer MENSALMENTE ao Juízo de Execução da Comarca de Lajes/SC, informando suas ocupações; c) Proibição de mudar de endereço e de ausentar-se da referida Comarca sem prévia autorização judicial; d) Não andar armada e nem portar instrumentos capazes de ofender a integridade física de outrem; e) Não ingerir bebidas alcóolicas, não frequentar bares, boates, casas de jogos e locais congêneres; f) Proibição de visitar internos do sistema penitenciário, salvo parentes legítimos ou com autorização deste juízo. Deve a presente decisão servir como CARTA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, para que, após a sua leitura, a apenada seja posta imediatamente em liberdade, nos termos do Art. 136 da Lei de Execução Penal, se por outro motivo não estiver presa. Quanto ao pedido de transferência de execução, estando a egressa em gozo de livramento condicional, desnecessária a solicitação de autorização do Juízo destinatário, uma vez não será necessária vaga no sistema prisional, razão pela qual, DEFIRO, em consonância com a Promoção Ministerial, o PEDIDO PARA TRANSFERÊNCIA DA EXECUÇÃO PENAL PARA A COMARCA DE LAJES/SC. À secretaria para que expeça Atestado de Pena a Cumprir nos termos desta decisão. A cópia da presente decisão serve como Ofício. Dê-se ciência ao Ministério Público. Após o integral cumprimento desta decisão, dê-se baixa no feito. Intimem-se.

ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0226751-30.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Herico Fares de Oliveira - Ante o exposto, na esteira da manifestação ministerial, INDEFIRO o pedido da Defesa do reeducando, pelos fundamentos acima expostos, ocasião em que determino: A) a juntada aos autos, no prazo de cinco dias, de comprovante de que o reeducado compareceu ao COC/SEAP para instalação do monitoramento eletrônico, na data constante às fls. 43; A.1) caso não haja disponibilidade de monitoramento, o reeducando deverá proceder com a juntada de documento fornecido pelo COC/SEAP contendo a referida informação. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0229925-42.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Aldiney da Silva e Silva - Ante o exposto, notadamente considerando a ausência de manifestação da Defesa, pelos fundamentos supramencionados, INDEFIRO o pedido formulado às fls. 69/71, devendo o reeducano ALDINEY DA SILVA E SILVA permanecer no uso do monitoramento eletrônico no perímetro urbano de Manaus/AM.

ADV: WANDERSON OLIVEIRA FREIRE ALBERTINO (OAB 12862/AM) - Processo 0231125-84.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jose Romilson Pereira dos Santos - Ante o exposto, entendo pela DESNECESSIDADE de instauração do incidente de falta grave, considerando que o evento comunicado a este Juízo fora devidamente saneado. Entretanto, determino a expedição de Ofício ao COC/SEAP para que informe, no prazo de vinte dias após a data agendada para manutenção da tornozeleira, qual seja, dia 29.08.2019, se o reeducando Jose Romilson Pereira dos Santos vem cumprindo as condições para manutenção do monitoramento eletrônico. Respondido o ofício, vista ao Ministério Público independente de nova conclusão. Cumpra-se.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0233156-58.2010.8.04.0001 (001.10.233156-2) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Diones de Lima Fernandes - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de extinção da punibilidade, pelos fundamentos acima expostos, ocasião em que determino o prosseguimento do feito. Dê-se vista ao Ministério Público para manifestação quanto ao pedido de progressão de regime. Intime-se.

ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM) - Processo 0233910-87.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Frank Andrey de Menezes Pereira - Não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0235364-68.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: F.A.S. - Assim, acompanhando parecer ministerial, AUTORIZO A EXTENSÃO DA AGENDA DO MONITORADO, na forma requerida, para fins do exercício de atividade comercial, devendo o reeducando recolher-se em sua residência de DOMINGO À DOMINGO, no horário de 2h à 8h, passível de renovação mediante a verificação do cumprimento regular da pena privativa de liberdade. À SEAP/COC para ciência da presente decisão, bem como para que proceda à inclusão da alteração da agenda do monitorado no sistema de monitoramento eletrônico, conforme horários acima especificados. O apenado deverá comunicar imediatamente à esta Vara de Execuções Penais, caso ocorra qualquer modificação em sua atividade comercial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0236006-80.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Antonione Alves Macedo - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Antonione Alves Macedo, até configurados

os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: SÍLVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0236008-50.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Adriano de Souza Passos - Ante o exposto, determino que seja oficiado à SEAP para apresentação do apenado neste juízo, a fim de ser ouvido e, se for o caso, advertido pelos setor psicossocial, contudo, mantenho-o no regime em que se encontra. Ao mesmo tempo, determino que seja retificada a guia de recolhimento para abatimento dos dias em que não houve o efetivo cumprimento da pena. O presente despacho tem força de ofício. Cumpra-se.

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0238049-19.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Igor Sena Gonçalves - Isto posto, chamo o processo à ordem para deixar de determinar a remoção do apenado à Casa do Albergado e, considerando a decisão proferida nos autos n.º n.º 0227837-94.2019, transfiro a execução da pena executada nestes autos, em regime aberto, para a Comarca de Itacoatiara/AM, para fins de soma e unificação à pena executada nos autos n.º 0000334-84.2018.8.04.4700. À secretaria desta Vara para que providencie a remessa deste processo de execução à Comarca de Itacoatiara/AM. À SEAP para que providencie, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a transferência do apenado para a Unidade Prisional de Itacoatiara/AM, dando ciência a este Juízo do cumprimento desta decisão. A cópia da presente decisão serve como Ofício. Após a confirmação do recebimento do processo de execução, pelo Juízo destinatário, bem como da efetiva transferência do apenado, dê-se baixa nos autos junto ao SAJ/PG5, com as cautelas de estilo.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: ED RUGLES DE MELO BARBOSA (OAB 2789/AM) - Processo 0243741-62.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - INDICIADO: Larry Lunier Sales da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Larry Lunier Sales da Silva.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0244182-14.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Jovison Lopes da Silva - Da análise do feito, verifico que assista razão ao Ministério Público, na medida em que a data-base para concessão da nova progressão de regime deve ser o dia em que o reeducando efetivamente atingiu o requisito temporal, e não a data da decisão concessiva. Diante disso, determino à Secretaria que proceda com a elaboração de novo Atestado de Pena a Cumprir, com a modificação da data-base para progressão de regime como sendo aquela em que o reeducando atingiu o requisito objetivo-temporal para tanto, independente da data da decisão concessiva. Não sendo constatados outros pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo, com as correções supramencionadas. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0246674-37.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Transferência de Preso - APENADO: Leandro da Silva Paiva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Leandro da Silva Paiva.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0246962-82.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - DIREITO PENAL - APENADO: Thiago Silva de Souza - Ante o exposto, na esteira da manifestação ministerial, INDEFIRO o pedido da Defesa do reeducando, pelos fundamentos acima expostos, sem prejuízo de nova análise do pleito caso seja demonstrado que o monitoramento representa óbice intransponível ao desenvolvimento das atividades profissionais do reeducando. Cientifique-se o MP. Intimem-se.

ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/AM) - Processo 0252020-42.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - APENADO: Pablo Luis do Nascimento Alves - Pelo exposto, acolho manifestação da Defensoria Pública, por outro fundamento, e chamo o feito à ordem para JULGAR improcedente o incidente de regressão de fls. 74/76, porém, ante a nova condenação em regime semiaberto, à Secretaria para que proceda com a soma das penas. Verificando a existência de mais de um processo de execução em andamento (0237281-59.2016), proceda-se com a baixa do processo mais recente e o apensamento ao principal. Em seguida, expeça-se novo Atestado de Pena a Cumprir e, caso necessário, intime-se à SEAP para que encaminhe Certidões Carcerária e Disciplinar atualizadas. Após, mova-se os autos, junto ao SAJ/PG5, para o fluxo do regime semiaberto e dê-se vista ao Ministério Público, independente de nova conclusão. Quanto aos pedidos da Defesa, às fls. 90/96, deixo de conhecer, uma vez que a competência para apreciação será do Juízo de Execução do regime semiaberto. À SEAP para imediato cumprimento desta decisão. Oficie-se ao Juízo de Direito da Comarca de Nhumundá/AM para ciência desta decisão. Serve a presente decisão como ofício.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0252424-88.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: SANDRO ARCE DE SOUZA - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM) - Processo 0264428-31.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉU: LUCAS RODRIGUES BELEM - Designo o dia 12/09/2019 às 08:30h para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP para que encaminhe as Certidões Carcerária, Disciplinar, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver, referente ao Apenado LUCAS RODRIGUES BELEM. Intime-se as partes no tocante a audiência designada.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0265662-48.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: RODRIGO ANDRADE E SOUZA - Diante disso, em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE o incidente de regressão instaurado, considerando que o Apenado cometeu novo delito em 30/03/2017, na forma do art. 118, I, da L.E.P, uma vez que o regime semiaberto tem como base o senso de disciplina do apenado, ocasião em que determino a sua regressão definitiva ao regime fechado. Com efeito, DETERMINO A ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA O DIA 20/11/2018 E DECLARO A PERDA DE 1/3 DOS DIAS EVENTUALMENTE REMIDOS ATÉ AQUELE DIA, eis que a prática de novo crime no curso da execução penal é situação de extrema gravidade e merece ser reprimida no máximo legal. - DA PROGRESSÃO DE REGIME: Noutro giro, verifica-se que houve o adimplemento do período temporal para progressão do regime e, estando comprovado o BOM comportamento, consoante certidão disciplinar apresentada às fls. 218, os requisitos objetivo e subjetivo do art. 112 da Lei de Execução Penal encontram-se atendidos. Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor do Apenado, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM) - Processo 0601489-71.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0201372-19.2017.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Recurso - AGRAVADA: Gecyane dos Santos Almeida - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM) - Processo 0637426-79.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0223709-65.2018.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Recurso - RÉ: Eloene Dias Alves - Trata-se de Agravo em Execução, com decisão votou pelo conhecimento e provimento do recurso interposto, para declarar nula audiência realizada em 10/08/2018, devendo o juízo de piso refazer os indigitados atos, conforme decisão proferida pelo juízo ad quem. Pelo exposto, e exaurido a competência deste juízo para dirimir qualquer matéria em direito admitido para este modalidade recursal, determino a imediata baixa e arquivamento do processo em epígrafe. Como consectário desta decisão, translade-se cópia da referida e acórdão para os autos principais para que produza seus jurídicos efeitos legais. Após o translado, façam os autos principais para conclusão deste juízo. Cientifique-se defesa e Parquet. Cumpra-se.

ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM) - Processo 0649054-65.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0227575-91.2012.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Recurso - AGRAVADO: Sidney Silva de Oliveira - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM) - Processo 0649452-12.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0228795-85.2016.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Recurso - AGRAVADA: Sogenes Dias Alves - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM) - Processo 0653864-83.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0244188-55.2013.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Recurso - AGRAVADO: Brayan Bremer Quintelo Mota - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM) - Processo 0653905-50.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0219273-05.2014.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Recurso - AGRAVADO: Igor Gomes Cabral - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM)
Cayo Marcellos Lopes de Vasconcelos (OAB 8080AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Ed Rugles de Melo Barbosa (OAB 2789/AM)

Edson de Moura Pinto Filho (OAB 5609/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Glen Willde do Lago Freitas (OAB 4160/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Osvaldo Biase Martins Júnior (OAB 11096/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Sílvia Luiza Barroso (OAB 6110/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Wanderson Oliveira Freire Albertino (OAB 12862/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0317/2019

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0215591-66.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: J.R.A.S.J. - B.D.L.S. - Dê-se vista à defesa, por 5 (cinco) dias.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0235815-25.2019.8.04.0001 (processo principal 0215591-66.2019.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Crimes Militares - QUERELANTE: João Rosário de Almeida e Silva Júnior - O pedido de restituição de coisas é feito nos autos originais, não podendo subsistir um processo autônomo, que no sistema consta como dependente, pois a decisão tem que ser dada na ação penal, à qual interessam os documentos. Portanto, as presentes peças devem ser inseridas nos autos originais, na ação penal correspondente, cujo n. é 0215591-66.2019.8.04.0001. Juntadas naqueles autos, certifique-se e dê-se vista ao Ministério Público, com prioridade. Dê-se baixa nos presentes autos. Intimem-se.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0642421-04.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes Militares - INDICIADO: Pedro Cézar da Silva Lima - Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 121/122, mantendo a prisão de Pedro Cézar da Silva Lima, uma vez que ainda não foi ultrapassado o prazo de sessenta dias, como preconiza o artigo 453 do Código de Processo Penal Militar. Cumpra-se a promoção ministerial. Intimem-se.

Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0186/2019

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: JONAS MOTA LOPES (OAB 10494/AM) - Processo 0244167-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.G.S. - REQUERIDA: E.S.M. - Vistos etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: GEDSON DE OLIVEIRA MATUTE (OAB 13858/AM) - Processo 0244390-56.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.V.S. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0609368-32.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.C.S.S. - Nos termos apresentado HOMOLOGO o acordo firmado, julgado extinto o processo nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC, para que surtam todos os efeitos legais. A presente sentença substitui os alimentos provisórios fixados nas páginas 23/25. Custas pelos interessados, contudo suspensa a exigibilidade por serem agraciados com os benefícios da gratuidade de justiça.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM) - Processo 0615646-49.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.O.V. - REQUERIDO: F.A.O.A. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM) - Processo 0616982-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.L.O. - REQUERIDO: A.D.O.N. - Vistos etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KETLEN ROQUE DOS ANJOS (OAB 10827/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0627415-54.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.J.M.A. - REQUERIDO:

J.L.M. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0633324-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Homoafetiva - REQUERENTE: Maria de Fátima Viana de Oliveira - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - In caso, a parte autora não indicou os herdeiros necessários para integrar o polo passivo, mantendo parte manifestamente ilegítima. Diante do exposto, indefiro a petição inicial, nos termos dos artigos 330, II e 485, I, ambos do CPC, em razão da flagrante ilegitimidade do polo passivo. Custas pela parte demandada. Contudo suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça requerida. P.R.I. Com o trânsito em Julgado, providencie-se o necessário, inclusive com a observância do previsto no artigo 331, §1º do CPC, baixe-se e arquive-se com as providências de praxe.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0636093-92.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.S.M.M. - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se à baixa.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: NATASHA YASMINE CASTELO BRANCO DONADON (OAB 9992/AM), ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0636280-08.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: MARIA RITA RAMOS DE JESUS - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0637253-21.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.C.S.L. - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se à baixa.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0639502-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Maria Derzi da Costa Cruz - No decorrer do trâmite processual houve a comprovação da morte da pessoa interditanda, conforme atesta certidão de fl. 28. Com a morte do interditando no decorrer do trâmite, perde-se o objeto a interdição, pois o direito de ter nomeado em seu favor um curador apto para gerir o patrimônio é personalíssimo e intransmissível. Isto posto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IX, do Código de Processo Civil. P.R.I Sem custas. Após trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se com as providências de estilo.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB SOCIEDADE INDIVIDUAL (OAB 5551/AM), ADV: FLÁVIO KA YUNG PIMENTEL LIM (OAB 14050/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0640428-23.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.M.O. - ASSISTIDA: K.B.V. - ALIMENTANT: I.V.O. - Vistos, etc. MARCOS MATOS DE OLIVEIRA e KEICE BATALHA VASQUES apresentaram termo de acordo nas páginas 34 e 35 versando sobre regularização de guarda, visitas e alimentos em favor do menor IGOR VASQUES DE OLIVEIRA. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo realizado nas páginas 34/35, para todos os efeitos legais. Sem custas, em razão da gratuidade de justiça requerida na inicial. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM) - Processo 0640459-48.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: R.P.D.F. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0642673-07.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: N.A.R. e outro - Vistos etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0643446-23.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - REQUERENTE: Úrsula Andreza Machado de Castro - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se à baixa.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0645816-04.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: Jucinara Noronha da Costa - REQUERIDO: Thiago Fernandes da Costa Antunes - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0650466-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: T.S.T. - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se à baixa.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0658131-98.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.L. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao

contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0660906-86.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.C.S. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Flávio Ka Yung Pimentel Lim (OAB 14050/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Gedson de Oliveira Matute (OAB 13858/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)
Jonas Mota Lopes (OAB 10494/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
KASSER JORGE CHAMY DIB SOCIEDADE INDIVIDUAL (OAB 5551/AM)
Ketlen Roque dos Anjos (OAB 10827/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Natasha Yasmine Castelo Branco Donadon (OAB 9992/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0098/2019

ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: LINDAUREA LIRA BRANDÃO (OAB 5155/AM), ADV: LINDÁUREA LIRA BRANDÃO (OAB 51555AM) - Processo 0200956-32.2009.8.04.0001/01 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Syrslane Ferreira Navegante Santos - EXECUTADO: Fabio Augusto Centeio dos Santos - De ordem, abro vista ao Ministério Público.

André Fernandes (OAB 3957/AM)
Lindaurea Lira Brandão (OAB 5155/AM)
Lindáurea lira Brandão (OAB 51555AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0099/2019

ADV: JOSUÉ PRAIA GUIMARAES (OAB 13647/AM), ADV: NILSON DE JESUS FERREIRA (OAB 2799/AM) - Processo 0006314-46.1997.8.04.0012 (012.97.006314-4) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.A.A. - REQUERIDO: A.G.S. - SENTENÇA Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida por terceiros, conforme AR de fls. 37 e não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. O parágrafo único do art. 274 do Código de Processo Civil em vigor dispõe o seguinte: Art. 274: (...) Parágrafo único: Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. (grifei) No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, considera-se que a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 19 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ABEL SOARES DE SOUZA (OAB 3380/AM) - Processo 0029895-16.2003.8.04.0001 (001.03.029895-5) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.W.G.M. - REQUERIDA: L.P.M. - Processo devidamente julgado, conforme folhas 11-12. Arquive-se e dê-se baixa sem custas.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0038885-93.2003.8.04.0001 (001.03.038885-7) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Iuçana Cavalcante Gadelha - REQUERIDO: Jose Lourenco Gadelha - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a proposta de acordo de folha 234.

ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0101878-41.2004.8.04.0001 (001.04.101878-9) - Cumprimento de sentença - Sociedade - REQUERENTE: Nirlete Soares Pinto - REQUERIDO: Heraldo Soares Viana - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte exequente, por seu patrono, para cumprir a última parte do despacho de fls. 437, no prazo de 10(dez) dias”.

ADV: LYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 9208/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: PATRICK PORTELA DA SILVA (OAB 14219/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0208220-85.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.F.L. - REQUERIDO: M.O.L. - Intime-se o requerido para, em dez dias, manifestar-se sobre o petitório de folhas 161-173, após certifique-se e retornem os autos conclusos.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM), ADV: RAQUEL TAVARES NEVES (OAB 13315/AM) - Processo 0208677-64.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DissoluçãoJean Carlos Cordeiro de Miranda - Aline Sttephanne da Silva Jesus - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa juntada aos autos e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MAYRA REJANE MOREIRA MENDONÇA (OAB 12108/AM), ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM), ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0210690-26.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.L.R. - REQUERIDA: M.M.B. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Defiro ainda o pedido de realização de estudo psicossocial. Oficie-se o setor responsável e encaminhe carta precatória para realização do estudo com a parte requerida na comarca de Prainha/Pará. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: KEILA NASCIMENTO SALDAÑA (OAB 11926/AM), ADV: ELIANE LUCENA DO NASCIMENTO (OAB 12790/AM) - Processo 0215700-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: D.A.C. - REQUERIDO: F.M.F. - F.C.M. e outro - SENTENÇA Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a sentença de fls. 59/60. Trata-se de Reconhecimento e Dissolução de União Estável Post Mortem. No curso do processo, em fls. 35/37, as partes Requeridas não se opuseram quanto ao reconhecimento e dissolução de União Estável entre a Sra. DIONY ALVES CAMPOS e o Sr. FRANCISCO MAIA FILHO, desde o ano de 1976 até 2018, a data do seu falecimento. Autos conclusos, decido. O referido processo versa sobre Reconhecimento e Dissolução de União Estável Post Mortem. Diante do reconhecido da procedência do pedido formulado na ação e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o pedido da parte autora e a anuência dos Requeridos quanto ao Reconhecimento e Dissolução de União Estável Post Mortem para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "a" do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: VÍVIAN KARLA GOMES DA SILVA GONZAGA (OAB 5671/AM) - Processo 0216579-68.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.A.Q.S. - EXECUTADO: V.L.S. - Realizada a indisponibilidade do valor hora executado, intime-se o executado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se conforme art. 854, § 3o, do Código de Processo Civil. Apresentada manifestação, torne-se os autos conclusos. Entretanto, transcorrido o prazo em branco, converta-se a indisponibilidade em penhora, nos termos do art. 854, § 5o, do Código de Processo Civil, e expeça-se o competente alvará para levantamento do valor. Ato contínuo, intime-se a exequente para, em dez dias, dar quitação ao débito e/ou requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: AGENOR CARLOS SALES DA SILVA (OAB 4757/AL) - Processo 0219502-23.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.C.S.S. - REQUERIDO: D.S.C.S.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a aprte autora para manifestar-se acerca da certidão às fls. 101, no prazo de 10 (dez) dias".

ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM) - Processo 0221086-28.2018.8.04.0001 (processo principal 0614354-05.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - EXEQUENTE: BRENO OLIVA MAIA - NINA OLIVA MAIA - EXECUTADO: A.M.L. - Cumpra-se novamente despacho de folha 68.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0221696-93.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: Christian Salim Bastos Martins - REQUERIDA: EDILAMAR LISBOA DA COSTA FILHA - Wanessa Rebeka Brandão Lima e outro - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 75/77. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 79/80. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre revisional de alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0224870-18.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: J.B.T.V. - EXECUTADO: J.C.R.V. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: HELTON FRANCISCO DE SOUSA CARVALHO (OAB 9356/AM) - Processo 0226117-34.2015.8.04.0001 (processo principal 0247472-71.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Regulamentação de Visitas - EXEQUENTE: Jozismar de Souza Carvalho - EXECUTADA: N.F.C. - N.N.F. - Trata-se de cumprimento de título acostado às folhas 09-12. Intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir o acordo homologado no tocante ao direito de visitaestabelecido, sob pena de ser aplicada as medidas previstas nos termos do art. 536, §1º, do CPC. Caso persista o inadimplemento, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM) - Processo 0232439-46.2010.8.04.0001 (001.10.232439-6) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: J.L.F.S. - REQUERIDO: D.C.S. - Dessa forma, com fulcro no art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Sem custas. Cumpra-se, registre-se e publique-se. Transitado em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: LEONARDO BRUNO BARBOSA MONTEIRO (OAB 8570/AM) - Processo 0232603-64.2017.8.04.0001 (processo principal 0631569-91.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Adoção Nacional - REQUERENTE: Paulo Augusto Monteiro Pacheco - Antonio Augusto Monteiro Pacheco - REQUERIDO: Leandro Augusto Monteiro Pacheco - Lilia Rachel Vieira Pacheco - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL DE ASSIS CAVALCANTE (OAB 14251/AM), ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM) - Processo 0232738-08.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.L.S. - H.B.L.S. - REQUERIDO: M.A.S.M. - Trata-se de Ação de de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Confirmo os alimentos provisórios fixados na decisão interlocutória de fls. 17/18. Oficie-se novamente com urgência a empresa onde o réu labora, atentando-se para a correção dos dados bancários da parte Autora, conforme pedido de fls. 26/27 dos autos. Paute-se audiência de mediação e conciliação, tendo em vista o cancelamento da anterior. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no

mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0233123-87.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613578-63.2018.8.04.0001) (processo principal 0613578-63.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: S.E.S.N. - REQUERIDO: R.H.Q.N. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, explicar a natureza do petitório de folha 36. Salienta-se que a demanda foi julgado sem extinção do mérito em razão da inércia da parte requerente. Transcorrido o prazo em branco, arquive-se e dê-se baixa na demanda, uma vez que se encontra devidamente julgada.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0234506-71.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.M.F.Q. - REQUERIDO: M.R.Q. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de quinze dias, emendar a exordal de cumprimento de sentença, folhas 122, a fim de adequa-la às regras processuais, inclusive, expondo os fundamentos legais necessários. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0235070-50.2016.8.04.0001 (processo principal 0626167-29.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Revisão - REQUERENTE: Nilciane Oliveira da Silva - REQUERIDO: Ronani Oliveira da Costa - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 392-393. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MÁRIO CÉLIO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 4346/AM) - Processo 0236113-56.2015.8.04.0001 (processo principal 0227088-63.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Sociedade - EXEQUENTE: Solange Pereira Dias - EXECUTADO: Pedro Soares Gomes - Realize-se pesquisa nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud a fim de encontrar ativos financeiros e bens em nome do executado. Após, dê-se vista a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: LINDÁUREA LIRA BRANDÃO (OAB 51555AM), ADV: LINDAUREA LIRA BRANDÃO (OAB 5155/AM) - Processo 0236187-81.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0200956-32.2009.8.04.0001) (processo principal 0200956-32.2009.8.04.0001) - Embargos à Execução - Dissolução - EMBARGANTE: Fabio Augusto Centeio dos Santos - EMBARGADA: Marjorie Gabrielly Navegante dos Santos - REQUERIDO: Erick Ribeiro Wilkens e outros - Trata-se de Execução de Alimentos. A parte exequente deu quitação ao débito alimentar executado nessa demanda, conforme folha 312. Assim, determino a extinção do feito, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM), ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM), ADV: VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA (OAB 7501/AM), ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM) - Processo 0237941-63.2010.8.04.0001 (001.10.237941-7) - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Edilene de Souza Amorim - REQUERIDO: José Benício de Amorim - Considerando o pedido do réu pelo julgamento de mérito da demanda, folha 202, intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0238133-54.2014.8.04.0001 (processo principal 0616013-83.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Seção Cível - REQUERENTE: Rosimery Mendes Rodrigues - REQUERIDO: O.B.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Ante a juntada das informações de fls. 230/235, Intime-se a Exequente, por seu patrono, para manifestar-se no prazo de 10(dez) dias”.

ADV: EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM), ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0239572-66.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.G.S. - REQUERIDO: B.A.M. - Trata-se de Execução de Alimentos. A parte exequente deu quitação ao débito alimentar executado nessa demanda, conforme folha 114. Assim, determino a extinção do feito, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0241674-56.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: H.C.S.B.M.R. - REQUERIDO: A.A.S. - Citado, fls. 41, a parte requerida quedou-se inerte conforme fls. 45. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: TAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 9977/AM) - Processo 0241815-80.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0250735-77.2014.8.04.0001) (processo principal 0250735-77.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios - EXEQUENTE: D.G.L.V. - EXECUTADO: F.S.V.F. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa de folhas 46-47 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ILKA CRISTINA DI FELÍCIO PINTO DA SILVA (OAB 9727/AM), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB 920A/AM), ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0242055-79.2009.8.04.0001 (001.09.242055-0) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: S.M.M.C. - REQUERIDO: M.S.C. - Cumpra-se, por mais uma vez, o despacho de folha 141, esclarecendo ao empregador que não se trata de acordo algum e sim determinação de envio dos últimos três contracheques do executado, sob pena de aplicação das sanções civis e penais previstas, caso haja novamente descumprimento desta determinação judicial.

ADV: REBERTH DA SILVA COSTA (OAB 8817/AM) - Processo 0245491-80.2008.8.04.0001/02 (apensado ao processo 0245491-80.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: C.S.C.L. - EXECUTADO: M.K.M.L. e outro - Dê-se vista à representante do Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: VALMIR MAURILLO TORRES (OAB 3894/AM) - Processo 0245919-86.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0010833-64.1997.8.04.0012) (processo principal 0010833-64.1997.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - Sociedade - EXEQUENTE: Maria do Perpetuo Socorro Souza Bandeira - EXECUTADO: Esmeraldo Pereira Ferreira - Intime-se o executado para, em dez dias, manifestar-se sobre o pedido de folha 119, em respeito aos artigos 9 e 10 do Código de Processo Civil, sob pena de ter o pedido da exequente deferido.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0247986-92.2011.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.M.L.R. - EXECUTADO: G.S.R. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se o patrono da parte autora para manifestar-se acerca da certidão às fls. 49, no prazo de 10 (dez) dias".

ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM), ADV: YNGRID VENTILARI DE FIGUEIREDO BEZERRA (OAB 4658/AM) - Processo 0266255-82.2011.8.04.0001/02 - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Gabriel Ruan Silveira dos Santos - EXECUTADO: José Oliveira dos Santos - Maria da Conceição Souza dos Santos - Dessa forma, com fulcro no art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Sem custas. Cumpra-se, registre-se e publique-se. Transitado em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM), ADV: LILIAN DE SOUZA ATALA (OAB 4817/AM) - Processo 0600659-42.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: P.R.S.B. - Giovanna dos Santos Mota Gouvêia de Sá - Heloísa dos Santos Mota Gouvêia de Sá - REQUERIDO: J.F.G. - Cumpra-se despacho de folha 52.

ADV: ALAN VASCONCELOS BALDERRAMA (OAB 13630/AM) - Processo 0600662-60.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: D.B.D.S. - REQUERIDA: M.C.L.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Intime-se a Requerida, pessoalmente, para em 10(dez) dias , cumprir com o disposto no despacho de fls. 70".

ADV: OZENE FARIAS DA SILVA (OAB 9335/AM) - Processo 0600678-14.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.S.S. - REQUERIDA: C.R.S.S. - Cite-se a parte requerida para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC. Cumpra-se.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0601143-23.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.M.R. - REQUERIDA: M.V.C. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Guarda. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 82/83. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 85. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre guarda, visitas e alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto

ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM), ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0601381-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Oferta - REQUERENTE: M.J.N.P. - REQUERIDA: L.A.P. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LAÍSE CAVALCANTE SILVA (OAB 9329/AM), ADV: JOICE MOTA DOS SANTOS (OAB 12714/AM), ADV: JOSÉ RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA (OAB 9490/AM) - Processo 0602882-65.2018.8.04.0001 - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: C.S.M. - REQUERIDA: M.A.S. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM), ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM), ADV: ELIZABETH REGINA MORAES MATIAS (OAB 8654/AM) - Processo 0604097-47.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda com genitor ou responsável no exterior - REQUERENTE: O.S.S. - REQUERIDA: J.M.M. - Aguarde-se realização de estudo psicossocial agendado.

ADV: VANESSA CARDOSO (OAB 947A/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0606906-05.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - REQUERENTE: Rachel Abrahim Magalhães - EXEQUENTE: Guilherme Abrahim Moreira - EXECUTADO: Edicarlos Pinto Moreira - Assim, inexistente nos autos prova de qualquer pagamento e inadmissíveis as alegações postas na justificativa, de dificuldades financeiras, outro caminho não resta ao juízo senão o de lhe decretar a prisão, pelo prazo de 30 dias. Dessa forma, decreto-lhe a prisão, pelo prazo de um (1) mês, a teor do art. 528 § 3º, do CPC. Intime-se a Exequente para, se tiver interesse, requerer a expedição da certidão para protestar o pronunciamento judicial, nos termos do art. 517 do CPC. Expeça-se o necessário.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0607108-79.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.D.S.C. - REQUERIDO: B.B.D. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM), ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607642-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.B.L. - REQUERIDA: Y.M.L. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM) - Processo 0609519-32.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.M.C. - REQUERIDA: L.A.C. - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0610496-87.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: I.O.N. - REQUERIDO: J.S.S. - Considerando que os documentos relativos à propriedade dos bens a serem partilhados são indispensáveis na demanda de sobrepartilha, intime-se, em respeito aos atigos 9º e 10º do Código de Processo Civil, a parte autora para manifestar-se, em dez dias, sobre a possibilidade de indeferimento da petição inicial, nos termos dos artigos 320 e 321 do CPC. Cumpra-se.

ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM), ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0611351-08.2015.8.04.0001 - Guarda - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Francyana Tsokas Carvalho e outro - REQUERIDO: Tercio Medeiros de Figueiredo - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Dê-se vista ao Minstério Público".

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: NINA BRANDAO SIQUEIRA (OAB 9012/AM), ADV: AUGUSTO CESAR SANTOS PANTOJA (OAB 5976/AM), ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: THIAGO NASCIMENTO DE BRITO E SILVA (OAB 9643/AM) - Processo 0611573-73.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: M.M.M.S.A. - EXECUTADO: C.E.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Dê-se Nova vista ao M Inistério Público".

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM) - Processo 0611944-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.L.S. - REQUERIDO: R.N.D.B. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0612719-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Fabrício Rocha Lopes - REQUERIDO: Alberto Nunes Lopes - Assim, intime-se a parte autora para, em quinze dias, emendar a exordial ou requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0612876-88.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: G.A.O. - REQUERIDO: C.C.O. - T.G.C.T. - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM) - Processo 0613118-76.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.S. - REQUERIDO: D.O.S. - F.O.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a aprte autora por meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 68, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: SUELI SILVA LUZ (OAB 9154/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0613491-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.C.A.N. - REQUERIDO: A.D.N.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Tendo em vista a Contestação de fls. 130/365, intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: JOANILDES DE PAULA FREITAS FERNANDES (OAB 13911/AM) - Processo 0613505-57.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Milton de Santana Rocha - REQUERIDA: Viviane dos Santos Rocha - SENTENÇA Trata-se de Divórcio Litigioso. Em folhas 33 foi determinada a intimação do autor no endereço por ele(a) informado e cadastrado nos autos, a fim de que cumprisse o que lhe foi estabelecido. Contudo, não foi possível efetivar a sua intimação, uma vez que a parte mudou de endereço, conforme consta na certidão de fls 35 antecedentes. Autos conclusos. Decido. A atualização de quaisquer informações sempre que houver modificação temporária ou definitiva é dever da parte, consoante o art. 77, V, do Código de Processo Civil: Art. 77: Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V) declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva; (grifei) No presente caso, o autor mudou de endereço sem informar a este juízo, o que impossibilita a sua intimação pessoal e o regular prosseguimento do feito, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Dessa forma, com fulcro no art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Sem custas. Cumpra-se, registre-se e publique-se. Transitado em julgado, arquive-se com as providências de estilo. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0613791-40.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: V.A.B.C. - L.B. - EXECUTADO: L.A.C.S. - Acolho na integra a promoção ministerial de folhas 153-154. Á secretária para tomar as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM) - Processo 0614268-34.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.C.Q.J. - REQUERIDO: A.C.Q. - Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Isento de custas pelo benefício da gratuidade da justiça. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: LUCIA PORTO VEIGA MALAVASI (OAB A485/AM) - Processo 0614830-77.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: S.S.S. - G.S.S. - EXECUTADO: M.C.S. - Aguarde-se o cumprimento da decisão de folha 64.

ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0615233-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Elizabeth Bizerra da Conceição - REQUERIDO: Denys da Conceição Delfino - Wallace Dias Araújo Delfino - Patricia Rosa Delfino Muneron e outros - Cite-se os requeridos MARCOS VINICIUS DA SILVA SANTOS e WALLACE DIAS DE ARAÚJO DELFINO para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC, nos endereços informados às folhas 98-99. Cumpra-se.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: DALVA IRACEMA NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9984/AM) - Processo 0615360-08.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.N.T. - REQUERIDA: E.C.A.T. - M.C.G.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à parte autora para que se manifeste acerca da contestação de fls. 88/159, no prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: EDUARDO AURÉLIO DE VASCONCELOS (OAB 1536/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0615988-31.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.S.C. - REQUERIDO: A.M.S. - Paute-se

audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0616119-35.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0610550-53.2019.8.04.0001) - Guarda - Busca e Apreensão - REQUERENTE: M.L.S. - REQUERIDA: G.O.C. - Cumpra-se por mais uma vez o despacho de folha 26, salientando-se que, caso haja necessidade e respeitados os requisitos legais, a executada pode ser intimada por hora certa, conforme pedido de folhas 32-36.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0616668-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: H.P.A. - REQUERIDA: J.S.B. - L.S.B. - Cumpra-se despacho de folha 38, realizando-se as citações no endereço informado pelo petitório de folhas 46-47.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0616880-66.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.G.M.S. - REQUERIDA: A.J.M.O. - F.S.O. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora por meio de seu patrono constituído para manifestar-se acerca da certidão às fls. 48, no prazo de 10(dez) dias".

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0616917-93.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: G.P.C. - EXECUTADA: J.V.A. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa de folhas 36-39 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: THIAGO DE PAULA ANDRADE MIRANDA (OAB 7850/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: MARINA KLEIMPAUL (OAB 49732/SC) - Processo 0618329-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Fabrícia Cordeiro Dias - REQUERIDO: Raimundo Guedes dos Santos - Intime-se o executado para, em dez dias, manifestar-se sobre as folhas 111-112.

ADV: ADRIANA BARBOSA DE SOUZA VALENTE (OAB 3714/AM), ADV: ANNE CRISTINA SOUZA DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 24583/BA) - Processo 0618593-76.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Maria de Nazaré Soeiro da Rocha - REQUERIDO: Victoria Kanawati - Tendo em vista a ausência de nomeação de advogado pelo interditando, nomeio curador especial, nos termos do art.752, §2º, do CPC. Intime-se o(a) curador(a) especial. Cumpra-se.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB A202/AM) - Processo 0619615-72.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.L.A.B. - REQUERIDO: L.L.A.B. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à parte autora para que se manifeste acerca da contestação de fls. 77/123, no prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0621140-89.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: B.C.S. - REQUERIDO: L.B.L. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Consensual. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 1/3. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 30/31. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio, guarda, visitas, alimentos e bens. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JUNIOR (OAB 7155/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0621399-60.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.B.S. - REQUERIDO: M.Y.H.S. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, para fins de DECLARAR a exclusão da paternidade do Requerente em relação ao menor. Sem custas. A presente Sentença servirá como mandado de averbação devendo-se excluir o genitor e os avós paternos do registro do menor. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079A/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0622000-95.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: R.T.M.N. - EXECUTADO: R.A.M. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e considerando o longo trâmite processual, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0623876-80.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.F.L.C. - REQUERIDA: E.C.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Tendo em vista o AR Negativo de fls. 25, expeça-se nova carta de Intimação ao Sr. Marcos Flavson Lima Coelho, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do interesse no prosseguimento do feito.".

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM), ADV: JANDER DOS SANTOS PAZ (OAB 10315/AM) - Processo 0624046-57.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: N.B.L. - REQUERIDO: C.S.R. - Acolho na integra a promoção ministerial de folhas 170-171. Á secretária para tomar as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0624504-74.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: P.E.P.S. - REQUERIDO: P.R.S. - Acolho na integra a promoção ministerial de folhas 54-55. Conceda o prazo de dez dias para a exequente. Á secretária para tomar as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: NAYANA TAYLLEN PAES DE LIMA OLIVEIRA (OAB 13851/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM), ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM) - Processo 0624681-09.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.D.L.S. - REQUERIDO: M.F.C.M. - Paute-se audiência de conciliação e mediação. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0624789-96.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução -

REQUERENTE: M.M.C.V. - REQUERIDO: V.M. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0625058-38.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: M.F.S.G. - EXEQUENTE: G.G.S. - EXECUTADO: M.C.S.S. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a certidão de folha 61 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: JULIANA TIMPONE (OAB 296470/SP), ADV: ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA (OAB 8307/AM) - Processo 0625107-84.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: L.B.S. - EXECUTADO: R.S.A.S. - Cumpra-se o despacho de folha 168, no endereço indicado às folhas 191-192, podendo realizar a intimação por hora certa, caso haja necessidade.

ADV: ELIZANDRA LACERDA DOS SANTOS (OAB 8529/AM) - Processo 0625349-09.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: P.R.N. - N.L.S. - REQUERIDO: P.R.L. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Guarda. A parte autora requer a desistência da ação, conforme folhas 100. Autos conclusos, decido. Diante do pedido de desistência formulado, a extinção do feito se faz necessária. Cumpre ressaltar que a análise do referido pedido não depende do consentimento do réu, diante da ausência de contestação, nos termos do art. 485, §4º do CPC. Dessa forma, com fuclro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM) - Processo 0626601-76.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.L.J.S.S. - E.J.S. - EXECUTADO: J.S.S. - Acolho na integra a promoção ministerial de folhas 60-61. Conceda o prazo de dez dias para ambas as partes. Á secretária para tomar as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM) - Processo 0626690-70.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: R.G.M.S. - REQUERIDO: F.C.L.N. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM) - Processo 0626716-68.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.B.M.S. - REQUERIDO: C.N.L.S. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 73-74. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA (OAB 1417/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0626814-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.R.S.S. - REQUERIDO: J.G.B. - Intime-se as partes para se manifestarem sobre o parecer ministerial de folhas 135-137, no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0627958-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: KAUANE VITÓRIA DA SILVA E SILVA - REQUERIDO: SIDNEY DOS SANTOS DA SILVA - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Procedimento Comum Cível. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 227/228. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 229/230. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre guarda, visitas e alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “b” do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ALBERTO D’ALMEIDA COELHO (OAB 6495/AM), ADV: DAVIDSON REIS DA SILVA (OAB 8228/AM), ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0628061-98.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.O.T. - REQUERIDO: H.A.B.Q. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Determino ainda a oitiva da menor em audiência de instrução e julgamento, devendo a menor comparecer para o ato. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: GEMAIRIE FERNANDES EVANGELISTA (OAB 219/RR) - Processo 0628125-74.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: E.M.C.E. - REQUERIDO: T.C.B. - Tendo em vista a ausência de nomeação de advogado pelo interditando, nomeio curador especial, nos termos do art.752, §2º, do CPC. Intime-se o(a) curador(a) especial. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO RICARDO PEREIRA DE SALES (OAB 8927/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: RAIMUNDO AZEVEDO PEREIRA (OAB 2186/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0628127-15.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.M.C. - REQUERIDO: A.C.C.P. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0628486-91.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - ALIMENTAND: A.C.F.C.R. - REQUERIDA: M.A.F.C. - S.A.C. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. Em fls. 1/6 foi proposta a oferta de alimentos pela parte autora em favor de seus pais. Em fls. 31/32 houve a aceitação dos Requeridos sobre a oferta de alimentos. Autos conclusos, decido. O referido processo versa sobre Oferta de Alimentos. Diante do reconhecido da procedência do pedido formulado na ação HOMOLOGO POR SENTENÇA o pedido da parte autora e a anuência dos Requeridos quanto a Oferta de Alimentos para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, “a” do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: ELISA OLIVEIRA DA SILVA BENTES (OAB 11261/AM) - Processo 0628652-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Declaração de Ausência - REQUERENTE: João Paulo Obando Aragão Costa - REQUERIDO: João Aragão Costa - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Defiro o pedido de folhas 93-94. Certifique-se quando do decurso do prazo.

ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM) - Processo 0629216-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.G.P.B. - REQUERIDA: J.T.B. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial

Nº 5.478/68. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls.41/42. O genitor compromete-se a continuar prestando alimentos à requerida no valor de 20% (vinte por cento) dos seus vencimentos mensais líquidos até o mês de dezembro de 2019, quando então a exonerante dispensará o ora requerente da obrigação de prestar-lhe alimentos, visto que a considera desnecessária. Em razão do que postulam as partes acordam ainda pela expedição de ofício ao Instituto Nacional de Seguro Social para que se façam reduzir os descontos que até o presente momento são efetuados dos rendimentos do alimentante, de 25% (vinte e cinco por cento) para 20% (vinte por cento) dos seus vencimentos mensais líquidos, até o mês de dezembro de 2019 e, após esta data, cessem definitivamente todos os descontos relacionados aos alimentos. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre revisão e exoneração de alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 8136/AM), ADV: NADLA CRISTINA LOPES FERNANDES (OAB 3256/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: GISELE BRITO DE AGUIAR (OAB 4918/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0629773-65.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: RONALDO CESAR FREYRE PINTO NETO - REQUERIDO: JOSÉ GERALDO LIMA - Intime-se o executado, nos termos dos art.523 e seguintes, do CPC, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto noart. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação em relação aos aos meses em atraso. Cumpra-se.

ADV: WALDENIR DE SOUZA VIEIRA (OAB 4479/AM), ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0630650-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: P.S.B.C. - REQUERIDA: L.S.T. - Acolho na integra a promoção ministerial de folhas 209. Conceda o prazo de dez dias. Á secretária para tomar as providências cabíveis. Após, havendo manifestação, retornem os autos ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: CLEITON LEAL VARGAS (OAB 168680/RJ), ADV: DOUGLAS XAVIER DE SOUZA (OAB 182595/RJ) - Processo 0631558-62.2014.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: A.T.P.C. - REQUERIDO: DAIVID BRASIL - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora pessoalmente po AR para constituir novo patrono no prazo de 10(dez) dias".

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM) - Processo 0632551-37.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: IVANEUSA GALUCIO NOBRE - REQUERIDO: ALESSANDRO OLIVEIRA DA COSTA - SENTENÇA Trata-se de Execução de Alimentos. Em fls. 60 o executado ofereceu proposta de acordo. Em fls. 68 a proposta foi aceita pela parte exequente. Pugnado a manifestar-se, o Ministério Público deu parecer consentindo com a homologação do feito, conforme folhas 70. Assim, considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, com fulcro no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. No mais, na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado. Intimem-se. Sem custas. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0632868-30.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.C.S. - REQUERIDO: S.V.S.J. - Cumpra-se novamente decisão de folha 19.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0633223-45.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.S.A. - REQUERIDO: M.C.S. - Considerando o grande lapso temporal para realização do estudo psicossocial pelo setor competente deste Poder, em razão da sua grande demanda, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. Cumpra-se.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0633328-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.T.L. - REQUERIDO: F.H.S. - Cumpra-se despacho de folha 102.

ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM), ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM), ADV: YZELIA LIRA DE PAULA (OAB 9789/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0633844-08.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: O.F.N. - REQUERIDA: Y.L.P. - O.M.N. e outros - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CARLOS HOSSAINE DA SILVA (OAB 9931/AM) - Processo 0635159-08.2016.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: MÁRCIA ROBERTA HOSSAINE DA SILVA - REQUERIDA: SEBASTIANA HOSSAINE DA SILVA - Considerando o grande lapso temporal para realização do estudo psicossocial pelo setor competente deste Poder, em razão da sua grande demanda, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. Caso não haja manifestação ou sendo ela negativa, permaneça-se aguardando a realização do estudo. Caso haja manifestação positiva, tornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: SYLVIA DA COSTA NEGRÃO (OAB 1972/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0635283-25.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Manuel Batista de Aquino - REQUERIDA: Aurenice Pereira Melo Gomes - Intime-se o executado, nos termos dos art.523 e seguintes, do CPC, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto noart. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação em relação aos aos meses em atraso. Cumpra-se.

ADV: LUCAS AUGUSTO DOS SANTOS BRAGA (OAB 13269/AM), ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM), ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM) - Processo 0636564-45.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0208296-46.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: M.A.B.K. - REQUERIDO: J.N.K. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante as informações de fls. 91/115, Intime-se a Exequente, por seu patrono, para manifestar-se no prazo de 10(dez) dias.".

ADV: FELICIANO ALMEIDA PINHEIRO (OAB 14093/AM) - Processo 0636878-54.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.S.B. - REQUERIDO: C.A.G.B. - Intime-se por meio de Oficial de Justiça para cumprimento do despacho de folha 61.

ADV: DENIS DE SOUZA MESQUITA (OAB 10154/AM) - Processo 0636928-46.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Fábio Martins Ferreira - Naat Nayara Ramos - Vistos, Trata-se de Divórcio Consensual. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 26/32. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 36/37. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio, guarda, visitas e alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Expeça-se mandado de averbação. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0636944-34.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.V.R.C. - S.R.C. - REQUERIDA: Y.C.C. - Intime-se por meio de Oficial de Justiça para cumprimento do despacho de folha 41.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0637270-91.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.F.B. - REQUERIDO: V.A.O. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à parte autora para que se manifeste acerca da contestação de fls. 68/125, no prazo de 15 (quinze) dias"".

ADV: MARCOS PAULO DOS SANTOS BRAGA (OAB 12624/AM) - Processo 0637519-08.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: B.S.S. - REQUERIDA: B.S.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante a juntada da petição de fls. 27, Dê-se nova vista ao Ministério Público".

ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0638131-14.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Francisco Neuriberto Alves de Oliveira - REQUERIDO: Leandro de Souza Oliveira - Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação a fim de reconhecer a qualidade de relativamente capaz da parte requerida devido à doença apresentada que a acomete, de caráterpermanente, não se mostrando mais capaz de exprimir conscientemente sua vontade, daí porque nomeio a parte autora como Curadora definitiva da parte requerida, devendo prestar compromisso nos autos, para que passe a auxiliá-la tão somente na administração e gerenciamento de seus bens e não propriamente quanto à sua pessoa, a qualterá preservada sua capacidade civil para casar-se ou constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, decidir sobre seu planejamento familiar, conservar sua fertilidade, exercer seus direitos à convivência familiar e comunitária, como também seus direitos à guarda, tutela, curatela e adoção, como assegurado por lei, podendo ainda realizar isoladamente atividades laborativas mais simples e que não requeiram esforço intelectual ou responsabilidade perante terceiros, como também carregar consigo pequenas quantias de dinheiro para suas necessidades triviais, inclusive transporte, sendo-lhe vedado apenas a realização de atividades executivas que possam expor à ruína de seu patrimônio, como a compra e venda de bens imóveis ou móveis de alto valor, a administração e/ou utilização contas bancárias ou cartões de crédito, o que faço com fundamento nos arts. 6º, 84 e 85 da Lei nº 13.146, de 06.07.2015, c/c os arts. 4º, III, 1.767, I, 1.772 e 1.782, todos do Código Civil e art. 747 e seguintes do novo Código de Processo Civil. Salienta-se que o curador deve guardar consigo todos os recibos e documentos relativos a gerência financeira do interditado, uma vez que este juízo ou o representante do Ministério Público podem solicitar vistas a qualquer instante. Cumpra-se ainda o disposto nos arts. 755, §3º, do Código de Processo Civil, e 9º, III, do Código Civil, com a lavratura do termo de curatela e inscrita no registro de pessoas naturais, devendo ser imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça. Publique-se o edital no Portal do Conselho Nacional de Justiça. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado e tudo providenciado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM), ADV: ADRIANA MÍRIAN DE MIRANDA TRINDADE (OAB 5300/AM), ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM), ADV: BETINA BRENDA GOMES LUNIER (OAB 12370/AM) - Processo 0638197-91.2017.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - EXEQUENTE: P.B.G.O. - EXECUTADO: A.D.O. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Ante a juntada das informações (fls. 178/200), Intime-se a parte exequente, por seu advogado, para cumprir o último parágrafo do despacho de fls. 175, no prazo de 10 (dez) dias.".

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0638547-16.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.B.C.T. - REQUERIDA: M.C.B.C. - T.T. e outro - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0639228-83.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: S.P.D. - REQUERIDO: P.S.G. - Indefiro os pedidos de folhas 56-57, uma vez que tramitam os autos sob o rito de prisão. Aguarde-se o cumprimento da decisão já prolatada nos autos.

ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM) - Processo 0641243-20.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Cleomara Costa Lima Cabral - Paulo Victor Batista Cabral - R. Hoje. Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, emendarem a exordial, no sentido de juntarem a petição inicial assinada por ambos os cônjuges (próprio punho), nos termos dos arts.319, 321, parágrafo único, e 731 do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME FIGUEIREDO MORAIS TOLEDO (OAB 188819/MG), ADV: SYLVIA INES BARBOSA FERREIRA FREITAS (OAB 13324/AM), ADV: CARLOS JAVET BRAGA BITENCOURT (OAB 107192/MG), ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: JOSÉ DE RIBAMAR FREITAS JÚNIOR (OAB 7404/AM) - Processo 0642740-40.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: C.C.V.O. - EXECUTADO:

J.A.B.F.F. - DESPACHO Expeça-se alvará para levantamento de valores. Cumpra-se Manaus, 09 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0643766-73.2017.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: L.M.O.M. - REQUERIDO: F.D.C.A. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: WANDERLANN VIEIRA DE SOUZA (OAB 585/AM) - Processo 0644065-16.2018.8.04.0001 - Petição Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Alda Ferreira Gomes - REQUERIDO: Francisco de Carvalho Santana - Trata-se de Ação Ação de Reconhecimento de União Estável Post Mortem. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida nos endereços indicados às folhas 60-61 e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Cumpra-se.

ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM) - Processo 0644829-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.S.L. - REQUERIDO: Nilce Mara Picanço de Oliveira - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar os documentos indispensáveis para à propositura da demanda, visto que fora juntada apenas a petição inicial, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: MAIARA BRITO DE ARAUJO (OAB 14491/AM) - Processo 0645513-87.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: W.N.B. - REQUERIDA: R.M.F. - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0645560-61.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.M.R. - REQUERIDO: G.R.B. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar o termo de acordo de divórcio consensual devidamente assinado pelo juiz, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM), ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM) - Processo 0645573-60.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: F.M.P. - REQUERIDA: M.C.S.P. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0645599-58.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: S.Y.M.S.L. - REQUERIDA: S.S.L. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar comprovante de residência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Após, dê-se vista à representante do Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0645688-81.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Cyro Roberto Pereira da Costa - REQUERIDA: Paula Fernanda Cruz da Costa - NTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Consensual. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 1/5. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 24/25. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio, guarda, visitas e alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0645974-59.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Luiz Alberto da Silva Lima - REQUERIDA: Andreza Medeiros de Lima - Intime-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 14/15. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: THEMÍSTOCLES ARTHEMIS RODRIGUES BRANDÃO (OAB 10681/AM), ADV: GENERVAL FRANCISCO AMORIM DA GRAÇA (OAB 12115/AM) - Processo 0646022-86.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Luiza Lima da Silva - REQUERIDO: Generval Francisco Amorim da Graça - Caio Cezar Silva da Graça - Intime-se a parte requerida para, em dez dias, esclarecer a natureza dos petitórios de folhas 88-89 e 94-96 visto que não vislumbro estarem amparado nas hipóteses recusais legais que poderiam ser utilizadas para questionar a decisão de folha 84. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0646089-80.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Joel Zacarias de Oliveira - REQUERIDA: Bruna Gabriela Santos de Freitas - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a Declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM) - Processo 0646190-20.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.S.F. - REQUERIDO: M.J.S.F. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a sentença que homologou o acordo de guarda da menor M.F.S.F, conforme processo informado de nº. 06067.37-57.2015.8.04.0001 que tramitou na 7ª Vara de Família, assim como incluir no polo ativo os avós maternos e juntar suas respectivas procurações e demais documentos para a propositura da demanda, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Logo após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0646326-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.S. - REQUERIDO: G.S.A.S. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a procuração devidamente assinada, declaração de hipossuficiência e o documento do bem discriminado na petição inicial, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0646333-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.A.S. - REQUERIDO: A.B.P. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de conferir a competência do juízo cível em relação a tutela de urgência pleteada, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: WERITON FONTES DE LIMA (OAB 9624/AM) - Processo 0646707-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Rene Oliveira Mendes - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Divórcio Consensual. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls.1/4. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugna pela homologação do acordo, fls. 16/17. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre divorcio, nome, guarda e alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. A divorcianda voltará a usar o nome de solteira. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 10 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0646809-47.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.B. - REQUERIDO: J.M.B. - Trata-se de Ação de Revisão/Exoneração de Alimentos. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Acautelo-me, neste momento processual, de julgar o pedido de tutela antecipada, entendo que, em vista da natureza da prestação alimentar, é necessário aguardar a manifestação da parte contrária para, então, aferir se houve modificação substancial no binômio necessidade/possibilidade em relação à prestação original. Paute-se audiência de mediação e conciliação na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Intime-se o Ministério Público, em razão de interesse de incapaz (art. 698 do NCPC). Cumpra-se.

ADV: ANA CLAÚDIA DE AZEVEDO MONTEIRO (OAB 3837/AM) - Processo 0647445-13.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Roseane Velloso Praia - REQUERIDA: Maria da Salette Velloso Praia - Assim, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, noto presentes os requisitos para concessão da tutela pretendida. Portanto, DEFIRO o pedido de tutela provisória pleiteado. Expeça-se termo de curatela provisória e o termo de compromisso, com prazo de 06 (seis) meses. Dando continuidade a marcha processual, paute-se entrevista com o curatelando, para os fins do art. 751 do NCPC, citando-se e intimando-se, inclusive o Ministério Público. Caso seja necessário, realize-se a entrevista in loco. Intime-se o(a) requerente e seu patrono, advertindo que devem comparecer neste juízo com antecedência de uma hora do horário estipulado para inspeção, para auxiliar o deslocamento até o local em que se encontra o Interditando. Caso o curatelando não constitua advogado, deverá ser nomeado curador especial, nos termos do art. 752, §2º do CPC. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM) - Processo 0647759-56.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.S. - ALIMENTAND: R.D.S.C. - ALIMENTANT: R.C.L. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar comprovante de residência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0647826-21.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.G.C. - REQUERIDA: M.G.B.S. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar comprovante de residência, documentos de identificação pessoal e declaração de hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0647969-10.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: O.S.S. - REQUERIDO: W.C.S. - M.C.S. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar comprovante de residência dos requeridos, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: LEUDYANO ADEODATO VENÂNCIO (OAB 11234/AM), ADV: ELLEN ESTEFANY DE SOUZA BATISTA (OAB 11136/AM), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0649494-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: Henrique Oliveira de Souza - REQUERIDA: Pauline Michelle Maria Rodrigues Seixas de Souza - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Dando continuidade à Decisão de fls. 297, Intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15(quinze) dias.".

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: MARCUS VINICIUS DA SILVA SANTOS (OAB 7961/MA) - Processo 0651924-83.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDO: P.R.S.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte Requerida, através de seu patrono constituído, para que apresente a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: KAIO KLINGER VIANA DO NASCIMENTO (OAB 12185/AM) - Processo 0653399-74.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: M.E.M.C. - R.M.C. - REQUERIDO: M.C.S. - Cumpra-se despacho de folha 50-51 no endereço informado pelo petitório de folha 61-62. Realize-se a citação por meio de Oficial de Justiça.

ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM) - Processo 0653765-16.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.M.A.S.L. - REQUERIDO: H.O.L. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Deve comparecer à menor para oitiva em audiência. Deve a parte autora apresentar os documentos pleiteados pelo parquet às folhas 58-59. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. O requerido deve ser intimado pessoalmente, conforme pedido da promoção de folhas antecedentes. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO MACIEL ALENCAR (OAB 11735/AM) - Processo 0659028-29.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.L.B. - REQUERIDO: F.A.A.B. - Citada, fl. 82, a parte requerida quedou-se inerte, folha 83. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV: CYNTIA COSTA DE LIMA (OAB 7345/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0660519-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Zeilda da Rocha Gomes - REQUERIDO: Fabrício Funes - Luciana de Carvalho Funes - Gabriela de Carvalho Funes - Roberta Ferreira da Silva Funes - Fabiola Funes Milanesi - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM) - Processo 0660954-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria Izabel da Cunha Mendes - REQUERIDO: Valdeci Pereira de Souza - Bergson Monteiro de Souza - Eberson Monteiro de Souza - Emerson Monteiro de Souza - Robson Palheta Souza - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0661362-36.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.C.P.S. - REQUERIDO: R.S.S. - Citada, fl. 54, a parte requerida quedou-se inerte, folha 58. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA (OAB 7051/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0701002-56.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: E.S.F. - M.C.S.F. - EXECUTADO: A.A.P.F. - Acolho na integra a promoção ministerial de folhas 258-259. Á secretária para tomar as providências cabíveis. Cumpra-se.

Abel Soares de Souza (OAB 3380/AM)
Adriana Barbosa de Souza Valente (OAB 3714/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB 5300/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Agenor Carlos Sales da Silva (OAB 4757/AL)
Aguiberto Camilo Redi (OAB A202/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Vasconcelos Balderrama (OAB 13630/AM)
Alberto D'Almeida Coelho (OAB 6495/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB 920A/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Claúdia de Azevedo Monteiro (OAB 3837/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA (OAB 8307/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anne Cristina Souza de São Paulo Aguiar (OAB 24583/BA)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Augusto Cesar Santos Pantoja (OAB 5976/AM)
Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Betina Brenda Gomes Lunier (OAB 12370/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Hossaine da Silva (OAB 9931/AM)
CARLOS JAVET BRAGA BITENCOURT (OAB 107192/MG)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Célio Alberto Cruz de Oliveira (OAB 2906/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cleiton Leal Vargas (OAB 168680/RJ)
Cyntia Costa de Lima (OAB 7345/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Dalva Iracema Nascimento Cardoso (OAB 9984/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
Davidson Reis da Silva (OAB 8228/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
DENIS DE SOUZA MESQUITA (OAB 10154/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Douglas XAvier de Souza (OAB 182595/RJ)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
EDIONE KAROLINE MEIDEIROS DA SILVA DE QUEIROZ (OAB 11360/AM)
Eduardo Aurélio de Vasconcelos (OAB 1536/AM)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Eliane Lucena do Nascimento (OAB 12790/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Elisa Oliveira da Silva Bentes (OAB 11261/AM)
Elivane Ferreira da Silva (OAB 10645/AM)
Elizabeth Regina Moraes Matias (OAB 8654/AM)
Elizandra Lacerda dos Santos (OAB 8529/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Ellen Estefany de Souza Batista (OAB 11136/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
FELICIANO ALMEIDA PINHEIRO (OAB 14093/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 8136/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Gemairie Fernandes Evangelista (OAB 219/RR)
Generval Francisco Amorim da Graça (OAB 12115/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gisele Brito de Aguiar (OAB 4918/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Figueiredo Morais Toledo (OAB 188819/MG)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Helton Francisco de Sousa Carvalho (OAB 9356/AM)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Ilka Cristina di Felício Pinto da Silva (OAB 9727/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jander dos Santos Paz (OAB 10315/AM)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
Joanildes de Paula Freitas Fernandes (OAB 13911/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
Joice Mota dos Santos (OAB 12714/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
José de Ribamar Freitas Júnior (OAB 7404/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
José Raimundo Monteiro da Silva (OAB 9490/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Josué Praia Guimaraes (OAB 13647/AM)

Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juliana Timpone (OAB 296470/SP)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kaio Klinger Viana do Nascimento (OAB 12185/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Keila Nascimento Saldaña (OAB 11926/AM)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
Ladson Pereira da Silva (OAB 11039/AM)
Laíse Cavalcante Silva (OAB 9329/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Bruno Barbosa Monteiro (OAB 8570/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Leudyano Adeodato Venâncio (OAB 11234/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)
Lilian de Souza Atala (OAB 4817/AM)
Lindaurea Lira Brandão (OAB 5155/AM)
Lindáurea lira Brandão (OAB 51555AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lucas Augusto dos Santos Braga (OAB 13269/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Lucia Porto Veiga Malavasi (OAB A485/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 1079A/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Lysson Alcântara Barroso (OAB 9208/AM)
Maiara Brito de Araujo (OAB 14491/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo dos Santos Braga (OAB 12624/AM)
Marcos Paulo Maciel Alencar (OAB 11735/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
MARCUS VINICIUS DA SILVA SANTOS (OAB 7961/MA)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Marina Kleimpaul (OAB 49732/SC)
Mário Célio Oliveira de Souza (OAB 4346/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Mayra Rejane Moreira Mendonça (OAB 12108/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Nadla Cristina Lopes Fernandes (OAB 3256/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nayana Tayllen Paes de Lima Oliveira (OAB 13851/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Nilson de Jesus Ferreira (OAB 2799/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)
Nina Brandao Siqueira (OAB 9012/AM)
OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Junior (OAB 7155/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Ozene Farias da Silva (OAB 9335/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Patrick Portela da Silva (OAB 14219/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Peterson Gustavo Germano Motta (OAB 7051/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Azevedo Pereira (OAB 2186/AM)
Raimundo Nonato Nogueira (OAB 1417/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael de Assis Cavalcante (OAB 14251/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Raquel Tavares Neves (OAB 13315/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Reberth da Silva Costa (OAB 8817/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberta Cunha dos Santos (OAB 14086/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Sérgio Ricardo Pereira de sales (OAB 8927/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)
Sueli Silva Luz (OAB 9154/AM)
Sylvia da Costa Negrão (OAB 1972/AM)
SYLVIA INES BARBOSA FERREIRA FREITAS (OAB 13324/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Tayanne Pires César (OAB 9977/AM)
Themístocles Arthemis Rodrigues Brandão (OAB 10681/AM)
Thiago de Paula Andrade Miranda (OAB 7850/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Thiago Nascimento de Brito e Silva (OAB 9643/AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Valmir Maurillo Torres (OAB 3894/AM)
Vanessa Cardoso (OAB 947A/AM)
Vanessa Doroteia Batista da Silva (OAB 7501/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Vívian Karla Gomes da Silva Gonzaga (OAB 5671/AM)
Waldenir de Souza Vieira (OAB 4479/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wanderlann Vieira de Souza (OAB 585/AM)
Weriton Fontes de Lima (OAB 9624/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Yngrid Ventilari de Figueiredo Bezerra (OAB 4658/AM)
Yzelia Lira de Paula (OAB 9789/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0191/2019

ADV: ANNE GIZELE BULCÃO DA SILVA (OAB 10334/AM), ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM) - Processo 0201956-67.2009.8.04.0001 (001.09.201956-1) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: JOÃO PAULO ALEXANDRE DE SOUZA LIMA - Diante da manifestação da requerida, questionando o endereço informado pelo requerente, em Autazes, bem como a informação da existência de processos de execução de alimentos, vista ao patrono do requerente para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Ao término do prazo vista ao Ministério Público.

ADV: RAQUEL RAIMUNDA BATISTA BRAGA (OAB 772/AM) - Processo 0204151-83.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: I.G.V.R. e outro - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria) Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do não cumprimento do mandado de fls. 155, indicando o endereço do réu, com pontos de referência e detalhes sobre o local, e/ou, se assistido pela Defensoria Pública, realizar consultas junto ao sistema INFOSEG.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0210572-79.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: L.L.S. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM), ADV: YOLANDA ANA EDELMAN (OAB 1319/AM) - Processo 0211965-83.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: L.F.S.V. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: GABRIELA SAMARA DE OLIVEIRA TRAVASSOS (OAB 9504/AM), ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM) - Processo 0215467-20.2018.8.04.0001 (processo principal 0639083-27.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Transação - REQUERENTE: Luciana da Rocha Gomes - REQUERIDO: A.M.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: WANDERLENE LIMA FERREIRA LUNGAREZE (OAB 2459/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0218763-16.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: C.V.S.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0224635-46.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: V.S.C.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0237170-75.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.A.M.M. - REQUERIDA: A.R.V. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0244447-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERIDO: W.A.J. e outro - Trata-se de ação onde se busca a declaração de União Estável com pessoa já falecida, tendo como postulante a Sra.FELIPE DE LIRA NERI. Foram anexados os documentos pessoais relativos ao requerente, a falecida e aos filhos. Procedimento devidamente instruído, com oitiva das partes envolvidas. O relatório, no essencial. A união estável, como entidade familiar, encontra-se consagrada na legislação infraconstitucional (código civil), bem como na Constituição Federal, em especial no seu art. 226, §3º: "Art. 226 - omissis §3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento." Da instrução processual, ficou evidenciado que, de fato, a parte autora e o falecido viveram como se casados fossem, configurando assim, a união estável. Inclusive há diversos registros fotográficos de convivência do autor com a falecida (fls.18/28). Segundo a exordial, o casal não teve filhos, mas os filhos da falecida decorrentes do casamento anterior não contestaram a ação e todas as testemunhas arroladas pelo requerente e ouvidas em audiência confirmam a convivência dos envolvidos como se casados fossem. Pelo que se tem, assim, não há como se deixar de reconhecer a existência de união estável entre a requerente e o falecido companheiro. Os elementos essenciais caracterizadores estão presentes, quais sejam, convivência familiar pública prolongada, reforçada pela existência de filhos e ausência de prova de que outro fosse o estado civil do falecido que não o de convivente. Ponderada a situação, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE, a demanda, nos termos do art.487, I, do CPC, e declaro a união estável entre FELIPE DE LIRA NERI e DILSA MADALENA ALVES DE AMORIM, na forma requerida na exordial, para todos os efeitos legais. Sem custas. Deferida a gratuidade judiciária. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE (OAB 10174/AM) - Processo 0247761-43.2009.8.04.0001 (001.09.247761-6) - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXECUTADO: A.L.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0600624-19.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: D.V.P. e outro - Vista ao patrono do exequente para informar qual órgão do estado deverá ser intimado pelo juízo para arcar com as custas da tradução. 05 (cinco) dias.

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM), ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0602796-65.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: RAIMARA FERNANDA CARVALHO DE ARAUJO e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0604134-40.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: Alan de Souza Cruz - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Conciliação para o dia 04/12/2019 às 08:00h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0606795-26.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: I.S.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0612240-88.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: S.E.S.A. - Cumprimento de sentença - obrigação de fazer. Venda do imóvel e partilha do valor. Intimação. Ausência de defesa. O relatório, no essencial. Ponderada a situação, verifica-se que o requerido não está suficientemente empenhado em cumprir o combinado - venda do imóvel e partilha do valor -, uma vez que possui uso exclusivo do bem, segundo a requerente. Fácil perceber que a situação, como está, apresenta-se favorável ao requerido, em prejuízo da requerente. Por outro lado, não ficou estabelecido quem venderia o imóvel, mas resta claro que aquele que se encontra na posse tem mais facilidade. Apesar de intimado, o requerido não apresentou defesa. Diante disso, expeça-se mandado de desocupação do imóvel no prazo de 15 (quinze) dias. Caberá à requerente a administração e venda do imóvel no prazo máximo de 06 (seis) meses. Intimem-se.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0625982-83.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: E.B.S. - Execução de alimentos com pagamento da dívida. Extinção, com fundamento no art. 924, II do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM) - Processo 0635525-52.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.H.V.C. e outro - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria), intime-se a parte interessada acerca da expedição da carta precatória, a fim acompanhar o cumprimento da diligência perante o juízo deprecado e, bem assim, cooperar para que o prazo fixado seja observado.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0643234-70.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: L.P.S. - Dê-se vista ao patrono do exequente para oferecimento de impugnação à justificativa, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
ANNE GIZELE BULCÃO DA SILVA (OAB 10334/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Gabriela Samara de Oliveira Travassos (OAB 9504/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Luiz Augusto de Souza Andrade (OAB 10174/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Raquel Raimunda Batista Braga (OAB 772/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Wanderlene Lima Ferreira Lungareze (OAB 2459/AM)
Yolanda Ana Edelman (OAB 1319/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0083/2019

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM), ADV: SUSAN BRENDA HASSAN MATOS (OAB 14305/AM), ADV: PAULA ADRIANA PIRES (OAB 208603/SP), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0245316-08.2016.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.O.D. - REQUERIDO: A.B.A. - Defiro o pedido formulado às fls. 65 e às fls. 72/73, fixe-se data para audiência de conciliação a ser realizada neste Juízo durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019 Intime-se a parte requerente, por seu advogado, e a parte requerida, por Carta Precatória. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM) - Processo 0637681-03.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: H.C.M. e outro - Em tempo, defiro os benefícios da justiça gratuita. Ante o teor da petição de fls. 24, à Secretaria, para as providências cabíveis. Cumpra-se, com urgência.

Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Paula Adriana Pires (OAB 208603/SP)
Susan Brenda Hassan Matos (OAB 14305/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA MARIA DE OLIVEIRA DIÓGENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LORENA PONTES DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0105/2019

ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM) - Processo 0860502-56.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: Jose Maria Assis Bezerra Filho - DECISÃO R.Hoje Ao perlustrar o bojo processual, bem como os documentos colacionados, verifico que de fato o bloqueio dos ativos financeiros da parte Executada recaiu sobre numerário que se encontrava depositado em sua conta-poupança (págs. 17 e 19), os quais são inferiores a 40 (quarenta) salários mínimos, logo este Juízo reconhece que a constrição judicial merece ser desconstituída, sob a égide do art. 833, Inciso X, do Código de Processo Civil 2015, vejamos: “Art. 833. São impenhoráveis: [...] X- a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos;” (g.n). A propósito, seguindo essa linha de entendimento, tem os tribunais manifestado-se da seguinte forma: “Ementa: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - EXECUÇÃO FISCAL - BLOQUEIO

DE VALOR EM CONTA-CORRENTE DA EXECUTADA POR MEIO DO CONVÊNIO BACENJUD - VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA E VALORES DEPOSITADOS EM CONTA POUPANÇA - IMPENHORABILIDADE COMPROVADA - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL , ART. 649 , IV E X . - AGRG NÃO PROVIDO. 1. Consoante disposto no art. 649 , IV e X do CPC , proventos de aposentadoria e depósitos em contas de poupança, estes até o limite de 40 salários mínimos, são absolutamente impenhoráveis. Pressupõe-se, na forma da lei (que não ostenta margem interpretativa), que o salário, bem como a aposentadoria, presta-se à "subsistência" ou de "manutenção da dignidade" do executado. Precedentes da T7/TRF1. 2. "Embora legítimo o bloqueio de valores, via sistema BACEN-JUD (Lei 11.382 /2006), tal intervenção estatal não pode alcançar verba de natureza alimentar ou que garanta, por exemplo, o tratamento de saúde do executado" (AGA 2008.01.00.011375-0/MG, Rel. Desembargador Federal Reynaldo Soares da Fonseca, Sétima Turma, e-DJF1 p.444 de 26/06/2009). 3. Agravo Regimental não provido. TRF-1 - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO AGA 512338020144010000 (TRF-1). Data de publicação: 05/12/2014." (g.n). Dessa forma, da simples leitura das normas acima delineadas, extrai-se que, as verbas depositadas em caderneta de poupança, até quarenta salários mínimos, são impenhoráveis, e estando devidamente comprovado no feito, por meio dos documentos comprobatórios que o prefalado bloqueio judicial, trata-se de importância acobertada pelo instituto da impenhorabilidade, no caso, o valor de R$ 1.255,73 (mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos), conclui-se que a restrição judicial recaiu de fato sobre conta-poupança da Excipiente. Assim, hei por bem em DETERMINAR o desbloqueio dos ativos financeiros da parte Executada, qual seja, a penhora efetivada na agência da Caixa Econômica Federal, e como consequência a imediata liberação do numerário constrito. Destarte, não obstante este Juízo tenha deferido o desbloqueio da constrição judicial, deverá a parte Executada dirigir-se ao setor da Prefeitura de Manaus, para o adimplemento do débito tributário em Execução Fiscal, sob pena de penhora pelo sistema do RENAJUD e do imóvel. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

Samarah Serruya Assis (OAB 6531/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA MARIA DE OLIVEIRA DIÓGENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LORENA PONTES DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0106/2019

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: VITOR MENDONÇA DE SOUZA VIEIRALVES (OAB 7102/AM) - Processo 0203131-81.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0821532-60.2010.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Dívida Ativa - EMBARGANTE: Edgar de Xerez Vieiralves - DECISÃO Processo nº: 0203131-81.2018.8.04.0001 Classe: Embargos À Execução Fiscal Embargante: Edgar de Xerez Vieiralves Embargado: Município de Manaus Ao compulsar o bojo processual, constato que na Ação de Execução Fiscal n. 0000281-29.2004, que ensejou este incidente processual, não consta a efetiva garantia do Juízo visto que o valor depositado (fls. 48/49) não corresponde ao valor atualizado do débito exequendo. Nesses termos, hei por bem em determinar a intimação da parte Embargante/Executada para que proceda, no prazo de 10 (dez) dias, a complementação do depósito, para que o mesmo represente a integralidade da garantia que é condição de procedibilidade dos Embargos à Execução Fiscal, nos exatos nos termos do art. 16, § 1º, da Lei nº 6.830/80. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: SIMONE DOS SANTOS SANTANA (OAB 12082/AM) - Processo 0609640-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Seaton Kirt Downer - Decisão R. Hoje. Digam as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que ainda desejam produzir nestes autos. Na hipótese de não manifestação ou não interesse na dilação probatória, voltem-me os autos conclusos para que o processo seja julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM) - Processo 0612453-02.2014.8.04.0001 - Cautelar Fiscal - Caução - REQUERENTE: MARMUD CAMELI & CIA LTDA - R. Hoje. Dê-se vista à Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do seu interesse no prosseguimento do feito. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0629004-81.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0619367-09.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Banco Bradesco S/A - Decisão R. Hoje. Tendo em vista que os Embargos à Execução Fiscal, funcionam como verdadeira ação autônoma, possuindo as mesmas condições e regras processuais ao processo de conhecimento, conforme disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, hei por bem determinar a intimação das partes para, no prazo legal, indicarem as provas que ainda pretendem produzir nestes autos. Na hipótese de não interesse na dilação probatória, o processo será julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VERANICE MELLO DA FROTA (OAB 2611/AC) - Processo 0632972-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Nelcimar Ferreira da Silva - Feitas tais considerações, determino a intimação da(o) Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a emenda da inicial, corrigindo o polo passivo, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 321 e parágrafo único, do Novel Código de Processo Civil. Por oportuno, intime-se, igualmente, o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, ante o fundamento do art. 330, III, do Código de Processo Civil, sob pena de indeferimento da peça, a fim de que o valor da causa seja estabelecido no montante referente ao pedido de natureza tributária. Quanto ao pedido de Gratuidade Judiciária, constato que a parte não colacionou aos autos, documento hábil para comprovar sua hipossuficiência. Desta feita, intime-se o Requerente para, no mesmo prazo determinado acima, juntar nos autos documentos que provem sua hipossuficiência financeira. Cumpra-se

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0646821-61.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0853989-72.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - REQUERENTE: Otaviano Alves Magalhães Junior - R.Hoje. Proceda-se a intimação do Ente Municipal para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos à Execução Fiscal apresentados, na forma a que alude o art. 17 da Lei n° 6.830/80, bem como em relação ao bem imóvel nomeado para fins de garantia a ação executiva. Ademais, considerando que o bem ofertado está centrado na garantia da execução fiscal, determino, ainda, que o Executado então Embargante seja intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, fazer a juntada aos autos executivos do imóvel dado em garantia. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0648115-51.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0839792-15.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Otaviano Alves Magalhães Junior - R.Hoje. Proceda-se a intimação do Ente Municipal para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos à Execução Fiscal apresentados, na forma a que alude o art. 17 da Lei n° 6.830/80, bem como em relação ao bem imóvel nomeado para fins de garantia a ação executiva. Ademais, considerando que o bem ofertado está centrado na garantia da execução fiscal, proceda-se a intimação do Executado então Embargante para, no prazo de 05 (cinco) dias, fazer a juntada aos autos executivos do imóvel dado em garantia. Determino, ainda, que a Secretaria proceda com a suspensão da Ação de Execução Fiscal n. 0839792-15.2015.8.04.0001, até o julgamento da decisão definitiva deste Incidente Processual, sob a égide do art. 151, Inciso II, do Código Tributário Nacional. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0648118-06.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0800162-44.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução -

Extinção da Execução - EMBARGANTE: Otaviano Alves Magalhães Junior - R.Hoje. Proceda-se a intimação do Ente Municipal para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos à Execução Fiscal apresentados, na forma a que alude o art. 17 da Lei n° 6.830/80, bem como em relação ao bem imóvel nomeado para fins de garantia a ação executiva. Ademais, considerando que o bem ofertado está centrado na garantia da execução fiscal, proceda-se a intimação do Executado então Embargante para, no prazo de 05 (cinco) dias, fazer a juntada aos autos executivos do imóvel dado em garantia. Determino, ainda, que a Secretaria proceda com a suspensão da Ação de Execução Fiscal n. 0800162-44.2018.8.04.0001, até o julgamento da decisão definitiva deste Incidente Processual, sob a égide do art. 151, Inciso II, do Código Tributário Nacional. Cumpra-se. Intime-se.

Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Simone dos Santos Santana (OAB 12082/AM)
Veranice Mello da Frota (OAB 2611/AC)
Vitor Mendonça de Souza Vieiralves (OAB 7102/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO (AUDIÊNCIA)

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais INTIMA O(S) RÉU(S) abaixo mencionado(s), conforme preceitua o art. 361, CPP, com prazo de 15 dias, para constituir advogado, no prazo de 10 dias, a fim de que tome(m) ciência e compareçam a audiência de instrução e julgamento;

Nº do Processo: 0249799-23.2012.8.04.0001
Réu: José Ribamar Moreira, filho de Cleto Bernardino e Helena Moreira da Silva
Audiência: 03/10/2019 às 12h

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0628664-40.2019
Denunciado(a)(s): Sara Regina da Silva Cintra, filha de Hudson Rogedo Cintra e Francisca das Chagas da Silva Cintra.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0192/2019

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0210568-52.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Vanderson Xavier Lira e outro - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 13/09/2019 às 11:30h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Daniel Crespo Lins Assistente Judiciário

ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM) - Processo 0247413-20.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Gizele da Silva Lacerda e outro - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 13/09/2019 às 11:00h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Daniel Crespo Lins Assistente Judiciário

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM), ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM) - Processo 0619798-43.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606666-16.2019.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luan Cruz de Souza e outros - Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do indiciado Luan Cruz de Souza (fls. 204/217). Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável ao pedido (fls.219/220). Relatado. DECIDO. De fato assiste razão ao MP, porquanto entre a data da decisão judicial que decretou a prisão preventiva do denunciado-requerente e a data do pedido de revogação, não houve qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento do juízo permanece pela manutenção da prisão do acusado, em razão de seus antecedentes criminais, e a presença de indicios de autoria e materialidade, de tal forma que apenas se houver alteração das circunstâncias devidamente demonstrada nos autos ou decisão judicial do segundo grau de jurisdição será possível a modificação do status libertatis do indiciado. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls.204/217) de revogação da prisão preventiva de Luan Cruz de Souza. Intime-se. Aguarde-se a realização de AIJ já designada nos autos. À secretaria para as providências necessárias. P.R.I. CUMPRA-SE. Manaus, 10 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0623630-84.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: M.C.M.A. - H.S.A. - DECISÃO Vistos estes autos, Cuida-se de pedido revogação de prisão preventiva formulado pela defesa de Hélio de Souza Albano, sob o argumento da ausência do periculum libertatis. Com vistas, o Representante do Ministério Público manifestou-se favorável ao pedido. Relatado. DECIDO. Destarte, numa análise percuciente dos presentes autos, verifico que foi decretada a prisão preventiva, e expedido o competente Mandado, o qual foi cumprido às fls. 63-67, em 20/08/2019. Decorrido mais de 02 (dois) meses, após a expedição do Mandado de Prisão, a Autoridade Policial não enviou o Inquérito Policial até o presente momento. No mais, nada existe nestes autos que faça presumir que o nacional, em liberdade, possa frustrar a instrução criminal ou acarretar perturbações que dificultem o prosseguimento do feito ou a colheita de provas. Diante disso, entendo que inexistem nos autos quaisquer motivos que autorizariam a manutenção da decretação da prisão preventiva, que, por imperativo constitucional tem o direito de responder ao processo em liberdade, visto que esta é a regra em nosso Ordenamento Jurídico vigente (princípio da não culpabilidade antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória). Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do nacional Hélio de Souza Albano, nos termos do art. 316 do CPP, aplicando-lhe, no entanto, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca

de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização do juízo competente. Estendo o inteiro teor desta decisão, pelos mesmos fatos e fundamentos, ao nacional Mauro César Machado Albano, determinando o recolhimento do mandado de prisão. Redistribua-se. Int. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0623955-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Idenilson Santos da Silva - Decido. Compulsando os autos, de fato, verifica-se que neste caso concreto, por circunstâncias que não podem ser imputadas ao réu ou à sua Defesa Técnica, a manutenção da prisão cautelar do réu preso escapa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que, eventualmente, legitimam, em defesa da sociedade, o elastério dos prazos processuais. Com efeito, na hipótese ora sub judice, está configurada a ilegalidade que exsurge do desarrazoado excesso de prazo para o término da instrução probatória, sendo evidente que a defesa em nada contribuiu para o referido alongamento e inexistem incidentes que possam justificar a dilação do prazo e a manutenção da prisão processual do réu, em flagrante desrespeito aos princípios da excepcionalidade e da brevidade da medida extrema do ergastulamento cautelar. O constrangimento se torna ainda mais evidente se constatarmos que a instrução probatória não se encerrou por falha do próprio Estado, haja vista que foi expedido ofício (vide fl. 113) requisitando os policiais que deveriam ser inquiridos em juízo e estes não compareceram e nem justificaram a sua ausência. Pelas razões acima declinadas, com fulcro no art 5º, LXV, da Constituição Federal, RELAXO a PRISÃO decretada em desfavor do acusado: IDENILSON SANTOS DA SILVA. Expeça-se o alvará de soltura, colocando-o incontinente em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Lavre-se, ainda, Termo de Compromisso, ficando o réu advertido de que a não observância das cláusulas contidas no referido termo poderá ensejar nova decretação de prisão preventiva. Intime-se, no momento do cumprimento do alvará de soltura para audiência já designada. Intimem-se. Cumpra-se.

Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB 2030/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0249/2019

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: DIMAS FONSECA PEREIRA (OAB 8765/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM) - Processo 0208280-63.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: AGNO DA CUNHA BARROS - DANIEL RIBEIRO COIMBRA - PAULO HENRIQUE MATOS DACIO - LUCAS DE BRITO PEREIRA - Erik Santos Lobão - Fabio Canaquia de Oliveira e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 23/09/2019 às 08:30h.

ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM) - Processo 0215673-73.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Amanda dos Santos Candeira - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 19/09/2019 às 08:15h.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0223445-87.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Danilso Alfaia dos Santos - Arnaldo Melo de Oliveira e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 24/09/2019 às 08:45h.

ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM) - Processo 0231319-26.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Adriana Pantoja Almeida - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 24/09/2019 às 08:30h.

ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM) - Processo 0610908-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson Gustavo Viana da Silva e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 23/09/2019 às 08:15h.

ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM), ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM) - Processo 0610908-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson Gustavo Viana da Silva e outro - Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido e mantenho a prisão preventiva do acusado Anderson Gustavo Viana da Silva.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0637846-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Rennan Correa Pacheco - Caroline Barroso da Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 23/09/2019 às 09:15h.

Adel dos Santos El Ghaoui (OAB 4838/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Dimas Fonseca Pereira (OAB 8765/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Helen Leão Braga (OAB 13406/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Márcia Regina Pacheco Oliveira (OAB 14067/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0206/2019

ADV: WAGNER LIMA DA COSTA (OAB 9985/AM) - Processo 0206234-62.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0600175-33.2019.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: J.R.S.M. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0210746-

35.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: Vicente de Paula Machado Albuquerque - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Vicente de Paula Machado Albuquerque - INTIMADO EM CARTÓRIO para comparecer à audiência designada para 30/10/2019 às 11:00h, conforme se demonstra às fls. 93/94. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Fabiola Vieira Lobato, NOTIFICADA, conforme os itens 102/103.

ADV: DEYSE RAMAIANE SANTOS DE SOUZA (OAB 12601/AM) - Processo 0212964-31.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: C.A.A.V.V. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, CLENILTON ALVES DE ALMEIDA - INTIMADO EM CARTÓRIO para comparecer à audiência designada para 30/10/2019 às 12:45h, conforme se demonstra às fls. 154. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA E REPRESENTANTE LEGAL CRISONETE SOUZA MELO - Esta Secretaria expediu carta Precatória e aguarda retorno, conforme fls. 155.

ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM) - Processo 0253464-76.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: S.C.N. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Samuel de Carvalho Nascimento - INTIMADO EM CARTÓRIO, para comparecer à audiência designada para 30/10/2019 às 11:00h, conforme se demonstra às fls. 94. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA Jeferson Seda Ocampo, considerando a necessidade sua oitiva, pugnou pela condução coercitiva, conforme fls. 82, para comparecer à audiência designada para 30/10/2019 às 11:00h. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Andreia Laura de Araujo - considerando a necessidade da oitiva, pugnou pela condução coercitiva, para comparecer à audiência designada para 30/10/2019 às 11:00h, conforme fls. 82.

ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM) - Processo 0500550-69.2008.8.04.0001 (001.08.500550-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: A.A.F.F. - Ante o exposto, INDEFIRO a promoção ministerial de fl. 205.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0627411-17.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: O.L.A. - Deste modo, paute-se, com brevidade, Audiência de Instrução e Julgamento, com as intimações necessárias. Sendo o caso, expeçam-se as Cartas Precatórias pertinentes, de tudo dando ciência ao Ministério Público, ao Assistente da Acusação, se houver, e ao Defensor do Réu.

Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Deyse Ramaiane Santos de Souza (OAB 12601/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Glen Willde do Lago Freitas (OAB 4160/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
Wagner Lima da Costa (OAB 9985/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0205/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0235952-80.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.C.R.M. - A Doutora Articlina Oliveira Guimarães, MM. Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentesda Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, o(a) denunciado(a) MAIKO CÉSAR RIBEIRO MATHEUS, atualmente revel, com endereço em local incerto e não sabido, a comparecer perante este Juízo Avenida Paraíba, s/n, Fórum Henoch Reis, 4º Andar / Setor 3, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5057, Manaus-AM - E-mail: 2vara.crianca@tjam.jus.br". A fim de constituir novo advogado (a), no prazo de 20 (vinte) dias, conforme art. 257, III, do Código de Processo Civil.

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: DAVID DA SILVA BENAYON (OAB 7958/AM) - Processo 0231606-96.2008.8.04.0001 (001.08.231606-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: E.F.C. - Assim, não tendo a Defesa demonstrado a relevância do depoimento da referida testemunha, INDEFIRO o requerimento de fls. 170/171 e declaro encerrada a instrução processual. Aguarde-se a apresentação dos Memoriais pelo Ministério Público e Defesa, conforme determinado à fl. 167.

ADV: HELLEN DA SILVA LIMA DE FREITAS (OAB 10961/AM) - Processo 0657072-75.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.O.S.F. - Intime-se, pela segunda vez, via Diário da Justiça Eletrônico - DJE, a Advogada HELLEN DA SILVA LIMA DE FREITAS, OAB/AM 10.961, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar alegações finais em forma de memoriais, sob pena de aplicação de multa e comunicação à OAB/AM pelo abandono injustificado da causa, conforme autoriza o Art. 265 do Código de Processo Penal. Persistindo a inércia da Advogada, intime-se o Réu para, no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo Defensor, voltando os autos conclusos para decisão. À Secretaria para as providências.

David da Silva Benayon (OAB 7958/AM)
Hellen da Silva Lima de Freitas (OAB 10961/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0266/2019

ADV: JOSÉ FERNANDO DE OLIVEIRA GARCIA (OAB 2105/AM), ADV: RAYANNY SILVA SIQUEIRA (OAB 7325/AM) - Processo 0618140-57.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS - IPAAM - EXECUTADO: Grêmio Recreativo dos Telefônicos - Considerando que a informação da Exequente que o CNPJ da Executada encontra-se BAIXADO perante a Receita Federal (fls. 80), evidente que a mesma não possui capacidade em ser parte (art. 76 c/c art. 313,I, ambos do CPC) DETERMINO a intimação da Exequente para emendar a inicial e apresentar os legitimados, sob pena de extinção por abandono.Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JOSÉ FERNANDO DE OLIVEIRA GARCIA (OAB 2105/AM), ADV: RAYANNY SILVA SIQUEIRA (OAB 7325/AM) - Processo 0618140-57.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS - IPAAM - EXECUTADO: Grêmio Recreativo dos Telefônicos - Autos n.º 0618140-57.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos., ASSUMO hoje, Trata-se de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL as fls., 1/8, ingressa pelo INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS- IPAAM, em desfavor do GRÊMIO RECREATIVO DOS TELEFÔNICOS, por decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (TACA), nos autos dos processos administrativos nºs 2490/T/10 e 2491/T/10-IPAAM. PETITÓRIO as fls. 91/93, o Exequente apontou que foi intimado para emendar a exordial, para que apresentasse os legitimados passivos, tendo em vista a situação cadastral do EXECUTADO, Ente Moral, que se encontra "BAIXADO" perante a Receita Federal. Nesse cotejo, o Exequente apresentou o Sr. ORLANDO PEREIRA DE MELO FILHO, devidamente identificado, ora representante de legal à época. Ao final pugnou pela continuidade da execução, bem como, o imediato bloqueio ao crédito do Novo Exequendo e demais atos. É a síntese dos fatos. DECIDO "Ab initio", o PETITÓRIO DO ÓRGÃO AMBIENTAL as fls., pugna pela mudança do Exequendo, no entanto, OBSERVO as fases do procedimento de dissolução abrange, em síntese, as etapas de liquidação (para solução gradual de pendências administrativas e financeiras dos negócios da sociedade); de pagamento (com a eliminação do passivo) e, em havendo sobras, de partilha do remanescente entre os sócios. Depois de concluída, pelo menos, a etapa de liquidação (com a realização do ativo e o pagamento do passivo) pode-se concluir pela extinção regular da pessoa jurídica. Desse modo, até a conclusão da liquidação não há falar em extinção da personalidade jurídica. No caso, houve o registro do distrato social, porém sem qualquer referência à fase de liquidação, que representa a apuração do ativo e o pagamento do passivo, motivo pelo qual à época do ajuizamento da execução fiscal não é possível concluir que a empresa já se encontrava extinta. É importante denotar que o Exequente sequer comprovou a certidão de baixa do ente moral junto a Receita Federal, igualmente, não apresentou comprovação de extinção junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas. A jurisprudência é pacífica nesse sentido: EMENTA: EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA DEMANDADA. BAIXA JUNTO À RECEITA FEDERAL. ATIVIDADE CERTIFICADA PELO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS. Caso em que a pessoa jurídica foi baixada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, mas não foi extinta no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme certificado pelo registrador. Permanência da pessoa jurídica na lide, e validade dos atos processuais praticados e das manifestações feitas nos autos. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70079626388, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 14/03/2019). "Ex positis", DEIXO DE ACOLHER a petição do Exequente, em razão das informações estarem incompletas. A Secretaria para as providencias necessárias. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 31 de julho de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

José Fernando de Oliveira Garcia (OAB 2105/AM)
Rayanny Silva Siqueira (OAB 7325/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0267/2019

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0227982-34.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Ederme Rodrigues Veras - Autos n.º 0227982-34.2011.8.04.0001 -

ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM), ADV: MESSI ELMER VASCONCELOS CASTRO (OAB 9910/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: MATHEUS ANTUNES OLIVEIRA (OAB 10969/AM), ADV: LEANDRO OLAVO DA COSTA (OAB 10565/AM), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM), ADV: ABDALLA ISAAC SAHDO JÚNIOR (OAB 2207/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM), ADV: ROBERTO ROSSI REIS (OAB 7316/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: CINTHIA PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 9797/AM), ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM) - Processo 0231706-07.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: S.C.G. - A.P.G. - J.C.T. - R.G.S. - V.J.P. - P.S.V. - P.S.L.S. e outros - Autos n.º:0231706-07.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO RECEBO hoje, PAUTEM-SE audiências de instrução e julgamento para os dias 16, 18 e 23 de outubro, e ainda, o dia 13 de novembro de 2019. INTIMEM-SE os denunciados e as testemunhas arroladas pelas partes. NOTIFIQUE-SE o Ministério Público e os patronos dos réus. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 10 de setembro de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0238402-25.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Genesis Teennesis dos Santos Pisango - Autos n.º:0238402-25.2016.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Compulsando os autos, verifico que carta de intimação voltou negativa. Vista ao Ministério Público para que, no prazo de dez dias, manifeste-se acerca de fls. 89. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0240740-16.2009.8.04.0001 (001.09.240740-5) - Inquérito Policial - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - APENADO: PONTA NEGRA TRANSPORTE LTDA - TRANSMANAUS - Autos nº.:0240740-16.2009.8.04.0001 - Inquérito Policial DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, VERIFICO erro material ocorrido na SENTENÇA prolatada à fl. 212, em que se verifica a omissão em relação ao nome de uma das partes deste processo, de forma a discordar da quantidade de partes requeridas elencadas na Promoção Ministerial à fl. 148. DETERMINO a RETIFICAÇÃO do nome da parte requerida, conforme se segue: Onde se Lê: "JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos acusados Ponta Negra Transporte LTDA Transmanaus, representado por Roger Anzawa Mastop Muniz, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra.", Leia-se: "JULGO EXTINTA

A PUNIBILIDADE dos acusados Ponta Negra Transporte LTDA Transmanaus, representado por Roger Anzawa Mastop Muniz e do acusado Daniel Cardoso dos Santos, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra.". Após o trânsito julgado, dê-se a baixa da parte e arquive-se o feito. PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 09 de setembro de 2019. [Assinatura digital] Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0613627-70.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Henrique da Silva dos Anjos - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0626167-53.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADA: Beatriz Jordana Peixoto Manchesky - DESPACHO Recebo hoje no estado em que se encontra. Acolho a Promoção Ministerial às pág. 19. PAUTE-SE audiência preliminar de Transação Penal, a ser realizada na sala de audiência desta Vara Especializada do Meio Ambiente - VEMA. JUNTEM-SE as certidões de antecedentes criminais. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. NOTIFIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 10 de setembro de 2019

ADV: JOÃO SILVÉRIO TUNDIS VITAL (OAB 3215/AM) - Processo 0627043-81.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fauna - RÉU: RAIMUNDO NOGUEIRA DA SILVA - Autos nº:0627043-81.2014.8.04.0001 DESPACHO Considerando a promoção ministerial de fl. 98, dando conta de que o Acusado encontra-se em lugar incerto e não sabido, DETERMINO sua citação por edital, com prazo de 30 dias. CUMPRA-SE. Manaus, 10 de setembro de 2019. Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0635835-48.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADA: Ane Caroline Ferreira André - DESPACHO Recebo hoje no estado em que se encontra. Acolho a Promoção Ministerial às pág. 43. PAUTE-SE audiência preliminar de Transação Penal, a ser realizada na sala de audiência desta Vara Especializada do Meio Ambiente - VEMA. JUNTE-SE as certidões de antecedentes criminais. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. NOTIFIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 10 de setembro de 2019

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0642252-85.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADA: Michele Alves Ribeiro - Autos nº:0642252-85.2017.8.04.0001 DESPACHO RECEBO hoje. Considerando o disposto na promoção ministerial de fls. 96, DETERMINO a citação da ré por edital, com prazo de 30 dias. Logo após, voltem-me os autos conclusos. CUMPRA-SE. Manaus, 10 de setembro de 2019. [Assinatura Digital] Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito da VEMA

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646406-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Da Poluição - INDICIADO: Cassia Tamires Ponte de Souza - Eireli (gastrobar) e outro - Recebi hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Procedimento Investigatório Criminal (pic-mp), em desfavor das partes ora indiciadas, Alessandro Rodrigo Loureiro de Sousa, e empresa Cassia Tamires Ponte de Souza - Eireli (gastrobar), como incurso nas penas descritas no art. 60, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, oriundo da Promoção Ministerial às pág. 1/4, oferecida pela 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - Ministério Público do Estado do Amazonas. Fato ocorrido em 20/05/2019. Paute-se audiência preliminar de transação penal, intimando-se as partes ora indiciadas, Alessandro Rodrigo Loureiro de Sousa e, empresa Cassia Tamires Ponte de Souza - Eireli (gastrobar), nos termos do art. 68, da Lei n.º 9099/95. Expeçam-se as certidões de antecedentes criminais Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus(AM), 04 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646424-02.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Francisco Carlos Dias de Souza - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646425-84.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Luis Alexandre dos Santos Pereira - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646426-69.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Reinando Mareco Sena - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646427-54.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Francisco Oliveira Brandão e outro - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646701-18.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Waldo Gomes Carvalho e outro - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 228/2019, lavrado em 26/08/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Manoel Carvalho Costa e Waldo Gomes Carvalho, por suposta prática do delito previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/44 nos Autos. Fato ocorrido em 26/08/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. ExpeçaM-se as Certidões de Antecedentes Criminais. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 04 de setembro de 2019.

(Sem Patrono) (OAB /AM)
Abdalla Isaac Sahdo Júnior (OAB 2207/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Cinthia Pereira de Souza Lima (OAB 9797/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
João Silvério Tundis Vital (OAB 3215/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Leandro Olavo da Costa (OAB 10565/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Matheus Antunes Oliveira (OAB 10969/AM)
Messi Elmer Vasconcelos Castro (OAB 9910/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Roberto Rossi Reis (OAB 7316/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0270/2019

ADV: CARLOS ANDRÉ LIUZZI GOMES (OAB 4360/AM), ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0237966-76.2010.8.04.0001 (001.10.237966-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - INDICIANTE: 50.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - RÉU: Milton de Lima Torres - Autos nº:0237966-76.2010.8.04.0001 ClasseAção Penal - Procedimento Ordinário AssuntoCrimes contra a Flora DESPACHO Dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se. Manaus, 11 de outubro de 2018. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito

Carlos André Liuzzi Gomes (OAB 4360/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0273/2019

ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM) - Processo 0240352-06.2015.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - INDICIADO: Pedro Nel Tamayo - NOTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO (Audiência Preliminar) O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Adalberto Carim Antonio, Digníssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara Especializada do Meio Ambiente, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, nos termos prolatado(a) no(a) Despacho à(s) pág.(s). 58, datada de 07 de Março de 2019, e de conformidade com o Art. 1º do Provimento nº 199/2012-CGJ/AM, de 23/05/2012, INTIMA o(a) Advogado(a) Senhor ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ OAB 8240/AM, Patrono(a) da parte ora denunciado(a) Senhor(a) Pedro Nel Tamayo, para participar da AUDIÊNCIA DE Preliminar, a ser realizada no dia 10 de outubro de 2019, às 12 horas, na sala de audiência deste Juízo de Direito Ambiental, localizada no Fórum de Justiça "Ministro Henoch da Silva Reis", situado na Rua Paraíba, s/n°, Aleixo, 3° andar, Setor 02, CEP:69.055-070, Manaus-Am, onde tramita a Carta Precatória Criminal sob nº 0240352-06.2015.8.04.0001, aforada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Em virtude do que expedi a presente NOTA que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do site (http://www.tjam.jus.br/), e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 04 de setembro de 2019. Eu, Eduardo Teixeira Silva, Estagiário(a), E9156, o digitei, e eu, Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora de Secretaria, confiro. Intime-se. Publique-se. Manaus(Am), 04 de setembro de 2019. (assinatura digital) Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora de Secretaria

ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0274/2019

ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM) - Processo 0227583-92.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - AUTOR: Justiça Pública - RÉU: José Antônio da Silva Pontes - Determino que a Secretaria que devolva a presente carta precatória. Cumpra-se.

Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0276/2019

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0250035-96.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - AUTOR: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - RÉU: Diego Marinho Fernandes - INTSSADO: 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente e outro - Recebo hoje no estado em que se encontra. Observa-se que foi cumprido a presente Carta Precatória Criminal, bem como devolvida ao Juízo Deprecante. Determino à Secretaria, para proceder o arquivamento definitivo dos Autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Sem Advogado (OAB Y/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0278/2019

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0627279-28.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Fauna - REQUERENTE: 4 Vara Cível de Competência Residual de Boa Vista/RR - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INDICIANTE: 50.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - DENUNCIADA: Flávia Urbano Magalhães - Recebo hoje no estado em que se encontra. Observa-se que foi cumprido a presente Carta Precatória Criminal, bem como devolvida ao Juízo Deprecante. Determino à Secretaria, para proceder o arquivamento definitivo dos Autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Sem Advogado (OAB Y/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0205819-50.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - INDICIANTE: 49.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - INDICIADO: Alexandre Rodrigues de Almeida - TERCEIRO I: 49.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - Recebo hoje no estado

em que se encontra. Observa-se que foi cumprido a presente Carta Precatória Criminal, bem como devolvida ao Juízo Deprecante. Determino à Secretaria, para proceder o arquivamento definitivo dos Autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Sem Advogado (OAB Y/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0248620-15.2016.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - INDICIADA: Maria José Salvador da Silva - TERCEIRO I: 49.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - Recebo hoje no estado em que se encontra. Observa-se que foi cumprido a presente Carta Precatória Criminal, bem como devolvida ao Juízo Deprecante. Determino à Secretaria, para proceder a baixa definitiva dos presentes Autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Sem Advogado (OAB Y/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0259/2019

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0207031-48.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCITE: 49ª Prodemaph - Ministério Público do Estado do Amazonas - AUTOR: 49.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - DENUNCIADO: Virgílio Cortez Fernandes de Alencar - PERITO: INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS - IPAAM - R.h. Intime-se o réu, na pessoa de seu patrono, para que, em 05 (cinco) dias, apresente os Memoriais. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ANDRÉ LIUZZI GOMES (OAB 4360/AM), ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0237966-76.2010.8.04.0001 (001.10.237966-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - INDICIANTE: 50.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - RÉU: Milton de Lima Torres - Acolho Promoção Ministerial às fls. 117/118. Determino, assim, que seja realizada nova diligência intimatória do denunciado Milton de Lima Torres no endereço mencionado, a fim de que este compareça a Audiência de Instrução e Julgamento. Determino, ainda, a intimação da testemunha Sr. Heder Ailson Tavares Lago. Cumpra-se.

Carlos André Liuzzi Gomes (OAB 4360/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO REBECA DE MENDONÇA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JAIME TORQUATO DE MELO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0204613-64.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.L.I.M. - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a infante S. B. da S. que retornou ao convívio de sua genitora, que passou a conviver com seus filhos em Campo Grande.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0208161-39.2014.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: A.S.A. e outro - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III c/c 274 do Código de Processo Civil, pois o Autor não informou sua mudança de endereço e as tentativas de localiza-lo restaram infrutíferas.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0209939-68.2019.8.04.0001 - Suprimento de Capacidade ou de Consentimento para Casar - Seção Cível - AUTORA: K.O.M. - REQUERIDO: M.A.S.O. e outro - DECISÃO Diante dos fatos, tendo em vista o parecer favorável do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para autorizar a adolescente K. de O. M. a contrair matrimônio com J. S. L.. Expeça-se o Alvará de Suprimento de Idade, obedecidas as formalidades legais e de praxe. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Intimem-se. Dê-se a competente baixa. Após, arquive-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0210055-74.2019.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: G.A.C. - DECISÃO Pelo exposto, diante do preenchimento dos requisitos legais e em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para determinar que se registre o nascimento de Y. A. das C., devendo constar como genitora a Sra. G. A. das C., nos termos das informações constantes nos documentos de identificação da requerente e outras informações que serão por ela fornecidas, desconsiderando o nome errado que consta na DNV, tendo em vista que não há indício de falsidade nos fatos narrados. Expeça-se mandado ao cartório de registro civil autorizando a genitora proceder ao registro de nascimento da infante. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0212560-09.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.S.P.M. e outro - DECISÃO Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para conceder a guarda da menor J. da S. S. em favor dos requerentes, com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0216051-53.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0224488-83.2019.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono de incapaz - REQUERENTE: C.T.Z.L.M. - REQUERIDO: H.P.S.C.Z.O. - INTSSADA: A.L.A.O.A. e outros - DECISÃO Desta forma, em consonância com o Órgão Ministerial, e supedâneo no artigo 485, IX, do Código de Processo Civil, determino a extinção do processo sem resolução do mérito em razão do óbito da infante. Com o trânsito em julgado, dê-se baixa e após,arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP), ADV: OLÍVIA MOREIRA PEREIRA (OAB 12032/AM) - Processo 0216093-73.2017.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: C.A.P. - REQUERIDA: C.X.S. e outro - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para decretar a DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR de C. X. dos S. sobre o filho D. X. dos S. , com fundamento nos artigos 22 da Lei nº 8.069/90 e artigo 1.635 do Código Civil. Outrossim, defiro a ADOÇÃO UNILATERAL do adolescente em favor da requerente, a Sra. Chirlen Alves Pereira, em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando a autora como mãe, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós maternos os genitores da adotante, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome do adolescente deverá se chamar J. D. A. P.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0218245-60.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Uso ou Tráfico de Drogas - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - DECISÃO Isto posto, em consonância com Ministério Público, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0218973-38.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0218970-83.2017.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.S.F. - Ante o exposto, e pelo que demais consta dos autos, acolho o pedido do Ministério Público e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para conceder a guarda das crianças A. G. DE L., E. .I. R. G. e J. L. G. V. a Requerente, com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0219937-60.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Estupro de Vulnerável - REQUERENTE: V.E.E.C.C.D.S.C.A. - DECISÃO Isto posto, em consonância com Ministério Público, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por perda do objeto diante da impossibilidade de aplicação das medidas protetivas.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0220559-76.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a infante voltou a conviver com sua família natural.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0224349-68.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abuso Sexual - REQUERENTE: J.D.V.E.E.C.C.D.S. - REQUERIDO: K.R.S. - VÍTIMA: B.S.L. - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente passou a conviver com sua família extensa.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0228788-25.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0210664-57.2019.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono Material - REQUERENTE: S.O.V.M. - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a infante passou a conviver com sua família extensa.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0233015-24.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.S.A.C.P. - DECISÃO Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, V do Código de Processo Civil, por estar configurada a litispendência. Disponibilize-se cópia deste autos no processo de número: 0231777-67.2019. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão. Dê-se baixa. Após, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0233569-56.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.M.M.A.S.C.S. - Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial determino que se remetam os autos ao Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Alenquer/PA. Cautelas de praxe. Intimações necessárias. Cumpra-se sem demora Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0234306-59.2019.8.04.0001 - Providência - Abandono de incapaz - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante voltou a conviver com sua família natural.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0251748-43.2016.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: A.F.T. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para decretar a DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR de M. P. D. sobre o filho M. G. D. T., com fundamento nos artigos 22 da Lei nº 8.069/90 e artigo 1.635 do Código Civil. Outrossim, defiro a ADOÇÃO UNILATERAL do menor em favor da requerente, a Sra. A. F. T., em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando a autora como mãe, mantendo-se o Sr. José Medeiros Tupinambá como pai, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós maternos os genitores da adotante, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome do adolescente deverá se chamar M. G. F. T.

ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM) - Processo 0601574-28.2017.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: Cleuton Marques Corintima - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, tendo em vista a desídia da parte autora.

ADV: RODRIGO LOPES MARTINS (OAB 11802/AM), ADV: ROMUALDO DE AZEVEDO CASTRO (OAB 14088/AM), ADV: GERSON DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 10311/AM) - Processo 0607476-88.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0207983-17.2019.8.04.0001) - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Intelectual - REQUERENTE: A.P.R.M. - REQUERIDO: T.G.M. e outro - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para apresentar réplica. Em seguida, dê-se vista ao Ministério Público. Após conclusos para apreciação dos pedidos que constam na Contestação. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM) - Processo 0618975-74.2016.8.04.0001 - Guarda - Abandono Material - REQUERENTE: F.A.H. e outro - Ante o exposto, e pelo que demais consta dos autos, acolho o pedido do Ministério Público e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para conceder a guarda da criança A. V. P. V. aos Requerentes, com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0628637-91.2018.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: A.A.R. e outro - DECISÃO Pelo exposto, diante do preenchimento dos requisitos legais e em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para confirmar decisão dde fls. 39/40 que determinou que se

registre o nascimento de T. N. A., devendo constar como genitor o Sr. A. A. dos R., nos termos das informações constantes neste processo, tendo em vista que não há indício de falsidade nos fatos narrados. Expeça-se mandado ao cartório de registro civil autorizando a genitora proceder ao registro de nascimento da infante. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TATIANE PEREIRA BRAGA (OAB 12267/AM) - Processo 0629725-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: M.L.O.B. - DESPACHO R.H. Diante do acórdão de fls. 480/487, intime-se as partes para manifestar o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0634725-14.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Leve - REPTANTE: R.W.A.M. - INVESTIGAD: C.P. e outro - DESPACHO R.H. Em cumprimento a decisão de fls. 19/22, expeça-se o competente Termo de Guarda da adolescente em favor de sua genitora, Sra. R. W. de A. M. Cumpra-se.

ADV: RUBENS DAMIANOS LAPAS (OAB 11426/AM) - Processo 0634811-53.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.R.S. - F.S.A. - Ante o exposto, e pelo que demais consta dos autos, acolho o pedido do Ministério Público e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para conceder a guarda do menor G. P. A. aos Requerentes, com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90.

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM) - Processo 0637158-93.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - ASSISTIDO: J.T.M.A. - REQUERIDO: E.A. - DESPACHO R.H. Diante da notícia juntada na petição de fls. 108/109, à secretaria para diligenciar e certificar acerca do efetivo funcionamento do NAT-JUS. Após, conclusos.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0642722-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Matheus Vinícius Matos Costa - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 15 (quinze) dias, a consulta com médico especialista em cardiologia em favor do autor M. V. M. C., sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 100,00 (duzentos reais) limitada a 10 (dez) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: ANA KAROLINE FARIAS BARROS (OAB 14489/AM), ADV: SARAH ARINANA DOS SANTOS (OAB 12488/AM) - Processo 0642977-40.2018.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Adolescente - ADOTANTE: D.B.A. e outro - REQUERIDA: I.S.B. e outro - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para decretar a DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR de I. S. B. e M. A. S. Passos sobre a filha É. V. B. P., com fundamento nos artigos 22 da Lei nº 8.069/90 e artigo 1.635 do Código Civil. Outrossim, defiro a ADOÇÃO da adolescente em favor dos requerentes, os Srs. D. B. de A. e S. P. R., em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando os autores como pais, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós paternos e maternos os genitores dos adotantes, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome da adolescente deverá se chamar E. V. P. de A.

ADV: THAYNÁ CRUZ DE MESQUITA (OAB A1090AM) - Processo 0645435-93.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDA: M.M. e outro - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar ora requerida, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Município de Manaus/SEMED, a disponibilizar no prazo de 20 (vinte) dias, MEDIADOR para acompanhamento da criança A. C. P. R. na EMEF Aribaldina Brito. Em caso de descumprimento do ora estabelecido, fixo multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) limitado a 10 (dez) dias-multa, sem prejuízo das sanções criminais à espécie.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0645437-63.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 15 (quinze) dias, o exame de ressonância de crânio com anestesia e consulta de retorno com neuropediatra em favor da criança R. R. M., sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais) limitada a 15 (quinze) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS SENA (OAB 2133/AM) - Processo 0645454-02.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: Ricardo Ferreira Veras - Intimem-se os requerentes para proceder ao aditamento da inicial para juntar a documentação exigida pelo art. 197-A do ECA, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, tendo em vista os documentos faltosos: comprovante de renda, atestados de sanidade física e mental dos requerentes,certidão de antecedentes criminais de ambos e certidão negativa de distribuição cível.

ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM) - Processo 0645803-05.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Adolescente - ADOTANTE: Rafael Pimentel Fontenele - Intime-se o requerente para proceder ao aditamento da inicial a fim de juntar a documentação exigida pelo art. 197-A do ECA, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0649349-05.2018.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - ADOTANTE: K.C.A.M. - C.B.M. - REQUERIDA: S.M.L. e outro - Tratam os autos de Ação de Adoção com pedido de tutela de urgência de Guarda. Manifestação do Ministério Público às fls. 83, pleiteando pela realização de estudo sócio-familiar e avaliação psicológica, bem como, solicitando a expedição do competente Termo de Guarda e Responsabilidade. Defiro o pedido de guarda provisória aos requerentes, em consonância com o Parecer Ministerial. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Encaminhem-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público. Outrossim, paute-se audiência com a genitora para formalizar o consentimento à adoção, nos termos do art. 166, §3º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0656220-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: E.T.C. - DECISÃO Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do CPC, para determinar que a requerida LAVINIENSE ENSINO INTEGRADO E CENTRO EDUCACIONAL PINGO DE GENTE realize a matrícula do requerente EDUARDO TALHARI CORTEZ no curso maternal I, turno matutino, ao passo que consigno o cumprimento desta medida, conforme informado pelo autor (fl. 56).

Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Ana Karoline Farias Barros (OAB 14489/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Carlos Augusto dos Santos Sena (OAB 2133/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Gerson de Oliveira Rodrigues (OAB 10311/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Nilda Silva de Sousa (OAB 112/AM)
Olívia Moreira Pereira (OAB 12032/AM)
Rodrigo Lopes Martins (OAB 11802/AM)

Romualdo de Azevedo Castro (OAB 14088/AM)
RUBENS DAMIANOS LAPAS (OAB 11426/AM)
Sarah Arinana dos Santos (OAB 12488/AM)
Tatiane Pereira Braga (OAB 12267/AM)
Thayná Cruz de Mesquita (OAB A1090AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho (OAB 3247A/MP)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0102/2019

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM) - Processo 0643572-05.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - INDICIADA: A.S.N. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0643572-05.2019.8.04.0001 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 16/09/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0399/2019

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0603642-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade da Administração - REQUERENTE: Allan Cley Matias dos Santos - Cuida-se de ação de indenização por danos morais proposta por Allan Cley Matias dos Santos contra o Estado do Amazonas. Narra o Requerente em sua exordial que figura como acusado na Ação Penal nº 0212309-35.2010.8.04.0001, tendo adquirido o direito de permanecer em liberdade em 09.03.2012 através de decisão judicial devidamente fundamentada (fls. 11/12), direito este confirmado em sentença de pronúncia datada, de 22.05.2013 (fls. 13/19). Relata que no dia 26.11.2018, ao se encaminhar para a 4ª CICOM para registrar um boletim de ocorrência, foi-lhe dado voz de prisão sob a alegação de que havia um Mandado de Prisão expedido em seu desfavor, permanecido recolhido em cela. Afirmou que ao argumentar com o Delegado de plantão, foi verificado que o Mandado já havia sido revogado, sendo solto. No mesmo dia, procurou a vara onde tramita a ação penal e somente nesta data, foram encaminhados os Ofícios nº 1919/18 e 1920/18 para o DRAD e Polícia Federal, determinando a retirada do Mandado de Prisão do Sistema dos Procurados. Em razão disso, requer a condenação do Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 50.000,00 a título de danos morais. Devidamente citado, o Requerido apresentou contestação às fls. 32/38. Em sua defesa, pugna pela improcedência do pedido, ao argumento de que o Requerente não foi mantido preso, mas somente foi detido o tempo suficiente para que se comprovasse a revogação do mandado de prisão, sendo liberado com sua integridade física e mental preservada. O breve momento em que o Requerente permaneceu detido foi apenas para o esclarecimento da situação (fls. 34). Por fim, requer, em caso de entendimento diverso, que sejam observados os critérios de proprocionalidade e razoabilidade quando da fixação do quantum indenizatório. É o relatório. Fundamento e decido. Cinge-se a presente demanda sobre a responsabilidade civil objetiva do estado por erro no aparato estatal que culminou com prisão indevida do Requerente. Ao contrário do que alega o Estado, entendo que o objeto da presente demanda não se limita à prisão indevida do Requerente. A prisão foi somente a consequência da omissão da Administração Pública quanto a atualização dos seus sistemas interligados. O Requerente teve a sua prisão preventiva revogada no longínquo ano de 2012, tendo ratificada o seu direito à liberdade por sentença judicial proferida em 22.05.2013 (fls. 11/19). Por longos 5 anos o Estado do Amazonas não realizou a atualização do seu Sistema, permanecendo a restrição quanto à pessoa do Requerente, com o Mandado de Prisão já revogado ainda em aberto, fato este devidamente comprovado pelo Delegado da Polícia Civil no Ofício nº 044/2019/GDT/4º DIP em resposta à Procuradoria Geral do Estado, às fls. 39: “Após ser constatado que ALLAN teve o mandado de prisão revogado, e que o sistema não fora atualizado, foi realizada a emissão do boletim de ocorrência nº 18.E.001.00002542 e o mesmo foi liberado em seguida.” Dada a responsabilidade civil objetiva, estabelecida na Constituição Federal em seu art. 37, §6º, é necessário perquirir seus elementos caracterizadores, ou seja, conduta, dano e nexo de causalidade entre os dois primeiros elementos. O Estado do Amazonas alega que não houve qualquer ato ilícito praticado, uma vez que o Requerente foi mantido na delegacia somente para esclarecimento da situação, não tendo sido o autor preso. Entendo que esta atitude, de fato, não configura ato ilícito, sendo a resposta esperada tão logo se toma conhecimento de um Mandado de Prisão expedido contra um cidadão. O recolhimento do Requerente enquanto eram levantadas todas as informações possíveis, foi um ato lícito. Nessa esteira, cabe lembrar que não é somente o ato ilícito que é capaz de causar prejuízo a particular, havendo o dever de indenizar mesmo diante da prática de um ato revestido de legalidade. Nesse sentido: ADMINISTRATIVO E CIVIL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE. DIREITO À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. NEXO DE CAUSALIDADE. EXISTÊNCIA. ERRO NA QUALIFICAÇÃO INDIRETA DO ACUSADO. EXCESSO DE PRAZO. 1. A prova dos autos demonstra que o autor sofreu restrição de sua liberdade, em decorrência de preenchimento equivocado de autor de qualificação indireta, agravado pela ausência da juntada da folha penal do acusado, dando margem à expedição de mandado de prisão viciado. O autor foi preso indevidamente e ainda permaneceu no cárcere por 125 (cento e vinte e cinco) dias. 2. O Estado não lesa os direitos dos indivíduos somente por meio de atos ilegais ou ilícitos de seus representantes, podendo fazê-lo igualmente no exercício de atos inteiramente legais; a lesão daí decorrente pode ser admitida como razão determinante da respectiva responsabilidade, independentemente, portanto, da indagação quanto à culpa. [in Revista Forense 229/46] 3. “I - A responsabilidade civil do estado, responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, que admite pesquisa em torno da culpa do particular, para o fim de abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade estatal, ocorre, em síntese, diante dos seguintes requisitos: a) do dano; b) da ação administrativa; c) e desde que haja nexo causal entre o dano e a ação administrativa. A consideração no sentido de licitude da ação administrativa é irrelevante, pois o que interessa é isto: sofrendo o particular um prejuízo, em razão da atuação estatal, regular ou irregular, no interesse da coletividade, é devida a indenização, que se assenta no princípio da igualdade dos ônus e encargos sociais. [in RDA 190/164], Rel. Ministro Carlos Velloso, STF]. 5. Apelação provida, em parte. 4. Nega-se provimento ao

recurso de apelação. (TRF-1 - AC: 200734000357604 DF 2007.34.00.035760-4, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES, Data de Julgamento: 16/09/2013, SEXTA TURMA, Data de Publicação: e-DJF1 p.213 de 30/09/2013) Registre-se que não é o recolhimento do requerente para fins de verificação acerca do Mandado de Prisão que deve ser indenizado e sim a demora na retirada do nome do Requerente do Sistema de Procurados, quando o que se espera do Ente Público é um maior zelo e diligência mínimas necessárias a fim de garantir os direitos dos seus administrados. Durante quase 6 anos o Requerente permaneceu ativo no Sistema de Procurados, tendo o Mandado Prisão em seu desfavor sido revogado em 2012 e ratificado o seu direito de permanecer em liberdade em 2013. Tal prazo extrapolou em muito o razoável e submeteu o requerente a uma situação de constrangimento e angústia. Portanto, não resta outra alternativa senão a condenação do Ente Público ao pagamento de uma indenização por dano moral ao Requerente que, inevitavelmente, foi tolhido do seu direito de liberdade, mesmo que por através de ato lícito, mas em decorrência de uma omissão do Estado do Amazonas que não manteve os seus sistemas atualizados. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ESTADO DO RIO GRANDE SUL. PRISÃO INDEVIDA. FALHA NO SERVIÇO PÚBLICO. PREJUÍZO MORAL IN RE IPSA. O Estado (latu sensu) responde objetivamente por eventuais danos causados, seja de ordem moral ou material, porque incide a teoria do risco objetivo da administração. Caso concreto em que o autor foi indevidamente preso por figurar equivocadamente como “indivíduo procurado” no Sistema de Consultas Integradas da Polícia Civil, quando tal informação mostrava-se defasada por ter sido indultado, não possuindo qualquer pendência com a Justiça, permanecendo indevidamente detido até o momento em que verificado o equívoco do registro no sistema do Estado. Dano moral que resulta do próprio fato da privação indevida da liberdade (dano in re ipsa). Valor da condenação (R$ 15.000,00) fixado de acordo com as peculiaridades do caso concreto, bem como observada a natureza jurídica da condenação e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. APELO PROVIDO. UNÂMNIME. (TJ-RS. Apelação Cível Nº 70057016818. Órgão julgador: Nona Câmara Cível. Relatoria: Desdor. Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em 27/11/2013) O Estado ao prender indevidamente o indivíduo, atenta contra os direitos humanos e provoca dano moral. Reconhecida a existência do dano moral, há que se definir o quantum indenizatório. Levando-se em conta as peculiaridades do caso em análise, afiguro razoável a fixação da indenização, por dano moral, no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), que se apresenta como sendo quantia suficiente para compensar e confortar o autor pelo constrangimento que passou, além de representar um valor suficiente para desestimular a reiteração desta prática por parte do requerido. Dispositivo. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Estado do Amazonas a pagar indenização por danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizado monetariamente segundo o IPCA-E, desde a data da presente sentença e fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança segundo o artigo 1-F da lei 9.494/97. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública Municipal para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0607722-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Edson Nunes da Silva - DISPOSITIVO

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0615635-20.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ingresso e Concurso - REQUERENTE: Josephile Muelas - Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao art. 55 da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615763-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Antônio Protásio Granja - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 25.587,97 (vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de fevereiro de 2019. Condeno a requerida ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas no curso da demanda, desde o ajuizamento até o trânsito em julgado, referentes a fundamentação acima aduzida. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, reflexos de férias e 13º, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0615858-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ingresso e Concurso - REQUERENTE: Epitácio Consentine Gaspar - Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao art. 55 da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0615861-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ingresso e Concurso - REQUERENTE: Glauber Marcelo Dantas Seixas - Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao art. 55 da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0616579-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: David Paulo da Silva - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, em parte, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 2º Sargento, para que passe a contar de 21 de abril de 2016, nos termos da fundamentação acima exposta. Improcedentes os pleitos de promoção à 1° Sargento e Subtenente, de acordo com fundamentação expressa. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0617046-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Maria de Fátima Picanço Fonseca - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.324,11 (oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e onze centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. CONDENAR a requerida ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas no curso da demanda, a partir do ajuizamento da ação, até o trânsito em julgado. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Quanto à obrigação de pagar, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0619647-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Maria Dulcineide Ripardo de Lima - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0620179-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - REQUERENTE: Anderson Dutra Soares - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 25 de agosto de 2015 e para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 39.554,77 (trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa da Autora, no período de agosto de 2015 a março de 2018. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e (REsp 1495146/ MG) e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM) - Processo 0620897-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Jaime Marcelo do Nascimento Munhoz - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0622650-74.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Mario Jorge de Souza Lima - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o

escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MATEUS SOUZA CUNHA (OAB 10921/AM) - Processo 0624570-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francinilde Rodrigues da Silva - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0624764-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Glauberson Roberto Marques Feitosa - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0624831-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Michel Anderson Menezes Leite - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0626812-78.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Sneury dos Santos Hidalgo - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM) - Processo 0627921-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nomeação - REQUERENTE: Juliana Almeida dos Santos Silva - Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na petição inicial, para condenar o Estado do Amazonas na obrigação de nomear a Autora para o cargo de Fonoaudiólogo, nos termos do Edital nº 01 de 10 de fevereiro de 2014. Certificado o trânsito em julgado, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631763-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Janete de Freitas Viana - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no

prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.791,45 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de setembro de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631784-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Maria Angela Cruz de Vasconcelos - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.791,45 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de setembro de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631786-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Byron Disney Bentes Monteiro - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.791,45 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de setembro de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0632008-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Raimundo Francisco Gomes Pires - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, conforme dicção dos arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se acerca das preliminares suscitadas em sede de contestação.

ADV: DENILSON FERREIRA CARDOSO (OAB 22802/CE) - Processo 0633130-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Débora Soares Silva - Assim, nos moldes do art. 357 do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do julgamento antecipado da lide. Caso contrário, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM) - Processo 0633228-62.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Claudio Barros Gomes Junior - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, para a concessão do percentual de 25% sobre o vencimento base do Autor, a título de Gratificação de Curso e pagamento retroativo no valor de R$ 15.121,59 (quinze mil, cento e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Considerando que a parte autora já apresentou a conta bancária e os dados para instrução do ofício requisitório de pequeno valor, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos

termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0634086-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcio Chaves da Silva - Dispositivo Forte nestas razões JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Estado do Amazonas a pagar indenização por danos morais, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), atualizado monetariamente segundo o IPCA-E, desde a data da presente sentença e fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança pelo artigo 1-F da lei 9.494/97, a partir da citação. Condeno, ainda, o Estado do Amazonas a pagar, a título de danos materiais, o valor de R$ 27.899,00 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais), atualizado monetariamente segundo o IPCA-E e juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de pouponaça pelo artigo 1- F da Lei nº 9494/97, a do dia seguinte à realização da primeira perícia, 21.04.2015. Julgo improcedentes os demais pedidos. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública Municipal para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0634516-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Elinaldo C. Porto - Forte nestas razões, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Requerido a pagar à Requerente a Gratificação de Curso, no percentual de 25% (respeitando-se o Art. 201, § 1º, da Lei 2.271/94) sobre os vencimentos, a contar da publicação desta, condenando-o, ainda, ao pagamento da quantia de R$ 28.370,90 (vinte e oito mil, trezentos e setenta reais e noventa centavos) referentes ao pagamento retroativo (08/2018 a 08/2019), devendo ser acrescido o valor do mês 09/19, no importe de R$ 2.403,29. Sobre os valores haverá correção monetária mensal, a contar de de novembro de 2015, pelo IPCA-e, e juros de mora a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0638416-36.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Rivanio Telles Bezerra - Forte nestas razões, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Requerido a pagar à Requerente a Gratificação de Curso, no percentual de 25% (respeitando-se o Art. 201, § 1º, da Lei 2.271/94) sobre os vencimentos, a contar da publicação desta, condenando-o, ainda, ao pagamento da quantia de R$ 28.364,50 (vinte e oito mil, trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos) referentes ao pagamento retroativo (08/2018 a 08/2019), devendo ser acrescida, ainda, o valor de R$ de 2.403,29, referente ao mês 09/19. ANTECIPO OS EFEITOS DA TUTELA, no que se refere a obrigação de fazer, qual seja implementar de imediato a gratificação de curso, pois presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora. Sobre os valores haverá correção monetária mensal, a contar de agosto de 2018, pelo IPCA-e, e juros de mora a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Em seguida, intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0638571-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Dulcineia Soares de Freitas - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.376,02 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e dois centavos), referente ao período de julho de 2014 até o mês de setembro de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá

declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0642296-70.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Waldirene Moreira de Oliveira Souza - Recebo os recursos, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM) - Processo 0643226-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - EXEQUENTE: GEYZON OLIVEIRA REIS - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, reconhecida a incompetência territorial deste Juizado EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95 e art. 485, inc. IV do CPC. Sem custas e honorários, em obediência ao comando do art. 55, da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0645390-26.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Caroline Pinheiro de Oliveira - Assim, nos moldes do art. 357 do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do julgamento antecipado da lide. Caso contrário, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0654426-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aldrin Viana Frota, - Dispositivo. Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0657184-44.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Dorval de Almeida Santana - Assim, nos moldes do art. 357 do CPC, INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do julgamento antecipado da lide. Caso contrário, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Denilson Ferreira Cardoso (OAB 22802/CE)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Mateus Souza Cunha (OAB 10921/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RODRIGO DE ASSIS SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0116/2019

ADV: ELY MARY COCHRANE ABREU GONZAGA (OAB 7798/AM), ADV: SEVERINO RODRIGUES GONZAGA (OAB 14482/AM) - Processo 0607016-04.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro - AUTOR: A.A.M. - ADOLESCENTE: E.M.A. - Intimem-se os patronos do representado para apresentar as alegações finais no prazo legal.

ADV: GILMAR ARAUJO DA COSTA (OAB 14763/AM), ADV: LUCCIANA MAURA FREITAS QUEIROZ (OAB 8433/AM), ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM) - Processo 0645682-74.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Roubo Majorado - ADOLESCENTE: L.F.C.A.O. - Analisando os autos do Representado Luiz Fernando Chagas Alves de Oliveira, prossiga-se com a instrução, designando o dia 16/09/2019 às 09:30h, para audiência de apresentação. Caso necessária, fica autorizada, desde já, a expedição de mandado em caráter de urgência. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0646000-57.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Roubo Majorado - ADOLESCENTE: M.J.G.N. - Analisando os autos do Representado Michel Jackson Gonzaga do Nascimento, prossiga-se com a instrução, designando o dia 17/09/2019 às 09:30h, para audiência de apresentação. Caso necessária, fica autorizada, desde já, a expedição de mandado em caráter de urgência. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019

Ely Mary Cochrane Abreu Gonzaga (OAB 7798/AM)
Gilmar Araujo da Costa (OAB 14763/AM)
Lucciana Maura Freitas Queiroz (OAB 8433/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Mauro de Siqueira Queiroz (OAB 2360/AM)
Severino Rodrigues Gonzaga (OAB 14482/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RODRIGO DE ASSIS SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0117/2019

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0642462-68.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - De Trânsito - AUTOR: A.A.M. - ADOLESCENTE: M.M.J.S. - Designo o dia 17/09/2019 às 10:00h para audiência de apresentação.

Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0200421-43.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida: OLGA ARAÚJO DE SOUZA - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Adriana Vieira Ferreira (11924/AM), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM), advogado(a) de OLGA ARAÚJO DE SOUZA, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0200421-43.2017.8.04.0092. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB: 133221/MG) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Adriana Vieira Ferreira (OAB: 11924/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601138-87.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Águas do Amazonas S.A. - Recorrida: Keila Maria Pereira - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM), Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM), advogado(a) de Keila Maria Pereira, Águas do Amazonas S.A. intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601138-87.2017.8.04.0092. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602576-54.2018.8.04.0015 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Antonio Alves de Souza - Apelada: Jemima Lima das Neves - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Carol Regina Xavier Rocha (15004/PA), Fernando Nunes Frota (1527/AM), advogado(a) de Jemima Lima das Neves, Antonio Alves de Souza intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Apelação Criminal nº 0602576-54.2018.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Fernando Nunes Frota (OAB: 1527/AM) - Carol Regina Xavier Rocha (OAB: 15004/PA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605083-30.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Douglas dos Santos Maranhão - Recorrente: Eudes Junio Sampaio Siqueira - Recorrente: Naasson Henrique Muniz de Souza - Recorrente: Marcelo André de Freitas Bicharra - Recorrente: Cleber Gonzaga de Oliveira de Lima - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM) e Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), advogado(a) de Governador do Estado do Amazonas, Cleber Gonzaga de Oliveira de Lima, Douglas dos Santos Maranhão, Eudes Junio Sampaio Siqueira, Marcelo André de Freitas Bicharra e Naasson Henrique Muniz de Souza intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605083-30.2018.8.04.0001. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) - Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605490-62.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrido: MARCELINO DA SILVA JÚNIOR - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Emerson Abineã da Silva (6393/AM), Emerson Abineã da Silva (6393/AM) e Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG), advogado(a) de MARCELINO DA SILVA JÚNIOR, Banco Bonsucesso S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605490-62.2016.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Emerson Abineã da Silva (OAB: 6393/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608039-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Gilmar Rocha Galvão - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Servio Túlio de Barcelos (44698/MG), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM), Ana Carolina Souza Cei (8348/AM), Emmanuel Sousa Viana (12409/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM), advogado(a) de Banco do Brasil S/A, Gilmar Rocha Galvão intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608039-74.2018.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Ana Carolina Souza Cei (OAB: 8348/AM) - Emmanuel Sousa Viana (OAB: 12409/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0610201-42.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Santander S.a. - Recorrido: Sebastião Silva Feitosa - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Calixto Hagge Neto (8788/AM) e Diego Andrade de Oliveira (8792/AM), Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (1183/AM), advogado(a) de Sebastião Silva Feitosa, Banco Santander S.a. intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0610201-42.2018.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183/AM) - Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM) - Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0610799-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida: Patricia Souza da Silva Carneiro - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM), Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG), advogado(a) de Patricia Souza da Silva Carneiro, Banco Bonsucesso Consignado S.A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0610799-30.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612036-02.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jane Lara Costa da Silva - Recorrido: Águas do Amazonas S.A. - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM), Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (7556/AM), advogado(a) de Águas do Amazonas S.A., Jane Lara Costa da Silva intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612036-02.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (OAB: 7556/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0615445-20.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Santa Helena Oito Empreendimentos e Participações Ltda - Recorrido: Erivan Silva Medeiros - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Leiry Maria Padilha de Araújo (9157/AM) e Roberto César Diniz Cabrera (6071/AM), Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG) e Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG), advogado(a) de Erivan Silva Medeiros, Santa Helena Oito Empreendimentos e Participações Ltda intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0615445-20.2016.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Carlos Eduardo Rocha Cruz (OAB: 73238/MG) - Dyonisio Pinto Carielo (OAB: 103723/MG) - Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB: 9157/AM) - Roberto César Diniz Cabrera (OAB: 6071/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0615661-44.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Condomínio Habitacional do Conjunto Tocantins 2º Etapa - Recorrido: Raimundo Alves de Sousa - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Edieri Maria Mousinho Abitbol (7862/AM), Luiza Helena Simonetti Xavier (3502/AM), Luna de Souza Fernandes (12663/AM) e Waldery Junio Marques de Mesquita (10714/AM), advogado(a) de Raimundo Alves de Sousa, Condomínio Habitacional do Conjunto Tocantins 2º Etapa intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0615661-44.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Luiza Helena Simonetti Xavier (OAB: 3502/AM) - Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB: 10714/AM) - Luna de Souza Fernandes (OAB: 12663/AM) - Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB: 7862/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000083-62.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Reinaldo José dos Santos Costa - Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Lúcio F. de Resende - LitsPassiv: Manaus Ambiental S/A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM), Rosangela Aparecida dos Santos Costa (171793/RJ), advogado(a) de Juízo de Direito da 4ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Lúcio F. de Resende e Manaus Ambiental S/A, Reinaldo José dos Santos Costa intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000083-62.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Rosangela Aparecida dos Santos Costa (OAB: 171793/RJ) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000092-24.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Larissa Araújo da Silva - Impetrado: Juízo de Direito da 11ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Lúcio F. de Resende - LitsPassiv: PAG S.A. Meios de pagamento - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Alexandre Fonseca de Mello (222219/SP), Samia Brena Furtado Monteiro (11988/AM) e Sidney José Vieira de Souza (5798/AM), advogado(a) de Juízo de Direito da 11ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Lúcio F. de Resende e PAG S.A. Meios de pagamento, Larissa Araújo da Silva intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000092-24.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Sidney José Vieira de Souza (OAB: 5798/AM) - Samia Brena Furtado Monteiro (OAB: 11988/AM) - Alexandre Fonseca de Mello (OAB: 222219/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000185-84.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: ADERSON MAIKE AMARAL LIMA - Impetrante: MARIA ENILDA AMARAL BEZERRA - Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 13° VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS - LitsPassiv: Alves e Amorim Comércio de Veículos Ltda - (Pedragon - Manaus) - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (19613A/MA) e Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (26647/PE), Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) e Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), advogado(a) de Alves e Amorim Comércio de Veículos Ltda - (Pedragon - Manaus) e JUIZO DE DIREITO DA 13° VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS, ADERSON MAIKE AMARAL LIMA e MARIA ENILDA AMARAL BEZERRA intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000185-84.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB: 26647/PE) - Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB: 19613A/MA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000208-30.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Alianca Incorporadora Ltda - Impetrado: Juízo da 3ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa - LitsPassiv: Marllen Kohashi Fernandes Dutra - LitsPassiv: Luciano Moura Ferreira - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Alfredo José Borges Guerra (2668/AM) e Alfredo José Borges Guerra (2668/AM), José Mário de Carvalho Neto (4861/AM), advogado(a) de Juízo da 3ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa, Luciano Moura Ferreira e Marllen Kohashi Fernandes Dutra, Alianca Incorporadora Ltda intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000208-30.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: José Mário de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM) - Alfredo José Borges Guerra (OAB: 2668/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000211-82.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Banco Bradesco S.a. - Impetrado: Juízo da 10ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des Azarias Menescal - LitsPassiv: Gelsoney Paz Procópio - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), advogado(a) de Gelsoney Paz Procópio e Juízo da 10ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des Azarias Menescal, Banco Bradesco S.a. intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000211-82.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000247-27.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Banco Bradesco S.a. - Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL da comarca de MANAUS/AM - LitsPassiv: Antonio Rodrigues Chagas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), advogado(a) de Antonio Rodrigues Chagas e JUIZO DE DIREITO DA 12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL da comarca de MANAUS/AM, Banco Bradesco S.a. intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Julião Lemos Sobral Junior, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000247-27.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) - Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Fórum Mário Verçosa

1ª Turma Recursal

DESPACHO DE RELATORES
1ª Turma Recursal

0605153-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: Marcus Vinicius Bergo Coelho. Advogado: Marcus Vinicius Bergo Coelho. Recorrido: Detran-am. Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Marcus Vinicius Bergo Coelho, advogado(a) de Detran-am, Marcus Vinicius Bergo Coelho intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605153-47.2018.8.04.0001. Manaus, 11 de setembro de 2019.

4000104-38.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: ERINILDA GONÇALVES DE FREITAS. Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM). Impetrado: JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS. LitsPassiv: Banco Bmg S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 2694/AM). Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Wilson Sales Belchior (17314/CE) e Wilson Sales Belchior (2694/AM), Adson Pinho Pinto (5850/AM), advogado(a) de Banco Bmg S/A e JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS, ERINILDA GONÇALVES DE FREITAS intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000104-38.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019.

Total de feitos: 2

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0001598-70.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrida: FLAVIANA MARIA LOPES DE CARVALHO - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (190060/RJ) e Antônio de Moraes Dourado Neto (7529/AL), Lauri Dario Bock (12074/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, FLAVIANA MARIA LOPES DE CARVALHO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0001598-70.2017.8.04.4701 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 7529/AL) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 190060/RJ) - Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0202439-25.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido: Marcio Gomes da Cunha - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Carlos Alberto Rodrigues de Souza (6164/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Marcio Gomes da Cunha, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0202439-25.2018.8.04.0020 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB: 6164/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600348-57.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jose Edmilson Pinheiro da Cruz - Recorrido: Vivo S.a. - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM), Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO) , advogado de Jose Edmilson Pinheiro da Cruz, Vivo S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600348-57.2019.8.04.0020 , interposto Jose Edmilson Pinheiro da Cruz. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM) - Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603310-39.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Alexandre Coelho da Silva - Recorrido: Net Serviços de Comunicação S/A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Félix de Melo Ferreira (3032/AM), José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG) , advogado de Alexandre Coelho da Silva, Net Serviços de Comunicação S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603310-39.2017.8.04.0015 , interposto Alexandre Coelho da Silva. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM) - José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606755-31.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Joao Evangelista Teixeira Neto - Recorrido: Banco Bmg S/A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Diego Lucas Macedo Pereira (7928/AM), Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM) , advogado de Joao Evangelista Teixeira Neto, Banco Bmg S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606755-31.2018.8.04.0015 , interposto Joao Evangelista Teixeira Neto. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Diego Lucas Macedo Pereira (OAB: 7928/AM) - Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607767-85.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Pedro Paulo Aguiar da Costa - Recorrido: Ibrasco Empreendimentos Imobiliários Ltda - Recorrido: Capital Rossi Empreendimentos S/A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) , advogado de Pedro Paulo Aguiar da Costa, Capital Rossi Empreendimentos S/A e Ibrasco Empreendimentos Imobiliários Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607767-85.2015.8.04.0015 , interposto Pedro Paulo Aguiar da Costa. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607830-50.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrida: Maria de Nazare Lazaro Costa - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM), Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM) e Gustavo da Silva Grillo (7883/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Maria de Nazare Lazaro Costa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607830-50.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM) - Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM) - Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608039-59.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Lucas Marinho de Oliveira - Recorrido: Banco Bradesco S.a. - Recorrido: Bradesco Vida e Previdência S/A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM), Marcela da Silva Paulo (10325/AM) e Marcela da Silva Paulo (10325/AM), Andre de Souza Oliveira (5219/AM) e Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) , advogado de Lucas Marinho de Oliveira, Banco Bradesco S.a. e Bradesco Vida e Previdência S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608039-59.2018.8.04.0020 , interposto Lucas Marinho de Oliveira. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM) - Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM) - Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT) - Andre de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0610206-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: C.m. Rodrigues Comunicação – Me (Portal Cm7) - Recorrente: Cileide Moussallem Rodrigues - Recorrida: Nejmi Jomaa Abdel Aziz - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Cintia Rossette de Souza (4605/AM), Isaac Luiz Miranda Almas (12199/AM), Israel de Jesus Gonçalves (3051/AM), Kerolayne Rosas Lima de Queiroz (14104/AM) e Regina Rolo Rodrigues (12122/AM), Nilson Coronim (1925/AM) , advogado de C.m. Rodrigues Comunicação - Me (Portal Cm7) e Cileide Moussallem Rodrigues, Nejmi Jomaa Abdel Aziz, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0610206-64.2018.8.04.0015 , interposto C.m. Rodrigues Comunicação - Me (Portal Cm7) e Cileide Moussallem Rodrigues. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Cintia Rossette de Souza (OAB: 4605/AM) - Israel de Jesus Gonçalves (OAB: 3051/AM) - Isaac Luiz Miranda Almas (OAB: 12199/AM) - Regina Rolo Rodrigues (OAB: 12122/AM) - Kerolayne Rosas Lima de Queiroz (OAB: 14104/AM) - Nilson Coronim (OAB: 1925/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611265-87.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Justino Lima de Araujo - Recorrido: Yeno Cassio Costa Correa - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Todos os representantes das partes ativas Não informado, Gesla Lima Silva (13284/AM) e Rigoney Saraiva Amorim , advogado de Justino Lima de Araujo, Yeno Cassio Costa Correa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611265-87.2018.8.04.0015 , interposto Justino Lima de Araujo. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gesla Lima Silva (OAB: 13284/AM) - Rigoney Saraiva Amorim - Fórum Mário Verçosa

Nº 0616448-10.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Empresa de Jornais Calderaro Ltda - Recorrido: Ivanildo Rodrigues do Nascimento - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos José Veiga Crespo (5177/AM) e Walter Siqueira Brito (4186/AM), Fábio Renam de Mello Freitas (2298/AM) , advogado de Empresa de Jornais Calderaro Ltda, Ivanildo Rodrigues do Nascimento, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0616448-10.2016.8.04.0015 , interposto Empresa de Jornais Calderaro Ltda. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Carlos José Veiga Crespo (OAB: 5177/AM) - Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM) - Fábio Renam de Mello Freitas (OAB: 2298/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0617172-14.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Daycoval S/A - Recorrida: Maria de Nazaré Guimarães da Silva - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (198088/SP), Karina de Fatima Souza Gonçalves (13361/AM), Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (1889/AM) e Paulo Cesar Azevedo dos Santos (13278/AM) , advogado de Banco Daycoval S/A, Maria de Nazaré Guimarães da Silva, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0617172-14.2016.8.04.0015 , interposto Banco Daycoval S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (OAB: 198088/SP) - Karina de Fatima Souza Gonçalves (OAB: 13361/AM) - Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB: 1889/AM) - Paulo Cesar Azevedo dos Santos (OAB: 13278/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0617358-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bradesco S.a. - Recorrido: Evaristo da Silva Borges - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). André de Souza Oliveira (5219/AM) e Wilson Sales Belchior (17314/CE), Geyza Diany Lima das Chagas (11855/AM) e Yago Lira de Lima Mabelini (13650/AM) , advogado de Banco Bradesco S.a., Evaristo da Silva Borges, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0617358-66.2018.8.04.0015 , interposto Banco Bradesco S.a.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Geyza Diany Lima das Chagas (OAB: 11855/AM) - Yago Lira de Lima Mabelini (OAB: 13650/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0617690-75.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrida: Umbelina da Silva Andrade - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Janilson da Costa Barros (13152/AM) e Sálvia Haddad Gurgel Amaral (3529/AM), Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM), Ademário do Rosário Azevedo Filho (10357/AM), Fábio Fernando Silva Azevedo (9144/AM), Samuel Pinto da Silva (6734/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Umbelina da Silva Andrade, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0617690-75.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) - Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM) - Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) - Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB: 9144/AM) - Samuel Pinto da Silva (OAB: 6734/AM) - Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB: 10357/AM) - Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618000-81.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrida: Raimunda Nonata Gomes Duarte - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM) e Sálvia Haddad Gurgel Amaral (3529/AM), Bruno Barbosa dos Reis Glória (9432/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Raimunda Nonata Gomes Duarte, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618000-81.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM) - Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM) - Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB: 9432/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618239-43.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Faculdade Martha Falcão - Instituto Superior de Ensino da Amazônia S/c Ltda. - Recorrido: Eric Carvalho de Albuqueque - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), Caio Coelho Redig (14400/AM) e Dayana de Menezes Azevedo , advogado de Faculdade Martha Falcão - Instituto Superior de Ensino da Amazônia S/c Ltda., Eric Carvalho de Albuqueque, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618239-43.2018.8.04.0015 , interposto Faculdade Martha Falcão - Instituto Superior de Ensino da Amazônia S/c Ltda.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Caio Coelho Redig (OAB: 14400/AM) - Dayana de Menezes Azevedo - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618365-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Aliança Incorporadora Ltda - Recorrido: Arthur de Freitas Lisboa - Recorrido: Pdg Construtora e Incorporadora - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). José Mario de Carvalho Neto e Sarah Georgia de Figueiredo (10631/AM), Fabio Rivelli (297608/SP), Fábio Rivelli (1119A/AM) e Ricardo Alan Monteiro Batista (8084/AM) , advogado de Aliança Incorporadora Ltda, Arthur de Freitas Lisboa e Pdg Construtora e Incorporadora, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618365-30.2017.8.04.0015 , interposto Aliança Incorporadora Ltda. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: José Mario de Carvalho Neto - Sarah Georgia de Figueiredo (OAB: 10631/AM) - Ricardo Alan Monteiro Batista (OAB: 8084/AM) - Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM) - Fabio Rivelli (OAB: 297608/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618410-97.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Águas do Amazonas S.A. - Recorrido: Miguel Mendes Pimentel - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM), Priscila Neves Silva Costa (12879/AM) , advogado de Águas do Amazonas S.A., Miguel Mendes Pimentel, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618410-97.2018.8.04.0015 , interposto Águas do Amazonas S.A.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Priscila Neves Silva Costa (OAB: 12879/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0622079-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Marcelo Ricardo Raposo da Câmara - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Louise Caroline Miquiles Guimarães (9251/AM), Rafael Sganzerla Durand (737/AM) , advogado de Marcelo Ricardo Raposo da Câmara, Banco do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0622079-61.2018.8.04.0015 , interposto Marcelo Ricardo Raposo da Câmara. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB: 9251/AM) - Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0623585-72.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Tap Transportes Aéreos Portugueses - Recorrido: Luiz Torres Prazeres dos Santos - Recorrida: Waleska Linhares de Andrade Santos - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Julia Vieira de Castro Lins Botelho (A1210/AM), Daniel Santos de Andrade (6733/AM) e Daniel Santos de Andrade (6733/AM) , advogado de Tap Transportes Aéreos Portugueses, Luiz Torres Prazeres dos Santos e Waleska Linhares de Andrade Santos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0623585-72.2018.8.04.0015 , interposto Tap Transportes Aéreos Portugueses. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Julia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB: A1210/AM) - Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0623993-63.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Thais da Costa Mota - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Paulo Felipe da Silva (10242/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) , advogado de Thais da Costa Mota, Banco do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0623993-63.2018.8.04.0015 , interposto Thais da Costa Mota. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Paulo Felipe da Silva (OAB: 10242/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0639676-85.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Requerente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrida: Raimunda Silveira Braga - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (2342/AM) e Sálvia Haddad Gurgel Amaral (3529/AM), Fabio de Assunção Acosta (8415/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Raimunda Silveira Braga, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0639676-85.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM) - Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (OAB: 2342/AM) - Fabio de Assunção Acosta (OAB: 8415/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000026-91.2019.8.04.0901 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: FOTO NASCIMENTO - ANTONIO RODRIGUES & COMPANHIA LTDA - Impetrado: 1ª Turma Recursal do Juizado Especial Cível Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - ListPassiv: MÁRCIA FERREIRA SANTOS - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM), Larissa Retto Dutra (5143/AM) , advogado de FOTO NASCIMENTO - ANTONIO RODRIGUES COMPANHIA LTDA, 1ª Turma Recursal do Juizado Especial Cível Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e MÁRCIA FERREIRA SANTOS, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000026-91.2019.8.04.0901 , interposto FOTO NASCIMENTO - ANTONIO RODRIGUES COMPANHIA LTDA. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) - Larissa Retto Dutra (OAB: 5143/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000032-51.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Zeyna Gorayeb Sucupira - Impetrada: JUIZO DE DIREITO 13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS/AM - LitsPassiv: BANCO LOSANGO S.A (BANCO MULTIPLO) - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Renato de Souza Pinto (8794/AM), Wilson Sales Belchior (1037A/AM) , advogado de Zeyna Gorayeb Sucupira, BANCO LOSANGO S.A (BANCO MULTIPLO) e JUIZO DE DIREITO 13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS/AM, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000032-51.2019.8.04.9000 , interposto Zeyna Gorayeb Sucupira. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000076-46.2014.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Indiana Seguros S/A - ListPassiv: Maria Soraia Brito Motta - Impetrado: Juizo de Direito da 8ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Marcos de Rezende Andrade Junior (188846/SP), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Indiana Seguros S/A, Juizo de Direito da 8ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital e Maria Soraia Brito Motta, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000076-46.2014.8.04.9000 , interposto Indiana Seguros S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Marcos de Rezende Andrade Junior (OAB: 188846/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000126-96.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: VICENTE EMANUEL ALMEIDA DE PAULA - Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS- AM - LitsPassiv: Banco Bradesco S.a. - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (9978/AM), José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM) , advogado de VICENTE EMANUEL ALMEIDA DE PAULA, Banco Bradesco S.a. e JUIZO DE DIREITO

DA 6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS- AM, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000126-96.2019.8.04.9000 , interposto VICENTE EMANUEL ALMEIDA DE PAULA. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB: 9978/AM) - José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000466-74.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Impetrado: Juizo de Direito da 11ª Vara do Juizado Especial Civel da Comarca de Manaus - LitsPassiv: José pereira da Silva Neto - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gustavo H. W. Tostes (1065/AM), Walfran Siqueira Caldas (8915/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), José pereira da Silva Neto e Juizo de Direito da 11ª Vara do Juizado Especial Civel da Comarca de Manaus, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/ AGRAVO nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000466-74.2018.8.04.9000 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gustavo H. W. Tostes (OAB: 1065/AM) - Walfran Siqueira Caldas (OAB: 8915/AM) - Fórum Mário Verçosa

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0602686-53.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Sheila Oliveira Sales - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM) e Servio Túlio de Barcelos (44698/ MG), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM), advogado(a) de Banco do Brasil S/A, Sheila Oliveira Sales intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602686-53.2018.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) - José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603687-41.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - Recorrida: MARIA TERESA ALVES PAIVA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Reberth da Silva Costa (8817/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/ AM), advogado(a) de MARIA TERESA ALVES PAIVA, DIRECIONAL ENGENHARIA S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603687-41.2015.8.04.0092. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604449-74.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Dayane Fernandes de Lima - Recorrido: Supermercados DB Ltda. - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (2790/AM) e Vera Lucia Matos Falcão (3758/AM), Joycilene Praia Ramos (12587/AM), advogado(a) de Supermercados DB Ltda., Dayane Fernandes de Lima intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604449-74.2018.8.04.0020. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Joycilene Praia Ramos (OAB: 12587/ AM) - Vera Lucia Matos Falcão (OAB: 3758/AM) - Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB: 2790/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605361-31.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jaques Ferreira de Souza Junior - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Luciana Barroso de Freitas (5144/AM), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), advogado(a) de Governador do Estado do Amazonas, Jaques Ferreira de Souza Junior intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605361-31.2018.8.04.0001. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) - Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605981-95.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrida: Rosilda P dos Reis - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Letícia Dias Ponce de Leão (9099/AM), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO) e Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM), advogado(a) de Rosilda P dos Reis, Banco Bmg S/A e Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605981-95.2017.8.04.0092. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO) - Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Letícia Dias Ponce de Leão (OAB: 9099/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608169-09.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Renato Araujo Mota - Recorrente: Adenys Manuel Vieira Rocha - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM) e Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), advogado(a) de Governador do Estado do Amazonas, Adenys Manuel Vieira Rocha e Renato Araujo Mota intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608169-09.2018.8.04.0001. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) - Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0609043-83.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Silvio Leal da Silva - Recorrida: Charliane da Silva Araújo - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Ana Barbara Martins Bacelar (11404/AM) e Ewerton Carneiro da Silva (11062/ AM), Cláudia de Fátima Mattos de Souza (6651/AM), advogado(a) de Charliane da Silva Araújo, Silvio Leal da Silva intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0609043-83.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Cláudia de Fátima Mattos de Souza (OAB: 6651/AM) - Ana Barbara Martins Bacelar (OAB: 11404/AM) - Ewerton Carneiro da Silva (OAB: 11062/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611006-29.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Anne Daniele Vital Amazonas - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG), Nelson Clay Fernandes Tavares (8453/AM), advogado(a) de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Anne Daniele Vital Amazonas intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611006-29.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM) - Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0615895-26.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Rafaelle Galvão Leitão - Recorrido: Decolar.com Ltda - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Francisco Antonio Fragata Jr (39768/SP) e Luis Carlos Monteiro Laurenço (664A/AM), Karina Lima Moreno (3932/AM), advogado(a) de Decolar.com Ltda, Rafaelle Galvão Leitão intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0615895-26.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina Lima Moreno (OAB: 3932/AM) - Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB: 664A/AM) - Francisco Antonio Fragata Jr (OAB: 39768/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0617367-28.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Anderson da Silva de Moura - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Rafael Sganzerla Durand (737/AM), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM), advogado(a) de Banco do Brasil S/A, Anderson da Silva de Moura intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0617367-28.2018.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0617812-80.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido: Gualberto Amaury de Queiroz Barbosa - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Breno Barbosa Ferreira (A451/AM), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM), advogado(a) de Gualberto Amaury de Queiroz Barbosa, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0617812-80.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) - Breno Barbosa Ferreira (OAB: A451/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000002-16.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: TIM CELULAR S/A - Impetrado: Juiz 11ª Vara do JEC da Comarca de Manaus - LitsPassiv: Zeneide dos Reis Farias - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Luciana da Silva Couto (5339/AM), Christianne Gomes da Rocha (18305/PB) e Déborah Ingrid Marcelina de Medeiros (40110/PE), advogado(a) de Juiz 11ª Vara do JEC da Comarca de Manaus e Zeneide dos Reis Farias, TIM CELULAR S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000002-16.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Christianne Gomes da Rocha (OAB: 18305/PB) - Déborah Ingrid Marcelina de Medeiros (OAB: 40110/PE) - Luciana da Silva Couto (OAB: 5339/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000205-75.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Banco Bradesco S.a. - Impetrado: Juízo da Vara Única do JEC da Comarca de Itapiranga - ListPassiv: MARIA LUSIA VIANA MASCARENHAS - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Marcela da Silva Paulo (10325/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), advogado(a) de Juízo da Vara Única do JEC da Comarca de Itapiranga e MARIA LUSIA VIANA MASCARENHAS, Banco Bradesco S.a. intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000205-75.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000216-07.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Banco Bradesco S.a. - Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL do FÓRUM DES AZARIAS MENESCAL da comarca de MANAUS/AM - LitsPassiv: Gelsoney Paz Procópio - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), advogado(a) de Gelsoney Paz Procópio e JUIZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL do FÓRUM DES AZARIAS MENESCAL da comarca de MANAUS/AM, Banco Bradesco S.a. intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000216-07.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) - Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000221-29.2019.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Uber do Brasil Tecnologia Ltda - Agravado: Humberto Aparicio da Silva - Coatora: JUIZO DE DIREITO DA 12 VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS - AM - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Geraldo de Souza Nascimento (12039/AM), Celso de Faria Monteiro (1080/AM), advogado(a) de Humberto Aparicio da Silva e JUIZO DE DIREITO DA 12 VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS - AM, Uber do Brasil Tecnologia Ltda intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000221-29.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Celso de Faria Monteiro (OAB: 1080/AM) - Geraldo de Souza Nascimento (OAB: 12039/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000250-79.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Banco Bradesco S.a. - Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL do FORO da comarca de MANAUS/AM - LitsPassiv: Wanisdeth de Souza Cajueiro Pereira - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), advogado(a) de JUIZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL do FORO da comarca de MANAUS/AM e Wanisdeth de Souza Cajueiro Pereira, Banco Bradesco S.a. intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000250-79.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000324-70.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Banco Bmg S/A - Impetrado: EXMO. JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ListPassiv: MARIA DO SOCORRO CALDAS OLIVEIRA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), advogado(a) de EXMO. JUIZ DE DIREITO DA TURMA RECURSAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA e MARIA DO SOCORRO CALDAS OLIVEIRA, Banco Bmg S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos

de Mandado de Segurança Cível nº 4000324-70.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000412-11.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Impetrado: Desembargador Relator 3ª Turma Recursal Dr. Roberto Hermidas de Aragão Filho - LitsPassiv: Teófilo Pinheiro da Costa - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (9446/BA), advogado(a) de Desembargador Relator 3ª Turma Recursal Dr. Roberto Hermidas de Aragão Filho e Teófilo Pinheiro da Costa, Companhia de Seguros Aliança do Brasil intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000412-11.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB: 9446/BA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000413-93.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: MANOEL FRANCISCO FERREIRA DE ALBUQUERQUE - Impetrado: ESTADO DO AMAZONAS - Impetrada: JUIZO DO 13º JUIZADO ESPECIAL - LitsPassiv: Banco Bradesco S/A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Mauro Paulo Galera Mari (887A/AM), Fernando Cesár Lima Ferreira de Oliveira (843/AM), advogado(a) de Banco Bradesco S/A, ESTADO DO AMAZONAS e JUIZO DO 13º JUIZADO ESPECIAL, MANOEL FRANCISCO FERREIRA DE ALBUQUERQUE intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000413-93.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Fernando Cesár Lima Ferreira de Oliveira (OAB: 843/AM) - Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000512-63.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: TIM CELULAR S/A - Impetrado: Vara Única da Comarca de Envira - JEC Cível - LitsPassiv: Marcílio Linhares Monteiro - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Christianne Gomes da Rocha (18305/PB), advogado(a) de Marcílio Linhares Monteiro e Vara Única da Comarca de Envira - JEC Cível, TIM CELULAR S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000512-63.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Christianne Gomes da Rocha (OAB: 18305/PB) - Fórum Mário Verçosa

2ª Turma Recursal
DESPACHO DE RELATORES

2ª Turma Recursal

0606845-92.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: JORGE RAPOSO DOS SANTOS. Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM). Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Wilson Sales Belchior (1037A/AM), Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), advogado(a) de Banco Industrial do Brasil S/A, JORGE RAPOSO DOS SANTOS intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Antônio Itamar de Souza Gonzaga, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606845-92.2016.8.04.0020. Manaus, 11 de setembro de 2019.

4000180-62.2019.8.04.9000 - Agravo de Instrumento. Agravante: Banco Pan S.a.. Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: 1140/AM). Agravada: Joia de Melo Cruz. Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM). Coatora: 1° JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS. Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Eduardo Chalfin (1140/AM), advogado(a) de 1° JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS e Joia de Melo Cruz, Banco Pan S.a. intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000180-62.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019.

4000222-14.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL). Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANORI - AMAZONAS. ListPassiv: ROCILENE MAGNO LIMA. Advogada: Julia Rayane Marinho Corrêia (OAB: 11337/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Julia Rayane Marinho Corrêia (11337/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), advogado(a) de JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ANORI - AMAZONAS e ROCILENE MAGNO LIMA, Banco Bradesco Financiamentos S/A intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000222-14.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019.

4000228-21.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Paulo Sérgio Chaves Quincó. Advogado: Renato Damasceno Batista (OAB: 3120/AM). Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 5° VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS -AM. LitsPassiv: Banco Csf S/A - Banco Carrefour S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). LitsPassiv: BANCO BRADESCO S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE), Renato Damasceno Batista (3120/AM), advogado(a) de Banco Csf S/A - Banco Carrefour S/A, BANCO BRADESCO S/A e JUIZO DE DIREITO DA 5° VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS -AM, Paulo Sérgio Chaves Quincó intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Antônio Itamar de Souza Gonzaga, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000228-21.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019.

4000517-85.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Andreia Ferreira Oliveira. Advogado: Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB: 5436/AM). Impetrado: Dr. Juiz MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA, do 8º JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS. LitsPassiv: Águas do Amazonas S/A - Manaus Ambiental. Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM), Mozart Luis Nascimento dos Santos (5436/AM), advogado(a) de Águas do Amazonas S/A - Manaus Ambiental e Dr. Juiz MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA, do 8º JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS, Andreia Ferreira Oliveira intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Irlena Leal Benchimol, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000517-85.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019.

Total de feitos: 5

3ª Turma Recursal
Presidente: Dra. Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz
Secretário: Jailton Andrade Martins

De ordem da Exma. Sra. Presidente da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Dr. Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, de acordo com o artigo 934 do Novo Código de Processo Civil, combinado com o artigo 45 da Lei 9.099/95, torno público que serão julgados os processos a seguir **24/09/2019 às 09:00,** de forma presencial, ou nas sessões seguintes, **observa-se que a reunião para julgamento dos processos no qual há pedido de sustentação oral acontecerá no Auditório Desembargadora Liana de Mendonça Belém, Localizado no Fórum Desembargador Mário Verçosa (Aparecida), no dia 24/09/2019 às 09:00.**
Data da sessão: 24/09/2019 às 09:00

Recurso Inominado Cível nº 0614528-98.2016.8.04.0015 .
Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Edmundo Almeida Sobrinho
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado Cível nº 0628651-33.2018.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Dallas Rent a Car Ltda.
Advogado : Dênis Audi Espinela (198153/SP)
Advogado : Bruno Mendes Cordeiro (7420/AM)
Recorrido : Glaucio Herculano Alencar
Advogado : Glaucio Herculano Alencar (11183/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0603305-48.2016.8.04.0016 .
Origem: 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : ADALMARIA MARINHO PENALBER IMBELONI
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0604744-26.2017.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rute Bentes da Silva
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0604261-96.2018.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Damaso Alves Ferreira
Advogado : Anderson Santos da Silva (12015/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0620294-98.2017.8.04.0015 .
Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : NEILA SUELY OLIVEIRA ALVES
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0601758-05.2018.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Orlando Junho Albuquerque
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0614383-90.2017.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Banrisul
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrente : Bem Promotora de Vendas e Servicos S.a.
Advogado : Roberto Trigueiro Fontes (692/AM)
Recorrido : Marcilene Souza de Freitas - Me
Advogado : Luis Juscelino Augusto Leite (4092/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0600712-41.2018.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Recorrido : Marcos Antônio da Silva Souza
Advogado : Paulo Jaqson Freire Pinto (7967/AM)
Advogado : Luiz Gonzaga Pinheiro Junior (12021/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0603934-54.2018.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Emilson Simplicio de Araujo
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Thiago Pessoa Rocha (29650/PE)
Advogado : Carlos Antonio Harten Filho (19357/PE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado Cível nº 0602713-21.2018.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Helima Evangelista Batista
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Thiago Pessoa Rocha (29650/PE)
Advogado : Carlos Antonio Harten Filho (19357/PE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado Cível nº 0602605-67.2018.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Iolanda Maria Castro da Silva
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : CAPEMI - (Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios)
Advogado : José Ribamar Fernandes Morais (559A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado Cível nº 0603101-21.2018.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jose Ribamar Martins
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : CAPEMI - (Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios)
Advogado : José Ribamar Fernandes Morais (559A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado Cível nº 0611585-11.2016.8.04.0015 .
Origem: 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : SANDRO RONALDO DOS SANTOS LIMA
Advogado : Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0611095-23.2015.8.04.0015 .
Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : FRANCISCO ALMEIDA FERREIRA
Advogado : Jonilson Maia Pereira (7871/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0608503-06.2015.8.04.0015 .
Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : José Mauro do Amaral Ramos
Advogado : Nelson Clay Fernandes Tavares (8453/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0000911-64.2016.8.04.5401 .
Origem: 1º Juizado Especial Cível e Criminal.
Recorrente : SHARLES COMAP DA CRUZ
Advogado : Jose Marconi Moreira Filho (9552/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0603191-41.2017.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rogéria Pontes Brandão
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0613205-58.2016.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : NILCELENE BENTES VIDEO
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0612668-96.2015.8.04.0015 .
Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : ANDRÉ RAMOS DOS SANTOS
Advogado : Nelson Clay Fernandes Tavares (8453/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0605725-55.2017.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)
Advogado : Ingrid Crstine de Sá Ribeiro Pacheco (12209/AM)
Recorrente : Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio)
Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Recorrido : MARLON PINHEIRO DE MENDONÇA
Advogado : Eliana de Oliveira Resende (12168/AM)
Recorrida : VÂNIA CARVALHO SILVA DE MENDONÇA
Advogado : Eliana de Oliveira Resende (12168/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado Cível nº 0614566-42.2018.8.04.0015 .
Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogado : Gustavo Antônio Feres Paixão (95502/RJ)
Advogado : Gustavo Antonio Feres Paixao (7675-A/TO)
Advogada : Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM)
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Recorrido : José Fernando Brasil de Araujo
Advogado : José Fernando Brasil de Araujo (9633/AM)
Advogado : Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (7432/AM)
Advogado : Paulo Vitor Lopes Bezerra (9660/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0610115-42.2016.8.04.0015 .
Origem: 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : VANESSA BRITO VENTURA
Advogada : Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (7338/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0645965-34.2018.8.04.0001 . Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : Raul Góes Neto
Advogado : Rosquild Azêdo Omena (A605/AM)
Recorrido : Governador do Estado do Amazonas
Advogado : Janilson da Costa Barros (13152/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0603307-84.2017.8.04.0015 .
Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Carlos Antônio Araújo Costa
Advogado : Nelson dos Santos Ale Júnior (8507/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado Cível nº 0612925-87.2016.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrida : JUCILANDE MONTEIRO DE CARVALHO
Advogado : Cristiana Jorge de Oliveira (12536/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado Cível nº 0608936-39.2017.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : Jurandir Ferreira de Carvalho
Advogado : Cristiana Jorge de Oliveira (12536/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0622920-56.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Novo Mundo Moveis e Utilidades Ltda

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrida : Luciana Samara Libório Abrahim
Advogado : Joaquim Liborio dos Santos (8860/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0619399-40.2017.8.04.0015 .
Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jaine Valente Cruz
Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0600374-89.2018.8.04.0020 .
Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rodrigo da Silva Barbosa
Advogado : Adson Pinho Pinto (5850/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Advogada : Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0600435-25.2018.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : A.s.a. Piscinas & Instalaçoes
Advogado : Francesco Robustelli Neto (8268/AM)
Recorrida : Nagila Cristina Alves da Silva
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0604573-57.2018.8.04.0020 .
Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Alessandra da Fonseca de Souza
Advogado : Moysés Roberto Geber Corrêa (5678/AM)
Recorrido : Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl I
Advogado : Luciano da Silva Buratto (179235/SP)
Advogado : Fábio Nogueira Corrêa (5674/AM)
Advogado : Alan de Oliveira Silva (208322/SP)
Recorrido : Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0603054-25.2018.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S. A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrida : Kelry Cristiany Felix Trindade
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0609261-77.2018.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Raimundo Nonato Castelo de Oliveira
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado : Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0000076-76.2018.8.04.6801 .
Origem: Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro.
Recorrente : BANCO BRADESCO S.A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (392A/RN)
Advogado : Patricia Gurgel Portela Mendes (5424/RN)
Recorrido : ALTEMIR CESAR FERREIRA LIMA
Advogado : Lorruama Justiniano e Silva (11047/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0208840-89.2017.8.04.0015 .
Origem: 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Grupo de Apio à Criança Com Câncer do Amazonas
Advogado : Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM)
Recorrido : Djalma Praia de Oliveira
Advogado : Josemar Berçot Rodrigues (5935/AM)
Advogada : Daysevanda das Graças Brito Dantas (7003/AM)
Advogado : Josemar Berçot Rodrigues Júnior (7557/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0605472-70.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Capital Rossi Empreendimentos S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrente : Santa Silvia Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrido : Walter Jose Firmo Gonçalves Filho
Advogado : Villeneuve Tavares dos Santos (9756/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0606582-04.2017.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogado : Igor Macedo Facó (16470/CE)
Advogado : Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM)
Recorrente : Hapvida (Hospital Rio Negro)
Advogado : Igor Macedo Facó (16470/CE)
Advogado : Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM)
Recorrida : Raimunda Ferreira Pontes
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz

Recurso Inominado Cível nº 0612449-78.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Joaquim Felicio Cavalcante Carvalho
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : ORGANIZAÇÃO SOCIAL BRASIL S/S LTDA - EPP
Advogada : Edmárie de Jesus Cavalcante (3351/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Recurso Inominado Cível nº 0601974-26.2018.8.04.0092 .
Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jose Rodrigues dos Santos
Advogada : Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM)
Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A
Soc. Advogados : Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados
Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Manaus, 11 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0001093-09.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível - Humaitá - Recorrente: Demilda Moura da Silva - Recorrido: Banco Bmg S/A - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrido: Demilda Moura da Silva - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Michelle Souza Pires Stegmann

(888A/AM), Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM) , advogado de Banco Bmg S/A e Demilda Moura da Silva, Banco Bmg S/A e Demilda Moura da Silva, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0001093-09.2017.8.04.4401 , interposto Banco Bmg S/A e Demilda Moura da Silva. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB: 888A/AM) - Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0002464-78.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrido: JOSÉ CARLOS SANTOS GADELHA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE), Willian dos Santos Silva (10232/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, JOSÉ CARLOS SANTOS GADELHA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0002464-78.2017.8.04.4701 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0200952-98.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Rossi Residencial S/A - Capital Rossi - Recorrente: Construtora Capital S/A - Recorrida: Raimunda Eliete Lira de Menezes - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Eli Marques Cavalcante Junior (2881/AM) , advogado de Construtora Capital S/A e Rossi Residencial S/A - Capital Rossi, Raimunda Eliete Lira de Menezes, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0200952-98.2019.8.04.0015 , interposto Construtora Capital S/A e Rossi Residencial S/A - Capital Rossi. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Eli Marques Cavalcante Junior (OAB: 2881/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600932-61.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Rio Solimoes Distribuidora - Recorrido: Altamir Rodrigues dos Santos Junior - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Igor de Mendonça Campos (303002/SP) e Priscila Lima Monteiro (5901/AM), José Ricardo Martins Pontes (900A/AM) , advogado de Rio Solimoes Distribuidora, Altamir Rodrigues dos Santos Junior, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600932-61.2018.8.04.0020 , interposto Rio Solimoes Distribuidora. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM) - Igor de Mendonça Campos (OAB: 303002/SP) - José Ricardo Martins Pontes (OAB: 900A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602305-11.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bradesco S. A - Recorrida: Maria de Nazare dos Santos Henriques - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). André de Souza Oliveira (5219/AM) e Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), Wagner Amâncio dos Santos (4660/AM) , advogado de Banco Bradesco S. A, Maria de Nazare dos Santos Henriques, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602305-11.2019.8.04.0015 , interposto Banco Bradesco S. A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Wagner Amâncio dos Santos (OAB: 4660/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602389-12.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Antonio Martins Correia - Recorrido: Midway Finaceira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Recorrido: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Manoel Marques de Oliveira (5587/AM), Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) , advogado de Antonio Martins Correia, Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A e Midway Finaceira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602389-12.2019.8.04.0015 , interposto Antonio Martins Correia. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM) - Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB: 7109/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602836-97.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Tim Celular S/A - Recorrido: Tiago da Silva Campos - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Christianne Gomes da Rocha (18305/PB), Luciano da Silva Rocha (9788/AM) , advogado de Tim Celular S/A, Tiago da Silva Campos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602836-97.2019.8.04.0015 , interposto Tim Celular S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Christianne Gomes da Rocha (OAB: 18305/PB) - Luciano da Silva Rocha (OAB: 9788/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602837-87.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: ESEPO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA - Recorrente: HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Recorrida: TATIANE BEZERRA DE ALENCAR - Recorrido: FRANK JUNIOR FREITAS DA SILVA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Marcos Paulo Moura Luz (10868/AM) e Marcos Paulo Moura Luz (10868/AM) , advogado de ESEPO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA e HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, FRANK JUNIOR FREITAS DA SILVA e TATIANE BEZERRA DE ALENCAR, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602837-87.2016.8.04.0015 , interposto ESEPO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA e HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602937-08.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Porto Seguros Companhia de Seguros Gerais - Recorrido: Ed Taylor Meneses de Sousa - Recorrida: Aglair Auxiliadora Neves de Azevedo - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO), Gianluca Azevedo Conte de Melo (9434/AM), Isaura Cristina Bonafé Rodrigues (9518/AM) e Wallestein Monteiro de Souza (4907/AM) , advogado de Porto Seguros Companhia de Seguros Gerais, Aglair Auxiliadora Neves de Azevedo e Ed Taylor Meneses de Sousa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602937-08.2017.8.04.0015 , interposto Porto Seguros Companhia de Seguros Gerais. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gianluca Azevedo Conte de Melo (OAB: 9434/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603681-37.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrida: GISELLE DA SILVA FERNANDES - Recorrente: Banco Itaú S/A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM), Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) , advogado de Banco Itaú S/A, GISELLE DA SILVA FERNANDES, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603681-37.2016.8.04.0015 , interposto Banco Itaú S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604384-65.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrido: JOSE RAIMUNDO PIRES DA SILVA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (38699/DF) e Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG), Jaime da Silva Beleza (10327/AM) e Shirley Jane de Oliveira Cintrão (4451/AM) , advogado de Banco Bonsucesso S/A, JOSE RAIMUNDO PIRES DA SILVA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604384-65.2016.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 38699/DF) - Jaime da Silva Beleza (OAB: 10327/AM) - Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB: 4451/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604601-06.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Aguinaldo Antunes Corrêa Júnior - Recorrido: Banco Bradesco S.a. - Recorrido: ODONTOPREV S.A - Recorrido: Amil - Assistência Médica Internacional Ltda - Recorrente: Banco Bradesco S/A - Recorrente: Odonto Prev S/A - Recorrente: AMIL - Assistência Médica Internacional S.A. - Recorrido: Aguinaldo Antunes Correa Junior - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Andreia Farias de Barros (10773/AM), Aniolly Brenda da Silva Costa (16391/RN), Kelly Alves Medeiros (8999/RN), Orlando Lopes Neto (11383/RN), Paulo Roberto Vigna (173477/SP) e Victoria Dutra Alencar Arantes (10316/AM), Andreia Farias de Barros (10773/AM), José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM), Paulo Roberto Vigna (173477/SP) e Victoria Dutra Alencar Arantes (10316/AM) , advogado de Aguinaldo Antunes Corrêa Júnior, AMIL - Assistência Médica Internacional S.A., Banco Bradesco S/A e Odonto Prev S/A, Aguinaldo Antunes Correa Junior, Amil - Assistência Médica Internacional Ltda, Banco Bradesco S.a. e ODONTOPREV S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604601-06.2019.8.04.0015 , interposto Aguinaldo Antunes Corrêa Júnior, AMIL - Assistência Médica Internacional S.A., Banco Bradesco S/A e Odonto Prev S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Andreia Farias de Barros (OAB: 10773/AM) - José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) - Victoria Dutra Alencar Arantes (OAB: 10316/AM) - Paulo Roberto Vigna (OAB: 173477/SP) - Orlando Lopes Neto (OAB: 11383/RN) - Kelly Alves Medeiros (OAB: 8999/RN) - Aniolly Brenda da Silva Costa (OAB: 16391/RN) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605223-19.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: M. R. G. das F. - Recorrido: V. P. A. LTDA (V. - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antônio Pereira Sales, Bruno Oliveira Medeiros (7203/AM) e Luiz Ricardo Alves da Silva (7048/AM), Ana Clara Soares Ladeira (7289/AM) e Carlos Ricardo de Araújo Melo (4239/AM) , advogado de M. R. G. das F. , V. P. A. LTDA (V. , e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605223-19.2017.8.04.0092 , interposto M. R. G. das F. . Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antônio Pereira Sales - Luiz Ricardo Alves da Silva (OAB: 7048/AM) - Bruno Oliveira Medeiros (OAB: 7203/AM) - Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB: 4239/AM) - Ana Clara Soares Ladeira (OAB: 7289/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605372-86.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: MARIA DE FÁTIMA LOPES DE SÁ - Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Wilson Sales Belchior (17314/CE) , advogado de MARIA DE FÁTIMA LOPES DE SÁ, Banco Industrial do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605372-86.2016.8.04.0015 , interposto MARIA DE FÁTIMA LOPES DE SÁ. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605958-97.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Ebenezer de Alencar Bastos - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Almino Lima Santos (8642/AM), Franklin Arthur Martinz Filho (20217/CE) , advogado de Ebenezer de Alencar Bastos, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605958-97.2018.8.04.0001 , interposto Ebenezer de Alencar Bastos. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Almino Lima Santos (OAB: 8642/AM) - Franklin Arthur Martinz Filho (OAB: 20217/CE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606924-03.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Maria das Dores Leal Fernando - Recorrido: Banco Bradesco S.a. - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), André de Souza Oliveira (5219/AM) e Karina de Almeida Batistuci (9558/AL) , advogado de Maria das Dores Leal Fernando, Banco Bradesco S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606924-03.2018.8.04.0020 , interposto Maria das Dores Leal Fernando. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606990-61.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco do Brasil S/A - Recorrido: João Sinezio da Fonseca Coelho - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM) e Servio Túlio de Barcelos (44698/MG), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM) , advogado de Banco do Brasil S/A, João Sinezio da Fonseca Coelho, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606990-61.2019.8.04.0015 , interposto Banco do Brasil S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) - José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608146-26.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrido: EDMAR RAIMUNDO NASCIMENTO DE SOUZA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Marco André Honda Flores (6171/MS), Marcelo Ferreira da Costa Filho (7023/AM) , advogado de Banco Bonsucesso S/A, EDMAR RAIMUNDO NASCIMENTO DE SOUZA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608146-26.2015.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608186-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Safra S.A. - Recorrido: Josenias Almeida da Costa - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO), Ocimei Oliveira Caldas (7832/AM) , advogado de Banco Safra S.A., Josenias Almeida da Costa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608186-03.2018.8.04.0015 , interposto Banco Safra S.A.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO) - Ocimei Oliveira Caldas (OAB: 7832/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608892-20.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Capital Rossi - ESEPO Empreendimentos Imobiliários Ltda - Recorrente: Construtora Capital S/A - Recorrente: Hibride Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Recorrido: Adriano Andrade Rosa dos Santos - 2ª Turma Recursal

Fica o(a) Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM), Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM) , advogado de Capital Rossi - ESEPO Empreendimentos Imobiliários Ltda, Construtora Capital S/A e Hibride Empreendimentos Imobiliarios Ltda, Adriano Andrade Rosa dos Santos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608892-20.2017.8.04.0015 , interposto Capital Rossi - ESEPO Empreendimentos Imobiliários Ltda, Construtora Capital S/A e Hibride Empreendimentos Imobiliarios Ltda. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/ AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Daniel de Lima Albuquerque (OAB: 6548/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0613944-94.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Pan S/A - Recorrido: Mario Sergio Viana Lago - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), Josembergue Cavalcante Figueiredo (7298/AM) , advogado de Banco Pan S/A, Mario Sergio Viana Lago, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0613944-94.2017.8.04.0015 , interposto Banco Pan S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB: 7298/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614471-31.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrido: Andre Luiz Pontes Castro - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM), Cassio Chaves Cunha (12268/PA) e Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM), Robson Carvalho Ferreira (12268/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Andre Luiz Pontes Castro, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0614471-31.2017.8.04.0020 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Robson Carvalho Ferreira (OAB: 12268/ AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0615655-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Philips Loja Online - Recorrida: Stephanie Louise da Silva Santos - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). André de Souza Oliveira (5219/AM), Angelo de Oliveira Spano (314472/ SP), Fabio Rivelli (297608/SP) e Marcio Pereira Mendes (252942/ SP), Eline de Oliveira Souza (7543/AM) , advogado de Philips Loja Online, Stephanie Louise da Silva Santos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0615655-03.2018.8.04.0015 , interposto Philips Loja Online. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Fabio Rivelli (OAB: 297608/SP) - André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Angelo de Oliveira Spano (OAB: 314472/SP) - Marcio Pereira Mendes (OAB: 252942/SP) - Eline de Oliveira Souza (OAB: 7543/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0615757-25.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido: Raimundo Silva Panfilio - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/ AM), Philipe Jose Lima de Lima (9039/AM) e Roberto César Diniz Cabrera (6071/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Raimundo Silva Panfilio, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0615757-25.2018.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Philipe Jose Lima de Lima (OAB: 9039/AM) - Roberto César Diniz Cabrera (OAB: 6071/ AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0615787-94.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe - Recorrida: Ecintielem Pereira Nogueira - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Ingrid Crstine de Sá Ribeiro Pacheco (12209/AM), Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Marcela Camila F. Silva Santiago (5924/AM) , advogado de Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe, Ecintielem Pereira Nogueira, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/ AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0615787-94.2017.8.04.0015 , interposto Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) - Ingrid Crstine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB: 12209/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Marcela Camila F. Silva Santiago (OAB: 5924/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0616816-19.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida: Nubia Santos da Silva - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG), Joelmir Ricardo Gonçalves (509/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A e Banco Bonsucesso S/A, Nubia Santos da Silva, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0616816-19.2016.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A e Banco Bonsucesso S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB: 509/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0616962-26.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrido: Ivo Alberto Pereira de Castro - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Cassio Chaves Cunha (12268/PA), Sammy de Souza Sahdo (4791/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Ivo Alberto Pereira de Castro, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0616962-26.2017.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Sammy de Souza Sahdo (OAB: 4791/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618323-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Shirley Avelino M - Recorrido: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alexandre Paes Barreto Saraiva (8838/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) , advogado de Shirley Avelino M, Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618323-44.2018.8.04.0015 , interposto Shirley Avelino M. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB: 8838/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0623651-52.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Liliana Cavalcante Costa - Recorrido: Águas do Amazonas S.A. - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (7556/AM), Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) , advogado de Liliana Cavalcante Costa, Águas do Amazonas S.A., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0623651-52.2018.8.04.0015 , interposto Liliana Cavalcante Costa. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Caio Tasso S. Queiroz dos Santos (OAB: 7556/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0625757-84.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco do Brasil S/A - Recorrido: Zenildo Alves Monteiro - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM) e Servio Túlio de Barcelos (44698/MG), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM) , advogado de Banco do Brasil S/A, Zenildo Alves Monteiro, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0625757-84.2018.8.04.0015 , interposto Banco do Brasil S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) - José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) - Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000362-82.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Messias de Oliveira Lopes - Impetrado: JUIZ DE DIREITO DO 8o JEC - LitsPassiv: CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS - CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Leiry Maria Padilha de Araújo (9157/AM), Lucas Costa do Vale (7990/AM) , advogado de Messias de Oliveira Lopes, CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS - CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS e JUIZ DE DIREITO DO 8o JEC, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000362-82.2018.8.04.9000 , interposto Messias de Oliveira Lopes. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB: 9157/AM) - Lucas Costa do Vale (OAB: 7990/AM) - Fórum Mário Verçosa

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000278-24.2017.8.04.7501 - Recurso Inominado Cível - Tefé - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida: NAZARÉ BATALHA DA CRUZ - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Saul Max Pinheiro de Vasconcelos (1000/AM), Cassio Chaves Cunha (12268/PA), advogado(a) de NAZARÉ BATALHA DA CRUZ, Banco Bonsucesso Consignado S.A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000278-24.2017.8.04.7501. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Saul Max Pinheiro de Vasconcelos (OAB: 1000/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0000551-98.2014.8.04.6501 - Recurso Inominado Cível - Presidente Figueiredo - Recorrente: MARIA DE FÁTIMA NEREZ SIMÕES - Recorrido: Banco Bradesco S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Célliio Eduardo Machado (848A/AM), advogado(a) de Banco Bradesco S/A, MARIA DE FÁTIMA NEREZ SIMÕES intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000551-98.2014.8.04.6501. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Célliio Eduardo Machado (OAB: 848A/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600795-96.2014.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Raimundo Claudio Souza Gomes - Recorrido: Banco Santander S.a. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Alyne Coelho Oliveira (844A/AM), Carlos Maximiano Mafra de Laet (104061A/SP), Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (843A/AM) e Marco André Honda Flores (6171/MS), Jorge Anderson Pereira Borges (6400/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM) e Manoel Ferreira Borges (3315/AM), advogado(a) de Banco Santander S.a., Raimundo Claudio Souza Gomes intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600795-96.2014.8.04.0092. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601698-17.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Auricelia Maria Santos Pereira - Recorrido: Embracon Administradora de Consorcio Ltda. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Amandio Ferreira Tereso Júnior (A739/AM) e Maria Lucília Gomes (1579A/AM), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM), advogado(a) de Embracon Administradora de Consorcio Ltda., Auricelia Maria Santos Pereira intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601698-17.2018.8.04.0020. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB: A739/AM) - Maria Lucília Gomes (OAB: 313A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603078-61.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Nelson Shigefumi Hashioka - Recorrente: Aki Cecília Takatani Hashioka - Recorrido: Agra Bergen Incorporadora Ltda - Recorrido: Alianca Incorporadora Ltda - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Bruno Bianchi Filho (4912/AM), Fabrizio de Souza Barbosa Grosso (4473/AM), Fábio Rivelli (1119A/AM) e José Mario de Carvalho Neto (4861/AM), Rodrigo Durães Fugii (8763/AM) e Rodrigo Durães Fugii (8763/AM), advogado(a) de Agra Bergen Incorporadora Ltda e Alianca Incorporadora Ltda, Aki Cecília Takatani Hashioka e Nelson Shigefumi Hashioka intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603078-61.2016.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM) - José Mario de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM) - Bruno Bianchi Filho (OAB: 4912/AM) - Fabrizio de Souza Barbosa Grosso (OAB: 4473/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0610626-69.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Silvana da Silva Costa - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Servio Túlio de Barcelos (44698/MG), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM), advogado(a) de Banco do Brasil S/A, Silvana da Silva Costa intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0610626-69.2018.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611866-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Antonio Moises Cunha de Queiroz - Recorrido: Jose Carlos Siqueira do Nascimento - Recorrida: Mirelle Lins de Amorim Nascimento - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Alice da Silva Welgert (12614/AM), Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM), Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM) e Cristiane Mendes Furlin (6970/AM), Adriana Almeida Lima (4577/AM) e Átila de Medeiros Affonso (1819/AM), advogado(a) de Jose Carlos Siqueira do Nascimento e Mirelle Lins de Amorim Nascimento, Antonio Moises Cunha de Queiroz intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611866-30.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Átila de Medeiros Affonso (OAB: 1819/AM) - Adriana Almeida Lima (OAB: 4577/AM) - Alice da Silva Welgert (OAB: 12614/AM) - Cristiane Mendes Furlin (OAB: 6970/AM) - Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612385-87.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrido: Gilson Gomes Barbosa - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM), Carlos Roberto Siqueira Castro (15410AP/A) e Cassio Chaves Cunha (12268/PA), advogado(a) de Gilson Gomes Barbosa, Banco Bonsucesso S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612385-87.2017.8.04.0020. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 15410A/PA) - Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Janaína Lopes Cavalcante (OAB: 5872/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612385-87.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrido: Gilson Gomes Barbosa - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM), Carlos Roberto Siqueira Castro (15410AP/A) e Cassio Chaves Cunha (12268/PA), advogado(a) de Gilson Gomes Barbosa, Banco Bonsucesso S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612385-87.2017.8.04.0020. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 15410A/PA) - Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Janaína Lopes Cavalcante (OAB: 5872/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0613337-81.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrido: Dillaney Silva Fabar - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM), Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG), advogado(a) de Dillaney Silva Fabar, Banco Bonsucesso Consignado S.A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0613337-81.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614220-62.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrida: SEBASTIANA BEZERRA ACELINO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Nelson Clay Fernandes Tavares (8453/AM), Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG), advogado(a) de SEBASTIANA BEZERRA ACELINO, Banco Bonsucesso S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0614220-62.2016.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0616067-65.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco do Brasil S/A - Recorrido: Tiago Brasil Silva - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Emmanuel Sousa Viana (12409/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM), Servio Túlio de Barcelos (44698/MG) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048/AM), advogado(a) de Tiago Brasil Silva, Banco do Brasil S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0616067-65.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048/AM) - Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) - Emmanuel Sousa Viana (OAB: 12409/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0617803-21.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Angela Maria Cruz Rosas - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM), Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM), Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) e Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM), advogado(a) de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Angela Maria Cruz Rosas intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0617803-21.2017.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) - Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000006-53.2019.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: Juizo da Fazendo Publica Estadual e Municipal - Coatora: Benedita Ferreira de Souza - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM), Benedito Evaldo de Lima (4821/AM), advogado(a) de Benedita Ferreira de Souza e Juizo da Fazendo Publica Estadual e Municipal, O Estado do Amazonas intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000006-53.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Benedito Evaldo de Lima (OAB: 4821/AM) - Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000013-16.2017.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Itaú Unibanco S/A - Impetrada: Juiz de Direito MM. Maria do Perpetuo Socorro da Silva Menezes - LitsPassiv: Micael de Lima Cavalcanti Ramos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Laila J. Alencar Costa e Silva (9572/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), advogado(a) de Juiz de Direito MM. Maria do Perpetuo Socorro da Silva Menezes e Micael de Lima Cavalcanti Ramos, Itaú Unibanco S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000013-16.2017.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Laila J. Alencar Costa e Silva (OAB: 9572/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000101-83.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Amazonas Energia S/A - Impetrado: JUÍZO DE DIREITO DA 12° VARA CÍVEL DO JUIZADO ESPECIAL

DA COMARCA DE MANAUS - LitsPassiv: RAIMUNDO DEUZENIR V SOARES - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Dheymison Albuquerque da Silva (12223/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), advogado(a) de JUÍZO DE DIREITO DA 12° VARA CÍVEL DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS e RAIMUNDO DEUZENIR V SOARES, Amazonas Energia S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000101-83.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Dheymison Albuquerque da Silva (OAB: 12223/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000117-37.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: RAFAEL LUAN ANDRADE SANTOS - Impetrado: Juízo de Direito da 9ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Azarias Menescal - LitsPassiv: Tam - Linhas Aéreas S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM), advogado(a) de Juízo de Direito da 9ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Azarias Menescal e Tam - Linhas Aéreas S/A, RAFAEL LUAN ANDRADE SANTOS intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Moacir Pereira Batista, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000117-37.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB: 9967/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000136-43.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: JUCEMILIA BARBOSA DE SOUZA - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do JEC - Procon - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa - LitsPassiv: MIDWAY FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP), Andrey Cardoso de Sousa (14208/AM), advogado(a) de Juízo de Direito da 2ª Vara do JEC - Procon - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa e MIDWAY FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, JUCEMILIA BARBOSA DE SOUZA intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000136-43.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Andrey Cardoso de Sousa (OAB: 14208/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000145-05.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Fabiano Fernandes Mariano - Impetrado: Juízo de Direito da 9ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Azarias Menescal - LitsPassiv: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Renato Fernandes Mariano (8246/AM), advogado(a) de Juízo de Direito da 9ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Azarias Menescal e Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A, Fabiano Fernandes Mariano intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000145-05.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM) - Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000147-72.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Antonio Wicaro Alves da Silva - Impetrado: Juízo de Direito da 11ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Lúcio F. de Resende - LitsPassiv: Almedio Castro Sarmento - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Aloizio Paes de Lima (1814/AC), advogado(a) de Almedio Castro Sarmento e Juízo de Direito da 11ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Lúcio F. de Resende, Antonio Wicaro Alves da Silva intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000147-72.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Aloizio Paes de Lima (OAB: 1814/AC) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000263-15.2018.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: Harrison Andrade da Costa - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Amauri Vieira dos Santos (11881/AM), Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM), advogado(a) de Harrison Andrade da Costa, O Estado do Amazonas intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000263-15.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM) - Amauri Vieira dos Santos (OAB: 11881/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000266-67.2018.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: Francisco Raymar Lima do Nascimento - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Amauri Vieira dos Santos (11881/AM), Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM), advogado(a) de Francisco Raymar Lima do Nascimento, O Estado do Amazonas intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000266-67.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM) - Amauri Vieira dos Santos (OAB: 11881/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000277-96.2018.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Agravado: FRANCISCO VIANA SILVA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Virginia Nunes Bessa (3591/AM), advogado(a) de FRANCISCO VIANA SILVA, Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000277-96.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Virginia Nunes Bessa (OAB: 3591/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000315-11.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Banco Bradesco S/A - Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DO FORUM LUCIO FONTE DE REZENDE DA COMARCA DE MANAUS/AM - LitsPassiv: CARLOS AUGUSTO EUFRAUSINO BEZERRA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Afonso Ribeiro da Silva Junior (8455/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), advogado(a) de CARLOS AUGUSTO EUFRAUSINO BEZERRA e JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DO FORUM LUCIO FONTE DE REZENDE DA COMARCA DE MANAUS/AM, Banco Bradesco S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000315-11.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Afonso Ribeiro da Silva Junior (OAB: 8455/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000319-48.2018.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: WILLIANMS FABIANO GOMES DA SILVA - Coatora: JUIZADO

DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL DE MANAUS - AM - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Todos os representantes das partes ativas Não informado, advogado(a) de JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL DE MANAUS - AM e WILLIANMS FABIANO GOMES DA SILVA, O Estado do Amazonas intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000319-48.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000440-76.2018.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – IESP - Agravado: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA - Coatora: Juízo de Direito da 6 Vara do Juizado Especial Cível - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Polliana Rodrigues da Silva (9476/AM), JULIANA QUIRÓS BELLO DE FREITAS (278944/SP), advogado(a) de Juízo de Direito da 6 Vara do Juizado Especial Cível e SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA, INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - IESP intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000440-76.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: JULIANA QUIRÓS BELLO DE FREITAS (OAB: 278944/SP) - Polliana Rodrigues da Silva (OAB: 9476/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000451-76.2016.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Itaú Unibanco S/A - LitsPassiv: ANTONIO DO CARMO CAVALCANTE EIRELI - ME - Coatora: JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO JUIZA DA 16A. VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA CAPITAL - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Elizandra Lacerda dos Santos (8529/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), advogado(a) de ANTONIO DO CARMO CAVALCANTE EIRELI - ME e JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO JUIZA DA 16A. VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA CAPITAL, Itaú Unibanco S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000451-76.2016.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Elizandra Lacerda dos Santos (OAB: 8529/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000482-28.2018.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: MARIA VALDELOURDES MARQUES MARTINS - Impetrado: juízo do 16º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus/AM - LitsPassiv: Banco Bradesco S/A - LitsPassiv: Bradesco Vida e Previdência S/A - LitsPassiv: Banco Bradesco Financiamentos S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM), Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM), advogado(a) de Banco Bradesco Financiamentos S/A, Banco Bradesco S/A, Bradesco Vida e Previdência S/A e juízo do 16º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus/AM, MARIA VALDELOURDES MARQUES MARTINS intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000482-28.2018.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) - Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM) - - Fórum Mário Verçosa

3ª Turma Recursal
DESPACHO DE RELATORES

3ª Turma Recursal

0604022-92.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível. Recorrente: André Barbosa Assam. Advogado: André Barbosa Assam (OAB: 10404/AM). Recorrido: Banco do Brasil S/A. Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM). Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG). Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM). Despacho: - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM), Servio Túlio de Barcelos (44698/MG) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM), André Barbosa Assam (10404/AM), advogado(a) de Banco do Brasil S/A, André Barbosa Assam intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604022-92.2018.8.04.0015. Manaus, 11 de setembro de 2019.

4000119-07.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: MARIA OLIVETE SIMPLICIO ONETY. Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM). Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa. LitsPassiv: Banco Bmg S/A. Advogada: Flavia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG). Despacho: - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Flavia Almeida Moura Di Latella (109730/MG), Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM), advogado(a) de Banco Bmg S/A e Juízo de Direito da 3ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Mário Verçosa, MARIA OLIVETE SIMPLICIO ONETY intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000119-07.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019.

4000157-19.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: João Demosthes de Oliveira Tomaz. Advogado: Walfran Siqueira Caldas (OAB: 8915/AM). Impetrado: Juízo de Direito da 14ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Lúcio F. de Resende. LitsPassiv: Águas do Amazonas S/A. Despacho: - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Walfran Siqueira Caldas (8915/AM), advogado(a) de Águas do Amazonas S/A e Juízo de Direito da 14ª Vara do JEC - Capital - Fórum Des. Lúcio F. de Resende, João Demosthes de Oliveira Tomaz intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000157-19.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019.

4000224-81.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: VALERIA CRUZ DO NASCIMENTO. Advogado: Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM). Impetrado: Juízo do 13 Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus/AM. LitsPassiv: Telefonica Brasil S/A. Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO). Despacho: - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO), Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM), advogado(a) de Juízo do 13 Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus/AM e Telefonica Brasil S/A, VALERIA CRUZ DO NASCIMENTO intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000224-81.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019.

4000227-36.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: SOCIEDADE FOGÁS LTDA.. Advogado: José Alberto Manuel Dantes (OAB: 3311/AM). Impetrado: JUIZ DA 12ª VARA DO JEC. LitsPassiv: PHT DA COSTA ME. Despacho: - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, José Alberto Manuel Dantes (3311/AM), advogado(a) de JUIZ DA 12ª VARA DO JEC e PHT DA COSTA ME, SOCIEDADE FOGÁS LTDA. intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000227-36.2019.8.04.9000. Manaus, 11 de setembro de 2019.

Total de feitos: 5

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000026-56.2017.8.04.2801 - Recurso Inominado Cível - Benjamin Constant - Recorrente: BANCO PAN S/A, atual denominação do BANCO PANAMERICANO S/A., - Recorrida: IRACY LUZEIRO CARDOSO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE), Hugo Neves de Moraes Andrade (23798/PE) e Thiago Batista de Gusmão (29293/PE), Charles Cardoso da Cruz (8431/AM) , advogado de BANCO PAN S/A, atual denominação do BANCO PANAMERICANO S/A.,, IRACY LUZEIRO CARDOSO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000026-56.2017.8.04.2801 , interposto BANCO PAN S/A, atual denominação do BANCO PANAMERICANO S/A.,. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Hugo Neves de Moraes Andrade (OAB: 23798/PE) - Thiago Batista de Gusmão (OAB: 29293/PE) - Charles Cardoso da Cruz (OAB: 8431/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0000065-51.2016.8.04.3201 - Recurso Inominado Cível - Borba - Recorrente: HEBER GOUVEIA BARCELOS - Recorrida: ANTONIA CRISCELIA FROZ CHAVES - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Rodrigo Michael Leão D albuquerque Alencar (8988N/AM), Carlos César Andrade Negreiros (7890/AM) , advogado de HEBER GOUVEIA BARCELOS, ANTONIA CRISCELIA FROZ CHAVES, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000065-51.2016.8.04.3201 , interposto HEBER GOUVEIA BARCELOS. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Rodrigo Michael Leão D albuquerque Alencar (OAB: 8988N/AM) - Carlos César Andrade Negreiros (OAB: 7890/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0000136-20.2015.8.04.6101 - Recurso Inominado Cível - Nhamunda - Recorrente: Banco Panamericano S/A - Recorrido: ELDA SONIA REIS FEIJO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE), Inácio de Araújo Navarro (14479/PA) e Luise Torres de Araujo Lima (9946/PI) , advogado de Banco Panamericano S/A, ELDA SONIA REIS FEIJO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000136-20.2015.8.04.6101 , interposto Banco Panamericano S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Luise Torres de Araujo Lima (OAB: 9946/PI) - Inácio de Araújo Navarro (OAB: 14479/PA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0000904-47.2016.8.04.4601 - Recurso Inominado Cível - Iranduba - Recorrente: IMOBILIARIA TERRA FIRME LTDA - Recorrido: CARLOS COUTINHO SALANOVA - Recorrente: CONSTROI IMOBILIARIA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Paula Miranda da Cunha (159369/MG) e Paula Miranda da Cunha (159369/MG), Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (10616/AM) e Lorena Santana Pimentel (11224/AM) , advogado de CONSTROI IMOBILIARIA e IMOBILIARIA TERRA FIRME LTDA, CARLOS COUTINHO SALANOVA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000904-47.2016.8.04.4601 , interposto CONSTROI IMOBILIARIA e IMOBILIARIA TERRA FIRME LTDA. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Paula Miranda da Cunha (OAB: 159369/MG) - Lorena Santana Pimentel (OAB: 11224/AM) - Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (OAB: 10616/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0001952-95.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: ACIMAR DIAS DE SOUZA - Recorrido: Banco Bmg S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Lauri Dario Bock (12074/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Henrique Lima Marinheiro (9324/AM) e Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) , advogado de ACIMAR DIAS DE SOUZA, Banco Bmg S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0001952-95.2017.8.04.4701 , interposto ACIMAR DIAS DE SOUZA. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM) - Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) - Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0002615-17.2013.8.04.5402 - Recurso Inominado Cível - Manacapuru - Recorrente: TEREZINHA DE JESUS MOREIRA - Recorrido: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Celso Antônio da Silveira (5807/AM), Kledson de Moura Lima (4111/TO) , advogado de TEREZINHA DE JESUS MOREIRA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0002615-17.2013.8.04.5402 , interposto TEREZINHA DE JESUS MOREIRA. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Celso Antônio da Silveira (OAB: 5807/AM) - Kledson de Moura Lima (OAB: 4111/TO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0002863-10.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrida: ROSINHO MOREIRA VIANA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE), Willian dos Santos Silva (10232/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, ROSINHO MOREIRA VIANA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0002863-10.2017.8.04.4701 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0200506-63.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Consórcio Nacional Volkswagen S/A - Recorrido: Francisco de Oliveira Rodrigues - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). João Francisco Alves Rosa (1223A/AM), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Consórcio Nacional Volkswagen S/A, Francisco de Oliveira Rodrigues, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0200506-63.2016.8.04.0092 , interposto Consórcio Nacional Volkswagen S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: João Francisco Alves Rosa (OAB: 1223A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0201363-75.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos - Recorrido: ROBERTO CARLOS MENDES NOVO -

3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alcides Ney José Gomes (8659/MS), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos, ROBERTO CARLOS MENDES NOVO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0201363-75.2017.8.04.0092 , interposto Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Alcides Ney José Gomes (OAB: 8659/MS) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0202292-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido: Linton Cezar Lopes de Vasconcelos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Bruno Henrique Soré (1010/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Antonio Azevedo de Lira (5474/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Linton Cezar Lopes de Vasconcelos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0202292-14.2018.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Bruno Henrique Soré (OAB: 1010/AM) - Antonio Azevedo de Lira (OAB: 5474/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600252-25.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Vivo S.a. - Recorrido: J. L. M. Carvalho - Me (Vértice Engenharia) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Eduardo Matzenbacher Zarpelon (335279/SP) e Henrique de David (84740/RS), Marcilinha Santana de Oliveira (4964/AM) , advogado de Vivo S.a., J. L. M. Carvalho - Me (Vértice Engenharia), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600252-25.2017.8.04.0016 , interposto Vivo S.a.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Eduardo Matzenbacher Zarpelon (OAB: 335279/SP) - Henrique de David (OAB: 84740/RS) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600808-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrido: Samuel Braga do Nascimento - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG), Adonis Maciel Paes (8865/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Samuel Braga do Nascimento, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600808-30.2017.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600970-39.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Anderleia da Silva Araújo - Recorrido: Vivo S.a. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Evaldo Lucio da Silva (10462/MT), Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO) , advogado de Anderleia da Silva Araújo, Vivo S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600970-39.2019.8.04.0020 , interposto Anderleia da Silva Araújo. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Evaldo Lucio da Silva (OAB: 10462/MT) - Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601237-94.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Pan S/A - Recorrida: Irlanda Binda de Araujo - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Hugo Neves de Morães Andrade (23798/PE), Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM) , advogado de Banco Pan S/A, Irlanda Binda de Araujo, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601237-94.2017.8.04.0015 , interposto Banco Pan S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601861-72.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Ismael Carvalho de Lima - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Euler Vilaça Batista Borges (2428/AM), Rafael Sganzerla Durand (737/AM) , advogado de Ismael Carvalho de Lima, Banco do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601861-72.2018.8.04.0092 , interposto Ismael Carvalho de Lima. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Euler Vilaça Batista Borges (OAB: 2428/AM) - Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602144-35.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Fernanda Silva de Melo - Recorrido: Banco Bonsucesso S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Renato Fernandes Mariano (8246/AM), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA) e Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ) , advogado de Fernanda Silva de Melo, Banco Bonsucesso S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602144-35.2018.8.04.0015 , interposto Fernanda Silva de Melo. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA) - Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602182-47.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco do Brasil S/A - Recorrido: Emanuel José Ferreira Fernandes - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Rafael Sganzerla Durand (737/AM), Mário Batista de Andrade Neto (5083/AM) , advogado de Banco do Brasil S/A, Emanuel José Ferreira Fernandes, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602182-47.2018.8.04.0015 , interposto Banco do Brasil S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) - Mário Batista de Andrade Neto (OAB: 5083/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602236-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Requerente: Katiane de Jesus Soares Ferreira - Requerido: Banco Industrial do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM), André de Souza Oliveira (5219/AM) e Wilson Sales Belchior (17314/CE) , advogado de Katiane de Jesus Soares Ferreira, Banco Industrial do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602236-13.2018.8.04.0015 , interposto Katiane de Jesus Soares Ferreira. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602237-80.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: João Batista Bizerra Figueiredo - Recorrido: Rogelife Viagens Turismo e Operadora Ltda - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Johnny de Oliveira Salles (8430/AM) , advogado de João Batista Bizerra Figueiredo, Rogelife Viagens Turismo e Operadora Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602237-80.2018.8.04.0020 , interposto João Batista Bizerra Figueiredo. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Johnny de Oliveira Salles (OAB: 8430/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602682-79.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrido: Manoel José Stone de Mesquita - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM), Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) e Marina Batstos da Porciuncula Benghi (983/PE), Ramon Michael Chaves Pesqueira (10594/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, Manoel José Stone de Mesquita, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602682-79.2019.8.04.0015 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) - Marina Batstos da Porciuncula Benghi (OAB: 983/PE) - Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602980-08.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Requerente: Alesandro de Lima Gomes - Requerido: Banco Bmg S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Giacomo Dinelly Lima (9753/AM) , advogado de Alesandro de Lima Gomes, Banco Bmg S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602980-08.2018.8.04.0015 , interposto Alesandro de Lima Gomes. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603003-82.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Esepo Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Recorrido: HERBERT GONDIM DA SILVA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP), William do Nascimento Telles (9688/AM) , advogado de Esepo Empreendimentos Imobiliarios Ltda, HERBERT GONDIM DA SILVA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603003-82.2016.8.04.0092 , interposto Esepo Empreendimentos Imobiliarios Ltda. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Nelson Willians F. Rodrigues (OAB: 128341/SP) - William do Nascimento Telles (OAB: 9688/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603596-14.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Ivany Souza da Silva - Recorrido: Banco Bradesco S.a. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). DARIO DA SILVA GONZAGA (10661/AM) e Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) , advogado de Ivany Souza da Silva, Banco Bradesco S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603596-14.2016.8.04.0092 , interposto Ivany Souza da Silva. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: DARIO DA SILVA GONZAGA (OAB: 10661/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603650-43.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jussara Carla Michiles - Recorrido: Banco Bmg S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Calixto Hagge Neto (8788/AM) e Diego Andrade de Oliveira (8792/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM), Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) e Marina Batstos da Porciuncula Benghi (983/PE) , advogado de Jussara Carla Michiles, Banco Bmg S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603650-43.2017.8.04.0092 , interposto Jussara Carla Michiles. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM) - Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) - Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) - Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) - Marina Batstos da Porciuncula Benghi (OAB: 983/PE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603888-65.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrido: Raimundo Fernandes de Assis - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA), Luiz Gustavo Fernandes da Costa (156721/RJ) e Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ), Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM) e Gustavo da Silva Grillo (7883/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Raimundo Fernandes de Assis, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603888-65.2018.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ) - Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA) - Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM) - Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604071-96.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Vivo S.a. - Recorrida: Francisca Janete Leite - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Andre de Souza Oliveira (5219/AM), André Luiz da Silva Lopes (8548/AM), Cesar Augusto Macedo Monteiro (11121/AM) e Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO), Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM), Ana Carolina Souza Cei (8348/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM) , advogado de Vivo S.a., Francisca Janete Leite, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604071-96.2018.8.04.0092 , interposto Vivo S.a.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) - Andre de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - André Luiz da Silva Lopes (OAB: 8548/AM) - Cesar Augusto Macedo Monteiro (OAB: 11121/AM) - Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Ana Carolina Souza Cei (OAB: 8348/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604722-87.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Nelvanize Nascimento da Silveira - Recorrido: Banco Daycoval S\a - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM), Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (198088/SP) , advogado de Nelvanize Nascimento da Silveira, Banco Daycoval S\a, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604722-87.2017.8.04.0020 , interposto Nelvanize Nascimento da Silveira. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) - Maria Fernanda Barreira de Faria Fornos (OAB: 198088/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605324-56.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: BJARNE LIMA FURTADO - Recorrido: Banco Pan S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Calixto Hagge Neto (8788/AM), Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) , advogado de BJARNE LIMA FURTADO, Banco Pan S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605324-56.2017.8.04.0092 , interposto BJARNE LIMA FURTADO. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) - Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605592-13.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Analícia Cristina Cunha Penalber - Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gamal Swami de Abreu (9106/AM), Margide Amaro de Souza (10380/AM) e Margide Amaro de Souza (10380/AM), Wilson

Sales Belchior (1037A/AM) e Wilson Sales Belchior (17314/CE) , advogado de Analícia Cristina Cunha Penalber, Banco Industrial do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605592-13.2017.8.04.0092 , interposto Analícia Cristina Cunha Penalber. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gamal Swami de Abreu (OAB: 9106/AM) - Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM) - Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605597-38.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Clenilda da Cruz Lima - Recorrido: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM), Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) , advogado de Clenilda da Cruz Lima, Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605597-38.2018.8.04.0015 , interposto Clenilda da Cruz Lima. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) - Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB: 7109/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605676-14.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Natalia de Melo Sampaio - Recorrida: Maria Gorete da Silva Calderaro - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luduvina de Melo Sampaio (2230/AM), Ayrton de Sena Gentil Neto (12521/AM), Dayana de Menezes Azevedo e Sergio Paulo Mesquita Junior (10823/AM) , advogado de Natalia de Melo Sampaio, Maria Gorete da Silva Calderaro, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605676-14.2017.8.04.0092 , interposto Natalia de Melo Sampaio. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Luduvina de Melo Sampaio (OAB: 2230/AM) - Sergio Paulo Mesquita Junior (OAB: 10823/AM) - Dayana de Menezes Azevedo - Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB: 12521/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605783-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Itavida Clube de Seguros - Recorrida: Raimunda Nonata Mestrinho de Oliveira - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Bruno Silva Matos (99106/MG), Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM) , advogado de Itavida Clube de Seguros, Raimunda Nonata Mestrinho de Oliveira, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605783-61.2018.8.04.0015 , interposto Itavida Clube de Seguros. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Bruno Silva Matos (OAB: 99106/MG) - Marcos Fabio Oliveira de Lima (OAB: 11070/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605967-80.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Águas do Amazonas S.A. - Recorrido: Haiubi Cordeiro Bonethe - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM), Glaucio Nunes da Luz (6326/AM) , advogado de Águas do Amazonas S.A., Haiubi Cordeiro Bonethe, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605967-80.2019.8.04.0015 , interposto Águas do Amazonas S.A.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Glaucio Nunes da Luz (OAB: 6326/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606031-24.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida: Jaqueline Leite - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (38699/DF) e Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG), Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (7790/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Jaqueline Leite, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606031-24.2017.8.04.0092 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 38699/DF) - Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB: 7790/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606436-63.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Claro S.a (Net Serviços de Comunicação S/A - Vivax S/a) - Recorrida: Danielle Freitas da Silva - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE) e José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG), Rodolfo Machado Reis (11036/AM) , advogado de Claro S.a (Net Serviços de Comunicação S/A - Vivax S/a), Danielle Freitas da Silva, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606436-63.2018.8.04.0015 , interposto Claro S.a (Net Serviços de Comunicação S/A - Vivax S/a). Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) - Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) - Rodolfo Machado Reis (OAB: 11036/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606556-43.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Maria José Souza de Moraes - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alyne Coelho Oliveira (844A/AM), Carla Adriana Batista da silva (8236/AM) e Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (843A/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Rafael Sganzerla Durand (737/AM) e Rafael Sganzerla Durand (737/AM) , advogado de Maria José Souza de Moraes, Banco do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606556-43.2017.8.04.0015 , interposto Maria José Souza de Moraes. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Alyne Coelho Oliveira (OAB: 844A/AM) - Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB: 843A/AM) - Carla Adriana Batista da silva (OAB: 8236/AM) - Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606602-32.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrente: Edson Miranda Santos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alan Kelson de Lima Fonseca (10160/AM), Carlos Roberto Siqueira Castro (15410/PA), Cassio Chaves Cunha (12268/PA), Maria do Socorro S. Menezes (10156/AM) e Yohanna Jaamel Sousa Menezes (9342/AM), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Banco Bonsucesso S/A e Edson Miranda Santos, Todas as Partes Passivas Não informado, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606602-32.2017.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso S/A e Edson Miranda Santos. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 15410/PA) - Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Maria do Socorro S. Menezes (OAB: 10156/AM) - Yohanna Jaamel Sousa Menezes (OAB: 9342/AM) - Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB: 10160/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606786-17.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Águas do Amazonas S.A. - Recorrida: Antonia de Sá Vinhote - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM), Renato Fernandes Mariano

(8246/AM) , advogado de Águas do Amazonas S.A., Antonia de Sá Vinhote, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606786-17.2019.8.04.0015 , interposto Águas do Amazonas S.A.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607207-12.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Direcional Engenharia S/A - Recorrido: ANDREI GUSTAVO DE SOUZA E SOUZA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Humberto Rossetti Portela (91263/MG), Renato André da Costa Monte (4435/AM) , advogado de Direcional Engenharia S/A, ANDREI GUSTAVO DE SOUZA E SOUZA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607207-12.2016.8.04.0015 , interposto Direcional Engenharia S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607472-19.2013.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. - Recorrente: GLOBAL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - Recorrida: Maria Helena da Costa - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Andrade Gc Advogados (5797/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Ingrid Nedel Spohr Schmitt (68625/RS) e Marcelo Carvalho da Silva Mayo (14300/AM), Chriscia Teixeira de Figueiredo (3460/AM) , advogado de DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. e GLOBAL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A, Maria Helena da Costa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607472-19.2013.8.04.0015 , interposto DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. e GLOBAL CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) - Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB: 14300/AM) - Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB: 68625/RS) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607676-24.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Cartão Unik S.a - Recorrido: Sérgio Eduardo Santos da Costa - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Fernando Campos Varnieri (997A/AM) e Gastão Meirelles Pereira (130203/SP), Israel Lamego de Lima Júnior (8475/AM), Israel Lamego de Lima Júnior (8475/AM) e Simone Waughan Freitas de Souza (11830/AM) , advogado de Cartão Unik S.a, Sérgio Eduardo Santos da Costa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607676-24.2017.8.04.0015 , interposto Cartão Unik S.a. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gastão Meirelles Pereira (OAB: 130203/SP) - Fernando Campos Varnieri (OAB: 997A/AM) - Simone Waughan Freitas de Souza (OAB: 11830/AM) - Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607815-58.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Luzimar de Souza Lima - Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Natasja Deschoolmeester (2140/AM), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) , advogado de Luzimar de Souza Lima, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607815-58.2017.8.04.0020 , interposto Luzimar de Souza Lima. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608081-68.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrido: Thompson Oliveira Orbea - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM), Rogério Pena Bento da Silva (9960/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Thompson Oliveira Orbea, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608081-68.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM) - Rogério Pena Bento da Silva (OAB: 9960/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608425-41.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrido: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Recorrido: Mauro Oliveira Cavalcante - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro (15410AP/A), Cassio Chaves Cunha (12268/PA) e Cassio Chaves Cunha (12268/PA), Calixto Hagge Neto (8788/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A e Banco Bonsucesso S/A, Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev e Mauro Oliveira Cavalcante, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608425-41.2017.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A e Banco Bonsucesso S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 15410A/PA) - Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608860-49.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Loja Diva Pop - Recorrida: Denisi Cabral de Albuquerque - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Felipe de Lucena Riccieri (9937/AM), Gilmar Madalozzo da Rosa (1083/RR) , advogado de Loja Diva Pop, Denisi Cabral de Albuquerque, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608860-49.2016.8.04.0015 , interposto Loja Diva Pop. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Felipe de Lucena Riccieri (OAB: 9937/AM) - Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB: 1083/RR) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0609091-76.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Direcional Engenharia S/A - Recorrida: SILVIA CRISTINA COELHO DA SILVA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Ana Paula da Silva Bezerra (5797/AM), Félix de Melo Ferreira (3032/AM) , advogado de Direcional Engenharia S/A, SILVIA CRISTINA COELHO DA SILVA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0609091-76.2016.8.04.0015 , interposto Direcional Engenharia S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Ana Paula da Silva Bezerra (OAB: 5797/AM) - Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0609130-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrido: Antonio Silva de Souza - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Isabella Peres Russo (3198/AM), Antonio Carlos Gama Alves (16215/PA) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Antonio Silva de Souza, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0609130-47.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM) - Antonio Carlos Gama Alves (OAB: 16215/PA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0609424-28.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: ROSANA CORDEIRO REIS DA SILVA - Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). João Ricardo de Souza Dixo Junior (3236/AM), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) , advogado de ROSANA CORDEIRO REIS DA SILVA, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0609424-28.2016.8.04.0015 , interposto ROSANA CORDEIRO REIS DA SILVA. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: João Ricardo de Souza Dixo Junior (OAB: 3236/AM) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611362-58.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrida: Katia Maria Weil Correa Lima - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Flavia Almeida Moura Di Latella (109730/MG), Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Henrique Lima Marinheiro (9324/AM), Joyce Helen da Silva Holanda (7519/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM), Rodrigo Jose Rodrigues Alves Brasileiro (13558/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, Katia Maria Weil Correa Lima, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611362-58.2016.8.04.0015 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flavia Almeida Moura Di Latella (OAB: 109730/MG) - Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) - Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) - Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM) - Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) - Rodrigo Jose Rodrigues Alves Brasileiro (OAB: 13558/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611469-39.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: MARIA LADI FALCÃO BARROS - Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM), Wilson Sales Belchior (17314/CE) , advogado de MARIA LADI FALCÃO BARROS, Banco Industrial do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611469-39.2015.8.04.0015 , interposto MARIA LADI FALCÃO BARROS. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: João Batista Andrade de Queiroz (OAB: 2372/AM) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611847-53.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrido: Francisco Augusto Auzier Pessoa - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM), Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, Francisco Augusto Auzier Pessoa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611847-53.2019.8.04.0015 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) - Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612629-94.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Walfran Siqueira Caldas - Recorrido: Bartsh e Vandienem Clinica Veterinária Ltda Me (Manaus Au Aus) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Walfran Siqueira Caldas (8915/AM), Ciro Benayon Pimentel (11951/AM) , advogado de Walfran Siqueira Caldas, Bartsh e Vandienem Clinica Veterinária Ltda Me (Manaus Au Aus), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612629-94.2018.8.04.0015 , interposto Walfran Siqueira Caldas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Walfran Siqueira Caldas (OAB: 8915/AM) - Ciro Benayon Pimentel (OAB: 11951/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614252-18.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Milton Rafael Farias Barreto - Recorrido: Banco Daycoval S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Giacomo Dinelly Lima (9753/AM) , advogado de Milton Rafael Farias Barreto, Banco Daycoval S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0614252-18.2017.8.04.0020 , interposto Milton Rafael Farias Barreto. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) - Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614355-06.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrida: Michele Acosta Miguel de Paula - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Giacomo Dinelly Lima (9753/AM), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, Michele Acosta Miguel de Paula, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0614355-06.2018.8.04.0015 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM) - Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0616363-24.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Construtora Aliança Ltda. - Recorrido: Daniel Silva Chaves Amazonas de Menezes - Recorrido: Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). José Mario de Carvalho Neto (4861/AM), Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (8771/AM) e Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (8771/AM) , advogado de Construtora Aliança Ltda., Daniel Silva Chaves Amazonas de Menezes e Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0616363-24.2016.8.04.0015 , interposto Construtora Aliança Ltda.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0616445-84.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: SONIA MARIA MOTA CASTRO - Recorrido: Agiplan Financeira S/A - Recorrido: Banco Bradesco S.a. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) e Wilson Sales Belchior (17314/CE) , advogado de SONIA MARIA MOTA CASTRO, Agiplan Financeira S/A e Banco Bradesco S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0616445-84.2018.8.04.0015 , interposto SONIA MARIA MOTA CASTRO. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618301-28.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jose Edilson dos Anjos Antunes Filho - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Fabiola Reis dos Reis (12103/AM), Isabella Peres

Russo (3198/AM) , advogado de Jose Edilson dos Anjos Antunes Filho, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618301-28.2018.8.04.0001 , interposto Jose Edilson dos Anjos Antunes Filho. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Fabiola Reis dos Reis (OAB: 12103/AM) - Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0619335-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Vivo S.a. - Recorrida: Rita Maquine de Souza - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Angélica Maria Monteiro Duarte (2659/AM) e Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO), Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (140475/RJ) e Natasja Deschoolmeester (2140/AM) , advogado de Vivo S.a., Rita Maquine de Souza, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0619335-30.2017.8.04.0015 , interposto Vivo S.a.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM) - Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) - Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB: 140475/RJ) - Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0619802-09.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrido: Aderlon de Jesus Ribeiro Dedier - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM), Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM) , advogado de Banco Industrial do Brasil S/A, Aderlon de Jesus Ribeiro Dedier, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0619802-09.2017.8.04.0015 , interposto Banco Industrial do Brasil S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0619841-14.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrida: Maria de Fatima 0liveira Bezerra - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM) e Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM), Marly Gomes Capote (7067/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Maria de Fatima 0liveira Bezerra, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0619841-14.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM) - Evandro Ezidro de Lima Regis (OAB: 2498/AM) - Marly Gomes Capote (OAB: 7067/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0619968-49.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrido: Francisco Almires da Silva - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Debora Bandeira Koenow (36823/GO) e Janilson da Costa Barros (13152/AM), Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Francisco Almires da Silva, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0619968-49.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Debora Bandeira Koenow (OAB: 36823/GO) - Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) - Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB: 2978/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0620513-14.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida: Daniele da Silva Dantas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alan Sampaio Campos (341543/SP), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (53182/DF) e Luiz Gustavo Fernandes da Costa (156721/RJ), Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (11243/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Daniele da Silva Dantas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0620513-14.2017.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 53182/DF) - Alan Sampaio Campos (OAB: 341543/SP) - Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ) - Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB: 11243/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0622538-63.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Francisca Freire Salgado - Recorrido: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM), Ana Carolina Souza Cei (8348/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM), Angélica Maria Monteiro Duarte (2659/AM), Danielle Amorim Batista dos Santos (7109/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) , advogado de Francisca Freire Salgado, Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0622538-63.2018.8.04.0015 , interposto Francisca Freire Salgado. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Ana Carolina Souza Cei (OAB: 8348/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB: 7109/AM) - Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0622807-05.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jessica Nayara Cruz Pedrosa - Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Thammy das Neves Athayde (7312/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Nájela Noara Dias Tomé (159666/MG) , advogado de Jessica Nayara Cruz Pedrosa, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0622807-05.2018.8.04.0015 , interposto Jessica Nayara Cruz Pedrosa. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Thammy das Neves Athayde (OAB: 7312/AM) - Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Nájela Noara Dias Tomé (OAB: 159666/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0624253-43.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Adriana Nunes Nascimento de Lucena - Recorrido: BERTA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - O BOTICÁRIO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Maria Angela Ferreira Reis (5906/AM) e Rita de Cassia Ferreira de Lucena (5107/AM), Henrique França Ribeiro (7080/AM) , advogado de Adriana Nunes Nascimento de Lucena, BERTA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - O BOTICÁRIO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0624253-43.2018.8.04.0015 , interposto Adriana Nunes Nascimento de Lucena. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Rita de Cassia Ferreira de Lucena (OAB: 5107/AM) - Maria Angela Ferreira Reis (OAB: 5906/AM) - Henrique França Ribeiro (OAB: 7080/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0624310-61.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida: Maria Auxiliadora Santana de Oliveira - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Guilherme Vilela de Paula

(69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Eduardo Santana Pinheiro (7049/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0624310-61.2018.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Eduardo Santana Pinheiro (OAB: 7049/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0624805-08.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Manoel Andrade Rocha - Recorrido: Sorria Clinica Odontologica S/s Ltda - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Geyza Diany Lima das Chagas (11855/AM), Hanna Tavares Cunha (10417/AM), Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (10418/AM) e Michelle Osner Machado Dias (367780/SP) , advogado de Manoel Andrade Rocha, Sorria Clinica Odontologica S/s Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0624805-08.2018.8.04.0015 , interposto Manoel Andrade Rocha. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Geyza Diany Lima das Chagas (OAB: 11855/AM) - Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB: 10418/AM) - Hanna Tavares Cunha (OAB: 10417/AM) - Michelle Osner Machado Dias (OAB: 367780/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0626574-51.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Águas do Amazonas S.A. - Recorrido: Maria do Carmo de Souza Gomes - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM), Renato Fernandes Mariano (8246/AM) e Tatiana Ferreira da Silva (10168/AM) , advogado de Águas do Amazonas S.A., Maria do Carmo de Souza Gomes, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0626574-51.2018.8.04.0015 , interposto Águas do Amazonas S.A.. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Renato Fernandes Mariano (OAB: 8246/AM) - Tatiana Ferreira da Silva (OAB: 10168/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0627941-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Cleonice Lima da Costa - Recorrido: Claro S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Mylla Christie Vasconcelos Saidt (12691/AM), José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG) , advogado de Cleonice Lima da Costa, Claro S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0627941-13.2018.8.04.0015 , interposto Cleonice Lima da Costa. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Mylla Christie Vasconcelos Saidt (OAB: 12691/AM) - José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0630505-41.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrido: Ricardo de Souza Mattos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Indra Mara Bessa (1877/AM), Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM) e Geysa Mitz Dantas Guimarães (6395/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Ricardo de Souza Mattos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0630505-41.2017.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM) - Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB: 2978/AM) - Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB: 6395/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0633422-96.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Lincon de Almeida Alves - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (2364/AM) , advogado de Lincon de Almeida Alves, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0633422-96.2018.8.04.0001 , interposto Lincon de Almeida Alves. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) - Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (OAB: 2364/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0637140-04.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: O Município de Manaus - Recorrida: Iraci Avelino dos Santos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Andrea Regina Vianez de Castro e Cavalcanti (2413/AM) e Cely Cristina dos Santos Pereira (1716/AM), Douglas Herculano Barbosa (6407/AM) , advogado de O Município de Manaus, Iraci Avelino dos Santos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0637140-04.2018.8.04.0001 , interposto O Município de Manaus. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Andrea Regina Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB: 2413/AM) - Cely Cristina dos Santos Pereira (OAB: 1716/AM) - Douglas Herculano Barbosa (OAB: 6407/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0637951-95.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jardson Pereira de Almeida - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antônio Pereira Sales e Bruno Oliveira Medeiros (7203/AM), Isabela Peres Russo (3198/AM) , advogado de Jardson Pereira de Almeida, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0637951-95.2017.8.04.0001 , interposto Jardson Pereira de Almeida. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Antônio Pereira Sales - Bruno Oliveira Medeiros (OAB: 7203/AM) - Isabela Peres Russo (OAB: 3198/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0638376-88.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Edina Moura Mendes - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Fernando Figueiredo Prestes, Sálvia Haddad Gurgel Amaral (3529/AM) , advogado de Edina Moura Mendes, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0638376-88.2018.8.04.0001 , interposto Edina Moura Mendes. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Fernando Figueiredo Prestes - Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0639169-27.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrida: Vanessa Gomes Borges - Recorrido: Willis Marinho Goncalves - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gabriela Muniz de Moura (14809/MA) e Tatianne Vieira Assayag Toledo (3653/AM), Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM), Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM), Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM), Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM), Frederico Santos Paiva (6569/AM) e Frederico Santos Paiva (6569/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Vanessa Gomes Borges e Willis Marinho Goncalves, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0639169-27.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB:

3653/AM) - Gabriela Muniz de Moura (OAB: 14809/MA) - Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) - Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000013-45.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 0ª VARA UNICA do FORO da comarca de NOVO AIRÃO/AM - LitsPassiv: Waldomiro Borges de Araujo - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Karina de Almeida Batistuci (9558/AL), Augusto Vinicius Fernandes Martins (12802/AM) , advogado de Banco Bradesco Financiamentos S/A, JUIZ DE DIREITO DA 0ª VARA UNICA do FORO da comarca de NOVO AIRÃO/AM e Waldomiro Borges de Araujo, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000013-45.2019.8.04.9000 , interposto Banco Bradesco Financiamentos S/A. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Augusto Vinicius Fernandes Martins (OAB: 12802/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000152-02.2016.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: LOURDES CATARINA CALDERARO AFONSO - Impetrada: JUIZO DE DIREITO DA 1° VARA DO JUIZADO DA COMARCA DE MANAUS - LitsPassiv: Marcos Santos Maciel - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Andrei Farias de Barros (6074/AM), Jorge Secaf Neto (1167/AM) e Lourdes Catarina Calderaro Afonso (5078/AM), André Leandro de Lima Santos (5805/AM) , advogado de LOURDES CATARINA CALDERARO AFONSO, JUIZO DE DIREITO DA 1° VARA DO JUIZADO DA COMARCA DE MANAUS e Marcos Santos Maciel, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000152-02.2016.8.04.9000 , interposto LOURDES CATARINA CALDERARO AFONSO. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Jorge Secaf Neto (OAB: 1167/AM) - Lourdes Catarina Calderaro Afonso (OAB: 5078/AM) - André Leandro de Lima Santos (OAB: 5805/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000230-25.2018.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: GENIVAL DE SOUSA NUNES - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM), Amauri Vieira dos Santos (11881/AM) , advogado de O Estado do Amazonas, GENIVAL DE SOUSA NUNES, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000230-25.2018.8.04.9000 , interposto O Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019. - Advs: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Amauri Vieira dos Santos (OAB: 11881/AM) - Fórum Mário Verçosa

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: HELENA LÚCIA OHANA DA SILVA (OAB 12423/AM) - Processo 0208372-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Ariane de Souza Pimentel - REQUERIDO: Esplanada Ind. Com. Colchoes Ltda. - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento da exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte adversa para efetuar ao pagamento do valor remanescente em 15 dias.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0600381-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Gilson Pereira Angelo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0602474-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcus Vinícius de Souza Baldoíno Araújo - De ordem do (a) Exmo(a). Dr(a). Cássio André Borges dos Santos, Juiz (a) de Direito, intime-se a parte interessada, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Impugnação aos embargos à execução.

ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0604926-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moisés Alexandre Esteves Hatchwell - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM) - Processo 0605648-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Paulo Guedes Saint Clair - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM), ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM) - Processo 0611505-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cd Agencia de Viagens Ltda-me - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no

prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0614204-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jorge Martins de Souza - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0617078-32.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Alexandre Alves de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente, sob pena de penhora.

ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617776-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - RECLAMANTE: Nilda de Oliveira Borges - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0618566-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Leni Tavares de Lima - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0618765-44.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Alda Andreia Ribeiro Aquino - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO LIMA PESSOA (OAB 1897/AM) - Processo 0618918-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diogenes Vidal Pessoa Neto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: PAULO ALEXANDRE LEITE DA SILVA (OAB 3760/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM) - Processo 0619620-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Boulevard Distribuidora Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: DANIEL RIVORÊDO VILAS BOAS (OAB 74368/MG) - Processo 0624334-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Manoel Marques de Oliveira Filho - REQUERIDO: Fiori Veicolo S/A - Fca Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente, sob pena de penhora on-line.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0629752-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Silva de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Daniel Rivorêdo Vilas Boas (OAB 74368/MG)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Helena Lúcia Ohana da Silva (OAB 12423/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Francisco Lima Pessoa (OAB 1897/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Maicon de Oliveira Branches (OAB 11141/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Alexandre Leite da Silva (OAB 3760/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)
Stefany Bianca Nascimento Tavares (OAB 9341/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO CÁSSIO ANDRÉ BORGES DOS SANTOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO RICARDO RAPOSO DA CÂMARA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0264/2019

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0600464-20.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL MEDITERRÂNEO I - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 487, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0601716-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Viriato Rent A Car Ltda-me - REQUERIDO: Raimundo Marialva Moreira - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 26/09/2019 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0602376-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Amazon Boulevard Garden - De ordem da Exm.º Sr. Dr. Juiz de Direito, Cássio André Borges dos Santos, e diante do AR negativo de fls. 88/89, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para manifestação em 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0605654-35.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Eliana da Silva e Silva - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 487, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 42760/BA) - Processo 0608943-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Lhuana da Silva Oliveira - Defiro o pedido de gratuidade formulado pela autora isentando-a quanto ao pagamento das custas processuais. Intime-se. Manaus, 09 de setembro de 2019

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: FURTADO E MARQUES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 4135/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0613414-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Jardim de Flores - REQUERIDO: Jardim de Flores Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe e outro - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 487, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0618298-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Labíbio Andre de Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Alvará em espécie expedido em 10.09.2019. Retirar em até 30 dias.

ADV: ÂNGELA DE CARVALHO ARGENTA (OAB 9389/AM) - Processo 0622894-92.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Elisangela Couto Alcantarino - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Alvará em expécie expedido em 10.09.2019 - 30 dias para levantamento.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0625179-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Moisés dos Santos Nascimento - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 13/11/2019 às 09:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0625335-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Leandro Kazuyuki Takahashi - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 30/09/2019 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0625561-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Moisés dos Santos Nascimento - De ordem do MM Juiz de Direito

fica designada a audiência de Conciliação para o dia 13/11/2019 às 09:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ângela de Carvalho Argenta (OAB 9389/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Furtado e Marques Advogados Associados (OAB 4135/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 42760/BA)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL AKÁSSIO SEBASTIÃO MEDEIROS CAVALCANTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0237/2019

ADV: MILKE CABRAL ALHO (OAB 14062/AM) - Processo 0200709-54.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Milke Cabral Alho - REQUERIDO: Ronil Panificadora Ltda - LISTPASSIV: Jakeline Souza Sampaio da Silva - Considerando o requerimento da parte executada à fl. 80, bem como a concordância do Autor (fl. 83), determino a expedição de alvará eletrônico do valor bloqueado via Bancejud e o regular prosseguimento do acordo celebrado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM) - Processo 0200750-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: RAFAEL DA SILVA BARROSO - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para: I) CONDENAR o Requerido ao pagamento do valor de R$ 3.147,31 (três mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e um centavos) a título de indenização pelos danos materiais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC e juros legais desde o efetivo prejuízo; II) CONDENAR o(a) Requerido(a) ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 28 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0601761-83.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sandra Vasconcelos da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco Cartões S/A - Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, diante da comprovação de pagamento em favor do Requerente, expeça-se alvará no valor ali indicado (fls. 195/197). Após, será intimada a Requerida TELEMAR NORTE LESTE S/A para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento de sua cota-parte na condenação.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0602174-67.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Wollace da Paz Lopes - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0603269-69.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: JOSEFA JACINTA BEZERRA - EXECUTADO: BANCO BONSUCESSO - De ordem, intimem-se a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos art. 523 do CPC.

ADV: CLÁUDIA ALVES LOPES BERNARDINO (OAB 2601/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ÁTILA DE OLIVEIRA DENYS (OAB 3312/AM) - Processo 0603486-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosineide Alves Marques - REQUERIDO: M.A. - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0606593-96.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Kelton Simas de Oliveira - EXECUTADO: Manauara Celular - De ordem, fica intimada a parte Exequente para manifestar-se sobre a proposta do Executado, juntado às fls. 45, no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltam-se os autos conclusos.

Átila de Oliveira Denys (OAB 3312/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cláudia Alves Lopes Bernardino (OAB 2601/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Milke Cabral Alho (OAB 14062/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0168/2019

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0602367-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0603830-30.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem

despejo - EXEQUENTE: Francisca Moreira da Silva - Vistos etc. Considerando o que dispõe o art. 53, parágrafo 4o, da Lei 9.099/95 e evidenciando não possuir o devedor bens penhoráveis nesta ocasião, determino o arquivamento da execução em epígrafe. Em caso de requerimento, proceda a Secretaria a expedição da certidão de dívida, a fim de que seja levada à protesto extrajudicial do crédito da parte autora, como forma de um aditivo que resguarde o seu crédito e contribua para recebê-lo posteriormente. Intime-se. Arquive-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0605967-85.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0610283-39.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0610675-76.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 43078/MG) - Processo 0612797-33.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adler Ramos dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro os benefícios da justiça gratuita em favor da parte recorrente, razão pela qual, intime-se o recorrido para que no prazo legal, apresente contrarrazões. Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. À Secretaria para às providências.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0613108-53.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Ltda-me (Centro Educacional Excelente) - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0617722-04.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0617743-77.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para às providências. Cumpra-se.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0617814-79.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - Proceda a Secretaria as penhoras on line BACENJUD e RENAJUD. Havendo penhora, paute-se audiência de conciliação, quando poderá o réu apresentar embargos à execução. Em caso de inexistência de bens, intime-se o exequente para indicar bens, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento. Na hipótese de indicação, expeça-se o mandado de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências. Cumpra-se.

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT) - Processo 0620426-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tereza Santos Soeiro - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0620442-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Rabelo Barbosa e outro - De ordem, fica designado o dia 04/02/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0620965-53.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ramom Mangana Abrahim - De ordem, fica designado o dia 04/02/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0621064-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - De ordem, fica designado o dia 04/02/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0621163-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edinara Mesquita da Silva - De ordem, fica designado o dia 05/02/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0621244-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Roberto Carlos Alves da Silva - De ordem, fica designado o dia 04/02/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALYSSON ANTÔNIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6310/AM) - Processo 0622489-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joelson Soares Monteiro - De ordem, fica designado o dia 31/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0623752-89.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0624263-87.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: ISRAEL GOMES DA SILVA (OAB 12030/AM) - Processo 0624805-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luciana Miranda Gomes - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 27/01/2020 às 10:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0625200-97.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0625266-77.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: VERÔNICA DA SILVA E SILVA (OAB 12757/AM) - Processo 0625677-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Verônica da Silva e Silva - De ordem, fica designado o dia 04/02/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0627053-44.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

Alysson Antônio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6310/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Claudino Aleixo Junior (OAB 16527/MT)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Darcilo de Miranda Neto (OAB 43078/MG)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Gomes da Silva (OAB 12030/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Verônica da Silva e Silva (OAB 12757/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0217/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0201046-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERIDO: Chubb Seguros Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0202785-88.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERIDO: LOGOS VEÍCULOS - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: EDNYLZA DE SÁ BARBOSA MONTEIRO (OAB 14189/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA (OAB 7051/AM) - Processo 0602103-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Estelina Pinheiro da Silva - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0602150-08.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dinah Câmara Fernandes de Souza - REQUERIDO: BradesCard S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTES OS PRESENTES EMBARGOS à EXECUÇÃO, determinando, por conseguinte, o prosseguimento da execução sobre o valor bloqueado via BACENJUD (fl. 268). Considerando, contudo, o comprovante de pagamento juntado a fl. 280, incontroverso que é, determino sua imediata liberação através de Alvará Eletrônico, a fim de não causar mais transtornos à parte embargada, notoriamente prejudicada. Após o trânsito em julgado, expeça-se Alvará Judicial em prol da parte embargada em relação ao valor que remanescer, se valendo, para tanto, do bloqueio de fl. 268). Da mesma forma, fica a parte embargante intimada a fornecer seus dados bancários para restituição do valor bloqueado que remanescer a que faça jus. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.C

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602234-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Katiane de Jesus Soares Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 31/01/2020 às 11:00h.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM) - Processo 0602272-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Bruna Aires Ferreira - REQUERIDO: Cine Eli Amazonas Cinemas Ltda - Por isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 1.000,00 (mil reais) em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o mediano grau do vício e da culpa, o baixo grau do prejuízo, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0602646-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcilene Coelho Rodrigues - REQUERIDO: Claro S.a. - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDREZA ALBUQUERQUE AMORE (OAB 13481/AM) - Processo 0602652-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Rafael Almeida Nascimento - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0602866-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lindinalva Maria Santos Lucena - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a e outro - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0602998-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Amazon Village - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos, salvo deliberação judicial expressa nesse sentido. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: GISELE SIMONE LIMA CERF LEVY (OAB 7123/AM) - Processo 0603052-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wolney Pereira - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 8.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0603621-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Pinheiro e Pinheiro Comércio de Materiais para Pintura Ltda - Por isso e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, condenando a parte ré a pagar R$ 2.784,90, a título de danos materiais suportados pela parte autora. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, nada sendo requerido ou exaurida a execução, baixar e arquivar.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0604482-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Enir Silva Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 31/01/2020 às 09:30h.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0604583-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Valdelice Araujo Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ALMEIDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 6746/AM) - Processo 0604709-11.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Orionaldo Sena Gimaque - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ALMEIDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 6746/AM) - Processo 0604709-11.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Orionaldo Sena Gimaque - intimo a parte executada a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CNPJ), necessários à restuituição por meio de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Prazo de 15 dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI (OAB 10531/AM) - Processo 0605075-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jonh Kennedy Sarmento da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 1.804,00 em prol da parte autora, a título de repetição de indébito, nos termos do art. 42, § único do CDC. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/

MG), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0605784-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rainita Socorro Correia Lopes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, com base nos fundamentos acima expostos, EXTINGO O PROCESSO sem a apreciação do mérito, nos termos do art. 98, I, da CRFB/88 c/c art. 485, IV, do CPC e 51, II da L. 9.099/95, devendo a parte autora litigar perante uma das varas cíveis não especializadas, se assim for de seu interesse. Sem condenações em custas pretéritas ou honorários de advogado, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo e custas recursais de lei (art. 54, p. Ú e 55, L. 9.099/95 c/c Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Gratuidade deferida em prol, da parte autora. P.R.I. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Revogo eventual liminar concedida.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0605910-93.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Thiago Colares da Silva Filho - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/01/2020 às 11:00h.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0606318-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Neiva Maria Machado Soares - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 6.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a pagar R$ 400,00, a título de indenização por danos materiais. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0607071-44.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto de Desenvolvimento Social Dom Adalberto Marzi - EXECUTADO: M.b. 3000 Segurança Eletronica Ltda - Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0607142-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Pablo de Paula Lima - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608008-20.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francisco Almir de Menezes Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM) - Processo 0608606-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rogerio Alencar Carneiro - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE OS DÉBITOS DISCUTIDOS NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a SE ABSTER DE EFETUAR COBRANÇA PELO SERVIÇO NÃO CONTRATADO. Obrigação(ões) de fazer a serem cumpridas em até 30 dias úteis após a intimação da presente, sem prejuízo da restituição, sob pena de multa de R$ 10.000,00, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo (art. 43 da L. 9.099/95). Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a data da primeira cobrança, 25/11/2018 (documento de fl. 14), visto que não há prévio liame contratual entre as partes que embasasse a cobrança. Valor do dano moral, levando-se em conta: a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258). Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: RAIMUNDO ALFREDO BRITO DA SILVA (OAB 9709/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0608710-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Arlete Brito da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608852-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Blenda Carla Barreto Prado - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM) - Processo 0609031-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Constrangimento ilegal (art. 146) - REQUERENTE: K.L.J. - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM) - Processo 0609686-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Edilene Almeida da Silva - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão

pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0610491-91.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: FRANCISCA HELENA DE SOUZA DA SILVA (OAB 12420/AM) - Processo 0610788-64.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Valdenora de Souza da Silva - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0611348-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: R.B.T. - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0611748-54.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0611882-13.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Marcelo Henrique Carvalho dos Santos - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0611884-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação - REQUERENTE: Elielton Souza Core - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0612336-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Selma Castro da Costa - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 24/01/2020 às 09:30h.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0612801-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gerson Dias da Silva - REQUERIDO: Oi S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0613167-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Condomínio Amazonas Shopping Center - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0613730-40.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Duplicata - EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL ACACIAS I - EXECUTADO: Construtora Capital S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0613742-49.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/01/2020 às 08:30h.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0613973-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hamilton Cezar Leda Câmara - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/01/2020 às 11:30h.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0614282-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: A.R.M.L. - REQUERIDO: M.A. - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0614521-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Sky Serviços de Banda Larga Ltda - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0614829-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Antonio Egilson Carneiro Lima - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 24/01/2020 às 10:00h.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0614838-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Emidiane Pinto Bezerra - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM) - Processo 0614952-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio dos Advogados do Amazonas - REQUERIDA: Laura Liz Teixeira e Silva e outro - Por isso, não havendo comprovação nos autos de causa impeditiva do dever de pagar as cotas condominiais, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO OS RÉUS A PAGAREM, SOLIDARIAMENTE, R$ 32.100,10, bem como as parcelas que vencerem no curso do processo, nos termos do art. 493 do CPC. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM e juros de 1% a.m., desde a data dos vencimentos de cada cota. Sem custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.C.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0615154-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria de Jesus Araujo dos Santos - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0615249-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Silvio Cardoso - REQUERIDO: Bradesco S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM), ADV: BARBARA RODRIGUES FARIA DA SILVA (OAB 151204/MG), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676O/PE) - Processo 0615474-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Maria Valda Ferreira Rebouças - RECLAMADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Banco Pan S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0615525-47.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Solange Maria de Jesus - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 24/01/2020 às 10:30h.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0615539-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão - REQUERENTE: Glair Batista Xavier - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, DETERMINANDO A REVISÃO das contas de consumo de 05/2014 a 10/2014, todas inclusive de modo que correspondam a média das faturas de 11/2015 a 11/2016, oferecendo parcelamento nas doze contas vincendas da parte autora. Recálculo a ser feito, iniciando-se da conta mais antiga. Determino abstenção de corte e religamento, caso tenha ocorrido. CONDENO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 10.000,00 (dez mil reais) em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, dado o desvio produtivo suportado. Atualizações de lei e súmulas, valendo-se dos critérios adotados pelo TJAM. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o altíssimo grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo (pressuposto objetivo de admissibilidade recursal) de lei, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95, especialmente atenção para que o valor do mesmo "... compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição...". P.R.I.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0615803-77.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa (penhora não realizada) de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. A presente intimação não desobriga a parte exequente do comparecimento à audiência de conciliação.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0616376-86.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Constantino Cornélio da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 31/01/2020 às 10:00h.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ORDEP NUNES DE SOUSA (OAB 1903/RR) - Processo 0619392-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Adenilson Gomes de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 31/01/2020 às 10:30h.

ADV: PAULA CAROLINA ARAÚJO DA SILVA (OAB 14505/AM), ADV: PEDRO EDINILSON SILVA PINTO (OAB 14500/AM) - Processo 0619501-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Izaide da Rocha Barcelos - Fl. 28 - Foi concedido a tutela de urgência a favor da autora. Por essa razão, e para garantir a eficácia daquela decisão, DETERMINO que a ré promova a religação do fornecimento do serviço de energia e que comprove nos autos, em até 05 dias, sob pena de imposição de multa no valor de R$ 500,00 reais, por cada dia de descumprimento desta decisão, limitados a R$ 5.000,00 reais. Prazo de 05 dias. P.C.I.

ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: MICHEL MONTEIRO GIOIA (OAB 5288/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV:

ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0621130-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Souza - REQUERIDO: Intelectus Formação Profissional - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0621521-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josue Feijao da Silva - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HANNAH LUIZA DUTRA DIAS (OAB 24722/PA) - Processo 0622657-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - EXEQUENTE: Bruno Cruz Greilich - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 25 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, assim providenciando a Secretaria. P.C.I.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0623675-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Fernando Gomes do Nascimento e outro - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorarios. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM) - Processo 0623882-79.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rg Lanchonetes Restaurante e Servicos Em Tecnologia da Informacao Ltda - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM), ADV: PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM) - Processo 0623928-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Vitor Manuel Zamboni - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0624319-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Henok Golvim da Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 25 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624699-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Manoel do Nascimento Soares - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorarios. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: SELMA MAGALHAES SANTANA (OAB 7683/AM) - Processo 0625135-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Victor Saulo Cavalcante de Melo - POR ISSO, RECONHECENDO A INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO PARA APRECIAR E JULGAR O PROCESSO, RESOLVO-O SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 3, I c/c 51, II, ambos da L. 9.099/95 c/c 485, IV e § 3º, c/c art. 330, § 1, III, todos do CPC/2015, devendo a parte litigar em uma das varas cíveis não especializadas, caso tenha interesse. Indefiro a gratuidade de justiça, eis que não vislumbro hipossuficiência. Sem custas pretéritas ou honorários. Preparo de lei. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM) - Processo 0625158-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Diego Ferreira Regalado - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0625177-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - REQUERENTE: Evilazio Ribeiro dos Santos - Defiro o pedido de fl. 38. À Secretaria para para que providencie as alterações pertinentes ao sistema SAJ. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CAIO GUILHERME PANTOJA FARIAS (OAB 13578/AM) - Processo 0625200-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Keyla Elizabeth Jobim de Miranda - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0625424-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Suiane Marães de Lima - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC c/c 51, II da Lei 9.099/95, ressalvando o direito de a parte autora, querendo, manejar a competente ação de conhecimento junto ao Juizado. Revogada eventual liminar concedida. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0625426-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo Lopes da Silva e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 25 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625449-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Mariana Gomes de Moura - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que não há documentos nos autos que comprovem a modalidade da linha pré-paga em seu nome, portanto, inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 25 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0625458-73.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 25 de fevereiro de 2020, às 10 horas, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: MARIANE DE OLIVEIRA ALCANTARA NAJAR (OAB 164116/RJ) - Processo 0625462-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Luzia Bernardes de Sena - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 13 de dezembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625491-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel Souza de Carvalho - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 25 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625524-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Adriano Cardoso Lima Filh - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de novembro de 2019, às 15 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação,

notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LILIANE CESAR CORRÊA (OAB 8393/AM) - Processo 0625542-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bianca Machado Monteiro - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de novembro de 2019, às 15 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0625553-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luzenilson de Oliveira Roberto - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de novembro de 2019, às 16 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0625571-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Damison da Silva Dutra - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora, fls. 21/22, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05 de novembro de 2019, às 15 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0625579-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriane Paranatinga Bricio - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05 de novembro de 2019, às 15 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andreza Albuquerque Amore (OAB 13481/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Barbara Rodrigues Faria da Silva (OAB 151204/MG)
Caio Guilherme Pantoja Farias (OAB 13578/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676O/PE)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Ednylza de Sá Barbosa Monteiro (OAB 14189/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elon Almeida Sociedade Individual de Advocacia (OAB 6746/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Helena de Souza da Silva (OAB 12420/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gisele Simone Lima Cerf Levy (OAB 7123/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hannah Luiza Dutra Dias (OAB 24722/PA)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)

Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Liliane Cesar Corrêa (OAB 8393/AM)
Luana Cristina de Souza Cabrini (OAB 10531/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Mariane de Oliveira Alcantara Najar (OAB 164116/RJ)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michel Monteiro Gioia (OAB 5288/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ordep Nunes de Sousa (OAB 1903/RR)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
PAULA CAROLINA ARAÚJO DA SILVA (OAB 14505/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Edinilson Silva Pinto (OAB 14500/AM)
Peterson Gustavo Germano Motta (OAB 7051/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM)
Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB 9709/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Selma Magalhaes Santana (OAB 7683/AM)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0212/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0201339-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0202123-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - INDEFIRO o pleito da parte ré, pois não há como ser efetuada a transferência que a parte requer, haja vista que o sistema de Alvará só faz transferência para conta bancária existente. No caso, não existe uma conta única da Vara, para cada depósito é criada uma conta judicial. E o Juizado teria que emitir uma guia para tanto, o que não é exigível daquele Juízo tal determinação, sobretudo porque aquele Juízo Criminal sequer pode ter um cadastro no sistema de alvará, porque não faz tais atos processuais. Deve a parte ré diligenciar junto ao Juízo onde depositou para recuperar o valor que lá depositou erroneamente. Caso já ultrapassado o tempo para pagamento voluntário, prossiga-se com a fase de cumprimento de sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0600760-71.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600840-35.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0601103-67.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Francisca Teixeira Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: MARCIELE MARILIA PRESTES LINS (OAB 6671/AM), ADV: JÚLIO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 6523/AM), ADV:

LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0601284-05.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: R A BRAGA COSTA ME - REQUERIDO: Cmmj Engenharia LTDA e outros - Intimadas as partes para a devida feitura de um acordo a ser homologado por este Juízo, permaneceram inertes por mais de 30 dias. Logo, haja vista não ter sido encontrado bens livres para feitura de penhora, passo a aplicar por analogia o que dispõe o art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95, que "não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor". Desta forma, com fulcro no art. 53, § 4º, da lei nº. 9.099/95, INTIME-SE a parte autora para dar prosseguimento ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo manifestação, ARQUIVEM-SE os autos. Expeça-se certidão de dívida para fins de protesto por responsabilidade da parte autora, caso haja requerimento. Ainda, caso haja requerimento, inscreva-se a dívida via sistema SERASAJUD por meio do competente ofício, observando o prazo máximo de cinco anos de manutenção, de acordo com a Súmula 323 do STJ. Cumpra-se. Intime-se o Exequente.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601953-24.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucia Maria Machado dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0603338-07.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor do saldo remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0603563-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Dorinaldo de Sousa Rocha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0603671-56.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Izabel Cristina Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O Acórdão definiu que o valor dos danos materiais deveria ser reduzido para o valor de R$ 15.007,50 (Quinze mil e sete reais e cinquenta centavos), devendo incidir juros de mora de 1% ao mês e correção monetária a partir do ajuizamento (17/03/2017). Este valor atualizado na forma determinada até o dia do pagamento (03/05/2019, fl. 562) seria o montante de R$ 20.822,88, conforme cálculos deste Juízo (fl. 588). A sentença de fl. 330/332 condenou a parte ré a pagar o montante de R$ 7.000,00 com juros de 1% a.m. desde a citação (17/04/2017, fl. 137) e correção da data da sentença (13/12/2017, fl. 332). Este valor atualizado na forma determinada até o dia do pagamento (03/05/2019, fl. 562) seria o montante de R$ 9.240,56, conforme cálculos deste Juízo (fl. 588). O pagamento foi de R$ 24.001,51 (03/05/2019, fl. 562), mas os débitos somados daria o valor de R$ 29.426,49. Prosseguir-se-á com a execução do montante do saldo remanescente de R$ 5.424,98, acrescido da multa de 10% por não ter havido o pagamento do valor integral e devidamente atualizado, o que gera o montante de R$ 6.202,13. A parte autora indicou como valor para pagamento o montante de R$ 5.686,02, quando seria devido somente o valor de R$ 5.424,98 (fl. 574). Agora, a parte autora requer o pagamento de R$ 8.508,03, mas, conforme cálculos desse Juízo, é devido somente montante de R$ 6.202,13, motivo pelo qual passo a determinar o pagamento do valor correto. INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, a título de saldo remanescente sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC. Caso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, DEFIRO a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor e ARQUIVEM os autos, caso nada mais seja requerido. Por outro lado, caso não haja o pagamento voluntário, DETERMINO à Secretaria que acrescente a referido multa de 10% ao valor da condenação atualizado e corrigido, com base no art. 52, II, da Lei 9.099/95 e PROCEDA com os atos expropriatórios, a começar com a penhora em dinheiro via BACENJUD e RENAJUD, assim como os demais atos executórios. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603935-58.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: TARCÍSIO GOMES LEITE JÚNIOR (OAB 11972/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: BRUNO BEZERRA DE SOUZA (OAB 19352/PE), ADV: RICARDO BARRETO FERREIRA DA SILVA (OAB 36710/SP), ADV: ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS (OAB 12199/AM), ADV: KEROLAYNE ROSAS LIMA DE QUEIROZ (OAB 14104/AM), ADV: ALEXSANDER DO NASCIMENTO CORDEIRO (OAB 13832/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM) - Processo 0604272-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.A.S. - REQUERIDO: R.M.G.R.C.C. - E.C.J.M. - G.C.P.S. - R.C.M.P.C. - N.E.M.J.A.E.T. - F.S.O.B. e outros - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0604302-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Cesar Augusto Santos - REQUERIDO: Solimões Veículos Ltda. - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) -

Processo 0604678-20.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - RECLAMANTE: NAZARE DA CRUZ SUSSURANA - REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A - Consulte junto às contas judiciais abertas relativas a estes autos e faça a devida devolução dos valores à parte ré, com a expedição de alvará eletrônico para conta bancária de fl. 202. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0605364-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto - REQUERENTE: Carlito Paulino da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Cancele-se a audiência designada de maneira equivocada. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0606020-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Susan Wostewoysers Campelo - REQUERIDO: Bic Banco Industrial e Comercial S/A - Banco Industrial do Brasil S/A - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: CRISTIANE YAMADA DA SILVA (OAB 3955/AM), ADV: BRENDA ARIANA CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 9959/AM), ADV: CAROLINA NEVES DO PATROCINIO NUNES (OAB 249937/SP), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0607146-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Celene Bezerra Lopes - REQUERIDO: Tellerina Comércio de Presentes e Artigos para Decoração S/a. - INTIMEM-SE as partes para audiência UNA de Instrução e Julgamento, a ser realizada no 05/11/2019 às 10:00h, considerando que não se trata de matéria para julgamento antecipado. EXPEÇA(M)-SE nova(s) citação(ões) e/ou intimação(ões) necessária(s). Caso haja interesse na oitiva de testemunhas, estas deverão ser no máximo 3 (três) e trazidas pela própria parte interessada, independente de intimação.

ADV: THIAGO NORONHA BENITO (OAB 11127/MS), ADV: ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0607491-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Santander Brasil Seguros e Previdência S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: DENISE LENIR FERREIRA (OAB 58332/RS), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN) - Processo 0608518-04.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - AQGIPLAN FINANCEIRA S/A, CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor do saldo remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0608815-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Leonardo Rodrigues Marques - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03/12/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0609718-80.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: ALISSON FRANCKIN GOMES NORONHA - DECISÃO A parte autora requer penhora sobre o faturamento mensal da parte ré, a chamada penhora na boca do caixa. Contudo, verifica-se pela simples leitura da denominação da parte ré que se trata de associação, que não visa fim econômico. Logo, não faz atividade empresa para ver penhorado o seu faturamento mensal, como se empresário fosse. Verifico que já fora feita a penhora de bens, somente não foi feita avaliação, por mero descuido do Oficial de Justiça, que não se sabendo o motivo atestou não ser possível a penhora, percebe-se, então, que houve uma contradição na certidão do Sr Oficial de Justiça, mas que pode ser dirimida pela finalidade do mandado, a qual foi alcançada, indicando bens penhoráveis. Diante disto, repito o que foi determinado na decisão de fl. 103. Por oportuno, INDEFIRO o pleito de penhora na boca do caixa por não se tratar de empresário e não ter atividade empresarial para ter faturamento mensal. INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se pela expropriação dos bens de acordo com a legislação processual civil (seja pela adjudicação do art. 876, seja pela alienação do art. 879). Decorrido o prazo supra, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0610109-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIMO a parte ré para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca de petição apresentada pela parte autora.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0610548-46.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ROMUALDO DE AZEVEDO CASTRO (OAB 14088/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0610668-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sinara de Azevedo Castro - RECLAMADO: Net Serviços de Comunicação S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0611245-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Dulcilene de Freitas Sales - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outro - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM

RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Isento o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0611634-18.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Delza Silva Batalha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0612004-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Unique - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM) - Processo 0612411-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Helena Vieira da Costa - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: PAULO EDUARDO DA SILVA TEIXEIRA (OAB 10590/AM) - Processo 0612793-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Suzana Maria Martins de Moura - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM), ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM) - Processo 0612940-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Sildomar Marinho Ferreira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0613258-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carolina Cota Nards - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29/11/2019 às 10:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE) - Processo 0613618-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luiz Antonio Vitali Montrezol - REQUERIDO: Banco BMG S/A - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0614379-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Karolayne Pereira Almeida da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0614822-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0615264-19.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso - De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito deste Juizado, Dr(a). Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, e considerando que restou infrutífera a tentativa do oficial de justiça de efetuar a penhora, INTIMO a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar bens do Executado passíveis de penhora ou se manifestar pela execução por outra forma de penhora legalmente prevista, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, §4º, da lei nº. 9.099/95.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0616217-46.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jorge Luiz da Silva Granjeiro - REQUERIDO: Bmg Cartão Credito e outro - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0616469-83.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0617238-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Ivanilça Medeiros de Oliveira - RECLAMADO: Banco Daycoval S/A - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0618291-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Adilton Corrêa Gentil - DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA PROVISÓRIA para que a parte ré, após sua intimação, imediatamente, via carta postal, ou via portal eletrônico ou via oficial de justiça, juntamente com sua citação, ABSTENHA-SE de suspender o serviço de fornecimento de serviço público para parte autora em razão da fatura aqui discutida, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da presente obrigação; caso o serviço já esteja suspenso determino que o requerido religue-o no prazo de 24 horas sob pena da mesma multa. CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22 de novembro de 2019, às 11 horas e 15 minutos, bem como do teor da presente decisão. Ainda, mediante publicação ou carta postal, INTIME-SE a parte autora da audiência ora designada. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0618474-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maurion Farias Saldanha - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 25/11/2019 às 09:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARCUS VINICIUS BERGO COELHO (OAB 138958/MG) - Processo 0618614-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcus Vinicius Bergo Coelho - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/11/2019 às 11:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0618788-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Carlos Seixas da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 25/11/2019 às 11:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0618975-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Natyenne Kelly Lopes Ferreira - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04/12/2019 às 09:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619183-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0619723-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Vivendas do Rio Negro Praças - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/12/2019 às 10:45h.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0619927-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Mendonça da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0620076-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Mendonça da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0620321-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo da Cunha Martins - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28/11/2019 às 11:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0620576-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Acquarelle Residencial - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 08:45h.

ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0620667-32.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor à título saldo remanescente, qual seja, R$ 144,34, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0620758-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Aida Marcia de Lima Brandão - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27/11/2019 às 08:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0621035-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio da Cruz da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0621040-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonio da Cruz da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0622163-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Venancia Alves de Souza - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/12/2019 às 08:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0622348-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da S. - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0622364-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Ferreira da S. - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0622374-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ileanna da Silva Nina - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19/11/2019 às 10:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0622546-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Camila Caroline Miranda Lima - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 02/12/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0622654-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Beatriz Freire Souza - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0622709-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMANTE: Eunice Mendes Pinto - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM) - Processo 0622762-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Isabela de Souza Borges - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28/11/2019 às 09:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0622780-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Flavio Souza dos Santos Filho e outro - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22/11/2019 às 10:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0622884-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Eunice dos Reis Tavares - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27/11/2019 às 08:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM), ADV: CAMILLA MARIA CHAVES RIBEIRO (OAB 14379/AM) - Processo 0622919-37.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ruy Guilherme Bechara de Oliveira - PROCEDO com a designação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 09/12/2019 às 08:45h.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0622939-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: José Erasmo Alves de Melo - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR o valor dos débitos que pretende anular; INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC, caso a soma com o valor do contrato de empréstimo exceda o teto dos Juizados. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622972-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ronaldo de Lima Santos - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO

à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR o valor dos débitos que pretende anular; ADEQUAR ainda o somatório de todos os pedidos cumulados para dentro do valor do teto dos Juizados. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0623045-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Anne Daniela Oliveira de Souza - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22/11/2019 às 10:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0623047-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Joana Dolores da Costa Cavalcante - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22/11/2019 às 10:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623051-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Zacarias Teixeira da Costa - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0623117-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Irleda Kely Rezende da Silva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos da requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora. DETERMINO QUE SE OFICIE ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Após, INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 25/11/2019 às 09:45h. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0623135-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - DECISÃO Os pedidos "1", ''2'' e "3" da fl. 12 são referentes a ação de título executivo extrajudicial, enquanto o pedido ''4'' é referente a procedimento comum. Dessa forma, INTIME-SE a parte autora, para ADEQUAR os pedidos, de forma que, cumulados, estes sejam todos pertinentes ao mesmo procedimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença. Realizada a diligência supra, voltem-me conclusos para apreciação do pedido de tutela provisória.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623174-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leida de Souza Fontes - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 10:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623180-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leda de Souza Fontes - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 10:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0623187-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Claudia Rolim de Sao Paulo Aguiar - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 22/11/2019 às 08:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0623197-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria José Cortez Fernandes de Alencar - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual o valor da dívida, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: MARIANA LEANDRO DAMACENO (OAB 38091/DF), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0623221-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Unyleya Editora e Cursos S.a (3w Educacional) - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0623250-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Enildo Valente - Recebendo a inicial, percebo

pelo conjunto da postulação (art. 322, §2º do CPC/15), que a parte autora requer declaração de inexigibilidade de seguro no valor de R$ 168,00, além da indenização por dano moral no valor de R$ 38.000,00 e repetição de indébito no valor de R$ 336,00. Porém, utiliza como valor da causa um valor inferior ao valor do proveito econômico, qual seja, somente a indenização a título de danos morais e repetição de indébito, sendo este o valor da causa. Portanto, recebo a inicial e, com base no art. 292, §3º do CPC/15, corrijo de ofício o valor da causa para o montante de R$ 38.504,00. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 10:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0623322-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Geibson Oliveira Artiagas - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 02/12/2019 às 09:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623423-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623425-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623428-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir Farias de Souza - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07/11/2019 às 15:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623429-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Cladimir F. de Souza - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07/11/2019 às 15:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES, ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0623483-84.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose Arteiro Ribeiro Sales - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA para que a parte ré, após sua intimação via diário de justiça, FAÇA A RELIGAÇÃO do serviço de fornecimento de serviço público de água na unidade consumidora da parte autora, cujo código único é 169722-6. Dou-lhe o PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da presente obrigação. ADVIRTO à parte ré que a simples tela de sistema (print de tela de computador) não comprova estar em funcionamento ou o cumprimento de liminar. SUGIRO que para atestar a religação ou o pleno funcionamento apresente fotos do hidrômetro da unidade com o seu número visível ou a emissão de Ordem de Serviço com a assinatura da proprietária da unidade, ou de morador da unidade, ou de vizinho atestando. Cumpra-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0623543-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Nabila Andreza Carvalho Vieira - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito ou inexigibilidade excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: EUDENIS DANTAS PEREIRA FILHO (OAB 11147/AM) - Processo 0623563-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Condomínio Residencial Rio Amazonas - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 02/12/2019 às 09:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0623576-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lindalva Cruz Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27/11/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0623613-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: EULER BARRETO CARNEIRO ADVOCACIA - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03/12/2019 às 10:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: KAREN ROSENDO DE ALMEIDA LEITE (OAB 8599/AM) - Processo 0623663-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Rosangela Chagas dos Santos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28/11/2019 às 09:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623728-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Rossi Maciel de Araújo - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/11/2019 às 15:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623733-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Rossi Maciel de Araújo - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/11/2019 às 15:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623735-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Rossi Maciel de Araújo - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0623760-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: André Cristiano Soares Martins - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09/10/2019 às 11:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0623808-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sidomar Lopes da Silva - DECISÃO O pedido ''V'' da fl.11 não especifica o valor da cobrança, propiciando sentença extra, ultra ou citra petita, bem como dificulta o direito ao contraditório da parte ré. Art. 322. O pedido deve ser certo. Art. 324. O pedido deve ser determinado. Dessa forma, INTIME-SE a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para EMENDAR sua inicial informando/especificando o valor da cobrança referente ao pedido "V'' da fl.11, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença. Realizada a diligência supra, voltem-me conclusos para apreciação do pedido de tutela provisória.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0623852-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Eliton Pinheiro Dutra - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28/11/2019 às 10:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623859-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cristiano Raimundo Barbosa Lira - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 02/12/2019 às 10:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0623862-54.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: C Meireles da Costa & Cia - DEFIRO a execução forçada requerida pelo exequente do valor de R$ 8.413,22. De acordo com o art. 53 da Lei 9.099/95 e o art. 829, caput, do CPC, PROCEDA-SE com as providências da CITAÇÃO da parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do valor indicado pela parte Exequente, na forma do art. 829, CPC.

ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM) - Processo 0623893-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kate Cristina Abreu Pimentel - DECISÃO A parte autora requer a inexistência do débito, porém não informa o valor total do débito que pretende declarar inexistente. Art. 322. O pedido deve ser certo. Art. 324. O pedido deve ser determinado. Dessa forma, INTIME-SE a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para EMENDAR sua inicial informando/especificando o valor do débito que pretende que seja declarado inexistente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença. Realizada a diligência supra, voltem-me conclusos para apreciação do pedido de tutela provisória.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0624074-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria de Lourdes Miranda Pereira Filha - DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA PROVISÓRIA para que a parte ré, após sua intimação, imediatamente, via carta postal, ou via portal eletrônico ou via oficial de justiça, juntamente com sua citação, ABSTENHA-SE de suspender o serviço de fornecimento de serviço público para parte autora em razão da fatura aqui discutida, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da presente obrigação; caso o serviço já esteja suspenso determino que o requerido religue-o no prazo de 24 horas sob pena da mesma multa. INDEFIRO, por ora, a abstenção de POSSÍVEL negativação. CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 02 de dezembro de 2019, às 10 horas e 15 minutos, bem como do teor da presente decisão. Ainda, mediante publicação ou carta postal, INTIME-SE a parte autora da audiência ora designada. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0624090-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Jjl Comércio de Móveis Eireli - DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA PROVISÓRIA para que a parte ré, após sua intimação, imediatamente, via carta postal, ou via portal eletrônico ou via oficial de justiça, juntamente com sua citação, ABSTENHA-SE de suspender o serviço de fornecimento de serviço público para parte autora em razão da fatura aqui discutida, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da presente obrigação; caso o serviço já esteja suspenso determino que o requerido religue-o no prazo de 24 horas sob pena da mesma multa. INDEFIRO, por ora, a retirada da negativação. CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de dezembro de 2019, às 11 horas, bem como do teor da presente decisão. Ainda, mediante publicação ou carta postal, INTIME-SE a parte autora da audiência ora designada. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: ADSON MARQUES E SOUZA (OAB 14798/AM) - Processo 0624195-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria de Jesus Marques dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 09/12/2019 às 08:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0624269-60.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Guadalajara Morena Lima dos Santos - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês, esclarecendo inclusive os seus respectivos valores em cada um do mês em referência, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. Pode, inclusive, a parte autora apresentar uma tabela com o mês e o valor que correspondam aos extratos destacados. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: ARMANDO JORGE ANTONY FONSECA (OAB 23979/CE) - Processo 0624307-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Gledson de Carvalho - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/12/2019 às 11:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0624315-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Izaira Lira Lima - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03/12/2019 às 10:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0624316-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Izaira Lira Lima - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0624323-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: A. O. de Araujo - Me - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: MARCELA GEÓRGIA DINIZ URIAS (OAB 9680/AM) - Processo 0624399-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: José de Souza da Fonseca - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03/12/2019 às 11:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624644-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624647-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624649-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - RECLAMANTE: PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624754-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Leida Souza Fontes - 04/11/2019 às 15:15h

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0624769-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Carlos Paes Correa - DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA PROVISÓRIA para que a parte ré, após sua intimação, imediatamente, via carta postal, ou via portal eletrônico ou via oficial de justiça, juntamente com sua citação, ABSTENHA-SE de suspender o serviço de fornecimento de serviço público para parte autora em razão da fatura aqui discutida, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da presente obrigação; caso o serviço já esteja suspenso determino que o requerido religue-o no prazo de 24 horas sob pena da mesma multa. INDEFIRO, por ora, a abstenção de POSSÍVEL negativação. CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de dezembro de 2019, às 9 horas e 45 minutos, bem como do teor da presente decisão. Ainda, mediante publicação ou carta postal, INTIME-SE a parte autora da audiência ora designada. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0624870-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Jucineide de Castro dos Santos - DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA PROVISÓRIA para que a parte ré, após sua intimação, imediatamente, via carta postal, ou via portal eletrônico ou via oficial de justiça, juntamente com sua citação, ABSTENHA-SE de suspender o serviço de fornecimento de serviço público para parte autora em razão da fatura aqui discutida, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da presente obrigação; caso o serviço já esteja suspenso determino que o requerido religue-o no prazo de 24 horas sob pena da mesma multa. CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de dezembro de 2019, às 11 horas e 15 minutos, bem como do teor da presente decisão. Ainda, mediante publicação ou carta postal, INTIME-SE a parte autora da audiência ora designada. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624877-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624897-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0624984-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: José Ivan Marques da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/12/2019 às 09:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0625016-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Darylda Duarte Guimarães - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês, esclarecendo inclusive os seus respectivos valores em cada um do mês em referência, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. Pode, inclusive, a parte autora apresentar uma tabela com o mês e o valor que correspondam aos extratos destacados. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0625037-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel da Silva Nahim - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0625077-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Moises Coelho de Oliveira - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/12/2019 às 08:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625092-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Djalma Farias Teixeira de L. - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625096-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Djalma Farias Teixeira de L. - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0625127-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Andrey Cristian Gama da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0625144-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cosma dos Santos Alves - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/12/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0625164-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ryanne da Silva Lavor - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com o declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial do declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0625175-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ryanne da Silva Lavor - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com o declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial do declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0625183-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Barbara Azevedo Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 09:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM) - Processo 0625199-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sabrina Jhennifer Bernardo Duarte - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/12/2019 às 09:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do

Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0625213-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Oracildo Ferreira Gomes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/12/2019 às 10:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0625220-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sandra Maria dos Santos Cruz - INDEFIRO O PEDIDO. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/12/2019 às 10:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: NARA NADIA SILVEIRA DO VALE (OAB 9477/AM) - Processo 0625243-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Pedro Gomes da Silveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 09:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0625253-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Suzane de Souza Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95, bem como JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0625273-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença. Realizada a diligência supra, voltem-me os autos conclusos.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0625275-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0625279-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: ROBERTA KALLINY AFONSO LIMA (OAB 14021/AM) - Processo 0625359-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jorge Luiz Julio do Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 10:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0625423-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Manoel Coutinho da Silva - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625495-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Eliane Alves Mota - INDEFIRO O PEDIDO. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04/12/2019 às 10:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0625535-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jose Carlos Reis de Melo - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/12/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0625600-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Antônia das Dores Martins Menezes - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/12/2019 às 08:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM), ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM) - Processo 0626102-50.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Maria Rita Silvino Pessoa 87259320206 (Soluções Contabilidade) - INTIMO a parte autora pessoalmente por carta postal para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar andamento ao processo, sob pena de arquivamento.

Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adson Marques e Souza (OAB 14798/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB 13832/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Armando Jorge Antony Fonseca (OAB 23979/CE)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Brenda Ariana Corrêa de Araújo (OAB 9959/AM)
Bruno Bezerra de Souza (OAB 19352/PE)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Camilla Maria Chaves Ribeiro (OAB 14379/AM)
Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB 249937/SP)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Yamada da Silva (OAB 3955/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Denise Lenir Ferreira (OAB 58332/RS)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Eudenis Dantas Pereira Filho (OAB 11147/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isaac Luiz Miranda Almas (OAB 12199/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Júlio de Oliveira Macedo (OAB 6523/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Rosendo de Almeida Leite (OAB 8599/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kerolayne Rosas Lima de Queiroz (OAB 14104/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Geórgia Diniz Urias (OAB 9680/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Marciele Marilia Prestes Lins (OAB 6671/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB 138958/MG)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Mariana Leandro Damaceno (OAB 38091/DF)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nara Nadia Silveira do Vale (OAB 9477/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)

Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
PAULO EDUARDO DA SILVA TEIXEIRA (OAB 10590/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
RICARDO BARRETO FERREIRA DA SILVA (OAB 36710/SP)
Roberta Kalliny Afonso Lima (OAB 14021/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Romualdo de Azevedo Castro (OAB 14088/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Tarcísio Gomes Leite Júnior (OAB 11972/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Thiago Noronha Benito (OAB 11127/MS)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0233/2019

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0200789-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Arcelino da Costa Júnior - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201226-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A e outro - Intime-se a requerida Tim S/A para que, no prazo de 10 dias, manifeste se ainda há interesse em recorrer, uma vez que a segunda requerida realizou a quitação integral da condenação. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0201849-29.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 3.034,16(três mil e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 3.337,57(três mil trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0600094-02.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direitos / Deveres do Condômino - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Central Park - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM) - Processo 0601908-83.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Mateus Torres de Araújo - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 10.444,49(dez mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 11.488,93(onze mil quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0602975-51.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro De Educação Paraíso Infantil - Intime-se o exequente para se manifestar, em 15 dias, acerca dos embargos de terceiros apresentados nos autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0603017-98.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 11.219,47(onze mil duzentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 12.341,41(doze mil trezentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0603088-37.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Maitê Rosana Lents Gomes - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0603534-06.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direitos / Deveres do Condômino - EXEQUENTE: Condominio do Edificio Metropolis Residence - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0604219-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ilhas Gregas I - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604960-87.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco

BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.443,48(quatro mil quatrocentos e quarenta e três reías e quarenta e oito centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 4.887,82(quatro mil oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT) - Processo 0606795-13.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - EXECUTADO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 12.625,98 (Doze mil, seiscentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 13.888,57 (Treze mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CRISTIANE GANDA RIBEIRO (OAB 11885/AM) - Processo 0607244-34.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXEQUENTE: Terezita Odorico da Costa Martins - De ordem, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP) - Processo 0607387-23.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 19.580,88(dezenove mil quinhentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 21.549,96(vinte e um mil quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0608092-55.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Descontos Indevidos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Considerando que o autor comprova o descumprimento, proceda-se com o bloqueio das multas referente aos descontos indevidos do mês de julho e agosto de 2019. Ademais, intime-se o banco réu para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto ao cumprimento da obrigação. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0608603-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Igor Barroso de Andrade - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM), ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM), ADV: ANDRÉ CRESPO MACHADO (OAB 220296/RJ) - Processo 0609341-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raphael Augusto Silva Barone - REQUERIDO: Util União Transporte Interestadual de Luxo Ltda - Ante o que, denego os embargos de declaração oposto por União Transportes Interestadual, em todos os seus termos. Intime-se. Manaus, 28 de agosto de 2019

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0609464-05.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Carlos Alberto Barbosa - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0610836-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Pereira de Aguiar - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0610885-30.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: HARRISON LIMA DE OLVEIRA (OAB 10132/AM) - Processo 0611005-73.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios - EXEQUENTE: Harrison Lima de Olveira - Intime-se o autor para se manifestar sobre a restrição do veículo às fls. 107 no prazo de dez dias.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0611164-16.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - ME - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0611372-97.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM) - Processo 0612227-76.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Karla Cristina dos Santos Monteiro - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0613931-27.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - EXEQUENTE: M. A. Rodrigues Educação Ltda-ME (Centro Educacional Excelente) - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM) - Processo 0614016-13.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Arlene Martins Belota Tromboni - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0614895-20.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.A. - Intime-se a parte ré para, no prazo de 10 dias, comprovar cumprimento do acordo, sob pena de bloqueio. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0615427-91.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Cielo S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze)

dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.082,60(cinco mil e oitenta e dois reais e sessenta centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.590,86(cinco mil quinhentos e noventa reais e oitenta e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0615503-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Orlando Pinheiro Martins - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.084,08 (Quatro mil, oitenta e quatro reais e oito centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 4.492,48 (Quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0616208-16.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0616331-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Sérgio Vieira dos Santos - Instado o recorrente para que juntasse documentos que comprovassem sua hipossuficiência, este quedou-se inerte, deixando transcorrer o prazo de fls. 163. Concedo o prazo de 48 horas para que providencie o pagamento do preparo e das custas judiciais, sob pena de deserção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0616333-81.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceproeducar Ltda - Me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0616536-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0616799-75.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0617694-36.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Descontos Indevidos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.608,55(quatro mil seiscentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.069,40(cinco mil e sessenta e nove reais e quarenta centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0617830-67.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cecilia Fernandes Machado - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0617959-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.053,71(cinco mil e cinquenta e três reais e setenta e um centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.559,08(cinco mil quinhentos e cinquenta e nove reais e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0618019-11.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618087-58.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: VINICIUS NOGALLI CAMPOS (OAB 377770/SP) - Processo 0619228-15.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - EXEQUENTE: Camposfer Tools Comércio, Importação e Exportação de Ferramentas Ltda - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0619340-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edinaldo Pereira da Silva - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAIMUNDO DA CRUZ FARIAS JÚNIOR (OAB 14186/AM) - Processo 0620655-47.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: JI Sotero Lopes - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0621531-70.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 14.639,09(quatorze mil seiscentos e trinta e nove reais e nove centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 16.102,99(dezesseis mil cento e dois reais e noventa e nove centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622519-23.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622548-10.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0623333-06.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.152,17(cinco mil cento e cinquenta e dois reais e dezessete centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.667,37(cinco mil seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0623537-79.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco José Machado - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0623721-06.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Edith Brandão - CEEB - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: UIRATAN DE OLIVEIRA (OAB 3431/AM) - Processo 0624457-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Uiratan de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0624613-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristina Motta Ferreira - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0625173-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - EXEQUENTE: Paulo Henrique Carvalho da Frota - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625210-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Admarina Gentil Dias - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM) - Processo 0625346-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Domingos Lisboa de Jesus - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM) - Processo 0625362-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Samuel Teclyr Furtado Monteiro - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0625577-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Victor Farache Ribeiro - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) a cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, RG ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0625624-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Gerusa Maciel Costa de Lima - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: LUCIANO RADAELLI (OAB 8565/AM) - Processo 0625761-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Anderson Hiago Canuto da Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0625770-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mara Suely Ferreira Farias - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0625823-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Rosiana da Conceição Rodrigues Oliveira - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0627125-31.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 8.770,07(oito mil setecentos e setenta reais e sete centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 9.647,06(nove mil seiscentos e quarenta e sete reais e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
André Crespo Machado (OAB 220296/RJ)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)

Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cristiane Ganda Ribeiro (OAB 11885/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Harrison Lima de Olveira (OAB 10132/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Radaelli (OAB 8565/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Raimundo da Cruz Farias Júnior (OAB 14186/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Uiratan de Oliveira (OAB 3431/AM)
Vinicius Nogalli Campos (OAB 377770/SP)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PORTARIA N° 002/2019 – 11° JEC/TJAM

O Doutor Francisco Soares de Souza, Juiz de Direito Titular da 11ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus

USANDO de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as determinações constantes no Provimento nº 241/2015-CGJ/AM, que estabeleceu sobre a obrigatoriedade de realização de inspeções nos cartórios das unidades judiciárias de primeira instância deste Poder, a serem realizadas em todas as unidades judiciárias do Estado do Amazonas;

RESOLVE:

I – Determinar a realização da Correição Ordinária nesta 11ª Vara do Juizado Especial Cível no período de 30 de setembro a 04 de outubro de 2019;

II – Estabalecer a formação de uma comissão de correição com os seguintes membros:
Para secretariar os trabalhos a servidora CINTIA MARIA STONE DE MESQUITA (M29599), que deverá ser auxiliada pelas servidoras CÁSSIA KATERINNE TELES DOS SANTOS (E61077) e JANINNE NAYARA FREITAS ARCANJO (E01412);

III – Haverá expediente normal, durante o período da realização da referida correição.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se. Publique-se.

Gabinete do Juiz de Direito deste Juizado Especial Cível, em 04 de setembro de 2019.

Francisco Soares de Souza
Juiz de Direito

EDITAL DE INSPEÇÃO/CORREIÇÃO 2019 - 11VJEC

O Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO SOARES DE SOUZA, MM. Juiz de Direito titular do 11º Juizado Especial Cível da Capital, no uso de suas atribuições legais, e conforme art. 2º, inciso II, do Provimento n° 241/2015 – CGJ/AM,
TORNA PÚBLICO que, no período de 30 de setembro a 04 de outubro do ano de 2019, será realizada a CORREIÇÃO ORDINÁRIA determinada pelo Provimento n° 241/2015 – CGJ/AM, no âmbito da Secretaria do 11° Juizado Especial Cível de Manaus, ocasião em que todos os processos em tramitação na unidade judiciária serão correcionados, mediante aposição de formulário individualizado, devidamente aprovado pela Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas, a fim de averiguar a regularidade de cada processo, adotando-se, a seguir, as providências que se fizerem necessárias ao alcance deste objetivo.
Através do presente Edital, os jurisdicionados, advogados, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e demais interessados ficam cientificados de que o MM. Juiz de Direito responsável pelos trabalhos de inspeções estará à inteira disposição para ouvir aqueles que o procurarem, colher reclamações ou denúncias, sugestões e demais intervenções que possam contribuir para a eficácia dos serviços deste Juizado.
Publique-se. Registre-se. Cientifiquem-se. Cumpra-se.

Manaus, 04 de setembro de 2019.
Francisco Soares de Souza
Juiz de Direito Titular do 11° JEC

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0238/2019

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0201807-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0169/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0200420-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0200905-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: ROSICLEIDE MARIA MAIA SILVA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, declaro inexistente a diferença de faturamento indicada à fl.18, da unidade consumidora n. 0780913-1, no valor de R$ R$ 1.228,32. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM) - Processo 0201081-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: BANCO RS- INVEST SEGURADORA - Face o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem análise do meritum causae, com lastro no art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0204279-22.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dirce Simões Lima - REQUERIDA: MARILIA JACQUELINE DE MELO LIMA - Ante o pedido de fl. 89, expeça-se certidão de dívida atualizada para fins de protesto via sistema, conforme convênio deste Tribunal, podendo ainda a parte exequente, por sua iniciativa diligenciar a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito, nos termos do Enunciado n. 76 do FONAJE.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0205319-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Revogo a tutela de fl. 20. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0205325-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, declaro inexistente a diferença de faturamento indicada à fl.10, da unidade consumidora n. 0738294-4, no valor de R$ R$ 3.613,92. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0205327-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, declaro inexistente a diferença de faturamento indicada à fl.07, da unidade consumidora n. 0415463-0, no valor de R$ R$ 6.899,06. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0206008-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo IMPROCEDENTE os pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0206803-89.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0600754-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro -

REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0601161-36.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: XTEC - Consultoria Em Informatica e Engenharia Eletrica Eireli - Epp - Da análise aos autos, verifico que não foi localizado o veículo bloqueado via sistema RENAJUD, não sendo conhecido sua localização para prosseguimento da penhora e avaliação determinadas, razão pela qual deferido o pedido de fls. 50/51, para penhora de bens na residência da parte executada. Quanto ao pedido pertinente ao veículo bloqueado, verifico que já consta restrição total (transferência e circulação). À Secretaria para atualização dos cálculos. Após, expeça-se mandado de penhora e avaliação a ser cumprido no endereço da parte executada, devendo o Oficial de Justiça designado penhorar tantos bens quanto bastem para segurança do Juízo, desde que não essenciais à habitalidade. No mesmo ato, deverá nomear a parte executada como fiel depositária dos bens penhorados, bem como intimá-la do prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, oferecer embargos à execução. Cumprida tal diligência, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: KARLA MARIANA DE MELO CHIAVEGATTO (OAB 5890/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0601330-91.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: MARIA RAIMUNDA DE SOUZA GONÇALVES - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte exequente permaneceu inerte por um longo período sem informar ao Juízo o descumprimento da obrigação pertinente aos descontos no contracheque de matrícula n. 024255-1 F, e consequentemente executar o valor referente à multa (astreintes). Ressalto ainda, que em um primeiro momento a parte exequente manejou pedido de cumprimento de Sentença, contudo ficou inerte quanto a comunicação dos demais descontos ocorridos durante a execução, inclusão na ocasião da Sentença que apreciou os Embargos à Execução, vez que não apresentou o recurso pertinente. Assim sendo, verifico que a parte exequente incorreu em abuso de direito ao permanecer silente por um longo período sem requerer a execução da multa, com intuito de aumentar seu valor a um patamar exorbitante, levando este Juízo a crer que o interesse sobre a obrigação e a necessidade do pleito não mais existem, o que torna dispensável a incidência da multa, pois a própria parte exequente não manifestou vontade na efetividade da decisão. Logo, apesar do descumprimento da obrigação, o comportamento da parte exequente demonstra total violação ao princípio da boa fé objetiva, pois seu maior interesse está na multa aplicada, e não no cumprimento da obrigação, pois deixou transcorrer um lapso temporal muito grande para comunicar ao Juízo. Portanto, como efeito da função limitadora (ou de controle) da boa fé objetiva, aplico a teoria da supressio, que segundo explica o Ministro Aguiar Júnior "Na supressio, um direito não exercido durante um determinado lapso de tempo não poderá mais sê-lo, por contrariar a boa-fé (...)". Face o exposto, revogo a multa da obrigação de fazer fixada na Sentença de fls. 231/235, constatando a deturbação do interesse perseguido pela parte exequente, afigurando-se como excessiva e desproporcional, podendo ser excluída para evitar o enriquecimento sem causa, inclusive de ofício nos termos do art. 537, § 1o, I, do CPC. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração e Gestão - SEAD, para que exclua do contracheque da parte exequente, matrícula n. 024.255-1F, o desconto pertinente a sigla "BMG CARTÃO 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. À Secretaria para realizar o cálculo dos valores descontados nos contracheques da parte exequente, fls. 403/417, conforme determinado na Sentença de fls. 231/235, porém sem a incidência da multa em razão da sua revogação. Após, proceda-se com a penhora via BACENJUD, realizando o cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva. Em seguida, intime-se a parte executada para querendo, apresentar embargos à execução, no prazo legal de 15 (quinze) dias. Intimem-se.

ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: LOREN GISELE DE LIMA NICÁCIO PAZOS (OAB 5211/AM) - Processo 0601380-15.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Fabrício Perrotta da Silva - REQUERIDO: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - F e F Comercio de Artigos de Colchoaria Ltda - Colchões Ortobom - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de compensação por dano moral, a pagarem o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de restituição por dano material, a pagarem o valor de R$ 2.289,00 (dois mil, duzentos e oitenta e nove reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Por derradeiro, ante a condenação por dano material, determino à parte ré que proceda a retirada do produto defeituoso, objeto da presente demanda, no prazo de até 30 (trinta) dias, na residência da parte autora, sob pena desse produto se tornar propriedade definitiva da mesma. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602163-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos da parte autora. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0603573-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Nelson Colares Sampaio Filho - Em atenção a petição de fls.85, verifico que a parte autora informou o novo endereço da parte ré Daniel Silva Abrahao. Nesse sentido fica a audiência de conciliação designada para o dia 12/12/2019 às 12:00h. Outrossim, por tratar-se de indicação de novo endereço, indefiro o pedido de citação por oficial de justiça, devendo a citação ocorrer neste primeiro momento via Correios. Cite-se e Intime-se.

ADV: RODOLFO MACHADO REIS (OAB 11036/AM) - Processo 0603896-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vaga de garagem - REQUERENTE: Maria de Nazaré Monteiro Gonçalves - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0604314-14.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM) - Processo 0605042-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Augusto de Sales - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais em conformidade com o Provimento n. 256 da CGJ/AM, INTIMO A PARTE RECORRIDA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: WALMIR RIBEIRO PEREIRA (OAB 6273/AM), ADV: ZILA LIMA ARAÚJO (OAB 10973/AM) - Processo 0605678-89.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: MARIA CONSUELO RIBEIRO PEREIRA - REQUERIDO: ALAMO QUEIROZ NAVARRO - Da análise aos autos, verifico que houve o cumprimento da obrigação de fazer determinada na Sentença de fls. 30/31, conforme comprovado pela parte ré, razão pela qual indefiro o pedido de fls. 93/94. Intimem-se. Após arquivem-se.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0606250-45.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0607113-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: D.A.F. - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0607218-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Elizabeth Loreiro da Cruz - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM) - Processo 0607499-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Lúcia de Souza Lima - De ordem, verificando que não houve citação da parte ré Valmir Cardoso dos Santos, conforme informação contida no AR negativo de fl. 49, INTIMO A PARTE REQUERENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar o endereço atualizado da referida parte, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM) - Processo 0607779-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Renato Damasceno Batista - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0607987-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Edivan da Silva Souza - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ELOIZA BARRETO MATHIAS (OAB 10891/AM), ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM) - Processo 0608258-58.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: DOROTHY CHRISTINNE CARRIÇO DE AGUIAR - REQUERIDO: POLE POSITION TECNOLOGIA LTDA - Inicialmente, ante o pagamento voluntário de fl. 219, determino a a expedição do respectivo alvará judicial em favor da parte exequente. Quanto a obrigação de fazer referente à transferência do veículo objeto da lide, consoante petição de fls. 212/215, verifico ser impossível seu cumprimento pela parte executada, vez que esta não possui a posse do veículo, tampouco os documentos necessários para efetivar a transferência de propriedade. Assim sendo, não há como suscitar a incidência de multa, dada a impossibilidade do cumprimento da obrigação pela parte executada, devendo ser expedido ofício ao órgão competente para a realização da respectiva transferência do veículo, por ser medida razoável e que assegura o resultado prático equivalente ao adimplemento da obrigação. Deste modo, expeça-se a respectiva carta precatória, com finalidade de oficiar o DETRAN-SP para proceder com a transferência do veículo de placa DOT-5650, RENAVAM 00829563512, ano 2004, marca/modelo HONDA/FIT LX para o nome da parte executada POLE POSITION TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n. 34.520.130/0001-77, conforme determinado no acórdão de fls. 201/203, no prazo de 30 (trinta) dias, com as homenagens de praxe ao Juízo Deprecado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0608620-94.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - EXEQUENTE: Marcela Tomaz da Lapa Mourão - EXECUTADO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. (VIVO S.A) - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os presentes embargos à execução, para reconhecendo o excesso, determinar a restituição do valor penhorado via BACENJUD (fl. 227/234) à parte executado. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, EXPEÇAM-SE ALVARÁS JUDICIAIS do valor pago voluntariamente à parte exequente (fl. 249) e do valor bloqueado à parte executada (fl. 228). Sem custas e honorários salvo recurso. P.R.I.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608663-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cristovao Sampaio - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ANTONIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM) - Processo 0609544-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thiago Cardoso Silva Oliveira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais em conformidade com o Provimento n. 256 da CGJ/AM, INTIMO A PARTE RECORRIDA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 187A/AM), ADV: FRANCISCO HIAGO DE CASTRO BESSA (OAB 11075/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG), ADV: VICTÓRIA TONIN CARMINATI (OAB 107082/RS), ADV: MÁRCIA MALLMANN LIPPERT (OAB 35570/RS), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: FRANCISCO ROSATO (OAB 44307/RS) - Processo 0609612-84.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Agroam - Agrícola Amazonas Comercial Ltda. - Stihl Ferramentas Motorizadas Ltda - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: SUZANE SOUZA RODRIGUES DA SILVA (OAB 12822/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0609690-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janilce Leitão Pantoja - REQUERIDO: Condominio Shopping Grande Circular - Lojas Americanas S.A. e outro - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 14:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0609731-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: MARA LÚCIA LIMA (OAB 13939/AM), ADV: GREICE KELLY DOS SANTOS SILVA (OAB 10024/AM) - Processo 0610262-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Amenayde Cristine Correa - Da análise aos autos, verifico não ser possível constatar a ocorrência de citação válida para a parte ré, eis que até a presente data não houve o retorno do aviso de recebimento da carta emitida em abril/2019, razão pela qual deve ser dado prosseguimento, até porque, já ocorreu a audiência de conciliação anteriormente aprazada. Dito isso, fica a nova audiência de Conciliação designada para o dia 29/11/2019 às 13:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0610384-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Carla Guerreiro de Menezes Leite - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: GUSTAVO LEÃO DE CARVALHO CÂNDIDO (OAB 127882/MG), ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP) - Processo 0610541-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Mm Turismo & Viagens Ltda-me (maxmilhas) - Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FLÁVIA LOPES DE OLIVEIRA (OAB 4382/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0611096-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Flávia Lopes de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em atenção a petição de fls. 71/72, verifico que a parte autora justificou sua ausência em audiência de conciliação, razão pela qual fica a nova audiência de conciliação DESIGNADA para o dia 05/11/2019 às 14:45h. Intimem-se.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0611157-92.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Thiago Alexandre da Silva de Oliveira - DE ORDEM, verificando que não houve êxito nas tentativas de penhora eletrônica via sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, INTIMO A PARTE EXEQUENTE para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 20 (vinte) dias, bem como a localização dos mesmos, em igual prazo, sob pena de extinção, nos termos do art. 53, § 4º da lei 9.099/95.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 1208A/AM) - Processo 0611743-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Samira de Souza Ribeiro - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0612578-20.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: MARCUS FÁBIO DA SILVA PIRES (OAB 214737/SP), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0614901-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ronyelly Rocha Pereira - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais em conformidade com o Provimento n. 256 da CGJ/AM, INTIMO A PARTE RECORRIDA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0616464-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ronny Rafael Mata Unda - Ante o retorno dos ARs negativos, cite-se a parte ré Susana Costa Coimbra por meio de mandado a ser cumprido por oficial de justiça da audiência de conciliação designada. Intime-se.

ADV: FLORENCIO SOARES JUNIOR (OAB 11807/MA), ADV: DANIEL JOSE SAMPAIO DE BRITO (OAB 12178/AM) - Processo 0620425-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adriel Abrahão de Souza Branco - REQUERIDO: Vip - Gestão e Logística Ltda. - Analisando os autos com maior acuidade, verifico que ante os documentos de fls. 127/132 a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0621346-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Thienny Ferreira Vieira - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0621634-77.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leigh Gabriel Portugal Moss - REQUERIDO: Alpha Telecomunicações Ltda. - Me - Em atenção ao pedido de reconsideração de fl. 99/106, verifico que a parte autora/recorrente comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: RAILTON COSTA VIANA (OAB 9820/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0622838-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcio Mesquita Souza - REQUERIDO: Porto Autos Ltda - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em

julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: BRUNO SILVA MATOS (OAB 99106/MG), ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0622929-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: José Pinto da Silva - REQUERIDO: Itavida Clube de Seguros - Seguradora Metlife - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0623200-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Valdeci Firmino da Silva - REQUERIDO: I. S. Reis Júnior Comércio e Indústria de Ótica Ltda - Ótica Veja - HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JULIANO VINÍCIO DA SILVA NEGREIROS (OAB 14241/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0624050-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Carvalho Monteiro - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0624369-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Larissa Rebelo Macedo - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais em conformidade com o Provimento n. 256 da CGJ/AM, INTIMO A PARTE RECORRIDA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0624978-95.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 64, §1º c/c art. 485, IV, ambos do CPC e art. 51, inciso IV, da Lei n.9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM) - Processo 0625097-56.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Tereza Oliveira de Souza - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0625137-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Armando Silva dos Santos - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0625195-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ednaldo de Jesus Padilha - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0625196-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ednaldo de Jesus Padilha - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0625197-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ednaldo de Jesus Padilha - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR (OAB 12864/AM) - Processo 0625234-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: F. Alves de Oliveira Comercio - Me - De ordem, verifico que não consta nos autos documento atualizado demonstrando a qualificação tributária da parte autora, conforme determina o Enunciado n. 135 do FONAJE, in verbis: “O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro - Palmas/TO). Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o referido documento atualizado, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0625291-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - De ordem, verifico que não consta nos autos documento atualizado demonstrando a qualificação tributária da parte autora, conforme determina o Enunciado n. 135 do FONAJE, in verbis: “O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento

fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro - Palmas/TO). Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o referido documento atualizado, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: WALTER DA CUNHA AZEVEDO FILHO (OAB 3828/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625371-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Walter da Cunha Azevedo Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos da parte autora. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM) - Processo 0625394-63.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Danniel da Silva Moraes - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0625469-05.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - Cuida-se de execução de título extrajudicial, sendo atendidos os requisitos dispostos no art. 783 e 784, ambos do CPC. Desse modo, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes em audiência, suspendo por ora os atos executórios, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: "A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)". CITE-SE a parte executada para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, ciente as partes que a audiência de conciliação está designada para o dia 08/11/2019 às 13:30h, sendo obrigatório o comparecimento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625494-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe da Silva Travassos - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 13:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM) - Processo 0625500-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Tatiana Teixeira Braga - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 12649/AM) - Processo 0625512-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hallison Ferreira Vasconcelos - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO SALIGNAC DE SOUZA (OAB 12744/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0625530-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valdelice Maria Lima da Silva - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda. - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 1.391,11 (Um mil, trezentos e noventa e um reais e onze centavos), incidindo juros e correção monetária, a partir da citação. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: CRISTIANO VIEIRA DE SOUZA (OAB 10735/AM) - Processo 0625533-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: CRISTIANO VIEIRA DE SOUZA - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0625543-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Damison da Silva Dutra - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM) - Processo 0625551-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Clodoaldo de Lima Gomes - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 14:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0625562-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Expurgos inflacionários sobre os benefícios - REQUERENTE: Francisco Wellington Miranda de Sousa - Assim sendo, intime-se a parte autora para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante de recolhimento das custas referente aos mencionados autos ou, se for caso, em igual prazo, comprovar que faz jus aos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do Enunciado n. 116 do FONAJE, sob pena de extinção por indeferimento da inicial.

ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM) - Processo 0625757-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Messias Braga da Silva - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: LUCIANA ANDRADE ASHIBE (OAB 6762/AM) - Processo 0625766-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daiane Cristine de Oliveira Goberto - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: MALENA FELIPE (OAB 14427/AM) - Processo 0625774-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Wallace da Costa - De ordem, fica designado o dia 22/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM) - Processo 0625830-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aline Ferreira Pereira - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANYELA CHRISTINA ARAÚJO CÂMARA (OAB 14308/AM) - Processo 0625835-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Mariano de Assis - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626029-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Edson Aurelio dos Anjos Nascimento - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0626674-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - RECLAMANTE: Diego André Feitosa - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0626680-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: D.A.F. - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP) - Processo 0627250-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Igor Lima da Costa - REQUERIDO: Abril Comunicações S.a - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais em conformidade com o Provimento n. 256 da CGJ/AM, INTIMO A PARTE RECORRIDA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0627867-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Dedirce Teles Nascimento da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, declaro inexistente a diferença de faturamento indicada à fl.20, da unidade consumidora n.0263916-5, no valor de R$ R$ 5.801,81. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: DIEGO AFONSO MENDES (OAB 8797/AM) - Processo 0628868-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Belarmino Lins da Silva - REQUERIDO: Claro S/A e outro - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0629376-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)

Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antonio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Bruno Santos Suijkerbuijk (OAB 12649/AM)
Bruno Silva Matos (OAB 99106/MG)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 1208A/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
CRISTIANO VIEIRA DE SOUZA (OAB 10735/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Jose Sampaio de Brito (OAB 12178/AM)
Danyela Christina Araújo Câmara (OAB 14308/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Diego Afonso Mendes (OAB 8797/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Eloiza Barreto Mathias (OAB 10891/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Ernesto Alves de Sousa Júnior (OAB 12864/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávia Lopes de Oliveira (OAB 4382/AM)
Florencio Soares Junior (OAB 11807/MA)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Hiago de Castro Bessa (OAB 11075/AM)
Francisco Rosato (OAB 44307/RS)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Greice Kelly dos Santos Silva (OAB 10024/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
GUSTAVO LEÃO DE CARVALHO CÂNDIDO (OAB 127882/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Juliano Vinício da Silva Negreiros (OAB 14241/AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB 5890/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB 5211/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciana Andrade Ashibe (OAB 6762/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Malena Felipe (OAB 14427/AM)
Mara Lúcia Lima (OAB 13939/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcia Mallmann Lippert (OAB 35570/RS)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcus Fábio da Silva Pires (OAB 214737/SP)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 187A/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Railton Costa Viana (OAB 9820/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodolfo Machado Reis (OAB 11036/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Salignac de Souza (OAB 12744/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA)
Suzane Souza Rodrigues da Silva (OAB 12822/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Victória Tonin Carminati (OAB 107082/RS)
Walmir Ribeiro Pereira (OAB 6273/AM)
Walter da Cunha Azevedo Filho (OAB 3828/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Zila Lima Araújo (OAB 10973/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0195/2019

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0610425-14.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Vila das Flores - REQUERIDO: Alvaro Granja Pereira de Souza e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613567-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Arnilson da Costa Pereira - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA MENEZES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IVÂNIA PITTALUGA MORENO DA COSTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

Nº 0192/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201393-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LOVE MAI KANEKIYO MIYAZAKI DE ALENCAR (OAB 10391/AM) - Processo 0201951-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carolina Paiva Guimarães - REQUERIDO: BradesCard S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE MORAES MATTA (OAB 166703/RJ) - Processo 0201977-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: DAYANE ALEXIA D'CHAMPS MARTINS GOIS - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, possam apresentar novas manifestações ou documentos. Após, fiquem os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0202012-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: TATIANA BATALHA CASTILHO - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Quanto à juntada de mídia, fixo o prazo de 5 dias a esse fim, sob pena de preclusão, com ulterior conclusão para sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0205292-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: ROZANGELA PAIVA BEZERRA - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida SKY SERVIÇOS DE BANDA LARGA LTDA a proceder, no prazo de quinze dias úteis, a disponibilização dos serviços de tv e internet nos termos do protocolo 201800180546784, qual seja, pacote com 10 (dez) Megas de Internet mais 125 canais com HD em dois pontos, no valor de R$ 69,90 (Sessenta e Nove Reais e Noventa Centavos) nos 3 primeiros meses de adesão e, após esse período, valor fixo de R$ 109,90 (Cento e Nove Reais e Noventa Centavos), sob pena de aplicação do disposto no art. 52, V, da Lei n. 9.099/95, em eventual execução da presente sentença, dada a natureza do pedido (obrigação de fazer). Sem ônus sucumbenciais (Lei n. 9.099/95, art. 55). Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se, Intime-se e cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0600045-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Najara Lopes Paixão - REQUERIDO: Cielo S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 1304A/AM), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP) - Processo 0602383-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Robertina Marreira D Sousa Araujo - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0602776-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sandro Francisco de Jesus Magalhães - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0605332-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto - REQUERENTE: Fernando Bivaqua de Araujo Filho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0605376-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Natalle Karoline Duarte dos Santos - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: ANA CAROLINA DE MENEZES CARVALHO (OAB 13583/AM) - Processo 0607252-50.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Vista Del Rio - REQUERIDO: Carlos Silverio dos Santos - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre a petição e documentos juntados às fls. 134/138, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0607980-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Moises Pereira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA (OAB 8657/AM) - Processo 0608026-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Mariana Verçosa Parente - REQUERIDO: Luiz Santana de Souza

Neto - Luiz Acácio de Leite Souza - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre a petição e documento juntados às fls. 110/112, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608106-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marilaine dos Santos Natividade - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608217-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisco Renan Moreira Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DAVID HAYEK (OAB 14064/AM) - Processo 0608364-15.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cepam Centro de Estudos de Psicologia do Amazonas Ltda - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0608595-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ivanilse Cativo Batista Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0608847-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Lucia Silva da Cruz - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0609055-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosangela da Conceição Lins - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0609057-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosangela da Conceição Lins - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0609541-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Dolores Araujo Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Seguros S.a - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0609547-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Maria Dolores Araujo Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: REBECA VEIGA DE CARVALHO PAIXÃO (OAB 11958/AM) - Processo 0609881-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Dionisio Carvalho Paixao - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0610056-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cosmo Filho Farias Gama - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610205-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Rocineide B - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DANNY CHRISTIAN FELIZARDO CASTRO (OAB 13777/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM) - Processo 0610425-14.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Vila das Flores - REQUERIDO: Alvaro Granja Pereira de Souza e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0611318-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sammir Noronha de Souza - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0611867-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Borges Melo - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0612055-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Simone Barbosa Assam - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JOSÉ DE ANDRADE AZEDO NETTO (OAB 10394/AM) - Processo 0612162-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ricardo Siqueira Raposo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612217-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sebastião Teixeira Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR (OAB 20.289/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE) - Processo 0612586-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Edival Cavalcante Lima - REQUERIDO: Icatu Seguros S/A - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DANIEL RICARDO DO CARMO RIBEIRO FERNANDES (OAB 7269/AM) - Processo 0613489-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Daniel Ricardo do Carmo Ribeiro Fernandes - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM) - Processo 0613508-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0613567-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Arnilson da Costa Pereira - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: KEILA NASCIMENTO SALDAÑA (OAB 11926/AM), ADV: ELIANE LUCENA DO NASCIMENTO (OAB 12790/AM) - Processo 0614318-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Aldemir Belizário - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0614481-27.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A - Isso posto, indefiro o pedido de fixação de honorários em fase de cumprimento de sentença, ratificando o cálculo impugnado. Intime-se.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: GABRIEL BURJAILI DE OLIVEIRA (OAB 247968/SP) - Processo 0615020-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Jeunesse Brasil Comercial Ltda. - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0615108-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nozangela Martins do Amaral - REQUERIDO: Rr Academia de Ginástica Ltda - Companhia Atala - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0615139-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Belvedere Eireli - Me - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: MARIA AMÁLIA CASTELO BRANCO AFFONSO (OAB 3783/AM) - Processo 0615234-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Ione Barra - REQUERIDO: Francisco Evaldo Dias Magalhaes - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM) - Processo 0615534-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcelo Barros do Nascimento - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0616209-98.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MAGNUS BARBAGALLO GOMES DE SOUZA (OAB 350991/SP), ADV: JESSÉ GALHARDO RIBEIRO REIS (OAB 337037/SP) - Processo 0616954-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Waldir Souza Chaves Junior - REQUERIDO: Sumup Soluções de Pagamento Brasil Ltda - De ordem, considerando o substabelecimento sem reserva de poderes de fls. 204 e à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0617495-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jurandina Maria Ferreira Ribeiro - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já

articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Intimem-se as partes para que possam, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar novas manifestações ou documentos. Após, fiquem os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0617819-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Willander Araújo Buraslan - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0617928-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Erivan Albuquerque de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: HELVIO SANTOS SANTANA (OAB 353041A/SP), ADV: CINTIA MARSIGLI AFONSO COSTA (OAB 127688/SP), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: MÍRIA SUELLEN DOS SANTOS CUNHA (OAB 6091/AM) - Processo 0618070-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Antônio Clóvis Nunes Pereira - REQUERIDO: SEMP TCL MOBILIDADE LTDA - C&A Modas Ltda. - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido para condenar solidariamente as Requeridas, SEMP TCL Mobilidade Ltda. e CA Modas Ltda., a pagarem ao Requerente, Antônio Clóvis Nunes Pereira, a importância de R$ 1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum, além de procederem a restituição da quantia de R$ 699,00 (Seiscentos e Noventa e Nove Reais), devidamente corrigida pelo INPC/IBGE, a partir do respectivo desembolso e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação, de conformidade com o que dispõe o art. 18, II, do CDC, mediante a devolução do produto e seus acessórios à loja que o comercializou, no prazo de dez dias, caso já não estejam em poder da empresa de assistência técnica autorizada. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de restabelecimento do cartão de crédito. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei n. 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0618871-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizangela da Costa Cortez - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, possam apresentar novos documentos e manifestações. Após, fiquem os autos conclusos para sentença.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0618973-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ellen Cristina da Costa Gonçalves - REQUERIDO: Center Car Veiculos LTDA - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A apresentação de documento original de identidade em audiência de instrução é desnecessária, posto que já foi apresentado nos autos, sendo suficiente para apreciar o mérito da lide na sentença. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para que as partes possam apresentar manifestações e documentos novos. Após, fiquem os autos conclusos para sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0619091-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Andrey Santos de Oliveira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, possam apresentar manifestações e documentos novos. Após, fiquem os autos conclusos para sentença.

ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM) - Processo 0619709-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marlúcia Guimarães Almeida - REQUERIDO: Neves Serviços e Assistência Técnica Especializada-me - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida Neves Serviços e Assistência Técnica Especializada-me a pagar à Requerente Marlúcia Guimarães Almeida a importância de R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum; bem como a restituição da quantia de R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), devidamente corrigida pelo INPC/IBGE, a partir do respectivo desembolso (07/03/2018) e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação (11/09/2018). Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei n. 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: JOÃO EDUARDO CIDADE HOUNSELL (OAB 14323/AM), ADV: JULIANA FERREIRA CORRÊA (OAB 7589/AM), ADV: ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS (OAB 14447/AM), ADV: MARÍLIA MOREIRA MOURA ALENCAR GOMES (OAB 17935/CE), ADV: RODRIGO SANTOS DA SILVA (OAB 10696/AM) - Processo 0620554-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cintya Kazuko Dias Takano - REQUERIDO: Federação das Unimeds da Amazônia - LITSPASSIV: Unimed do Ceara - Federacao das Sociedades Cooperativas Medicas do Estado do Ceara Ltda - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Intimem-se as partes para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, possam apresentar manifestações e outros documentos, bem como, no caso do réu Unimed do Ceará, apresentar contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARCILENE DE SOUSA NUNES (OAB 7687/AM), ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM) - Processo 0620595-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Roberto Franco - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida a pagar ao Requerente a importância de R$ 3.000,00 (Três Mil Reais), a título de indenização por danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1,0% (um por cento) ao

mês, a partir da data do presente decisum, além de proceder a restituição da quantia de R$ 764,75 (Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos), devidamente corrigida pelo INPC/IBGE, a partir do respectivo desembolso e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, ficam as partes demandadas cientes de que deverão cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais (Lei 9.099/95, arts. 54 e 55). Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0620761-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eder Machado Araujo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0620830-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Susy Anne Laborda Vargas - REQUERIDO: Jequiti Ss Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621075-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Teixeira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CESARE ANGELINI NETO (OAB 13382/AM) - Processo 0621476-51.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Cesare Angelini Neto - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Itaú Unibanco S/A - De ordem, fica redesignado o dia 05/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0621781-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Fernando Maurício Pedrosa Castelo Branco - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM) - Processo 0621807-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Edvan Herbert Bastos Alencar - Diane Moraes de Castro Bastos Alencar - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0621945-97.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manoel dos Reis Ferreira Bentes - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 21, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela. Em relação ao pedido da petição de fls. 28/29, relacionado à reconsideração da decisão proferida, indefiro o mesmo por não vislumbrar qualquer fundamento para reconsiderar o decisum, resistido por seus próprios fundamentos. Ademais, ressalto que não há provas novas capazes de ensejar a mudança do entendimento manifestado anteriormente. Dessa maneira, impõe-se a manutenção da decisão, por considerar válidos os atos já praticados. Além disso, pela análise dos autos entendo ser relevante a manifestação da parte requerida quanto aos pedidos formulados na exordial. Prossigo aduzindo que as razões ora expostas pelo requerente não são aptas, pelo que vislumbro, a abalarem os fundamentos expostos na r. decisão combatida, posto que o mesmo possui outras negativações em seu nome, de modo que o deferimento do pedido liminar não surtiria efeito imediato. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, mantenho a decisão de fls. 21 e, INDEFIRO o pedido de fls. 28/29.

ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0622108-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Vai Voando Ltda - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 183, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0622197-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jeany Nascimento da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0622316-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosana Silva dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0622326-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nelson Almeida da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622345-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Vanderlei Paiva da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0622358-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Vilmar de Castro Bezerra - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0622363-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda de Souza Reis - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0622573-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Ivanilson Pessoa - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de

fls. 22, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela. Em relação ao pedido da petição de fls. 23/24, relacionado à reconsideração da decisão proferida, indefiro o mesmo por não vislumbrar qualquer fundamento para reconsiderar o decisum, resistido por seus próprios fundamentos. Ressalto que não houve mudança no contexto fático, principalmente no que tange ao objeto principal desta lide. Ademais, não há provas novas capazes de ensejar a mudança do entendimento manifestado anteriormente. Dessa maneira, impõe-se a manutenção da decisão, por considerar válidos os atos já praticados, bem como que o deferimento do pedido antecipatório pleiteado acarretaria a necessidade de análise do mérito. Além disso, pela análise dos autos entendo ser relevante a manifestação da parte requerida quanto aos pedidos formulados na exordial. Prossigo aduzindo que as razões ora expostas pelo requerente não são aptas, pelo que vislumbro, a abalarem os fundamentos expostos na r. decisão combatida. Ante o exposto, mantenho a decisão de fls. 22 e, INDEFIRO o pedido de fls. 23/24.

ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM) - Processo 0622624-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Jander da Silva Nascimento - REQUERIDA: Maria Socorro Muniz Hayek - DESPACHO Considerando o teor da petição acostada pelo autor às fls. 25/26 e a falta de tempo hábil para efetivar-se nova citação com aproveitamento da data designada às fls. 20, determino seja redesignada audiência de conciliação. Cite-se o réu no endereço indicado às fls. 20. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0622663-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fernando Matos de Souza Neto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício ao Órgão de restrição ao crédito SCPC, indicados às fls. 37, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Fernando Matos de Souza Neto, CPF nº 41622847253 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 642/AM) - Processo 0623030-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Centro de Educação Sesc - José Roberto Tadros - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623527-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Frank Rodrigues - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0623553-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Hilton Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro os pedidos de tutela provisória.

ADV: KARLA MARIANA DE MELO CHIAVEGATTO (OAB 5890/AM) - Processo 0623765-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Silva de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0623781-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jandira Andrade Aranha - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Banco Bradesco S/A - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, EM PARTE, o pedido, para condenar solidariamente as Requeridas GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S/A e BANCO BRADESCO S/A, ao PAGAMENTO da importância de R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), a título de indenização por danos morais, à Requerente JANDIRA ANDRADE ARANHA, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1,0% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum, bem como a RESTITUIR a Requerente no valor de R$ 477,06 (Quatrocentos e Setenta e Sete Reais e Seis Centavos), devidamente corrigido pelo INPC/IBGE, a partir do respectivo desembolso e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da data da citação, deixando de condenar as Requeridas ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, tendo em vista que no Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação nestes termos (arts. 54 e 55). Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0623795-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elis Lima Perone - REQUERIDO: Claro S/A - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida CLARO S/A a: 1 - PAGAR à Requerente ELIS LIMA PERONE a importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum; 2 - PAGAR à Requerente, a título de restituição em dobro dos valores indevidamente cobrados e pagos pela autora, a importância de R$ 3.606,10 (três mil, seiscentos e seis reais e dez centavos), devidamente corrigida pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação; 3 - COBRAR da autora apenas o valor contratado perante as faturas futuras, qual seja: R$ 269,89 (duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos). Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei n. 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623856-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Lenira Gomes Ozório - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem,

fica designado o dia 08/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0623924-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ederson da Silva Pimentel - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0624045-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcia Cristina Maia da Rocha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0624065-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisca Sinha da Costa Lira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0624073-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Helaiton Josias de Azevedo Borba - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0624096-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Aldemir da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0624124-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rodolfo de Lyra Ferreira - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: HELENA MARIA VITAL DE MELO (OAB 14031/AM) - Processo 0624135-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Romualdo Figueiredo Ramos - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0624151-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tales Henrique Lopes da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRCIA SUZANA OLIVEIRA MENEZES (OAB 10267/AM) - Processo 0624277-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Lenir Reis da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624380-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elizabete Moreira Maquine - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: CAMILA COSTA RETROZ (OAB 11952/AM) - Processo 0624381-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Thiago Brito Soares Reis - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0624464-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ana Carmem Palheta Rolim - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0624497-35.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ludmila dos Santos Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE SILVA (OAB 2970/AM) - Processo 0624567-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - RECLAMANTE: Marcos Vicente Alves Paes - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0624581-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Pedro Henrique G.omes do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0624596-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Aluiso da Silva Martins - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0624619-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: William Harison de Almeida Paiva - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora William Harison de Almeida Paiva, CPF nº 68019564268 nos Órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: SARA DE SOUSA SILVA (OAB 14509/AM) - Processo 0624635-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Ana Cristina Araújo da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624652-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Aurimar Cordeiro Mesquita - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624661-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Faustina Souza dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO:Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0624681-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Josafá Alves Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM) - Processo 0624752-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Divalney Lopes de Almeida - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0624773-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Lenita Margareth Pedroza Vulcao - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0624786-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: William Harison de Almeida Paiva - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0624992-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Luciana do Nascimento Vilhena - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0625010-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Glauco Aleixo Santos da Cruz - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0625036-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula Souza dos Santos - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0625050-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sergio Inocencio Souza de Lima - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0625104-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Manoel Nascimento Nonato - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0625107-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Olimpio Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625113-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Leonilia Silva da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: JÚLIO CÉSAR DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 9537/AM) - Processo 0625165-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mauricio Gomes dos Santos, - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro parcialmente os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 11, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Mauricio Gomes dos Santos,, CPF nº 04989104234 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0625258-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Emanoel Sebastião Nascimento dos Anjos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0625277-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Meiriane de Lima Sales - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0625528-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adaise de Castro Nascimento - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM) - Processo 0625554-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Clodoaldo de Lima Gomes - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM) - Processo 0625592-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Amois Machado Brito - Renata Chermont Dias Machado - REQUERIDA:

Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Repair Center Manutenção de Eletrônicos e Telecomunicaçoes - Eireli e outro - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0625603-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Demetrio da Silva - REQUERIDO: Editora Globo - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0625605-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Regina Rocha Pereira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KEILA NASCIMENTO SALDAÑA (OAB 11926/AM) - Processo 0625696-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aldemir Belizário - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Tim Celular S/A - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DJALMA MARTINS DA COSTA JÚNIOR (OAB 9628/AM) - Processo 0625843-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Dayane Caroline Hamilka - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: DAYANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (OAB 8866/AM), ADV: ÁUREA FERNANDES DE MELO TRINDADE (OAB 124271/SP) - Processo 0626264-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Magnum Indústria da Amazônia S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 71/74, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0627031-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Eldison Santos de Oliveira - REQUERIDO: Fundo de Investimento Em Direito Creditorios Nao -Nao Padronizado Npli - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ROSA MARIA BENTO BRANDÃO BICKER (OAB 101967/SP), ADV: LILIAN BRANDÃO MOTTA (OAB 209761/SP) - Processo 0627179-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: André Marques - REQUERIDO: Editora Planeta Deagostini do Brasil Ltda - De ordem, diante da possibilidade de efeitos modificativos, intime-se o embargado para apresentar defesa no prazo legal.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0627303-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Aurelio Carneiro Pinto - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0627518-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Glaucia Monteiro da Silva - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0628758-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cenira Monteiro de Moura - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Carolina de Menezes Carvalho (OAB 13583/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Áurea Fernandes de Melo Trindade (OAB 124271/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Costa Retroz (OAB 11952/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 642/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cesare Angelini Neto (OAB 13382/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cintia Marsigli Afonso Costa (OAB 127688/SP)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel Ricardo do Carmo Ribeiro Fernandes (OAB 7269/AM)
Danny Christian Felizardo Castro (OAB 13777/AM)
David Hayek (OAB 14064/AM)
Dayana Cristina Pereira da Silva (OAB 8866/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Djalma Martins da Costa Júnior (OAB 9628/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elaine Moraes Matta (OAB 166703/RJ)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Eliane Lucena do Nascimento (OAB 12790/AM)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)

Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB 20.289/PE)
Gabriel Burjaili de Oliveira (OAB 247968/SP)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helena Maria Vital de Melo (OAB 14031/AM)
HELVIO SANTOS SANTANA (OAB 353041A/SP)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabelle Saenz de Medeiros (OAB 14447/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
JESSÉ GALHARDO RIBEIRO REIS (OAB 337037/SP)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Eduardo Cidade Hounsell (OAB 14323/AM)
João Paulo Gomes Monteiro Barbosa (OAB 8657/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José de Andrade Azedo Netto (OAB 10394/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juliana Ferreira Corrêa (OAB 7589/AM)
Júlio César do Nascimento Cardoso (OAB 9537/AM)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB 5890/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Keila Nascimento Saldaña (OAB 11926/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lilian Brandão Motta (OAB 209761/SP)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
LOVE MAI KANEKIYO MIYAZAKI DE ALENCAR (OAB 10391/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
MAGNUS BARBAGALLO GOMES DE SOUZA (OAB 350991/SP)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Márcia Suzana Oliveira Menezes (OAB 10267/AM)
Marcilene de Sousa Nunes (OAB 7687/AM)
Márcio Alexandre Silva (OAB 2970/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Maria Amália Castelo Branco Affonso (OAB 3783/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Marília Moreira Moura Alencar Gomes (OAB 17935/CE)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
MÍRIA SUELLEN DOS SANTOS CUNHA (OAB 6091/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 1304A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Veiga de Carvalho Paixão (OAB 11958/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Santos da Silva (OAB 10696/AM)
ROSA MARIA BENTO BRANDÃO BICKER (OAB 101967/SP)
Sara de Sousa Silva (OAB 14509/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0188/2019

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM) - Processo 0613118-34.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - AUTOR: M.L.M. - Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 22/10/2019 às 8:45h.

ADV: GUILHERME MARTINS SIMÕES DA SILVA (OAB 14560/AM) - Processo 0623638-19.2019.8.04.0015 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Injúria - QUERELANTE: Musa Varela de Almeida Rosas - Certifico para os devidos fins que, a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 21/10/2019 às 10:45h.

Guilherme Martins Simões da Silva (OAB 14560/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0189/2019

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0604489-37.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Leve - VÍTIMAFATO: Edinei Lourenço de Carvalho - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 15/10/2019, às 8:30h.

Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0190/2019

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0614924-07.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Contravenções Penais - VÍTIMAFATO: Francisco Castro da Costa - AUTORFATO: Gabriel Nascimento da Silva e outros - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Conciliação foi designada para o dia 08/10/2019, às 08:45h.

Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 1
Decisões 1
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS 5
Listagem em ordem cronológica dos precatórios dos entes públicos devedores 5
SEÇÃO II 7
TRIBUNAL PLENO 7
Conclusões de Acórdãos 7
Intimações 9
Decisões 9
Pauta de Julgamento Designado 10
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 10
Intimações 10
SEÇÃO IV 10
CÂMARAS ISOLADAS 10
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 10
Intimações 18
Pauta de Julgamento Designado 20
Julgamento Virtual 24
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 24
Intimações 28
Julgamento Virtual 34
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 38
Conclusões de Acórdãos 38
Despachos 51
Decisões 52
Pauta de Julgamento Designado 53
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 56
Intimações 56
Decisões 57
Pauta de Julgamento Designado 57
Julgamento Virtual 59
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 60
Conclusões de Acórdãos 60
Despachos 62
Decisões 62
Julgamento Virtual 62
SEÇÃO VI 62
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 62
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 62
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 69
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 78
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 92
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 98
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 104
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 111
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 112
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 121
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 130
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 137
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 141
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 151
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 155
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 165
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 167
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 170
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 174
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 185
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 198
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 199
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 204
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 207
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 208
2ª VARA CRIMINAL 208
4ª VARA CRIMINAL 212
8ª VARA CRIMINAL 213
11ª VARA CRIMINAL 214
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 216
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 220
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 222
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 226
AUDITORIA MILITAR 230
1ª VARA DE FAMÍLIA 230
4ª VARA DE FAMÍLIA 232
5ª VARA DE FAMÍLIA 245
7ª VARA DE FAMÍLIA 246
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL 246
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 248
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 249
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 249
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 251
SEÇÃO VII 254
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL 254
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 257
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 257
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 257
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 263
SEÇÃO VIII 264
TURMA RECURSAL 264
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 290
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 290
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 293
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 293
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 295
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 303
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 316
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 320
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 321
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 321
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 328
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 339